

**AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE
RAYMUNDO FAORO, SIMON SCHWARTZMAN E FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO**

MARCOS ABRAÃO FERNANDES RIBEIRO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO –
UENF**

CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ

JUNHO – 2010

**AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE
RAYMUNDO FAORO, SIMON SCHWARTZMAN E FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO**

MARCOS ABRAÃO FERNANDES RIBEIRO

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção de título de mestre em Sociologia Política.

**ORIENTADOR: PROF. Dr. WANIA AMÉLIA BELCHIOR MESQUITA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMIENSE DARCY RIBEIRO
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ**

JUNHO 2010

**AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE
RAYMUNDO FAORO, SIMON SCHWARTZMAN E FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO**

MARCOS ABRAÃO FERNANDES RIBEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Comissão Examinadora:

Prof. Rubem Barboza Filho (Doutor em Ciência Política) – UFJF

Prof. Robert Wegner (Doutor em Sociologia) – Casa de Oswaldo Cruz

Prof. Sergio de Azevedo (Doutor em Ciência Política) – Uenf

Prof. Wania Amélia Belchior Mesquita (Doutora em Sociologia) – Uenf (Orientadora)

Dedico este trabalho aos meus pais, Alice e Jorge, por terem me transmitido os valores necessários para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa nada fácil, sobretudo quando você é agraciado como muitas e valiosas contribuições nos âmbitos intelectual, pessoal e profissional como ocorreu comigo durante este período ardo, doloroso e difícil que foi o mestrado.

Em primeiro lugar agradeço a Jesus Cristo, meu grande mestre, por ter dado paz, força, coragem e intrepidez para enfrentar uns dos períodos mais difíceis da minha vida.

À minha amiga Angeline por ter financiado a fundo perdido (risos) algumas valiosas xerox no começo do mestrado, ajudando a minorar a penúria de um amigo que lutava bravamente para ser mais uma “exceção” na ubíqua sociedade de classes brasileira a partir de uma origem popular. A você, Angeline, meu muito obrigado.

Aos meus amigos Artur Dalla, Felipe Sellin, Gustavo de Oliveira, Gisele Fellipo, Gabi Fresen e João Felipe Salomão pelo abrigo que me deram por várias vezes, além da boa prosa, apoio e incentivo de sempre! De todos, gostaria de agradecer em especial a João Felipe, intelectual de futuro brilhante. Tive em João um grande interlocutor. Devido às suas intervenções sempre ponderadas e permeadas de lucidez não cometi mais equívocos do que aqueles que possam estar nesta dissertação. Valeu, meu camarada!

À minha turma de mestrado. A convivência em sala e fora dela, sobretudo na “Padoca”, era sempre pautada pela amizade, respeito e boa prosa. Além disso, as festas e as “Anpocs da vida” vão ficar marcadas na minha memória. Foram momentos marcantes! Certamente a convivência com vocês é que fez com que o fardo que carreguei durante este período de desconfiança, pressão e tensão pudesse ter sido significativamente minorado. Aliás, a convivência com vocês foi um fator fundamental para que, apesar de todos pontos negativos, este mestrado tenha valido a pena de alguma forma para mim. Ficam à minha gratidão, amizade e o desejo sincero para que todos vocês tenham sucesso em suas trajetórias profissionais.

Ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro -IUPERJ, em especial ao meu mestre, professor Luiz Werneck Vianna, que me proporcionou a realização de dois grandes desejos acadêmicos: estudar no IUPERJ e ser seu aluno. Certamente foi o melhor período que passei durante o mestrado. Com as aulas do mestre Werneck

Vianna, responsáveis por fazer com que eu acordasse empolgado, viajasse cerca de 300 km até o Rio de Janeiro, às assistisse e já ficasse esperando as seguintes, tive a certeza de que valia a pena estudar o Pensamento Social Brasileiro e que, apesar de tudo, a carreira acadêmica valia a pena. Agradeço também, é claro, por ter sido a inspiração fundamental para esta dissertação através do seu seminal *Weber e a Interpretação do Brasil*.

Ao professor Bernardo Ricupero, que comentou a versão anterior deste trabalho no Primeiro Fórum de Pós-Graduação em Ciência Política, realizado no Campus da UFMG, na FAFICH, em outubro de 2009. Suas críticas pontuais porém certeiras, foram cruciais para que eu observasse a necessidade do rigor na utilização dos conceitos e nas associações entre autores de matrizes diferentes como é o caso de Fernando Henrique Cardoso em relação a Faoro e Schwartzman. Certamente suas considerações foram de grande valia. Outro ponto fundamental refere-se à interpretação que defendo sobre Faoro. Como especialista que é da obra do jurista gaúcho, ter seu “sinal de verde” foi muito bom.

A Marcelo Gantus Jasmin. Sua generosidade ao responder prontamente o e-mail de um desconhecido, o recebendo posteriormente em seu gabinete no IUPERJ com interesse e atenção foi uma demonstração de grandeza intelectual. Suas indicações sobre Quentin Skinner foram cruciais para que eu tivesse acesso à obra do historiador inglês, possibilitando a construção do instrumental metodológico deste trabalho. Valeu, professor!

A Wagner de Mello Romão. Autor de um livro fundamental para o argumento construído nesta dissertação Romão, de maneira muito generosa, não aceitou vender o seu livro para mim. Ao contrário disso, o autor me presenteou com sua importante publicação arcando com todas as despesas de Correio. Seu livro foi simplesmente fundamental para que pudesse compreender de maneira precisa o segundo momento intelectual da produção de Cardoso iniciado a partir do CESIT. Meu muito obrigado!

A Rogério Dultra dos Santos. Se este trabalho existe, devo o pontapé inicial a este intelectual rigoroso, talentoso e, sobretudo, muito generoso com aqueles que se dedicam de maneira intensa e determinada ao trabalho acadêmico. Eu estava confuso e não queria mais trabalhar com mídia, que era o meu problemático tema de pesquisa responsável por me trazer profunda dor frustração. Queria, de fato, trabalhar com

pensamento brasileiro. Um dia, nesses acasos que a vida nos proporciona, peguei uma corona com minha amiga Francisca Caroline e com o Rogério. Acabamos parando na “padoca” próxima a Uenf para lancharmos. Lá, Rogério me perguntou o que estava estudando. Eu respondi mídia. Ele, sem titubear, respondeu: “Esqueça isso!”. Pronto! Aquilo foi suficiente para que eu não dormisse à noite e tomasse a decisão de me mudar de tema. A partir de então fui estudar o que tanto gosto. Além disso, foi através de Rogério que tive contato com as obras de Tavares Bastos e Gildo Marçal Brandão, que me proporcionou a possibilidade de me aprofundar no tema e, também, publicar meu primeiro artigo no ano inicial do mestrado. Ainda sempre foi um professor aberto às opiniões diversas mesmo se não concordasse com elas, como ocorreu com alguns postulados que defendi durante algumas disciplinas que fiz com ele. Por isso, faço um agradecimento especial.

Ao meu querido mestre e amigo professor Ailton Mota de Carvalho. Devo ao professor Ailton muito de minha formação intelectual. Foi meu primeiro orientador na Uenf e um grande incentivador. Por sua aposta tive meu primeiro artigo publicado na “Agenda Social”, no primeiro ano de mestrado. Além disso, sempre foi um amigo valioso que tive na Uenf, com quem gostava muito de conversar para aprender sempre um pouco mais do que era a vida na academia. Por isso, ficam a minha gratidão, admiração e amizade.

A Milton Lahuerta. Tive a sorte grande de tê-lo como comentador da versão anterior desta dissertação de mestrado apresentada no 33º Encontro Anual da Anpocs. Os comentários críticos feitos após a minha apresentação foram, simplesmente, fundamentais. Lahuerta, profundo conhecedor da sociologia uspiana, demonstrou sobejamente os equívocos que eu havia cometido na versão anterior apresentada no encontro da Anpocs. A partir de suas críticas tive acesso a leituras importantes sobre a sociologia produzida na USP a partir do protagonismo de Florestan Fernandes. Além disso pude ver claramente o radicalismo da primeira relação criada por mim entre Fernando Henrique Cardoso e os dois grandes intérpretes liberais pós Tavares Bastos: Faoro e Schwartzman. Suas críticas foram basilares para que eu pudesse fazer leituras simplesmente capitais, assim como rever o radicalismo da minha primeira versão apresentada no 33º Encontro Anual da Anpocs. Em virtude disso, se este trabalho possuir algum mérito, grande parte dele devo ao frutífero, generoso e enriquecedor diálogo que mantive com o professor Lahuerta durante Anpocs.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Faperj. Seu auxílio financeiro através da bolsa de mestrado foi fundamental para que eu pudesse me dedicar integralmente à pesquisa, bem como para que eu pudesse comprar todos os livros sobre Cardoso, Faoro, Schwartzman, teoria social, pensamento brasileiro, ou seja, para que este trabalho pudesse ser executado. Meu muito obrigado.

À memória do professor Gildo Marçal Bezerra Brandão. A partir da seminal tese do professor Gildo tive a possibilidade de transformar um “absurdo sociológico” em uma hipótese bastante plausível. A tese das linhagens me possibilitou demonstrar como, apesar das especificidades teóricas e ideológicas, existem proximidades subterrâneas entre autores *a priori* completamente distantes, mas próximos na forma de pensar o Brasil. Este é o caso da relação entre Cardoso, Faoro e Schwartzman. Além do suporte teórico fundamental, ainda tive a oportunidade de assistir à aula marcante ministrada pelo professor Gildo no 33º Encontro Anual da Anpocs sobre Faoro, Prado Jr e Florestan. Após a aula, o professor me atendeu com paciência e interesse, dizendo que gostaria de ter acesso ao trabalho quando estivesse pronto. Obrigado, professor Gildo, por proporcionar a possibilidade intelectual para que eu executasse este trabalho!

À minha querida orientadora, professora Wania Mesquita. De uma hora para outra fiquei sem orientador e fui pedir a ela, meio desesperado, um socorro, pois o prazo de defesa do projeto já estava se encerrando e eu estava bastante perdido. Com calma e boa vontade disse que me ajudaria. Há mudanças inesperadas na vida que possuem efeitos benéficos sobre nós. Este foi o meu caso. Wania, mesmo não sendo especialista no meu tema, sempre se mostrou interessada, dedicada, aberta ao diálogo e, o que é mais importante, me municiava sempre com estímulos para que eu produzisse. Em virtude desta relação permeada por profissionalismo e amizade pude participar de eventos importantes no país, publicar artigos e dar aula sobre sociologia brasileira na Uenf. Isto foi fundamental para que eu tivesse um grande amadurecimento profissional durante o mestrado. Nesse sentido, se sou respeitado pelos meus alunos da Uenf como professor e se este trabalho está pronto eu devo em grande parte à minha orientadora. E, caso haja méritos, também. Os equívocos, todavia, ficam por conta da minha, às vezes, intransigente teimosia. Por isso, minha profunda gratidão.

Por último, gostaria de agradecer à minha mãe. Se eu consegui concluir o mestrado devo a maior parte do mérito a ela. Foi minha mãe que, com doçura e paciência,

conseguiu me convencer a não parar nos momentos em que mais sofri durante o meu primeiro ano de mestrado. Sempre que pensava algo do tipo ela me demovia da idéia demonstrando que eu possuía condições de fazer um bom trabalho e reconquistar a confiança que havia perdido. Além disso, sempre que chegava chateado, tenso, ela sempre me recebia com um sorriso e uma palavra de estímulo que me faziam rever minhas posições e seguir em frente. Por isso, seu apoio foi simplesmente imprescindível para que eu pudesse passar por um dos períodos mais difíceis que já enfrentei em minha vida. À minha mãe a minha gratidão, admiração e amor eterno.

Sumário

Resumo	XII
Abstract.....	XIII
Introdução.....	1
Parte I – O “IDEALISMO CONSTITUCIONAL” DE RAYMUNDO FAORO E SIMON SCHWARTZMAN.....	14
1. Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa.....	16
1.1 Evolucionismo teórico e mudança social.....	18
1.2 História das idéias e contextualismo lingüístico.....	21
1.3 Linhagens do pensamento político brasileiro.....	30
1.4 Considerações preliminares.....	40
2. Circuito fechado: evolucionismo teórico e mudança social em Raymundo Faoro.....	46
2.1 Interpretações.....	48
2.2 Evolucionismo teórico e mudança social em Raymundo Faoro.....	58
2.3 O Segundo Reinado e a absolutização do <i>atraso</i>	72
2.4 O liberalismo de fachada.....	86
2.5 Modernidade versus Modernização.....	90
2.6 Considerações preliminares.....	96
3. Bases do autoritarismo brasileiro revisitado: o neopatrimonialismo de Simon Schwartzman.....	100

3.1	
Interpretações.....	1
01	
3.2 São Paulo e o Estado Nacional revisitado.....	107
3.3 Revendo o conceito de neopatrimonialismo de Schwartzman.....	108
3.4 A marginalização do Estado de São Paulo.....	117
3.5 Considerações preliminares.....	127
Parte II - UMA RELEITURA DA OBRA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	129
4. Interpretações do pensamento de Fernando Henrique Cardoso.....	135
5. Relações raciais, socialização patológica e o atraso brasileiro.....	163
5.1 Contextos lingüístico e intelectual – estudos sobre relações raciais.....	163
5.2 Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas.....	165
5.3 O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.....	181
6. Desenvolvimento, dependência e patrimonialismo.....	215
6.1 Contexto lingüístico e intelectual – desenvolvimento e dependência.....	215
6.2 O Instituto Superior de Estudos Brasileiro ISEB.....	221
6.3 As teses do Partido Comunista Brasileiro – PCB.....	225
6.4 A relação centro-periferia e o desenvolvimento latino-americano – A CEPAL.....	230
6.5 A burguesia brasileira e o compromisso com o <i>atraso</i>	237
6.5 Dependência e patrimonialismo.....	251
7. Dependência, autoritarismo e democracia: a superficialização do atraso brasileiro.....	273
7.1 Contexto lingüístico e intelectual - Recusa ao nacional-desenvolvimentismo, autoritarismo e democracia – O CEBRAP.....	273
7.2 A tradição burocrático-patrimonialista brasileira.....	284
7.3 Considerações preliminares.....	314
Considerações finais.....	319

Referências bibliográficas.....	333
Textos de Cardoso, Faoro e Schwartzman.....	333
Bibliografia complementar.....	334
Bibliografia geral.....	339

Resumo

A partir da apresentação de dois eixos seqüenciados busca-se compreender as vinculações precisas entre produção intelectual e prática política no Brasil durante os anos 1990. No primeiro eixo faremos uma releitura das obras de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman através do diálogo com a teoria de Anthony Giddens. Pretendemos com este diálogo analisar criticamente as obras destes autores a partir dos seus pressupostos teóricos centrais. Desta forma demonstraremos os equívocos analíticos de alguns de seus intérpretes referenciais no Pensamento Social Brasileiro, bem como as limitações teóricas fundamentais existentes no pensamento destes dois importantes intelectuais de tradição liberal de interpretação do Brasil. No segundo eixo faremos uma releitura da obra de Fernando Henrique Cardoso através da utilização do contextualismo lingüístico de Quentin Skinner e da tese das linhagens do Pensamento Político Brasileiro de Gildo Marçal Brandão. Desta forma, defenderemos que a interpretação do Brasil construída por Fernando Henrique Cardoso nos anos 1970 sobre o regime denominado pelo autor como burocrático-autoritário possui *afinidades eletivas* com as interpretações liberais de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. A partir desta hipótese demonstraremos de forma precisa a vinculação entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado executado nos anos 1990 com o intuito de superar o *atraso* brasileiro.

Palavras-chave: Raymundo Faoro, Simon Schwartzman, Fernando Henrique Cardoso, Reforma do Estado, patrimonialismo, *atraso* brasileiro

Abstract

By designing two sequential axes this work seeks to understand the precise bindings between intellectual production and political practice in Brazil during the 1990s. On the first axis, we will review the works of Raymundo Faoro and Simon Schwartzman through the dialogue with the theory of Anthony Giddens. We plan, with this dialogue, to critically analyze the works of these authors based on their central theoretical presuppositions. In this way, we seek to demonstrate the analytical mistakes of some of its referential interpreters on the Brazilian Social Thought, as well as the fundamental theoretical limitations of these two important intellectuals of Brazil's liberal tradition of interpretation. On the second one we will review the work of Fernando Henrique Cardoso through the use of the linguistic contextualism of Quentin Skinner and of the thesis of the Brazilian Political Thought lineage of Gildo Marçal Brandão. In this way, we will defend the thesis according to which the interpretation of Brazil designed by Fernando Henrique Cardoso on the 1970s about the military regime of 1964, named by the author as bureaucratic-authoritarian, has *elective affinities* with the liberal interpretations of Raymundo Faoro and Simon Schwartzman. Based on this thesis we will show in a precise way the link between the thesis of patrimonialism and the State reform political project executed in the 1990s with the intention to overcome Brazil's *delay*.

Keywords: Raymundo Faoro, Simon Schwartzman, Fernando Henrique Cardoso, State reform, patrimonialism, Brazil's *delay*.

Introdução:

O Estado brasileiro chegava ao início da década de 1990 com uma grande crise fiscal, a qual demonstraria de forma incontestável o seu caráter pesado, ineficiente, corrupto e autoritário. O Estado seria o responsável único pela exclusão social e pela falta de cultura democrática no Brasil. Nesse sentido, o período entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 foi marcado no Brasil por pesadas críticas ao modelo de Estado nacional-desenvolvimentista criado em 1930. Naquele momento, havia como fatores conjunturais importantes a dar força a estas críticas a falência do socialismo real, a globalização ascendente, o neoliberalismo e a crise fiscal do modelo de Estado criado nos anos 1930. Este, que até o início dos anos 1980 fez com que o Brasil tivesse uma das maiores taxas de crescimento do mundo, responsável por fazer com que o país se tornasse a oitava economia mundial, tornava-se de forma incisiva o grande responsável pelo *atraso* brasileiro.

A crise do Estado nacional-desenvolvimentista iniciou-se após a crise do petróleo, a qual inviabilizou o governo de Ernesto Geisel a continuar mantendo a captação de recursos externos a juros baixos como forma de financiar o desenvolvimento econômico no Brasil. Esta crise foi agravada e instaurada de maneira efetiva durante o governo do general Figueiredo, entre os anos de 1983-1984(Sallun Jr, 2003). A partir deste momento, o país passou a viver um período de profunda estagnação econômica. Isto fez com que a década de 1980 fosse considerada a década perdida. Esta década foi marcada pela estagnação econômica e por uma inflação extraordinária, que levou a proposição de sucessivos planos de estabilização econômica até a instituição do Plano Real¹. Como havíamos dito acima, a crise do petróleo durante a década de 1970 foi o início do processo que culminou no governo do general Figueiredo com a crise fiscal. Além deste fator, houve também o processo de democratização (superficial, é bom que se diga) que colocava como uma de suas bandeiras mais importantes a democratização da estruturas do Estado. Este processo seria fundamental porque este havia servido durante todo o período do nacional-

¹ Sobre este evento fundamental da história política brasileira recente Basilio Sallun (1999) argumenta: “Essas condições e alavancas deram especificidade à fortuna encontrada por algumas lideranças políticas que, bem situadas no seio do Estado, tiveram virtú suficiente para negociar a associação entre partidos de centro e direita em torno da continuidade das reformas liberais, da estabilização da economia e da tomada do poder político central, corporificando tudo isso no lançamento bem sucedido do Plano Real e na candidatura, afinal vitoriosa, à Presidência da República do seu articulador, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso”(p.29).

desenvolvimentismo, sobretudo durante o período iniciado em 1964, a interesses de grupos específicos a partir um intenso processo de privatização de suas estruturas.

Além da crise do Estado nacional-desenvolvimentista houve ainda durante a década de 1980 a hegemonia da doutrina neoliberal, a qual pregava de maneira enfática a necessidade de uma drástica diminuição do Estado e a implantação de uma economia de mercado plena nos países latino-americanos. Essa hegemonia ficou bastante marcada por aquele que ficou conhecido como “Consenso de Washington”: “Há uma orientação do Banco Mundial, sobretudo na segunda metade dos anos 80, no sentido de que as políticas de estabilização sejam acompanhadas de reformas estruturais visando a desregulamentação e privatização”(Barreto,2000:91). O processo de privatização tinha como alvo os mercados nacionais e o setor público. Desta forma haveria uma diminuição do Estado. As medidas orientadas pelo Banco mundial iam ao encontro de um Estado que era corroído por uma forte crise financeira instalada desde o início da década, além da caracterização de pesado, privatizado, corrupto e ineficiente. A crise fazia com que o Estado perdesse o seu fator de legitimação fundamental, que era o vigoroso crescimento econômico. Como este não mais havia os problemas existentes em suas estruturas e sua conseqüente negação foram colocados à tona. A organização de uma nova estrutura do Estado se tornava uma questão fundamental. Este Estado, que até aquele momento havia sido responsável por organizar a economia através de uma ação empresarial vigorosa, deveria ser retirado de tal função em favor de uma sociedade que se auto-organizaria a partir de valores liberais, ou seja, a partir de uma economia de mercado. Mesmo com todas as críticas ao modelo de Estado nacional-desenvolvimentista, até o governo FHC não houve um consenso na elite política sobre os rumos a serem tomados:

Durante o período iniciado com José Sarney até Itamar Franco as atenções dos governos estiveram voltadas para as seguintes políticas de estabilização, e as questões de mais longo prazo ficavam sob a seguinte bipolaridade: de um lado os defensores do modelo nacional-desenvolvimentista apegados ao modelo de intervenção estatal herdado do passado, e de outro, os adeptos da orientação neo-liberal, ou seja, todos os que propunham uma redução do Estado à sua mínima expressão(Barreto,2000:88)

Ainda de acordo com Barreto (idem), houve a partir do governo Collor a dissensão entre neoliberais e social-liberais. Mesmo havendo essa dissensão, o governo Collor “contribuiu para danificar o arcabouço institucional-desenvolvimentista e para reorientar um sentido anti-estatal e internacionalizante à sociedade brasileira” (Sallun Jr,1999:26) Esta dissociação tornou-se consenso em torno de um caminho liberal no governo FHC. O governo FHC colocou em prática o projeto político constituído pelo PSDB, partido criado por Fernando Henrique Cardoso no final dos anos 1980. Este projeto tinha como seus dois objetivos mais importantes a democracia política e a instituição de uma economia de mercado (Barbosa Filho, 1995). Com essas duas medidas a privatização do Estado seria plenamente derruída, pois o Estado teria o seu peso deletério diminuído e a nação seria incorporada pelo mercado (Barbosa Filho, idem).

A favor do processo de reforma do Estado tínhamos fatores conjunturais muito fortes como a crise do modelo de Estado nacional-desenvolvimentista, bem como o advento da globalização e o domínio da doutrina neoliberal sob os países latino-americanos. Esses fatores faziam com as escolhas tomadas pelos governos, sobretudo o de FHC, fossem justificadas como inevitáveis (Sallun Jr, 1999).

Ao assumir a presidência de República Fernando Henrique Cardoso teve como objetivo fundamental acabar com a chamada Era Vargas devido a esta ser responsável pelo enfeudamento de interesses privados no seio do Estado. Em artigo publicado em 1998 no qual defendia as medidas tomadas em torno da reforma do Estado, Cardoso afirmava que tais medidas tinham como objetivo reconstruir o Estado. A gestão particularista do Estado no Brasil seria responsável por este não dar respostas efetivas à cidadania. A transformação do Estado brasileiro em indutor e regulador se tornava uma tarefa fundamental para colocar o Brasil nos rumos do mundo global e também para tornar a sociedade brasileira mais democrática. Ao invés do Estado empresário, o qual seria marcado por uma tradição centralizadora, interventora, patrimonialista e pouco eficiente seria necessário instituir uma gestão gerencial, a qual seria responsável por universalizar o acesso ao público, criando um espírito meritocrático na burocracia além de, fundamentalmente, democratizar o Estado² (Cardoso, 1998). O grande

²Sobre a instituição deste processo pelo governo FHC Bresser-Pereira(2001) argumenta: “Dessa forma, o novo presidente transforma a SAF em MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, e me nomeia ministro, eu não demorei em definir as diretrizes e os objetivos da minha tarefa.

sistematizador do projeto de reforma do Estado no Brasil foi Luiz Carlos Bresser-Pereira³ através de sua atuação como ministro da reforma do Estado do governo FHC. Bresser-Pereira (2001) afirma que um dos objetivos do projeto de reforma do Estado era transformar os serviços sociais e científicos que foram originalmente sempre prestados pelo Estado em organizações sociais. Estas seriam “organizações públicas não-estatais financiadas pelo orçamento do Estado e supervisionado através de contratos de gestão” (Bresser-Pereira, 2001:24). A partir do financiamento das instituições públicas não-estatais teríamos a constituição de um modelo social-liberal responsável por gerar uma utilização benfazeja do orçamento público.

Como argumenta precisamente Barbosa Filho (1995), a nova relação proposta por Cardoso entre Estado e sociedade implicava transferir para o mercado a responsabilidade pela distribuição dos benefícios que até então eram feitos pelo sistema político. Ainda segundo Barbosa Filho (idem), o projeto de Cardoso via no desenvolvimento do mercado a principal agência de incorporação social e socialização. Desta forma os interesses existentes na sociedade, os quais tradicionalmente haviam sido alijados devido ao intenso processo de privatização pelo qual o Estado havia sido sempre submetido, poderiam ser plenamente representados. Com isso, constituiríamos uma democracia efetiva no Brasil. Como pode ser observado até aqui os dilemas sócio-políticos brasileiros mais importantes estavam circunscritos ao Estado. A sociedade civil, por sua vez, teria sido apenas vítima de uma estrutura burocrática, pesada,

Começava então a Reforma Gerencial de 1995. Não fui eu quem solicitou a mudança de *status* e de nome do ministério, mas esta mudança fazia provavelmente sentido para o presidente: desta forma ele fazia um desafio ao novo ministro e à equipe que eu iria reunir em torno de mim, para que enfrentasse a reforma da administração pública a partir da perspectiva ampla da reforma do Estado”(p.22)

3Como procuraremos demonstrar nesta dissertação de mestrado o projeto de reforma do Estado não teve como influência intelectual o pensamento de Raymundo Faoro, pois foi Fernando Henrique Cardoso foi o grande sistematizador da interpretação do Brasil que virou projeto político no país durante os anos 1990. Luiz Carlos Bresser-Pereira foi o grande sistematizar do projeto de reforma do Estado no Brasil levado a cabo a partir do MARE: Ministério da Reforma do Estado. Ao escrever um capítulo sobre a trajetória e as transformações do Estado brasileiro desde o seu processo formativo, Bresser-Pereira (2001) utiliza a interpretação de Raymundo Faoro para caracterizar a burocracia pública no Brasil durante o Império. Isto poderia ser a mostra efetiva da incorporação e da influência de Faoro sobre Bresser-Pereira. Na verdade, existe uma concordância com a parte sobre o Estado instaurado durante o Império. Quando ele analisa a República, sobretudo o governo Vargas, considera a interpretação de Faoro muito limitada: “Diferentemente da sua antecessora, a burocracia não tinha caráter aristocrático, nem estava circunscrita ao Estado, nos termos da interpretação de Faoro. Além da clássica tarefa política e administrativa, a nova burocracia passava a ter uma função econômica essencial: a coordenação das grandes empresas produtoras de bens e serviços, fossem elas estatais ou privadas”(p.10). Assim como acontece com Cardoso (veremos no sétimo capítulo desta dissertação) Bresser-Pereira concorda com aspectos da interpretação de Faoro. Tal concordância deu-se, precisamente, devido às suas pesquisas sobre a tecnocracia durante o regime militar. Fazendo esta ressalva fundamental temos a possibilidade precisa de fugirmos de interpretações simplistas e em princípio muito convincentes sobre a suposta influência de Faoro sobre Cardoso e Bresser-Pereira.

ineficiente e, sobretudo, fortemente privatizada por interesses de grupos específicos. Neste sentido, a passagem das funções estatais do Estado corrupto para a sociedade “honesta” e “vitimizada” e a instituição de uma plena economia de mercado seriam as pré-condições fundamentais para se instituir no Brasil uma democracia efetiva.

O Estado seria responsável por constituir políticas sociais que mantinham a desigualdade. Portanto, a reforma do Estado seria necessária para poder permitir o crescimento da economia de mercado e também para (supostamente) atender às camadas mais pobres da sociedade brasileira. Desta forma o Estado poderia cumprir sua função universalizadora, pois ele seria fortalecido para lidar com o mercado, além do fortalecimento das políticas destinadas a atender as pessoas mais pobres (Cardoso e Toledo, 1998). Com essas medidas, os interesses privados (patrimonialistas) seriam derruídos efetivamente do seio do Estado fazendo com que este, agora regulamentador e indutor, pudesse cumprir como dissemos acima, sua função universalizadora.

Cardoso concedeu uma importante entrevista a Roberto Pompeu de Toledo quando se encaminhava para o encerramento de seu primeiro mandato como presidente da República em 1998⁴. Nesta entrevista ele defende a tese de que nós herdamos o patrimonialismo ibérico com a vinda para o país da família imperial portuguesa em 1808. A partir deste evento histórico teríamos o reforço do peso burocrático representado pelo Estado, que se somaria à sociedade escravocrata e patrimonialista. Cardoso afirma que o poder burocrático e o da terra seriam os únicos reais no Brasil, os quais estariam extremamente concentrados (Cardoso e Toledo, 1998a). Em virtude destes fatores, Cardoso faz a defesa do que chama de Estado necessário. Ele afirma que estava reconstruindo o Estado, o que tornaria indevida sua caracterização como um neoliberal⁵. O Estado deveria ser diminuído porque ele no Brasil seria sempre

4Nesta entrevista Cardoso (1998a) afirma de forma categórica que foi ele o responsável pela parte referente à reforma do Estado quando da criação do programa do PSDB: “Primeiro, vamos à filosofia. Quando escrevemos o programa do PSDB, eu me incumbi dessa parte. Foi no governo Sarney. Escrevi que nosso problema não é nem Estado mínimo nem de Estado máximo, mas de Estado necessário. Era uma maneira de sair da entalada sem entrar na ideologia. Depois, quando tomei posse no Ministério da Fazenda, tive de enfrentar a questão das privatizações” (p.287).

5 Fato com o qual concordamos. A caracterização de Fernando Henrique Cardoso como um neoliberal teve a função de reproduzir uma visão completamente equivocada de sua produção intelectual. Tal crítica oriunda dos setores da esquerda, sobretudo os mais radicais, afirmava que o governo FHC apenas teria se convertido à ideologia neoliberal prevalecente através de uma abertura passiva e indiscriminada da economia nacional ao capital estrangeiro. Desta forma, Cardoso teria “esquecido” seu passado intelectual radicado no marxismo ao se converter ao neoliberalismo. Ora, nada mais equivocado do que esse tipo de proposição. Como procuraremos demonstrar nesta dissertação Cardoso é um dos intelectuais brasileiros mais coerentes, uma vez que sua produção intelectual teve uma importância absolutamente central para o projeto capitaneado por ele anos 1990. Taxá-lo de neoliberal apenas ajuda a corroborar os equívocos

incapaz de oferecer resolução aos problemas da maioria, somado à sua privatização, sobretudo durante o regime militar, o que seria responsável pelo processo de exclusão social. Neste sentido, a reforma do Estado não funcionaria como um movimento de incentivo à racionalização formal da máquina pública e de incentivos a critérios de competição aberta em detrimento de cartórios fechados (Cardoso, 1998a, p.12). Este movimento teria um caráter democratizador no sentido de assentar as bases do Estado que tem uma sociedade que não aceitaria mais a presença de milhões de excluídos (Cardoso, 1998a).

A referência à tese da herança ibérica patrimonial nos leva a um terceiro e fundamental fator explicativo para o projeto de reforma do Estado levado a cabo pelo governo FHC, o qual é abordado nesta dissertação. Este se refere, precisamente, à tese do patrimonialismo. Vimos acima duas explicações conjunturais para o processo de reforma do Estado, nos âmbitos interno e externo: fatores conjunturais referentes à crise do Estado nacional-desenvolvimentista, ao advento da globalização e a hegemonia da cartilha neoliberal na América Latina⁶. A interpretação de Luiz Werneck Vianna (1999) sobre a recepção de Max Weber no Brasil demonstra, todavia, que existe um terceiro fator crucial para explicar o processo de reforma do Estado no Brasil. Este terceiro fator estaria radicado na interpretação do Brasil de orientação liberal que via na transplantação do patrimonialismo ibérico através da transferência do Estado português para a sua mais importante colônia como a origem fundamental dos nossos males⁷. Ou seja, esta interpretação daria um caráter científico aos diagnósticos que os críticos do Estado brasileiro faziam ao seu processo de privatização e conseqüente privilegiamento de grupos específicos durante toda a sua história. Esta interpretação, inclusive, seria

fundamentais sobre a desvinculação pretensamente existente entre sua produção intelectual e o seu projeto político de reforma do Estado. Estes equívocos, infelizmente, são disseminados no senso comum e na academia brasileira de forma hegemônica.

6 Neste sentido temos o trabalho de Lúcia Cortes da Costa (2000). A autora possui o mérito de demonstrar, precisamente, como o projeto de reforma do Estado possuiu um caráter profundamente conversador sob sua capa de pluralista. Todavia, foca-se apenas nos dados conjunturais como fatores fundamentais para o projeto capitaneado pelo governo FHC.

7 No seu *Weber e a Interpretação do Brasil* Werneck Vianna faz uma competente análise da recepção de Max Weber no Brasil. Esta recepção foi feita a partir do patrimonialismo radicado na sociedade civil, cujos autores mais importantes são Maria Sylvia de Carvalho Franco e Florestan Fernandes; e o patrimonialismo estatal oriundo da herança ibérica, cujos autores considerados fundamentais por Werneck Vianna são Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Apesar de demarcar a necessidade de ruptura nas duas versões weberianas de interpretação do Brasil, Werneck Vianna afirma de maneira precisa e categórica que a interpretação weberiana fundamental na época da reforma do Estado era aquela levada a cabo por Faoro e Schwartzman.

hegemônica na academia e na opinião pública brasileiras⁸. Assim, Simon Schwartzman e, especialmente, Raymundo Faoro teriam tido suas interpretações do Brasil incorporadas pelo PSDB como idéias-força para o seu projeto político de reforma do Estado no Brasil⁹.

Esta tese de Werneck Vianna é fundamental, pois demonstra como além das questões conjunturais certa forma de interpretar o Brasil foi basilar para o processo de reforma do Estado¹⁰. Ou seja, houve uma vinculação precisa entre produção intelectual e prática

8 Nesse sentido Werneck Vianna (idem) afirma: “O Weber da versão hegemônica nas ciências sociais e na opinião pública sobre a controvérsia sobre a interpretação do Brasil tem sido aquele dos que apontam o nosso *atraso* como resultante de um vício de origem, em razão do tipo de colonização a que fomos sujeitos, a chamada herança do patrimonialismo ibérico, cujas estruturas teriam sido ainda mais reforçadas com o transplante, no começo do século XIX, do Estado português no solo americano”(p.35)

9 Como dissemos em nota acima Werneck Vianna analisa em seu texto a recepção de Max Weber no Brasil. Nesse sentido, algumas análises feitas por ele neste texto não possuem um caráter muito preciso, como podemos ver no trecho a seguir referente à vinculação da tese do patrimonialismo com a prática política: “Essas versões fizeram fortuna - embora nem sempre estivesse visível, em especial em fins da década de 80 e no começo da de 90, o que as singularizava irredutivelmente – e consistiram no suporte ideal das forças políticas que, após a promulgação da Constituição de 1988, se fizeram dominantes na opinião pública e nos segmentos organizados da sociedade, vindo mais tarde a assumir configuração partidária no PSDB e no PT, não por acaso originários do Estado de São Paulo, o primeiro deles, como notório, ocupando a Presidência da República, e o segundo o lugar de maior partido de oposição do país. (p.45). Com esta citação parece que a influência da tese do patrimonialismo sobre o PSDB fica um tanto imprecisa entre as duas matrizes a recepcionar Max Weber no Brasil. Todavia essa imprecisão, fruto de sua abordagem, nos parece desfeita quando este afirma de maneira categórica como a interpretação weberiana de Faoro e Simon possui caráter hegemônico na academia e na opinião pública brasileiras. Neste sentido, nos parece que esta interpretação do Brasil é que influenciou o PSDB na construção do seu projeto político para Werneck Vianna. Além disso, a interpretação weberiana advinda de Faoro e Schwartzman teria como ponto fundamental a emancipação geral contra a emancipação particular para a versão de Fernandes e Franco. Como o projeto de reforma do Estado teve o objetivo de emancipação geral em relação à tradição ibérica podemos ver claramente que as interpretações liberais de Faoro e Simon é que tiveram esse papel de idéia-força para o PSDB de acordo com a interpretação de Werneck Vianna.

10 Rubens Goyatá Campante (2003) em *Seu Patrimonialismo em Faoro e Weber a sociologia brasileira* desdobra a recepção de Weber no Brasil feita por Werneck Vianna através de uma análise cuidadosa de como Faoro utiliza as categorias weberianas e como uma série de outros autores brasileiros como Maria Sylvia de Carvalho Franco, Florestan Fernandes, Simon Schwartzman, Antonio Paim, Elisa Reis, Fernando Uricoechea, José Murilo de Carvalho utilizaram as categorias weberianas de patrimonialismo e estamento em suas interpretações do Brasil. Além disso, ele expõe a visão crítica de Werneck Vianna sobre Faoro. Campante segue Werneck Vianna em seu texto ao defender que houve uma recepção do diagnóstico de Faoro durante os anos 1990 com o processo de reforma do Estado: “Ironicamente, entretanto, são provavelmente tais grupos que se utilizam da recepção (canhestra) da obra de Faoro para defender uma ‘redução’ do Estado que se configura, na prática, na redução de seu papel de distribuidor de renda e promotor da inclusão social, pela venda (criminoso pelo método, não por ela, em si) de suas empresas e pela colocação desse Estado à mercê dos rentistas (nacionais e internacionais) que vivem de financiá-lo a juros assombrosos. Embora a utilização do argumento faoriano seja, por um lado, distorcida, considero que este tipo de recepção do argumento se deve também a elementos nele presentes, especialmente a idéia de que uma sociedade de classes, com pleno domínio do mercado, é o fio condutor da democratização”(p.186). Como veremos em detalhe nesta dissertação esta interpretação

política no Brasil nos anos 1990. A partir da tese de Werneck Vianna (idem), Raymundo Faoro torna-se o grande baluarte intelectual do processo de reforma do Estado no Brasil. Isto se daria porque o diagnóstico do autor teria demonstrado como havíamos herdado uma cultura privatista, autoritária que havia se perpetuado desde a fundação do Estado Imperial. A perpetuação desta cultura de origem seria a explicação precisa para o Estado burocratizado, pesado, ineficiente e corrupto denunciado, por exemplo, pelo PSDB. Além do diagnóstico “preciso” sobre os males brasileiros a interpretação de Faoro sobre o Brasil ainda trairia consigo um lado político-normativo a favor da organização da sociedade pelo mercado. A partir do trabalho de Werneck Vianna teríamos a constituição de mais uma variável explicativa para a reforma do Estado no Brasil, o que demonstrava que além de fatores conjunturais o projeto de reforma do Estado nos moldes em que foi constituído provinha de uma ligação fundamental com certa matriz de interpretação do Brasil.

A partir da tese fundamental de Werneck Vianna dois equívocos foram disseminados na academia brasileira e também no âmbito do senso comum. O primeiro deles refere-se à existência de um suposto lado normativo existente na teoria de Raymundo Faoro em favor da reforma do Estado. O segundo, disseminado também fortemente pelo senso comum, refere-se à existência de uma pretensa dicotomia entre a produção intelectual e a prática política de Cardoso nos anos 1990. Como deixou bem explícito a tese de Werneck Vianna, Cardoso teria incorporado a teoria de Faoro na construção de seu projeto político de reforma do Estado no âmbito do PSDB. Neste sentido, a tese de Bernardo Sorj (2000) segundo a qual existe uma ambigüidade fundamental entre o intelectual e o político seria plenamente correta. Pela história intelectual de Cardoso supostamente marcada apenas pelos estudos sobre a dependência e pelo marxismo, o projeto político de reforma do Estado levado a cabo nos anos 1990 seria a demonstração efetiva de uma grande inflexão em seu pensamento. Esta pretensa dicotomia entre intelectual e o político constitui-se na academia brasileira hoje como um elemento central.

Como dissemos acima, Werneck Vianna defende uma tese que nos fornece a possibilidade de termos mais um fator explicativo para o processo de reforma do Estado

sobre uma suposta recepção do argumento de Faoro durante os anos 1990 no sentido da reforma do Estado apenas nos ajuda a perpetuar equívocos fundamentais que nos impedem de fazer uma vinculação precisa entre produção intelectual e prática política no Brasil durante este período chave de nossa história recente.

na medida em que conseguimos fugir das explicações meramente conjunturais. Através desta tese podemos visualizar como uma determinada produção intelectual tornou-se projeto político corroborando uma tradição existente no Brasil da vinculação entre produção intelectual e projeto político. Podemos visualizar este ponto nos casos do Visconde do Uruguai - agente fundamental do processo de centralização responsável consolidar o Império brasileiro em 1840 –, de Oliveira Vianna - o qual fez de sua produção intelectual sobre o Brasil mais do que um diagnóstico, mas um diagnóstico voltado para elites políticas no sentido da criação de um Estado forte e centralizado capaz de vertebrar e tutelar a sociedade. Oliveira Vianna, apesar aplicação da solução corporativa diversamente do que ele prepusera, este teve ação no Estado criado em 1930 como consultor do ministério do trabalho. E Francisco Campos – o qual escreveu a carta constitucional de 1937 que instituiu juridicamente o Estado Novo¹¹.

Raymundo Faoro, por sua vez, não participou diretamente do projeto de reforma do Estado. Sua ação teria sido indireta através da suposta incorporação de sua teoria pelo PSDB de Fernando Henrique Cardoso. Certamente a tese do patrimonialismo foi fundamental para o processo de reforma do Estado no Brasil. Todavia, ela não derivou para a prática política através de uma simples incorporação da tese de Faoro pelo PSDB. Na verdade, o autor/ator fundamental a fazer a passagem da tese do patrimonialismo para o projeto de reforma do Estado nos anos 1990 no Brasil foi Fernando Henrique Cardoso e não Raymundo Faoro. Ou seja, não existe dicotomia entre o intelectual e o político como defendem Werneck Vianna, Bernardo Sorj, a academia brasileira hegemonicamente e o senso comum. Se a tese de Werneck Vianna trás por um lado uma variável fundamental para um entendimento ampliado e preciso do encaminhamento político levado a cabo nos anos 1990 no Brasil, acaba corroborando equívocos que terminam por limitar profundamente nosso entendimento sobre a vinculação entre produção intelectual e prática política durante este período.

Pelo valor e também em virtude da existência de equívocos importantes nosso objetivo nesta dissertação é dar um caráter preciso à tese de Werneck Vianna sobre a vinculação entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado levado a cabo nos anos 1990. Para tanto, demonstraremos como a produção intelectual de Cardoso sobre o

11 Uma excelente análise sobre o pensamento do Visconde do Uruguai encontra-se em Ivo Coser (2008). Sobre a interpretação de Oliveira Vianna e a solução corporativa levada a cabo a partir de 1930 há o seminal ensaio de Luiz Werneck Vianna(2004). Já sobre Francisco Campos o trabalho de Rogerio Dultra dos Santos (2006) é uma referência fundamental.

Brasil, produzida nos anos 1970, teve um caráter central para a sua visão definitiva sobre o Brasil utilizada em seu projeto político. Para tanto, dividiremos o seu pensamento em três momentos específicos e defenderemos que a interpretação do Brasil construída por Cardoso nos anos 1970 sobre o desenvolvimento dependente e o autoritarismo possui *afinidades eletivas* com as interpretações de Simon Schwartzman e Raymundo Faoro, autores que constroem as duas interpretações liberais mais importantes do Brasil republicanos a ponto de terem sido, para Werneck Vianna (sobretudo Raymundo Faoro), os suportes intelectuais da reforma do Estado no Brasil.

A tese das *afinidades eletivas* nos ajuda a demonstrar como uma pretensa incompatibilidade existente *a priori* de Cardoso em relação a Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, o que faria uma possível ligação entre os autores algo como um verdadeiro “absurdo sociológico”, é o que nos ajuda a corroborar o equívoco fundamental referente à pretensa dicotomia entre as instâncias intelectual e política de Fernando Henrique Cardoso. Desta forma, como temos demonstrado, não conseguimos fazer uma ligação precisa entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado no Brasil.

Diversamente do que defende a interpretação hegemônica sobre o pensamento de Cardoso no Brasil procuraremos demonstrar nesta dissertação que seu pensamento não se resume apenas aos temas do desenvolvimento e da dependência, pois tem uma primeira parte de sua obra estudos seminais sobre as relações raciais no sul do Brasil. Além disso, ainda possui em Max Weber e no conceito de patrimonialismo outros pilares fundamentais. Assim como fazem Schwartzman e Faoro, Cardoso também recepciona Max Weber para pensar o *atraso* da sociedade brasileira. Devido à disseminação na academia brasileira de uma visão simplista e equivocada do pensamento de Cardoso, na medida em que o autor apenas se preocuparia com o desenvolvimento e a dependência, Werneck Vianna não coloca na recepção de Weber no Brasil Fernando Henrique Cardoso.

O trabalho de Werneck Vianna sobre a recepção de Weber no Brasil tem como objetivo central demonstrar como sua recepção foi derivada para a prática política. Neste sentido, Werneck dividiu a recepção de Weber em patrimonialismo societal e patrimonialismo de Estado, o qual teria sido herdado de Portugal. O autor, como vimos acima, demonstra como esta última versão tornou-se hegemônica na opinião pública e na academia

brasileira. Como demonstraremos que a produção intelectual de Cardoso construída a partir anos 1970 possui *afinidades eletivas* com as interpretações de Faoro e Schwartzman e que ele a utilizou como elemento fundamental para o projeto de reforma do Estado, propomos uma revisão na recepção de Max Weber no Brasil feita por Werneck Vianna. Para nós o autor que consideramos ter o protagonismo na matriz denominada pelo Werneck Vianna de patrimonialismo de Estado é Fernando Henrique Cardoso. Diferentemente de Raymundo Faoro que esteve na oposição a tais medidas liberalizantes, e de Simon Schwartzman, que apesar de pregar de forma efetiva a ruptura institucional com a tradição ibérica ocupou apenas a presidência do IBGE no primeiro governo de FHC, Cardoso tem o protagonismo nesta matriz de recepção de Max Weber no Brasil. Este protagonismo ocorre porque ele utilizou sua interpretação weberiana do Brasil para “abrir” o Estado ao mundo dos interesses como forma de pretensamente democratizar o Estado e a sociedade brasileira, como bem argumenta Werneck Vianna em relação à tese do patrimonialismo e sua conseqüente derivação para a prática política no Brasil durante os anos 1990.

Como demonstraremos abaixo, Max Weber possui uma importância fundamental no pensamento de Cardoso, sendo um de seus pilares fundamentais junto com Marx¹². Com isso, conseguimos uma importante ferramenta para a compreensão mais abrangente das medidas efetuadas por Cardoso na presidência da República com o intuito de superar o *atraso* brasileiro, pois faremos uma vinculação precisa entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado. Desta forma teremos um elemento vigoroso para se juntar as já tradicionais interpretações resultantes de fatores meramente conjunturais que vimos no início desta introdução.

De uma forma transversal ao objetivo acima demarcado procuraremos demonstrar como as interpretações do Brasil levadas a cabo por Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e por Fernando Henrique Cardoso nos anos 1970 possuem flagrantes limitações teóricas. Elas possuem como ponto central um diagnóstico sobre o *atraso* brasileiro que funciona como elemento central para simplificar e naturalizar o verdadeiro fator de atraso da sociedade brasileira que, como demonstraremos, transcende à questão meramente institucional. O foco no Estado funciona como superficialização do atraso brasileiro. Para alcançarmos nossos objetivos nesta dissertação de mestrado dividimos os sete

12 A partir da segunda metade dos anos 1970, como muito bem demonstrou Milton Lahuerta (1999), Cardoso advogará pela centralidade de Weber para compreensão do mundo contemporâneo de então. Veremos a utilização de Max Weber neste período no capítulo VII desta dissertação.

capítulos que a compõem em duas partes. A primeira será composta pelos capítulos I, II e III. A segunda parte será composta pelos capítulos IV, V, VI e VII da seguinte forma:

No capítulo I exporemos as bases teórico-metodológicas que utilizaremos para fazermos uma releitura das obras de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Fernando Henrique Cardoso, nos fornecendo suporte para defendermos nossa tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a produção intelectual de Cardoso feita nos anos 1970 e as interpretações liberais de Faoro e Schwartzman. Desta forma, as proposições teóricas deste capítulo nos darão condições de fazermos uma vinculação precisa entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado levado a cabo pelo governo FHC. Além disso, exporemos a teoria da subcidadania de Jessé Souza que nos dará condições de construirmos uma visão alternativa sobre o atraso brasileiro em relação às produções de Faoro, Schwartzman e de Cardoso da década de 1970.

No capítulo II propomos uma releitura da obra de Raymundo Faoro através do diálogo com a caracterização e crítica das teorias evolucionistas feitas pelo sociólogo inglês Anthony Giddens. Primeiramente debateremos com algumas das mais importantes interpretações Raymundo Faoro. Logo após, através da idéia de evolucionismo teórico vamos reler a obra de Faoro demonstrando as fragilidades existentes em seus pressupostos teóricos mais importantes. Com isso, nos colocaremos contra a interpretação mais importante de seu pensamento no Brasil feita por Luiz Werneck Vianna, o qual defende que existe um lado normativo a favor da reforma do Estado no pensamento de Faoro. Através da idéia de evolucionismo teórico defenderemos que a interpretação de Faoro se constitui como um circuito fechado para a modernidade e para a democracia no Brasil. A partir desta releitura colocaremos em xeque a interpretação de Faoro para compreender o caso brasileiro.

No capítulo III partindo também da idéia de evolucionismo teórico trabalhada por Antony Giddens proporemos uma releitura da obra de Simon Schwartzman, especificamente do seu conceito de neopatrimonialismo. Primeiramente, debateremos com algumas interpretações de seu pensamento. Logo após defenderemos que o conceito de neopatrimonialismo, que *a priori* traria um caráter modernizador à caracterização do patrimonialismo brasileiro, acaba embebido pelo mesmo evolucionismo teórico contido na obra de Faoro. Desta forma, acaba se constituindo como um elemento bastante frágil e insuficiente para compreender de forma precisa o

Brasil. Assim como fizemos com a obra de Faoro questionaremos a obra de Schwartzman como um elemento capaz de compreender de forma precisa os dilemas brasileiros mais importantes.

No capítulo IV debateremos com três interpretações da obra de Fernando Henrique Cardoso pela importância existente em cada uma delas. Debateremos primeiro com a interpretação hegemônica de Cardoso no Brasil exemplarmente defendida por Sergio Tavolaro, a qual se concentra unicamente na condição de dependência; em seguida debateremos com a interpretação marxista de Ivan Cotrin devido à demonstração feita pelo autor da importância fundamental de Max Weber para Cardoso; e também com a interpretação marxista de Maria Juvêncio Sobrinho, a qual demonstra com sua análise cuidadosa da produção de Cardoso entre 1972 e 1992 como as teses defendidas pelo autor durante os anos 1970 conformarão sua visão definitiva sobre o Brasil, a qual ele levou à presidência da República. Ao final do capítulo, nos colocaremos contra a interpretação alternativa à obra de Cardoso proposta por Cotrin e Sobrinho. Isto porque elas sofrem a mesma limitação da interpretação de Cardoso construída a partir dos anos 1970, uma vez que transferem para o âmbito sistêmico representado pelo mercado a explicação fundamental do *atraso* brasileiro.

No capítulo V iniciaremos nossa interpretação da obra de Cardoso a partir do contextualismo lingüístico de Quentin Skinner. Neste capítulo analisaremos o primeiro momento da produção intelectual de Cardoso através de suas pesquisas sobre as relações raciais no sul do Brasil, as quais tinham com objetivo central demonstrar como as relações raciais nesta região do país não diferiam do caráter ubíquo que possuíam no restante do Brasil. Defenderemos que o ponto mais importante existente nestas obras de Cardoso sobre as relações raciais no sul do Brasil se referia precisamente à constituição de um padrão de socialização patológica que funcionou como o responsável maior pela exclusão permanente à cidadania efetiva de um grande contingente humano na sociedade de classes brasileira. Através dessa leitura alternativa teremos subsídios fundamentais para colocarmos em xeque a produção intelectual de Cardoso feita no capítulo VII sobre o regime burocrático-autoritário. Desta forma proporemos a dicotomia Cardoso contra Cardoso.

No capítulo VI analisaremos o segundo momento de sua produção intelectual através de suas pesquisas sobre o desenvolvimento brasileiro e também sobre a dependência.

Demonstremos como a mudança temática para a questão do desenvolvimento através da criação do CESIT, por Florestan Fernandes, fez com que a visão de Cardoso sobre a sociedade brasileira torna-se simplista, empobrecedora e bastante limitada. Isto porque o autor abandona os *insights* analisados no capítulo anterior para valorizar apenas o patrimonialismo de origem agrária como elemento fundamental para compreender os dilemas brasileiros. Além da ênfase apenas no patrimonialismo de origem agrária como dilema brasileiro, a construção da teoria da dependência através da utilização do método histórico-estrutural fez com que a visão empobrecedora do autor sobre a sociedade de classes no Brasil se aprofundasse. Isso porque a visão estrutural trabalhada neste momento não dava possibilidade para o autor visualizar as ubíquas relações existentes entre as classes abarcadas pelo seu estudo, corroborando sua visão empobrecedora iniciada no âmbito do CESIT.

No capítulo VII temos alguns objetivos fundamentais para esta dissertação. O primeiro deles refere-se à demarcação do terceiro momento de sua produção intelectual, o qual esteve concentrado nos debates sobre a natureza do desenvolvimento dependente produzido durante o regime militar e na produção da teoria do autoritarismo. Demonstraremos como Cardoso, ao se debruçar sobre a natureza do autoritarismo no Brasil, defende que o autoritarismo brasileiro possui suas raízes na herança do patrimonialismo ibérico supostamente herdado de Portugal. Com isso, o autor inflexiona sua caracterização do patrimonialismo brasileiro: este deixa de ser oriundo do mundo rural para ser resultante da colonização ibérica. Além disso, o autor verá a questão institucional como o grande dilema referente à constituição de uma democracia efetiva no Brasil. A partir das teses defendidas por Cardoso defenderemos que existem *afinidades eletivas* entre a produção intelectual do autor construída a partir deste período e as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, as duas interpretações liberais mais importantes produzidas no Brasil republicano. Com esta tese daremos um caráter de precisão à tese de Luiz Werneck Vianna sobre a vinculação existente entre a tese do patrimonialismo e a reforma do Estado levada a cabo pelo governo FHC com o intuito de superar o *atraso* brasileiro. No final do capítulo proporemos a dicotomia Cardoso contra Cardoso através do confronto entre a produção intelectual do autor sobre as relações raciais no sul do Brasil e a produzida nos anos 1970 sobre o regime burocrático-autoritário. Através disso, defenderemos que a interpretação construída por Cardoso neste período e, sobretudo, sua proposição

normativa referente à democratização possuem um caráter limitador, superficial e encobridor das bases efetivas do atraso brasileiro.

PARTE I. O “idealismo Constitucional” de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman

A interpretação do Brasil que vê no âmbito institucional a causa do *atraso* brasileiro foi iniciada na segunda metade do século XIX com Aureliano Candido Tavares Bastos¹³. Para o pensador alagoano, o Brasil havia herdado uma pesada e nefasta herança da colonização portuguesa. Esta seria responsável pela constituição de uma estrutura institucional todo-poderosa, irracional, corrupta, responsável por

13 Sobre a interpretação do Brasil de Tavares Bastos e seu projeto político-normativo há o seminal ensaio “Americanistas e Iberista: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos”, publicado no seu *A Revolução Passiva*. Sobre a recepção de Tocqueville por Tavares Bastos, bem como as críticas à proposta liberal de Bastos feitas por Oliveira Vianna e Francisco Campos há o trabalho de Ribeiro (2008).

imobilizar a sociedade civil e os seus respectivos interesses. Em virtude disso havia a necessidade de uma reforma institucional em torno da descentralização administrativa e da instituição de uma economia de mercado. Esta interpretação, a qual poderia ser obra isolada do liberal Tavares Bastos em sua crítica ao Segundo Reinado brasileiro, na verdade representou o início da matriz liberal de interpretação do país que possui hoje hegemonia na academia e na opinião pública brasileiras. Gildo Marçal Brandão demonstrou como a interpretação de Tavares Bastos representou o início da matriz liberal denominada por ele de “idealismo constitucional”¹⁴, a qual teve durante o século XX como principais continuadores Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Faoro e Schwartzman ganharam notoriedade fundamental durante os anos 1970 e 1980, na medida em que suas interpretações se “encaixavam como uma luva” como explicação para o deletério ciclo autoritário instaurado no país a partir de 1964, bem como do autoritarismo existente no Brasil. Assim como Tavares Bastos, Faoro e Schwartzman identificavam na herança do sistema político português, acrescido de um “novo colorido” expresso pelo conceito weberiano de patrimonialismo, a causa essencial do *atraso* brasileiro. Em virtude disso, a reforma do Estado em favor da liberdade, da livre iniciativa e de uma economia de mercado plena seria o fator crucial para a constituição de uma democracia efetiva no Brasil. Ou seja, apenas a reforma institucional poderia instituir as bases para uma ordem benfazeja no país representada pelo sistema representativo. Portanto, seria necessário restringir o Estado até o ponto em que a sociedade pudesse ser reconstruída e plenamente representada. Afinal de contas, o *atraso* brasileiro está, para essa matriz, radicado no âmbito institucional. A força das teses originalmente defendidas nesta matriz mostrou-se tão intensa no Brasil que elas acabaram virando ferramentas intelectuais para o projeto político de reforma do Estado lavado a cabo nos anos 1990 pelo PSDB. Neste sentido, Faoro e Schwartzman foram considerados por Luiz Werneck Vianna como os suportes intelectuais fundamentais deste projeto. Ao contrário deste postulado demonstraremos que não foram as obras de Faoro e Schwartzman os suportes intelectuais para este projeto no Brasil. Ao contrário deste postulado defendido por Werneck Vianna, o grande autor a fazer a passagem da produção intelectual à prática política nos anos 1990 foi Fernando Henrique Cardoso.

14 Mesmo utilizando a tese de Brandão sobre as linhagens existentes no Pensamento Político Brasil temos em Luiz Werneck Vianna (1999,2004) o pioneiro na demarcação da linhagem existente entre Tavares Bastos, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman: “ Em Tavares Bastos, então, o problema da singularidade da formação brasileira se contém na configuração de seu sistema político, inaugurando, assim, a tradição de análise que passa por Raymundo Faoro(1975) e Simon Schwartzman(1982).”(Werneck Vianna,2004:169).

Para tanto, defenderemos que existem *afinidades eletivas* entre a produção intelectual de Cardoso durante os anos 1970 e as obras de Faoro e Schwartzman. Todavia, antes de defendermos este postulado faremos na primeira parte desta dissertação uma releitura das obras dos dois intérpretes liberais mais importantes do Brasil após a obra inicial de Tavares Bastos. Procuremos, através dos pressupostos teóricos mais importantes demonstrar as fragilidades existentes nas obras destes intérpretes fundamentais da tradição liberal de interpretação do Brasil, caracterizada por Gildo Marçal Brandão com “idealista constitucional.”

Capítulo I – Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa

A construção de uma releitura das obras de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Fernando Henrique Cardoso impõem-se como o objetivo geral desta dissertação. Para que tal objetivo possa ser alcançado de maneira proveitosa é necessário que tal empreitada esteja teoricamente bem fundamentada. Aliás, todo trabalho que se propõe a reler autores e textos clássicos no sentido de trazer novos elementos necessita de ter um bom instrumental teórico-metodológico. Caso não os possua, acaba construindo interpretações superficiais que têm a função de mais confundir do que proporcionar a possibilidade da construção de um entendimento proveitoso de determinado autor ou teoria. No caso específico dos autores que serão estudados nesta dissertação de mestrado tal empreitada mostra-se fundamental. Em relação a Raymundo Faoro e Simon Schwartzman conseguimos também demonstrar os equívocos existentes nas proposições de seus mais importantes intérpretes. Em relação a Cardoso pudemos fazer uma leitura de sua obra dividida por fases, de uma forma a podermos analisar cuidadosamente como foram feitas as primeiras produções do autor,

além de observarmos como seu pensamento vai sendo modificado entre a metade dos anos 1950 e os anos 1970. Esta cuidadosa análise das especificidades do pensamento e as modificações que ele sofre durante o período acima citado é central para defendermos nossa tese de que sua interpretação do Brasil produzida a partir dos anos 1970 possui *afinidades eletivas* com as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. A partir desta tese poderemos precisar a tese de Luiz Werneck Vianna sobre a vinculação da tese do patrimonialismo com o projeto de reforma do Estado levado a cabo nos anos 1990 pelo governo do presidente FHC com o intuito de superar o *atraso* brasileiro.

Para engendramos os objetivos acima citados, consideramos que um diálogo com a teoria social pode ser um caminho promissor. Nesse sentido, inicialmente analisaremos a perspectiva teórica de Antony Giddens produzida no seu *A Constituição da Sociedade*, obra na qual o sociólogo inglês constrói a sua teoria da estruturação. Veremos como o autor engendra uma análise crítica das insuficiências, ou melhor, equívocos das teorias evolucionistas para uma análise precisa do processo de mudança social como, por exemplo, a passagem do mundo tradicional para a modernidade. A partir de sua análise, poderemos construir uma interpretação alternativa das teorias de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman tendo como foco principal seus pressupostos teóricos fundamentais. Desta forma, poderemos cumprir dois objetivos importantes: 1) demonstrar as limitações das teorias propostas por Raymundo Faoro e Simon Schwartzman para interpretar o Brasil e seus dilemas como o autoritarismo e a democracia; 2) demonstrar os equívocos e limitações das interpretações produzidas até hoje sobre estes autores em nosso pensamento social. Acreditamos que com essa releitura a partir do diálogo com a sociologia de Giddens conseguiremos fazer uma leitura crítica ampla, profunda e totalizadora das teorias dos dois autores.

Logo após propormos uma releitura crítica de Faoro e Schwartzman, buscaremos uma releitura da intensa e dinâmica obra de Fernando Henrique Cardoso. Para tanto, nos pautaremos nas contribuições teóricas e metodológicas de Quentin Skinner e de Gildo Marçal Brandão. A partir do contextualismo lingüístico de Skinner poderemos defender a existência de três momentos específicos na produção intelectual de Cardoso, bem como demonstrar as suas especificidades e modificações mais importantes durante estes três momentos. Nesse sentido, conseguimos subsídios para contrapor a primeira parte da produção intelectual de Cardoso, referente aos estudos sobre as relações raciais, à última parte referente à análise do regime definido por Cardoso como burocrático-autoritário.

Com isso, poderemos demonstrar também como os *insights* existentes nas produções de Cardoso sobre as relações raciais, as quais poderiam fornecer a possibilidade um entendimento amplo, profundo e preciso sobre o atraso brasileiro são perdidas em favor de uma interpretação empobrecedora da realidade brasileira. Esta, cujo caráter aparece nos anos 1970, tem no Estado o lugar primordial do *atraso* brasileiro.

Além disso, poderemos nos contrapor a algumas interpretações de Cardoso que, apesar de perceberem o caráter empobrecedor de sua visão sobre o *atraso* brasileiro, acabam propondo uma interpretação alternativa tão limitada quanto a do autor. Isto porque, assim como faz Cardoso, eles defendem que o *atraso* brasileiro é sistêmico. A diferença em relação a Cardoso é que ele não advém do Estado, mas sim do mercado. Como dissemos acima, construiremos uma crítica a Cardoso a partir de elementos contidos em sua própria produção intelectual. Neste sentido, proporemos a dicotomia Cardoso contra Cardoso.

Já a partir da tese das linhagens do Pensamento Político Brasileiro de Gildo Marçal Brandão pretendemos construir nossa tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a produção intelectual levada a cabo por Cardoso durante os anos 1970 e as produções intelectuais de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. A tese de Brandão tem a importância central, pois fornece a possibilidade de tornarmos o que seriam, em princípio, “absurdos sociológicos” em interpretações frutíferas. Ou seja, podemos aproximar autores *a priori* completamente distantes, como é o caso da relação à primeira vista improvável entre Fernando Henrique Cardoso, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Além desta possibilidade de fugirmos das interpretações convencionais destes autores, como as feitas sobre Fernando Henrique Cardoso responsáveis por vinculá-lo apenas a autores cuja temática é o desenvolvimento, ela ainda nos ajuda a fazermos uma vinculação precisa entre produção intelectual e prática política no Brasil. Em nosso caso específico, poderemos fazer as vinculações precisas entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado levado a cabo nos anos 1990 que é defendida de maneira imprecisa por Luiz Werneck Vianna. Iniciaremos nosso diálogo com a análise das proposições de Antony Giddens.

1.0 - Evolucionismo teórico e mudança social

Em a *Constituição da Sociedade* Giddens formula os postulados de sua teoria da estruturação. Um destes postulados refere-se a uma verdadeira cruzada às teorias

evolucionistas presentes nos funcionalistas e nos estruturalistas, que têm como uma de suas características a transformação de seqüências históricas particulares em leis históricas de validade universal. Portanto, para essas perspectivas teóricas a história se caracterizaria como uma continuidade em relação à realidade anterior, como também postulam Raymundo Faoro e Simon Schwartzman na relação necessária entre feudalismo e capitalismo como veremos em detalhe nos próximos capítulos.

Antony Giddens demonstra como as teorias evolucionistas são insuficientes para compreender os processos de mudança social, na medida em que não poderia ser encontrada uma explicação geral de determinação estrutural para a mudança social (Giddens, 2009). A partir da caracterização do evolucionismo teórico efetuada pelo sociólogo inglês, procuraremos engendrar uma releitura das obras de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. No caso de Faoro, demonstraremos como os pressupostos teóricos evolucionistas que estruturam a interpretação do Brasil proposta pelo autor fazem com que não haja possibilidade de ruptura institucional como forma de democratizar a sociedade brasileira a partir da matriz do interesse como defende, por exemplo, a interpretação mais influente de Faoro no Brasil produzida por Luiz Werneck Vianna. Em relação a Schwartzman, o evolucionismo teórico fará com que a sua interpretação do Brasil calcada no conceito de neopatrimonialismo, que em princípio possui um caráter bastante atraente devido ao seu caráter não tradicional, possa ser duramente questionada.

Giddens (2009) afirma que a maioria das versões de determinação estrutural está conectada à tese de que as Ciências Sociais podem revelar leis universais, as quais poderiam identificar os efeitos das coerções estruturais. Com isso, a ocorrência de um determinado tipo de acontecimento seria a comprovação da vigência de uma determinada lei com validade universal (Giddens, *idem*). Neste sentido, existem teorias que afirmam que a mudança social deve ser analisada tendo em vista as leis universais que governam esta mudança, fazendo com que estas teorias tenham de ser organizadas em torno destas leis (Giddens, *idem*).

Antes de demonstrar as insuficiências das teorias evolucionistas, Antony Giddens pontua as características que as estruturam. A primeira delas seria uma continuidade conceitual com a evolução biológica. Giddens, todavia, afirma que nem todos os teóricos evolucionistas compartilham esta característica. A segunda característica demonstraria que o evolucionismo social deve especificar um mecanismo

de mudança. A terceira característica de tais teorias evolucionistas caracteriza-se pela afirmação de que pode ser especificada uma seqüência, ou seja, que existem estágios do desenvolvimento social. Este mecanismo de mudança social estaria vinculado à substituição de certos tipos ou aspectos da organização social por outros (Giddens, 2009:273). Como última característica, Giddens (idem) afirma que a identificação de um mecanismo de mudança social significa explicar a mudança social de maneira que esta pode ser aplicada a toda história humana como mecanismo dominante.

Giddens (idem) argumenta ainda que há nas teorias evolucionistas um mecanismo de compressão unilinear, comprimindo a evolução geral em evolução específica, neste caso o feudalismo precederia o capitalismo na Europa e constituiria o nexos social a partir do qual ele se desenvolveria (Giddens, idem: 274). Este ponto, como veremos nas análises das teorias de Faoro e de Schwartzman, constitui-se em um elemento fundamental de suas teorias. Nesta perspectiva, o feudalismo aparece como um estágio necessário da evolução do capitalismo. Segundo Giddens (idem) na análise do processo de mudança social não poderia ser especificado nenhum mecanismo, pois não existiriam chaves que explicariam o desenvolvimento humano que poderiam ser reduzidas a uma forma unitária.

De acordo com Giddens (2009, p.286: 287), ao explicar a mudança social nenhum mecanismo único e soberano pode ser especificado; não existem chaves que descerrem os mistérios do desenvolvimento social humano, reduzindo-os a uma fórmula unitária, ou que respondam pelas principais transações entre tipos de sociedade de tal maneira também. Não existe uma “unidade de evolução” prontamente acessível às ciências sociais (Giddens, idem). Além disso, a história não possui um formato evolucionista, tendo na tentativa de caracterização desta como tal um elemento extremamente deletério. Para Giddens (idem), o mundo moderno surgiu antes da descontinuidade do que da continuidade com a situação anterior:

Em vez de ver o mundo moderno com uma acentuação ulterior das condições existentes em sociedades divididas em classes, é muito mais esclarecedor vê-lo como tendo realizado uma cesura no mundo tradicional, que ele parece corroer e destruir de forma irremediável. O mundo moderno nasceu antes da descontinuidade do que da continuidade com o que aconteceu antes. A tarefa da sociologia é explicar da melhor forma possível a natureza da especificidade do mundo introduzido pelo advento do

capitalismo industrial, originalmente localizado e fundado no Ocidente. (p.279)

Neste sentido, quatro perigos evolucionistas deveriam ser evitados ao analisarmos o processo de mudança social: 1) compressão unilinear; 2) compressão homológica; 3) ilusão normativa; 4) distorção temporal. Isto resultaria em que o processo de mudança social para ser corretamente compreendido não ficasse preso a um único fator, mas sim que possuísse caráter multifacetado. Tais pontos trabalhados cuidadosamente por Giddens são fundamentais para vermos com precisão a fragilidade das teorias de Faoro e Schwartzman sobre o Brasil. Ao se referir às teorias evolucionistas em geral e ao materialismo histórico em particular, Giddens (idem) afirma que ao explicar a mudança social não se pode especificar um único mecanismo. O processo de mudança social, todavia, deveria levar em conta os seguintes fatores:

- 2 Princípios estruturais – análise de modos de articulação institucional**
- 3 Caracterizações episódicas –delineamento de modos de mudança institucional de forma comparável**
- 4 Sistemas intersociais – especificação de relações entre totalidades sociais**
- 5 Extremidades de tempo-espço – indicação de conexão entre sociedades de tipo estrutural diferenciado**
- 6 Tempo mundial – exame de conjunturas à luz da “História” reflexivamente monitorada**

De acordo com Costa (2004), estas cinco variáveis levadas de maneira combinada constituiriam possibilidades de se estudar, pelo menos indicativamente, os processos de mudança social, de forma a preservar a particularidade dos contextos estudados. Giddens (idem) afirma que não é possível reparar a deficiências das teorias evolucionistas e do materialismo histórico. Em virtude de tal impossibilidade o autor advoga pela desconstrução de tais teorias. Como veremos no próximo capítulo, o evolucionismo teórico possui um caráter fundamental para a interpretação de Raymundo Faoro sobre o Brasil, fazendo com que tenhamos um mecanismo importante para refutar a teoria engendrada pelo jurista gaúcho. Este fator, todavia, ainda não foi

trabalhado devidamente pelos seus intérpretes como veremos no capítulo dedicado a Raymundo Faoro. Em relação a Simon Schwartzman, como assinalamos acima, o evolucionismo teórico possui da mesma maneira um valor crucial, o que nos ajuda a refutarmos também a teoria do sociólogo mineiro.

1.1 - História das idéias e contextualismo lingüístico

A análise do pensamento político possui na vertente textualista uma das abordagens mais importantes. Esta interpretação enfoca apenas os textos, no sentido de que estes podem fornecer os elementos centrais para uma boa interpretação. Ao analisarmos algumas interpretações sobre o pensamento de Cardoso veremos de maneira precisa este tipo de interpretação. Contra o método textualista a interpretação construída pelo enfoque collingwoodiano¹⁵, protagonizada pela figura do historiador inglês Quentin Skinner, possui uma posição central. Como afirma João Feres Jr (2005), Skinner foi o autor que mais se esforçou para sistematizar um projeto para a história intelectual. As ações de Skinner no campo do pensamento político tiveram como objetivo construir uma revisão total das abordagens mais influentes da história do pensamento político (Jasmin e Feres Jr, 2006:15). Estas abordagens teriam como ponto de equívoco a proposição de expectativas do presente nos autores do passado, fazendo como que estas não correspondessem ao que os autores pretendiam comunicar através de seus escritos (Jasmin e Feres Jr, 2006:15). A partir desta crítica, Skinner estabeleceu um esforço teórico para instituir uma importante cruzada contra as mitologias formadas pelas interpretações de cunho textualista. Para tanto, o autor fez uma defesa ardorosa da análise dos textos levando em conta o seu contexto lingüístico, defendendo com isso a análise das idéias em contexto.

Para constituir sua verdadeira cruzada contra as várias mitologias existentes nas perspectivas tradicionais de análise do pensamento político, Skinner procura demonstrar os principais problemas da interpretação tradicional pautada apenas nos textos e nos contextos histórico, político e econômico e religioso. Para o método textualista tradicional, o contexto político, religioso, econômico determina o sentido de qualquer

¹⁵ Segundo Jasmin e Feres Jr (2006) antes de ser batizada de enfoque collingwoodiano por Quentin Skinner em homenagem a ao filósofo inglês R.G. Collingwood, esta abordagem foi conhecida como Escola de Cambridge. Ela foi conhecida desta forma porque muitos de seus adeptos trabalhavam ou estudavam por lá (Jasmin & Feres Jr, 2006:11).

texto. De acordo com Skinner (2000) no processo de avaliação dos textos clássicos produzidos à margem do desenvolvimento histórico, o “conhecimento social como condição necessária para a compreensão dos textos clássicos equivale a negar que contêm de interesse intemporal e perene e, portanto, a quitar todo sentido ao estudo.” (p.151)

Além da proeminência dos contextos tradicionais, o texto em si possui para o método textualista a única chave necessária de sentido (Skinner, 2000:149). Segundo Skinner (idem), o método é completamente inadequado em virtude de fornecer meios insuficientes e sequer apropriados para alcançar uma compreensão que se coloque como conveniente. O texto instituído como objeto auto-suficiente de investigação e compreensão dá origem a grande quantidade de confusões. Por isso,

Colocar expectativas próprias com respeito ao que deve ser dito – ação que o mesmo autor não haveria aceitado – ou sequer poderia ter aceitado como descrição do que estava fazendo. Também quero autonomizar os variados aspectos pelos quais os resultados, em consequência, não podem classificar-se em absoluto como histórias, mas apropriadamente como mitologias. Estudo só do que cada autor clássico disse significa correr inevitavelmente e de diversas maneiras ao risco constante de cair em vários tipos de absurdos históricos (Skinner, 2000:151) (Tradução minha)

As interpretações baseadas apenas nos textos e nos contextos tradicionais legariam como consequência, como vimos, o surgimento de várias mitologias responsáveis pelo surgimento de diversos absurdos históricos. Estas são caracterizadas por incorrerem em falácia metodológica, fazendo com que o autor as caracterize como mitologias da história do pensamento (Jasmin & Feres Jr, 2006:12). Skinner procura demarcar de maneira cuidadosa essas mitologias e seus conseqüentes equívocos na hora de se compor uma interpretação de forma efetiva dos textos históricos.

A primeira configuração de mitologia demarcada por Skinner é a mitologia das doutrinas. Esta se caracteriza por converter observações feitas de maneira dispersa, pouco estruturadas pelos teóricos clássicos, como se tais observações fossem sua doutrina sobre um dos temas considerados obrigatórios (Skinner:2000:154). A mitologia das doutrinas possui “a tendência de se interpretar um dado autor como representante de um doutrina ou teoria que, de fato, ainda não havia sido articulada em sua época”(Jasmin e Feres Jr,2006:15). Skinner afirma que “existe também o perigo talvez mais insidioso de atribuir com demasiada ligeireza uma doutrina que em autor dado poderia em princípio querido formular, mas que de fato não teria intenções de comunicar” (Skinner, 2000:154). Isto faz com que Skinner (idem) afirme que a mitologia das doutrinas possui um enfoque extremamente essencialista. Esta mitologia consiste, fundamentalmente, em tornar observações circunstanciais efetuadas pelos teóricos clássicos como resultante de sua própria doutrina, nos termos em que o historiador está inclinado a esperar (Skinner, 2000:157).

Outro tipo de mitologia combatida por Skinner é a mitologia da coerência. Esta se caracteriza por imputar aos autores ações de uma forma a buscar a coerência em seus escritos: “(...) busca de se reconstruir o pensamento de autores do passado sob a forma de sistemas ou de se exigir, do conjunto da obra de um autor ou de seus textos particulares, uma coerência nem sempre existente ou buscada pelo próprio autor”(Jasmin & Feres Jr,2006:15). Como exemplo de tal mitologia temos o caso de Hobbes. Skinner (1969) afirma que se existe dúvida quanto aos temas considerados centrais da filosofia política de Hobbes, se torna dever para o seu exegeta descobrir a coerência interna da obra do filósofo político através da leitura exaustiva do Leviatã até que alguma frase possa revelar a chave da descoberta da coerência em seu argumento (Skinner, 1969:13).

Como visto acima, são feitas várias leituras com o intuito de buscar coerência nos escritos de Hobbes. Todavia, muitas vezes tal coerência inexistente e também talvez o autor não tenha se proposto a buscá-la. Nesse sentido, Skinner (2000) afirma que Rousseau trabalhou durante a sua vida acadêmica com vários assuntos, fazendo com que a pretensa coerência de sua obra seja algo de pouca importância. Para alcançar a coerência, há necessidade de “descartar as declarações de intenção que o mesmo pode haver feito sobre seu trabalho e descartar obras inteiras que prejudiquem a coerência do seu sistema” (Skinner, 2000:162). O pensamento de Locke foi caracterizado em seu

início por um tom marcadamente autoritário. Isto faz com que a busca de uma coerência interna na obra do autor seja caracterizada como uma falácia. Skinner (2000) afirma que é possível tratar a política de Locke como resultante de um conjunto de concepções que o levam a ser qualificado como um teórico político “liberal”. Esta caracterização, todavia, perde de vista que estes eram os pontos de vista defendidos pelo autor quando este tinha então cinquenta anos. Todavia, vinte anos antes, tais posições foram repudiadas pelo próprio Locke (Skinner, 2000:163). Por isso, a busca de coerência interna nas proposições de um autor faz com que esta se caracterize como uma mitologia. Esta seria “uma mitologia, reiteramos, no sentido de que a história escrita de acordo com elas pode conter nenhuma informação genuinamente histórica sobre idéias que pesaram realmente no passado”(Skinner,2000:165).

Outra forma de mitologia demarcada por Skinner é a mitologia da prolepse. A mitologia da prolepse tem o papel de atribuir erroneamente valor histórico antecipatório nas contribuições de determinado autor (Jasmin & Feres Jr, idem). Skinner (1969) argumenta que uma das características da mitologia da prolepse “é a mistura da necessária assimetria entre a significância que um observador pode justificadamente alegar ter encontrado em uma determinada declaração ou outra ação, e o significado da ação em si.”(p.19) Como exemplo de tal postulado Skinner observa o caso de Rousseau. Esta mitologia fez com que Rousseau fosse caracterizado como o responsável pela emergência do totalitarismo. Esta afirmação, a qual poderia constituir um estatuto verdadeiro “sobre a significância histórica das obras se torna confundido com um relato do que eles estavam fazendo que não poderia em princípio ser verdadeiro”(Skinner,1969:19).Uma das demonstrações mais sintomáticas da mitologia da prolepse é a mitologia do provincialismo. Esta mitologia do provincialismo ocorre quando o pesquisador descreve de forma equivocada tanto o sentido quanto a referência pretendida de determinada obra.

A análise textual baseada nas doutrinas vistas acima pode trazer, em princípio, resultados aparentemente satisfatórios. Todavia, essa interpretação acaba permanecendo incapaz de “considerar ou mesmo de reconhecer alguns dos mais cruciais problemas que devem surgir em qualquer tentativa de se entender as relações entre o que um determinado autor pode ter dito, e o que se pode dizer que ele quis dizer ao dizer o que ele disse” (Skinner, 1969:25) (tradução minha). Ou seja, o texto analisado em si mesmo como objeto de questionamento e compreensão é considerado como insuficiente por

Skinner. Esse método, ao se concentrar na idéia em si como uma unidade de análise, acaba gerando uma inadequação que marca este tipo de método. O método textualista possui como perigo gerar empiricamente falsas afirmações, gerando a persistência falsificada (Skinner, idem). Neste sentido, Quentin Skinner afirma que ao “estudar o que cada autor clássico tem a dizer sobre cada determinada doutrina – deve necessariamente permanecer uma metodologia inteiramente inadequada para a condução da história das idéias”(Skinner,1969:25) (Tradução minha)

Skinner estende suas críticas às mitologias das doutrinas à proposição de Lovejoy para o estudo da história das idéias. De acordo com Jasmin & Feres Jr (idem) a crítica a Lovejoy foi construída, “pois nesse caso também se assume que idéias-chave como, por exemplo, razão de Estado, liberdade ou contrato social, podem ser estudadas em diferentes períodos históricos sem se levar em conta a possibilidade política da articulação lingüística em cada um desses períodos”(15).

A crítica ao projeto de estudo da história das idéias de Lovejoy e das mitologias serve como ferramenta para Skinner demonstrar que é conceitualmente equivocado se concentrar apenas em uma determinada idéia ou mesmo em determinado texto por si só. Como forma de constituir uma alternativa a essas duas formas consideradas equivocadas para o estudo da história das idéias, Skinner afirma que a melhor abordagem para tal estudo seria aquela focada no contexto de outros acontecimentos que o explicam (Skinner, 1969:34). Todavia, essa metodologia sofria resistência por parte de filósofos e cientistas políticos, os quais estariam focados na autonomia do texto (Skinner, idem). Neste sentido, o conhecimento do contexto social no qual está inserido um determinado texto tem a função de fornecer ajuda substancial para evitar as mitologias que temos demonstrado neste capítulo. Portanto, para a fuga dos anacronismos mitológicos faz-se necessário conhecer um pouco da sociedade na qual o autor estava inserido e que procurava persuadir com sua obra (Skinner, idem). Portanto, a análise da história das idéias deve-se focar na coação da situação social determinada (Skinner, idem). Apesar de demonstrar a importância da análise do contexto social, Skinner adverte:

Apesar da possibilidade, no entanto, de que um estudo do contexto social possa ajudar na compreensão de um texto, que eu admiti, a suposição fundamental da metodologia contextual,

de que as idéias de um determinado texto devam ser compreendidas em termos de seu contexto social, pode ser mostrada como errada, e que sirva em consequência não como um guia para a compreensão, mas como fonte de adicional e muito presente confusão na história das idéias(p.37)

Como visto na passagem acima, o contexto social deve funcionar como uma fonte de informação adicional, e não como responsável por explicar as idéias existentes em determinado texto. Caso as informações contextuais não sejam utilizadas de maneira adicional, elas terão o mesmo caráter de inadequação que é característico das mitologias das doutrinas e do estudo das idéias em si, ou seja, da análise meramente textual. As informações contextuais são utilizadas para mostrar o que o texto deve ter significado (Skinner, idem). Este apontamento serve para demonstrar o equívoco existente no método textualista que é precisamente se basear na suposição de que “significado” e “compreensão” são termos estritamente correlatos (Skinner, 1969:39). As considerações críticas feitas por Skinner têm o objetivo de evidenciar, como temos demonstrado, a total inadequação das proposições analisadas neste capítulo para o estudo da história das idéias. Além de demonstrar as significativas limitações dos métodos textual e contextual tradicional para o estudo da história das idéias, Skinner também propõe um método alternativo para tal estudo.

Skinner (idem), baseando-se em J.L. Austin, afirma “que a compreensão das declarações pressupõe uma compreensão não apenas do significado do que foi dito, mas também do que Austin chamou sua força ilocucionária intencional” (p.39). Descobrir a força ilocucionária intencional possui valor equivalente ao entendimento do que determinado autor pode ter intencionado significar ao escrever de determinada maneira um texto (Skinner, 2000:9) A força ilocucionária intencional tem papel fundamental para uma correta compreensão dos textos, pois mesmo que conseguíssemos decodificar o que determinada declaração queria significar através do seu contexto social não teríamos qualquer compreensão de sua força ilocucionária intencional (Skinner,1969:39). Como consequência não teríamos nenhum entendimento efetivo da declaração feita. Como demonstração do papel central da força ilocucionária intencional Skinner (1969) afirma que “O objetivo adicional que deve ainda ser compreendido em qualquer declaração é como o que foi dito foi intencionado, e assim que relações podem

ter havido entre várias declarações diferentes mesmo dentro de um mesmo contexto geral” (p.40).

Neste sentido, Skinner advoga que o estudo do texto em si e do contexto social como meio de determinar o significado do texto, sem a busca das intenções, é impossibilitar a compreensão efetiva dos textos. Em “Meaning and understand”, Skinner afirma que as análises biográficas se equivocam por se concentrar apenas na obras de determinado autor. Para uma análise efetiva seria necessário recuperar a completa intenção do autor através das relações traçadas “entre a determinada declaração e este mais amplo contexto lingüístico como meio de decodificar a real intenção do autor” (Skinner, 1969:41). Já em “*Motivos, intenções e as interpretações dos textos*”, Skinner (2002), relativizando a proposição na qual afirma que a busca da completa intenção do autor é a tarefa a ser executada pelo intérprete, argumenta que a recuperação das intenções do autor ao escrever um determinado texto deveria se configurar como uma das tarefas do intérprete. A busca das intenções pode parecer, em princípio, a procura dos objetivos existentes nas mentes de cada autor, o que nos parece algo impossível de ser alcançado. Contra esse equivoco, argumenta Jasmin (2005) “(...) mas de reconhecer, no conjunto das convenções lingüísticas publicamente reconhecíveis de uma determinada época, a intenção que se infere do ‘lance’ promovido por um determinado jogador” (p.31) Ou seja, a intenção autoral é plenamente conhecida através do conhecimento das convenções lingüísticas que historicamente contextualizam o texto (Jasmin & Feres Jr, 2006:17). Estas convenções lingüísticas possuem a função de “fechar” os significados possíveis que texto poderia ter dito (Jasmin & Feres Jr, 2006:17).

Para Pocock (idem) “O método de Skinner, em conseqüência, nos empurra a recuperar a linguagem de um autor não menos que suas intenções, e a tratar este como habitante de um universo de línguas que dão significados as paroles que proferir nelas” (p.148) [tradição minha]. O conhecimento do contexto lingüístico funciona como uma forma de compreensão da cultura política de uma determinada sociedade em diversos momentos históricos (Pocock, idem). Neste sentido, os contextos lingüísticos possuem o papel de indicar “um contexto político, social ou histórico dentro do qual o mesmo se situa; ao mesmo tempo, sem embargo, estamos obrigados a reconhecer que, até certo ponto, cada linguagem seleciona e prescreve o contexto dentro do qual deve reconhecê-lo.” (p.155) Neste sentido afirma Jasmin (2005):

Disso resulta que a correta compreensão de uma idéia ou teoria só poderia se dar pela sua apreensão no interior do *contexto* em que foram produzidas. Resulta também que o objeto da análise historiográfica é deslocado da idéia para o autor, do conteúdo abstrato da doutrina para a ação ou *performace* concreta do ator num jogo de linguagem historicamente dado (p.28).

Como vimos os dois fatores fundamentais de interpretação alternativa construída por Skinner são a intenção autoral e o contexto lingüístico. Sobre a importância das linguagens Pocock afirma que podemos apreender muito da cultura política da sociedade que analisamos “se se observa que linguagens assim originadas foram, para dizê-lo de algum modo, reconhecidos como participantes de uma fala pública, e que intelectualidades ou profissões ganharam autoridade no manejo de seu discurso” (p.151).

Munido de suas considerações metodológicas relativas ao estudo do pensamento político, focadas no contexto lingüístico e na intenção autoral, Skinner também fez análises das ideologias políticas. Ao estudarmos a teoria política, deveríamos vê-la como uma história das ideologias (Skinner, 2009). Tal perspectiva analítica nos proporciona uma visão realista de como o pensamento político foi levado no passado em todas as suas formas (Skinner, 2009:3). Esta abordagem de Skinner, em consonância com os postulados vistos acima, tem como objetivo se contrapor ao método textualista, o qual não estaria fazendo efetivamente história da teoria política (Skinner, 2009). Caso nos concentremos no contexto ideológico adequado de cada clássico, “poderemos ter condições de construir uma imagem mais realista de como o pensamento político, em todas as suas formas, efetivamente procedeu no passado” (Skinner, 2009:11). Skinner (2009) afirma que um mérito que seu método possui é poder conceber uma história da teoria política de caráter genuinamente histórico. Além deste fator fundamental, a abordagem proposta por Skinner, se for trabalhada como uma história das ideologias pode fornecer subsídios para a compreensão das vinculações entre teoria e prática política.

Para a constituição de uma história das ideologias a atenção aos vocabulários políticos possui papel fundamental: “Isto sugere que, a fim de explicarmos por que tal

agente faz o que faz, será preciso referir-mo-nos a seu vocabulário, já que esta com toda a evidência se delinea como um dos fatores a determinar sua ação”(Skinner,2009:13). O estudo focado nas ideologias daria possibilidades de um retorno aos clássicos com condições de constituir um melhor entendimento destes:

O que, exatamente, o procedimento aqui proposto nos permite identificar nos textos clássicos que não se possa encontrar à mera leitura? A resposta, em termos genéricos, penso eu, é que ele nos permite definir o que seus autores estavam fazendo quando escreveram. Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos eles apresentavam, mas também as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as idéias e convenções então predominantes no debate político(Skinner,2009:13).

Skinner (2009) afirma que ao situarmos um texto no seu contexto adequado ingressamos no próprio ato de interpretar. Como vimos até aqui, o método de Skinner possui como postulado a busca das intenções autorais através da recuperação dos contextos lingüísticos nos quais as determinadas obras estiveram inseridas. Como afirma o próprio Skinner (idem), sua metodologia tem como ponto central criar uma alternativa à análise do texto em si “(...) em direção à idéia do texto como um objeto ligado ao seu criador, e assim para a discussão do que seu criador estava fazendo ao criá-lo” (p.12) Sua proposta metodológica, todavia, possui contra si várias críticas como a feita por João Feres Junior. Acreditamos que uma passagem pela abordagem crítica de Feres Jr à metodologia de Skinner nos ajuda a uma utilização crítica do instrumental metodológico do autor.

Feres Jr (2005) tem como objetivo central colocar em xeque a metodologia de Quentin Skinner para a abordagem da história das idéias. Como mostra de tal assertiva, Feres Jr (idem) afirma que Skinner baseia sua premissa metodológica em um erro fundamental. Este erro é precisamente a crença de Skinner em transpor, sem maiores adaptações, a teoria dos atos de fala para as análises textuais (Feres Jr, idem). Com a passagem do modelo de entendimento da comunicação oral, o qual é previamente

delimitado, para o problema da interpretação dos textos, Skinner esforça-se para separar o significado convencional, o qual é conseguido pelo contexto lingüístico no qual o texto está inserido, da força ilocucionária propriamente dita (Feres Jr, 2005:659). Com isso, Skinner tem o objetivo de conseguir um resgate perfeito do conteúdo original do texto, resgatando suas intenções, ou seja, há na proposta skinneriana, como vimos, a defesa da primazia do autor sobre o texto. Contra essa possibilidade de resgate total das intenções do autor é que se coloca Feres Jr. Segundo Feres Jr (idem) Skinner possui uma defesa radical da intencionalidade do autor sobre o texto, o que enfraquece sua proposta metodológica. Como demonstração da fraqueza da proposta de Skinner, Feres Jr afirma que a interpretação dos textos escritos em um passado distante faz com que seja impossível resgatar as intenções originais do autor. Para isso, faz algumas ponderações. A primeira delas afirma que a intenção autoral original foi perdida para o texto junto com a presença do autor (Feres Jr, 2005:670). Além deste ponto, os textos antigos não forneceriam mais a situação original do autor para os leitores:

O tipo de resgate imaginado por Skinner requer a transferência do intérprete para o mundo do autor – uma missão impossível simplesmente porque aquele mundo não existe mais enquanto experiência vivida, mas somente como texto. Na verdade, todas as fontes textuais de um dado período apresentam o mesmo problema ao intérprete: os textos que constituem o contexto não são menos problemáticos que o texto principal que se constitui enquanto objeto de análise (Feres Jr, 2005:671).

De acordo com Feres Jr (idem) ao estudarmos os textos não podemos sonhar com o resgate total de seus significados, entre os quais a intenção autoral. Esta constatação feita por Feres Jr tem como objetivo, como afirmamos acima, colocar a abordagem collingwoodiana em xeque. Tal fato ocorre porque as críticas de Feres Jr resultam no desbancamento da autoridade do autor e de seu contexto, o que faz com que a “necessidade de se justificar uma dada interpretação retorna ao intérprete, que terá que lidar com ela na linguagem do presente, ou melhor, em uma de suas linguagens” (Feres Jr, 2005:675). Com o malogro do enfoque metodológico de Skinner defendido por Feres Jr algumas alternativas metodológicas poderiam substituir este enfoque metodológico como o estudo da recepção dos textos.

Consideramos as críticas de Feres Jr à impossibilidade de resgate total da intenção autoral como algo muito pertinente, com o qual plenamente concordamos. Mesmo assim, achamos que o enfoque de Skinner, depurado criticamente, nos fornece ferramentas fundamentais para um dos objetivos centrais desta dissertação, que é precisamente efetuar uma releitura da obra de Fernando Henrique Cardoso. Esta releitura será possível, sobretudo, a partir do enfoque nos contextos lingüísticos e intelectuais que cercam a obra de Cardoso. Estes contextos nos fornecerão subsídios para a compreensão do significado de seus textos. Quanto à intenção autoral, concordamos que o seu resgate perfeito não é possível pelas questões que foram muito bem colocadas por Feres Jr. Todavia, as informações contextuais podem nos fornecer hipóteses plausíveis sobre algumas intenções de Fernando Henrique Cardoso ao produzir seus textos, pois analisaremos seus textos “sem a pretensão de resultados últimos que alcancem ‘verdades finais, auto-evidentes e indubitáveis’” (Jasmin, 2005:31). Portanto, não temos o objetivo de resgatar de forma perfeita as intenções do autor, neste caso específico de Fernando Henrique Cardoso. Pretendemos construir algumas hipóteses sobre suas intenções através do diálogo com as informações retiradas dos contextos lingüísticos e intelectuais nos quais o autor esteve inserido. Nossa utilização do modelo metodológico de Skinner terá um caráter crítico e instrumental para alcançarmos o objetivo proposto sobre o pensamento de Fernando Henrique Cardoso nesta dissertação.

1.2 - Linhagens do pensamento político brasileiro

Depois de analisarmos a metodologia construída por Quentin Skinner para se estudar a história das idéias vamos analisar a proposição teórica de Gildo Marçal Brandão (2005) para o estudo das linhagens existentes em nosso pensamento social e político. Para nossos objetivos nesta dissertação, a tese de Brandão (idem) possui caráter de complementaridade com as proposições metodológicas engendradas por Skinner. A partir da junção das duas perspectivas pretendemos efetuar dois importantes objetivos. O primeiro deles refere-se a uma releitura da obra de Fernando Henrique Cardoso a partir da análise de seus contextos lingüísticos e intelectuais específicos, que nos proporcionará condições de dividir o seu pensamento em três momentos. O outro se

refere à tese de que existem *afinidades eletivas* entre o pensamento de Fernando Henrique Cardoso construído nos anos 1970 e as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, caracterizadas por Brandão como *idealistas constitucionais*. Para tanto, analisaremos em detalhe a tese de Gildo Marçal Brandão sobre as linhagens existentes em nosso pensamento social e político.

De acordo com Brandão (2005) aprendemos a pensar o país a partir de nossos clássicos. Esta influência se mostra tão persistente que mesmo as novas proposições estariam plasmadas nas visões de nossos autores clássicos, não havendo nenhuma grande mudança ontológica (Brandão, *idem*). Brandão (*idem*) argumenta ainda que as ações políticas não devem ser analisadas apenas pela questão conjuntural, mas também pela histórica e seus ciclos intelectuais que nos remetem a nossos clássicos. Isto se daria porque, apesar do caráter datado das proposições teóricas de muitos deles, “o fato é que continuam a ser lidos como testemunhas do passado e como fontes de problemas, conceitos, hipóteses e argumentos para a investigação científica do presente (Brandão, 2005:234). Portanto, os clássicos ainda possuem no Brasil uma posição fundamental. De acordo com Brandão (*idem*) o interesse pelos clássicos estaria estruturado ciclicamente em virtude da dinâmica histórica e cultural da política brasileira. Mais precisamente, o interesse por pensar o pensamento se daria quando os elementos constituintes de nossa má formação estivessem mais em voga fazendo com que “(...) a nação e sua intelectualidade se vêem constringidas a refazer espiritualmente o caminho percorrido antes de embarcar em uma nova aventura – para declinar ou submergir em seguida” (Brandão, 2005:235).

Com a tese das linhagens existentes no Pensamento Político Brasileiro, defendida por Gildo Marçal Brandão, conseguimos subsídios importantes para analisarmos conjuntamente a vinculação entre autores clássicos e também contemporâneos que, *a priori*, ocupariam posições ideológicas tão díspares a ponto de ser impossível ver qualquer relação de proximidade. A tese de Brandão fornece um novo parâmetro para compreender aqueles que têm pensado o país, calcada em uma sofisticada construção metodológica e analítica (Gentile, 2009:179). Como sua tese procura demonstrar existir a plena possibilidade de aproximar autores que ideologicamente estariam profundamente separados. Se a ideologia funcionaria como fator de separação, a persistência na forma de pensar o país seria o fator preciso para a constituição de uma aproximação. Esta aproximação se estabelece sob a forma de

afinidades eletivas. O conceito de *afinidades eletivas* é trabalhado por Michel Lowy (1989). Deste autor retiraremos algumas considerações sobre este conceito que é fundamental para a tese de Gildo Marçal Brandão e também para a nossa interpretação nesta dissertação.

De acordo com Lowy (*idem*), este conceito surgiu no século XIII com Alberto, o Grande, fazendo com que o termo tivesse como itinerário um caminho que foi da alquimia à sociologia, passando ainda pela literatura romanesca (Lowy, *idem*). Para nossos propósitos, ficaremos apenas com sua construção sociológica a partir de figura de Max Weber. Weber foi o responsável por transformar o termo *afinidades eletivas* em conceito sociológico. A primeira utilização feita por Weber do conceito teve como objetivo caracterizar uma modalidade específica de relação existente entre diferentes formas religiosas (Lowy, 1989). Logo após, o conceito foi utilizado para definir o vínculo entre interesses de classe e visões de mundo (Lowy, *idem*). A terceira forma de utilização, considerada por Lowy como a mais importante, refere-se à análise da relação entre doutrinas religiosas e *ethos* econômico. Esta relação ficou consagrada pela utilização feita por Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Nesta obra, o autor defendeu que a modernidade teve como ponto de partida a vinculação entre o espírito capitalista e a ética calvinista. Neste sentido, o conceito “permite compreender (no sentido forte de Verstehen) um certo tipo de conjunção entre fenômenos aparentemente díspares, dentro do mesmo campo cultural (religião, filosofia, literatura) ou entre esferas sociais distintas: religião e economia, mística e política, etc (Lowy, 1989:16) Assim Lowy (*idem*) define o conceito:

A afinidade eletiva, tal como a definimos aqui, não é a afinidade ideológica inerente às diversas variantes de uma mesma corrente social e cultural (por exemplo, entre liberalismo econômico e político, entre socialismo e igualitarismo etc.). A eleição, a escolha recíproca implicam uma distância prévia, uma carência espiritual que deve ser preenchida, uma certa heterogeneidade ideológica. Por outro lado, a *Wahlverwandschaft* não é de maneira alguma idêntica a “correção”, termo vago que designa simplesmente a existência de um vínculo entre dois fenômenos distintos: indica um tipo preciso de relação significativa que nada tem em comum (por exemplo) com a correlação estatística entre crescimento econômico e declínio demográfico. A afinidade eletiva também

não é sinônimo de “influência”, na medida em que implica uma relação bem mais ativa e uma articulação recíproca (podendo chegar à fusão). É um conceito que nos permite justificar processos de interação que não dependem nem da causalidade direta, nem da relação “expressiva” entre forma e conteúdo (por exemplo, a forma religiosa como “expressão” de um conteúdo político ou social) (p.18).

O trabalho efetuado por Brandão para demonstrar a existência de *afinidades eletivas* entre autores ou teorias, as quais se constituem como continuidades subterrâneas, faz com que o trabalho de pesquisa tenha de ir das idéias e das formas ao social (Brandão, 2005:244). As continuidades subterrâneas nascidas a partir de uma longa duração, não têm a ver com a busca de “matrizes ideológicas transepocais” (Brandão, 2005:251). Estas continuidades subterrâneas na forma de pensar nem sempre são percebidas pelos autores-atores (Brandão, idem). Tal situação pode ser precisamente demonstrada pelas *afinidades eletivas* existentes entre Oliveiros S. Ferreira e Oliveira Vianna. De acordo com Brandão (2007), na obra *Nossa América: indoamérica* de Oliveiros S. Ferreira, existe a presença marcante de Oliveira Vianna. Esta presença pode ser detectada pelo peso explicativo de fenômenos como localismo, importância do espaço, crítica ao utopismo dos liberais, defesa da unidade territorial, precedência dos direitos civis sobre os políticos. Segundo Gentile (2009) as *afinidades eletivas* poderiam ser observadas também “pela idéia de que o Brasil tem uma dificuldade estrutural para afirmar uma democracia liberal e construir uma identidade nacional” (p.181). Não existe nesta obra de Oliveiros S. Ferreira nenhuma menção direta à sociologia de Oliveira Vianna. Brandão (idem) afirma que a influência de Oliveira Vianna sobre a obra de Oliveiros é profunda. Todavia, ela acaba não sendo percebida ou mesmo reconhecida por Oliveiros S. Ferreira.

André Botelho (2008) afirma que existe um corpo de problemas e soluções, os quais se conformam enquanto um “estoque teórico e metodológico” “a que autores de diferentes épocas são levados a se referir, ainda que indiretamente e guardadas as especificidades cognitivas e políticas de cada um, no enfrentamento de velhas questões postas pelo desenvolvimento social” (p.323). Botelho (idem) advoga que um dos aspectos de maior produtividade na tese de Gildo Marçal Brandão refere-se “ora

perseguindo desenvolvimentos internos ora cruzando diferentes linhagens, surpreender *afinidades eletivas* e escolhas pragmáticas onde elas não são evidentes, esperadas, intencionais – seja em termos cognitivos ou normativos”(p.325).

Para defesa de tal postulação, Brandão discorda do historicismo radical de Skinner que analisamos na seção anterior deste capítulo. Para Brandão (idem), a persistência nas formas de pensar demonstraria que as constelações de idéias não podem ser completamente entendidas apenas no seu contexto original. Isto porque, durante o período referente à segunda metade do século XIX à instituição de neoliberalismo, período abordado pelo estudo do autor, apesar das profundas modificações, não houve nenhuma modificação ontológica de caráter radical de uma inteira constelação histórica (Brandão, 2005:237). As teorias e interpretações engendradas durante este período tiveram como objetivo dar resposta aos problemas colocados pelo desenvolvimento social (Brandão, idem). Isto fez com que o aparecimento de novas “teorias e interpretações em resposta aos problemas postos pelo desenvolvimento social não alteraram ou não esgotaram a estrutura básica da realidade sobre a qual nossos autores refletem” (Brandão, 2005:237). Esta não alteração da estrutura básica da realidade sob a qual os intérpretes do Brasil refletem proporciona a oportunidade de analisar a possível existência de continuidades ou rupturas entre as formulações caracterizadas como clássicas dos autores considerados como “‘intérpretes do Brasil’, e o trabalho produzido contemporaneamente nas universidades pautado nos métodos de investigação especializado” (Brandão, idem: 238).

Como mais um exemplo da persistência na forma de interpretar o Brasil ou das *afinidades eletivas* existentes entre autores muitas vezes ideologicamente distantes, temos a continuidade na maneira de interpretar o país existente entre autores conservadores como Visconde do Uruguai e Oliveira Vianna com autores que não comungam da mesma posição ideológica como Guerreiro Ramos e seu conceito de formalismo, e Wanderley Guilherme dos Santos e o conceito de autoritarismo instrumental. Além deles, haveria uma ligação entre o pensamento de Bolívar Lamounier sobre o pensamento autoritário e o pensamento de autores como Ruy Barbosa e Tavares Bastos:

Enquanto os dois primeiros renovam pela esquerda o “idealismo orgânico” de visconde de Uruguai e de Oliveira Vianna, o terceiro retomava implicitamente Tavares Bastos e Ruy Barbosa, pelo menos ao privilegiar a questão da forma de governo e ao considerar que as reformas políticas e somente elas seriam capazes de tornar representativa a democracia e desobstruir o caminho para as reformas econômicas e sociais (Brandão, 2005:239).

O pensamento não funcionaria como um simples reflexo de classe, mas sim como reflexões construídas com objetivo de diagnosticar e resolver problemas reais (Brandão, 2005:243). Neste sentido, seria equivocado traçar uma relação de linhas retas entre produção ideológica e forma de pensar, ou mesmo interpretação do Brasil e linha política que venham posteriormente a ser levada a cabo. Brandão (idem) afirma que tais relações estão muito distantes de serem unívocas. Por isso, as teorias não se constituem como *a-priori* analítico, ou seja, como algo imanente. Elas, todavia, se configuram como respostas a problemas reais (Brandão, idem). Neste sentido, Brandão afirma que “o significado que uma teoria, idéia ou interpretação acaba adquirindo, mesmo no contexto em que foi produzida, nem sempre coincide com a intenção de quem a formula e com o público que a acolhe” (Brandão, 2005:244-45).

Para caracterizar a existência das *afinidades eletivas* entre autores que, muitas vezes, estariam ideologicamente distantes, Brandão retira de Oliveira Vianna os conceitos de *idealismo orgânico* e *idealismo constitucional*. Estas seriam as duas grandes famílias intelectuais existentes no Brasil. Botelho (idem) afirma que *idealismo orgânico* e *idealismo constitucional* possuiriam valor cognitivo heurístico para repensar a tradição intelectual brasileira do Império até a ascensão do neoliberalismo, sendo constituídos como a hipótese geral de Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. Botelho (idem) afirma ainda que esses conceitos estão referidos de forma especial às relações entre sociedade e Estado. Um ponto importante a ser notado é que a utilização dos conceitos é feita pelo autor retirando deles sua carga ideológica. Ou seja, funcionam de maneira axiologicamente neutra, possibilitando desta forma a ligação entre autores ideologicamente distantes. Mesmo pontuando essas duas grandes famílias intelectuais, Brandão afirma que elas não são as únicas. Existem ainda duas outras famílias minoritárias: os “radicais de classe média” e o “marxismo de matriz comunista”. Estas famílias minoritárias são fruto dos anos 1950, as quais estavam embebidas em uma mutável inflexão nos modos de pensar, responsável pelo engendramento de novos temas

como mudança social, desenvolvimento x democracia, modernização do Estado e, conseqüentemente, superação do atraso (Brandão, idem).

A família intelectual “radicais de classe média” teve nos seus quadros na maior parte a presença de socialistas e comunistas, cristalizando-se a partir dos anos 40 e 50 de forma especial na Universidade de São Paulo (Brandão, idem). Este pensamento democrático pode ser considerado “como socializante, quase sempre socialista, de matriz liberal, por vezes constitucionalista” (Brandão, 2005:241). A partir deste pensamento radical de classe média podemos “encontrar identidades entre autores tão díspares como Manuel Bonfim, Nestor Duarte, Victor Nunes Leal, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso” (Brandão, 2005:241). Como podemos ver a partir do trecho acima, Cardoso faria parte da matriz “radicais de classe média”. Já a vertente denominada por Brandão como “marxismo de matriz comunista” se diferencia do “pensamento radical de classe média” pelo reconhecimento feito pela vertente positiva de tal pensamento nos anos 1950 de que o processo político brasileiro dava condições para a compatibilização do desenvolvimento capitalista com a democracia. Além disso, este pensamento recusou a revolução e apostou, assim como o “pensamento radical de classe média”, em uma “revolução dentro da ordem”. Esta seria “comandada por uma frente ampla das forças sociais modernas que aquele processo havia gerado” (Brandão, 2005:241).

A linhagem *idealismo orgânico* possui como característica ver o Brasil como um país fragmentado, atomizado, amorfo e inorgânico, uma sociedade desprovida de liames de solidariedade internos e que teria no Estado seu elo de sustentação (Brandão, idem). Esta linhagem afirma que não será possível constituir um Estado liberal e democrático em uma sociedade que não fosse liberal (Brandão, 2005). Portanto, seria necessário como programa político derivado desta linhagem educar nossas elites, evitar a luta de classes, construção da ordem sobre a liberdade. Ou seja, a sociedade precisa ser tutelada e a centralização afirmada (Brandão, idem). Nesta sociedade amorfa e manietada, a intervenção do Estado funcionaria como a única garantia de proteção. Fora da proteção do Estado, a garantia relativa de liberdade só poderia se encontrada pela submissão a algum poderoso (Brandão, idem). Brandão afirma que no Brasil, ao contrário das realidades distintas da Europa e dos Estados Unidos, o Estado não é considerado como a ameaça principal à liberdade. Todavia, ele é a principal garantia (Brandão, 2005:246). Por isso, a ação tutelar do Estado mostra-se fundamental para esta matriz de

interpretação do Brasil. Além destes ainda teríamos como síntese a liberdade civil, a unidade do território e da nação, a qual seria garantida pela centralização político-administrativa, e um Estado autocrático e pedagógico (Brandão, 2005:246-47). Como forma de garantir à liberdade individual frente ao domínio do privatismo argumenta Brandão (idem) que:

Seria importante, em consequência, retomar a obra centralizadora dos “reacionários audazes” do Império. Tratar-se-á de educar as elites, evitar a luta de classes, dar independência ao Judiciário, limitar as autonomias estaduais, organizar a população por meio de corporações, e construir uma sociedade civil (civilizada) por meio da ação racional de um novo Estado centralizado. E só depois - se é que haveria um depois! – admitir a democracia política. Paradoxalmente, vale aqui a boa ordem européia: só depois de garantida a liberdade civil é que deveríamos nos lançar à construção da política (Brandão, 2005:247).

Neste pensamento há uma predominância da autoridade sobre a liberdade. Esta preponderância é consequência da inorganicidade e atomização da sociedade (Brandão, 2005:247). Caso não houvesse este domínio, haveria a preponderância de elementos como o individualismo possessivo e do mercado cujos efeitos, como este pensamento procura demonstrar, seriam extremamente deletérios. Portanto, “liberdade civil, unidade territorial e nacional garantida pela centralização político-administrativa, e Estado autocrático e pedagogo, eis o programa conservador” (Brandão, 2005:247). Brandão afirma que esta matriz de interpretação do Brasil teve preponderância durante a maior parte da história política monarquista e republicana no Brasil.

A linhagem idealista constitucional, por sua vez, teria uma preocupação com as formas, a confiança no poder da palavra escrita, a crença em que a boa lei produziria a boa sociedade, ou seja, os problemas brasileiros seriam meramente institucionais, sendo as reformas políticas a solução para tais males:

O que faz a peculiaridade ‘idealista constitucional’ dos liberais é, entretanto, e como notou Oliveira Vianna, a preocupação

como as formas, a confiança no poder da palavra escrita, a crença em que a boa lei produziria a boa sociedade, a idéia segundo a qual os problemas do país seriam fundamentalmente políticos e institucionais, e só serão resolvidos por meio de reformas políticas, a insistência em que, na ausência destas, reformas econômicas e sociais não seriam possíveis ou não se sustentariam. (Brandão, 2005:249).

Portanto, esta interpretação do Brasil teria como ponto central o seu caráter liberal. Neste sentido, o liberalismo dos constitucionais faria com que a existência de um projeto claro de reforma do Estado se colocasse como elemento mais importante. Caso não conseguíssemos resolver o problema institucional a democracia brasileira continuaria a ser considerada como um mal-entendido.

Mesmo com programas políticos constituídos de forma tão díspare, “idealistas constitucionais” e “idealistas orgânicos” possuiriam um ponto em comum. Este seria precisamente o relativo à presença marcante do Estado em nossa história. Para os “idealistas orgânicos”, como vimos acima, o Estado forte e tutelar seria uma condição fundamental para que a sociedade pudesse se manter coesa e tutelada, enquanto que para os “idealistas constitucionais” a presença do Estado, constituída de forma abusiva, seria o responsável pelo caráter inorgânico da sociedade civil (Brandão, idem). Partindo de sua crítica ao Estado brasileiro e à sua política cartorial, os “idealistas constitucionais” possuem como estratégia política a restrição do Estado ao necessário com o intuito de que a houvesse a “autonomia” da sociedade supostamente sufocada pelo peso excessivo do Estado. Desta forma “as dialéticas entre liberdade individual e associativismo, entre representação e opinião pública, entre interesse privado e nacional possam fluir – e a sociedade global possa, enfim, ser reconstruída”(Brandão,2005:248).

O liberalismo brasileiro, de cunho monárquico ou republicano, possui algumas características fundamentais como a preocupação com a representação de maneira decisiva; a defesa do federalismo, de forma eventual, o parlamentarismo; a necessidade de um Executivo forte, além da organização do Estado estruturado por um papel constitucional e a preservação da liberdade (Brandão, 2005:249). Para esta matriz, o Parlamento possui papel fundamental porque teria a função de tribunal, no qual os melhores resultados seriam provenientes da disputa entre argumentos e contra-

argumentos, do choque agônico e não antagônico de interesses, “e das prudentes composições entre as partes, todas supostamente livres e autônomas em relação ao mundo exterior, e movidas essencialmente pela preocupação em promover o bem público” (Brandão, 2005:249). Das características que norteiam a matriz constitucionalista o federalismo seria a menos compartilhada pelos seus autores. Brandão (idem) afirma que a grande exceção nesta matriz é Tavares Bastos. Bastos (idem) defendeu em seu livro *A Província* a constituição de uma monarquia federativa como forma de livrar a sociedade do peso “excessivo” do Estado imperial. Para Bastos, este seria o único caminho para que a monarquia fosse salva.

Após demonstrar as principais características das “famílias intelectuais” existentes em nosso pensamento político e social brasileiro, Brandão (idem) afirma que “Tomadas em conjunto, tais formas de pensamento não foram ou nem sempre são necessariamente excludentes entre si: como fenômenos sociais e ideológicos se interpenetram e se influenciam reciprocamente” (p.241). Portanto, existe a possibilidade de encaixarmos autores de matrizes opostas em uma mesma matriz ao levarmos em conta sua interpretação e os problemas históricos que estavam procurando responder. Este nos parece o caso da interpretação do Brasil construída por Fernando Henrique Cardoso nos anos 1970 e as *afinidades eletivas* com os idealistas constitucionais Raymundo Faoro e Simon Schwartzman.

Ao referir-se sobre a relação entre Tavares Bastos e Raymundo Faoro, Brandão (idem) argumenta que é surpreendente Raymundo Faoro, o maior intérprete liberal da história brasileira, não reconhecer Tavares Bastos nem analítica nem politicamente como seu ancestral. Realmente é surpreendente Raymundo Faoro não reconhecer analiticamente Tavares Bastos como seu ancestral intelectual. Todavia, a postura de não reconhecimento do modelo político de Tavares Bastos mostra-se inteiramente coerente com a sua interpretação do Brasil como poderemos ver em detalhe no próximo capítulo.

Um exemplo importante das *afinidades eletivas* é dado por Brandão (2005) ao demonstrar que Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz fazem brilhantes livros sobre os homens livres na ordem escravocrata, sobre o caráter estrutural do mandonismo na política brasileira, além de “Oliveiros S. Ferreira de propor uma inteira interpretação sobre os fundamentos da crise e dos dilemas latino-americanos, todos sem serem necessariamente conservantistas, são tributários ou

confluentes com as de Oliveira Vianna” (p.257). Estas interpretações, portanto, tem como ponto fundamental as *afinidades eletivas* com a obra de Oliveira Vianna, obra que nem sequer é citada como, por exemplo, na análise de Maria Sylvia de Carvalho Franco que, como bem demonstrou Brandão (idem), possui interpretação bastante confluyente com a interpretação feita por Oliveira Vianna sobre o poder local no Brasil¹⁶.

Como o trecho acima parece deixar claro o estudo das linhagens demonstra que esta linha de continuidade dá-se de forma subterrânea, fazendo com que “linhas evolutivas”, “Famílias intelectuais” ou “formas de pensar” não sejam vistas como naturais e também imediatas (Brandão, 2005:255). Brandão afirma que as continuidades entre representantes de uma mesma família não se dão de maneira espontânea, mas são produzidas a partir “da experiência existencial dos grupos intelectuais e políticos. Nossas linhagens não são do tipo que podem ser assumidas orgulhosamente” (Brandão, 2005:256) A partir de todas as considerações expostas acima, Brandão (idem) afirma que podemos:

(...) situar o liberalismo atual em uma linha de continuidade que vem do diagnóstico de Tavares Bastos sobre o caráter asiático e parasitário que o Estado colonial herdou da metrópole portuguesa, passa pela tese de Raymundo Faoro segundo a qual o problema é a permanência de um estamento burocrático-patrimonial que foi capaz de se reproduzir secularmente; e desemboca, como sugere Simon Schwartzman e outros “americanistas”, na proposta de (des) construção de um Estado que rompa com sua tradição “ibérica” e imponha o predomínio do mercado, ou da sociedade civil, e dos mecanismos de representação sobre os de cooptação, populismo e “delegação”(Brandão,2005:238-39)

A tese de Gildo nos fornece a possibilidade de entendermos a vinculação entre a produção intelectual e a prática política efetuada no Brasil. Como afirmou Brandão, um dos objetivos centrais deste liberalismo foi instituir uma reforma institucional que

¹⁶Uma ótima análise sobre os pontos de convergência e divergência das interpretações de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Victor Nunes Leal com a obra de Oliveira Vianna é feita por André Botelho (2007) no artigo “Seqüências de uma sociologia política brasileira”. Neste texto, o postulado de Gildo Marçal Brandão é cuidadosamente desenvolvido por Botelho.

pudesse romper com a tradição ibérica que seria responsável por mazelas sociais como nossa ubíqua desigualdade social. Para tal postulado, as interpretações do Brasil instituídas por Raymundo Faoro e Simon Schwartzman teriam proeminência.

Como vimos durante esta seção a tese das linhagens nos dá a possibilidade de ligarmos autores que ideologicamente estariam distantes, mas pela forma de interpretar o país estariam bastante próximos. Neste sentido, Fernando Henrique Cardoso, que enquanto presidente da República procurou colocar em prática as medidas normativas derivadas da interpretação constitucionalista, não se enquadraria nas interpretações engendradas pelos autores acima citados. Este teria como marco teórico fundamental Marx, além de focar-se analiticamente apenas nas questões referentes ao desenvolvimento e ao caráter dependente e moderno do nosso capitalismo, sendo um dos elementos fundamentais da matriz intelectual “radicais de classe média”, de caráter socializante, que tinha como objetivo fazer a revolução dentro da ordem. Com a tese de Gildo Marçal Brandão conseguimos uma ferramenta importante para demonstrar como Fernando Henrique Cardoso constrói sua interpretação do Brasil nos anos 1970 guardando *afinidades eletivas* com o *idealismo constitucional* de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. As *afinidades eletivas*, como teremos oportunidades de analisar em detalhe na segunda parte desta dissertação, se referem a pontos como a tese da herança do patrimonialismo ibérico herdado de Portugal resultante da transplantação da Coroa portuguesa para o Brasil, o liberalismo sendo considerado como algo de fachada, a centralidade do conceito de patrimonialismo, a existência de uma tradição burocrática e patrimonialista e, o mais importante, a caracterização dos problemas brasileiros como frutos de problemas eminentemente políticos e institucionais, ponto central de nossos “idealistas constitucionais” Raymundo Faoro e Simon Schwartzman.

Considerações preliminares

Nosso intuito neste capítulo foi instituir as bases teóricas e metodológicas sob as quais procureremos alcançar nossos objetivos nesta dissertação no decorrer dos próximos capítulos. Vimos as proposições de Giddens sobre as teorias evolucionistas, com a demonstração de suas características principais e, o mais significativo para nós, das limitações de tais teorias para o preciso entendimento do processo de mudança

social. Acreditamos, como dissemos acima, que a partir da utilização do instrumental teórico de Antony Giddens conseguiremos reler as obras de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman de forma mais precisa em relação às interpretações que foram feitas sobre os autores até hoje. Poderemos refutar algumas interpretações como aquelas que vinculam a teoria de Faoro a um programa de ruptura institucional com o legado ibérico, a qual é plenamente equivocada. Além de podermos efetuar uma revisão de suas interpretações, conseguimos também demonstrar as graves limitações teóricas das interpretações de Faoro e Schwartzman para um preciso entendimento de fatores como o autoritarismo e dos dilemas relativos à implantação de uma ordem efetivamente democrática no Brasil.

Além da construção de uma releitura de Faoro e Schwartzman, também proporemos uma releitura da obra de Fernando Henrique Cardoso, como procuramos demonstrar, através da articulação das proposições de Quentin Skinner e de Gildo Marçal Brandão. Através desta junção conseguimos instituir um aporte teórico-metodológico para defendermos o nosso objetivo central nesta dissertação que é demonstrar a existência de *afinidades eletivas* entre as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman e a interpretação do Brasil construída por Fernando Henrique Cardoso nos anos 1970. A partir desta vinculação, como temos demonstrado, poderemos precisar a tese de Luiz Werneck Vianna sobre a vinculação existente entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado levado a cabo pelo governo FHC nos anos 1990 com o intuito de superar o *atraso* brasileiro.

Caso analisássemos a obra de Cardoso a partir do método propriamente textualista perderíamos de vista algumas modificações importantes em seu pensamento, como a caracterização da origem do patrimonialismo brasileiro - o qual se inflexiona de uma origem de base societal para uma de base estatal herdada de Portugal, como veremos na segunda parte desta dissertação. A mudança da perspectiva analítica sobre o patrimonialismo é absolutamente ignorada pelos seus intérpretes marxistas que se baseiam no método textualista. Analisaremos as proposições destes intérpretes no capítulo dedicado as interpretações do pensamento de Cardoso. Com a utilização do contextualismo lingüístico de Skinner podemos dividir o pensamento de Cardoso em três momentos, de forma a procurar compreender por que seu pensamento se modifica entre a metade dos anos 1950 e os anos 1970, a ponto de guardar *afinidades eletivas* nos

anos 1970 com o pensamento de autores em princípio tão díspares como Raymundo Faoro e Simon Schwartzman.

Mas para que as *afinidades eletivas* sejam demonstráveis a tese das linhagens do pensamento político brasileiro de Gildo Marçal Brandão possui uma função fundamental. Isto porque ela tem uma relação de complementaridade com o contextualismo lingüístico de Skinner. O contextualismo lingüístico de Skinner nos permite dividir o pensamento de Cardoso em três momentos específicos, nos dando ampla possibilidade de compreendermos os debates intelectuais nos quais o autor esteve inserido durante estes três momentos, bem como as modificações internas que este vai sofrendo entre a segunda metade dos anos 1950, com os estudos sobre as relações raciais no sul do Brasil, até os anos 1970 com a teoria do autoritarismo.

A tese de Brandão, por sua vez, nos fornece os elementos fundamentais para a aproximação de autores que ideologicamente estariam também, *a priori*, completamente separados. Com sua tese podemos demonstrar que, apesar da distância ideológica prévia eles podem ser aproximados pela maneira de interpretar o Brasil. Como analisamos neste capítulo, o pensamento político e social brasileiro tem como característica marcante a existência de famílias intelectuais como o “idealismo orgânico”, “radicais de classe média”, “marxismo de matriz comunista” e “idealismo constitucional.” Esta última matriz, de caráter liberal, tem como característica marcante a afirmação de que os problemas brasileiros são circunscritos à dimensão meramente institucional, ou seja, que a resolução destes problemas possui caráter primordial para resultar na constituição de uma boa sociedade. Isto fez com que houvesse uma clara continuidade entre interpretações de matriz liberal de autores como Tavares Bastos, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman os quais, apesar das diferenças internas, comungam do suposto de que o grande dilema brasileiro está inserido em sua institucionalidade política.

Mas além da vinculação entre autores que comungam de uma mesma visão ideologia, o que não traria grandes contribuições devido ao seu caráter plenamente visível, a tese de Brandão nos fornece a possibilidade de demonstramos vinculações que estão construídas de forma invisível, uma vez que as interpretações convencionais sobre Cardoso, por exemplo, veriam tal vinculação como algo completamente absurdo e sem sentido. Neste sentido, aproximar Fernando Henrique Cardoso de autores como Raymundo Faoro e Simon Schwartzman pode parecer, em princípio, um “absurdo

sociológico”. Tal sentido só haveria para as interpretações convencionais sobre Cardoso e para a academia brasileira como um todo através da suposta ligação do presidente da República FHC com a interpretação do Brasil destes autores. Esta vinculação, sobretudo com a obra de Faoro, é um elemento quase consensual para aqueles que vão identificar a relação entre a tese do patrimonialismo e a reforma do Estado. O interessante a ser demarcado é que esta vinculação é feita, sobretudo, depois da publicação do influente *Weber e a Interpretação do Brasil* de Luiz Werneck Vianna, pioneiro nesta vinculação em princípio extremamente convincente. A tese de Brandão retira dos conceitos utilizados para caracterizar as famílias intelectuais existentes em nosso pensamento político e social o conteúdo ideológico, fazendo com que o termo *afinidades eletivas*, tão caro a Max Weber, funcione como uma ferramenta chave para ligar autores aparentemente tão distantes, como é o caso de Fernando Henrique Cardoso em relação a Raymundo Faoro e Simon Schwartzman.

Como temos demonstrado, a partir desta releitura podemos constituir um entendimento preciso da vinculação entre produção intelectual e prática política engendradas no Brasil nos anos 1990. Desta forma, compreenderemos o porquê de o presidente Fernando Henrique Cardoso ter dado tamanha ênfase às políticas neoliberais. Com esse entendimento podemos refutar de uma só vez as teses de Bernardo Sorj e Luiz Werneck Vianna. Werneck Vianna (2006) – como hegemonicamente é feito na academia brasileira - argumenta que houve uma simples incorporação pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso da teoria de Raymundo Faoro sobre o Brasil. Ao analisar uma entrevista do então presidente Fernando Henrique Cardoso na qual ele afirmava que nunca houve liberalismo no Brasil e que nossos males adviriam da herança ibérica recebida com a transplantação do Estado português, Werneck Vianna (idem) advoga convictamente que:

O argumento, reconhecidamente, não é novo e procede da obra clássica de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, cuja primeira edição é de 1958, e que parece, entre seus muitos méritos, ter a má sorte de exercer inspiração sobre os presidentes deste período de vida republicana. (Werneck Vianna, 2006, p.44)

Ainda de acordo com Werneck Vianna (idem) Cardoso teria visto que a herança do patrimonialismo ibérico, que deu forma ao Estado no Brasil, teria encontrado conformação no ao longo do tempo através da atuação de nossas elites políticas¹⁷. Como a interpretação de Werneck Vianna deixa transparecer, Cardoso teria efetivamente “esquecido” toda a sua produção intelectual produzida desde a segunda metade dos anos 1950 se convertendo ao diagnóstico liberal de Faoro e ao suposto programa derivado desta interpretação. Haveria, portanto, uma real dicotomia entre o intelectual e o político. Certamente é um argumento muito sedutor e, em princípio, extremamente convincente, afinal de contas Cardoso teria tido sempre como matriz teórica o marxismo e como preocupação sociológica única e fundamental o desenvolvimento.

Além de Werneck Vianna, Bernardo Sorj afirma que existiria de fato uma dicotomia entre o intelectual e o político. Para Sorj (2000) Fernando Henrique Cardoso trilhou na presidência da República um caminho de incoerência com o seu passado: “o projeto societário e as políticas aplicadas por Fernando Henrique Cardoso são estranhas à sua formação intelectual e política e à de sua geração” (Sorj, 2000:121) Cardoso também não teria enfrentado durante sua produção intelectual o problema do patrimonialismo de Estado. Desta forma, supostamente, as políticas aplicadas no seu governo “(...) foram elaboradas fora dos marcos ideológicos e teóricos nos quais ele transitou como sociólogo” (Sorj, 2000:121) Ainda segundo Sorj (idem) “Os tijolos do governo Fernando Henrique Cardoso provêm de outras oficinas de produção de conhecimento, distantes daquelas onde ele exerceu seu artesanato intelectual”(p.121). Bernardo Sorj afirma ainda que esta ação incoerente de Cardoso com seu passado intelectual se daria também com seus antigos companheiros do CEBRAP caso estes ocupassem a Presidência da República:

17 Sobre a questão de renúncia à tradição ibérica Werneck Vianna argumenta: “O diagnóstico do presidente, se parece não compreender bem a Ibéria presente em nossa formação, compreende menos ainda o que há de novo na expressão americana dos movimentos sociais das classes subalternas em suas lutas para converter seus interesses em novos direitos. Sobretudo a questão agrária, vista até há pouco pela estratégia presidencial como um cenário para a expansão do grande capital, e que se institui hoje, por força dos movimentos dos trabalhadores sem-terra, como o lugar de democratização da propriedade e do capitalismo no país”(p.45) Werneck Vianna argumenta ainda: “A rigor, renunciar à Ibéria e ignorar o que há de americano em nós fazem parte do mesmo cálculo: desqualificar a esfera pública, que foi quem criou o moderno e a modernização no país, sem a qual não contaremos com os meios para retomar o desenvolvimento e enfrentar o quadro atual de exclusão social, e manter sob o controle das elites políticas governantes o processo de democratização social”(p.46)

Mas este comentário, para ser justo, deve ser estendido aos críticos do presidente. Se ele não pode ser coerente com seu passado, na medida em que deve enfrentar a responsabilidade de governar em tempos novos, nenhum dos membros de sua geração, com responsabilidades públicas, teria condições de sê-lo. A turma sênior do Cebrap, nos anos 70, não enfrentou os temas da globalização, das empresas públicas, do patrimonialismo de Estado, das novas tecnologias, do enfraquecimento do proletariado industrial e, particularmente, do fim do comunismo (p.121).

Diversamente do que defende Bernardo Sorj em sua influente e em princípio muito convincente interpretação do pensamento de Cardoso, o autor analisa as mudanças fundamentais ocorridas no mundo durante os anos 1990 como veremos em detalhe no capítulo IV. Fatores como, por exemplo, a globalização e fim do socialismo real vão ser acrescentadas durante o início dos anos 1990 à visão fundamental sobre o patrimonialismo estatal construída durante os anos 1970 no âmbito do CEBRAP. Nesse sentido, a tese do patrimonialismo funciona como um dos elementos fundamentais a explicar a reforma do Estado juntamente com as questões conjunturais interna e externa que, ao contrário do que afirma Sorj, foram enfrentadas por Cardoso. Como veremos nesta dissertação, a interpretação proposta do Bernardo Sorj demonstra um desconhecimento total da produção intelectual de Cardoso, sendo crucial para corroborar na academia e no senso comum graves equívocos sobre a produção intelectual e a prática política levada por Cardoso.

Contrariamente às interpretações de Werneck Vianna e de Bernardo Sorj demonstraremos que não houve dicotomia entre o intelectual e o político. Tal dicotomia inexistiria porque a produção intelectual de Fernando Henrique sobre o Brasil, estruturada a partir dos anos 1970, foi fundamental para as ações políticas tomadas pelo presidente FHC no sentido da reforma do Estado e sua abertura para uma economia de mercado, como medidas para vencer o *atraso* brasileiro.

Não nos estenderemos neste ponto, pois não queremos antecipar a análise do pensamento de Fernando Henrique Cardoso que faremos na segunda parte desta dissertação de mestrado. O que queremos destacar com estas considerações é a

possibilidade através da junção da perspectiva metodológica de Quentin Skinner e a tese de Gildo Marçal Brandão de engendrar uma nova leitura de um dos intérpretes mais importantes do pensamento político e social brasileiro, ajudando a uma compreensão precisa da vinculação entre produção intelectual e prática política no Brasil levada a cabo nos anos 1990 com o intuito de vencer o *atraso* brasileiro.

Capítulo 2 – Circuito fechado: evolucionismo teórico e mudança social em Raymundo Faoro

Raymundo Faoro iniciou sua produção intelectual em 1958 com a publicação da primeira edição de *Os Donos do Poder*. Este ficou no ostracismo porque o Estado era considerado naquele momento com a solução para os problemas brasileiros (Jasmin, 2008). Tal situação ocorria porque o país vivia o período do nacional desenvolvimentismo que tinha como suportes ideológicos agências intelectuais como a CEPAL e o ISEB. Além destas agências havia também o suporte ideológico do PCB¹⁸. Estes defendiam que o Estado tinha papel central na condução do desenvolvimento nacional. Este deveria ter o protagonismo no processo de engendramento de um desenvolvimento autônomo e nacional que pudesse livrar o país do julgo do imperialismo, levando desta forma à superação do subdesenvolvimento e ao fim da dicotomia entre nação e antinação. Portanto, defender uma tese que via no Estado a causa do autoritarismo e do *atraso* no Brasil não possuía espaço para ter boa repercussão naquele momento histórico. Este quadro é modificado radicalmente a partir da publicação da segunda edição de *Os Donos do Poder* em 1975¹⁹, período no qual o

18 Veremos na segunda parte desta dissertação, ao analisarmos o pensamento de Fernando Henrique Cardoso, algumas posições da CEPAL, do ISEB e do PCB sobre a temática do desenvolvimento nacional.

19 Um ponto importante a ser ressaltado é a grande mudança que a obra faoriana terá entre a primeira edição publicada em 1958 e a segunda em 1975. A edição aumenta de 271 páginas para 750, além das notas de rodapé que aumentam de 140 para 1335. As citações feitas em alemão, inexistentes em 1958, aparecem na segunda edição. E, claro, a mudança que ocorre na conclusão do livro a partir da segunda

país vivia o recrudescimento do regime instaurado em 1964. O Brasil acabara de passar pelo período de maior recrudescimento do regime militar durante o governo de Garrastazu Médice. Este recrudescimento deu-se pela instituição do AI-5, que disseminou um processo intenso de perseguições, torturas e mortes daqueles que eram considerados pelo regime como dissidentes. Com isso, a obra de Faoro passou a representar uma explicação basilar para o autoritarismo então vigente no país. A leitura de *Os Donos do Poder*, que viveu no ostracismo durante dezessete anos, passou a ter caráter obrigatório a partir de sua segunda edição.

A obra de Faoro, além de oferecer uma explicação muito influente para o autoritarismo brasileiro, também tinha como objetivo questionar a interpretação marxista tradicional (Schwartzman, 2003). De acordo com Schwartzman (*idem*), a obra de Faoro questionava a interpretação marxista em dois pontos basilares. O primeiro era representado pela negação do pretense feudalismo brasileiro e pelo conseqüente domínio do campo sobre a cidade. Havia, todavia, o domínio das cidades e do poder central desde o início da colonização brasileira, sendo o poder privado um capricho do poder central (Schwartzman, *idem*). Além da negação da interpretação marxista sobre o Brasil, tal negação da existência do feudalismo no país feita por Raymundo Faoro pode ser interpretada também como uma forma de corroborar sua teoria, pois esta via no feudalismo uma etapa necessária para a instituição do capitalismo industrial e da modernidade. Veremos em detalhe este ponto ao analisarmos o argumento faoriano. Outro ponto de crítica à interpretação marxista se daria pela constituição do poder político. Este não estaria nas mãos dos proprietários rurais nem da burguesia. O poder político seria exercido pelo estamento burocrático em causa própria (Schwartzman, *idem*). Ou seja, Faoro (1992) se contrapôs também a interpretação marxista radicada em Caio Prado Jr, que via no período colonial uma ordem social e política burguesa movida pelas classes. Neste sentido os domínios rurais, cuja atuação quase totalmente autônoma vai ser o fio condutor das interpretações historiográficas e sociológicas hegemônicas

edição: Conclusão da edição de 1958: “parece impossível, como ensinou Jesus, deitar vinho novo em odres velhos, porque, em fermentando o vinho, aqueles se rompem e este se entorna. É necessário que o vinho novo seja colocado em odres novos, para que ambos se conservem. As velhas caldeiras, a fim de que se expanda a pressão, hão de romper-se e fragmentar-se em mil peças disformes. A explosão há de ser total e profunda e os velhos odres devem ser abandonados. Somente assim a criança tolhida e enferma terá ensejo de crescer e tornar-se adulta. Essas são as expectativas cegas da fé, que a razão e a análise históricas repelem” (Faoro *apud* Ricupero, 2008:178) Esta citação, como argumenta Ricupero, demonstrava que só um caminho revolucionário poderia acabar com o domínio estamental sobre o Brasil. Todavia, ficamos confinados a um beco sem saída a partir da segunda edição de 1975.

sobre o período colonial, será negado por Faoro. Além da contraposição à interpretação marxista, a obra de Faoro também se colocava contra a interpretação que valorizava a tradição ibérica e tinha em Gilberto Freyre seu autor mais importante. Esta corrente defende que o processo de colonização do Brasil foi protagonizado pelo colono, o qual não possuía contra si qualquer forma de ingerência do Estado, pois no território colonial este se mostrava plenamente ausente. Faoro (1992) afirma que Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre representou um dos alicerces do pensamento conservador no Brasil. Como o autor defenderá em sua obra, a colonização do país foi fruto da ação estatal, tendo o poder público uma ação tutelar sobre a colônia desde o início. Com isso, Faoro procurava demonstrar o equívoco da interpretação do Brasil radicada em Gilberto Freyre.

Raymundo Faoro se contrapõe também à tese de Sérgio Buarque de Holanda. Contra o Holanda, Faoro (1991, 2008) argumenta que o autor fez uma utilização incorreta do conceito de patrimonialismo segundo a proposição de Max Weber. Isto porque Holanda teria caracterizado incorretamente a transformação do patriarcalismo em patrimonialismo no Brasil. Esta proposição estaria incorreta porque o patriarcalismo não poderia resultar em patrimonialismo. Faoro afirma que devido à utilização equivocada levada a cabo por Sérgio Buarque de Holanda sua obra teria um caráter de singularidade por falar de patrimonialismo corretamente pela primeira no Brasil.

O domínio exercido pelo estamento burocrático constitui-se como argumento central da obra faoriana. Este se reproduziu secularmente durante seis séculos, fazendo com que a explicação para o autoritarismo, a desigualdade e outras gramáticas políticas pudesse ser precisamente conseguida a partir da permanência deste estamento burocrático na história brasileira. Para Faoro, portanto, os problemas brasileiros, como o autoritarismo e o *atraso* estariam circunscritos à dimensão meramente institucional. -

Nos anos 1990 houve um processo expressivo de ataque ao Estado com o objetivo de reduzi-lo com o argumento de que o modelo nacional desenvolvimentista havia chegado ao seu malogro (como vimos na introdução desta dissertação) e também com o intuito de romper com a privatização a qual este estaria submetido desde sua formação. Estas medidas de reforma teriam como objetivo abrir o Estado à economia de mercado e ao mundo dos interesses privados, com o suposto de que estas medidas poderiam fazer com que o Estado pudesse cumprir com sua função universalizadora. Estas ações,

portanto, seriam a consagração da obra de Raymundo Faoro e do suposto programa de ruptura institucional com o legado ibérico que estaria contido em sua teoria. Este postulado é defendido, por exemplo, pela interpretação de Luiz Werneck Vianna. Ao contrário da tese de Werneck Vianna (1999, 2009), procuraremos demonstrar neste capítulo que não há possibilidade de ruptura institucional na obra faoriana como forma de vencer o *atraso*, modernizar e de democratizar a sociedade brasileira de forma efetiva. Ao contrário desta proposição, Raymundo Faoro engendra um diagnóstico sobre a realidade brasileira que a concebe como um *circuito fechado* para a qualquer tipo de ruptura com o legado ibérico.

2.0 - Interpretações

Em seu influente *Weber e a Interpretação do Brasil*, Werneck Vianna (1999) analisa a recepção de Max Weber realizada pelo Pensamento Social Brasileiro. O autor defende que Weber foi recepcionado entre nós para pensar o *atraso*, o que resultaria numa limitada utilização de sua influência a uma sociologia da modernização (Werneck Vianna, idem). Com isso, o Weber recepcionado no Brasil não seria aquele do diagnóstico das patologias da modernidade, mas sim das formas patológicas de acesso ao moderno (Werneck Vianna, idem). Esta apropriação parcial e mesmo reducionista da monumental sociologia weberiana faria com que houvesse uma vinculação necessária entre o diagnóstico do patrimonialismo ibérico com um programa de ruptura, o que teria papel central nos processos de mudança social que levam ao moderno (Werneck Vianna, idem)

A recepção de Weber no Brasil teria duas vertentes: o patrimonialismo instituído na sociedade civil, cujos autores principais são Florestan Fernandes e Maria Sylvia de Carvalho Franco; e o patrimonialismo de Estado, cujos autores principais são Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Para os autores do patrimonialismo instituído na sociedade civil, este não seria resultante da herança do sistema político português. Para essa vertente, o Estado implantado entre nós no século XIX teve como objetivo romper com o legado português e ibérico. Para essa recepção do patrimonialismo, o Estado nasce formalmente moderno, mas acaba sendo corrigido em nível local pela

ordem patrimonial prevalecente do mundo colonial estruturado pela escravidão, dominação pessoal e pobreza do Estado. Esta versão, todavia, possui um caráter secundário na recepção de Weber no Brasil. Como afirma Werneck, o Weber hegemônico nas ciências sociais e na opinião pública no país seria aquele que defende que nosso *atraso* seria resultante da herança do patrimonialismo ibérico recebido com o processo de colonização, reforçado com a transplantação para o país do Estado português no século XIX. Isto resultaria numa composição do Estado de maneira duramente autônoma em relação à sociedade civil, abafando o mundo dos interesses e a livre-iniciativa, comprometendo a realidade brasileira a uma composição organicista que legaria uma racionalidade burocrática no lugar da racionalidade legal (Werneck Vianna, 1999:35). Ou seja, a interpretação weberiana hegemônica seria aquela existente nas obras de Simon Schwartzman e Raymundo Faoro, os quais defendem, apesar das importantes diferenças entre ambos, a tese da herança do patrimonialismo ibérico como chave para uma precisa interpretação do Brasil.

Werneck Vianna (*idem*) argumenta que Raymundo Faoro retoma o argumento de Tavares Bastos engendrado no século XIX, que via na herança do sistema político português a chave para a compreensão do *atraso* brasileiro. Tavares Bastos afirma que as causas do *atraso* brasileiro não deveriam ser buscadas em nossa arquitetura social, mas sim na história portuguesa. Através deste caminho veríamos que desde o século XVI o absolutismo havia dominado de maneira incontestada em Portugal. Isto resultou em um processo de decadência moral, de absorção pelo poder das forças emanadas da sociedade, ignorância e brutalidade do clero, definhamento das municipalidades, o que ocasionava naquele país um profundo quadro de decadência moral (Bastos, 1975a). Portugal seria caracterizado pelo imobilismo chinês, fazendo com que este sufocasse a livre-iniciativa, o mundo dos interesses, corrompesse o espírito público e anulasse a vida social (Bastos, 1975a) A falta de espírito público resultante do nosso estado absolutista levaria a indistinção entre as esferas do público e do privado, fazendo com que estes dois elementos se identificassem como coisa única.

Essa herança seria corroborada no Brasil pelo sistema centralizador, o qual seria caracterizado também por sua imobilidade chinesa. Este seria o responsável pelos nossos vícios políticos e administrativos, pois reproduziria uma continuação do sistema português. Pelo seu caráter fortemente concentrado ele moveria mecanicamente a nação, promovendo assim o estado social de inércia, o ceticismo e a profunda corrupção

(Bastos, idem). Com isso, o governo tudo dominaria e sufocaria. Era, portanto, necessário remover a tradição ibérica de dentro do Estado, sobretudo modificando a sua forma, removendo o Conselho de Estado, o Senado Vitalício e o Poder Moderador, os quais foram implantados pela reação conservadora de 1841. Outro grande problema atacado por Tavares Bastos (1975a) refere-se ao Judiciário. Este, que teria um papel central no sistema representativo como garantidor das liberdades, possuiria no Brasil sua ação anulada pela configuração centralizada e despótica que nos conformaria. Este quadro extremamente adverso ocasionou como grande consequência a ausência de autonomia, considerada por Tavares Bastos como o vício orgânico dos brasileiros. De acordo com Tavares Bastos (1975a) a falta de autonomia gerou um quadro de corrupção moral, responsável pela nulidade de nosso sistema representativo, resultando no domínio incontestado do absolutismo.

Neste sentido, a burocracia pública agiria como uma máquina pesada responsável pelo esmagamento de interesses individuais e coletivos. Estes fatores deletérios seriam corroborados pela figura do Poder Moderador no Segundo Reinado, o qual faria com que tanto partidos como o Parlamento tivessem uma atuação nula frente ao Executivo todo-poderoso (Bastos, 1975a) Estes fatores seriam responsáveis pela disseminação da corrupção entre nós. Apesar da identificação do vício de origem responsável pelo *atraso*, a realidade brasileira era perfeitamente mutável para Tavares Bastos. Em virtude disso, o autor propõe ações em torno da modernização econômica e da descentralização administrativa como forma de vencer o *atraso* que prevalecia na realidade brasileira e também de constituir uma monarquia federativa e democrática. Em relação à modernização, Tavares Bastos propõe algumas medidas consideradas como centrais para realizar tal propósito. A primeira delas é a imigração européia. Bastos (1975c) argumenta que este processo era fundamental para a mudança de hábito dos brasileiros retirando de nossa realidade o quadro de imoralidade então dominante. O grande motor do desenvolvimento seria não a sociedade industrial, mas a agrícola. Em virtude disso, Bastos (1975c) afirma que o imigrante seria dono da pequena propriedade, característico em todos os países, o que ocasionaria a modificação da face política no Brasil. Isto se daria porque o país estaria a cargo de indivíduos que possuíam uma visão do mundo, capazes de aplicar uma ação cosmopolita em terras brasileiras. Além disso, a imigração seria capaz de substituir o deletério trabalho escravo e de dirigir o processo de modernização tão fundamental para levar o país a constituir uma

ordem moderna e democrática. Outras ações fundamentais referiam-se à liberdade da navegação de cabotagem, acabando com o monopólio do governo e a livre navegação no Rio Amazonas. Estas medidas teriam a função de redimir as populações pobres ribeirinhas e proporcionar a comunicação do país com os Estados Unidos e as potências européias. (Bastos, 1975c) A liberdade de cabotagem e a livre navegação do Amazonas seriam responsáveis por gerar a liberdade, pois proporcionariam a concorrência universal, a multiplicidade das transações, a barateza dos serviços, a facilidade dos transportes e comodidade de vida (Tavares Bastos, 1975c, p. 4-5). Havia em Tavares Bastos a crença de que o mercado por si só poderia incluir o grande contingente populacional que vivia excluído no Brasil do Segundo Reinado. Aliado as importantes reformas econômicas, o autor alagoano também propunha como ações fundamentais a plena liberdade religiosa, industrial, de ensino, a independência do Judiciário, a supremacia do Parlamento e a descentralização administrativa. Apenas com o advento destas reformas globais o país poderia vencer o seu *atraso*, entregando o poder à nação.

Tavares Bastos (1975b) advoga a necessidade de despojar o Executivo de suas funções parasitas, limitando-o a questões de cunho político somente, e da instauração em cada província das instituições que promovessem os interesses locais, tendo como inspiração o Ato Adicional. A liberdade seria promovida desta forma pela descentralização (Bastos, 1975b, p.29-30). Estes processos teriam um caráter fundamental, pois haveria uma série de ações de cunho deletério levadas a cabo pelo governo central, representadas pela absorção de tudo pela jurisdição central e pelo caráter parasita do Conselho de Estado (Bastos, *ibidem*). Em virtude de todas essas mazelas representadas pela herança centralizadora despótica herdada de Portugal, a doutrina liberal representaria a libertação do Brasil (Bastos, 1975c). A descentralização administrativa garantiria a livre-iniciativa que traria como consequência a liberdade, o espírito de empresa, o povo responsável, a livre representação dos interesses que não existiam no Brasil devido a ação do Legislativo, Judiciário, presidentes de províncias de acordo com a vontade do Imperador que tudo dominava. (Bastos, 1975c) Além de nos despirmos de nossa malfadada centralização deveríamos abolir progressivamente a escravidão (com a instrução e emancipação do liberto). Apenas mediante as medidas colocadas acima é que poderíamos engendrar uma monarquia efetivamente democrática, colocando em prática o cunho democrático existente, segundo Tavares Bastos, na constituição de então.

Como vimos acima, havia no publicista Tavares Bastos uma clara junção entre as dimensões analítica e normativa, com a proposição de um programa político global de rearticulação institucional para o país como forma de vencer o seu *atraso*. Como afirma Brandão (2005:258) as idéias de Tavares Bastos “corporificaram o primeiro projeto específica e globalmente capitalista para o país e logo caíram no ostracismo por ausência de portadores sociais”.

Depois de aproximar a interpretação levada a cabo por Raymundo Faoro da engendrada por Tavares Bastos, Werneck Vianna (*idem*) afirma que a ruptura com o oriente político deveria se pautar pela reforma política que abrisse o Estado à diversidade dos interesses existentes na sociedade civil, com o objetivo de que o sistema de representação fosse prevalecente:

O programa subentendido de Faoro ecoa as revoluções libertárias do Primeiro Reinado porque nelas está presente o que se há de fazer: libertar a sociedade dos nós que atam ao Estado, fortalecer o sistema político da representação, emancipar a economia do designo mercantilista, distinguir as fronteiras entre o público e o privado, soltar a federação das amarras com que a União a constringe. Sem dúvida, não é um programa tão diverso do de Tavares Bastos, formulado um século antes. E sua palavra é ruptura. (Werneck Vianna, 2009:374).

Isto se daria, segundo a argumentação de Werneck Vianna (*idem*), pela identificação do caráter asiático do Estado brasileiro como obstáculo à liberdade e também ao engendramento dos padrões igualitários de convivência social. Esta reforma, supostamente derivada da interpretação de Raymundo Faoro, sugeriria a abertura desta esfera aos interesses privados como forma de este cumprir a sua função democrática na administração e na articulação dos interesses existentes na sociedade (Werneck Vianna, 1999).

Werneck Vianna (2009)²⁰ afirma precisamente que Faoro não via na sociedade muitas possibilidades para engendrar o processo de ruptura, devido ao seu diagnóstico desanimador dos processos de civismo prevalentes nesta. Devido à incapacidade da sociedade civil para engendrar tal ruptura esta deveria estar circunscrita à dimensão institucional, como forma de derruir as relações patrimoniais e também o poder do estamento burocrático. O autor advoga que devido ao recorte institucionalista levado ao cabo por Faoro, o caminho a ser tomado seria a libertação dos interesses de seus obstáculos políticos representados pelas relações patrimoniais e pelo estamento burocrático (Werneck Vianna, 2009). A reforma do Estado seria responsável pela realização do papel democrático deste na administração e também e pela composição dos diferentes e contraditórios interesses existentes na sociedade. Com isso, ficaria aberto o caminho para a manifestação plena dos interesses (Werneck Vianna, *idem*). Esta ruptura institucional faria com que a sociedade pudesse se auto-organizar, com a constituição de classes sociais com identidades bem definidas:

A ruptura, pois, como em Tavares Bastos no século passado, deveria se aplicar no plano da institucionalidade política, especialmente no que diz respeito à forma de Estado, uma vez que, ao se conceder plena liberdade aos interesses, eles tendem a produzir uma dinâmica benfazeja que traz consigo maior igualdade social. (Werneck Vianna, 1999:36).

²⁰Um ponto importante a ser notado é a utilização feita por Werneck Vianna das duas edições de *Os Donos do Poder* como se elas tivessem o mesmo conteúdo. Como o trabalho cuidadoso feito por Bernardo Ricupero e Gabriela Nunes Ferreira (2008) demonstrou há diferenças importantes entre as duas edições da obra de Faoro. Entre elas, podemos citar o final das duas edições. Na edição de 1958, havia a possibilidade de uma saída revolucionária, enquanto na edição de 1975 esta possibilidade não estava mais posta para o autor gaúcho. O mais importante a ser notado é que em nenhuma das duas obras há possibilidade de uma ruptura institucional como defende Werneck Vianna. Outro ponto importante a ser notado na interpretação de Werneck Vianna refere-se ao papel de São Paulo para Raymundo Faoro. Werneck Vianna deixa transparecer que a posição de São Paulo teria o mesmo conteúdo para Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, o qual aposta firmemente na nacionalização do modelo paulista como forma de vencer o domínio patrimonial no país. Como afirmam Ricupero e Ferreira (*idem*) São Paulo poderia ser uma forma efetiva de ruptura para Faoro, na medida em que constituiria um desenvolvimento de base autônomo no país. Todavia, a derrota de São Paulo fez com que essa possibilidade não fosse mais aventada por Faoro. Simon Schwartzman, todavia, como veremos em detalhe na análise do pensamento do autor, possuía uma defesa efetiva da ruptura como forma de vencer o atraso representado pelo domínio patrimonial a partir da *sãopaulização* do Brasil. Neste sentido, podemos aproximar Simon Schwartzman de Tavares Bastos no que se refere a uma proposição de ruptura. Todavia, como demonstraremos ao longo deste capítulo, tal referência ao pensamento de Raymundo como faz Werneck Vianna é completamente indevida.

Ao ligar o diagnóstico de Raymundo Faoro ao de Tavares Bastos sobre o caráter asiático e parasitário do Império brasileiro durante o Segundo Reinado brasileiro, Werneck Vianna ligou erroneamente o diagnóstico de Faoro com um programa de reforma institucional para a consagração da matriz do interesse individual. Diversamente do que defende Werneck Vianna em sua interpretação da obra de Raymundo Faoro, procuraremos demonstrar neste capítulo que o evolucionismo teórico que estrutura a interpretação faoriana sobre o Brasil não abre possibilidades para a ruptura institucional. Ao contrário de advogar pela ruptura institucional Raymundo Faoro analisa a realidade brasileira como um *circuito fechado*, sem possibilidade de constituição de uma ordem moderna e efetivamente democrática.

Como demonstraremos na seção dedicada ao argumento de Raymundo Faoro a revisão da tese de Max Weber feita pelo autor, que sustentou que não foram as *afinidades eletivas* entre ética calvinista e o espírito capitalista que abriram as portas do Ocidente à modernidade, mas sim a passagem necessária pela etapa do feudalismo²¹, estruturou em seu pensamento um evolucionismo teórico responsável pela constituição da realidade brasileira como um circuito *fechado* para a modernidade e para a democracia. Não há lugar para a política na interpretação faoriana (Lessa, 2009). Com isso, demonstraremos que não havia na teoria de Faoro possibilidade de ruptura como defende a influente interpretação de Luiz Werneck Vianna. Em virtude disso, há uma importante descontinuidade entre o intelectual e o político, visto que Faoro teve um papel central no processo de redemocratização da sociedade brasileira quando presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil no final dos anos 1970. Para Juarez Guimarães (2009) não haveria descontinuidade entre o intelectual e o político, ou seja, entre as instâncias analítica e normativa da obra de Raymundo Faoro:

Ora, as ocasiões sobre as críticas anteriores permitem uma resposta alta a essa pretensa descontinuidade. Em Faoro, parafraseando Lukács, a obra termina, mas a aspiração de liberdade continua. Exatamente porque o patrimonialismo estamental se perpetua no horizonte da conciliação sempre

21 O interessante a ser notado é que intérpretes de Raymundo Faoro como o próprio Werneck Vianna (1999), Ricupero e Ferreira (2005, 2008) e Renato Lessa (2009) argumentam sobre a revisão da tese de Max Weber feita por Raymundo Faoro como se esta não tivesse maiores consequências em sua teoria. Esta revisão, que vincula a emergência da modernidade à passagem necessária pela etapa feudal é vista pelos autores acima citados como um fator que singulariza a teoria de Raymundo Faoro. Ao contrário de ser apenas um ponto sem maior significância, demonstraremos neste capítulo que tal revisão possui um peso central na teoria de Raymundo Faoro sobre o Brasil.

reposta das elites, é preciso, através da democracia, furar o arco dos donos do poder. Ao contrário do que pretende a crítica da descontinuidade entre o autor e o ator, a obra ilumina o personagem (Guimarães, 2009:85).

Ainda segundo Juarez Guimarães (idem: 86), “Faoro formulando a lógica fundante da liberdade e dos direitos como caminho para fundar o público”. Guimarães (idem) afirma que a resultante da tese de Faoro sobre o Brasil não seria propriamente a negação do Estado ou sua ausência, mas sim “a necessidade da democratização de seus fundamentos, uma ordem simétrica de direitos e deveres de cidadania e a afirmação de critérios universalistas de sua ação política e econômica” (Guimarães, 2009:81). A explicação para o caráter visivelmente crítico e negativo para a obra de Faoro se daria para Guimarães pela análise da formação brasileira a partir do princípio da liberdade. Nesse sentido, o autor explica a desvalorização de Faoro das conquistas sociais durante, por exemplo, o período do varguismo. Devido à análise do país a partir da perspectiva da liberdade, Raymundo Faoro não criticaria o Estado a partir do aspecto elitista de democracia como contida em Max Weber, por exemplo. Ele, todavia, criticaria o patrimonialismo encastelado no Estado a partir da lógica da universalização dos direitos e deveres, fazendo com que houvesse uma tensão permanente entre as dimensões analítica e normativa de sua obra (Guimarães, 2009).

Rubens Goyatá Campante (2009) também procura refutar qualquer dicotomia entre as dimensões analítica e normativa da obra de Raymundo Faoro. Campante (idem) argumenta que Faoro seria defensor da sociedade civil, tendo com isso uma posição contrária à simples libertação dos interesses particulares e individualistas. Isto porque uma verdadeira sociedade civil teria de abranger a normatização legal e social das relações econômicas e materiais (Campante, 2009). Faoro teria como ponto forte de sua teoria um referencial ético-normativo calcado em uma filosofia política “que analisa as questões políticas, econômicas e sociais da história brasileira sob a ótica de direitos intrínsecos e inalienáveis do homem” (Campante, 2009:126) Nesse sentido, Campante argumenta que o grande horizonte normativo existente na obra de Faoro seria o da neutralização do padrão oligárquico de poder vigente no Brasil. Desta forma, o padrão fechado e autoritário de mando político poderia ser substituído por outro de caráter aberto e democrático, unindo-se, desta forma Estado e nação, povo e elite (Campante, idem). Ainda segundo o autor, tal mudança apenas poderia ocorrer através da

luta política, que teria o caráter cultural, material e normativo. Já como ponto fraco, Campante (idem) afirma precisamente que a obra de Faoro seria estruturada por um essencialismo que via a realidade brasileira como plenamente atrasada, tradicional e não capitalista. Isto se daria porque Faoro veria nossa realidade parametrada pela evolução da Europa Ocidental e dos Estados Unidos (Campante, idem). Outro ponto, o qual consideramos fundamental, colocado por Campante refere-se à caracterização da nação feita pelo jurista gaúcho:

As camadas desprivilegiadas da população brasileira são vistas por Faoro de maneira indiferenciada, como uma espécie de massa inerme, mero receptáculo permanente dos influxos e do aguilhão da elite estamental. O povo brasileiro, para Faoro, é, em adjetivos seus, colhidos ao longo de suas obras: desvalido, supersticioso, castrado, sebastianista, resignado, incapaz, parasitário, abúlico. (Campante, 2009:137).

Rubens Goyatá Campante (2003) afirma que uma sociedade de classes com pleno predomínio do mercado seria o fio condutor da democratização para Raymundo Faoro e que o Estado sempre teve uma ação negativa para o autor independentemente do conteúdo de suas ações:

Faoro parece idealizar o potencial igualitário da sociedade de classes e do mercado e, ao mesmo tempo, desconsiderar que, se o Estado no Brasil atuou basicamente em prol da oligarquização, isto não quer dizer que não tenha sido, por vezes, vetor de inclusão e desenvolvimento social, e mais importante, que nunca possa sê-lo (Faoro, 2003:186).

Como a citação acima deixa claro, a democratização para Raymundo Faoro se dá pela constituição da sociedade de classes com pleno predomínio do mercado. Além disso, o autor argumenta precisamente que Faoro desconsiderou os momentos em que o Estado agiu de maneira efetiva em prol do desenvolvimento social, além de não ver possibilidades deste engendrar o desenvolvimento. Isto fez com que a obra de Faoro sobre o Brasil não visse possibilidades efetivas para o surgimento de uma ordem moderna e efetivamente democrática. Se a ação do Estado é absolutamente negativa

para Faoro em qualquer circunstância e se a nação é plenamente incapaz, como engendrar o suposto potencial normativo contido em sua teoria através da luta política pelas intuiçãoalização dos direitos e deveres como sugerem as interpretações de Rubens Goyatá Campante e Juarez Guimarães?

Não concordamos com as interpretações acima de Juarez Guimarães e Rubens Goyatá Campante. Isto porque o evolucionismo teórico que estrutura a obra de Raymundo Faoro aliado à visão do povo como amorfo, abúlico, manietado, resignado, castrado, incapaz, desvalido, parasitário (como observou muito bem o próprio Rubens Goyatá) fez com que a interpretação de Faoro visse a nossa realidade brasileira como um *circuito fechado* para a modernidade e para a democracia efetiva, fazendo com que haja, de fato, uma dicotomia entre o intelectual e o político. Como afirma Simon Schwartzman (2003) Raymundo Faoro assumiu uma postura ética de princípios através de uma luta contra o autoritarismo existente em suas diversas formas no país. Tal luta de Faoro poderia, ao contrário de nossa argumentação, corroborar os argumentos de Juarez Guimarães e Rubens Goyatá Campante sobre a junção entre as dimensões analítica e normativa da obra de Raymundo Faoro. Todavia, o mesmo Schwartzman (*idem*) argumenta precisamente que Faoro acreditava que não havia como modificar a história brasileira, representada por cinco séculos de domínio do estamento burocrático.

Os trabalhos de Bernardo Ricupero e Gabriela Nunes Ferreira (2005, 2008) possuem um caráter de complementaridade com a interpretação da obra de Raymundo Faoro que defendemos neste capítulo. Para os autores não existe possibilidade de ruptura institucional na obra de Raymundo Faoro. Neste sentido, eles também discordam da interpretação de Luiz Werneck Vianna. Os autores argumentam que esta negação da perspectiva normativa está firmemente estruturada na obra do jurista gaúcho, neste caso específico em *Os Donos do Poder*, obra analisada cuidadosamente pelos autores²². Isto se daria pela visão de Faoro sobre o Estado e a nação. Para defender

22 Ricupero e Ferreira (2008) fazem uma análise detalhada das modificações existentes entre a primeira e a segunda edições de *Os Donos do Poder*. Os autores afirmam que o pessimismo existente em 1958 é acentuado com a publicação da segunda edição do livro, como vimos em nota acima: “Curiosamente, a mudança interna em *Os Donos do Poder* se percebe especialmente no tratamento que o livro dá à mudança na história portuguesa e brasileira. Em poucas palavras, a edição de 1958 não identifica grandes possibilidades de transformação no passado dos dois países, mas não deixa de ter esperança que o futuro brasileiro passe a ter uma nova orientação. A edição de 1975, em contraste, destaca momentos em que se teria podido romper com o domínio do estamento burocrático, mas considera que eles foram desperdiçados e que tal possibilidade já não existe mais” (Ricupero e Ferreira, 2008:84) Tal possibilidade de mudança seria representada em Portugal pela figura do judeu e no Brasil pelo cafeicultor do Oeste Paulista. Estes poderiam ter engendrado no país um desenvolvimento de maneira natural, partindo da sociedade, único desenvolvimento concebido como legítimo por Raymundo Faoro. Veremos a concepção de desenvolvimento para o jurista gaúcho ao analisarmos em detalhe o seu argumento. Como vimos acima, a visão definitiva de Faoro sobre o Brasil se constitui a partir da segunda edição de *Os Donos do*

tal interpretação os autores posicionam a obra de Faoro entre duas matrizes de interpretação do Brasil: a tradição estatista e a tradição privatista. Ao analisar o domínio do Estado sobre a nação, a interpretação de Faoro estaria próxima da interpretação de Tavares Bastos, que via no Estado, como analisamos acima, a causa dos males brasileiros (Ricupero e Ferreira, 2005). Mas ao analisar a nação, todavia, o autor possuiria uma interpretação muito próxima da engendrada por Oliveira Vianna, o qual via a nação brasileira como incapaz devido ao peso do privatismo no país. Neste sentido, os autores afirmam ao analisar a interpretação faoriana contida em *Os Donos do Poder*:

Talvez em razão dessa maneira de entender o Estado e a nação, *Os Donos do Poder* não oferece propriamente um programa político para o Brasil. O livro, diferentemente de tantos outros, não chega a defender a organização da nação pelo Estado, ou, ao contrário, a libertação da sociedade da opressão estatal. Mais do que um programa positivo, Faoro fornece uma visão desesperançada da política e da sociedade brasileira que, infelizmente, encontra motivos de justificação em boa parte da história do país (Ricupero e Ferreira, 2005:53).

De acordo com Ricupero e Ferreira (2008), a interpretação de Faoro sobre o Brasil está estruturada pela lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky. Os autores afirmam que, partindo da leitura da obra de Faoro efetuada por Leopoldo Waizbort (2009), que esta lei para Faoro, diversamente da proposição de Trotsky, não tinha como objetivo promover a modernização, mas sim demonstrar a conservação na realidade brasileira (Ricupero e Ferreira, 2008). Isto porque a lei do desenvolvimento desigual e combinado demonstraria como houve uma combinação entre Estado e nação em Portugal e no Brasil, com a subordinação da nação pelo Estado no sentido de que este fez uso da nação para realizar seus objetivos (Ricupero e Ferreira, *idem*). Como visto na interpretação levada a cabo por Ricupero e Ferreira sobre as visões de Faoro sobre Estado e nação contidas em *Os Donos do Poder*, não há possibilidade de ruptura com o legado ibérico. Ao contrário disso, há uma visão desesperançada do país na argumentação do autor. A interpretação dos autores possui

Poder publicada em 1975. Em virtude disso, analisaremos sua obra a partir desta edição.

para nosso argumento neste capítulo um caráter de complementaridade com nossa tese do evolucionismo teórico estruturante da obra do autor gaúcho.

Após analisarmos algumas importantes interpretações de Faoro, as quais têm um papel importante para o nosso argumento neste capítulo, proporemos na seção seguinte uma releitura da obra do jurista gaúcho a partir da idéia de evolucionismo teórico proposta por Antony Giddens que vimos no capítulo anterior. Desta forma, veremos como Raymundo Faoro constrói sua interpretação do Brasil como um verdadeiro *circuito fechado* para a modernidade e a democracia no Brasil.

2.1 - Evolucionismo teórico e mudança social em Raymundo Faoro

Raymundo Faoro volta à história portuguesa como forma de demonstrar que o Brasil sofreria um endêmico vício de origem iniciado pelo Estado português no século XIV. Esta volta teria como objetivo demonstrar que o conceito de patrimonialismo seria chave para a compreensão da história brasileira (Faoro, 1993). O Estado português nasce da guerra, o que garantirá o domínio do rei sobre as riquezas, as funções públicas, as comunas e o clero, fazendo com que a comercialização feita pelo país fosse efetuada em benefício do patrimonialismo real (Faoro, 2007). Este domínio fora possível porque com a guerra houve a ascendência do rei que pode colocar sua rede de agentes cobrindo todo o país. Com isso, houve a domesticação da nobreza e a consolidação do rei como senhor de tudo (Faoro, *idem*).

O domínio do Estado se consolidaria no século XV como absoluto, pois este Estado se estruturaria no direito romano (Faoro, *idem*). Faoro argumenta que o recebimento do direito romano possui uma índole diversa em Portugal em relação ao seu conteúdo original. Neste país houve uma disciplina dos servidores em referência ao Estado, com a expansão de um quadro de súditos ligados ao rei, comandados por regras formalmente racionais (Faoro, 2008:29). Neste sentido, “a calculabilidade do novo estilo de pensamento jurídico, reduzido ao aspecto formal, não exclui, na cúpula, o comando irracional da tradição ou do capricho do príncipe, em procura da quebra aos vínculos das camadas nobres” (Faoro, 2008:29). Neste sentido de desvirtuamento de seu conteúdo original, o direito romano serviu em Portugal para estimular de forma consciente o reforço do Estado patrimonial.

Além da importância do direito romano, houve também o advento da economia monetária e a ascensão das relações de troca. Este advento fez com que houvesse o predomínio da cidade no lugar do campo (Faoro, 2008). Além destes fatores, Portugal ainda teria como vocação o comércio representado neste século pelo seu caráter náutico. Faoro (idem) afirma que “o comércio definiu o destino do reino, meio natural do financiamento da obra da reconquista e da independência” (p.39).

A expansão do comércio marítimo em Portugal terá como consequência importante o surgimento da burguesia cujos vínculos não estavam presos a terra. Esta burguesia, ao contrário da nascente burguesia oriunda do mundo feudal, estava atrelada desde o seu início à Coroa. Isto se dá devido à constituição do Estado como empresa do príncipe, cuja ação tinha o alcance em todas as dimensões. Em virtude deste domínio incontestado da Coroa a burguesia vivia plenamente sufocada. Possuíam supremacia nesta organização social a Coroa, como dissemos, além do patológico capitalismo de Estado que engendrava uma ação politicamente orientada, cuja floração ideológica se estruturaria no mercantilismo (Faoro, 2008). O papel de grandeza do príncipe deu-se através da supremacia comercial. Esta estrutura patrimonial propiciou a expansão do capitalismo comercial, fazendo do Estado uma grandiosa empresa do tráfico, mas irá, fundamentalmente, impedir a instituição do capitalismo industrial (Faoro, idem).

Após fazer a reconstituição da formação do Estado português, Raymundo Faoro constitui a dissociação fundamental que selaria nosso malfadado destino. De acordo com o autor, a sociedade capitalista foi gerada da decadente sociedade feudal. Houve uma evolução da economia natural para uma pautada pelas manufaturas, responsável pelo movimento de acumulação de capital (Faoro, 2008). A economia natural e o feudalismo seriam termos correlatos (Faoro, 2008:34). Desta forma, o mundo feudal era solapado pelo mundo capitalista. O feudalismo, portanto, seria para Faoro uma fase necessária para a constituição do capitalismo:

Idade Média e feudalismo, reduzido este, fundamentalmente, a uma forma de trabalho, se confundem. Dela – e só dela, imperativamente – brota o capitalismo, filho da contradição aninhadas no seu seio: uma classe oprimida, a burguesia das cidades, se ergue contra os nobres, esmagando-os, primeiro no campo econômico e depois na arena política. Outra consequência do modelo marxista: o capitalismo, responsável

pela ruína feudal, é o capitalismo das manufaturas, fase primeira do capitalismo industrial (Faoro, 2008:34).

Faoro estrutura sua filosofia da história com uma concepção evolutiva, linear, a qual teria como consequência a constituição de uma sociedade capitalista construída sob as bases de uma sociedade feudal, que funcionaria como uma etapa necessária à evolução do capitalismo industrial, do Estado moderno e, conseqüentemente, da modernidade. De acordo com Faoro (idem) “Sucedeu ao primeiro estágio, o tribal, o período estatal e comunal, alcançando o sistema feudal, prelúdio da era capitalista” (p.34). Uma característica importante que singularizaria a economia da Idade Média representada pelo período feudal seria também a propriedade dos meios de produção (Faoro, idem). Neste sentido, havia o domínio antes do advento do capitalismo, no âmbito urbano, da pequena indústria, com o domínio da propriedade do artesão sobre os meios de produção, como também a organização autônoma no campo dos agricultores que plantavam para suprir suas necessidades (Faoro, 2008:34). As relações provenientes do feudalismo eram pautadas por relações contratuais, as quais seriam responsáveis pela integração entre sociedade e Estado. Faoro (2008) advoga que o feudalismo tem como característica corporificar um conjunto de poderes políticos dividido de forma equânime entre o comando e seus membros. Neste sentido, o feudalismo desconheceria a unidade de comando, caracterizado como gérmen da soberania, integrando fatores dispersos. Como mostra de sua visão evolutiva e linear da história, Faoro (2008) afirma que:

O contexto da nova época terá caráter universal, arrastando, nas suas águas, as nações que trabalham nas usinas, as nações inertes e as nações que buscam, na aventura, a riqueza e a opulência. Ainda uma observação. As épocas econômicas do mundo asiático, antigo e feudal são fases, encadeadas sob o vínculo progressivo e ascendente, que culminou na época moderna. A história segue um curso linear – embora reconheça a doutrina a ausência de feudalismo nos Estados Unidos e a não peculiaridade de certas relações sociais tidas como específicas da Idade Média (p.35).

Como a citação acima parece deixar claro, a visão evolucionista de história estruturada por Raymundo Faoro faz com que só haja um caminho para a constituição da modernidade representada pela passagem necessária pela etapa feudal. Ou seja, o feudalismo prefixou os rumos do Estado moderno (Faoro, *idem*).

Portugal, por sua vez, não conheceu em sua história o feudalismo. Este ponto, como demonstraremos neste capítulo, terá um peso central para o autor em suas visões sobre o desenvolvimento, a modernização e a democracia no Brasil. Por não passar pela etapa feudal, necessária para a constituição da modernidade representada pelo capitalismo industrial, Portugal (e também o Brasil) constituiu-se como um desvio patológico responsável por fazer com que o elemento tradicional tivesse um caráter absolutizado neste país. Como veremos mais à frente, o *atraso* absolutizado também será a tônica do Brasil, herdeiro fundamental de Portugal. Em virtude deste desvio patológico em relação a esta etapa necessária à constituição do capitalismo industrial Portugal constituiu um tipo específico de capitalismo patológico, conceituado por Faoro como politicamente orientado²³. Este seria dirigido pelo Estado, impedindo a autonomia da empresa privada, a livre iniciativa, anulando as liberdades públicas, a livre concorrência, a livre profissão, as quais estariam submetidas aos monopólios e concessões reais (Faoro, 2008:35). Havia uma incompatibilidade do feudalismo com Portugal desde os idos da independência e da reconquista. Faoro (*idem*) argumenta que o feudalismo, caracterizado como realidade social, política e militar esteve terminantemente ausente de Portugal. Tal situação ocorreria devido a uma incompatibilidade de caráter insuperável do sistema feudal “com a apropriação, pelo príncipe, dos recursos militares e fiscais – fatores que levam a intensificar e racionalizar o Estado, capaz, com o suporte econômico, de se emancipar, como realidade eminente, das forças descentralizadoras que o dispersam, dividem e o anulam” (Faoro, 2008:36). Outro ponto importante de dissociação entre Portugal e o feudalismo dá-se na incompatibilidade do feudalismo com organizações de poder constituídas arbitrariamente.

Em virtude da ausência do feudalismo em Portugal houve a apropriação do Estado como uma empresa do príncipe, pois este teria plenos poderes para intervir em tudo como seu negócio próprio. Este domínio do príncipe seria responsável pela

23 Como lembra muito bem Leopoldo Waizbort (2009) Raymundo Faoro retira o conceito de Sociologia weberiana contida em Economia e Sociedade. Mesmo assim, sua utilização da sociologia weberiana possui um conteúdo particular.

constituição do patológico capitalismo de Estado, politicamente condicionado. Este capitalismo não teria características como a racionalidade e calculabilidade, as quais seriam próprias do sistema capitalista moderno nascido do feudalismo. Outra importante diferença entre o regime feudal e Portugal patrimonialista se refere à prisão dos servidores no patrimonialismo numa rede patriarcal, a qual representaria a extensão da casa do soberano e também desvirtuaria a organização dos direitos, privilégios e obrigações que são fixamente determinados pelo feudalismo (Faoro, 2008). O feudalismo não conseguiu se fixar em Portugal porque este, desde o início, esteve envolto com o patrimonialismo de preponderância comercial (Faoro, idem). Portanto, apenas os países resolvidos pelo feudalismo na Europa e na Ásia expandiriam uma economia capitalista em moldes industriais, de forma a integrar sociedade e Estado (Faoro, 2008:40).

Países como Inglaterra, França, Alemanha, Austrália, Canadá e Japão adotaram e desenvolveram um sistema capitalista em virtude de suas raízes feudais, integrando desta forma sociedade e Estado (Faoro, 2008). Argumentando sobre a colonização dos Estados Unidos, Faoro afirma que os colonos ingleses formaram sua própria organização política e administrativa com a herança da organização feudal-capitalista inglesa. Eles transplantaram uma organização baseada no *self-government* e no respeito às liberdades públicas, construindo desta forma suas próprias instituições (Faoro, idem). Com isso, a Inglaterra formou nos Estados Unidos uma pátria ao contrário do Brasil, o qual se constituiu enquanto um prolongamento do Estado português (Faoro, 2008). Neste sentido, a Península Ibérica e suas colônias e os países do mundo antigo que não possuíram raízes feudais não conheceram relações capitalistas em termos efetivamente industriais (Faoro, idem).

A partir desta perspectiva teórica evolucionista que liga de forma necessária feudalismo e capitalismo, Raymundo Faoro defende a revisão da tese weberiana que vinculou a ética puritana ao espírito do capitalismo. Para Max Weber (2002), as *afinidades eletivas* entre ética calvinista e espírito do capitalismo seriam responsáveis pela gênese inicial da modernidade. Logo após, a modernidade se reproduziria através de suas duas instituições fundamentais – Estado e mercado – como *artefatos prontos*. Contrariamente ao evolucionismo de Raymundo Faoro, cujo conteúdo material é responsável pela instituição de etapas necessárias à mudança social e ao desenvolvimento, Max Weber não possui em sua teoria a vinculação de etapas

necessárias para a mudança social e o desenvolvimento, mas sim de acordo com Jessé Souza (1999) um evolucionismo formal, ou neo-evolucionismo. Ainda segundo Souza (idem) Weber teria tomado o cuidado de evitar a noção de etapas necessárias segundo uma ordem normativa inscrita na história, sendo adepto de um “evolucionismo formal”:

No entanto, se Weber rejeita esse ‘evolucionismo material’, ele seria adepto de um ‘evolucionismo formal’, como, por exemplo, do próprio Habermas. Apesar da recusa à filosofia da história contida na noção de etapas necessárias ao desenvolvimento, o evolucionismo formal acredita perfeitamente na existência de estágios de desenvolvimento com validade universal. Nos dois exemplos citados, o de Habermas e de Weber, esses estágios de desenvolvimento hierarquizáveis e com pretensões de universalidade concentrar-se-iam no aspecto cognitivo e moral. (Souza, 1999:18).

Esta revisão da tese weberiana estrutura no argumento de Faoro, como vimos, um evolucionismo teórico. Isto porque Faoro transforma um fato histórico particular, neste caso o feudalismo, em lei histórica de transformação universal responsável pela explicação da mudança social. Portanto, o feudalismo seria uma etapa necessária para se chegar à modernidade, com o capitalismo industrial, com liberdades econômicas de livre contrato, com a conseqüente integração entre sociedade e Estado. Isto resultaria em que não teríamos sociedade civil independente, pensamento liberal e capitalismo racional, mas dominação patrimonial, estamental e burocrática (Jasmim, 2008). Como veremos ao longo deste capítulo, o evolucionismo teórico existente na obra de Faoro terá conseqüências diretas nas visões do autor sobre a modernização e também sobre a constituição de uma realidade efetivamente democrática no Brasil.

Ao contrário do que defende a teoria faoriana a modernidade, como demonstrou Antony Giddens no capítulo anterior, não surgiu da continuidade mas da descontinuidade com o mundo tradicional. Portanto, a modernidade não se constituiu de forma unilinear como afirma Raymundo Faoro em sua vinculação necessária entre feudalismo e capitalismo industrial. Ao contrário disso, temos uma relação complexa na passagem do mundo tradicional para o moderno, constituindo-se de forma multifacetada como também demonstrou Antony Giddens em sua crítica às teorias evolucionistas. Portanto, é equivocada a vinculação necessária feita por Faoro entre feudalismo e

capitalismo para a constituição da modernidade. Com isso, podemos vislumbrar uma possibilidade de constituição da modernidade no Brasil para além do *circuito fechado* legado ao país através da teoria de Raymundo Faoro. Voltaremos a este ponto no final do capítulo.

A expansão comercial portuguesa mostrava-se muito intensa em termos internos, pois as cidades litorâneas teriam ênfase frente às agrícolas além do fato de que com Dom João I a burguesia tornar-se-ia completamente subordinada à sua autoridade carismática. Até este momento, o domínio engendrado em Portugal é do rei patrimonialista. Todavia, neste mesmo século XV surgirá em Portugal uma camada social amorfa que será a partir de então, juntamente com o patológico capitalismo político, o grande fator explicativo de todos os nossos males. Esta camada é o estamento burocrático. O estamento, cuja feição é burocrática, possui como uma de suas características mais importantes se alimentar da classe comercial que ele ainda despreza e alvita (Faoro, 2008). Este seria resultante do processo de burocratização pelo qual passava o Estado português bem como pela sua organização predominante em sociedades nas quais o mercado não possui o domínio de toda a economia como em Portugal (Faoro, *idem*). Este domínio, como vimos, apenas se constituiria nas sociedades modernas oriundas da passagem necessária pela etapa feudal. Com a aparição do estamento, o Estado português constituiu sua expansão marítima que resultará na colonização brasileira. Tal expansão comercial levada a cabo no século XV apenas foi possível pelo acúmulo comercial dos séculos precedentes (Faoro, *idem*).

O século XVI, marcado pelo domínio urbano situado em Lisboa, é caracterizado pelo jurista gaúcho como o século da Índia. Isto se dava porque Lisboa, cidade com apenas cinquenta mil habitantes, detinha o poder da monarquia constituída por meio milhão de habitantes (Faoro, 2008). Neste momento houve a consolidação da estrutura patrimonial estamental, a qual era composta por funcionários e militares (Faoro, *idem*). Dentro desta estrutura que se consolidara em Portugal o funcionário estava presente em toda parte, “dirigindo a economia, controlando-a e limitando-a a sua própria determinação. Uma realidade política se entrelaça numa realidade social: o cargo confere fidalguia e riqueza” (Faoro, 2008:100). O importante a ser notado é que a organização deste estamento em termos burocráticos não tem a ver com a moderna organização do aparelho racional, visto que este apenas se constituiu nos países que passaram pela etapa feudal ou que, como os Estados Unidos, receberam a herança desta

organização do seu colonizador. Esta organização do estamento em termos burocráticos significava, então, a “apropriação do cargo – o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem anulação da esfera própria de competência (Faoro, 2008:102).

Esta nova estrutura do Estado português representada pelo domínio do estamento burocrático e da vida comercial e urbana faz com que este mesmo Estado deixasse de ser apenas um senhor territorial para se consolidar como agente econômico extremamente ativo (Faoro, *idem*). Para demonstrar o caráter de singularidade do caso português, Raymundo Faoro procura demonstrar que o estamento burocrático, que a partir do século XV dominou os rumos políticos de Portugal, não pode ser confundido com a classe. Como afirma Faoro (*idem*) a classe se forma pela agregação de interesses econômicos, os quais são determinados em última instância pelo mercado (Faoro, *idem*). A classe e seus membros constituintes, por mais poderosa que fosse, não teria condições de dispor de poder político (Faoro, 2008:61). A classe rica pode ter, inclusive, uma conotação negativa, sendo repelida pela sociedade, “como os usurários e banqueiros judeus dos séculos XV e XVI de Portugal” (Faoro, 2008:61). A classe ainda possui com característica importante o seu processo formativo. Esta se forma de um grupo disperso, não repousando numa comunidade, “embora possa levar, pela identidade de interesses, a uma ação congregada, a associações e comunidades, criadas e desfeitas ao sabor das atividades propostas ocasionalmente ou de fins a alcançar, em benefício comum” (Faoro, 2008:61). O estamento, por sua vez, tem como característica a constituição como uma comunidade amorfa:

A situação estamental, a marca do indivíduo que aspira aos privilégios do grupo, se fixa no prestígio da camada, na honra social que ela infunde sobre toda a sociedade. Esta consideração social apura, filtra e sublinha um modo ou estilo de vida; reconhece, como próprias, certas maneiras de educação e projeta prestígio sobre a pessoa que a ele pertence; não raro hereditariamente (Faoro, 2008:61).

Outra dissociação entre classe e estamento dá-se pela organização de ambos. Enquanto a classe tem como princípio fundamental a igualdade, o estamento tem a desigualdade social como fator estruturante. Neste sentido, o estamento teria uma

constituição natural nas sociedades nas quais o mercado não domina toda a economia, como é o caso de Portugal e será, também, o caso brasileiro.

O Estado patrimonial, estruturado estamentalmente, diversamente das sociedades organizadas contratualmente pelas classes sociais, possui um domínio de cima para baixo governando, dirigindo, orientando, “determinando, não apenas formalmente, o curso da economia e as expressões da sociedade, sociedade tolhida, impedida, amordaçada” (Faoro, 2008:62). Esta situação de completa submissão da sociedade frente ao Estado se dava em virtude da organização deste acima das classes, fechada sobre si mesma, não deixando espaços para qualquer tipo de expressão política além do próprio estamento. Em virtude do domínio da organização estamental sobre a estrutura de classes, com domínio da economia em proveito de uma minoria que orienta, dirige, controla e explora (Faoro, 2008), a burguesia teve o caminho da revolução industrial fechado no país. Isto porque, de acordo com o evolucionismo teórico que estrutura a interpretação faoriana a revolução industrial só pode ocorrer a partir da passagem necessária pela etapa feudal, a qual será responsável pela constituição de relações contratuais responsáveis por constituir uma economia plena de mercado bem como a integração efetiva entre Estado e nação. Como a burguesia portuguesa não conheceu a organização horizontal representada pela origem feudal, acabou se convertendo dentro desta organização social patológica em apêndice da nobreza (Faoro, 2008). Além do domínio total da burguesia pelo estamento burocrático, fazendo com que esta classe se constituísse como mero apêndice da nobreza houve também a ação tirânica do governo através do fiscalismo e do entrave à atividade econômica em sua relação com o fazendeiro (Faoro, 2008). Esses exemplos demonstravam como nesta formação social patológica em relação à única formação social considerada como legítima para o nosso autor, havia o domínio incontestado da estrutura estamental patrimonialista. Mesmo com o predomínio da estrutura estamental patrimonialista frente ao mundo agrário e à burguesia, havia uma ação ostentatória por parte destes grupos juntamente com a nobreza na exibição do seu luxo (Faoro, 2008). O povo, o qual constituía a parcela majoritária da população, só possuía como opção ser consciente de sua miséria (Faoro, 2008). Esta sobreposição da dominação estamental patrimonialista fez com que “Estado e nação, governo e povo, dissociados e em velado antagonismo, marcham em trilhos próprios, num equívoco renovado todos os séculos, em contínuo e ardente procura recíproca” (Faoro, 2008:114).

Como vimos acima, o singular processo de formação de Portugal gerou uma forma singular e patológica de capitalismo, caracterizado por Faoro como politicamente orientado, ou pré-capitalismo, que terá a presença e o domínio incontestado do estamento. Este seria a única forma de capitalismo que conhecemos para além das teorias e dos livros (Faoro, 1993). Este será, para Faoro, um dos fatores que nos singularizam. O domínio do estamento consolidou-se de tal forma que as tentativas da burguesia de livrar-se de tal jugo eram duramente sufocadas pelo estamento (Faoro, *idem*). Estes fatores que o Brasil recebera como herança de Portugal, pois com o processo de colonização em terras tropicais Portugal transferiu sua estrutura político-administrativa e sua incompatibilidade com o espírito (moderno) do capitalismo. Deste, absorveríamos apenas as suas técnicas, máquinas, sem aceitar sua alma ansiosa de transmigrar (Faoro, 2007:822).

A partir deste ponto poderíamos ter acesso ao preciso entendimento da realidade brasileira. Nossa colonização teve como característica fundamental o seu caráter estatal, tendo sido o sistema estruturado pela Coroa em termos territorial (com as sesmarias) e comercial. Faoro (2008) afirma que seria enganador pensar que a obra da colonização como algo engendrado pela iniciativa privada. Como afirma Faoro (2008) “A colonização foi obra do Estado, como as capitânicas representaram delegação pública de poderes, sem exclusão da realeza” (p.129). Neste sentido, foram os interesses comerciais, proeminentes na Europa, que ditaram, via ação do Estado, a exploração social e econômica no Brasil (Faoro, 2008:130). A colonização brasileira, portanto, foi mostra da história do comércio europeu. Como forma de corroborar tal afirmação, a colonização e povoamento da colônia tiveram início a partir do estabelecimento de feitorias comerciais. O estabelecimento de feitorias comerciais fez com que a colonização tivesse como objetivo a exploração de recursos naturais em favor do comércio europeu (Faoro, 2008).

Como vimos acima, o domínio na estrutura colonial dava-se pelos interesses eminentemente comerciais sob o protagonismo da Coroa portuguesa. Em virtude deste protagonismo, a iniciativa privada foi, neste primeiro momento da colonização, apenas admitida porque houve uma abstinência do poder público no mundo rural. Mesmo assim, havia contra a iniciativa privada a atenção, vigilância e controle (Faoro, 2008). Havia uma vigilância, controle da Coroa portuguesa com o objetivo de que o mundo americano não “esquecesse o cordão umbilical, que lhe transmitia a força de trabalho e

lhe absorvia a riqueza. O rei estava atento ao seu negócio” (Faoro, 2008:159). De acordo com a interpretação de Raymundo Faoro, portanto, seria um erro interpretar o período colonial como fazem Oliveira Vianna e Gilberto Freyre que afirmam que este período foi marcado pela autonomia do patriciado em seus domínios rurais. O domínio da Coroa sobre a colônia é bem expresso no trecho a seguir:

As donatarias, reduzindo o espaço geográfico ao espaço geográfico ao administrativo, não lograram dispensar o comando de além-mar, cuja influência burocrática controlava o natural extravio territorial. Prática que é modelo de ação do estamento, repetindo no Império e na República: a criação da realidade pela lei, pelo regulamento (Faoro, 2008:145).

Este domínio da Coroa sobre a colônia teve como consequência a não formação de uma pátria em solo americano, como foi construída pelos colonos ingleses. Houve, de fato, a constituição de um prolongamento do Estado português (Faoro, 2008).

Após demonstrar que a lógica comercial capitaneada pela Coroa portuguesa foi a verdadeira concepção implantada na colonização engendrada na América, fazendo com que a iniciativa privada fosse concedida como um capricho do poder estamental patrimonialista todo-poderoso, Faoro procura refutar também a tese marxista vinculada ao PCB que afirma que tivemos um passado estruturado pelo feudalismo. Além de refutar a tese marxista vinculada ao PCB, a negação da existência do feudalismo na história brasileira pode ser lida também como uma forma de corroborar o evolucionismo teórico que estrutura sua interpretação do Brasil. Esta, como vimos, afirma que o feudalismo constitui-se como uma etapa necessária para a constituição da modernidade. Caso tivéssemos efetivamente vivenciado por um passado estruturado por uma organização feudal a teoria de Faoro estaria profundamente comprometida, pois a linearidade da história defendida por ele entre mundo pré-moderno e moderno não se corroboraria. A empresa de plantação teve efetivamente um caráter capitalista, capitalismo esse de cunho mercantil e politicamente orientado que caracterizava o século XVI em Portugal (Faoro, 2008:155). Além do caráter capitalista da plantação implantada na colônia, houve também a estruturação das relações entre capitães-

governadores e rei e os potentados rurais a partir de uma lógica patrimonial, pré-moderna (Faoro, 2008). Desta forma “Opõe-se ao feudalismo a própria natureza dos favores concedidos aos donatários, favores de estímulos a uma empresa que o rei engordava para colher benefícios futuros” (Faoro, 2008:155). Havia, desta forma, o predomínio do patológico capitalismo politicamente orientado.

A empresa colonial teve uma conotação capitalista, dentro da estrutura do capitalismo comercial e politicamente orientado do século XVI português (Faoro, 2008). Além desta natureza capitalista da empresa colonial levada a cabo no Brasil havia os favores concedidos pela Coroa aos donatários, o que corroborava a ação do capitalismo politicamente orientado, desvio patológico do capitalismo industrial, característica fundamental de Portugal e do Brasil. Não houve no Brasil, segundo Faoro, nem feudo ou vínculos de vassalagem, os quais seriam solapados pela economia mercantil do açúcar. Além da economia mercantil havia também o domínio do rei sobre a colônia, fazendo com que a aristocracia fosse vigiada por ele, o qual estava, nas palavras de Raymundo Faoro, atento ao seu negócio. Isto se daria porque o controle feito pela Coroa no Brasil era total. Neste sentido, o feudalismo brasileiro funcionaria precisamente como uma “figura de retórica” (Faoro, 2008). O que o Brasil teve foi a constituição do capitalismo comercial politicamente orientado. E este domínio incontestado da Coroa seria comprovado pela organização administrativa constituída antes do povo como também o domínio da metrópole sobre as câmaras municipais (Faoro, *idem*). Faoro argumenta que a constituição do Estado antes do povo fez com que a colônia preparasse para os séculos seguintes uma pesada herança. Este possuirá um peso tão profundo que ações oficiais como leis, decretos e alvarás não terão condições de dissolver (Faoro, 2008:193).

Nesta realidade dominada pelo Estado estamental patrimonialista, o qual possuía controle total sobre a colônia, o cargo público tinha uma função chave. Isto ocorria porque o cargo público transformava seu titular em portador de autoridade (Faoro, 2008). A importância do cargo público era tamanha naquela ordem que um requisito fundamental para fazer parte do estamento burocrático era a posse de um cargo público. Este possuía a função de amálgama e controle das conquistas por parte do soberano (Faoro, 2008:203). Neste arcabouço dominado pelo cargo público havia uma estrutura vertical responsável pela administração pública durante o período colonial. Esta era composta pelo rei, o governador geral (que era também o vice-rei), os capitães e as

autoridades municipais (Faoro, 2008). Esta organização pode ensejar, à primeira vista, uma organização simplista na colônia. Todavia, Faoro (2008) adverte:

A simplicidade da linha engana e dissimula a complexa, confusa e tumultuária realidade. Sufoca o rei seu gabinete de muitos auxiliares, casas, conselhos e mesas. Desordem hierárquica porque todos se reportam ao rei. O arbítrio, a desobediência, a rebeldia das autoridades coloniais, ao lado da violência, terão um papel criador, ajustando o vinho novo aos odres velhos, não raro desfigurados, deformados pelas pressões locais (Faoro, 2008:203).

Uma característica fundamental destas relações de poder engendradas na colônia refere-se ao seu caráter pré-moderno. Com isso, faltou as essas relações o racionalismo da estrutura burocrática. Esta estrutura política possuía outra característica importante referente ao município. Ao contrário da organização municipal ocorrida nos Estados Unidos, a qual foi muito bem expressa por Tocqueville (2005) e tido como exemplo de organização social e modelo a ser implantado no Brasil por autores como Tavares Bastos, o município tinha a função de braço da centralização efetuada pela monarquia (Faoro, 2008). Esta função do município na colônia, diametralmente oposta ao caso anglo-saxão, demonstrou como a economia, as finanças, a administração, a liberdade estavam reguladas pelo poder público. Domínio este que seria incontestado entre os séculos XVI e XIX (Faoro, 2008).

Faoro afirma que a sociedade colonial não se esgotava com o quadro administrativo e com o conseqüente domínio do estamento. Esta camada minoritária “vive, mantém-se e se articula sobre uma estrutura de classes, que, ao tempo que influencia o estamento, dele recebe o influxo configurador, no campo político” (Faoro, 2008:237). A existência da estrutura de classes não foi suficiente para derruir o domínio do estamento burocrático, visto que a burguesia seria incapaz de se desvencilhar a tutela exercida por esta camada. A burguesia possuía uma função nesta estrutura social de mero apêndice da nobreza em seus rendimentos (Faoro, 2008). Para o autor, a possibilidade da constituição de uma sociedade de classes apenas podia ser efetivada em

uma realidade na qual a economia tivesse a proeminência de se organizar como economia de mercado, ou seja, sem a interferência estatal, que no caso de Portugal e do Brasil possui em qualquer circunstância um caráter deletério. Para a constituição desta sociedade classes seria necessário a passagem pela etapa feudal, a qual esteve, como demonstramos acima, completamente apartada da realidade de Portugal e do Brasil. Desta forma, houve uma posição subalternizada das classes durante o período colonial prolongando-se até os dias de hoje (Faoro, 2008). Esta posição não fora rompida nem pela ação do industrialismo. A ineficácia do industrialismo é explicada precisamente pelo seu caráter superficial, mesmo de fachada. Isto porque este industrialismo era incentivado, fomentado e estamentalmente evocado numa sociedade organizada de forma pré-capitalista (Faoro, 2008). Desta forma, a impossibilidade de emancipação da burguesia, representante da estrutura de classes, da tutela do estamento fazia com que “A ambição do rico comerciante, do opulento proprietário não será possuir mais bens, senão o afdalgamento, com o engaste na camada do estado-maior do domínio político” (Faoro, 2008:237).

Como visto acima houve na colônia a tutela da burguesia e a absolutização do *atraso*. O industrialismo instituído no Brasil teve um caráter superficial, de fachada, pois só teria caráter legítimo se fosse engendrado em uma ordem moderna nascida do feudalismo responsável pela instituição de uma economia de mercado legítima. Em virtude da impossibilidade da constituição do legítimo capitalismo industrial houve como conseqüência o engendramento do mercantilismo, estruturado pela dependência em relação à metrópole (Faoro, 2008). Este mercantilismo reinante na estrutura política de Portugal seria mostra de que o pacto colonial representava de forma geral a estrutura do Estado patrimonialista português. O domínio do mercantilismo português mostraria de forma incontestada que a revolução burguesa estaria plenamente afastada do Brasil, fazendo com que o *atraso* dominasse de forma absoluta na colônia.

Com a transmigração da corte imperial para o país em 1808 houve a ação direta em solo americano do rei absoluto. Este “realiza, preside, tutela a nação em emergência, podendo, repelindo e absorvendo o impulso liberal, associado à fazenda e às unidades locais de poder” (Faoro, 2008:285). Dom João VI será responsável por ações importantes no sentido da modernização da sociedade brasileira durante o período em que o Império português esteve radicado no Brasil em virtude da perseguição napoleônica. Todavia, como veremos na seção dedicada à análise da dicotomia criada

por Raymundo Faoro entre modernidade e modernização, o evolucionismo teórico que estrutura a interpretação de Faoro sobre o Brasil fará com que as ações modernizadoras engendradas por Dom João VI sejam percebidas pelo jurista gaúcho como resultantes de ações epidérmicas, de fachada, sem uma articulação efetiva com uma realidade ampla, profunda e totalizadora.

Com a volta de Dom João VI a Portugal retornam com ele cerca de três mil graduados servidores da monarquia, representantes da nobreza funcionária do Império (Faoro, 2008). Este regresso foi responsável pelo debilitamento do estamento burocrático, visto que seus principais representantes regressaram a Portugal com Dom João (Faoro, 2008). Com o processo de independência, o Brasil herdou o sistema político de Portugal rearticulando o estamento burocrático e a tradição estamental patrimonialista que caracterizou a história de Portugal e brasileira. Um dos artefatos fundamentais para a manutenção deste domínio nascido em Portugal renascentista era o poder moderador, pois “Esse Poder Moderador, essência do primado da Coroa, será a pedra que autorizará o imperador a reinar, governar e administrar, por via própria, sem a cobertura ministerial” (Faoro, 2008:335).

A estrutura política do Brasil independente terá na burocracia transplantada um fator fundamental (Faoro, 2008). Em virtude do domínio da burocracia transplantada sobre o país independente, Faoro (2008) afirma que o Brasil independente se constituiu como um Estado português prolongado. Isto ocorria porque o poder constituído em Portugal de forma minoritária, oligárquica e exclusivista também se estruturou no país da mesma forma, adquirindo um caráter exclusivo, independente da nação (Faoro, 2008). Esta organização fora responsável por manter uma igualdade apartada da democracia, além de o liberalismo, fruto da ideologia, estar fora da soberania popular (Faoro, 2008). Raymundo Faoro (2008) argumenta que a implantação do Estado independente não representou o fim do pacto colonial. Ao invés do término desta forma de subordinação houve uma modernização de tal processo. Isto se deu precisamente porque os bragantinos que assumiram o Estado independente não acabaram com a dissociação entre sociedade e Estado, mas a atualizaram (Faoro, 2008). Isto porque havia a prevalência de um Estado monumental, pesado e sobreposto à nação informe, inquieta e indefinida (Faoro, 2008:331).

Este Estado pautou seu domínio patrimonialista estruturado estamentalmente através de instituições como o Senado vitalício, os partidos, o Conselho de Estado e política centralizada (Faoro, 2008:378). Esta estrutura foi responsável por conduzir a economia fazendo com que política e dinheiro estivessem juntos na estrutura social do Brasil independente. Neste sentido, a realização da reação conservadora e monárquica engendrada em 1841, capitaneada pelo Visconde do Uruguai, reação esta que resultou na consolidação do Estado imperial, “trilhou o caminho da tradição, à sombra de Dom João I e de Dom João IV: forjou um imperador e o imperador a consolidou” (Faoro, 2008:385). Portanto, este processo que marcou o Segundo Reinado brasileiro seria para Raymundo Faoro a demonstração efetiva do domínio da tradição estamental patrimonialista herdada de Portugal responsável pela absolutização do *atraso* no Brasil.

2.2 - O Segundo Reinado e a absolutização do *atraso*

A estrutura política do Brasil independente terá na burocracia transplantada um fator capital (Faoro, 2008). Em virtude do domínio da burocracia transplantada sobre o país independente, Faoro (2008) afirma que o Brasil se constituiu como um Estado português prolongado. Isto ocorria porque o poder, constituído em Portugal de forma minoritária, oligárquica e exclusivista também se estruturou no país da mesma forma, adquirindo um caráter exclusivo, independente da nação (Faoro, 2008). Esta organização fora responsável por manter uma igualdade apartada da democracia, além de o liberalismo, fruto da ideologia, estar fora da soberania popular (Faoro, 2008). Raymundo Faoro (2008) argumenta que a implantação do Estado independente não representou o fim do pacto colonial. Ao invés do término desta forma de subordinação houve uma modernização de tal processo. Isto se deu precisamente porque os bragantinos que assumiram o Estado independente não acabaram com a dissociação entre sociedade e Estado, mas atualizaram (Faoro, 2008). Isto porque havia a prevalência de um Estado monumental, pesado e sobreposto à nação informe, inquieta e indefinida (Faoro, 2008:331).

Raymundo Faoro (2006) analisa cuidadosamente a sociedade brasileira do Segundo Reinado através da obra literária de Machado de Assis, sociedade²⁴ esta que

24 Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio publicado em 1974 é vista por Leopoldo Waizbort como complementar à segunda edição de Os Donos do Poder, obra publicada um ano depois. Esta de ligação de

vivia intenso processo de mutação no sentido da urbanização e da modernização²⁵. Neste momento houve o surgimento da sociedade de classes entre nós, a qual seria formada por prósperos comerciantes, capitalistas donos de terras, especuladores e funcionários públicos (Faoro, idem). Esta sociedade não era mais marcada pelo domínio da vida rural, mas pela intensa vida urbana. Como parece ficar demonstrado na argumentação de Raymundo Faoro sobre o Segundo Reinado, este representou um processo intenso de mudança social. A mudança social, como deixa claro o autor, possuía em termos efetivamente modernos um caráter meramente superficial. Neste sentido, Faoro (1993:17) argumenta que o Brasil, herdeiro do patrimonialismo português, recebeu com a independência impactos do mundo inglês moderno, adotando um invólucro capitalista e liberal, resultando na não superação do patrimonialismo.

Com isso, as mudanças responsáveis pelo engendramento de novos sujeitos que resultariam no derruimento da ordem tradicional não tinham força efetiva na sociedade do Segundo Reinado. Isto ocorria porque o elemento tradicional representado pelo estamento político e burocrático fazia com que a sociedade se mantivesse hierarquizada e plenamente atrasada. Esta visão é explicada pelo evolucionismo teórico que estrutura a teoria faoriana, o qual vê na passagem necessária pela etapa feudal e na “lei natural do desenvolvimento” o caminho para a modernidade e o desenvolvimento. Como o Brasil não passou por esta etapa necessária, constituindo-se em um desvio patológico, o *atraso* é conseqüentemente absolutizado entre nós.

Tínhamos na sociedade do Segundo Reinado a coexistência entre a estrutura de classes nascente com o estamento político e burocrático, responsável por comandar e orientar os rumos do Segundo Reinado (Faoro, 2006). O elemento moderno representado pela nascente sociedade de classes possuía, como vimos acima, um caráter apenas

complementaridade se daria precisamente em virtude de fato de Machado de Assis: a pirâmide e trapézio estar ligado ao estudo do patronato político brasileiro: “Na verdade, o livro de 1958 foi completamente reescrito para a sua segunda edição, de 1975, de sorte que os dois livros foram compostos mais ou menos simultaneamente e, de certo modo, completando-se” (Waizbort, 2009:213:14)

25 Alfredo Bosi (2009) afirma sobre a sociedade do Segundo Reinado estruturada por Raymundo Faoro pela pirâmide e o trapézio: “A pirâmide desenha a estrutura vertical das classes. A base larga reporta-se aos homens do trabalho braçal: escravos, os forros, os pobres em geral, brancos e mestiços. O vértice é constituído pela reduzida classe dos proprietários, os fazendeiros, os seus comissários e os banqueiros. O comerciante escalo-na-se na parte intermediária da pirâmide e gradua-se na proporção de seus cabedais. A pirâmide tem a ver diretamente com a produção e o negócio. O trapézio desenha a estrutura horizontal dos estamentos. Superpondo-se à economia agroexportadora, servindo-a, ou dela se servindo, por via dos excedentes tributários, estadeiam-se os estratos burocráticos, os magistrados, os funcionários imperiais e provinciais, o claro, o exército. É um universo das hierarquias assentado em cargos, a títulos, prebendas, patentes; as ‘influências’ que formam a ‘corporação do poder’ e que dependem da Câmara, do Senado vitalício e do poder pessoal, o imperador” (p.181)

superficial, pois a ação do estamento tinha como consequência denegrir e obscurecer a classe com suas riquezas e pompas (Faoro, 2006). O caráter de superficialidade da estrutura de classes podia ser precisamente demonstrado na análise da situação dos homens ricos daquela sociedade. Para terem reconhecimento não bastava que tivessem riqueza, mas tinham que se afidalgar. Como afirma Faoro (idem: 17) o dinheiro em si não funcionava como qualificação para o ingresso no mundo tradicional do estamento, mas “ao mesmo tempo que proporciona certo estilo de vida, modelo de educação e prestígio social para conduzir à outra camada”. Nesta sociedade dominada pelo elemento tradicional, o homem de posses apenas se ilustra com o título de barão (Faoro, idem) Neste sentido, o casamento rico tinha a função social de um programa de elevação social e conquista de grandezas políticas (Faoro, 2006:230) Tal interpretação de Faoro guarda importantes semelhanças com a interpretação da sociedade brasileira no século XIX efetuada por Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*. Freyre demonstrou nesta obra como o elemento tradicional representado pelo patriarcalismo estava sendo lentamente derruído no país, sobretudo com a cultura urbana e européia constituída pelos filhos dos senhores rurais que iam estudar na Europa. Todavia, como fatores de reconhecimento social estes tinham de se casar com famílias tradicionais, o que fazia com que o elemento tradicional ainda fosse prevaiente. Esta prevalência fica patente na dissociação entre classe e estamento durante o Segundo Reinado feita por Raymundo Faoro:

A coexistência, na mesma sociedade, da classe e do estamento, tende a configurar, em uma e outro, missões diversas. A classe, como categoria econômica, ocupa-se em se firmar, definir e qualificar, de acordo com a ocupação específica de seus membros. Tolhida, no cume, não se expande pelos próprios meios; serve-se, para governar, dos instrumentos e do aparelhamento estamental. Os estamentos assumem o papel de órgãos do Estado, as classes permanecem limitadas a funções restritas à sociedade. A camada semi-oculta faz deputados, dá a nota à sociedade e dispõe do poder político (Faoro, 2006:18)

De acordo com Faoro, a mobilidade no campo das classes sociais sofria uma censura moderada. O ingresso no estamento, por sua vez, possuiria uma rigidez ainda maior. Existiria a “boa sociedade” e a sociedade comum (Faoro, 2006). Haveria entre

essas “o abismo do prestígio, do estilo de vida, do acesso ao mando” (Faoro, 2006:20-1).

Faoro aproxima classe e estamento demonstrando que a classe dos capitalistas está próxima do lado exterior do estamento, embora o condicione (Faoro, 2006:226). O autor afirma que o estamento é composto de um conjunto de convenções responsáveis por determinar um modo e estilo de vida, “certas maneiras de educação, com aréola de prestígios secular, firmado na tradição”.(Faoro, 2006:226-27).

Em virtude do predomínio do *atraso* representado pelo tradicionalismo estamental na sociedade do Segundo Reinado a burguesia nascente, para conseguir reconhecimento, tinha que se afidalgar utilizando vários meios como imaginação, falsificação e imitação. Dentro deste quadro dominado pelo tradicionalismo estamental, a burguesia utilizaria uma máscara de nobreza, com uma conseqüente incerteza de suas posses e indefinida em seu estilo de vida (Faoro, 2006). O estamento impedia, denegria e obscurecia a classe através de suas riquezas e pompa (Faoro, idem). Outra mostra importante do domínio absoluto do tradicionalismo estamental poderia ser conseguida precisamente na análise dos obstáculos dos homens pobres para entrarem no estamento político e burocrático. As duas possibilidades existentes para a penetração no estamento burocrático seriam a cunhagem e o enriquecimento. Faoro afirma que o grande obstáculo para a entrada no estamento não era apenas a falta de tradição e nome, mas sim o exercício de um ofício de cunho manual, que possuía um caráter infamante por si próprio (Faoro,2006).

A sociedade brasileira do Segundo Reinado não possuía no trabalho um fator de mobilidade social, responsável por fazer homens pobres ascenderem à camada mais importante daquela sociedade. Esta ascensão, todavia, “é a especulação afortunada, o faro astuto, que se exercita nas crises comerciais que abalaram o Segundo Reinado”. (Faoro, 2006:28) Este caminho de ascensão social estaria plenamente aberto apenas aos especuladores, visto que o grande caminho de ascensão social se dava precisamente pela posse de riqueza.

A sociedade brasileira do Segundo Reinado, além de ser dominada pela absolutização do elemento tradicional representado pelo estamento político e burocrático e pelo patológico capitalismo político, ainda possuía uma estrutura hierárquica bastante complexa e perversa para a ascensão social. Isto ocorria porque

além da exclusão de vários estratos sociais do caminho da ascensão social, a mera conquista da riqueza não assegurava o reconhecimento. Na sociedade brasileira do Segundo Reinado o não engendramento de trabalho manual funcionava como condição fundamental para o reconhecimento na estrutura estamental. Havia neste contexto a associação entre aristocracia burocrática e capitalismo político, este de feição pré-industrial. O estamento, que teria como função orientar, governar e comandar seria para Raymundo Faoro o eixo através do qual se estrutura a centralização no Segundo Reinado.

Tendo em vista esta dualidade entre classe e estamento que se dava em âmbito urbano, o autor se coloca contra a tese segundo a qual o século XIX seria marcado pela *ruralização* da sociedade brasileira e pelo pleno domínio da aristocracia rural, como defende, por exemplo, Oliveira Vianna (2005). O domínio pleno do elemento rural se daria apenas de forma excepcional. Isto se produziria porque os recursos próprios do fazendeiro atingiriam apenas a primeira produção (Faoro, 2006). A partir de então, a expansão da produção agrícola ficava dependente do crédito para se expandir. Este domínio do âmbito urbano sobre o rural era resultante também do casamento interfamiliar, pois “afastou a propriedade rural de seu eixo autonomista, vinculando-a as redes urbanas de crédito, com o predomínio da classe especuladora, interessada no lucro e nos juros” (Faoro, 2008:470). Isto resultava no bloqueio do senhor de rendas, com um caráter altivo e independente (Faoro, 2008). Com esse bloqueio do domínio autárquico do mundo rural durante o Segundo Reinado, invalidando a tese da *ruralização* da sociedade brasileira durante o período, houve o domínio do comissário urbano. Este fora responsável por ditar a quantidade e a qualidade do plantio das fazendas (Faoro, 2008). Como possuía o crédito, o comissário urbano acaba se constituindo como responsável pela grandeza ou mesmo ruína do fazendeiro.

Este processo foi responsável, por exemplo, pelo endividamento da fazenda cafeicultora até o fim do século XIX (Faoro, 2006). Houve com este procedimento uma dependência da produção agrícola do crédito urbano que será acentuada pela figura do exportador (Faoro, 2006). Em virtude do domínio figura do comissário, representante do comércio urbano, Raymundo Faoro (*idem*) procura também negar a tese que defendia que havia uma relação dicotômica entre senhor e escravo. Ao contrário desta tese, o autor afirma que a realidade existente durante o Segundo Reinado era mais complexa do que a simples dicotomia senhor e escravo deixava transparecer:

A expansão do mercado internacional provocou, de imediato, em estreito vínculo com o desaparecimento do tráfico, o desvio do trabalho escravo das oficinas e da lavoura de subsistência para a agricultura de produtos exportáveis, sobretudo o café. Rompe-se a autarquia agrária, dependente do exterior apenas de ferro, sal, pólvora e chumbo, e, naturalmente, de escravos, necessitada de alimentos, vestuário e implementos agrícolas (Faoro, 2006:213).

Dentro deste quadro, o escravismo e o capitalismo comercial tinham o papel de movimentar economicamente a fazenda. Por isso, seria completamente equivocado conceder este papel ao feudalismo e a base latifundiária (Faoro,2006). Comparando a caso brasileiro ao da América Espanhola, cuja matriz econômica era o latifúndio, Raymundo Faoro afirma que a economia brasileira do século XIX se baseava no escravo. Desta riqueza de caráter móvel que se projetava a centralização financeira. Esta centralização, cuja sede era no Rio, era acompanhada de um sistema político unitário (Faoro, 2006).

Para Faoro (idem), juntamente com a nobreza rural teríamos desde a primeira formação brasileira a classe dos comerciantes e donos de capitais. Com isso, a sociedade agrária seria um reflexo da sociedade urbana, tendo em relação a esta uma posição periférica. Tínhamos como elemento de ligação entre cidade e o campo o ex-fazendeiro, que havia se transformado em capitalista, os correspondentes, comissários e banqueiros, os quais eram os responsáveis pela exploração da fazenda pela metrópole.

Além deste ponto, ocorria também o domínio da aristocracia rural pelo estamento político e burocrático. Este esforço de Faoro para desmistificar o suposto poder autônomo dos proprietários rurais durante o Segundo Reinado tinha como objetivo negar a tese do feudalismo brasileiro. Segundo Faoro (idem), para a tese do feudalismo brasileiro haveria uma parcela de poder político nos proprietários rurais. Isto faria com que houvesse uma certa autonomia responsável por coordenar este mando de forma contratual dentro do organismo do Estado (Faoro, idem). Além das patentes da Guarda Nacional, dos títulos e das comendas não possuíam os fazendeiros, no quadro centralizador do Segundo Reinado, poder autônomo:

Por força da máquina, colada a todos os poros do organismo político, os fazendeiros não eram senão os cortesãos dos ministérios, decorados com baronias, comendas e patentes. Atrás do real poder, urbano por sua natureza, estava a imensa camada das influências, enraizadas no estamento político, vizinhas à intermediação que alimenta os comerciantes, comissários e banqueiros (Faoro, 2006:40)

A Guarda Nacional vinculada fundamentalmente à fazenda como traço do suposto feudalismo agrário teve uma curta duração. Isto porque a reação centralizadora e conservadora engendrada a partir de 1840 com o Visconde do Uruguai anulou os ensaios de autonomia da instituição (Faoro, 2006).

Nesta estruturação social, havia uma importante diferença entre a classe proprietária e a lucrativa. A classe proprietária através do seu poder de fazer negócios e enriquecer estaria mais próxima da política e, conseqüentemente, dos destinos do Estado. Existia ainda uma vinculação importante ao estilo de vida do estamento político e burocrático, mas sem se confundir com ele (Faoro, idem). Esta aproximação se dava precisamente em virtude de um certo poder existente nesta classe para enriquecer com o trabalho ou com a astúcia (Faoro, idem). Este processo de aproximação com o estamento burocrático tinha como conseqüência uma vinculação ao estilo de vida do estamento político e burocrático, mas de uma forma a não se confundir com ele (Faoro, idem).

A classe lucrativa, por sua vez, agia com uma conduta completamente diversa ao estilo de vida do estamento político e burocrático, mesmo ao explorar e vivendo dos favores deste e estruturada num capitalismo político que se vinculava dependente e subordinado ao Estado (Faoro, idem). Esta classe não representou durante o Império brasileiro o padrão de vida dominante (Faoro, idem). Em virtude desta condição subalterna frente ao estamento político e burocrático e também à classe lucrativa, os quais representavam o padrão social dominante durante o Segundo Reinado, a classe lucrativa tinha de imitar o estilo de vida ou mesmo os traços secundários que caracterizavam a classe proprietária e ao estamento (Faoro, idem). Esta imitação constituída como forma de engendramento de um reconhecimento social naquela sociedade não descaracteriza a classe lucrativa. Isto porque esta possuía uma conduta adversa “ao estilo de vida da camada dirigente, não obstante a explore, e viva, em

grande parte, de seus favores, numa espécie de capitalismo político, dependente e subordinado ao Estado (Faoro, 2006:250). Ao contrário do estamento possuía uma estrutura rígida, de caráter fechado, estruturada por fixas tradições, e da classe proprietária, que possuía um caráter estável e, desta forma, voltada à permanência, a classe lucrativa possuía um caráter aberto a todas as ambições (Faoro, 2006). Neste sentido, o Estado se aproximava da classe lucrativa através de deputados, titulares, senadores, e dos poderosos da política (Faoro, 2006:271). Tal situação ocorria em decorrência da tradicional vinculação do Estado à atividade econômica. (Faoro, idem). De acordo com Faoro, o setor dinâmico da economia que era capitaneado pelo Estado, “estava em outro lugar, na íntima, subterrânea e clandestina ligação com a classe lucrativa, comerciantes, comissários, banqueiros, concessionários, exportadores e importadores. Classe lucrativa e transformações econômicas importantes do Segundo Reinado” (Faoro, 2006:275). A partir deste protagonismo econômico do Estado nas ações econômicas a tradição do capitalismo político, oriundo desde as viagens marítimas, terá uma vigência plena nesta sociedade. Faoro advoga que este tipo patológico de capitalismo, elemento singular da história de Portugal e do Brasil, fará com que o liberalismo se constitua apenas devido a afastamento do Estado. Este afastamento não diminuiria o caráter vigilante do Estado sobre a atividade econômica. Não houve um abandono por parte do Estado desta função, a qual seria considerada pelo legítimo liberalismo como ilegítima, monstruosa e irracional (Faoro, 2006). Havia com isso, uma longa aliança entre o comércio e a monarquia, a qual mostrou-se sempre inimiga da organização particularista oriunda da organização feudal (Faoro, 2006). Esta relação constituiria o grande paradoxo da sociedade brasileira nos seus quatro séculos de história, pois o capitalismo político, estruturado pela irracionalidade, como temos demonstrado, tem origem na longínqua história de Portugal.

Para Faoro, a relação entre Estado e sociedade se caracterizaria pela ambivalência. A classe proprietária teria a função de fornecer os titulares para o estamento político e burocrático²⁶. O Estado tinha a proeminência na economia como o

26 Este ponto gerou muitas críticas a Raymundo Faoro como as feitas por Francisco Iglesias (2009), José Murilo de Carvalho (2008) e Jessé Souza (2008). Todos estes autores questionavam a origem social do estamento que fica, de fato, obscurecida na argumentação de Faoro em *Os Donos do Poder*. Se tal origem fica realmente obscurecida em *Os Donos do Poder*, ela se mostra com bastante clareza em *A Pirâmide e o Trapézio*, obra seguramente secundarizada na produção de Raymundo Faoro. Em *A Pirâmide e o Trapézio*, o autor dá uma conformação de maior precisão a este ponto. Isto porque ele defende que os titulares do estamento político e burocrático, como vimos, eram oriundos da classe proprietária. Este ponto nos mostra a necessidade de leitura de toda a obra de Raymundo Faoro para a constituição de uma crítica efetiva à sua interpretação do Brasil. Limitar-se apenas à leitura de *Os Donos do Poder* deixa limitada a

seu fator dinamizador e condutor da economia estruturado “com o quadro de atribuições concentradas no estamento burocrático, armado em torno do Senado, dos partidos, do Conselho de Estado e da política centralizadora” (Faoro, 2008:378). Faoro (2008) afirma que a política e o dinheiro tinham a proeminência na condução da sociedade. Esta ligação entre política e dinheiro se dava através de ligação subterrânea, clandestina do estamento com a classe lucrativa, comerciantes, banqueiros, comissários, exportadores e importadores (Faoro, 2006). Esta ação estatal intervindo na economia, ditando onde os negócios são possíveis através de estímulos e privilégios, negava a possibilidade de novos setores e confirmava a tradição do mercantilismo herdada de Portugal desde as viagens marítimas (Faoro, idem). Este domínio estatal ainda se mostrava mais forte no sistema do encilhamento, que teve papel central na configuração sociopolítica do Segundo Reinado. Havia neste momento o conflito entre o liberalismo econômico e o mercantilismo, tendo como vitorioso o tradicionalismo representado pelo mercantilismo na medida em que o encilhamento, gerador da ilusão de progresso rápido, ratificava a persistência do patológico capitalismo de Estado herdado de Portugal e do *atraso*. Mesmo com o predomínio do *atraso* na sociedade do Segundo Reinado havia na análise do autor um processo de mudança social²⁷. Neste sentido, o autor afirma que é falsa a caracterização da sociedade brasileira do Segundo Reinado como estruturado pela vida sem pressa, vagarosa e indiferente à velocidade.

Esta configuração sociopolítica fazia com que a classe média tivesse um lugar subalternizado na sociedade brasileira do Segundo Reinado. Esta subalternização ocorria devido à predominância de setores como deputados, especuladores, proprietários, fazendo com que a classe média fosse relegada ao ostracismo das grandezas (Faoro, idem). De acordo com Faoro (idem), a classe média constituída durante o Segundo Reinado tem uma posição de classe abaixo das outras. Ela não se

crítica à obra do jurista gaúcho pelo caráter de complementaridade existente entre suas obras, como fica bastante evidente na caracterização da origem social do estamento burocrático em a Pirâmide e o Trapézio em relação à imprecisão existente em Os Donos do Poder.

27 Jessé Souza afirma que a análise de Faoro teria um caráter *a-histórico* quando o autor utiliza o conceito de estamento burocrático para analisar a história brasileira: “ Em oposição ao uso histórico e dinâmico da categoria de patrimonialismo em Weber, seu uso por Faoro é estático e tendencialmente *a-histórico*. Faoro se interessa pouco pelas transformações históricas do que ele chama de estamento burocrático e procura sempre ressaltar, ao contrário, a permanência inexorável do mesmo sob mil disfarces, que são apenas uma aparência de diferença.”(Souza,2000:171) Apesar de as mudanças ocorridas em nossa paisagem terem como ponto fundamental a reiteração do elemento tradicional, a mudança social é um elemento importante da interpretação engendrada por Faoro, sobretudo em sua análise do Segundo Reinado. Por isso, afirmar que a interpretação de Faoro tem um caráter estático e *a-histórico* como faz Jessé Souza constitui-se um equívoco importante.

constituiu entre o assalariado e rico (Faoro, *idem*). Isto fez com que esta classe tivesse abaixo dela apenas os escravos os quais, devido à estrutura hierarquizada do Segundo Reinado, eram considerados como absolutamente nada. Sua posição de quase total subalternidade, não sendo apenas menos inferiores que os escravos, resultou em que de sua estrutura “não sairão os estadistas, os barões, os banqueiros e os fazendeiros, nem fermentará os inconformismos e as revoluções”. (Faoro, 2006:307-08) Sua posição será de resto nessa sociedade, como uma espécie de resíduo dos mais afortunados (Faoro, 2006).

No âmbito rural a divisão entre proprietário e escravo não deixou possibilidade ao plantador sem terras e ao agricultor de gêneros de subsistência, como também vão argumentar Joaquim Nabuco (2000) e Oliveira Vianna (*idem*). Nas cidades ela possui outra configuração, neste caso como homens de colarinho branco da sociedade pré-industrial (Faoro, *idem*). Ao caracterizar a classe média urbana, Faoro nega que esta fosse resultante da escravidão, mas sim do predomínio do comércio, o qual era fortemente aliado à estrutura do Estado patrimonial-burocrático gerido estamentalmente.

O estamento era liderado pelo Imperador que tinha no senado vitalício e no Conselho de Estado as instituições fundamentais deste domínio oligárquico sobre a nação. Estas duas instituições formariam os quadros de nosso estamento, camada que possuía um estilo de vida com certa homogeneidade, com estruturação às vezes amorfa, que faria com que este se diferenciasse da elite como caracterizada por Pareto²⁸ (Faoro, *idem*). Como chefe do estamento, o Imperador administrava, governava, manobrava e decidia (Faoro, 2006:70).

Aliado ao domínio do estamento possuíamos uma população composta de 70% de analfabetos. Isto fazia com que as eleições fossem um verdadeiro simulacro. A falta de participação popular resultava na disputa pelo poder entre elites enquadradas num

²⁸Em sua análise sobre a elite imperial brasileira, José Murilo de Carvalho (2008) refuta a tese Faoro sobre a constituição de um estamento burocrático na elite imperial brasileira. Para Carvalho (*idem*) não haveria no Brasil condições na elite e na burocracia para a constituição de um estamento, além da impossibilidade do Estado se colocar sobre a nação. O estamento possui como base fundamental a honra. A burocracia brasileira era dividida em vários setores. Ainda de acordo com Carvalho (2008:42), sua constituição provinha da socialização e do treinamento e não do privilégio. Carvalho (*idem*) afirma havia aspectos patrimoniais na burocracia brasileira. Todavia, estes também existiam em países como Inglaterra e Estados Unidos. Citando o exemplo americano, Carvalho (*idem*) afirma que a importante diferença entre ambos é que as mudanças ocorreram de maneira mais rápida nos Estados Unidos devido à pressão social e à sua economia dinâmica. No Brasil, todavia, a escravidão reduzia sobremaneira as oportunidades de ocupação.

sistema de consenso artificial (Faoro, idem). O povo, sempre incapaz para Faoro, não possuía condições de validar ou impedir a tomada de poder dos grupos que eram amparados pelos partidos (Faoro, idem). Esta incapacidade se configurava porque “um comando político ativo e violento submete uma sociedade passiva e atemorizada, vendo no poder a insondável máquina de opressão, incapaz de provocar a confiança” (Faoro, 2008:445). Esta incapacidade congênita do povo resultada em um predomínio do soberano, cuja legitimação era extraída do poder moderador. Este predomínio representava a tradição de quatro séculos herdada de Portugal, a qual fazia com que as idéias no país foram concebidas como meras imitações, como ocorrido com as tendências modernizadoras imitadas da França e da Inglaterra (Faoro, 2008).

O sistema de mando oligárquico fechava-se, desta forma, na controvérsia das elites, pois não se submetiam ao controle popular e eleitoral (Faoro, idem). Com isso, a lógica da ação governamental era completamente pervertida no país, visto que o governo não tinha para o povo a conotação de protetor, defensor ou mesmo guarda de sua vontade. Tinha, todavia, a conotação de explorador, algoz e perseguidor (Faoro, 2008). O governo tinha a capacidade saber, administrar e prover (Faoro, 2008:450). Tínhamos o domínio incontestado da lógica burocrático-monárquica, a qual possuía forma estamental e conteúdo patrimonialista (Faoro, 2008). Dentro dessa lógica oligárquica de domínio político “O dogma da ‘soberania popular’, não longe da verdade, perde-se num círculo viciado: o povo não tem capacidade para os negócios porque o sistema lhe impede neles participar” (Faoro, 2008:451).

Isto resultava na configuração do sistema representativo brasileiro como um verdadeiro simulacro. Havia para a sociedade do Segundo Reinado um quadro idealista, pois ocorria “muito amor verbal aos princípios, louvores às causas abstratas, que, traduzidas na realidade do dia, revelam-se incapazes de ação” (Faoro, 2006:188). Em virtude de tal simulacro, tínhamos o domínio da realidade monárquica sobre a nação, a sociedade e a economia, com o equilíbrio das facções liberais e conservadores pelo domínio incontestado do poder moderador (Faoro, idem). Apesar de argumentar sobre este domínio do poder moderador de Pedro II, o qual seria o chefe do estamento, o argumento de Faoro oscila ao caracterizar o poder do imperador frente ao estamento. Esta oscilação pode ser observada, por exemplo, quando o autor afirma que o Poder Moderador mostrava-se fracassado para agir como árbitro do jogo partidário, de forma a evitar a violência, o alistamento econômico e a fraude (Faoro, 2006). Ou mesmo quando

afirma que na verdade a ordem imperial seria de fato uma estruturação de formas vazias, atrás das quais “menos o imperador do que a oligarquia mandam mais do que governam, exercem o domínio acima da autoridade”(Faoro,2006:70) Portanto, cabe-nos questionar sobre quem realmente detém o poder no argumento de Raymundo Faoro durante o Segundo Reinado: o estamento ou Pedro II?

A sociedade urbana dominada pelo estamento possuía na retórica uma de suas marcas mais importantes. Isto demonstrava como as relações se constituíam de maneira superficial, epidérmica, de fachada, não possuindo relação com uma realidade mais ampla, profunda e totalizadora. O progresso entre nós era importado e sobreposto a um país agrícola, resultando em um não progresso (Faoro, 2006). A retórica seria responsável pela criação de um mundo falso, cuja eficiência seria maior que o mundo verdadeiro:

A retórica, carne da opinião – da opinião que comanda e governa os homens -, tem um papel mais profundo nesse mundo de reflexos e aparências. Ela está em lugar das estruturas sociais e das forças que constroem a história. A imagem desfigura o fato e o acontecimento; o tecido de palavras substitui as ideologias e as idéias que traduzem ou evocam as correntes dos sucessos humanos (Faoro, 2006:196).

Tal fato tinha um caráter fundamental para demonstrar como o elemento tradicional era demasiadamente forte para ser vencido pelas flagrantes modificações em termos urbanos que se apresentavam intensamente durante o século XIX. Este fato, como temos demonstrado neste capítulo, tem sua explicação precisamente no evolucionismo teórico que estrutura a teoria de Faoro. Para o jurista gaúcho, uma modernização efetiva, que pudesse de fato solapar o elemento tradicional só poderia ser conseguida de forma natural, partindo da sociedade civil sem interferência do Estado patrimonialista. Isto fez com que o autor visse para o desenvolvimento apenas um caminho representado pela “lei natural”, radicado na passagem necessária pela etapa feudal. Como o caso brasileiro não teve esta experiência, seu desenvolvimento, sempre superficial, deu-se a partir do protagonismo do Estado, considerado, como vimos, ilegítimo para Faoro. Como argumentaremos mais à frente, a visão evolucionista que estrutura a interpretação

do autor sobre o Brasil faz com que ele perca de vista um processo autêntico de modernização, o qual passa ao largo de ser simplesmente algo superficial e de fachada. Por isso, proporemos adiante a confrontação Faoro-contra-Faoro como forma de compreendermos de forma precisa o processo de modernização pelo qual passava a sociedade brasileira do Segundo Reinado.

Esta sociedade da simulação começou a derruir-se a partir do predomínio dos militares, dos especuladores do encilhamento e dos propagandistas da República. O Exército teve neste momento um papel fundamental em virtude da subalternização que possuía durante o período. O estamento aristocrático tinha como conduta basilar absorver, assimilar todos os departamentos e classes da vida econômica, social e cultural (Faoro, 2006). Como o Exército teve uma posição sempre subalternizada na estrutura social do Segundo Reinado, pode se colocar contra o domínio estamental de forma decisiva para o seu malogro. Faoro (idem) argumenta que a ação do subalternizado Exército teve um peso cataclísmico, na medida em que fora responsável por deslocar os grupos e instituições que tradicionalmente detinham o poder durante o Segundo Reinado. Tal ação fora possível devido a não integração do Exército à ordem imperial como, por exemplo, aconteceu com a Marinha, a qual estava atrelada a um mecanismo de nobilitação de seus expoentes (Faoro, 2006). O Exército teve, com isso, uma posição de alheamento durante o período²⁹. Este processo de alheamento e conseqüente desencontro provocou, como conseqüência, a homogeneização do Exército, principalmente no que se referia à força da terra (Faoro, idem). Neste sentido, a Marinha possuía o caráter de um instrumento de defesa do país, cuja capacidade seria extrema de guardar as fronteiras do país servindo de prolongamento à política platina (Faoro, idem). O Exército, por sua vez, teria o papel de mera instituição de emergência, cujo caráter seria de complementaridade à Guarda Nacional (Faoro, idem). Tal situação ocorria também devido à ação do imperador que, “interpretando a vontade do estamento que presidia, não fixava num Exército forte a garantia de sua política platina” (Faoro, 2006:396).

29 Ao analisarmos a obra de Fernando Henrique Cardoso no capítulo IV veremos como o autor possui uma visão muito próxima da construída por Raymundo sobre a queda do império brasileiro e a instituição da República. Esta similitude constitui-se, sobretudo, no que se refere à visão dos autores sobre a posição subalternizada do Exército durante o Império brasileiro e sua caracterização como um estamento burocrático. Uma diferença importante, como veremos também, é no conteúdo do estamento burocrático para cada um dos autores, os quais possuem conotações diversas.

Em virtude dos fatores narrados acima, o estamento de bacharéis que presidia e controlava os rumos do país durante o Segundo Reinado foi substituído pelo estamento militar, o qual foi se constituindo às expensas da ordem Imperial. Agora, não seria o domínio do estamento aristocrático que prevaleceria mas sim o militar, o qual teria total proeminência no país até a instituição do sistema oligárquico.

Todavia, esta articulação se configuraria de forma temporária, tendo a volta do domínio estamental-patrimonialista reestruturado com toda força a partir de 1930. Este fato demonstraria como o estamento burocrático, plasmado em Portugal de Dom João I, havia conseguido resistir às modificações nos âmbitos político e social durante seis séculos. Outro elemento que havia se perpetuado seria o capitalismo politicamente orientado. Este teria incorporado do capitalismo moderno as técnicas, as máquinas, as empresas, mas sem incorporar efetivamente o seu espírito (Faoro, 2008:822).

Faoro procurou demonstrar como a história brasileira fora a mostra de um domínio secular da estrutura patrimonial plasmada em solo português desde idos de Dom João I. Como defendemos neste capítulo, o capitalismo industrial e a modernidade para o jurista gaúcho apenas teriam como caminho para se constituir a passagem necessária pela etapa feudal e a constituição da “lei natural do desenvolvimento”. O Brasil, assim como Portugal, não passou pela etapa do feudalismo, obstaculizando a constituição de um desenvolvimento legítimo engendrado de forma natural, ou seja, partido das forças de mercado existentes na sociedade civil. Com isso, sua relação com os elementos modernos foi sempre pautada pela simulação e pela superficialidade:

Enquanto o sistema feudal separa-se do capitalismo, enrijecendo-se antes de partir-se, o patrimonialismo se amolda às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle de crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia (Faoro, 2008:824).

Como não conseguimos passar pela etapa necessária à constituição do capitalismo industrial e da modernidade, tivemos o predomínio, como vimos, do

patológico capitalismo político e do estamento burocrático regendo os rumos do país. Como afirma Faoro (1993) o patrimonialismo de quadro administrativo, característico das monarquias ibéricas, recebe o capitalismo político do qual dificilmente se desvencilhará (Faoro, 1993:17). O capitalismo clássico, cujo caráter é puritano e anglo-saxão, “baseia-se em valores de todo estranhos ao curso de uma estrutura de seiscentos anos, deslumbrada com estilos diferentes, pelo golpe das caravelas da Índia” (Faoro, 2008:831) Estes foram responsáveis, apesar das mudanças ocorridas na realidade, por deixar o país sob o domínio absoluto do elemento tradicional. O estamento tinha como uma de suas características mais importantes o engendramento de políticas econômicas e financeiras de conteúdo eminentemente particularista. No mundo moderno nascido do feudalismo, por sua vez, teríamos o domínio da burocracia, expressão do domínio racional como bem expresso por Max Weber, e também as empresas modernas (Faoro, 2008). No caso brasileiro tínhamos, ao contrário, o domínio do estamento burocrático nascido do patrimonialismo, que possui como característica essencial adotar as técnicas do capitalismo moderno como meras técnicas, ou seja, através de uma incorporação meramente superficial. Isto fez com que o estamento burocrático e sua conseqüente absolutização do atraso tivessem um caráter permanente.

Em domínio do estamento burocrático foi enfrentado em algumas ocasiões na história brasileira, como o centrifugismo colonial, o federalismo republicano, a autonomia do senhor de terras. Estes geraram antagonismos “que, em breves momentos, chegam a arrear, sem aniquilar, o estado-maior de domínio, imobilizando-o temporariamente, incapazes os elementos em rebeldia de institucionalizar fixamente” (Faoro, 2008:826) Como vimos, a sociedade sempre foi derrotada em sua relação com o estamento burocrático. Neste sentido, afirma Raymundo Faoro (1993):

Basta, para comprovar historicamente o perfil patrimonial do Estado ibero-brasileiro, destacar alguns momentos de nosso passado. Desde logo, assinala-se uma particularidade do tipo de dominação, de cujas manifestações se está à procura. A história, por não ter o país uma sociedade civil viva, estruturada e atuante, desenvolve-se em decorrência dos impulsos ditados pelo poder público (p.18).

Em decorrência da fragilidade da sociedade civil frente ao domínio incontestado da lógica patrimonialista no Brasil, o desenvolvimento engendrado no país possui a

característica de se projetar para o futuro no sentido de superar o passado, sem possuir um caráter efetivo. Em seu lugar há um desenvolvimento superficial, de fachada, cujo caráter histórico é recorrente e repetitivo (Faoro, 1993).

É dentro deste quadro que conseguimos compreender também por que não conseguimos superar o domínio autoritário do estamento burocrático, que domina o país a partir de uma lógica própria. Isto faz com que a democracia entre nós tenha sempre um caráter superficial, na medida em que para haver uma democracia efetiva seria necessário a constituição de uma plena economia de mercado. A economia racional teria como características a igualdade jurídica e a defesa contra o arbítrio. Estas resultariam no comando por diretivas bem como na constituição de uma estrutura autônoma centrada em um mercado livre (Faoro, 1993). Estes fatos, todavia, estavam completamente alijados da história brasileira para o autor como temos demonstrado neste capítulo. Com isso, ficava efetivamente alijada a possibilidade de constituição de uma ordem efetivamente democrática na teoria de Raymundo Faoro, bem como invalida a interpretação de Luiz Werneck Vianna que afirma que a teoria de Faoro defenderia a ruptura institucional com o intuito de liberar e consagrar a matriz do interesse individual.

Dentro deste quadro dominado pelo estamento burocrático, pelo patológico capitalismo politicamente orientado e pelo *atraso* absolutizado podemos precisamente compreender a lógica constituinte das modernizações ocorridas no país, uma das características marcantes da história brasileira para Raymundo Faoro, ocorridas desde o século XIX. Veremos este ponto na seção seguinte.

2.3 - O liberalismo de fachada

Antes de analisarmos a construção dicotômica efetuada por Raymundo Faoro entre modernidade e modernização para compreender o caso brasileiro, analisaremos sua visão sobre o liberalismo instituído no Brasil. Esta análise torna-se central porque sua junção com a visão do autor sobre a dicotomia aludida acima nos ajuda a demonstrar o caráter indevido da vinculação direta da obra de Faoro com as reformas engendradas no Brasil nos anos 1990, como faz Luiz Werneck Vianna em sua influente interpretação da obra do jurista gaúcho. Tal visão, que possui caráter hegemônico na academia brasileira, acaba sendo responsável por gerar uma visão equivocada do

pensamento de Faoro, vinculando-o a uma concepção liberal da qual o autor mostrou-se contrário durante toda a sua produção intelectual³⁰.

Faoro afirma que o liberalismo legítimo não pode ser constituído de forma institucional, ou seja, de forma induzida pela ação provocada pelas elites políticas. O liberalismo legítimo seria aquele nascido do mundo feudal, responsável pela instituição de uma economia de mercado plena, pela junção entre Estado e sociedade e, conseqüentemente, responsável pelo desenvolvimento. Como temos demonstrado neste capítulo, a constituição deste liberalismo legítimo apenas se constituiria nas sociedades nascidas da era feudal. Como o feudalismo esteve plenamente ausente de Portugal, o liberalismo teve uma constituição própria no país, pois partiu do Estado como ideologia e não da sociedade civil como ação natural e legítima. Para a compreensão da constituição do liberalismo e também da lógica da modernização brasileira faz-se necessário uma análise das ações do Marquês de Pombal, responsável, de acordo com Faoro, pelos atos que resultaram na instituição do liberalismo e da lógica das modernizações engendrada em Portugal e no Brasil.

Pombal fora responsável por colocar Portugal na rota do Iluminismo, de forma a renovar o reino nos aspectos econômico e cultural. Havia o objetivo de colocar Portugal nos rumos do desenvolvimento europeu, do qual o reino estava distante, mas de uma forma a não remover o absolutismo, a autoridade e o sistema colonial (Faoro, 2007:63). Como vimos, a instituição do Iluminismo português foi acompanhada pelo reforço do absolutismo, pervertendo a lógica e também a amplitude das ações modernizadoras engendradas pelo Marquês de Pombal. Dentro desta incorporação própria do Iluminismo, Portugal teria no Estado o centro do processo, o qual ainda seria sustentado e animado pela burguesia comercial, a qual agiria como caudatária deste processo.

A ação estatal fazia com que a ideologia liberal fosse controlada por ele, resultando na subordinação e no impedimento da burguesia de freqüentar o espaço

30 Ao contrário de Raymundo Faoro, Ricardo Vélez Rodrigues (2006) segue seguramente a proposição de ruptura institucional para a consagração da matriz do interesse individual. Suas proposições contidas no seu *Patrimonialismo e a realidade latino-americana* advogam com veemência pela adoção da doutrina liberal representada pela radical abertura do Estado à economia de mercado - incorporação por organizações transnacionais como a Alca - como forma de vencer o malfadado patrimonialismo estatal, alfa e ômega do *atraso* brasileiro. Como parece deixar claro a passagem anterior, as proposições de Ricardo Vélez Rodrigues configuram uma proposição extremamente conservadora de nossa realidade. Ao contrário de Raymundo Faoro, o qual esteve sempre na oposição aos grupos que capitanearam o processo de reforma do Estado no Brasil, como reiteradamente fez em suas entrevistas concedidas ao denunciar o caráter conservador destes grupos, Vélez Rodrigues exerce papel ativo de intelectual orgânico do Democratas-DEM.

legitimamente liberal (Faoro, 2007). As ações modernizantes capitaneadas por Pombal serão responsáveis por renovar o Estado, constituindo-se como um absolutismo esclarecido (Faoro, 2007). Como mostra da diferenciação das ações engendradas em Portugal das ações levadas a cabo pelo Iluminismo legítimo, havia a exclusão das camadas populares do processo de modernização engendrados pelo Estado pombalino absolutista. As ações pombalinas foram responsáveis pela rearticulação do Estado, na medida em que rompeu com a hegemonia eclesiástica, bem como se aproximou de setores novos como a burguesia comercial, de forma a liquidar no Reino as diferenças entre cristãos novos e velhos: “Por aí entraria em Portugal o liberalismo, com a Revolução de 1820, e por aí se fixaria o modelo liberal do Brasil, oficial e dirigido do alto, como apêndice do Estado” (Faoro, 2007:74).

Portanto, o liberalismo que será legado ao Brasil terá como característica o seu caráter oficial, criado do alto, sendo completamente desvirtuado da ação original do liberalismo legítimo nascido do mundo feudal. Isto seria a mostra da incompatibilidade deste liberalismo com Portugal e, conseqüentemente, com o Estado brasileiro. O liberalismo engendrado no Brasil foi incapaz de modificar a estrutura do Estado, pois não conseguiu instituir um Estado de Direitos (Faoro, 2007). Desta forma “O Estado nacional brasileiro nascia de uma tradição absolutista com uma forma liberal, para cooptar interesses econômicos divergentes, tais como o senhor rural e os do comerciante urbano” (Faoro, 2007:109). Este liberalismo patológico, durante o Império, possuía como característica anômala não a sua coexistência com a escravidão, mas sim o sistema constitucional, o qual estava ligado ao Estado e não aos direitos e garantias individuais (Faoro, 2007). Faoro (2007) afirma que o modelo liberal ossificado mascarava o absolutismo do Dom João VI e de Pedro I, “pela voz de seus intérpretes, soldado ao liberalismo restaurador, desclassificou todas as concepções liberais autenticamente liberais” (Faoro, 2007:111: 12).

Portanto, teríamos sempre um liberalismo vinculado ao Estado. Raymundo Faoro apenas considera como liberalismo legítimo aquele implantado pela sociedade civil através da estruturação de uma economia plena de mercado. Qualquer outro tipo de instituição liberal apenas funcionaria como a legitimação do domínio deletério exercido pelo Estado. Neste sentido, tivemos no Brasil a constituição de um liberalismo de fachada:

A ausência do liberalismo, que expressa uma dinâmica dentro da realidade social e econômica, estagnou o movimento político, impedindo que, ao se desenvolver, abrigasse a emancipação, como classe, da indústria nacional. Seu impacto revelaria uma classe, retirando-a da névoa estamental na qual se enredou (Faoro, 2007:113).

Caso tivéssemos um liberalismo legítimo não teríamos a formatação de um Estado monstruoso de caráter patrimonial-estamental-autoritário que está ativo na realidade brasileira (Faoro, 2007). Para Faoro, o liberalismo engendrado de forma institucional não possuía caráter legítimo, tendo um caráter de mera superficialidade. Este liberalismo superficial não conseguiria romper com a racionalidade material que domina a lógica estatal no Brasil, a qual é regida por valores diversamente da ordem racional-legal, a qual é estruturada por uma lógica de meios e fins. Este caráter de superficialidade se daria porque a lógica regida pelos valores seria incompatível com uma ordem jurídica responsável por excluir ou limitar o poder público (Faoro, 1993). Já o autêntico liberalismo, estruturado por uma racionalidade formal, se expressaria através do constitucionalismo como um limitador legal do poder, sendo uma antítese do arbítrio (Faoro, 1993). No caso brasileiro, o liberalismo de fachada conviveria com o arbítrio. Para que houvesse um processo de democratização efetiva, que se estruturaria na base da racionalidade do liberalismo econômico, o qual possuiria os elementos de previsibilidade e calculabilidade do Estado de Direito. Este liberalismo nasceria, como vimos, da sociedade civil organizada autonomamente. O caso brasileiro, por sua vez, fez com que o liberalismo fosse criado como ideologia, resultando numa irracionalidade formal responsável por ser o grande obstáculo para a superação do patrimonialismo (Faoro, 1993). Esta ideologia, calcada no sentido de crenças e valores, fez com que tanto o liberalismo político quanto o econômico fossem utilizados politicamente “para influir no comportamento popular, orientando-o em certa direção, seja com o propósito de obter consenso ou justificar o poder” (Faoro, 1993:27). Devido à constituição ideológica e ao domínio político o liberalismo responsável pela constituição dos pré-requisitos fundamentais à democratização teve sua ação plenamente impedida no Brasil:

Entre nós, o liberalismo econômico não pôde, impedido pelo patrimonialismo, realizar a travessia entre a racionalidade material e a racionalidade formal. Entre uma e outra havia uma força condutora, que, disciplinando e ordenando a ação

irracional do homem, não foi empurrada fora da cena por uma classe ou grupo socialmente hegemônico (Faoro, 1993:29).

O fracasso do liberalismo econômico no país fez com que houvesse a proeminência total do Estado patrimonialista, a ponto de Raymundo Faoro (1993) afirmar que se o Estado for retirado do capitalismo brasileiro pouco restará. Com isso, tivemos o domínio soberano do pré-capitalismo, o qual seria o único verdadeiramente existente na história brasileira. Tal ponto mostra-se muito importante para compreendermos por que o jurista gaúcho se coloca coerentemente contra o processo de reforma do Estado instituído nos anos 1990 que seria para autores como Luiz Werneck Vianna, supostamente, a aplicação política do seu diagnóstico sobre o Brasil.

2.4 - Modernidade versus Modernização

Para explicar a não adequação das ações modernizadoras engendradas no Brasil com a modernidade, responsáveis por deixar um país absolutamente atrasado, Raymundo Faoro constrói uma relação dicotômica entre a modernidade e a modernização. Para o autor, estes elementos teriam encaminhamentos diversos. Como demonstraremos no final deste capítulo, tal dissociação criada por Faoro, apesar de coerentemente construída de acordo com o evolucionismo teórico que estrutura sua interpretação do Brasil, é completamente indevida, na medida em que os processos de modernização experienciados pelo país desde o século XIX foram fundamentais para a instituição da modernidade entre nós.

Para demonstrar a dicotomia entre modernidade e modernização, Faoro (1992:8) afirma que o desenvolvimento inicia-se com a descoberta da pista da “lei do desenvolvimento”. Neste sentido, o desenvolvimento se constituiria com uma mera extensão de uma fonte desenvolvida, “como nas colônias gregas e, possivelmente, nos Estados Unidos com relação à Inglaterra, não se pode falar em modernização” (Faoro, 1992:8). Portanto, a modernização seria incapaz se instituir o desenvolvimento e, conseqüentemente, a modernidade. Para instituí-la, todavia, seria necessário descobrir a pista da “lei natural do desenvolvimento”, que seria o único caminho para a instituição da modernidade. Este caminho natural seria instituído pela passagem necessária pela

etapa do feudalismo, como atestam países modernos como a Inglaterra, Japão e Estados Unidos o qual, apesar de não ter passado por um passado feudal descobriu a pista da “lei natural do desenvolvimento” através da herança feudal capitalista recebida da Inglaterra. Em virtude deste caminho natural e único para o desenvolvimento a modernização seria plenamente negada como via do desenvolvimento (Faoro, 1992).

Faoro (1992) afirma que a modernidade comprometeria toda a sociedade, revitalizando e modificando papéis sociais. A modernização se diferenciaria da modernidade pelo seu toque voluntário, ou mesmo voluntarista, conduzido por um grupo específico privilegiando os grupos dominantes (Faoro, idem). Ainda de acordo com Faoro (1992)

Na modernização não se segue o trilho da ‘lei natural’, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. Traduz um esquema político para uma ação, fundamentalmente política, mas economicamente orientada, para usar a língua de Weber.(p.8).

Como vimos acima, o desenvolvimento teria uma “lei natural”³¹ (e única), que teria como ponto final a constituição da modernidade industrial. Nós, todavia, teríamos apenas a modernização como desvio patológico em relação à modernidade e ao desenvolvimento. Esta caracterização se dá precisamente em conformidade com o evolucionismo teórico, o qual apenas vê como possibilidade de engendramento de uma ordem efetivamente moderna a passagem necessária pela etapa feudal responsável, por sua vez, pela instituição de relações contratuais que culminarão na junção entre sociedade e Estado encontrando, desta forma, a “lei natural do desenvolvimento”.

Faoro (1992) afirma ainda que na modernidade a ação das classes dirigentes representados pela elite, o estamento, as classes, tem a função de coordenar e organizar um movimento. Ou seja, não dirigiriam, conduziriam e promoveriam como acontece na

31 Faoro inspira-se diretamente em Hegel para a constituição desta lei evolucionista do desenvolvimento. De acordo com o autor, sua assimilação da obra de Hegel deu-se de forma mais efetiva na época da escrita da segunda edição de Os Donos do Poder: “É que naquele período quando eu escrevi o livro eu estava muito hegeliano. Talvez perceba isso em relação ao livro A lógica, do Hegel. Eu devorei aquilo. E já tinha lido em Porto Alegre, vinte anos, vinte poucos anos antes.”(Faoro apud Santos Jr,2009:110). Como afirma Campante (2009), em Existe um pensamento político brasileiro, texto no qual Faoro constrói a relação dicotômica entre modernidade e modernização baseada em Hegel, “tons hegelianos permeiam todo o livro – até o final, em que Faoro, explicitamente, incorpora a idéia hegeliana de História como movimento evolutivo da humanidade, que realiza potencialidades desde sempre inscritas nas entidades”(p.134).

modernização (Faoro, 1992). Conceitos como ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, os quais são representações efetivas de modernização, seriam caracterizadas pelo jurista gaúcho como máscaras deste processo superficial de mudança social chamado modernização. De acordo com Faoro (1992:9) a modernização possui um traço de linhas duplas representado pela linha do paradigma a ser imitado e do risco do país modernizável:

A pauta dupla, que o emoldura, com duas forças dentro de um projeto, não pode se dissolver, porque a isso se opõe a necessidade da elite dissidente de controlar, medir e regular o âmbito da mudança, sempre circunscrita aos valores que não pode alterar. Deste molde as modernizações brasileiras nunca saíram, prisioneiras de uma estrutura econômica, intangível à sua ação (Faoro, 1992:9).

As modernizações teriam o seu perfil definido no século XVIII como modelo (incapaz) de desenvolvimento. Portugal vivenciou um processo de modernização no século XVIII a partir do protagonismo do Marquês de Pombal. Este processo se deu em Portugal a partir do protagonismo do absolutismo responsável por favorecer setores considerados privilegiados naquela sociedade, como a nobreza e o clero. Assim: “Sobre esta pedra, que mal durou o tempo de um reinado, formou-se a base, nunca abalada, de todas as modernizações brasileiras” (Faoro, 2007:127).

A transmigração da família real em 1808 teve um caráter revolucionário em termos sociais e políticos em virtude das medidas iniciadas por Dom João VI. Todavia, por mais propositivas que fossem as mudanças não conseguiriam modificar o rumo de nossa história, pois as normas estamentais de organização política teriam a proeminência de sempre se revigorarem: “Entre a sociedade civil, frágil e vigiada, e o estamento aristocrático, deu-se uma transação, alterada em torno dos meados do século XIX. A conciliação política, desarmando os antagonismos, regularia e controlaria a mudança social” (Faoro, 2007:127). A conciliação política pode ser explicada precisamente pelo evolucionismo teórico existente na obra faoriana, como temos demonstrado neste capítulo, na medida em que só haveria um único caminho para a instituição do desenvolvimento considerado pelo autor como legítimo, constituído sem a intervenção do Estado, ou seja, a partir do protagonismo das forças do mercado existentes na sociedade civil. Estas fariam com que o desenvolvimento se constituísse de forma natural.

A modernização levada a cabo por Dom João VI, como também se daria com todas as outras engendradas em nosso território, se constituiu como expressão do espírito do Marquês de Pombal que foi, como vimos, o mentor da reforma portuguesa do século XVIII. Como vimos também, esta seria a base de todas as modernizações brasileiras (Faoro, 1992,2008). As ações modernizantes engendradas por Dom João VI no Brasil recaíram sobre um país em pleno processo de transformação, a qual era freada e renovada com a chegada da família real ao Rio de Janeiro (Faoro, 1992). A modernização brasileira seria permeada por um espírito pombalino, caracterizada por um forte controle da ascensão social pelo estamento aristocrático (Faoro, 1992).

As ações de cunho modernizador, ao invés de instituir o desenvolvimento, acabariam corroborando o domínio estamental-patrimonialista. Ou seja, independente do conteúdo as ações engendradas pelo Estado no Brasil possuem sempre o caráter deletério. Isto faz com que, como precisamente destacou Jessé Souza (2000, 2008), o patrimonialismo na obra de Faoro seja substituído pela mera intervenção do Estado, “como ocorre com as ações modernizadoras de Dom João VI em termos das condições de desenvolvimento do comércio e da economia monetária” (Souza, 2008:84-85). Tal substituição do patrimonialismo pela mera intervenção do Estado pode ser explicada precisamente a partir do evolucionismo teórico que estrutura a interpretação de Faoro sobre o Brasil. Isto porque o autor apenas concebe como legítimo, como vimos, o desenvolvimento que é constituído a partir do protagonismo das forças de mercado, ou da sociedade civil, seguindo a lei natural é única do desenvolvimento. Qualquer possibilidade induzida para este processo seria o corroborar do elemento tradicional, expresso no caso brasileiro pelo domínio do patrimonialismo estamental.

As modernizações brasileiras teriam como ponto fundamental, portanto, o seu caráter superficial, de fachada, se qualquer possibilidade de colocar o país nos trilhos da “lei natural do desenvolvimento” responsável por levar países como Inglaterra e Estados Unidos à modernidade democrática. Como forma de exemplificar o caráter deletério das modernizações ocorridas no país, Faoro aponta vários exemplos. As medidas efetuadas durante o Segundo Reinado, as quais teriam sido instituídas ao custo de não se tocar no principal problema do Império, a escravidão. Logo após, durante a Primeira República, a modernização é constituída por um estamento dissidente do estruturado durante o Império. Este estamento terá como ponto fundamental a constituição de ferrovias como

motor do desenvolvimento. O processo, ocorrido entre os anos de 1889 e 1900 representaria, na verdade, uma grande “bolha industrializante”, sem conseguir atingir a “lei do desenvolvimento” (Faoro, 1992). Esta possuía um caráter ideológico característico do liberalismo instituído no Brasil. A modernização teve como característica mais importante o seu caráter mercantilista e pré-industrial (Faoro, 2007). Esta caracterização da modernização como mercantilista e pré-capitalista dava-se pela ação vigilante da república ditatorial, a qual “fomentar-se-ia, estimular-se-ia uma classe de empresários, sempre tutelados. Uma classe dentro de um estamento” (Faoro, 2007:131). A ação coativa e tutelar se configura, para o autor, como congênicas às modernizações.

Esta modernização, na verdade, recobria a modernidade porque as ações engendradas do alto sufocariam a sociedade civil, fazendo com que esta perdesse as funções econômicas e políticas, pois excluía do pacto social o povo (Faoro, 1992). Havia uma conjugação das classes altas, as quais se conciliavam a uma realidade patrimonialista e burocrática responsável pela domesticação das classes subalternas no clientelismo (Faoro, 2007:132). Neste sentido, a modernidade conhecia o seu limite no Brasil: “mal e apenas permitia a autonomia das classes altas, ao contrário da modernização, que as aprisiona e as dirige, mas, em comum uma e outra, excluíram do pacto social o povo” (Faoro, 2007:133).

Além destas tentativas fracassadas de modernização vista acima, teríamos ainda dois outros importantes momentos de modernização pautadas pelo positivismo pombalista: 1937 e 1964. Esses dois períodos modernizadores possuíam como característica principal o protagonismo do estamento burocrático militar, o qual se proclamou modernizador, reformador, com a constituição do progresso dentro da ordem, ou seja, o molde político da mudança se deve, de forma majoritária, ao papel das Forças Armadas (Faoro, 2007:134). Para o jurista gaúcho, como vimos, o desenvolvimento legítimo responsável por adequar a realidade de qualquer país à modernidade se constitui de forma natural, ou seja, partindo das forças de mercado existentes na sociedade civil. Desta forma o autor argumenta que “Em ambos os casos, a modernização, como tarefa voluntarista, sem as convulsões de 1937 e 1964, se adequaria, com toda certeza, à modernidade, sem a ingênua queima de etapas” (Faoro, 2007:134). Como exemplo desta assertiva Faoro (2007) afirma que em 1964 os industriais, responsáveis em condições naturais pela constituição do desenvolvimento

único e legítimo, não tiveram vez no projeto de industrialização levado a cabo pelos militares, sendo caracterizados como meros concessionários dos favores oficiais (Faoro, 2007).

Estas modernizações deixariam como herança não o desenvolvimento, pois este só teria o caminho espontâneo de sua “lei natural” para ser engendrado, mas os “campos calcinados do café, as ruínas do encilhamento, ruína oficial e que foi oficialmente paga, os subprodutos da favelização com a modernização urbana, a militarização política legada por 37, e, em 64, o símbolo maior: o fantasma das usinas atômicas” (Faoro, 1992:17). Havia, portanto, uma oposição entre a modernidade e modernização, o que resultaria num impedimento real ao desenvolvimento, desenvolvimento este que se configurasse mais do que um passo sobre o outro (Faoro, 1992). Por isso, a modernizações não iriam além da modernidade.

Dentro desta visão, Faoro argumenta que a modernização neoliberal (com a capa de social-liberalismo) engendrada nos anos 1990 possuía como característica, mais uma vez, o domínio de uma elite dissidente que tinha como objetivo utilizar o Estado para anula-lo (Faoro, 1992). Faoro (1992) argumenta que ao longo de 200 anos de História o Brasil teria mostras significativas de modernizações que sobrepujaram modernizações. Estas tiveram como ponto central modelar a economia, sem conseguir instituir uma modelagem racional desta, pois “se racional, a economia não se molda, não se constrói, nem se forma com os instrumentos empregados (nas modernizações)” (Faoro, 1992:21). Teríamos como resultado a modernização desvinculada da modernidade, demonstrando como nos instituímos como um desvio patológico em relação à lei natural (e única) do desenvolvimento:

As modernizações, entre nós, procuraram, sem alcançar, a modernidade industrial, e, por se orientarem do alto, de cima e de fora, não são capitalistas. Por sua vez, o industrialismo não gerou o liberalismo econômico, porque o liberalismo econômico não se gera por decisão oficial. O liberalismo econômico, ao se implantar, perverteu-se na conquista, irracionalizadora por natureza, dos favores oficiais. O regime político, retoricamente liberal, acolheu-se, repetidamente, ao primeiro susto, mais fictício do que real, debaixo da proteção oficial (Faoro, 2007:142).

Para Faoro (2007), este caminho não pode ser encontrado através da revolução passiva, da via prussiana ou pela burocracia. Faoro (2007) afirma que este caminho é o mesmo pelo qual trafega a cidadania, o qual só está presente nos países modernos, e não nos modernizadores como o Brasil. Este caminho não possui atalhos (Faoro, 2007). Com isso, Raymundo Faoro defende que o Brasil, em vez de buscar a modernidade, sofreu durante toda a sua história de ímpetus de modernização caracterizados pela queima de etapas no processo de desenvolvimento. Com isso, a história brasileira seria marcada, até os anos 1990, por modernizações que sepultaram modernizações, incapazes de fazer o país encontrar a caminho para o desenvolvimento. Isto se daria pelo protagonismo de elites dissidentes, as quais priorizariam seus próprios interesses. Desta forma, as modernizações engendradas no Brasil seriam responsáveis por manter a maioria da população apartada dos benefícios sociais mais elementares.

Como o trecho acima deixa claro, qualquer caminho de ruptura institucional, como as tentativas induzidas de modernização relatadas por Faoro, não conseguiria levar o país à modernidade industrial. Como bem destacou Jessé Souza (2008), o patrimonialismo na obra de Raymundo Faoro é substituído pela simples intervenção do Estado. Portanto, qualquer ação institucional de ruptura, como defende a influente interpretação de Luiz Werneck Vianna corroboraria, para Raymundo Faoro, o domínio do estamento burocrático, do patrimonialismo e do *atraso* absolutizado entre nós.

Como argumentamos neste capítulo, Raymundo Faoro guia-se por um evolucionismo teórico para explicar a realidade brasileira ao colocar o feudalismo e a “lei natural do desenvolvimento” como etapas necessárias para a constituição do capitalismo industrial, da democracia e da modernidade. Isto faz com que o autor caracterize as modernizações engendradas no Brasil como ações epidérmicas, de fachada, sem vínculos efetivos com a modernidade. Como temos demonstrado, Raymundo Faoro construiu sua teoria pautada pela concepção teórica evolucionista. Em virtude desta concepção, sua teoria não postulou em momento algum a ruptura institucional.

Raymundo Faoro (1992) afirma ainda que o liberalismo econômico não pôde, impedido pelo patrimonialismo, realizar a transição de uma racionalidade material para uma de cunho formal fazendo com que o liberalismo e a democracia fossem superficiais (Campante, idem). Teríamos como características fundamentais o domínio de uma ordem patrimonialista aliada a uma nação abúlica, castrada, manietada, incapaz. Com

isso, a teoria de Raymundo Faoro acaba constituindo uma visão da realidade brasileira como um *circuito fechado*, pois não visualiza possibilidades para a constituição de uma ordem moderna e efetivamente democrática. .

Considerações preliminares

Como vimos neste capítulo, a obra de Faoro foi constituída de forma a não possibilitar qualquer forma de ruptura com o legado ibérico que havíamos supostamente recebido de Portugal com o processo de colonização. A ruptura é impossibilitada em virtude do evolucionismo teórico que estrutura a interpretação de Faoro sobre o Brasil, aliado a sua visão da nação como incapaz. Devido a esta incapacidade congênita da nação frente ao domínio patrimonialista estamental, interpretações como a de Luiz Werneck Vianna afirmam que a obra de Faoro defenderia a ruptura institucional como forma de instituir uma realidade moderna e efetivamente democrática no Brasil. Ao contrário disso, a ruptura institucional era caracterizada como ilegítima, visto que o desenvolvimento legítimo para o autor era aquele constituído naturalmente, ou seja, a partir das forças de mercado existentes na sociedade civil. Neste sentido, qualquer ação institucional com o intuito de romper com tal legado seria, ao contrário de uma ruptura efetiva, uma demonstração do domínio patrimonialista estamental e do *atraso* absolutizado. Assim, a interpretação mais influente da obra de Raymundo Faoro no Brasil, defendida por Luiz Werneck Vianna, mostra-se equivocada. Também nos colocamos contra as interpretações de Juarez Guimarães e Rubens Goyatá. Estas, ao contrário da interpretação de Werneck Vianna, demonstram que o liberalismo de Faoro não tinha absolutamente nada a ver com as ações engendradas nos anos 1990 no país. Ao contrário deste liberalismo depurado de democracia, Faoro seria portador de um liberalismo democrático e humanístico, pautado na defesa dos direitos do homem. Apenas não concordamos com a vinculação feita pelos autores entre as dimensões analítica e normativa da obra do jurista gaúcho, na medida em que haveria no âmbito normativo uma defesa da nação pautada pela dimensão dos direitos do homem em sua interpretação do Brasil. Ao contrário de tal assertiva, procuramos demonstrar que Raymundo Faoro constrói sua interpretação do Brasil calcado em uma dimensão evolucionista que, aliada à visão da nação como abúlica, manietada, castrada, enfim,

incapaz, (como bem demonstraram Rubens Goyatá Campante, Bernardo Ricupero e Gabriela Nunes Ferreira), fez com que o autor não vislumbrasse possibilidades de ruptura com o legado patrimonialista estamental.

Para a instituição do mundo moderno com capitalismo industrial, livre iniciativa, democracia e desenvolvimento efetivo, a passagem pela etapa feudal e a constituição do desenvolvimento constituído de forma natural, seguindo a “lei natural do desenvolvimento”, seriam condições fundamentais. Portugal e o Brasil, todavia, não conheceram o feudalismo, gerando como consequência uma constituição sociopolítica patológica em relação ao mundo moderno, pois conheceram apenas o patológico capitalismo politicamente orientado, ou pré-capitalismo, e o domínio da tradição representado pelo sempre revigorado e autoritário estamento burocrático. Isso nos legou uma absolutização do *atraso* e a impossibilidade de constituirmos uma ordem moderna e efetivamente democrática.

Diversamente do que afirma a teoria de Raymundo Faoro, o caminho para a modernidade se deu efetivamente no Brasil. Ao contrário da reiteração do *atraso*, a modernidade chegou paulatinamente ao país através de suas instituições fundamentais - Estado e mercado - instituídos como “artefatos prontos” (Souza, 2003)³², com a chegada da família real fugindo da perseguição napoleônica. Com isso, tivemos um importante processo de modernização em termos comerciais e urbanos no século XIX que é narrado pelo próprio Faoro em sua obra sobre o Segundo Reinado. Florestan Fernandes (2006) demonstrou que este processo de modernização não teve um caráter de fachada, e que o liberalismo também não foi uma mera ideologia superficial. Raymundo Faoro a partir da perspectiva teórica evolucionista vê este processo de efetiva modernização como algo superficial, de fachada, sem vínculos com a modernidade. Esta primeira

32 Apesar desta colocação fundamental, a qual demonstra que a absolutização do atraso no Brasil imperial é um erro, a interpretação de Jessé Souza estrutura-se por um equívoco fundamental. Se a obra de Faoro erra sobrejamente ao absolutizar o atraso no Brasil, a interpretação de Souza (2000) também se equivoca ao absolutizar o elemento moderno durante o período imperial através do reconhecimento dos valores modernos, portados pelos europeizados mulatos, como únicos legítimos. Com isso, ele perde de vista as relações patrimonialistas que ocorriam no âmbito rural brasileiro como herança do sistema colonial, como tão bem demonstrou Florestan Fernandes. Em sua obra de 2003, Souza relativiza o radicalismo de suas proposições construídos na obra anterior. Nesta ele afirma que os elementos duais, ou seja, moderno e atraso, vigorariam conjuntamente até 1930. A partir deste momento haveria a absolutização valorativa do elemento moderno. Também não concordamos com Souza (2003), pois achamos muito mais plausível a interpretação de Domingues (2002), a qual demonstra que esse processo de extirpação do elemento tradicional foi se constituindo de forma paulatina durante o século XX, tendo apenas caráter hegemônico na década de 1990 do século XX, quando o elemento urbano e moderno ganha a proeminência fundamental sobre o mundo rural, fazendo com que a modernidade estivesse plenamente instituída entre nós. Para uma crítica à interpretação de Jessé Souza (2000) cf. Campante (2003).

modernização em termos comerciais e urbanos ocorrida no século XIX fora reforçada no século XX por uma modernização industrial de caráter conservador, que teve peso efetivo para a implantação da modernidade entre nós (Domingues, 2002). Em uma visão complementar a de Florestan Fernandes sobre a modernização engendrada no século XIX, Domingues (idem) afirma que a modernização conservadora, caracterizada por Faoro como superficial e efetivamente desvinculada da modernidade, minou as bases do conservadorismo no Brasil.

O Brasil, diversamente do que afirma a teoria faoriana, através do caminho conservador efetivado no século XX adentrou efetivamente à modernidade (Domingues, idem). Logicamente, essa modernidade possui um caráter específico. Como prova disso temos a manutenção de uma das maiores taxas de desigualdade existentes no mundo, aliada a altas taxas de violência urbana, desemprego, corrupção e não reconhecimento social. A permanência destes fatores, sem dúvida, singulariza nossa modernidade. Isso nos permite concluir que é indevida a dicotomia estruturada por Faoro entre modernidade e modernização e que, ao contrário do que afirma o jurista gaúcho, a modernidade possui atalhos para além dos casos europeu e americano, como sobejamente nos parece o caso brasileiro, desfazendo desta forma a dicotomia entre modernidade e modernização. Além disso, temos também a constituição de dilemas sociais como o não reconhecimento que transcendem à dicotomia Estado – mercado existente na teoria de Faoro. Desta forma, vemos que o caso brasileiro não se constitui como um *circuito fechado*. Ele nos deixa como desafio a precisa compreensão de nossa modernidade como forma de entendermos de maneira devida os dilemas existentes para a constituição de uma ordem efetivamente democrática entre nós.

Capítulo 3 - Bases do autoritarismo brasileiro revisitado: o neopatrimonialismo de Simon Schwartzman

A interpretação engendrada por Simon Schwartzman no seu *São Paulo e o Estado Nacional* teve, assim como a interpretação de Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder*, uma grande receptividade no Brasil como explicação para o autoritarismo então vigente. Isto porque o autor defendia que além do domínio patrimonial havia um desenvolvimento de base contratual radicado no Estado de São Paulo, capaz de vencer o

domínio do atraso caso fosse generalizado para o restante do país. Sua obra possuía uma clara inspiração em Raymundo Faoro³³ (Werneck Vianna, 2009). Neste sentido, Schwartzman pode ser visto como o continuador mais eminente da obra do jurista gaúcho (Souza, 1999). Esta obra foi publicada em 1974, durante um dos períodos de maior recrudescimento do autoritarismo no país (Schwartzman, 1988).

Em *São Paulo e o Estado Nacional*, Simon Schwartzman (1974) tem como objetivo central demonstrar como a marginalização política do Estado de São foi crucial para o não engendramento de uma ordem moderna e representativa no Brasil. Neste momento, o patrimonialismo possuía para o autor um caráter eminentemente tradicional, ainda muito próximo de Raymundo Faoro, autor ao qual Schwartzman cita sem apropriação crítica. Em virtude disso, o autor interpreta o país como plenamente atrasado devido ao domínio pleno do patrimonialismo. Schwartzman, todavia, revê as suas posições defendidas em *São Paulo e o Estado Nacional* ao publicar, em 1982, *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, obra na qual a absolutização do atraso existente em *São Paulo e o Estado Nacional* é relativizada. A relativização do atraso pode ser compreendida como resultante da leitura das obras de José Murilo de Carvalho sobre a elite imperial e também de Antonio Paim sobre a questão da modernização patrimonialista no Brasil. Estas obras fizeram com que Simon Schwartzman revisse sua visão sobre a dominação patrimonialista no Brasil. Esta revisão, como veremos mais à frente, foi feita de forma bastante problemática, o que nos leva a criticar os pressupostos teóricos dessa nova interpretação do Brasil levada a cabo pelo sociólogo mineiro.

Além de questionarmos os pressupostos teóricos desta revisão feita por Schwartzman no seu *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, também analisaremos as interpretações da obra de Schwartzman feitas por Jessé Souza e Luiz Werneck Vianna. Para criticar Simon Schwartzman, Jessé Souza (idem) parte de *São Paulo e o Estado Nacional*, de forma a demonstrar que esta seria a visão definitiva do autor sobre o país. Como demonstraremos no decorrer deste capítulo, esta visão é revista pelo autor. Com isso, alguns postulados da crítica de Jessé Souza tornam-se indevidos. Além disso, tal

33 Neste sentido afirma Luiz Werneck Vianna (2009) sobre a influência da obra de Raymundo Faoro sobre Simon Schwartzman, que deu origem a um artigo antecedente a *São Paulo e o Estado Nacional*: “Exemplo disso é o curso oferecido por Simon Schwartzman no ano inaugural da pós-graduação do IUPERJ (1969), ancorado nas indagações teóricas de Faoro. Desse curso resultou um número da revista *Dados* contendo os ensaios produzidos por seus alunos e um estudo de sua autoria, intitulado ‘Representação e cooptação política no Brasil’, confessadamente inspirado em Faoro.”(p.371). Além da influência sobre Schwartzman, Werneck Vianna afirma que na década de 1970 a obra de Faoro torna-se leitura obrigatória.

revisão nos impele à leitura de *Bases do Autoritarismo Brasileiro* para uma crítica precisa aos pressupostos teóricos que configuram a interpretação do autor, e não a um livro que é considerado pelo próprio Schwartzman como profundamente revisto. A visão definitiva sobre o Brasil, portanto, está contida em *Bases do Autoritarismo Brasileiro*.

Além da interpretação de Jessé Souza também debateremos a interpretação engendrada por Luiz Werneck Vianna. Apesar de não concordarmos com alguns postulados de sua interpretação constituiremos a nossa leitura da obra de Simon Schwartzman com o objetivo de complementar a interpretação de Werneck Vianna (1999), a qual possui uma importante proposição sobre as vinculações políticas da tese de Schwartzman. Werneck Vianna (idem) vê de forma certa a impossibilidade de São Paulo ter constituído a fonte de representação política de base contratual no Brasil como advoga de forma bastante influente Simon Schwartzman.

3.1 - Interpretações

Luiz Werneck Vianna (1999) produziu a interpretação mais influente sobre a recepção de Max Weber no Brasil, como vimos no capítulo anterior ao analisarmos a sua leitura do pensamento de Raymundo Faoro. Em relação à teoria de Faoro, vimos que Werneck Vianna possui uma interpretação muito influente e, ao mesmo tempo, equivocada em seus pontos fundamentais. Quanto ao pensamento de Schwartzman, consideramos a interpretação de Werneck Vianna, ao analisar criticamente o papel político do estado de São Paulo, como certa. Como dissemos acima, nossa interpretação é constituída como um complemento de sua leitura da obra do sociólogo mineiro.

Como vimos, a interpretação do Brasil levada a cabo por Faoro e Simon Schwartzman possui um peso central na opinião pública e nas ciências sociais brasileiras. Como forma de comprovarmos tal postulado é só ligarmos em qualquer telejornal ou compramos qualquer jornal que circula na grande imprensa. Estes advogam de forma veemente que os problemas brasileiros são circunscritos, fundamentalmente, à dimensão institucional. Portanto, somente engendrando uma

modificação na engenharia institucional é que conseguiríamos banir males como a corrupção, a ineficiência, a desigualdade, a violência entre os problemas sociais fundamentais pelos quais ainda passa o país. Como fica bastante claro, a sociedade é plenamente absolvida de qualquer participação no engendramento dos problemas acima citados. Portanto, podemos ver como esta teoria sobre o Brasil corrobora fortemente os preconceitos do senso comum, pois deixa de lado a ubíqua formação da sociedade de classes no Brasil, constituindo esta que passa ao largo da questão institucional. Veremos este ponto referente à ubíqua formação da sociedade de classes no Brasil em detalhe no capítulo V.

De acordo com Werneck Vianna (1999) a interpretação de Schwartzman faria com que o Brasil não fosse caracterizado como propriamente ocidental, pois o Estado surgiu antes dos grupos de interesse fazendo com que a administração pública fosse convertida em um bem em si mesmo, responsável por transformá-la em um patrimônio a ser explorado (Werneck Vianna). Desta forma, o país estaria inscrito no Oriente Político responsável por sobrepor um sistema de cooptação sobre o de representação. Este ponto da interpretação de Werneck é importante porque, como veremos, Schwartzman constituirá um caminho patológico de acesso à modernidade em relação ao caminho ocidental e europeu nascido do feudalismo. Neste sentido, Werneck Vianna (1999) afirma que a configuração do Estado como neopatrimonial se constitui como o grande responsável pela manutenção das desigualdades crônicas no país, pois restringiria a livre manifestação dos interesses existentes na sociedade.

Como forma de romper com o domínio neopatrimonial, o autor afirma que era necessário uma reforma política que abrisse o Estado à diversidade de interesses existentes na sociedade, de forma a engendrar a prevalência do mundo dos interesses e a fuga do toda e qualquer razão de cunho tutelar (Werneck Vianna, *idem*). Um ponto a ser notado é que Werneck Vianna, ao fazer a análise da recepção de Weber no Brasil, analisa as obras de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman como se elas possuíssem o mesmo conteúdo analítico e normativo. Encontramos esta imprecisão analítica quando o autor afirma que:

A identificação do caráter quase asiático do Estado brasileiro como obstáculo à liberdade e a padrões igualitários de convivência social, argumento que tem como ponto de partida a

sua radical autonomia diante da sociedade civil e o que seria a separação dramática entre os seus fins políticos e as esferas dos interesses privados leva, então, à sugestão de que a reforma do Estado deve estar dirigida à sua abertura a essa esfera, realizando o seu papel democrático na administração e composição dos diferentes e contraditórios interesses socialmente explicitados (Werneck Vianna, p.36).

Como fica claro na passagem acima, para Werneck Vianna haveria nos argumentos de Faoro e Schwartzman uma autonomia forte do Estado frente à sociedade civil. Todavia, este argumento é correto apenas no caso de Faoro. Schwartzman, por sua vez, considera esta forma de argumentação indevida. A caracterização da sociedade brasileira como dominada pelo Estado como senhor de tudo e a conseqüente sociedade como nada está presente na interpretação de Raymundo Faoro. Para Schwartzman, haveria tanto tendências à centralização quanto à descentralização desde o início da nossa formação. Como forma de representar tal postulado autor analisa, por exemplo, os estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, estados nos quais as tendências centrífugas e ação da nação constituem-se de forma efetiva. Para Faoro, como vimos, a nação seria sempre incapaz porque estaria permanentemente subordinada ao domínio do todo-poderoso estamento burocrático. Na verdade, a questão para Schwartzman não era nem admitir um domínio pleno do âmbito privado ou mesmo do âmbito público, mas sim o relacionamento entre esses dois setores durante a história brasileira.

Werneck Vianna afirma que, para Simon Schwartzman, a ruptura deveria ser dada no âmbito da institucionalidade política, ou seja, a mudança deveria ocorrer quanto à forma de Estado. Como conseqüência de tal ruptura haveria uma organização social benfazeja, pois, ao conceder plena liberdade aos interesses, esses trariam maior igualdade social (Werneck Vianna, 1999).

De acordo com Simon Schwartzman, a universalização do modelo de representação contido em São Paulo seria responsável por derruir o domínio o patrimonialismo entre nós, pois São Paulo teria um desenvolvimento excepcional frente ao restante do Brasil. Este desenvolvimento autônomo fez com que o estado desenvolvesse formas de organização de tipo contratual, fazendo com que sua generalização para o restante do país fosse capaz de generalizar o modelo de

representação política. Todavia, esta possibilidade de universalização do modelo de representação partindo do protagonismo do estado de São Paulo é questionada de maneira dura e certa por Werneck Vianna (idem):

Pelo ângulo do Oriente, isto é, considerando o patrimonialismo como um fenômeno do Estado, essa versão weberiana sobre a interpretação do Brasil, mais do que identificar o atraso como próprio à instância do político, tenderá a ocultar as relações patrimoniais que instituem o tecido da sociabilidade, perdendo de vista, na linguagem da controvérsia do pensamento social brasileiro, ‘ o país real’, especificamente o mundo agrário, as relações de dependência pessoal que aí se estabelecem e de como o seu paradigma paulista, longe de representar uma linha de oposição entre atraso e moderno, representação e cooptação, ordem racional-legal e patrimonialismo, aponta na verdade para uma composição ambígua dessas polaridades, imprimindo à matriz do interesse a marca de um particularismo privatista antípoda à formação da cultura cívica (p.38).

Como o autor afirma na passagem acima, São Paulo não possuía o caráter de representação aventado por Simon Schwartzman. Longe de ter uma formação contratual e representativa, o autor nos mostra precisamente que São Paulo possuía um caráter ambíguo entre representação e cooptação, sobretudo no que se refere à questão agrária. Havia em São Paulo, assim como em outras regiões do Brasil, a herança do sistema escravocrata representado por uma ordem patrimonial responsável por subjugar uma massa de trabalhadores a relações de subordinação e dominação de cunho pessoal. Isto nos mostra como a herança do sistema escravocrata, que nos parece a verdadeira herança que tivemos, representou a continuação da organização hierárquica que foi marca do regime escravista no Brasil. Esta parte referente à ordem patrimonial exercida no campo é parte de nossa herança do mundo agrário e escravocrata. A outra parte refere-se a um profundo processo de não reconhecimento social derivado do aprofundamento de uma socialização patológica oriunda do mundo agrário e escravocrata que será responsável no âmbito urbano por hierarquizar impessoalmente cidadãos e subcidadãos. Como já dissemos acima, analisaremos esta questão em detalhe

no capítulo V. Este ponto aliado à certa interpretação de Werneck Vianna sobre o caráter ambíguo existente em São Paulo demonstra toda a fraqueza e fragilidade da teoria de Simon Schwartzman no que se refere às relações de classe existentes no Brasil.

A grande diferença que ocorria era que durante o período escravocrata tal forma hierárquica de organização social era legalmente estatuída e reconhecida. No Brasil republicano durante a Primeira República, por exemplo, tínhamos a vigência de uma Constituição que afirmava igualdade perante todos. Todavia, o mundo rural, ainda hegemônico em termos quantitativos, fazia com que a organização hierárquica se mantivesse com todas as suas conseqüências deletérias. Em virtude do que foi dito acima, a interpretação levada a cabo por Werneck Vianna possui uma importância central que a leva a ter um caráter de complementaridade à nossa interpretação da obra de Simon Schwartzman.

Jessé Souza (1999) constrói uma interpretação com o intuito de complementar a tese de Luiz Werneck Vianna (1999) sobre a recepção de Max Weber no Brasil. A partir da concordância com a tese de Werneck Vianna sobre a utilização de Weber pelos intérpretes brasileiros, os quais utilizaram parte da monumental sociologia weberiana para pensar o *atraso* da sociedade brasileira, o autor propõe um enfoque que não se fixaria nos textos e autores como em Werneck Vianna. Sua interpretação se fixaria nos pressupostos teóricos de análise. De acordo com Souza (*idem*) os autores brasileiros teriam recepcionado o diagnóstico de Weber sobre o desenvolvimento ocidental absolutizando as dimensões moderna e atrasada. Weber, todavia, teria construído sua interpretação a partir de uma ambigüidade cultural que veria a realidade a partir da relação de perdas e ganhos (Souza, *idem*). Neste sentido, a ambigüidade weberiana faria com que houvesse uma dúvida em relação à determinação do racionalismo ocidental. Este teria valor superior ou igual a outras culturas? Os autores brasileiros como Simon Schwartzman, todavia, teriam absolutizado a dimensão do moderno frente ao plenamente atraso ao compararem a realidade brasileira com os Estados Unidos. Esta escolha seria resultante da aproximação deste país do racionalismo do tipo weberiano (Souza, *idem*). A partir deste diálogo com a tese weberiana sobre o desenvolvimento do racionalismo ocidental, Jessé Souza efetua uma leitura que se pretende complementar à interpretação de Werneck Vianna sobre o pensamento de Simon Schwartzman.

O Brasil seria caracterizado por uma formação sociopolítica de não separação entre as esferas econômica e política. Como resultando teríamos a vitória da tradição sobre a modernidade (Souza, idem). Uma mostra desta vitória da tradição sobre a modernidade pode ser precisamente demonstrada pela relação entre decadência econômica e dominação política.

Este domínio do elemento tradicional, todavia, era confrontado por outra forma de desenvolvimento, este constituído de forma excepcional em São Paulo. São Paulo representaria o fator ocidentalizante do Brasil moderno, configurando uma determinação particularista (Souza, idem). Souza (idem), todavia, considera o desenvolvimento de São Paulo defendido por Simon Schwartzman como fictício. Neste sentido o patrimonialismo, fator determinante de nosso *atraso*, funcionaria como um princípio absoluto em comparações culturais e ideologia (Souza, 1999:45). A absolutização do *atraso* levaria a constituição de uma cultura ambivalente resultando numa incapacidade democrática (Souza, idem).

Em virtude da assimilação do diagnóstico de Weber sobre o racionalismo ocidental sem levar em conta a ambigüidade constitutiva do diagnóstico weberiano, Schwartzman deixaria em seu argumento o que é atraso como algo indeterminado (Souza, idem). Isto porque o autor apanharia em sua análise modelos societários exemplares e absolutos, resultando em uma tematização imprecisa de nosso atraso:

Meu intuito neste texto foi apenas chamar a atenção para a importância de rejeitarmos modelos societários exemplares e absolutos. As escolhas culturais, assim como as individuais, implicam perdas e ganhos. Perceber o que temos a aprender com outros povos e sociedades demanda uma reflexão que deve ser simultânea à percepção daquilo que devemos rejeitar como impróprio (Souza, 1999:52-53)

Souza afirma que a interpretação do Brasil contida em *São Paulo e o Estado Nacional* é apenas continuada e aprofundada em *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Esta afirmação, levando-se em consideração à interpretação de Schwartzman contida em seu livro de estréia, dá-nos a impressão de que os elementos centrais da interpretação do autor foram mantidos em *Bases do Autoritarismo*, como o argumento

sobre a absolutização do atraso muito bem pontuado por Souza. Contrariamente ao que afirma Jessé Souza, a interpretação de Simon Schwartzman em *Bases do Autoritarismo* tem como objetivo exatamente relativizar o atraso instituído como absoluto em São Paulo e o Estado Nacional como veremos a seguir. Por isso, a interpretação de Souza sobre a absolutização do atraso no argumento de Simon Schwartzman fica comprometida, na medida em que Souza apanha o argumento contido em São Paulo e o Estado Nacional como se este fosse o argumento definitivo de Simon Schwartzman. Desta forma Souza limita sensivelmente sua interpretação da obra do sociólogo mineiro. Esta limitação ocorre porque *Bases do Autoritarismo Brasileiro* foi constituído como uma revisão aprofundada de sua primeira edição, que foi exatamente o livro criticado por Souza como a visão definitiva de Simon Schwartzman sobre o Brasil.

3.2 São Paulo e o Estado Nacional revisitado

Como vimos, *São Paulo e o Estado Nacional* foi bastante revisto para a publicação de *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Neste sentido, *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, obra a qual analisaremos neste texto, possui um caráter “mais declaradamente teórico e conceitual, que pretende ser também mais abrangente e fundamentada”(Schwartzman,1888:9). Schwartzman (idem) afirma que *Bases do Autoritarismo*, escrito durante o período de abertura, confirmaria a tese de que o entendimento da realidade brasileira seria resultante das contradições entre São Paulo, centro econômico e mais organizado da sociedade civil, e o centro do poder político, fixado de maneira mais enfática no eixo Rio de Janeiro-Brasília (Schwartzman, 1888:9).

Dentro desta relação dicotômica existente no país, haveria a constituição de uma sociedade civil incapaz de conseguir no âmbito político se contrapor de forma efetiva ao peso excessivo do poder central. Isto porque o Brasil teria se caracterizado, através dos séculos, pelo domínio de uma burocracia estatal pesada, todo-poderosa, “mas ineficiente e pouco ágil, e uma sociedade acovardada, submetida mas, por isto mesmo, fugidia e freqüentemente rebelde” (Schwartzman, idem). Esta visão de Simon Schwartzman sobre o peso excessivo do Estado entre nós não faz com que o autor não critique a encaminhamento liberal ocorrido no Brasil. De acordo com o autor, o liberalismo

engendrado no Brasil possui como característica marcante o seu conservadorismo. Isto porque “o equilíbrio político implantado a partir da República Velha combinava, em certo sentido, o pior de dois mundos, o do liberalismo novecentista e o do patrimonialismo burocrático ineficiente e autoritário” (Schwartzman, 1888:11). A partir da crítica ao Estado brasileiro e também ao liberalismo conservador engendrado no país o autor afirma:

O que o país necessita completar duas tradições fundamentais. Do lado do Estado, deixar de definitivamente para trás o ranço patrimonial, ineficiente, burocratizado e autoritário, em benefício de uma estrutura mais moderna, eficiente, aberta a informações e inovações, e consciente de suas responsabilidades de condução da sociedade brasileira. Do lado da sociedade, deixar para trás o liberalismo esclerosado, a identificação falaciosa entre liberdade e privatismo, dando condições para o desenvolvimento e implantação de um sistema representativo mais real e diversificado (Schwartzman, 1888:11).

Para Simon Schwartzman, o Estado necessitaria de novos interlocutores na sociedade capaz de leva-lo a efetivamente se modernizar, ou seja, que pudessem criar uma ordem racional-legal capaz de conduzir o país a adotar políticas interessadas no planejamento da vida social e econômica, ou seja, um Estado que tenha como ponto fundamental a condução com bom funcionamento e acatamento explícito das necessidades sociais (Schwartzman, idem: 11). Além desta obra do Estado em termos de ações que interessassem apenas ao interesse público, haveria também como caminho fundamental para vencer o patrimonialismo um novo pacto entre sociedade e Estado (Schwartzman, 1888).

Schwartzman afirma que uma das teses principais de seu livro é que o Brasil herdou o sistema político português que “não funciona como ‘representante’ ou ‘agente’ de grupos ou classes sociais determinados, mas que tem uma dinâmica própria e independente, que só pode ser entendida se examinarmos a história da formação do Estado brasileiro” (Schwartzman, idem: 11). Esta herança não acarreta, como vimos, a impossibilidade de ser vencida como ocorre, por exemplo, com a interpretação de Raymundo Faoro. Faoro constitui uma interpretação responsável por ver a realidade

brasileira como um *circuito fechado* para a modernidade democrática. Já para Simon Schwartzman, como temos demonstrado, esta herança é plenamente extirpável.

Para Schwartzman (*idem*) a teoria weberiana seria responsável por fornecer um instrumental conceitual para demonstrar que o Estado brasileiro possui como característica central sua dimensão neopatrimonial. Veremos abaixo como Schwartzman constrói a sua perspectiva analítica pautada pelo conceito de neopatrimonialismo.

3.3 Revendo o conceito de neopatrimonialismo de Schwartzman

Uma das modificações fundamentais ocorridas na escrita de Bases do Autoritarismo Brasileiro foi a construção do conceito de neopatrimonialismo. Desta forma, o elemento tradicional absolutizado, como muito bem identificou Jessé Souza em sua interpretação de São Paulo e o Estado Nacional, seria plenamente relativizado em Bases. Como mostra dessa nova postura, Simon critica duramente Faoro por dar ao patrimonialismo brasileiro um caráter absoluto e imutável no tempo³⁴, além do fato de não ter visto o caráter efetivamente modernizador deste em vários momentos da história brasileira. Ele ainda critica Faoro ao caracterizar o estamento como eminentemente tradicional. Esta visão crítica não existe em São Paulo e o Estado Nacional, configurando uma leitura a-crítica da obra faoriana que resultou na absolutização do atraso. Tal fato também ocorre na teoria de Faoro que tivemos oportunidade de analisar em detalhe no capítulo II. Para esta mudança fundamental, responsável pela construção do conceito de neopatrimonialismo, Schwartzman foi bastante influenciado pela leitura das obras de José Murilo de Carvalho (2008), o qual analisou detidamente a elite imperial brasileira, e também de Antonio Paim, o qual constituiu uma interpretação sobre o Estado patrimonial brasileiro. Da obra de Carvalho (*idem*) Schwartzman retira a caracterização da burocracia. O estamento teria como base fundamental a honra. Carvalho (*idem*) afirma que a burocracia brasileira era dividida em vários setores. Além

³⁴Sobre este suposto caráter a-histórico contido na obra de Raymundo Faoro afirma Schwartzman (2003): “É curioso no entanto que, apesar do grande uso que fazia da história, Faoro tivesse uma visão totalmente a-histórica do fenômeno que estudava, e talvez seja nisso que ele se afastava, como ele mesmo dizia, do que seria uma interpretação propriamente weberiana da história política brasileira”(p.210). A interpretação de Simon Schwartzman possui, em princípio, um peso explicativo muito grande. Todavia, se analisarmos a obra de Raymundo Faoro com cuidado como fizemos no capítulo anterior, veremos que a mudança social existe de forma efetiva na obra do autor. Exemplo disso temos quando ele analisa o Segundo Reinado e o surgimento da sociedade de classes ou o final deste período e a instituição do Brasil republicano. O que parece estar sempre como elemento contínuo na obra de Faoro é a forma oligárquica, privatista com a qual o Estado brasileiro foi sempre administrado durante sua história. Por isso, consideramos a interpretação de Simon Schwartzman, assim como a de Jessé Souza vista em nota do capítulo anterior, como indevida.

disso, Carvalho advoga que a constituição da burocracia provinha da socialização e do treinamento e não do privilégio (Carvalho, 2008:42). Neste sentido Schwartzman (idem) argumenta que “Esta ausência de ‘ honra social por mérito próprio’ é o que torna inadequada a expressão ‘estamento burocrático’, utilizada por Raymundo Faoro para sua análise do Estado brasileiro” (p.60). Já de Antonio Paim o autor retira a tese de que o patrimonialismo teve um caráter efetivamente modernizador no Brasil:

Mais grave, parece-me, a perda do sentido histórico da evolução do liberalismo na crítica à experiência do sistema representativo, sob o Império, desde que a efetiva desde o pacto da vista que a doutrina liberal veio a assumir muito mais tarde. Finalmente, ofuscado pela magnitude de sua descoberta, inclina-se por torna-la uma espécie de lei inexorável de nosso desenvolvimento, ou então uma herança ou então uma herança a repudiar em sua inteireza (Paim *apud* Schwartzman, 1988:70-1).

A leitura de José Murilo de Carvalho e Antonio Paim foi fundamental para a construção da tese do neopatrimonialismo feita pelo autor em *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Estas fizeram com que Schwartzman, assim como os autores acima citados, também se afastasse de Faoro, pois o caráter de absolutização do atraso defendido pelo jurista gaúcho funcionava, agora, como um dos fatores limitadores de sua interpretação do Brasil. Por isso, caracterizar a interpretação feita por Schwartzman como dominada pelo elemento tradicional, assim como faz Jessé Souza, mostra-se um erro fundamental³⁵.

O Brasil sofreria um processo de intensa centralização desde a colônia até o século XIX, fazendo com que o autor concorde com a afirmação de Faoro segundo a qual o feudalismo seria uma figura de retórica: “Como observa acuradamente Faoro, nunca houve um pacto político através do qual os altos escalões do sistema político representassem e governassem em nome de alguns setores da sociedade, o que é típico do modelo feudal”(Schwartzman,1988:69).

35 Simon Schwartzman (2003) argumenta, demonstrando como sua visão constituída em *Bases do Autoritarismo Brasileiro* tornou-se definitiva, que apesar de o estamento burocrático ainda existir no Estado brasileiro os problemas de hoje não seriam mais derivados de domínio incontestado deste, mas sim da incapacidade do Estado de cumprir o poder que lhe é delegado em benefício de todos. Por isso, a cruzada de Faoro contra o autoritarismo teria perdido muito do apelo e atualidade.

Schwartzman (idem) afirma que existe uma diferença fundamental entre feudalismo e patrimonialismo que se refere precisamente à maior concentração do poder de caráter discricionário aliado à maior instabilidade gerada nos sistemas patrimoniais (Schwartzman, idem: 59). A partir desta diferença existente entre feudalismo e patrimonialismo que o sociólogo mineiro afirma que os Estados modernos nascidos à margem da revolução burguesa surgida do feudalismo seriam caracterizados como neopatrimoniais. Estes Estados seriam capazes de se modernizar e racionalizar sua burocracia, “mas sua base de poder e seus sistemas políticos serão, necessariamente, bem diferentes dos das democracias ocidentais. E eles são, naturalmente, a maioria dos países não-ocidentais de hoje”. (Schwartzman, idem: 67) Como veremos mais a frente, Simon Schwartzman constrói dois caminhos para se chegar à modernidade, um legítimo e outro patológico, que seria característico do caso brasileiro. Para demonstrar a diferença existente entre os países nascidos do feudalismo que, como vimos, é considerado um caminho legítimo para a modernidade, e os nascidos do patrimonialismo, caminho patológico de acesso à modernidade, o sociólogo mineiro afirma que a diferença existente entre as democracias ocidentais e a sociedade brasileira é que esta última está imersa em um processo interminável de instabilidade (Schwartzman, idem). Havia, portanto, a necessidade de se analisar a natureza distinta entre os Estados formados pelas vias debatidas acima, além de se analisar as relações destes com a sociedade (Schwartzman, idem). Schwartzman (idem) advoga que as sociedades que passaram pela experiência feudal constituíram um sistema descentralizado com grande desenvolvimento econômico neste século. A ausência do feudalismo acarretaria, por sua vez: “sua ausência e o domínio no passado de um Estado burocratizado e excessivamente grande é que parece terem sido determinantes do atraso relativo de muitos países no presente” (Schwartzman, idem: 58).

Ainda como forma de diferenciar os Estados formados do feudalismo e do patrimonialismo, o autor analisa um dos fenômenos mais importantes do Estado moderno: o corporativismo. De acordo com Simon Schwartzman (idem), essa polarização dicotômica entre feudalismo e patrimonialismo teria gerado duas formas de corporativismo: um de caráter autoritário resultante do patrimonialismo, e outro como “resultante da reorganização de setores importantes da sociedade, após os efeitos devastadores da revolução burguesa” (Schwartzman, idem: 67). Neste caso, a sociedade se organiza a partir de situações de mercado, estabelecendo limites e parâmetros definidos à ação do Estado (Schwartzman, 1988: 67). No caso do corporativismo nascido do

patrimonialismo teríamos a constituição de um Estado forte, caracterizado pela existência de componente neopatrimoniais bastante fortes. Este seria “capaz de impor sua vontade e seus ordenamento à sociedade civil”(Schwartzman, idem:67). Isto faria com que os Estados modernos nascidos à margem da revolução burguesa fossem caracterizados como neopatrimoniais (Schwartzman, idem). Já no corporativismo nascido do feudalismo teríamos a uma sociedade organizada de forma contratual, ou seja, a partir de situações de mercado, estabelecendo limites a parâmetros de forma clara à ação do Estado (Schwartzman, idem: 67).

Neste sentido, Simon (idem) afirma que o patrimonialismo moderno ou, mais precisamente, o neopatrimonialismo, não seria o receptáculo de estruturas tradicionais nas sociedades contemporâneas, “mas uma forma bastante atual de dominação política por um ‘estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio, ou seja, pela burocracia e a chamada classe política”(p.59). Os Estados neopatrimoniais possuem como conotação uma participação política estendida a todos, apesar de possuir variações (Schwartzman, idem). Os Estados modernos neopatrimoniais possuiriam como elemento bastante relevante a dominação mediante uma racionalidade substantiva em detrimento de uma racionalidade formal, a qual estaria plenamente estabelecida nos Estados modernos nascidos do feudalismo.

Para a construção do conceito de neopatrimonialismo, Schwartzman (idem) parte da utilização feita por S.N. Eisenstadt que a utilizou para caracterizar os Estados modernos que se constituíram fora do Ocidente. Esta utilização tinha como característica a sobrevivência de formas tradicionais, a qual foi rejeitada por Schwartzman em sua utilização do conceito:

A linha de continuidade que Weber estabelece entre dominação patrimonial tradicional e dominação burocrática (que leva a falar, muitas vezes, em “patrimonialismo burocrático”) deve ser vista em contraste com a continuidade que parece existir entre feudalismo e dominação racional-legal, que surge historicamente associada à emergência do capitalismo. O que as duas primeiras têm em comum é que em ambas o poder central é absoluto e incontestável, ainda que organizado, sustentado e legitimado por sistemas completamente diferentes de normas e valores. Os últimos são similares de forma oposta: são ambos exemplos de relações contratuais estabelecidas entre unidades relativamente autônomas (Schwartzman, idem: 59-60).

Esta diferenciação entre feudalismo e patrimonialismo faria com que estes gerassem a dominação racional-legal e o neopatrimonialismo, respectivamente. Desta forma, feudalismo e patrimonialismo teriam um aspecto “tradicional”, enquanto dominação racional-legal e neopatrimonialismo seriam caracterizados pelo seu aspecto “moderno” (Schwartzman, *idem*).

As sociedades que teriam vivido o passado feudal obteriam o predomínio necessário do elemento contratual e da ordem racional legal. As relações contratuais seriam bastante eficientes e adequadas às necessidades do capitalismo (Schwartzman, 1988). Já os sistemas que teriam o patrimonialismo como fator estruturante receberiam como herança necessariamente o neopatrimonialismo. Estes teriam como características o domínio de uma racionalidade puramente técnica. Esta possui como característica o predomínio de uma burocracia estruturada numa legalidade jurídica e no contrato social mínimos ou mesmo inexistentes (Schwartzman, 1988:63).

Simon Schwartzman (1988) constitui sua interpretação do Brasil a partir da análise dividida em dois níveis: o estrutural e o político. A abordagem estrutural seria caracterizada pela existência de uma relação fundamental entre o desenvolvimento histórico surgido da Europa feudal responsável por conduzir às sociedades capitalistas modernas, ocidentais e desenvolvidas e outra que ligaria as sociedades patrimonialistas tradicionais às sociedades subdesenvolvidas de hoje (Schwartzman, 1988). Ou seja, a análise estrutural daria a possibilidade de compreensão do Estado a partir de uma estrutura e processo que lhes são próprios (Schwartzman, *idem*: 54).

O nível político seria caracterizado pelo regime de cooptação política. A junção entre os níveis estrutural e político legariam para as relações políticas no Brasil o “patrimonialismo político”. Com tal constituição histórica recebemos como herança de Portugal seu modelo burocrático e patrimonial. Este poder, originário da Casa de Avis, chegou primeiro ao solo brasileiro com o Governo Geral em 1548, sendo reforçado com a chegada da família real em 1808. Devido a esta herança, o Brasil possuía o domínio da cooptação política. Este domínio fez com que a política girasse em torno do Estado e de sua figura (Schwartzman, *idem*: 67). O sociólogo mineiro procura refutar a caracterização da cooptação política como um fenômeno apenas existente na América Latina, possivelmente como forma de refutar um essencialismo culturalista. Partindo de Reinhard Bendix, Schwartzman afirma que tal fenômeno também ocorrera em países como a Rússia Czarista e a Alemanha Oriental.

O sociólogo mineiro procura refutar a caracterização da sociedade brasileira como pré-moderna, ou seja, dominada plenamente pelo elemento tradicional. Para o autor, todavia, a modernidade possuiria necessariamente dois caminhos para ser instituída. Um seria o caminho considerado legítimo, tendo como fase necessária a passagem pelo feudalismo. O outro caminho teria como característica fundamental o seu caráter patológico, ou seja, seria responsável pelo surgimento de uma modernidade deformada, patológica, em virtude do nascimento a partir de um passado patrimonialista.

Estas vias de acesso à modernidade criadas por Schwartzman fazem com que sua interpretação, que em princípio havia se distanciado da interpretação de Raymundo Faoro, pudesse ser novamente aproximada da interpretação do jurista gaúcho. Esta aproximação se constitui devido à análise de Simon Schwartzman ser embebida do mesmo evolucionismo teórico contido em Raymundo Faoro ao colocar a relação necessária entre feudalismo e capitalismo. Como vimos no capítulo anterior, Faoro advoga de forma enfática que a modernidade se constituiu a partir da passagem necessária pelo feudalismo, o qual foi responsável por instituir uma economia de mercado, liberdades pautadas pela livre iniciativa, relações contratuais e, conseqüentemente, a integração entre sociedade e Estado. A diferença importante entre ambos é que a interpretação de Faoro apenas postula a passagem pelo feudalismo como caminho necessário para a constituição da modernidade. Além da passagem pelo feudalismo como elemento inicial da modernidade, apenas um desenvolvimento partido da sociedade civil, ou seja, das relações de mercado, desenvolvimento considerado como único legítimo, poderia colocar as sociedades pré-modernas, como a brasileira, nos trilhos da modernidade. Schwartzman, todavia, se afasta de Faoro ao defender que existem, como vimos, dois caminhos de acesso ao moderno. Portanto, nosso passado sem feudalismo não seria empecilho para que nós chegássemos à modernidade. Entretanto, não chegaríamos à modernidade legítima representada pelas relações contratuais e pela economia de mercado plena, as quais são consideradas como responsáveis pela integração entre sociedade e Estado. Teríamos como conseqüência uma modernidade dominada pelo elemento patológico representado pelo neopatrimonialismo. Assim como faz Raymundo Faoro em sua interpretação do Brasil, o sociólogo mineiro também engendra uma leitura particular da obra de Max Weber, o que o leva a criar o seguinte quadro evolucionista para compreender o processo de mudança social rumo à modernidade:

Quadro 1. Tipologia de dominação política em Weber

Relação de poder

	Absoluta	contratual
Tradicional	Patrimonialismo	feudalismo
Moderno	Patrimonialismo burocrático (neopatrimonialismo)	Dominação racional legal

Fonte: SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro

Apesar de Simon Schwartzman afirmar que sua proposição de neopatrimonialismo está pautada pela teoria weberiana demonstraremos que a construção teórica do sociólogo mineiro não possui, de fato, nada de weberiano. Ao contrário desta pretensa base na teoria weberiana, a proposição de Schwartzman é pautada por um evolucionismo teórico que singulariza sua proposição e, ao mesmo tempo, a limita fortemente. Quando analisamos a obra de Raymundo Faoro, caracterizando-a como evolucionista, demonstramos a partir afirmação de Jessé Souza (1999), pautado pelas proposições de Jürgen Habermas e Wolfgang Schluchter, que Max Weber estruturaria sua teoria por um evolucionismo formal ou neo-evolucionismo. Neste sentido, a sociologia weberiana não se enquadraria, por exemplo, no evolucionismo material, como o existente em Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Portanto, não existiriam etapas necessárias ao desenvolvimento com validade universal como postula a interpretação estruturada por Simon Schwartzman. Como vimos ao analisar o pensamento de Raymundo Faoro o neo-evolucionismo weberiano, ao negar a existência de etapas necessária para o engendramento da mudança social, acreditaria na existência de estágios de desenvolvimento com validade universal (Souza, idem).

Assim, os estágios de desenvolvimento hierarquizáveis e com pretensões de validade universal se concentrariam nos aspectos moral e cognitivo (Souza, idem: 18). Portanto, a teoria de Simon Schwartzman não possui nada de efetivamente weberiano, pois como vimos o sociólogo alemão rejeita a constituição de etapas necessárias para a mudança social, sobretudo para a constituição da modernidade. Além deste fator fundamental, Max Weber³⁶(2008) tinha como um dos postulados fundamentais de sua sociologia compreensiva o rigor conceitual. Ou seja, apenas a partir da construção de conceitos precisos é que o sociólogo alemão considerava ser possível ter um bom entendimento da realidade social. Como podemos ver no caso de Simon Schwartzman, além de construir uma leitura um tanto distorcida de Max Weber ainda constrói uma proposição teórico-conceitual para compreender a mudança social embebida de uma fragilidade e limitação fundamentais.

Uma perspectiva estritamente weberiana, como vimos, veria a dominação no mundo ocidental do racionalismo pautado pela superioridade moral e cognitiva do protestante, configurando um evolucionismo formal. Ou seja, o evolucionismo material é plenamente negado por Max Weber. Este racionalismo é constituído primeiramente pelas *afinidades eletivas* entre o espírito do capitalismo e a ética calvinista. Estes fatores representariam, para Weber, o pontapé inicial da modernidade. Logo após este início estruturado pela junção entre ética calvinista e espírito do capitalismo temos a exportação da modernidade para os países da periferia através das duas instituições fundamentais do mundo moderno – Estado e mercado – constituídos como “artefatos prontos”:

Em outras palavras e weberianamente, o protestantismo ascético, que constrói essa noção contingente e única de agência humana, passa a ter agora como suporte secular e lógica impessoal de mercado e Estado que reproduz, por meio de estímulos empíricos como dinheiro e coerção legal, o mesmo tipo de indivíduo que antes a fé produzia.(Souza, 2009a:161)

36Tal rigor teórico-conceitual existente na sociologia de compreensiva de Max Weber pode ser precisamente visualizado em sua obra máxima: Economia e Sociedade. Nesta obra existe um primeiro capítulo no qual Weber trabalha cuidadosamente a construção dos conceitos considerados por ele como fundamentais para serem utilizados como mecanismo de compreensão da realidade social.

Além da infidelidade da teoria de Simon Schwartzman à teoria weberiana, ainda existe no pensamento do sociólogo mineiro uma visão similar da mudança social tal como ocorre com Raymundo Faoro. Como afirma precisamente Richard Morse (1989), Simon Schwartzman postula uma visão linear da história. Esta visão linear, evolucionista, faz com que o autor postule que a modernidade se constitui a partir da continuidade com o elemento tradicional, como nas relações necessárias entre feudalismo e capitalismo e patrimonialismo e neopatrimonialismo. Antony Giddens (2009) demonstrou em sua Teoria da Estruturação que a modernidade não se constitui como continuidade com o elemento tradicional, mas sim pela descontinuidade. Giddens (idem) afirma que ao explicarmos o processo de mudança social nenhum mecanismo pode ser evidenciado como único e soberano. Ou seja, não existem nas Ciências Sociais quaisquer unidades de evolução. Assim, a modernidade não se constituiu da continuidade com o elemento tradicional como postula Simon Schwartzman, mas da descontinuidade com este elemento. Portanto, a sociologia teria como tarefa fundamental compreender a especificidade deste processo de mudança social.

Para os nossos propósitos neste capítulo a tese de Giddens aliada à teoria estritamente weberiana que vimos acima demonstram as flagrantes limitações dos pressupostos da teoria de Schwartzman para explicar o caso brasileiro. Se o autor possui o mérito de rever suas posições contidas em São Paulo e o Estado Nacional, as quais absolutizavam o atraso brasileiro como feito por Raymundo Faoro, constrói, todavia, uma via alternativa muito frágil e limitada teoricamente para interpretar o Brasil, visto que não se sustenta em seus pressupostos fundamentais. Em virtude destas limitações flagrantes, questionamos firmemente a validade do conceito de neopatrimonialismo como proposto pelo sociólogo mineiro.

Após analisarmos criticamente a construção teórico-conceitual feita por Simon Schwartzman para interpretar o caso brasileiro, veremos em detalhe a outra ponta fundamental de seu argumento, que se refere à marginalização do estado de São Paulo. Como vimos acima, este estado seria capaz de universalizar a modernidade legítima a todo país caso tivesse seu modelo sido vencedor nas controvérsias políticas que foram constituídas ao longo de nossa história.

3.4 A marginalização do Estado de São Paulo

Diferentemente Raymundo Faoro, o qual postula uma análise de cunho amplo e totalizador ao referenciar o domínio do Estado sobre a nação, Simon Schwartzman postula uma análise pautada em clivagens regionais. De acordo com Schwartzman (1988) a análise regional daria conta das descontinuidades espaciais, tornando visíveis os fenômenos históricos que ficariam escondidos sob a capa da sociedade não indiferenciada, globalizada. As regiões foram divididas em Nordeste e Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

A cidade do Rio de Janeiro, na qual foram feitas medidas efetivas pela Coroa em termos de modernização e europeização, como a constituição da urbanização, do Banco do Brasil, de universidades constituindo, com isso, uma modernização efetiva, seria caracterizada como uma cidade pré-industrial de tipo oriental. Este seria caracterizada como antípoda ao desenvolvimento excepcional de São Paulo:

Contrariamente, as cidades ocidentais são dotadas de uma “combinação de autonomia e autocefalia. Elas são, em outras palavras, núcleos econômicos e politicamente autônomos, alimentados pela atividade comercial ou industrial de seus cidadãos, que participam ativamente, de formas variadas, da condução de seus destinos. Aplicada ao Brasil, essa distinção permite ver o Rio de Janeiro como uma cidade muito mais próxima, historicamente, do modelo “oriental”, sede política e administrativa do Império, enquanto que São Paulo, cidade desenvolvida de forma muito mais independente e isolada, se aproxima bastante do que seria o modelo clássico de cidade “ocidental”(Schwartzman,1988:42).

A cidade do Rio de Janeiro seria a área mais moderna do Brasil em um primeiro momento devido ao contato direto com a vida européia pautada pelo consumo e cultura acentuados, mas com marcante desemprego (Schwartzman, idem) Com isso, o Rio de Janeiro seria caracterizado como uma cidade burocrática e urbana (Schwartzman, idem).

Após analisar o Rio de Janeiro e caracterizá-la como uma cidade “oriental”, Simon Schwartzman (idem) classifica Nordeste e Minas como regiões tradicionais. Todavia, Schwartzman (idem) adverte que “As regiões ‘tradicionais’ brasileiras têm

pouco em comum com o ‘tradicionalismo’, constante da literatura padrão acerca do subdesenvolvimento e da modernização”(p.42). Nesse sentido, Minas Gerais e o Nordeste não seriam regiões que ainda não se modernizaram. Seriam, todavia, regiões que tiveram um passado marcado por um período de progresso, o qual fora posteriormente suplantado em termos econômico e político (Schwartzman, 1988:43). Depois de fazer esta consideração sobre o caráter do tradicionalismo, o sociólogo mineiro afirma que a área de cana-de-açúcar do Nordeste, e as antigas áreas mineiras de Minas Gerais seriam os melhores exemplos do tradicionalismo existente no Brasil, visto o caráter passado das regiões baseado em riqueza e proeminência econômica em termos nacionais (Schwartzman, 1988:43). A decadência se constituiu quando estas regiões perderam sua capacidade exportadora. Como exemplo de tal postulado Minas Gerais, cuja decadência das atividades mineiras dá-se na segunda metade do século XVIII, teve como ônus a constituição da maior população situada em uma província no Brasil. Esta ficou economicamente excluída pela falta de atividades econômicas. Além deste processo de exclusão da população houve também a herança da estrutura burocrática da administração colonial. Tal fator seria a explicação para a vocação política de Minas Gerais (Schwartzman, 1988:43). Assim:

O arranjo nos é bastante familiar: os democratas sulinos apóiam o governo em troca do controle dos seus próprios estados. Sistema unipartidário, controle oligárquico da máquina política do Estado, pequena participação popular, grandes propriedades rurais em uma economia em decadência, todas essas semelhanças com a tradicional Minas Gerais não são puras coincidências. A principal diferença, naturalmente, era a de que os Estados Confederados haviam sido derrotados pelo Norte industrializado, enquanto que, no Brasil, a hegemonia política do centro industrializado nunca foi claramente estabelecida (Schwartzman, 1988:43).

O Rio Grande do Sul, por sua vez, seria caracterizado como posto de fronteira e como local gerador de lideranças políticas civis e militares. Havia desta forma a constituição de uma política de fronteira responsável por impedir que as Coroas portuguesa e brasileira deixassem a então província entregue aos seus chefes locais (Schwartzman, idem).O papel representado pelo Rio Grande do Sul tinha mais a ver

com sua tradição militar, caudilhesca, revolucionária e oligárquica do que com aspectos modernos e europeizados de sua economia e sociedade (Schwartzman, 1988:48). O Rio Grande do Sul possuiria como característica importante a constituição de um poder político de forma bastante desproporcional ao seu tamanho e também importância econômica (Schwartzman, 1988:47). Esta constituição seria precisamente explicada em virtude de que este estado “nunca foi um pólo econômico dominante e não está no centro administrativo nacional” (Schwartzman, 1988:47). O estado possuía como característica marcante sua localização fronteiriça, colocando-o em uma posição geograficamente marginal. Esta marginalização, todavia, fez com que o estado estivesse no centro da política nacional desde o final do século XIX:

O Rio Grande parece ter desempenhado no Brasil um papel semelhante ao que Portugal e Espanha desempenharam na Europa cristã: como posto militar de fronteira, desenvolveu sua própria ortodoxia, o positivismo – em uma combinação peculiar soma de tradição militar local e a cultura boiadeira – e uma forte oligarquia estadual, que reunia forças tanto para a luta contra o inimigo espanhol e portenô quanto para a luta pela autonomia em relação ao Império brasileiro. (...) Em 1930 chegou ao poder nacional com Vargas, que tinha sido anteriormente governador do Rio Grande do Sul, de acordo com os interesses de Borges de Medeiros (...). Vargas novamente, em 1950, Goulart, em 1961, Costa e Silva, Médici e Geisel, depois de 1964, todos esses presidentes gaúchos atestam a marcante vocação do Rio Grande do Sul para o poder nacional, através de seus filhos civis e militares (Schwartzman, 1988:48).

As ações engendradas pelos políticos do Rio Grande possuiriam sempre, em qualquer circunstância, um caráter patrimonial e “privado”, orientadas continuamente para o poder regional e nacional (Schwartzman, idem). Desta forma, o papel exercido pelo Rio Grande do Sul teria mais a ver com sua tradição de cunho militar, caudilhesco, revolucionário e oligárquico (Schwartzman, idem). Isto fez com que o estado se afastasse dos aspectos modernos e europeizados constituintes de sua economia e sociedade (Schwartzman, idem). Vimos até agora as regiões que tiveram como característica principal o domínio do elemento tradicional sobre o moderno. A história brasileira, como vimos, não se resumia a estas regiões. Tinha em São Paulo o elemento

destoante das outras regiões brasileiras, na medida em que esta seria plenamente caracterizada pelo domínio do elemento moderno. Desta forma, São Paulo funcionará no argumento de Schwartzman como meio capaz de corrigir o elemento patológico representado pelo neopatrimonialismo, responsável por dar o contorno deformado à modernidade instituída no Brasil.

São Paulo possuiria, portanto, um caráter de singularidade na história brasileira. Desde o início da história do país São Paulo, originalmente instituído como Capitania de São Vicente, se desenvolveu de maneira independente da administração central (Schwartzman, *idem*). Como mostra deste desenvolvimento autônomo, Schwartzman (*idem*) afirma que “São Vicente foi o primeiro núcleo de colonização que se moveu da costa para o interior, em total contradição com a política de expansão da Coroa portuguesa” (p.44). Outro fator importante refere-se à ausência da província nos eventos de ordem nacional até a expansão da produção do café no século XIX (Schwartzman, *idem*). A região teve um aspecto marginal desde a Guerra dos Emboabas, quando o estabelecimento do controle administrativo feito pelos portugueses tirou do estado a sua hegemonia. Em virtude deste isolamento, São Paulo não produziu relações de dependência frente ao governo central, tendo como consequência a constituição de demandas representativas que o singularizariam, representando um caráter de excepcionalidade no Brasil:

Basta lembrar aqui que o Censo de 1940 já mostra ser este o maior estado brasileiro em população, além de a principal fonte de impostos do Governo central e o foco de industrialização do país. Politicamente, no entanto, São Paulo desempenhou um papel inferior a seu tamanho e peso relativos e, em 1932, foi o último estado brasileiro a se levantar em armas contra o Governo central. (Schwartzman, 1988:44-45).

Neste estado, as relações se constituíam de maneira contratual e monetária, bastante diversa do que ocorria no restante do país. Existiriam dois padrões de colonização no Brasil: a colonização e a imigração. A colonização possuía como característica central o protagonismo do governo central. Este seria responsável por dirigi-la e induzi-la. Esta colonização “foi uma tentativa de criar no país um

campesinato de tipo europeu, independente e produtivo” (Schwartzman, 1988:95). O colonato teve êxito relativo nos estados sulinos do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. A imigração, por sua vez, foi preponderante em São Paulo (Schwartzman, idem). Esta diferenciação no processo de colonização seria uma mostra decisiva do padrão excepcional do desenvolvimento engendrado em São Paulo.

Com o fim do Império houve uma maior correspondência entre poder político e desenvolvimento econômico em virtude do processo de descentralização política (Schwartzman, idem). Durante a este período houve um surto de desenvolvimento econômico que perdurou até a Primeira Guerra Mundial (Schwartzman, idem). A cultura do café teve em São Paulo um lugar fundamental. Como exemplo, a produção do café, a qual teve na figura do imigrante europeu seu elemento mais importante, foi baseado em um sistema de exploração do trabalho cujas características eram próximas às do capitalismo (Schwartzman, 1988:95). Outro ponto chave da excepcionalidade de São Paulo deu-se pela formas embrionárias de representação existentes no Brasil. Estas formas apenas estavam no estado de São Paulo, o que o fazia politicamente diferenciado do restante do país (Schwartzman, 1974). Além destes fatos, São Paulo seria a principal fonte de impostos e seria, em 1940, o estado com a maior população do país (Schwartzman, idem) Além destes pontos, ainda se caracterizaria como o foco da industrialização do Brasil (Schwartzman, idem). Mesmo com todos esses fatores de superioridade frente ao restante do país, que poderiam levar São Paulo a dominá-lo politicamente o país, não foram suficientes para gerar tal dominação:

O sistema republicano de 1889-1930 iniciou-se, assim, com uma considerável descentralização de poder e com um Estado-líder que começava por enfeixar em suas mãos a administração de seus interesses no campo do suprimento da força de trabalho, controle da produção e assim por diante. No resto do país, entretanto, outros padrões de participação social e política garantiam que esta liderança econômica não fosse demasiado longe, em termos políticos. O processo até aqui descrito pode ser analisado em termos de uma combinação de patrimonialismo político e dependência econômica, algo que poderia ser denominado “dependência patrimonial” (Schwartzman, 1974:101-02).

Outro ponto importante para explicar o impedimento do domínio de São Paulo poder ser encontrado na importância que o Rio Grande do Sul teve para o estabelecimento do Brasil republicano. Esta importância se deu precisamente na posição dos gaúchos em relação à ideologia federalista. A recusa dos gaúchos à ideologia federalista fez com que estes estivessem favoráveis à centralização governamental e à intervenção do governo central em outros estados (Schwartzman, 1974:116-17). Ainda como mostra da efetiva marginalização de São Paulo havia a composição dos ministérios durante a Primeira República. Schwartzman (1974) afirma que ao se considerar apenas os ministérios da Fazenda, Transporte e Justiça, considerados os mais importantes, São Paulo ficaria em terceiro lugar atrás de Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com 6,71 anos de média de ocupação dos ministérios. Esta pouca participação nos ministérios podia ser precisamente explicada pela presença na presidência de apenas três presidentes paulistas: Campos Sales, Rodrigues Alves e Washington Luís.

Simon Schwartzman (1988) argumenta que a Política do “café com leite”, responsável pelo domínio de Minas Gerais e São Paulo sobre a política nacional, não deu a São Paulo a importância política comparável ao seu crescimento econômico. Este processo de inferiorização de São Paulo ganharia contornos mais profundos com o regime instaurado em 1930. Segundo Schwartzman, (1988) o caso brasileiro seria caracterizado pelo processo de fortalecimento das estruturas políticas a partir da decadência econômica de determinados setores. O sociólogo mineiro afirma que o processo de fortalecimento das estruturas políticas não se constituía a partir da expansão econômica, mas em função da decadência de outros setores (Schwartzman, idem: 100). Este padrão tinha de ser buscado na colonização portuguesa, como pode ficar claro ao analisarmos sua ação durante o século XVIII e início do século XIX. Schwartzman (idem) afirma que a colonização portuguesa no Brasil teve como característica “ter consistido em um processo de centralização política que ocorria simultaneamente e era intensificado pela contínua decadência econômica em vários níveis e áreas”(Schwartzman,1974:103). Durante o século XVIII houve um processo de decadência política derivada do status colonial, “subordinação econômica a Portugal e Inglaterra, e centralização burocrática para a exploração de uma economia em decadência, tal é o quadro com o qual o Brasil entra no século XIX”(Schwartzman,1988:100). Durante o século XVIII houve um crescimento

mediocre do país, pois havia uma relação correlata entre a estagnação da economia e o processo de centralização e controle político que conseqüentemente se acentuava:

Em termos gerais, o traço característico da colonização portuguesa no Brasil parece ter consistido em um processo de centralização política que ocorria simultaneamente e era intensificado pela contínua decadência econômica em vários níveis e áreas. Celso Furtado mostra, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, como a economia de açúcar, no Nordeste, proporcionava a parte principal dos lucros para os holandeses, em troca da soberania portuguesa sobre o território brasileiro (Schwartzman, 1988:100).

Este processo de simbiose entre decadência econômica e centralização política também ocorria em âmbito regional. Como exemplo de tal relação, Schwartzman nos fornece alguns exemplos como de Minas Gerais, a qual teve a instituição de um sistema de controle fiscal mais estrito sobre as áreas de mineração após a Guerra dos Emboabas, sendo o controle proporcional à diminuição da produção (Schwartzman, 1988:100).

Neste sentido, havia uma relação de compromisso entre o Estado e a oligarquia rural que resultou na marginalização política dos interesses mais dinâmicos existentes no país. Estes estavam, evidentemente, no estado de São Paulo. Para o autor, a explicação para a exclusão que São Paulo sofre a partir deste momento é que a política para os paulistas era encarada como uma forma de melhorar os seus negócios. Para os outros, todavia, era encarada como o próprio negócio. (Schwartzman, *idem*). Isto ficou duramente representado com o regime varguista, o qual foi responsável pela maior centralização e concentração do poder político: “O regime de Vargas acentuou cada vez mais a concentração de poder no nível federal, dando nova importância à presença dos militares no governo e aumentando a dependência das oligarquias regionais em relação ao governo central” (Schwartzman, 1974:132) Além disso, este regime ainda estaria identificado com a tradição política e militar do Rio Grande do Sul. (Schwartzman, *idem*).

O que se tornou hegemônico entre nós foi o “sistema de cooptação” herdeiro da tradição centralista advinda de Portugal. A partir do governo Vargas se acentuariam as tendências no sentido de acentuação do poder Executivo. Esta acentuação foi responsável por fazer com que o Estado tivesse uma ação interventora maior na vida social e econômica do Brasil (Schwartzman, 1974). Ainda houve a “(...) cooptação contínua das lideranças locais em todos os níveis, e da subordinação da vida econômica ao processo político seriam firmemente estabelecidas durante o regime Vargas e nunca diminuiriam desde então”(Schwartzman,1974). Durante esse período houve o domínio da política de cooptação, que se caracterizou por ser uma política de controle e manipulação das formas emergentes de participação (Schwartzman, 1974:145). Além do domínio da política de cooptação, havia também a política de representação que estava fincada embrionariamente no marginalizado estado de São Paulo. Schwartzman (1974) advoga que o elemento de maior importância deste tipo de política era “a autonomia econômica e organizacional e auto organização de grupos de interesse” (p.145).

A partir da hegemonia do sistema de cooptação a modernização brasileira foi levada a cabo sob uma base neopatrimonial do domínio político. Schwartzman (1988) argumenta, citando Dean, que os industriais brasileiros não estabeleceram uma política de desenvolvimento industrial bem formulada, não se preocupando de maneira global com o progresso do país. Constituíram, todavia, uma relação de favores com o governo, devendo demonstrações contínuas de lealdade e apoio. Em virtude disso, Schwartzman (idem) afirma que o processo de modernização brasileiro levado a cabo durante o período de crise internacional e de guerra dificilmente poderia ser explicado em termos econômicos. Estes deveriam ser compreendidos em termos políticos e institucionais. Com o aumento do poder Executivo, com uma participação mais forte do Estado na vida social e econômica do país, teríamos a hegemonia do sistema de cooptação política e de subordinação da vida econômica ao processo político. Dentro deste nexos que a modernização brasileira se daria, baseada num Estado regido por uma lógica burocrática e neopatrimonialista, ou seja, o Estado não seria mais o agente responsável por modernizações epidérmicas, de fachada, com predomínio pleno do elemento tradicional como fica patente no argumento de Faoro. O Estado teria para Schwartzman uma capacidade altamente modernizadora, a qual seria legitimada pelo futuro, sem reiteração de elementos tradicionais (Domingues, 2008).

Como vimos acima, a partir de 1930 houve uma polarização entre os sistemas de cooptação – encastelado no poder – e de representação - o qual estava ficando no estado de São Paulo. Após o domínio ditatorial de Vargas e dos mandatos democraticamente estatuídos de Dutra e do próprio Getúlio Vargas, houve a eleição de Jânio Quadros. Quadros seria o representante da política de representação que tão bem caracterizava o Estado de São Paulo. No entanto, Schwartzman adverte que:

A eleição de Quadros não significou que o sistema de representação política passou a predominar sobre o de cooptação, mas que uma nova polarização, entre as tendências ao fechamento e as tendências à abertura de participação, passou a imperar. A prevalência do sistema de cooptação fica claro no nível da vice-presidência, onde João Goulart ganha do candidato de Jânio, que não compartia seu apelo carismático e mobilizador (Schwartzman, 1974:147).

A eleição de Jânio foi responsável por um processo de “nacionalização” da política, colocando em segundo plano as clivagens regionais e as diferenças entre os sistemas de cooptação e representação que se mostravam tão estanques (Schwartzman, 1974:147). O caso brasileiro demonstraria como os sistemas de cooptação e de representação deveriam ser compreendidos como partes constituintes de um processo (Schwartzman, 1988). Este sistema eleitoral, cuja base era a cooptação dos líderes políticos aliada ao paternalismo e ao isolamento político de São Paulo acabou sendo malogrado com o golpe de 1964. Além do domínio da cooptação política houve durante o período 1945-1964 a maior participação política das massas na história do Brasil (Schwartzman, 1988). Para Schwartzman (1974), tal malogro ocorreu devido a alguns fatores como o crescimento da mobilização popular, à nacionalização da política, por falta de apoio econômico, militar e internacional. Como alternativa ao sistema eleitoral de cooptação política foi instituído um sistema de restrição forçada da participação política. Este estava nas mãos do Executivo sendo, portanto, retirado do processo eleitoral (Schwartzman, 1974:158). O regime instaurado em 1964 construiu um sistema bipartidário, representado por ARENA e MDB. A partir deste momento as diferenças regionais deixam de ser colocadas de forma clara. Além disso, houve uma perda substantiva de importância do Congresso. Isto fez com que este fosse subordinado

ao Executivo de forma absoluta ao Executivo a partir de 1968(Schwartzman, 1974:158). A análise do sistema eleitoral brasileiro demonstraria como a precisa interpretação deste fenômeno é constituída pela consideração do Estado em seu desenvolvimento histórico. Desta forma, poderíamos ter acesso “ao contexto político em sua articulação concreta entre Estado e sociedade, da qual as diferenciações regionais são uma parte fundamental”(Schwartzman,1974:159). Isto permitiria reintroduzir o político na análise política (Schwartzman, 1974:159). Schwartzman (1988) advoga que o poder Executivo central, ao cooptar, se enfraquece por um lado, mas também retira a autonomia e a independência dos cooptados. Esta ação faz com que estes setores cooptados transformem-se em clientes. Desta forma:

A consequência é a formação de um sistema político pesado, irracional em suas decisões, que se torna presa de uma teia cada vez maior e mais complexa de compromissos e acomodações, até o ponto de ruptura. O Estado patrimonialista, clientelista, acomodador, é visto como uma reminiscência do passado, do tradicional, do conservador, e a necessidade de sua substituição por um novo tipo de ordenamento jurídico-político se impõe.

Como vimos, a realidade brasileira é plenamente mutável para Simon Schwartzman divergindo, fundamentalmente, da interpretação do país engendrada por Raymundo Faoro. Schwartzman ainda diverge de Faoro ao afirmar que o que o Estado teve uma ação efetiva no sentido do desenvolvimento econômico e social, fatos que são plenamente negados pela interpretação do jurista gaúcho como vimos em detalhe no capítulo anterior.

Como forma de vencer o domínio do neopatrimonialismo no país era necessário que este constituísse um novo pacto entre sociedade e Estado. Desta forma, seriam rejeitados de forma conjunta tanto o liberalismo novecentista, o qual era depurado de democracia, e também o domínio neopatrimonial, responsável gerar um domínio político do Estado em favor da elite política que o domina. Isto resulta em que o Estado seja responsável por mazelas como a abissal desigualdade existente no Brasil. Estado burocrático-patrimonialista seria responsável por constituir uma estrutura pesada, ineficiente, coberta por valores ultrapassados e conservadores (Schwartzman, idem).

Em virtude deste domínio, seria necessário uma ruptura com a tradição ibérica coadunado no seio do Estado através de uma cruzada antiburocrática para que este pudesse montar uma estrutura ágil,efetivamente moderna capaz de fazer a transição de uma realidade subdesenvolvida e atrasada para uma realidade pautada pelo desenvolvimento e pela justiça.(Schwartzman, 1988).

Portanto, a ruptura com o domínio autoritário e privatista que assola o Estado brasileiro desde a sua criação não deveria ser dada simplesmente pela libertação dos interesses privados como defende Werneck Vianna. Seria necessário que o Estado assumisse uma postura de responsabilidade cada vez mais intensa perante a sociedade. Esta ação não seria suficiente, pois a sociedade também teria problema para Schwartzman. Este, como vimos, se refere ao liberalismo depurado de democracia que havia sido hegemônico no país. Por isso, a sociedade também tinha de agir no sentido de que os grupos constituídos de forma mais organizada na sociedade deveriam se compenetrar “de que o Estado e o planejamento da vida social e econômica estão aqui para ficar que não há mais lugar no mundo de hoje para a simples prevalência dos interesses privados sobre os interesses coletivos”(Schwartzman,1988:11). Esta ruptura a partir da constituição de um pacto entre sociedade e Estado mostrava-se fundamental para o autor porque o Estado patrimonial brasileiro, organizado de forma todo-poderosa perante a sociedade, possuiriam como umas de suas características contemporâneas centrais a incapacidade de atender às demandas provenientes da sociedade civil (Schwartzman, 1988). Portanto, para que o Brasil conseguisse vencer o domínio neopatrimonial, extirpando efetivamente o autoritarismo resultante de tal domínio e efetivando uma ordem democrática plena seria necessário que a sociedade se organizasse em novas bases além da dicotomia clássica entre burguesia e proletariado. Uma destas formas seria o associativismo, fenômeno que o autor visualizava em 1981 como positivo. Mas este, instituído isoladamente, seria insuficiente. Mesmo criticando a organização do liberalismo no Brasil devido ao seu caráter privatista e conservador (aspecto também feito por Raymundo Faoro e por Cardoso), Schwartzman visualiza, de fato, assim como Raymundo Faoro, na constituição do Estado a causa de nossas mazelas sociais.

Portanto, só conseguiríamos a efetivação de uma ordem democrática pautada pela organização autônoma da sociedade civil quando o Estado deixasse de ser uma burocracia patrimonial preocupada somente com sua sobrevivência, transformando-se

em agente efetivo e responsável de interesses sociais amplos (Schwartzman, *idem*). Apenas com uma ação efetiva no sentido de desburocratização do Estado, removendo seu cunho autoritário e conservador responsável por cooptar os interesses existentes na sociedade é que conseguiremos, para Simon Schwartzman, construir uma ordem efetivamente democrática.

3.5 Considerações preliminares

A obra de Simon Schwartzman teve como objetivo demonstrar que a marginalização do estado de São Paulo foi responsável pelo não engendramento de uma organização social pautada pela horizontalidade. Esta possibilidade, como muito bem demonstrou Luiz Werneck Vianna, era na verdade uma impossibilidade. Isto porque São Paulo, ao invés de constituir uma ordem moderna e representativa, era uma constituição ambígua entre moderno e atraso, sobretudo ao nos referenciarmos ao mundo agrário representado pelas relações de dominação pessoal tão bem demonstrada por vários intérpretes do Brasil como Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) e Florestan Fernandes (2006). Estas análises demonstraram como o elemento moderno no país advinha do Estado, mas era fortemente derruído pelas relações de dependência pessoal herdadas do sistema colonial. Isto fazia com que a realidade fosse tomada por uma ordem patrimonial. Maria Sylvia teve como foco de análise fundamental o estado de São Paulo, especificamente as câmaras municipais da cidade de Guaratinguetá, no Vale do Paraíba. Ao contrário do que afirma a influente interpretação de Simon Schwartzman, Maria Sylvia demonstra que o Estado procurou instituir normas burocráticas de cunho impessoal com o objetivo de suprir a grave crise financeira pela qual passava. Este, todavia, era muito menos poderoso do que a interpretação de Schwartzman deixa transparecer. Devido à sua pobreza, o domínio privado em Guaratinguetá era sobreposto ao domínio público, fazendo com que estes fossem sobrepostos. Além desta fraqueza do Estado havia também um pesado processo de dependência pessoal responsável por constituir uma realidade plenamente hierarquizada no estado considerado por Simon Schwartzman como guardião do modelo representativo. Este, portanto, é o primeiro grande ponto de limitação do argumento de Simon Schwartzman.

O outro ponto refere-se à tese do neopatrimonialismo. Se Simon possui o mérito de rever o radicalismo de sua proposição em São Paulo e o Estado Nacional, que via o atraso absolutizado na sociedade brasileira, ele acaba constituindo uma tese muito frágil para interpretar o caso brasileiro. Como vimos neste capítulo, Simon Schwartzman constitui uma leitura particular da obra weberiana. A partir disso, o autor constitui dois caminhos para a constituição da modernidade, um partido do patrimonialismo e outro saído do feudalismo.. Teríamos com isso a constituição de uma modernidade patológica e uma modernidade legítima. Haveria etapas necessárias para a mudança social. Como vimos essa proposição do autor não possui nada de propriamente weberiano. Para Weber, não haveria etapas necessárias para a mudança social. Além disso, vimos que a modernidade não se constitui pela continuidade com o elemento tradicional, mas pela descontinuidade. A partir dessas considerações vemos que esta tese do sociólogo mineiro, que teria como ponto importante se afastar do radicalismo teórico de Raymundo Faoro acaba sendo embebido pelo mesmo evolucionismo teórico que estrutura e limita a teoria do jurista gaúcho.

Como vimos, a interpretação de Simon Schwartzman constitui-se de forma bastante limitada em seus dois pontos fundamentais: o suposto papel excepcional do Estado de São Paulo e a tese do neopatrimonialismo. Estes dois postulados possuem suportes muito frágeis, fazendo com que a interpretação engendrada pelo sociólogo mineiro, mesmo com as modificações feitas em Bases do Autoritarismo Brasileiro, acaba se tornando muito limitada para compreender fatores como o autoritarismo vigente entre nós e também os dilemas referentes à constituição de uma ordem efetivamente democrática. Apesar de fazer considerações críticas sobre a interpretação faoriana do Brasil, Simon acaba novamente se aproximando do jurista gaúcho ao “esquecer” a nossa ubíqua formação social, a qual fora responsável por gerar uma sociedade de classes bastante hierarquizada. Esta será caracterizada por relações de profundo não reconhecimento social, como a marginalização de uma parcela considerável da população de participar da esfera pública política, responsável por ser a terceira instituição do mundo moderno junto de mercado competitivo e Estado centralizado. Analisaremos as conseqüências deste ponto no final da dissertação, o que nos possibilitará construir uma crítica efetiva a interpretações do Brasil de cunho sistêmico como as de Raymundo Faoro, de Simon Schwartzman e de Fernando Henrique Cardoso. Analisaremos as proposições de Cardoso a seguir.

PARTE 2 – UMA RELEITURA DA OBRA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

A obra de Fernando Henrique Cardoso sobre o Brasil possui um caráter dinâmico na medida em que o autor produziu importantes contribuições sobre as relações raciais no Sul do país (ponto que consideramos o mais frutífero de toda a sua produção para a compreensão das relações de classes no Brasil), o desenvolvimento brasileiro, a dependência e também sobre o autoritarismo. Portanto, Cardoso teve durante o período mais intenso de sua obra - entre a segunda metade dos anos 1950 ao início dos anos 1980 - uma produção diversificada.

A publicação da teoria da dependência em colaboração com Enzo Faletto, obra que proporcionou a Cardoso reconhecimento internacional, fez com que esta temática supostamente ocupasse o papel de variável independente em sua produção intelectual. A partir dela, as referências a Cardoso serão feitas, fundamentalmente, referindo-se à condição de dependência pela qual estariam estruturalmente condicionados os países periféricos como o Brasil. Além deste fator houve ainda a criação do Seminário de Marx por Cardoso e outros importantes intelectuais paulistas como José Artur Giannotti. Um dos objetivos claros do seminário era construir uma alternativa marxista

ao marxismo que era difundido pelo PCB. Os intelectuais uspianos tinham como objetivo construir uma perspectiva teórica na qual o marxismo teria um caráter fundamental para compreender o atraso e seus conseqüentes dilemas referentes à superação do subdesenvolvimento brasileiro. Esses dois eventos fundamentais fizeram com que Marx se tornasse a referência única e fundamental do pensamento de Cardoso, além da temática da dependência ser considerada também como a sua questão única e fundamental. Certamente Marx possui uma grande importância para Cardoso assim como a temática da dependência. Todavia, seus temas de pesquisa e referências teóricas não se resumem à dependência nem a Karl Marx. Além desta temática há pesquisas fundamentais sobre as relações raciais no sul do Brasil bem como a construção da teoria do autoritarismo, considerada por Milton Lahuerta (1999) a perspectiva mais influente sobre o autoritarismo então vigente no Brasil a partir de 1964. Além de Marx, Cardoso terá em Max Weber seu outro pilar fundamental³⁷. Este será considerado pelo autor a partir da segunda metade dos anos 1970, de acordo com Lahuerta, como uma referência mais importante do que Marx para compreender o mundo contemporâneo de então. Estes fatores fundamentais, todavia, não são levados em consideração pela maioria dos intérpretes de Cardoso que acabam cometendo o erro basilar de, ao analisarem as medidas tomadas pelo presidente FHC no sentido da reforma do Estado e da liberalização econômica, afirmarem existir uma dicotomia fundamental entre o intelectual e o político. Esta leitura equivocada, como vimos, é feita diretamente por Bernardo Sorj em seu livro sobre o CEBRAP no qual ele dedica o último capítulo à relação entre o intelectual e o presidente. De forma não tão explícita como a feita por Sorj, Werneck Vianna também reproduz esta idéia equivocada sobre a pretensa dicotomia entre o intelectual e o político na medida em que afirma que Cardoso teria simplesmente incorporado na Presidência da República o diagnóstico de Raymundo Faoro sobre o Brasil.

37Sobre a importância de Max Weber e do ecletismo teórico no seu pensamento, Cardoso afirma que este e outros importantes teóricos estiveram presentes em seu pensamento antes de Marx, considerados por muitos como pilar teórico único e fundamental de Cardoso. Referindo-se a Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional Cardoso afirma: “Quando escrevi este livro, e já havia lido muito Parsons, Merton (que eram funcionalistas) e Weber. Minha leitura de Marx foi posterior a estes autores, e eu não poderia desprezar a contribuição de seus modos de análise para obter uma visão mais diferenciada da sociedade escravocrata. A idéia do patriarcalismo escravista vem de Weber. A análise de ‘ajustamento entre expectativas’, de papel social ou da socialização incompleta vem dos funcionalistas. E, assim como essas, muitas outras análises e conceitos não provêm de Marx. Isto, que pode parecer ‘ecletismo’ aos marxistas teológicos, era usual entre os que foram alunos e trabalharam com Florestan Fernandes. A paixão pelo conhecimento, a pachorra da análise, os tormentos da síntese não respeitavam as ‘escolas’ político-filosóficas. Podíamos até tê-las, mas éramos, como eu sou em quase tudo hoje, heréticos e antifundamentalistas”.(Cardoso,2003:12-13).

Este tipo de leitura equivocada da obra de Cardoso feita por Bernardo Sorj e Luiz Werneck Vianna possui um caráter hegemônico tanto na academia brasileira como no senso comum³⁸, contribuindo de maneira significativa para um entendimento distorcido de sua produção intelectual sobre o Brasil e a América Latina bem como, fator que consideramos capital, das vinculações existentes entre a produção intelectual de Cardoso e o projeto político de reforma do Estado no Brasil capitaneado por ele no PSDB nos anos 1990 com o intuito de superar o *atraso* brasileiro.

Este equívoco interpretativo fundamental será analisado neste capítulo através da interpretação proposta por Sergio Tavolaro. Apesar de propor uma concepção teórica que se pretende alternativa à teoria de Cardoso para poder compreender como precisão a constituição da modernidade no Brasil, o autor comete um erro essencial em sua interpretação ao colocar a dependência, como veremos abaixo, como um elemento único no instrumental interpretativo de Cardoso. Como dissemos acima, este tipo de interpretação possui um caráter fundamental na academia e no senso comum no sentido de disseminar uma interpretação equivocada sobre as relações entre o intelectual e o político. Nesse sentido, iniciaremos nosso diálogo com algumas interpretações de Cardoso partindo das proposições feitas por Tavolaro.

Além das interpretações sobre Cardoso como a de Sergio Tavolaro, analisaremos e debateremos com duas interpretações marxistas sobre Cardoso que possuem alguns elementos fundamentais para o nosso argumento nesta dissertação. Todavia, veremos também que a perspectiva teórica utilizada pelos autores para criticar Cardoso acaba fazendo com que eles, mesmo não percebendo, acabem tomando a mesma perspectiva limitadora existente na interpretação de Cardoso produzida, especialmente, nos anos 1970. Cardoso produzirá uma perspectiva analítica na qual os problemas brasileiros estarão circunscritos ao âmbito sistêmico, no caso específico ao Estado. Os autores, apesar de identificarem este postulado de Cardoso acabam caindo na outra ponta da interpretação sistêmica que são as determinações do mercado, como veremos em detalhe abaixo. Mesmo a construção de uma perspectiva teórica considerada por nós

38Sobre este equívoco fundamental sobre o pensamento de Cardoso difundido pelo senso comum devido a um suposto discurso do então novo presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso é refutado pelo próprio Cardoso (2003) ao escrever o prefácio à 5ª edição de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*: “Não costumo reler o que escrevi. Tampouco é certo que haja alguma vez repudiado em bloco o que publiquei. Nunca disse, nem penso assim, que é melhor ‘ esquecer tudo que escrevi’. Essa insinuação maldosa (até porque exagerada, com o ‘tudo’ correu mundo mas não é verdadeira.”(p.9).

como reducionista, na medida em que simplificada as imbricadas e complexas relações de classe no Brasil, pelo enfoque em alguns pontos fundamentais debateremos abaixo com as obras de Ivan Cotrin e Maria Juvêncio Sobrinho.

Esse esforço dialógico com os intérpretes de Cardoso mencionados acima tem como objetivo central demonstrar a insuficiência destas interpretações e a necessidade de construir uma interpretação alternativa da obra do autor, a qual nos fornecerá a possibilidade de criticar a sua interpretação do Brasil circunscrita ao universo sistêmico feita, sobretudo, nos anos 1970. Esta leitura alternativa será proposta a partir de elementos contidos em sua própria interpretação do Brasil, neste caso específico em seus estudos fundamentais sobre as relações raciais no sul do Brasil. Neste sentido, proporemos no capítulo VII desta dissertação a contraposição Cardoso-contra-Cardoso.

Para a constituição desta interpretação alternativa fizemos uma divisão temática da obra de Cardoso em três momentos específicos³⁹. Sabemos que este tipo de divisão possui um caráter arbitrário, mas acreditamos que a divisão feita nos permite focar as principais características de seu pensamento e as principais mudanças, como a utilização diferenciada do conceito de patrimonialismo pelo autor entre os anos 1960 e 1970. Além disso, podemos compreender com maior precisão por que a interpretação de Cardoso sobre o Brasil termina se circunscrevendo ao âmbito sistêmico. Para isso, utilizaremos o contextualismo lingüístico de Quentin Skinner analisado em detalhe no capítulo I, pois este nos fornece a possibilidade de construirmos hipóteses sobre as possíveis intenções das obras de Cardoso dentro dos vários contextos lingüísticos e intelectuais nos quais ela esteve inserido durante o período relativo à segunda metade da década de 1950 e o início dos anos 1980, período no qual sua produção intelectual mais

39 Leôncio Martins Rodrigues (2009) escreveu um interessante ensaio sobre o pensamento de Fernando Henrique Cardoso no livro organizado por André Botelho e Lílian Schwarcz sobre 29 grandes intérpretes do Brasil. Leôncio foi durante a existência do CESIT um dos auxiliares de Cardoso em sua pesquisa sobre o empresariado brasileiro que resultou em sua tese de livre docência: “Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil”, a qual analisaremos em detalhe no capítulo VI. Neste ensaio, Leôncio traz alguns dados biográficos da vida de Cardoso bem como reconstrói a trajetória intelectual do autor, fator muito significativo do seu trabalho. Como mostra disso podemos ver o ponto referente ao sucesso intelectual alcançado na academia: “Nela obteve todos os títulos da carreira acadêmica: mestre (1953), doutor (1961), livre-docente (1963), na disciplina de Sociologia. O título de catedrático foi obtido em ciência política (1968)”.(p.392). A partir desta reconstrução de sua trajetória intelectual, Leôncio propõe a seguinte divisão do pensamento de Cardoso: “De modo esquemático, dividiremos a produção intelectual de FHC em três períodos: o da academia; o do exílio e o da atividade política e pública.No período acadêmico estão as pesquisas de caráter sociológico. Nos demais, estão principalmente as de sociologia política e ciência política”(p.393). Esta divisão feita por Leôncio Martins Rodrigues é importante na medida em que vai ao encontro de um dos nossos objetivos nesta segunda parte da dissertação que é demonstrar o caráter dinâmico do pensamento de Cardoso.

importante foi produzida. Isto nos ajuda a compreender as especificidades de cada um dos momentos da obra do autor divididos por nós. Mais do que compreender os momentos específicos da obra de Cardoso divididos em seus momentos específicos conseguimos também elementos fundamentais para compreendermos precisamente os dilemas referentes à constituição de uma democracia efetiva no Brasil contemporâneo.

O primeiro momento é relativo aos estudos sobre as relações raciais no Brasil engendrado pela sociologia uspiana, liderada por Florestan Fernandes, fruto do projeto financiado pela UNESCO. Tal estudo tinha como objetivo demonstrar que o Brasil se constituía em um exemplo de relações raciais positivamente estabelecidas. Tínhamos naquele momento a tese da *democracia racial* como léxico lingüístico hegemônico. Além do léxico da democracia racial, léxicos como mudança social e dualismo⁴⁰ são importantes para compreender este primeiro momento da produção intelectual levada a cabo por Cardoso. Ao contrário da tese da *democracia racial*, o grupo liderado por Florestan Fernandes procurava demonstrar como a escravidão foi marcada por relações de grande violência e arbítrio, inclusive em locais onde ela havia sido menos intensa, como em Santa Catarina estudada por Cardoso. Veremos esta análise em detalhe no capítulo V.

O segundo momento refere-se aos estudos sobre os temas do desenvolvimento e da dependência. As obras de Cardoso tinham o objetivo claro de questionar as teses nacionalistas do ISEB, PCB e CEPAL, as quais eram hegemônicas no Brasil e na América Latina, pois vislumbravam um desenvolvimento constituído em bases nacionais partindo do protagonismo do Estado, como afirmava a CEPAL. Ou um desenvolvimento capitaneado pelo Estado com o auxílio da burguesia que se uniria ao proletariado em um projeto de desenvolvimento autônomo e nacional, como defendia o PCB. Ou ainda um desenvolvimento nacional que pudesse por fim ao imperialismo e a dicotomia entre nação-antinação que era defendido pelo ISEB. Nesse segundo momento havia como léxicos fundamentais: nacionalismo, imperialismo, nação-antinação, transplantação, dependência, desenvolvimento, emancipação, burguesia empreendedora. A partir destes léxicos fundamentais aliados às agências intelectuais produtoras e

40 De acordo com Jackson(2007) a perspectiva totalizante esboçada pelos uspianos liderados por Florestan Fernandes desde um simpósio organizado em 1948 era compreender a realidade brasileira como totalidade. Isto se daria porque “O desafio, desta perspectiva, seria compreender o “sentido” e a forma (possíveis) da claudicante modernização brasileira, subordinada à européia”(p.40). Tal proposição pode ser vista, por exemplo, na obra de Cardoso sobre o Rio Grande do Sul.

disseminadoras deles é que conseguimos compreender de forma precisa este segundo momento da produção intelectual de Cardoso.

O terceiro momento, estruturado durante os anos 1970, tinha como ponto fundamental a continuidade das teses sobre o desenvolvimento dependente brasileiro e a teoria do autoritarismo⁴¹. Além de discutir as especificidades do desenvolvimento dependente brasileiro, Cardoso procurou compreender a natureza do Estado no Brasil como forma de precisar o autoritarismo então vigente no país e as possibilidades de democratização, que pudesse gerar uma democracia efetiva. Neste momento, os léxicos lingüísticos principais que vão conformar o debate intelectual são dualismo, estagnação, populismo, nacional-desenvolvimentismo, autoritarismo, sociedade civil, democracia, democratização, desenvolvimento, dependência, modernização conservadora. Através da análise estruturada nos seus contextos lingüísticos e intelectuais específicos conseguimos compreender precisamente como o autor inicia sua produção intelectual sistemática⁴² analisando os efeitos deletérios que a escravidão proporcionou à formação da sociedade de classes em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e acaba a partir dos anos 1970 analisando os dilemas do chamado *atraso* brasileiro circunscrito à dimensão meramente institucional.

Um dos nossos objetivos principais nesta dissertação de mestrado é propor uma leitura alternativa do pensamento de Fernando Henrique Cardoso. Com isso, defenderemos a tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a interpretação do

41 Importante deixar claro que o tema do desenvolvimento dependente continua a possuir importância para Cardoso, sobretudo em seu debate com outros dependentistas como Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos no final dos anos 1970. Ao contrário da perspectiva dos autores, Cardoso afirmava que o regime militar não levaria o país à estagnação, mas sim ao desenvolvimento que teria naquele momento o caráter de dependente-associado. Mesmo assim, as análises mais importantes de Cardoso no período nos parecem aquelas feitas no sentido de caracterizar a natureza do regime autoritário brasileiro e as possíveis condições de democratização do país. Sobre o debate entre Cardoso, Marini e Theotônio dos Santos no final dos anos 1970 cf. Baptista (2004).

42 Nossa divisão do pensamento de Cardoso em três momentos específicos leva em conta os trabalhos sistemáticos feitos pelo autor. Isto porque Cardoso produz durante o final da década de 1950 e início da década de 1960 alguns artigos sobre o nacionalismo, reforma agrária que teriam um viés voltado à questão do desenvolvimento nacional. Como pode ser observado, por exemplo, no texto sobre o nacionalismo, as teses de Cardoso sobre ele defendidas neste artigo são completamente diversas das que ele defenderá no âmbito do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho – CESIT quando procura, assim como os outros intelectuais uspianos liderados por Florestan Fernandes, intervir de maneira efetiva nos debates intelectuais e políticos da época referentes ao desenvolvimento nacional. Veremos melhor este ponto no capítulo VI. Nesse sentido é que computamos a produção de Cardoso sobre o desenvolvimento feita a partir do âmbito do CESIT.

Brasil proposta por Cardoso nos anos 1970 e as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, as duas mais importantes interpretações da tradição liberal produzidas no Brasil republicano⁴³. Desta forma poderemos precisar a tese de Luiz Werneck Vianna segundo a qual a tese do patrimonialismo foi fundamental para o projeto político de reforma do Estado levado a cabo nos anos 1990 pelo governo FHC com o intuito de superar o *atraso* brasileiro. Antes de analisarmos o pensamento de Cardoso dentro dos três momentos divididos por nós debateremos, como dissemos acima, com algumas importantes interpretações da obra do autor. Essas possuem elementos centrais para a nossa interpretação da obra de Cardoso, como são os casos dos trabalhos de Cotrin (2001) e Sobrinho (2003), apesar das considerações críticas que faremos sobre o pressuposto teórico central existente nelas.

43Consideramos a interpretação de Raymundo Faoro como a mais importante interpretação liberal produzida em toda a nossa história. Já não podemos afirmar a mesma coisa da interpretação de Simon Schwartzman. Além da interpretação de Simon existe a produção intelectual de Tavares Bastos, o qual é precisamente demarcado por Luiz Werneck Vianna (1999,2004) e Gildo Marçal Brandão (2005) como o grande iniciador desta tradição liberal de interpretação do Brasil. Nesse sentido, caso fôssemos abranger o pensamento brasileiro também durante o período imperial teríamos em Tavares Bastos juntamente com Raymundo Faoro as figuras principais desta tradição de interpretação do Brasil.

Capítulo 4 - Interpretações do pensamento de Fernando Henrique Cardoso

Sergio Tavolaro (2005) tem como objetivo principal romper com duas vertentes de análise consideradas por ele como hegemônicas entre nós: a sociologia da herança patriarcal-patrimonial e a sociologia brasileira da dependência. A sociologia da herança patriarcal-patrimonial tem como principais autores Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Da Matta e Raymundo Faoro. Já a sociologia da dependência tem como principais intérpretes Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Esta construção é feita com o intuito de demonstrar a insuficiência destas duas proposições para um preciso entendimento da modernidade no Brasil contemporâneo. De acordo com Tavolaro (idem) essas duas vertentes de interpretação do Brasil teriam como ponto de encontro a resistência em ver a sociedade brasileira contemporânea constituída em “pé de igualdade” com as sociedades modernas centrais. Nesse sentido, Tavolaro afirma em relação à pretensa sociologia brasileira da dependência que a perspectiva fundamental referente à existência de uma condição estrutural de dependência econômica funcionou como grande obstáculo à integração do Brasil junto aos países modernos do centro. Ainda segundo Tavolaro (idem) a sociologia brasileira da dependência assim como a sociologia da herança patriarcal-patrimonial acabariam tendo, apesar das diferenças fundamentais entre ambas, um ponto em comum: a perspectiva essencialista. Isto porque estas duas abordagens teriam transformado caracterizações historicamente constituídas em contextos dinâmicos e

“multidimensionais em ‘variáveis independentes’, pretensamente capazes de explicar, em qualquer momento da história brasileira, o tipo de sociabilidade que aqui se consolidou.” (Tavolaro, 2005:6).

Como vimos acima, Tavolaro faz uma divisão em torno das duas matrizes consideradas por ele como as mais importantes existentes no Brasil. Esta divisão é feita precisamente para demarcar a singularidade de cada uma das proposições e de seus conseqüentes intérpretes. Com isso, não poderia haver qualquer tipo aproximação ou ligação entre autores tão díspares como Raymundo Faoro, representante maior da perspectiva essencialista representada pela sociologia da herança patrimonial, e Fernando Henrique Cardoso, protagonista da outra ponta da perspectiva essencialista de interpretação do Brasil, neste caso específico radicada na condição estrutural de dependência. Em virtude do caráter essencialista existente em cada uma das duas proposições, como vimos, o único ponto de similitude que haveria entre os autores da herança patriarcal-patrimonial e da sociologia da dependência seria a idéia de “desvio” em relação à modernidade existente nos países centrais (Tavolaro, idem).

Tavolaro (2005) argumenta que a sociologia brasileira da dependência, na qual está Cardoso, refutaria a tese segundo a qual tendências culturais profundas teriam mantido a sociedade brasileira em formas de sociabilidade de tipo patrimonial:

Já para a abordagem em que Prado Jr, Fernandes, Ianni e Cardoso ocupam posições nodais, não se trata mais de acentuar resquícios ibéricos - sejam eles patriarcais ou patrimoniais – na dinâmica da sociedade brasileira contemporânea em seus vários âmbitos e dimensões. Para a sociologia da dependência, os processos de modernização experienciados nos últimos dois séculos tiveram intensidade e profundidade suficientes para varrerem de nossa gramática social elementos de ordem tradicional (Tavolaro, 2005, p.11).

Isto faria com que a condição de dependência funcionasse como uma variável independente supostamente capaz de explicar os padrões de sociabilidade engendrados entre nós (Tavolaro, 2005). Portanto, não seriam os resquícios tradicionais que explicariam o não enquadramento à ordem moderna central, mas sim a posição

periférica e subordinada ocupada pelo Brasil no sistema capitalista mundial que explicaria o porquê de as principais instituições, os valores e as formas de sociabilidade especificamente típica dos países centrais jamais terem entre nós com a mesma extensão e solidez (Tavolaro, 2005, p.11) Ao analisar a obra de Cardoso, Tavolaro (idem) afirma que: “Para ele, as principais estruturas da sociedade brasileira contemporânea deveriam ser compreendidas como decorrentes do reaparecimento do sistema externo de dominação capitalista em práticas nacionais de grupos e classes sociais” (p.9). Ou seja, apenas a condição estrutural de dependência seria o elemento a explicar as mudanças na sociedade brasileira segundo a influente interpretação de Tavolaro. Nesse sentido, Tavolaro afirma que a condição estrutural de dependência é que seria a grande responsável no pensamento de Cardoso por explicar os grandes dilemas sociais e políticos vivenciados pelo Brasil. Partindo da tese de que a dependência possui um caráter de “variável independente” no pensamento de Cardoso, Tavolaro afirma enfaticamente “que democracia representativa, grupos civis e demais formas de sociabilidade vivenciados plenamente pelas sociedades capitalistas centrais encontram condições difíceis para se consolidar no Brasil”.(p.9-10). Esta condição de dependência, todavia, não faria com que o país fosse caracterizado como pré-moderno como faz a sociologia da herança patriarcal-patrimonial, mas sim como uma *modernidade periférica* (Tavolaro, 2005).

Como vimos acima, a interpretação engendrada por Tavolaro afirma que o conceito de patrimonialismo não possui qualquer importância para o pensamento de Fernando Henrique Cardoso. Com isso, a proposição de Bernardo Sorj (idem) segundo a qual existe uma dicotomia entre o intelectual e o presidente da República, e a tese de Luiz Werneck Vianna, que afirma que Cardoso incorpora a interpretação de Raymundo Faoro na presidência da República estariam plenamente corretas. Conseqüentemente, continuamos com a interpretação de Tavolaro, apesar da interessante construção teórica alternativa⁴⁴, a ter uma visão parcial e completamente equivocada da obra de Cardoso, nos impossibilitando de construir uma vinculação precisa entre a produção intelectual e a prática política do autor engendrada na presidência da República. Como procuraremos evidenciar nesta dissertação o conceito de patrimonialismo possui uma importância central para a interpretação do Brasil engendrada por Fernando Henrique Cardoso juntamente com o conceito de dependência.

44 Tavolaro procura refutar as interpretações do Brasil vistas em sua interpretação através da tese das modernidades múltiplas. Para uma análise de sua proposição alternativa cf (Tavolaro, 2005).

Desta forma demonstraremos o equívoco fundamental da interpretação de Tavolaro, a qual fixou-se apenas nos seus textos sobre a questão da dependência⁴⁵. Inclusive, durante sua produção feita nos anos 1970 sobre o regime militar conceituado por ele como burocrático-autoritário, a tese da herança patrimonial tão cara a autores como Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, também é defendida por Cardoso. Esta tese, inclusive, passa a ser a sua visão definitiva sobre o Brasil. Nós vimos precisamente este ponto na introdução desta dissertação ao nos referenciar a uma entrevista do então presidente FHC na qual ele reafirmava o peso da herança ibérica patrimonial para a explicação de nossos dilemas sócio-políticos mais importantes. Nesse sentido, a tese de Tavolaro funciona como uma “meia verdade” na medida em que só a dependência é tida como um elemento fundamental para Cardoso. Como toda “meia-verdade”, esta interpretação acaba confundindo mais do que explicando de forma precisa o pensamento do autor, uma vez que sua significativa produção intelectual é resumida a um único aspecto. Como veremos em detalhe nos capítulos dedicados ao pensamento de Cardoso, sua obra possui um caráter dinâmico que a fez ter outras questões fundamentais além da dependência. Além disso, a versão definitiva do autor sobre o Brasil, construída nos anos 1970, tem nos conceitos de dependência e de patrimonialismo ibérico seus pilares mais importantes para interpretar o Brasil. Com isso, podemos refutar a interpretação hegemônica da obra de Cardoso no Brasil que é exemplarmente defendida por Sergio Tavolaro.

Através deste esforço de negação da interpretação hegemônica de Cardoso feita no Brasil podemos defender nossa tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a interpretação do Brasil construída por Cardoso durante os anos 1970 e as interpretações de Simon Schwartzman e Raymundo Faoro, autor à primeira vista diametralmente oposto a Cardoso como demonstrou a equivocada interpretação de Tavolaro. Desta forma, como temos demonstrado, poderemos fazer uma ligação precisa entre a tese do

⁴⁵Para a construção de sua interpretação do pensamento de Cardoso, Tavolaro utiliza as seguintes obras do autor: “O modelo político brasileiro”, obra na qual o autor começa a se debruçar sobre a natureza do Estado autoritário no Brasil que resultará em sua teoria do autoritarismo. Todavia, esta obra ainda possui como elemento fundamental textos relativos à questão do desenvolvimento. O clássico “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, na qual a temática do desenvolvimento dependente possui um caráter único e fundamental. E também “As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento”, quando o autor discute os postulados da teoria da dependência publicada em parceria com Faletto. Através de uma leitura seletiva da obra de Cardoso, na qual apenas a temática da dependência é enfocada, como a feita acima por Tavolaro, é que interpretações equivocadas como as de Luiz Werneck Vianna, Bernardo Sorj e do próprio Sergio Tavolaro são reproduzidas e legitimadas na academia e no senso comum como boas interpretações. Estas, como temos demarcado, têm a proeminência de nos confundir do que nos ajudar a compreender a produção intelectual de um dos sociólogos mais importantes da academia brasileira.

patrimonialismo e a reforma do Estado no Brasil engendrada nos anos 1990, a qual é defendida, como vimos, de maneira imprecisa por Luiz Werneck Vianna em seu influente e seminal Weber e a interpretação do Brasil.

Ivan Cotrin (2001) analisa a construção do tema do capitalismo dependente na obra de Fernando Henrique Cardoso. Para tanto o autor demarca o período entre 1960 e 1973, no qual haveria a produção mais intensa sobre o capitalismo dependente na obra de Cardoso. O autor tem como objetivo demonstrar que a perspectiva teórica de Cardoso apoiou-se em Max Weber, enquanto que Marx estaria subordinado às interpretações dominantes de Fernando Henrique Cardoso. Weber possui um papel central para Cardoso devido à sua influência como referencial para a análise política, na qual estão sustentados, para Cotrin, os fundamentos teóricos de Cardoso. Cotrin (idem) afirma que a radical distinção entre a teoria marxiana e a metodologia weberiana ficou completamente diluída na obra de Cardoso. Isto fez com que “sua apreensão indiferenciada de posições tão distintas resulta necessariamente, visto o objetivo perseguido por ele, na subsunção à metodologia de Weber”(Cotrin,2001:227). Esta posição de Cotrin demarca, precisamente, um radicalismo teórico que faz com o autor construa uma proposição alternativa à posição demarcada por ele sobre Cardoso que tem a função de mais confundir do que nos proporcionar uma alternativa teórica consistente para compreender toda a complexidade existente na sociedade brasileira. Além disso Florestan Fernandes, que durante sua estada na USP como professor catedrático da Cadeira de Sociologia I demonstrou e também incentivou a seus alunos ao ecletismo teórico como forma de ter um aproveitamento mais consistente sobre a realidade brasileira, podendo fugir desta forma do dogmatismo reducionista e empobrecedor que nos parece ser o caso de Cotrin.

Cotrin (idem) advoga que a utilização das duas orientações distintas fez com que Cardoso reduzisse à análise a critérios weberianos. Nesse sentido, a política possui para Cardoso um papel decisivo na condução das possibilidades econômicas. Estes fundamentos são caracterizados pelos conceitos de aliança política e de correlação de forças. Com isso, Cotrin (idem) afirma que o plano econômico ficaria sucumbido ao político. Ao defender Weber como elemento central para a teoria de Cardoso, Cotrin afirma precisamente que o atraso brasileiro torna-se circunscrito à dimensão institucional. Sobre este ponto demarcado por Cotrin é necessário fazer duas considerações. A primeira delas é que Cardoso não sucumbe o plano econômico ao

político, mas apenas procura demonstrar como que a dinâmica interna do desenvolvimento não poderia ficar subsumida ao elemento meramente econômico como é o caso da tese central compartilhada por Cotrin e Sobrinho analisados neste capítulo. A segunda questão refere-se ao atraso brasileiro circunscrito à dimensão institucional. Esta preocupação com o atraso da sociedade brasileiro e sua circunscrição à dimensão institucional será colocada de maneira sistemática por Cardoso precisamente durante a década de 1970. Antes disso temos alguns apontamentos importantes nesta direção, mais a ênfase na temática do desenvolvimento torna tal fato um tanto obscurecido durante suas análises durante a década de 1960.

Para demonstrar os objetivos expostos acima, Cotrin (*idem*) inicia sua análise por *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Desta obra, o autor retira a importância do conceito de patrimonialismo para Cardoso, demonstrando a subsunção do econômico ao político através das relações constituídas pelo capitalismo colonial, o qual teve sua existência defendida por Cardoso nesta obra. A questão racial, a qual gerou a pesquisa realizada por Cardoso no Sul do país é relegada a nada pela análise do autor. Muito além do patrimonialismo, que certamente era uma das pontas da sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul demarcada por Cardoso, havia o fundamental processo de socialização patológica do grande contingente negro que vivia no mundo rural daquela sociedade escravocrata. Este processo fez com que os negros fossem completamente excluídos na nova sociedade formando um contingente enorme de subcidadãos. Mas como o objetivo de Cotrin é, no fundo, demonstrar que a suposta subsunção do elemento econômico ao político é que fez com que o verdadeiro atraso brasileiro fosse encoberto por Cardoso, o seu olhar seletivo acaba não percebendo este ponto fundamental. Como procuraremos demonstrar no próximo capítulo, a análise da questão racial se configura no elemento mais fértil da interpretação de Cardoso sobre o Brasil no sentido de conseguirmos compreender os dilemas para a constituição da democracia no país. Como dissemos acima, o interesse do autor é demonstrar a importância de Weber e a subsunção do econômico ao político. Nesse sentido, este ponto fundamental da pesquisa de Cardoso é plenamente descartado de sua análise.

Partindo de uma análise textualista, o autor liga a interpretação de CEBM a DDAL⁴⁶, demonstrando haver uma continuidade entre elas. O autor afirma que em

46 As siglas são referentes aos livros “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul” e Dependência e Desenvolvimento na América Latina.

DDAL, a determinação política e não econômica das relações locais continuaria, além da permanência da base política patrimonialista advinda do mundo agrário. Esta base política patrimonialista fora responsável por permear toda a organização política brasileira desde o Brasil colonial até a industrialização (Cotrin, idem). Com isso, o patrimonialismo acabou permeando desde o início a formação de nossa burguesia, sendo o suporte da modernização industrial (Cotrin, idem). Devido à sua origem tradicionalista, a burguesia brasileira foi permeada desde o início com um caráter patrimonialista, tradicional. Segundo Cotrin (idem) devido à fragilidade e debilidade de sua origem patrimonial, a burguesia brasileira não conseguiu conquistar a hegemonia durante o período populista. Neste sentido, a burguesia era explicada por Cardoso pela subsunção ao patrimonialismo. Todavia, esta visão sobre a burguesia brasileira dura apenas até o golpe militar de 1964:

Antes do golpe militar, o sociólogo paulista considerava que a burguesia movia-se sinuosamente e refletia uma “falsa consciência” da situação, pois se encontrava investida dos padrões políticos tradicionais, patrimoniais; mas, depois do golpe, diz Cardoso, ela expressa uma consciência consistente da realidade, abandonando a crítica que fazia anteriormente de que ela se moveria mais ao sabor do dia-a-dia, nos limites de uma “consciência empírica” (Cotrin, 2001:87).

Como dissemos acima, Cotrin parte do método textualista para analisar a obra de Cardoso. Como o trecho acima deixa transparecer, parece que essas questões referentes ao patrimonialismo estão postas de maneira bastante clara no pensamento de Cardoso como argumenta Cotrin. O fato é que durante os estudos sobre o desenvolvimento brasileiro Cardoso advoga sobre o peso negativo do patrimonialismo agrário como um condicionante negativo do comportamento da burguesia brasileira. Todavia, ao analisar a dependência, a temática do patrimonialismo é colocada apenas pontualmente. Esta caracterização sistemática do Estado brasileiro como patrimonialista até a instauração do golpe de 1964 apenas ocorre na década de 1970. Como o método de Cotrin é textualista essas nuances fundamentais existentes no pensamento de Cardoso acabam sendo subsumidas em sua análise.

A falsa consciência da burguesia existente antes do golpe torna-se inexistente depois dele. Mesmo com essa modificação, Cotrin (idem) afirma que Cardoso procurou explicar a formação da burguesia e de sua consciência pela origem e subsunção ao patrimonialismo. Essa modificação de posição feita pela burguesia seria resultante das correlações de forças e não do processo próprio processo de acumulação do capital (Cotrin, 2001:126). Além de criticar a ênfase na dimensão política dada por Cardoso, Cotrin procura sempre demonstrar como a questão econômica possui o patamar de análise fundamental para se compreender o Brasil.

Como o trecho anterior deixa claro, Cotrin foca-se no conceito de patrimonialismo para demonstrar a subordinação do econômico ao político, a qual o autor considera ilegítima. Marxista, Cotrin vai construindo sua interpretação sobre Cardoso para demonstrar o equívoco da interpretação do autor, o qual não demonstrou o protagonismo do fator econômico. Este ponto, ao contrário do que pensa Cotrin, limita sensivelmente a sua capacidade crítica. Veremos melhor este ponto mais à frente.

Cotrin (2001) afirma que a estrutura patrimonialista favoreceu a acomodação das massas. Tal fato ocorreu devido à criação de obstáculos institucionais a uma ação política de maior alcance político (Cotrin, 2001:134). A subordinação ao patrimonialismo fez com que a classe operária não consegue constituir uma consciência de classe. Esta subordinação fazia com que houvesse a inexistência de possibilidades para esta classe (Cotrin, 2001:239). Este processo de acomodação das massas demonstra como as instituições políticas brasileiras possuiriam, para Cardoso, um caráter patrimonialista. Este caráter, como tem demonstrado Cotrin, tem origem no capitalismo agrário.

Um dos momentos onde o patrimonialismo teve ênfase fundamental foi o período denominado pela escola uspiana como populismo. Durante este período teríamos um compromisso com o atraso, sobretudo durante o período Vargas. Este manteve o tradicionalismo pela junção das duas esferas. Isto fez com que o patrimonialismo não fosse responsável pelo atraso econômico, como ocorrera durante o período escravocrata. Agora o patrimonialismo político, responsável pelo atraso nacional, era responsável pelo avanço econômico (Cotrin, 2001). Como argumentamos acima sobre a questão escravocrata, o atraso brasileiro não se circunscrevia ao patrimonialismo, mas também ao caráter de desestruturação psicossocial do negro responsável por sua exclusão na nascente sociedade de classes. Durante este período

houve uma conciliação entre os interesses dos agraristas e dos industriais. Cotrin critica a visão de Vargas efetuada por Cardoso, pois a visão da condução política de Vargas feita pelo autor relegou-se a um caráter personalista sem vinculação com a classe que Vargas representa e favorece. Tal ponto enfocado por Cotrin é interessante na medida em que o encaminhamento político dado a partir da constituição da aliança desenvolvimentista não tinha a ver com uma ação patrimonialista mas sim, num jargão marxista, a luta de classes.⁴⁷ Como resultante de tal análise “Fica obscurecido o papel histórico desempenhado por Vargas e seu projeto capitalista endereçado à burguesia nacional, na medida em que o impulso dinâmico deste líder limita-se, na análise de Cardoso, à subjetividade personalista”(Cotrin,2001:164).

Durante o período populista a relação entre Estado e massas foi marcada pela manipulação. Esta manipulação capitaneada pelo Estado funcionou como impedimento da integração das massas. Aliado à manipulação estatal ainda havia a ineficácia dos partidos de esquerda e a ineficácia institucional dos sindicatos (Cotrin, idem). O período populista foi marcado por gradações desde a instituição do modelo por Getúlio Vargas. Durante o período varguista o desenvolvimento foi capitaneado pelo Estado com base no capital nacional. Durante o período de JK o populismo estruturou sua política de desenvolvimento sob o capital externo. Cotrin (idem) afirma que os momentos agudos do populismo estão, para Cardoso, no segundo governo de Vargas e em João Goulart. Cotrin (idem) afirma que o populismo não conseguiu cumprir seu objetivo devido ao patrimonialismo:

Cabe destacar ainda que o populismo não pode cumprir a finalidade que lhe fora reservada inicialmente, isto é, a conversão dos movimentos de massas, através de manipulação em instrumento da modernização, pois as condições político-econômicas desde 30 até 64 fizeram permanecer o perfil patrimonialista do poder pelo estabelecimento de alianças com setores tradicionais (p.179).

O patrimonialismo, portanto, seria marca do Estado brasileiro durante o período denominado como populista. Cotrin afirma equivocadamente que ao final do período

47 Sobre esse período a análise de Luiz Werneck Vianna no seu clássico Liberalismo e Sindicato no Brasil torna-se uma leitura fundamental para se compreender com precisão esta questão derivada da crítica de Cotrin a Cardoso. Nesse sentido cf. Werneck Vianna (1989).

populista o patrimonialismo teria sido erradicado do Brasil. Se o autor tem o mérito de demonstrar que o conceito de patrimonialismo possui uma importância central para Cardoso, o que nos ajuda a demonstrar o caráter plenamente equivocado da interpretação hegemônica da obra de Cardoso exemplarmente defendida por Sergio Tavolaro, acaba cometendo alguns equívocos fundamentais. O primeiro deles foi relegar ao limbo a interpretação de Cardoso sobre a questão racial. O outro refere-se a decretação do fim do patrimonialismo com o término do regime populista devido à instauração do golpe militar de 1964.

Com o golpe, o patrimonialismo não se encerra mas se refaz na nova ordem política para Cardoso. Além disso, o que nos parece outro dado fundamental, a natureza do patrimonialismo brasileiro, tem sua base modificada. Se durante os anos 1960 Cardoso argumenta que nosso patrimonialismo é de origem agrária, durante a década de 1970 o autor revê esta tese profundamente. A partir deste momento, o patrimonialismo brasileiro será oriundo da colonização ibérica. Especificamente da transplantação do Estado português para a colônia. Esta tese, tão cara a autores aparentemente tão distantes como Faoro e Schwartzman, passa a ser defendida por Cardoso. Esta modificação sutil, mas de grande importância, acaba sendo perdida por Cotrin devido à sua análise meramente textualista, a qual perde de vista os contextos lingüístico e intelectual nos quais o autor está inserido durante as décadas de 1960 e 1970. Ou seja, sua ênfase apenas nos textos faz com que as modificações mais sutis existentes no pensamento de Cardoso não possam ser percebidas por ele.

Além desta modificação fundamental em relação à caracterização do patrimonialismo, o regime de 1964 representou a junção entre os elementos moderno e atrasado, unidos como unidades contraditórias, para os intelectuais uspianos como Cardoso. Portanto, se o autor acerta ao demonstrar a importância do patrimonialismo para Cardoso acaba equivocando-se de maneira fundamental ao não se ater a este elemento-chave para a compreensão da produção intelectual uspiana. Voltaremos a este ponto na análise do pensamento de Cardoso. Cotrin afirma que o regime de 1964 teve como característica, além do rompimento com o patrimonialismo tradicionalista, o caráter modernizador e conservador. Como forma de demonstrar a incompreensão de Cotrin sobre a recomposição do patrimonialismo no regime militar temos o seguinte trecho:

Uma “modernização conservadora”, que tem como novidade exatamente o aparato dinâmico dos “anéis burocráticos”; que obviamente não constitui uma democracia plena, como aspira o autor, mas que demonstra uma significativa mudança político-instrumental: eliminou-se a “burocracia tradicional” e instalou-se a “burocracia empresarial” dinamizada pelos “anéis” que aliam os interesses empresarias públicos e privados (p.222).

Se Cotrin acerta ao demonstrar que o regime instalado em 1964 derruiu o domínio da burocracia tradicional em favor da constituição de uma modernização no aparato estatal e também dos grupos que o controlam, ele demonstra uma total incompreensão dos “anéis burocráticos”. Este instrumento não tem nada a ver com elemento de representação de interesses ou mesmo possui qualquer aspecto democrático. Este conceito servia para demonstrar como o patrimonialismo havia se refeito no regime de 1964. As decisões tomadas no âmbito dos “anéis burocráticos”, longe de representarem os interesses da sociedade civil enquanto um todo, léxico que aparece para Cardoso durante a década de 1970, eram resultantes dos interesses da burocracia pública e de setores da sociedade civil que eram cooptados pelos regimes de anéis. Portanto, o elemento de subsunção do interesse público ao privado permanecia no Brasil com um caráter modernizado representado pelos “anéis burocráticos”. Por isso, a análise de Cotrin mostra-se profundamente equivocada.

Mesmo com esse equívoco em relação ao entendimento do patrimonialismo e dos “anéis burocráticos”, Cotrin faz uma importante observação sobre a inflexão da análise de Cardoso para âmbito político-institucional ao analisar o regime de ditatorial instalado em 1964:

Cabe observar que, antes do golpe de 64, a produção teórica do autor manteve-se aferrada à determinação política sobre as demais esferas da sociedade, mesmo tendo como referência a sociedade civil: expectativa pela hegemonia burguesa, relação com setores populares etc. Contudo, após a implantação da ditadura, os limites da ação política se estreitam e ele passou a tratar da realidade a partir dos limites político-institucionais (Cotrin, 2001:223)

Certamente este é um ponto fundamental demarcado por Cotrin, o qual acontecerá apenas na década de 1970 quando o autor se debruça na análise da natureza do regime autoritário instaurado em 1964. Para Cotrin (*idem*) esta visão calcada na dimensão político-institucional está presente, por exemplo, em dependência e desenvolvimento. Para nós, este processo de inflexão analítica para o âmbito político-institucional dá-se de maneira bastante acentuada, como dissemos acima, a partir da década de 1970. Não concordamos com a proposição de Cotrin segundo a qual a simples instituição do regime militar fez com que a obra de Cardoso se inflexionasse ao universo político-institucional. A análise da realidade brasileira e latino-americana em Dependência e Desenvolvimento a partir dos elementos político ocorre precisamente para fugir das análises de cunho economicista sobre o processo de desenvolvimento. A inflexão ao universo institucional como forma de demonstrar que os problemas brasileiros estavam circunscritos a esta esfera vai se dar de maneira efetiva a partir dos anos 1970, quando a análise da natureza do regime militar torna-se um problema de pesquisa para Cardoso e para vários autores brasileiros como Simon Schwartzman e Raymundo Faoro que analisamos em detalhe na primeira parte desta dissertação. Portanto, as análises de cunho político feitas nesta obra não terão ainda o mesmo peso das análises construídas durante o regime militar na medida em que a preocupação de Cardoso neste momento é com o desenvolvimento dependente.

Cotrin afirma que Cardoso equivocou-se ao pensar o atraso brasileiro para o plano político. Além disso, a utilização de Marx e Weber para analisar as especificidades do capitalismo brasileiro desde a fase colonial teria impedido Cardoso de analisar de forma aproximativa e correta o capitalismo que se instalara no Brasil (Cotrin, 2001:294). Já assinalamos mais acima que tal postura de Cotrin demonstra o caráter dogmático de sua interpretação marxista sobre o Brasil, na medida em que negar a existência do patrimonialismo no mundo agrário brasileiro é uma ação, no mínimo, sem sentido. Cardoso não privilegiou o econômico para a compreensão da realidade, mas sim o âmbito político foi o seu centro das preocupações. Nesse sentido, se Cardoso foge do “economicismo” teria acabado caindo no “politicismo”. Partindo da análise de José Chasin, paradigma teórico do autor e de Sobrinho, sobre a chamada “via colonial” de instituição do capitalismo no Brasil, Cotrin aponta o que seria o verdadeiro atraso brasileiro:

O caso brasileiro, ao contrário, estabelece uma conciliação entre frações da mesma classe burguesa, excluindo o setor do trabalho e impedindo o curso industrial autônomo, pelo peso excessivo que o “velho” setor agrário, originária e estruturalmente subordinado ao capital externo, estabelece no processo de desenvolvimento capitalista, vedando-lhe sua complementação autônoma, nacional, uma vez que conciliar com este setor implica diretamente conciliar com a subordinação. Nestas condições, torna-se impossível o estabelecimento da forma democrática de dominação, já que as massas trabalhadoras não podem ser incluídas. É também do mesmo solo que brota o politicismo da burguesia brasileira, que busca excluir do debate público, especificamente do debate político, as determinações do âmbito econômico (Cotrin, 2001:299).

Portanto, o *atraso* brasileiro não seria de cunho político como defendeu Cardoso, mas sim de cunho econômico devido à conciliação entre setores da burguesia responsável por excluir o setor do trabalho e pelo impedimento da propagação do círculo industrial autônomo e da democracia política. Além disso, Cardoso seria adepto do mesmo politicismo da burguesia brasileira, o que é responsável por excluir do debate político as determinações econômicas. Portanto, o *atraso* brasileiro é econômico e não político. Ao procurar uma alternativa crítica em relação ao “politicismo” de Cardoso, Cotrin acaba como aludimos acima, caindo na mesma visão limitada sobre o *atraso* brasileiro que Cardoso defenderá de forma sistemática a partir dos anos 1970. A complexa formação da sociedade de classes no Brasil tão bem demonstrada na obra de Cardoso sobre o regime escravocrata no Rio Grande do Sul analisada de maneira seletiva por Cotrin, na qual o autor demonstrou como os fatores não econômicos é que eram os responsáveis fundamentais por excluir um expressivo contingente humano da nascente sociedade de classes, é resumida a uma dicotomia simplista entre burguesia exploradora e classe trabalhadora explorada. Esta construção de Cotrin apenas inverte a determinação construída por Cardoso, ajudando a simplificar e também a fornecer uma alternativa teórica empobrecedora e frágil para o entendimento da formação da sociedade de classes no Brasil e de seu conseqüente atraso. Ou seja, o que pretendemos demonstrar na segunda parte desta dissertação é que o atraso brasileiro não está determinado na dimensão sistêmica, seja ela o Estado ou o mercado. Nossa tese é de que o atraso está na própria sociedade civil resultante de seu ubíquo processo formativo. Veremos este ponto em detalhe no próximo capítulo.

Segundo Cotrin Cardoso, partindo do “politicismo”, teria se equivocado também ao “não buscar na estrutura do capital uma determinação da burguesia em se conduzir politicamente apoiada em alianças de classes e setores sociais”(Cotrin,2001:301). Ainda de acordo com Cotrin (idem) “ao não tomar o capital como referência incontornável para a formação das posturas políticas, Cardoso teria deixado de reconhecer a debilidade da burguesia nacional em emergir hegemonicamente (...). (Cotrin, 2001:301). O grande equívoco de Cardoso foi se afastar da base econômica, a qual seria a responsável por fundar a política. Criticando a análise de Cardoso sobre a burguesia Cotrin afirma que “O ‘sistema aliancista’ reduz sua fragilidade, mas a estrutura do capital, verdadeiro responsável pela sua incompletude de classe, permanece completamente afastada”(Cotrin,2001:302). Cardoso tomou a política alienada de sua base socioeconômica geradora e determinante(Cotrin,idem).

Cotrin (idem) afirma que a história nacional é explicada por Cardoso pelas modificações nos sistemas de poder, nos processos políticos e nas correlações de forças. Desta forma, “o plano econômico, o capital em sua estrutura específica, tem sua presença indicada apenas como uma atividade que responde reciprocamente às atividades sociais e políticas”(Cotrin,2001:304). Portanto, Cardoso retirou de sua análise a objetividade e a determinação da economia sobre a esfera política (Cotrin, idem). Segundo Cotrin (idem):

Comprometido com o instrumental weberiano de análise, que acentua de forma abstrata e modelar a política como orientação socioeconômica, Cardoso exclui as forças sociais do trabalho como condição da implantação político-democrática no país. Faltou-lhe, na medida de sua submersão ao politicismo, a compreensão de que a irregularidade, a incompletude econômica, encontram como correspondente político outra modalidade de dominação burguesa, que não se expressa e nem pode se expressar democraticamente(p.321)

Portanto, a distorção política existente nos países periféricos responsável pelo *atraso*, a qual se constitui como base da autocracia, tem uma explicação precisa na relação contraditória existente entre a economia periférica com os países imperialistas (Cotrin, 2001:321). Isto faria com que houvesse o domínio da autocracia burguesa. Este domínio resultante da incompletude econômica brasileira fruto de nossa “via colonial”

para o capitalismo é que teria gerado a autocracia burguesa, a dominação da classe trabalhadora e o impedimento de se constituir entre uma democracia efetiva. Ora, como temos insistido, demonstramos no próximo capítulo o caráter reducionista desta análise.

Apesar de nossa apreciação crítica, a análise de Cotrin possui alguns méritos. Dentre eles está a caracterização de Max Weber como principal fonte teórica do pensamento de Fernando Henrique Cardoso. Seguramente este é um ponto fundamental na medida em que a interpretação hegemônica sobre o pensamento de Cardoso feita por Tavolaro, que vimos acima, deixa Marx como sua referência única e fundamental ao se focar unicamente no conceito de dependência. Além disso, Cotrin também chamou atenção ao caráter sistêmico que o pensamento do autor ganhará a partir do golpe de 1964. Ele apenas se equivocou ao dizer que esta postura sistêmica acontece logo após o golpe. Na verdade, como já dissemos, isto apenas ocorre nos anos 1970.

Certamente estes são os melhores pontos de sua análise. Cotrin, por sua vez, não consegue sair do círculo mercado-Estado para criticar Cardoso. Ao criticar Cardoso sobre a caracterização do *atraso* brasileiro subsumido à dimensão institucional, Cotrin parte da outra ponta da análise sistêmica: o mercado. Seria a força de constituição do capitalismo no Brasil que fez com que a burguesia excluísse a classe trabalhadora e dominasse de forma autocrática. Se Cotrin tem o mérito de demonstrar as limitações da proposição de Cardoso para compreender de forma precisa o *atraso* brasileiro ele acaba limitando irreversivelmente sua análise, pois o *atraso* brasileiro seria explicado pelas determinações oriundas da economia, fazendo com que a sociedade mais uma vez fosse vitimizada frente aos imperativos sistêmicos. Ao contrário das proposições de Cotrin e Cardoso, nossa interpretação nesta dissertação procurará uma explicação alternativa para o atraso brasileiro responsável por fugir da polarização mercado-Estado que configura a interpretação de ambos os autores. Partiremos de uma perspectiva não econômica para explicar a realidade brasileira, especificamente o ubíquo processo de socialização oriundo do mundo rural e escravocrata. Este foi responsável por produzir um padrão patológico de socialização, o qual foi responsável pela não incorporação de um grande contingente humano advindo do mundo agrário resultando em sua conseqüente exclusão na sociedade de classes. Este fator é que nos parece o responsável maior pelo não engendramento de uma ordem efetivamente democrática no Brasil. Com isso, procuraremos demonstrar as limitações das interpretações sistêmicas, as quais

subsumem os problemas brasileiros a Estado e mercado, como ficou patente na interpretação de Ivan Cotrin analisada acima.

Maria Juvêncio Sobrinho (2003) faz uma análise cuidadosa do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso entre nos anos de 1972 e 1992. A autora baseia-se nos textos acadêmicos, nas entrevistas e nos discursos proferidos por Cardoso no Senado brasileiro. O seu trabalho possui uma clara conotação de complementaridade com a interpretação analisada acima de Ivan Cotrin⁴⁸. Se Cotrin seria responsável por construir uma crítica efetiva à perspectiva teórica de Cardoso sobre o capitalismo dependente no Brasil, Sobrinho seria a responsável por complementar a perspectiva marxista de Cotrin não apenas na produção estritamente teórica de Cardoso, mas também em seu posicionamento político. Ou seja, assim como fez a interpretação de Cotrin analisada acima, Sobrinho procura demonstrar em sua interpretação como o “politicismo” torna-se o elemento fundamental do pensamento de Cardoso.

Assim como Cotrin Sobrinho também baseia sua crítica na teoria marxista, mas precisamente nos escritos de José Chasin. Ou seja, os mesmos pontos utilizados por Cotrin como seus pressupostos teóricos serão reproduzidos e corroborados por Sobrinho. Seu objetivo central também é demonstrar o “politicismo” existente no pensamento do autor. Como vimos em relação à interpretação de Cotrin, essa caracterização do pensamento de Cardoso como politicista vai resultar em uma crítica pautada em critérios econômicos, o que faz com que ela tenha o mesmo caráter limitador da proposição de Cardoso para entender o atraso brasileiro. Isto porque essa interpretação se fixa nas determinações sistêmicas, neste caso advindas do mercado, o que faz com que haja uma visão extremamente empobrecedora das relações de classe no Brasil.

Se as análises de Cardoso sobre o desenvolvimento e a dependência, apesar de uma visão mais plural sobre a relação de classe no Brasil a partir das relações existentes entre os diversos grupos sociais, já se mostrava muito limitada para compreender o

48 A minha tese de que os autores procuram construir interpretações definitivas sobre Cardoso fica bastante visível quando observamos o período trabalho por ambos (1962-1973 e 1972-1992) bem como o tamanho de seus trabalhos, defendidos como dissertações de mestrado na Universidade de Campinas – Unicamp. O trabalho de Cotrin possui 331 páginas enquanto o de Sobrinho tem 384 páginas. Em virtude da ambição interpretativa de ambos, bem como da existência de elementos significativos em suas interpretações, os incorporamos em nossa dissertação. Todavia, estamos demonstrando que a perspectiva crítica aludida pelos autores acaba apenas invertendo os pólos do reducionismo institucional de Cardoso para um reducionismo econômico. Estes pólos vistos como dimensões únicas e fundamentais mais confundem do que nos fornecem alternativas efetivas para o entendimento preciso do atraso brasileiro.

caráter ubíquo existente nas relações de classe no Brasil, a caracterização feita por Cotrin e Sobrinho é refém de uma fragilidade incontornável. Isto porque ela se limitará à dicotomia entre burguesia exploradora e classe trabalhadora refém deste processo. Certamente é uma proposição fragilíssima para compreender de forma precisa o atraso brasileiro. Mesmo com esse fator limitador, o trabalho de Sobrinho possui elementos muito significativos para nos auxiliar em nossa tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a interpretação do Brasil de Cardoso engendrada na década de 1970 e as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman.

Sobrinho afirma que as teses que serão defendidas sobre o Regime militar são preparadas enquanto Cardoso esteve no exílio. Em sua volta ao Brasil, Cardoso terá como pontos fundamentais a luta contra a ditadura e a defesa da democratização. Sobrinho afirma, todavia, que Cardoso não construiu uma crítica efetiva à ditadura. Cardoso teria restringido sua luta pela democratização à institucionalização em detrimento da luta econômica, lugar fundamental do atraso brasileiro para Sobrinho e Cotrin. Isto fez com que Cardoso, assim como destacou Cotrin, se subordinasse ao caráter politicista da burguesia brasileira e do regime (Sobrinho, 2003). Este politicismo fez com que o autor defendesse durante os anos 1980 sua proposta de social-democracia a partir da institucionalização política. O “politicismo” seria a grande marca do pensamento de Cardoso e do próprio capitalismo brasileiro (Sobrinho, *idem*). Este caráter politicista encobriria os reais problemas brasileiros, os quais seriam de matriz socioeconômica, pois inexistiria nela a determinação material.

Sobrinho afirma que o fator decisivo para o malogro do populismo e a instauração do regime autoritário, com suas conseqüentes mudanças políticas e econômicas, foi um novo sistema de alianças, ou seja, uma nova correlação de forças. Este novo regime terá como uma de suas características marcantes o domínio burocrático. Ao estudar a natureza deste domínio, Cardoso afirma que é impossível pensar o Estado brasileiro sem as burocracias, o que faz com que o Estado no Brasil não possa ser caracterizado como um instrumento de dominação de classes, pois também funciona como uma barreira para essa exploração (Sobrinho, 2003:70). Esta passagem de Sobrinho é importante, pois esta caracterização da importância da burocracia no Brasil apenas se dá nos anos 1970 quando Cardoso analisa a natureza do regime autoritário. Essa análise sobre a existência da burocracia no Brasil faz com que Cardoso identifique a existência de um caldal autoritário na estrutura sociopolítica brasileira, o

qual tem como característica sobreviver às principais modificações econômicas e políticas do país. Estas estariam enraizadas no patrimonialismo pré-independência. Nunca houve democracia no Brasil para Cardoso devido a esta tendência elitista e autoritária instituída desde a nossa formação (Sobrinho, 2003:137). Isto fez com que levássemos como herança do patrimonialismo sobre a formação da sociedade civil uma dificuldade de enraizamento da democracia representativa (Sobrinho, idem). Este é outro elemento fundamental no pensamento de Cardoso. Durante os anos 1960 Cardoso identifica o patrimonialismo brasileiro como fruto do mundo agrário. Mas ao analisar a natureza do regime autoritário no Brasil ele acaba defendendo a tese da herança patrimonial tão cara a Raymundo Faoro e Simon Schwartzman que analisamos em detalhe na primeira parte desta dissertação. Esta mudança capital na percepção teórica do autor, a qual se tornou definitiva como vimos na introdução desta dissertação, não é percebida por Sobrinho. Voltaremos a este ponto quando analisarmos o pensamento de Cardoso sobre o regime autoritário no capítulo VII.

Como vimos neste momento de sua produção intelectual, Cardoso passa a caracterizar o patrimonialismo não mais como oriundo do mundo agrário como tinha feito durante a década de 1960. Parece-nos que a “descoberta” do peso da burocracia sobre a realidade brasileira fez com que Cardoso fizesse esta importante modificação sobre a natureza do patrimonialismo brasileiro. Apesar de não perceber esta mudança, Sobrinho não comete o mesmo equívoco de Cotrin, que afirmou que o patrimonialismo havia se encerrado com a instauração do regime militar. Ao contrário disso e demonstrando um cuidado em sua análise, ela percebe precisamente que este foi feito com a instituição do regime. Este regime pautado pelo patrimonialismo feito teve como sua razão de ser a junção entre os interesses das burocracias públicas civil e militar. Estas mantinham relações com a sociedade civil através dos anéis burocráticos, os quais eram demonstração exemplar da continuidade do patrimonialismo durante o regime militar, pois eles demonstrariam o enfeudamento dos interesses privados no seio do Estado (Sobrinho, idem). Nesse sentido, Sobrinho caracteriza precisamente a função exercida pelos anéis burocráticos que, como vimos, não tem a ver com a caracterização equivocada feita por Ivan Cotrin. Portanto, o domínio durante o regime era puramente burocrático. Isto fez com que Cardoso compartilhasse a tese de Guillermo O Donnell que afirma que existem “‘afinidades eletivas’ entre o padrão de desenvolvimento econômico dependente-associado e o regime político burocrático-autoritário”

(Sobrinho, 2003:87). Portanto, não havia uma determinação causal entre desenvolvimento econômico e regime político (Sobrinho, idem). Certamente outro ponto importante assinalado por Sobrinho.

Sobrinho afirma que as proposições que Cardoso engendra a partir de meados da década de 1970 no debate político nacional estão ancoradas em uma abordagem de cunho mais geral sobre a relação entre Estado e sociedade – os quais estariam entrelaçados. Ainda segundo Sobrinho (idem), a partir da segunda metade da década de 1970 as teorias clássicas liberal, marxista ou estrutural seriam consideradas por Cardoso como insuficientes para analisar a vida da nova sociedade (Sobrinho, 2003:97).

Com a construção de sua teoria do autoritarismo Cardoso procurou opor-se ao regime de forma a democratizá-lo sem alterar o modelo de desenvolvimento caracterizado por ele como dependente-associado (Sobrinho, idem). Como forma de superar o autoritarismo far-se-ia necessário submeter às burocracias ao controle público, pois estas funcionariam como responsáveis pelo estiolamento dos interesses populares. A transformação necessária da burocracia e o conseqüente derruimento do regime militar deveriam ser feitos a partir do Estado. Portanto, este seria o grande lócus de mudança social. Era necessário, portanto, democratizar as estruturas do Estado para que esse pudesse atender aos interesses da maioria (Sobrinho, idem). Sobrinho afirma que esta posição de Cardoso em favor da institucionalização democrática fez com que a problemática social e econômica estivesse subordinada a este processo:

A subsunção de Cardoso à idéia de que a institucionalização da vida política do país é o pressuposto para o encaminhamento das questões econômicas e sociais evidencia-se não apenas, como vimos, no momento em que chama a atenção para a problemática econômica do país, mas também quando defende uma “democracia substantiva”. Trata-se de uma proposta que o autor encaminha durante todo o processo em que atuou na oposição brasileira ao regime militar enquanto “esforço” de democratização que ultrapassasse a definição das regras institucionais entre estado e sociedade (Sobrinho, 2003:137).

O processo de democratização deveria pautar-se pela defesa da liberdade política e da inclusão social que pudessem gerar como consequência a instituição de uma democracia substantiva. Para tal encaminhamento a reativação da sociedade civil se mostrava como elemento fundamental. Segundo Sobrinho (idem) este processo se pautaria pela flexibilização institucional e ampliação dos espaços públicos responsáveis por gerar um aprendizado político da sociedade civil, responsável por constituir uma nova relação entre sociedade e Estado evoluindo para uma democratização substantiva. A caracterização de democratização substantiva parece demonstrar que Cardoso possui uma concepção de democracia que poderia invalidar a caracterização feita por Sobrinho como restrita ao universo institucional. Todavia:

Assim, nesta concepção, democracia é uma forma de legitimação dos conflitos e, neste sentido, é um dos instrumentos pelos quais é possível ou não resolve-los, pois está dependente da correlação de forças. De modo que podemos concluir, então, que, na concepção do autor, democracia não corresponde a uma situação na qual as necessidades sociais, vale dizer materiais, estejam satisfeitas, ao menos em parte, mas equivale a uma situação política institucional em que é possível ou não efetivar mudanças sociais dependendo da correlação de forças do momento. E o sentido que Cardoso vai conferindo a democracia vai mostrando que ela é apenas a institucionalização dos conflitos, não diferenciando dos termos formais do liberalismo (Sobrinho, 2003:141)

Com a ênfase no modelo institucional como problema central devido à falta de controle sobre o Estado e as empresas, sua proposta de democracia se resume à participação política (Sobrinho, 2003). O processo de abertura política é visto por Cardoso a partir de seu encaminhamento político. Tal fato teria feito com que Cardoso não percebesse que o processo de transição teria sido guiado pela mudança do bonapartismo em crise para a autocracia institucionalizada (Sobrinho, idem). Ou seja, a transição para o novo regime seria marcada pelo domínio autocrático da burguesia feita de maneira institucionalizada sobre a classe trabalhadora. Portanto, assim como demarcou reiteradamente Cotrin, Sobrinho demonstra o equívoco existente na

interpretação de Cardoso pelo fato de o autor não ter percebido que o grande fator a caracterizar o regime estava na base econômica. Por isso o equívoco de sua interpretação e o caráter exíguo de sua proposta. Certamente a proposta de Cardoso era limitada. Mas a crítica de Sobrinho não se mostrava menos reducionista. Devido à limitação da abertura ao universo institucional, as oposições teriam como ponto central o “aperfeiçoamento institucional”(Sobrinho, idem). Nesse sentido, durante o governo do General Figueiredo as preocupações de Cardoso se circunscrevem à constituição de um novo arcabouço institucional para o país (Sobrinho, idem).

Sobrinho (idem) procurou demonstrar que a proposição de democracia efetuada por Cardoso durante o regime militar foi matizada pela perspectiva institucional, ou seja, no seu universo de regras, prescrevendo um conjunto de procedimentos enredados sempre nos limites do político-institucional tendo como lócus central o estado (p.167). Sobrinho afirma que a autonomização da esfera política e a caracterização desta como força determinativa são características do pensamento de Cardoso. Nesse sentido, a autora afirma que estas características do pensamento de Cardoso (...) “equivalem a uma subordinação ao politicismo próprio da burguesia brasileira; em outras palavras, Cardoso não ultrapassa os gradientes do próprio capital”(p.164). Esta visão dos limites da democracia brasileira circunscrita ao universo institucional não se modifica quando o autor propõe a social-democracia:

Assim, como veremos nos próximos capítulos, a natureza da propositura democrata que Cardoso apresenta desde a segunda metade da década de 70 bem como esta outra, denominada social-democracia, não difere em termos substanciais. A defesa da social-democracia permanece, tal como Cardoso advogara a democracia (subsumida aos imperativos institucionais) na luta contra o chamado regime autoritário. Num primeiro momento, tratava-se da questão democrática, isto é, da instauração do aparato institucional e da própria valorização da democracia no embate contra o “autoritarismo”, agora se trata da consolidação de democracia, que pressupõe um aperfeiçoamento de sua institucionalidade (Sobrinho, 2003:169).

Sobrinho (idem) afirma que a consolidação da democracia para Cardoso requeria a definição que alterassem a estrutura do Estado no seu âmbito administrativo e de mando político. Isto porque Cardoso afirma que o Brasil herdou os problemas econômicos, sociais e políticos do regime militar (Sobrinho, idem). Assim como ocorrido durante o regime militar, Sobrinho afirma que a social-democracia preconizada por Cardoso teve como objetivo apenas um novo aperfeiçoamento institucional. Tal colocação de Sobrinho mostra-se importante para demarcamos como a interpretação do Brasil instituída por Cardoso nos anos 1970, especificamente em sua segunda metade, acabou se consolidando como a sua visão definitiva sobre o Brasil.

Além dos problemas oriundos do regime autoritário havia também outros desafios ligados às mudanças pela quais o mundo passava no final da década de 1980 devido ao malogro do socialismo real e ao advento da globalização⁴⁹. Nesse sentido, Sobrinho afirma que “(...) sua perspectiva social-democrata passa a expressar um projeto de modernização para o país, a fim de equacionar um conjunto amplo de problemas econômicos e sociais e, ao mesmo tempo, adequá-lo à conjuntura internacional”(p.173). De acordo com Sobrinho (idem), Cardoso via a globalização como uma força instaurada no mundo responsável por produzir conseqüências negativas e positivas. Nesse sentido, Cardoso veria a globalização como uma exigência da social-democratização no mundo (Sobrinho, idem). A globalização seria responsável por instituir uma nova dinâmica de produção que teria como característica proporcionar uma revolução científica e tecnológica que estaria alocada para além da exploração de classe expressando um “novo espírito” (Sobrinho, 2003:182). Com o fim do socialismo real e com o advento da globalização a alternativa revolucionária como forma de mudança social havia sido colocada em xeque (Sobrinho, 2003:224).

Para Cardoso a esquerda não havia registrado as mudanças ocorridas no mundo. Neste sentido, a criação do PSDB em 1988 funcionou como um acerto de contas com a tradição política brasileira. Sobre este acerto de contas com tradição política brasileira,

49 A preocupação de Cardoso com a questão da globalização é demonstrada por Sobrinho (idem) na seguinte passagem sobre o autor durante o governo Collor: “Ocorre que, a partir de 1990, a história do Brasil começa a sofrer uma certa inflexão, precisamente a partir do governo Collor, o qual dá início a uma nova fase de internacionalização da economia. Afora o grau de convergência de Cardoso em relação à proposta de modernização de Collor, bem como o tipo de crítica que dirige a este governo, como veremos, importa assinalar que desde o final da Constituinte Cardoso vem manifestando uma preocupação explícita quanto à globalização e insistindo sobre a necessidade de o país definir um projeto de modernização que implicaria uma política de re-inserção mundial.(p.173). Tal citação de Sobrinho mostra-se importante para demonstrar como as preocupações de Cardoso não se resumem à questão nacional, bem como havia pontos de convergência com as ações defendidas pelo governo Collor.

consubstanciada na esquerda representada pelo nacional-desenvolvimentismo e pelo estatismo econômico, Sobrinho (idem) argumenta:

Segundo ele (Cardoso), o pensamento progressista originário se desenvolve no âmbito das vicissitudes do progresso de urbanização e industrialização na América Latina, em defesa dos interesses nacionais e populares, preconizando o desenvolvimento industrial em substituição ao chamado modelo agro-exportador e tornando-se crítico freqüente do que chama de estado patrimonialista. Ocorre que o processo de modernização acabou levando à “formação de uma espécie de cidadania perversa, sem ruptura com o estado patrimonialista. De sorte que o processo de transição da chamada “economia de la hacienda” para a economia urbano-industrial deu-se sem romper com a velha estrutura de dominação política.(p.213)

Como vimos acima, este acerto de contas através de um procedimento de ruptura mostrava-se necessário porque o processo de modernização ocorrido no Brasil fora responsável pelo surgimento de uma cidadania perversa, pois não rompeu com o Estado patrimonialista. Ou seja, os postulados defendidos por Cardoso durante os anos 1970 de que o *atraso* brasileiro estava precisamente no patrimonialismo que se manteve em seu seio apesar das modificações importantes pelas quais ele passou foram mantidos e aprofundados. Isto porque, além de um diagnóstico sobre o *atraso* brasileiro, Cardoso tinham um projeto protagonizado pelo PSDB com o intuito de superar o que considerava a grande mazela brasileira. Nesse sentido, Sobrinho (idem) afirma que Cardoso procura defender a racionalidade econômica e a internacionalização da economia. Com isso, “a proposta social-democrata de Cardoso centra-se, como veremos, em dois postulados: desenvolvimento econômico e democratização” (Sobrinho, 2003:237).

É interessante demarcar que durante a primeira fase intelectual de Cardoso, precisamente com seus estudos sobre as relações raciais, o autor demonstrou como o processo de socialização patológica pelo qual passou a maioria dos negros durante o regime escravocrata foi responsável pela constituição e reprodução de uma cidadania perversa na sociedade de classes. Este *insight* fundamental, como veremos, é deixado de

lado em favor de uma concepção que vê apenas no Estado a causa de nossos males a ponto de virar projeto político no PSDB. Além disso, é importante para demonstrar o equívoco da tese defendida por Luiz Werneck Vianna sobre a vinculação da tese do patrimonialismo com o programa de reforma do Estado capitaneado pelo PSDB. O único equívoco de Werneck Vianna foi, precisamente, considerar que esta vinculação entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado deu-se, sobretudo, pela incorporação da tese de Raymundo Faoro. Como podemos ver através da exposição de Sobrinho esta proposição mostra-se sem sentido, uma vez que encobre todo diagnóstico feito por Cardoso sobre o Brasil desde a década de 1970. Para o PSDB a democracia funcionava como um valor fundamental. Neste sentido, houve a defesa do desenvolvimento econômico pautado na empresa privada com contrapeso público. Desta forma poder-se-ia gerar um país mais igualitário (Sobrinho, *idem*). Isto porque, como temos visto, o problema brasileiro fundamental era o patrimonialismo estatal.

Além da esquerda, a direita também estaria plenamente comprometida com a tradição patrimonialista brasileira, pois estaria ligada umbilicalmente ao Estado pelo clientelismo fisiológico. Isto foi resultante de um processo de indiferenciação entre esquerda e direita. Havia no Brasil uma verdadeira tragédia social, a qual gerou como consequência uma desigualdade e a miséria das massas. Estas eram frutos, simplesmente, da cegueira das elites. (Sobrinho, *idem*). A história brasileira, nos âmbitos cultural e político, foi marcada pelo patrimonialismo e pelo estatismo (Sobrinho, 2003:237). Mesmo com a crítica efetiva a formatação do Estado no Brasil, Cardoso afirma que este ocupa um papel central como agente de transformação. Todavia, esta ação não se daria como tradicionalmente ocorreu no Brasil, ou seja, com o favorecimento de interesses específicos em detrimento do interesse público maior. Desta forma, “Não lhe cabe mais continuar sendo fonte de investimento direto, mas terá de se ocupar dos investimentos em infra-estrutura e em serviços públicos”(Sobrinho, 2003:253). Como nota precisamente Sobrinho (*idem*), a perspectiva de democracia defendida por Cardoso possui como nortes fundamentais a ampliação e o aperfeiçoamento das formas de participação, ou seja, um projeto focado no universo institucional. Especificamente, a democracia aventada por Cardoso apenas poderia se configurar de maneira efetiva caso tivesse a prévia modernização do Estado. Esta reforma tinha como foco maior o pesado e privatizado aparelho burocrático. A reforma teria como consequência “(...) aumentar sua eficiência, permitindo que a ação do

governo seja isenta de populismo e venha carregada, de fato, da vontade de melhorar as condições de vida do povo”(Sobrinho,2003:257). Esta ênfase de Cardoso é plenamente consentânea com sua interpretação do Brasil produzida, sobretudo, durante os anos 1970 quando o *atraso* brasileiro coadunado no Estado fica bastante visível.

Além do domínio da tradição patrimonialista sobre a realidade brasileira houve também o estiolamento do modelo nacional-desenvolvimentista. Portanto, além da ruptura com as formas que historicamente privatizaram o Estado no Brasil, fazia-se necessário um processo de modernização da economia. Nesse sentido, era necessário romper com o modelo de substituição de importações e com o Estado suporte deste processo (Sobrinho, 2003:266). Com a derrocada do socialismo real, a social-democracia tornava-se o caminho para combater efetivamente o *atraso* brasileiro. Esta forma de propositura política na constituição de uma economia de mercado era um fator fundamental para criar a possibilidade de extirpação da pobreza (Sobrinho, idem). Mesmo demonstrando a necessidade da instituição de uma economia de mercado, Sobrinho (idem) afirma que Cardoso via no Estado um papel decisivo para a transformação social. Mas para que ele pudesse cumprir esta função, precisava ser transformado, modernizado a partir de uma modificação profunda em seu aparelho burocrático a fim de aumentar sua eficiência como forma de retirar dele o populismo. Desta forma, este poderia melhorar as condições de vida do povo (Sobrinho, 2003:257). Nesse sentido, a perspectiva democrática de Cardoso se circunscrevia à “ampliação e aperfeiçoamento das formas de representação, que só têm validade teórica e prática se mediarem suas ações com o universo do estado e demais instituições”(Sobrinho,2003:256).

Cardoso procurou demonstrar que os dois grandes problemas brasileiros enfrentados nos anos 1990 eram a falência do modelo varguista nacional-desenvolvimentista e a privatização do Estado, o qual era minado pelas pressões do clientelismo, corporativismo e patrimonialismo (Sobrinho, idem). Em virtude destes dois problemas fundamentais, o Estado tornou-se incapaz de generalizar benefícios sociais (Sobrinho, idem). Esta situação impunha uma reforma do Estado. Esta, partindo do ideário social-democrata, iria reinventar o Estado a partir do espírito de empresa (Sobrinho, idem). Isto seria capaz de gerar um controle democrático da sociedade sobre o Estado através de uma organização da sociedade sob bases autônomas.

Sobrinho (idem) demarca outro ponto das propostas de Cardoso, neste caso específico das relações entre a social-democracia e o capital estrangeiro. Este teria boa aceitação e deveria ser direcionado a atender os interesses nacionais. Esta aceitação da entrada do capital externo mostrava-se importante devido ao caráter de esfacelamento do nacional-desenvolvimentismo e também às mudanças ocorridas no mundo devido ao esfacelamento do socialismo real e ao advento da globalização. Além da desprivatização do Estado a reforma econômica a fim de colocar o país nos rumos do desenvolvimento mostra-se como tarefa fundamental. Sobre a relação entre o modelo econômico brasileiro e a globalização, Sobrinho argumenta que a globalização da economia teve como consequência a impossibilidade do “desenvolvimento econômico nacional, portanto, não há que fazer senão definir uma nova estratégia de desenvolvimento conectada com a economia mundial.”(p.265). Neste sentido, a proposta de Cardoso se baseará entre três pilares fundamentais: “desenvolvimento econômico e modernização, enquanto pressupostos para a distribuição de renda, bem como a reforma do estado”(Sobrinho,2003:307). A reforma do Estado deveria ser engendrada simultaneamente por um processo de liberalização econômica. Desta forma não teríamos corrupção, clientelismo e ainda diminuiríamos a pobreza (Sobrinho, idem).

Como o Estado é visto por Cardoso como o grande repositório dos problemas nacionais e a sociedade, por sua vez, é vista como a grande vítima da ação deste no Brasil, ele propôs uma organização através da qual o mercado pudesse ser o grande organizador da sociedade civil, a qual seria representada através de Ongs. Esta nova relação entre Estado e sociedade “vitimizada” teria como consequência fundamental o término das amarras burocrático-autoritárias e clientelistas “(...), visto que esse novo tipo de relação permite à sociedade um controle mais estreito sobre as ações do estado, de modo que estas se tornam mais públicas que estatais, da mesma forma que o controle sobre elas”.Ou seja, a simples transferência para a sociedade civil seria uma demonstração de que essas poderiam, de fato, representar os interesses da sociedade civil de forma plural.

A social-democracia de Cardoso tinha nos mecanismos de mercado, na propriedade privada e na livre empresa alguns postulados fundamentais. Todavia, isto não representava uma proposta como a existente no neoliberalismo, o qual pregava a

minimização do Estado em favor do domínio incontestado do mercado⁵⁰. Havia a necessidade de se estruturar um controle democrático do Estado pela sociedade através das organizações não-estatais como as Ongs, as quais teriam como função fundamental tornar a ação deste mais eficiente (Sobrinho, 2003:277). Como afirmamos nesta dissertação, Werneck Vianna possui uma tese fundamental referente à vinculação da tese do patrimonialismo com o projeto de reforma do Estado levado a cabo nos anos 1990. Segundo Werneck Vianna, a tese do patrimonialismo é incorporada pelo PSDB quando este propõe o novo ordenamento do Estado no Brasil. Esta tese, certamente, possuiu um papel central para a criação do PSDB e para o seu projeto de reforma do Estado. Todavia, vimos nesta dissertação que esta tese do patrimonialismo teria sido incorporada pelo PSDB através da leitura, sobretudo, da obra de Raymundo Faoro sobre o Brasil. Este, inclusive, é considerado pela quase totalidade dos autores que estudam a reforma do Estado como a referência teórica fundamental. Desta forma, a pretensa dicotomia existente em Cardoso entre o intelectual e o político defendida explicitamente por Bernardo Sorj e implicitamente por Werneck Vianna estaria plenamente correta. Todavia, a interpretação do Brasil engradada por Cardoso será fundamental para a execução deste processo. Nesse sentido:

De sorte que as orientações propositivas de Cardoso – que estão referendadas nos primeiros programas do PSDB – enfatizam a descentralização do poder político e a organização autônoma da sociedade civil enquanto pressupostos básicos para o exercício da cidadania. Nessa direção, a reforma do estado teria que empreender a desprivatização do conjunto do estado e a superação do clientelismo, fisiologismo e corporativismo, através do estabelecimento de novos mecanismos de relacionamento entre estado e a sociedade (Sobrinho, 2003:277).

50Um exemplo importante da proposição neoliberal que parte de um diagnóstico sobre o Brasil muito próximo ao de Fernando Henrique Cardoso é Ricardo Vélez Rodríguez. Rodríguez, intelectual orgânico do Democratas-DEM, o qual representa os setores mais conservadores e retrógrados da sociedade brasileira, parte do diagnóstico sobre o caráter patrimonial do Estado no Brasil para engendrar uma proposta normativa clara de implantação do neoliberalismo no Brasil e na América Latina como forma de vencer este suposto endêmico vício herdado de Portugal. Ora, a fragilidade teórica do autor é tão flagrante que não resiste à análise crítica mais simples. O fato é que esta visão do Brasil é tão arraigada no senso comum brasileiro que, apesar de imensa fragilidade e do caráter dogmático, acaba se legitimando como uma proposição legítima e fundamental sobre o país e seus dilemas mais importantes.

Dentro desta visão coadunada por Cardoso sobre o *atraso* existente no Brasil o processo de privatização teria função fundamental de encerrar o controle do Estado por empresários, tecnocratas e por políticos que Cardoso havia identificado ao estudar o Estado durante os anos 1970. Em virtude deste controle deletério dos recursos públicos por interesses escusos, “O mercado competitivo seria, assim, o ‘antídoto’ para os males existentes tanto no setor estatal quanto no setor privado”(Sobrinho,2003:278). Como veremos nesta dissertação, esta crença no mercado, nas condições brasileiras, é bastante problemática. Teríamos para Cardoso a vigência de uma profunda crise do Estado e de um relativo atraso econômico⁵¹⁵² a serem enfrentados. Em síntese, a reforma do Estado teria como consequência o “(...) desvencilhamento tanto dos interesses corporativos da burocracia quanto dos mecanismos cartoriais, isto é, a reforma visa a alterar a forma de relacionamento entre o setor público e o privado” (Sobrinho, 2003:344). Ou seja, esta nova formatação do Estado “significa desprivatizá-lo e construir um conjunto de mecanismos pelos quais a sociedade possa controlá-lo” (Sobrinho, 2003:345).

A análise cuidadosa feita por Sobrinho do pensamento de Fernando Henrique Cardoso produzido entre 1972 e 1992 nos fornece alguns elementos capitais. O primeiro deles se refere à manutenção da crença pelo autor de que os problemas brasileiros estavam circunscritos à dimensão institucional, estruturada no conceito de patrimonialismo. Esta manutenção foi demonstrada durante as suas ações políticas mais importantes a partir do final dos anos 1980 como foi o caso da fundação do PSDB. Desta forma, podemos ver de forma precisa como a interpretação do Brasil produzida por Cardoso durante os anos 1970 foi fundamental para o seu projeto político e que, portanto, não houve qualquer tipo de absorção da tese de Raymundo Faoro sobre o

51 Sobre essa questão referente ao relativo atraso econômico Sobrinho (idem) argumenta: “ Ou seja, a inclusão social depende da produção de riqueza, mas para que se torne realidade é necessária a ação do estado. De modo que é preciso ressaltar aqui o tipo de ligação que o autor faz entre produção e distribuição; distribuir a renda pressupõe aumentar a produção de riqueza, porém esta não é entendida como fator único ou isolado, menos ainda determinante, pois que carece da mediação política; da atuação do estado e das pressões políticas da sociedade”(p.313).

52 Ainda sobre a questão do relativo atraso econômico, Sobrinho faz uma importante consideração sobre a proposição de Cardoso sobre a impossibilidade de existir um outro desenvolvimento econômico que não fosse dependente-associado: “À propositura política que daí resulta vinca-se, ainda, a idéia de que o caminho do desenvolvimento dependente-associado é o único possível, isto é, o golpe militar, ao cumprir a função modernizadora no plano econômico – visto que garantiu, mediante a reestruturação do estado, o ajustamento necessário do país ao capitalismo internacional, sabendo, portanto, se aproveitar das condições externas favoráveis -, logrou consolidar aquele caminho. De modo que Cardoso, a partir daí, não se volta mais para a questão do desenvolvimento no sentido de inflétir o seu curso, exceto para ensejar a sua modernização. No final dos anos 80, como vimos, parte dos mesmos pressupostos, acreditando, porém em complementação mediante os ajustamentos políticos, já que confere a esta esfera o campo de atividade que permite conduzir a realidade”(p.354).

Brasil. Como consequência do primeiro postulado, a autora nos ajuda a ver de forma precisa como não existe dicotomia entre o intelectual e o político como é hegemonicamente defendido na academia e no senso comum brasileiros. Ao contrário da existência desta pretensa dicotomia, o intelectual teve uma função fundamental nas atitudes do político como no ato de fundação do PSDB e de seu programa político de ruptura com a tradição ibérica patrimonialista que estaria assolando o Estado brasileiro desde a sua fundação.

O ponto limitador da interpretação de Sobrinho refere-se, precisamente, a transferência, assim como feita por Ivan Cotrin, dos problemas brasileiros do Estado para o mercado. Como já afirmamos anteriormente, seu cuidadoso trabalho de pesquisa possui o mérito de demonstrar pontos fundamentais do pensamento de Cardoso durante, sobretudo, o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 que nos ajudam a demonstrar alguns equívocos fundamentais relativos à vinculação entre a produção intelectual de Cardoso e o seu projeto político.

A autora, todavia, perde muito do seu vigor crítico ao cair no mesmo determinismo econômico presente em Ivan Cotrin. Ao invés de os problemas serem resultantes do “politicismo” de Cardoso que representaria a posição da autocrática burguesia brasileira, eles seriam resultantes da forma do capitalismo instaurado no país. De acordo com Sobrinho (idem) “Sob esse viés politicista não poderia mesmo haver determinação do econômico sobre o político, ao contrário, esse foi abstraído da materialidade social e dotado da capacidade de reordenamento social”(p.353). Ou seja, o “politicismo” característico do pensamento de Cardoso o teria impedido de ver que, por exemplo, durante o regime militar o grande fator de sustentação do regime havia sido um duro padrão de superexploração da força de trabalho (Sobrinho, idem). Tal fator demonstraria o caminho para o entendimento preciso do *atraso* brasileiro. A grande questão estaria radicada, precisamente, na necessidade de se objetar uma nova alternativa econômica radicada pela perspectiva do trabalho. Isto porque o *atraso* brasileiro está radicado na materialidade social, especificamente na determinação econômica oriunda da superexploração da força de trabalho levada a cabo pela burguesia autocrática.

Assim como Cotrin, Sobrinho constrói uma interpretação alternativa que demonstraria que o grande problema brasileiro estaria no padrão de autocracia burguesa

determinado economicamente, fruto de capitalismo atrofico instaurado no Brasil pela chamada “via colonial” teorizada por José Chasin. Sobrinho acaba limitando fortemente sua argumentação porque constrói a visão de que a sociedade não possuísse quaisquer problemas intrínsecos à sua formação que transcendessem tanto a critérios políticos quanto econômicos. A argumentação de Sobrinho faz com que a sociedade brasileira continue a ser vitimizada por imperativos sistêmicos, agora partidos do mercado. Além disso, os problemas do país são resumidos para Sobrinho, assim como para Cardoso, Faoro, Schwartzman e Cotrin a mercado e Estado. Ao contrário do que afirmam Cotrin e Sobrinho não acreditamos que o atraso brasileiro esteja radicado no âmbito sistêmico, seja ele político ou econômico. Acreditamos que o grande fator de atraso da sociedade brasileira está radicado no padrão patológico de socialização que foi instaurado durante o período escravocrata que resultou na constituição na sociedade de classes de cidadãos e subcidadãos, como as pesquisas sobre as relações raciais feitas por Cardoso vão nos ajudar a demonstrar. Portanto, o atraso brasileiro para nós é não econômico. Acreditamos que este padrão de socialização patológica reproduzida na sociedade de classes é que funciona como um elemento moralmente hierarquizador responsável por excluir grande parcela da população brasileira de um reconhecimento efetivo de seu estatuto de cidadania. Com isso, há uma forte limitação da prática democrática entre nós. Em virtude disso, faremos a nossa análise da obra de Cardoso com o intuito de construir uma interpretação alternativa tanto à interpretação do autor sobre o *atraso* brasileiro representado pelo patrimonialismo, bem como à interpretação de Sobrinho e Cotrin que afirmam que o *atraso* brasileiro é de raiz econômica. Acreditamos que essas duas proposições são insatisfatórias e encobridoras dos conflitos sociais profundos existentes na sociedade brasileira. A partir disso, podemos apontar, mesmo que indicativamente, como o projeto de reforma do Estado teve como consequência importante não combater ou mesmo vencer o *atraso* brasileiro, mas encobri-lo de maneira fundamental.

Capítulo 5 - Relações raciais, socialização patológica e o atraso brasileiro

5.1 Contexto lingüístico e intelectual – estudos sobre relações raciais

Para compreendermos a construção das pesquisas referentes às relações raciais no Brasil faz-se necessário analisar como estas relações eram vistas no Brasil até o início das produções intelectuais de Florestan Fernandes⁵³ e Roger Bastide na década de 1950. Até aquele momento, duas matrizes de interpretação das relações raciais tinham sido engendradas no país. A primeira delas é a de cunho biologizante, a qual terá na figura de Nina Rodrigues o seu intérprete mais importante. Este autor “focalizava o negro como ‘expressão de raça’, retendo, quase sempre negativamente, os seus atributos biológicos”(Pereira,1996:36). A outra vertente, de cunho culturalista, era ligada de forma especial a Artur Ramos. Esta vertente “via o negro como ‘expressão da cultura’, negligenciando as suas condições existenciais, o seu enraizamento social”(Pereira,1996:36). Artur Ramos estava ligado à idéia de que as relações raciais no Brasil mais amenas produziriam um potencial democrático (Ianni, 2004). Até aquele momento, o preconceito racial era visto como ingrediente de classe como bem exemplificado em Gilberto Freyre (Ianni, idem). Em virtude disso, a tese segundo a qual o Brasil se configurava como uma democracia racial tornou-se hegemônica no país. Otávio Ianni (idem) afirma que “havia na ideologia e na academia como no ambiente cultural, um certo compromisso com a tese da democracia racial” (p.10).

A partir do predomínio na academia e no senso comum da tese da democracia racial, a UNESCO financiou uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil para demonstrar que o país seria o exemplo de relações raciais diferenciadas:

53 Segundo Peixoto (2000), nas análises de Florestan sobre as relações raciais no Brasil durante os anos 1950 o mito da democracia racial não é nomeado pelo autor. Ao analisar a Integração do Negro na Sociedade de Classes, publicado em 1965, Peixoto (idem) afirma: “No livro de 1965, ele enfatiza mais claramente a constituição problemática da cidadania em função da exclusão social e da marginalização do negro na sociedade brasileira. (...). Florestan também analisa aí o mito da democracia racial – caracterizado como ideologia dificultadora do reconhecimento do racismo e da discriminação entre nós – que sequer é nomeado nos trabalhos da década de 50”(Peixoto, 2000:192). Além destes pontos, Peixoto demonstra que Florestan via as relações raciais no Brasil a partir de uma perspectiva de classe durante os anos 1950. Esta foi modificada nos anos 1960, quando passou a analisar o problema a partir da questão referente à cor.

O país, fruto da contribuição das mais diferentes raças, sofreria menos do que outros os efeitos do preconceito e da discriminação raciais. Diante disso, seria preciso investigar de perto os mecanismos que contribuíram para a consolidação dessa harmonia racial e divulgar para todo mundo estes resultados, fundamentais na luta contra o racismo (Peixoto, 2000:184).

Como afirmamos acima, imperava no Brasil com léxico fundamental a idéia de democracia racial. Neste sentido, os trabalhos liderados por Florestan Fernandes e Roger Bastide terão grande importância na negação desta tese, na medida em que demonstrarão como as relações raciais no país eram marcadas por grande arbítrio e violência. Além disso, demonstraram que a democracia racial funcionava como uma ideologia, dominante no país, responsável por pasteurizar a realidade (Ianni, idem). Com isso, demonstrariam como a tese da democracia racial no país era um verdadeiro mito. Contrariamente à idéia do mito da democracia racial, as relações raciais no Brasil demonstrariam que a constituição de uma estrutura social iníqua foi na verdade o grande obstáculo para a população negra (Pereira, idem). Isto porque:

é essa sociedade que calibra a participação social e que manipula o destino histórico da população brasileira com características negróides, marginalizando-a, discriminando-a, preconceituando-a, bloqueando, assim, seus passos rumo a uma cidadania plena (Pereira, 1996:37)

Portanto, muito longe de se constituir em uma democracia racial, a sociedade brasileira se constituiu de forma bastante perversa como as pesquisas de Florestan e Bastide demonstraram no caso de São Paulo. O mito também foi superado na análise de regiões onde o peso da escravidão foi muito menos significativo do que teve em regiões como Nordeste e São Paulo, como são os casos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesta primeira parte de análise sobre o pensamento de Fernando Henrique Cardoso, referente de forma específica às relações raciais, nos concentraremos em dois importantes textos. Estes são *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas* e *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. A primeira obra foi redigida junto com Otávio Ianni, sendo defendida como tese de mestrado por Cardoso⁵⁴. A segunda obra defendida como tese de doutorado quando o autor fazia parte do Seminário de Marx trouxe como inovações

54 Originalmente este trabalho foi publicado com o título: Cor e Mobilidade Social e Florianópolis.

importantes em relação à obra anterior a utilização da dialética marxista e do conceito de patrimonialismo de Max Weber. Esta obra tem como ponto fundamental para a maioria dos seus intérpretes a ênfase nas contradições entre capitalismo e escravidão, bem como a crítica ao modelo marxista de interpretação do Brasil construído pelo PCB, o qual era considerado pelos participantes do seminário de Marx como profundamente equivocado.

Em virtude dos fatores relatados acima a questão da raça, a qual gerou a pesquisa sobre as relações raciais no sul do Brasil é quase que plenamente esquecida pelos intérpretes de Cardoso, os quais se fixam nas contradições entre capitalismo e escravidão e nas críticas ao modelo de interpretação do Brasil construído pelo PCB. Como mostra disso vimos a interpretação construída por Ivan Cotrin. O autor, com o intuito de desqualificar a interpretação de Cardoso, a qual não teria visto a efetiva determinação econômica das relações ocorridas no Brasil devido à sua peculiar forma de instauração do capitalismo, relega a nada a questão da escravidão constituída nesta obra de Cardoso. Diversamente das perspectivas acima nos centraremos nas relações raciais. Isto porque compreendemos que esta primeira fase da produção teórica de Fernando Henrique Cardoso nos fornece elementos importantes para compreendermos de forma mais proveitosa os dilemas referentes à constituição de uma ordem efetivamente democrática no Brasil. Acreditamos que estas análises nos fornecem elementos para compreendermos a constituição moralmente seletiva de nossa sociedade de classes, responsável por excluir de sua participação milhões de brasileiros. Com isso conseguimos fugir das determinações sistêmicas, sejam eles do Estado como afirmam Faoro, Schwartzman e Cardoso da década de 1970, e do mercado como afirmam Cotrin e Sobrinho, intérpretes marxistas da obra de Fernando Henrique Cardoso.

5.2 - Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas⁵⁵

55 Esta pesquisa de Cardoso sobre as relações raciais em Santa Catarina, fruto de uma pesquisa desenvolvida em 1955, que resultou na tese de mestrado do autor, foi publicada originalmente, como vimos em nota acima, com o título de *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis* publicada em 1960 em conjunto com Octávio Ianni. Quarenta anos após a publicação deste livro, a Editora Insular de Florianópolis republicou apenas a parte do livro referente à pesquisa de Cardoso com o novo título: *Negro em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Esta publicação parcial da obra ocorreu porque Octávio Ianni recusou-se a republicar o livro em conjunto com Cardoso.

Como vimos acima, os estudos sobre as relações raciais no Brasil são resultantes do Projeto UNESCO⁵⁶ que pretendia corroborar a suposta organização diferenciada da sociedade brasileira em termos raciais. Ao contrário deste postulado, as pesquisas feitas pelos intelectuais uspianos liderados por Roger Bastide e Florestan Fernandes demonstraram como as relações raciais no Brasil possuíam um profundo grau de ubiquidade. Este padrão de organização racial foi demonstrado não apenas em locais onde a escravidão teve um papel amplo e profundo, como no caso de São Paulo, mas também em locais onde a escravidão não teve uma ação tão intensa como foi o caso do Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, cujas economias não estavam diretamente ligadas à economia colonial. Ao contrário do postulado que afirmava que as relações raciais haviam sido mais amenas nessas regiões, as pesquisas de Cardoso demonstram que elas se constituíram de forma bastante similar ao padrão de relações raciais ocorridas no restante do Brasil. Estes estudos sobre as relações raciais nos fornecem a possibilidade de compreendermos como o processo de formação social brasileira pautado pelo regime escravocrata foi responsável, na transição para a sociedade de classes, por constituir um padrão de socialização patológica resultando em um processo de não reconhecimento social responsável hierarquizar de maneira invisível, mas profunda, a nova sociedade em cidadãos e subcidadãos⁵⁷. Veremos abaixo a pesquisa de Cardoso sobre os negros em Santa Catarina.

Florestan Fernandes, no prefácio do livro de Cardoso, afirma que estávamos convencidos de que éramos uma democracia racial. Isto fez com que, com raras exceções, corroborássemos as concepções econômicas, políticas e morais das camadas sociais que sempre tiraram proveito das diferenças em relação a oportunidades, as quais eram consagradas e mantidas pela ordem social herdada do passado (Fernandes, 2000:24). A permanência do mito da democracia racial fazia com houvesse uma defesa da manutenção de padrões sociais existentes no passado escravocrata, fazendo com que

56 O trabalho de Cardoso sobre as relações raciais são, na verdade, um desdobramento das pesquisas iniciadas por Roger Bastide e Florestan Fernandes para o Projeto UNESCO. Sobre este projeto ver o trabalho de Marcos Chor Maio(1997).

57 O autor responsável por produzir essa teorização de forma sistemática foi Jessé Souza. Souza constrói tal postulado a partir da obra de Florestan Fernandes sobre as relações raciais em São Paulo. Não consideramos a tese de Souza falsificável. Ao contrário disso, consideramos que ela nos traz elementos importantes para fugirmos das determinações sistêmicas de Estado e mercado, bem como das postulações que vêem os problemas referentes às relações de classes no Brasil como resultante da intencionalidade dos sujeitos, ou seja, a partir de uma perspectiva meramente subjetivista para compreensão do caso brasileiro. Mesmo apontando a importância de sua teoria para o nosso argumento nesta dissertação não concordamos com todos os postulados defendidos por Souza. Nosso diálogo com sua teoria com a exposição de nossos pontos de convergência e divergência com suas postulados faremos na próxima seção dedicada ao caso do Rio Grande do Sul.

se constituíssem como obstáculos efetivos à implantação de uma nova mentalidade que fosse capaz de democratizar a riqueza e o poder e constituir o progresso social. O mito da democracia racial funciona, portanto, como disfarce e elemento justificador da desigualdade, a colocada acima dos princípios de integração da ordem social democrática (Fernandes, idem: 26).

Segundo Florestan (idem) devemos conhecer melhor a nossa herança sócio-cultural de forma a podermos conhecer o que é incompatível com a concepção democrática de vida e com a implantação da democracia no Brasil. Portanto, o conhecimento dos dilemas referentes à organização de uma sociedade efetivamente democrática no Brasil deveria ser pautado pela análise mais ampla e profunda de nosso passado escravocrata. Ao contrário desta perspectiva mais ampla “Muitos simplificam demais essa questão, pensando que o problema está nos hábitos de mando e nas perversões do uso do poder pelos representantes do patrimonialismo ao velho estilo luso-brasileiro”(Fernandes,2000:27). Esta passagem de Florestan Fernandes é muito interessante porque as pesquisas sobre as relações raciais no Brasil demonstram de maneira efetiva como os dilemas brasileiros relativos à constituição de uma ordem efetivamente democrática eram muito maiores do que simplesmente a maneira como o poder era gerido no país:

Portanto, o conhecimento da realidade presente precisa ser bastante amplo para proporcionar-nos idéias justas sobre os pontos em que a herança proporcionar-nos idéias justas sobre os pontos em que a herança social tradicional se opõe, como obstáculo cultural, às tendências favoráveis à democratização e para revelar-nos as condições em que ela orienta negativamente a formação de hábitos novos, polarizando-os em torno das concepções patrimonialistas das relações de dominação-subordinação (Fernandes, 2000:27)

Este entendimento mais ampliado dos dilemas brasileiros vai sendo perdido por Cardoso a partir de suas pesquisas radicadas no âmbito do CESIT sobre o processo de desenvolvimento brasileiro. A partir deste período, como teremos oportunidade de analisar em detalhe nos próximos capítulos, as ubíquas relações de classe no Brasil são completamente deixadas de lado. Em seu lugar é instituída uma visão da sociedade de

massas que uniformiza e empobrece a análise dos conflitos sociais no Brasil, uma vez que eles serão resultantes da intencionalidade dos sujeitos que detêm o domínio do Estado nos diversos momentos históricos. Portanto, Cardoso acaba incorporando a visão considerada simplista por Florestan e corroborada pelas pesquisas de Cardoso sobre as relações raciais no Sul do Brasil, como forma de se compreender os dilemas referentes à instituição de uma democracia efetiva no país.

A análise de Cardoso sobre Santa Catarina⁵⁸ teve como elemento central o caráter de interdisciplinaridade. Isto porque o autor procurou compreender as relações raciais existentes a partir da estrutura econômica colonial, bem como seus influxos nos processos de crescimento econômico, além das conexões existentes entre as bases econômicas do sistema social e a organização das relações raciais. Com a aplicação da perspectiva interdisciplinar Cardoso possuía condições de compreender as origens e as funções dos estereótipos raciais e os fatores sociais que seriam responsáveis por reforçar ou mesmo solapar estes estereótipos sociais. Dentro desse contexto que Cardoso procura explicar o porquê da pouca utilização da mão de obra escrava na Ilha de Santa Catarina e na freguesia de Desterro durante o período colonial.

O Sul do país foi ocupado em virtude da expansão da metrópole devido à necessidade de diferenciação econômica da colônia além da própria política de expansão da metrópole sobre seu território. A produção auferida nesta área visava o mercado interno da colônia. Neste sentido, a economia constituída em Santa Catarina teve um caráter subsidiário em relação à economia considerada propriamente colonial, pois visava à exportação para o mercado internacional (Cardoso, 2000). Nesse sentido, Cardoso (idem) afirma que o conhecimento de certos aspectos referentes ao desenvolvimento econômico da região apenas pode ser alcançado quando consideramos a economia sulina como dependente da economia colonial.

58 Sobre a pesquisa referente às relações raciais em Santa Catarina Leôncio Martins Rodrigues (2009) argumenta: “O período acadêmico inicia-se com o livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. Trata-se da sua dissertação de mestrado, publicada junto com a dissertação de Octavio Ianni, ambos, na ocasião, assistentes de Florestan Fernandes. FHC, juntamente com Ianni, seguindo um plano de pesquisa da cadeira de sociologia I, resolveram estudar as relações raciais numa região que não costumava estar no centro das pesquisas sobre relações entre negros e brancos. Na pesquisa de 1955, a reconstrução histórica une-se ao levantamento etnográfico e à obtenção de informações sobre as relações raciais. Este trabalho traz a marca do estilo de pesquisa ‘positiva’ e do tipo de metodologia predominante na então cadeira de Sociologia I: um conteúdo axiologicamente neutro, empiricamente fundado na utilização de dados obtidos pela reconstrução e apreensão de fenômenos por meio de categorias sociológicas obtidas de entrevistas, questionários e tabelas”(p.393).

Em Santa Catarina ficaram as duas principais bases de ocupação no sul. Estas bases foram Laguna e Desterro, as quais representaram os interesses econômicos e político-militar da ocupação portuguesa na medida em que foi ocupada para funcionar como núcleo paulista dos caçadores de gado (Cardoso, idem). Já Desterro funcionava como “a fortaleza portuguesa e o ponto de apoio da navegação que demandava ao Prata. Ambas serviam na retaguarda de cobertura para a penetração lusitana e paulista”(Cardoso,2000:41).

A partir dos interesses de expansão econômica e político-militar foi feita a ocupação do sul do país por portugueses e paulistas. Essa ocupação não teve como característica a utilização intensiva da mão de obra escrava como era feito, por exemplo, no nordeste do país com a economia canavieira. A utilização da mão de obra escrava foi muito reduzida. Cardoso (idem) afirma que durante os primeiros cinquenta anos de colonização da Ilha de Desterro a atividade econômica tomou um formato de economia de subsistência.

Mesmo com a pouca utilização da mão de obra escrava devido à matriz econômica implantada na região, a mão de obra escrava não deixou de ser utilizada neste primeiro momento. Esta, por sua vez, não foi derivada da mão de obra negra mas sim indígena. Isto porque o índio foi o elemento com o qual os bandeirantes contaram em seu trabalho de expansão para o sul (Cardoso, idem). Tal importância do índio como peça fundamental da expansão bandeirante é explicada devido ao papel de centralidade da mão de obra indígena até o final do século XVII, quando a presença da população negra mostrava-se ainda reduzida (Cardoso, idem).

Devido à sua predominância como mão de obra escrava, os índios tiveram um importante papel no início do processo de desbravamento e também de defesa da Ilha de Santa Catarina. Além da predominância do índio a não utilização da mão de obra escrava dava-se também devido ao não aproveitamento em nenhuma atividade regular. Apesar do seu caráter reduzido, a pesquisa feita por Cardoso demonstra que a presença negra mostrou-se constante naquela região.

Como vimos acima, a organização social da Ilha de Desterro era baseada numa economia de subsistência com a utilização predominante do índio como mão de obra escrava. O negro, por sua vez, existia em caráter bastante reduzido e sem grande importância para as atividades econômicas. Esta realidade começou a ser modificada a

partir de 1735 com a transferência de militares portugueses e também de algumas famílias de oficiais portugueses (Cardoso, idem). Com a chegada deste novo contingente houve um processo de mudança na estrutura sociopolítica de Desterro. Isto porque haveria a partir da chegada dos militares portugueses uma nova configuração composta pela antiga população que ocupava a região agora acrescida dos militares e de suas famílias. Todavia, estes não seriam os únicos estratos sociais existentes na Ilha. Além da chegada de militares portugueses e de suas famílias “há que acrescentar a burocracia administrativa que começou a existir em Desterro a partir da época da criação do capitania subalterna de Santa Catarina (1738), ligada diretamente ao Rio de Janeiro”(Cardoso,2000:51). Mesmo não sendo o foco da pesquisa de Cardoso é interessante notar a referência do autor à burocracia portuguesa neste período presente em Desterro. A importância da burocracia no Brasil, a qual o autor enfocará de maneira sistemática nos anos 1970, fruto da herança advinda de Portugal, já se mostrava de forma pontual em sua primeira obra.

Como podemos ver a realidade da Ilha de Desterro se modifica significativamente a partir de 1735, pois a chegada dos militares quanto da burocracia portuguesa vieram trazer para a Ilha uma organização mais complexa. Essa nova organização foi responsável por instituir um contato regular com o mundo exterior. Além disso, a Ilha tornou-se uma espécie de povoação militar estruturada por funções administrativas e políticas próprias (Cardoso, idem). Estas eram funções eminentemente urbanas. Além da organização mais complexa de suas relações sociais, a Ilha também teve suplantada as formas de dominação tradicional na medida em que um tipo mais complexo de autoridade, estruturado fora da comunidade tinha proeminência sobre aquela população.

Em termos econômicos as mudanças na estrutura sociopolítica de Desterro representaram a ultrapassagem da economia de subsistência em prol de uma economia de mercado, mesmo que de forma paulatina. Por outro lado, (...) “a Ilha incorporou-se administrativa e politicamente ao regime colonial, passando a sofrer todas as limitações impostas à vida econômica pela legislação portuguesa”(Cardoso,2000:52). Cardoso (idem) afirma que as funções urbanas que foram instituídas em Desterro foram responsáveis por ampliar a produção rural e criar um mercado interno consistente. Por sua vez, o crescimento da economia rural foi responsável por intensificar o

desenvolvimento da vila em termos urbanos. Esta intensificação fazia com que Desterro torna-se centro comercial de toda a região (Cardoso, 2000:54).

O tipo de colonização açoriana no século XVIII teve um caráter único na colônia. Isto porque os imigrantes que foram para Desterro tiveram que se instalar em pequenos lotes de terra como forma de obedecer à lógica de colonização proposta que era a organização e exploração da pequena propriedade (Cardoso, idem). Outro fator importante que ajudava a singularizar os açorianos que povoaram Desterro durante o século XVIII foi a pobreza que caracteriza a maioria deles. A demarcação destes fatores é importante para demonstrar que uma das características mais significativas do mudo rural brasileiro, o senhorio político, não ocorreu em Desterro:

Daí que os componentes rurais da estrutura social de Desterro fossem neutralizados pelos componentes urbanos e que o sistema de atribuição de status, o estilo de vida e as formas dominantes de pensar se orientassem muito mais pelos valores dos grupos urbanos (militares, administradores e comerciantes, mais tarde), do que pelos dos grupos rurais. Em suma, durante o século XVIII não houve condições para se formar um grupo vinculado à vida rural, que fosse capaz de se opor ao prestígio e à influência da oficialidade e da burocracia (Cardoso, 2000:56)

Cardoso (idem) argumenta que este quadro vivido durante o século XVIII pelos agricultores não se modificou durante o século XIX, pois “O mundo rural da Ilha continuou, no geral, sendo pobre e plebeu” (Cardoso, 2000:106). Em virtude do processo de complexificação da realidade de Desterro em virtude da chegada da oficialidade e da burocracia pública tivemos a substituição paulatina da economia de subsistência pela economia de mercado, que resultou no aproveitamento do negro. Este aproveitamento do negro se dava porque ele substituiu juntamente com o mulato e o cafuzo o índio na segunda metade do século XVIII. Durante a década de 60 do século XVIII a população negra aparecia em numeroso contingente (Cardoso, idem).

A pesca, a agricultura e a pequena indústria rural; e o comércio e o pequeno artesanato urbano representavam os três setores básicos da atividade econômica na Ilha de Santa Catarina. Nestes setores a mão de obra negra foi aproveitada. Dentre os três setores, a pesca possuía proeminência devido a maior inversão de capitais por unidade

de produção e também pela maior complexidade na organização do trabalho (Cardoso, idem: 59). Isto fazia com que a pesca, neste caso específico da baleia, utilizasse um grande número de escravos. Todavia, a utilização dos escravos não era feita no processo de pesca em alto mar, mas sim depois do pescado apanhado. O trabalho dos escravos era feito apenas em terra porque os homens livres inspirariam maior confiança (Cardoso, idem).

Em relação ao mundo rural, a aparição do negro dava-se nas propriedades rurais médias, nas quais ele dividia espaço com a mão de obra livre e assalariada. Com isso e devido a caráter de pequena propriedade, a mão de obra escrava era reduzida. Pode parecer em princípio que o negro era apenas utilizado pelos agricultores mais abastados. Cardoso, todavia, pondera afirmando que os lavradores pobres também utilizavam a mão de obra escrava. Esta utilização pelos lavradores pobres será uma verdade até pelo menos os últimos vinte e cinco anos do século XVIII (Cardoso, idem: 67).

O agricultor pobre, por sua vez, não aceitava dividir o trabalho agrícola em terras alheias com o escravo, pois o trabalho escravo possuía um elemento moral responsável por degradar socialmente o trabalho assalariado. Esta organização fez com que durante o século XVIII a concentração da população de Desterro se desse em torno do comércio. Este caráter moral de degradação do trabalho escravo que é colocado de forma pontual nesta obra sobre Santa Catarina é precisado na obra posterior sobre o negro no Rio Grande do Sul, como veremos na seção seguinte, através do conceito de socialização parcial. O desenvolvimento contribuiu para o aumento da população negra de Desterro, “na medida em que criou homens ricos que, por isso, podiam dispor de recursos para inverter na escravaria doméstica” (Cardoso, 2000:69). Portanto, o desenvolvimento das atividades econômicas expressas acima foi fundamental para o aumento dos escravos tanto na Ilha de Santa Catarina quanto em Desterro. Mesmo com esse aumento da população, Cardoso (idem) afirma que na Ilha o aumento significativo foi referente à população branca na medida em que a maioria da tropa e da burocracia além dos açorianos eram brancos e formavam a maior parte da população (Cardoso, 2000:71).

Como vimos no início desta seção, Cardoso fez em sua análise uma relação entre o desenvolvimento econômico e a penetração dos negros, pois a medida em que a atividade econômica se mostrava mais intensa a presença do negro aumentava. Mesmo

com o aumento da população negra durante o século XVIII devido, sobretudo, à pesca, o aumento absoluto da população foi consequência da vinda dos imigrantes açorianos (Cardoso, idem).

Mesmo com os incrementos ocorridos a partir do século XVIII, a atividade econômica de Santa Catarina não se organizava como uma economia colonial, pois não estava voltada para as exportações. Havia um domínio dos interesses da Coroa sobre Santa Catarina, como pode ser visualizado na tributação excessiva e irracional, bem como a política contra as manufaturas a partir de 1785 (Cardoso, 2000:78). Tais fatores ocorriam devido à falta de vitalidade da economia de Santa Catarina em relação ao sistema econômico colonial (Cardoso, 2000:78). Havia um controle bastante rígido da burocracia portuguesa sobre os interesses e as normas locais de organização da vida econômica (Cardoso, idem). Este domínio burocrático fez com que a organização de Desterro se modificasse em relação ao seu caráter originalmente militar: “Vila-cidade em que, contrastando com a antiga povoação militar, as funções militares deixam de desempenhar o papel fundamental que desempenham há um século ou menos atrás” (Cardoso, 2000:101). Agora, o domínio seria exercido pelas atividades administrativas e comerciais.

Cardoso (idem) afirma que durante o século XIX houve transformações responsáveis por constituir uma complicação crescente na atividade econômica da Região. Este processo refletiu na organização do mercado de trabalho da Ilha de Santa Catarina e de Desterro, “ampliando os canais de penetração do negro e as suas possibilidades de integração na estrutura econômica rural ou urbana da região” (Cardoso, 2000:112). Esta integração do negro, é importante que fique bastante claro, dava-se apenas como mera peça a qual seria utilizada como força muscular.

Portanto, o momento mais significativo da estrutura econômica da Ilha e de Desterro no sentido de possibilitar a inserção dos escravos foi durante o século XIX. Houve uma utilização de escravos negros nos vários setores que compunham a atividade econômica da região. Cardoso afirma, porém, que a mão de obra escrava não suplantou a mão de obra assalariada ou independente durante este período. Essa maior utilização da mão de obra escrava fazia com que o suposto caráter de singularidade da realidade da Ilha de Santa Catarina e de Desterro em relação ao restante do país, devido a pouca utilização dos escravos, pudesse ser refutado:

Da mesma forma que em outras regiões do país, a posse de escravos constituía um elemento importante na classificação dos homens livres e na determinação de sua posição social. É muito provável, portanto, que considerações psicossociais se relacionem diretamente com os sacrifícios feitos pelos pequenos lavradores. Todavia, não podemos perder de vista a significação econômica da posse de escravos. Em uma sociedade na qual os “trabalhos mecânicos” eram degradados pela escravidão, os serviços brutos dependiam largamente da mão-de-obra escrava (Cardoso, 2000:113).

Neste sentido Cardoso afirma precisamente que a relação entre senhor-escravo ocorrida na região de Santa Catarina contava com critérios avaliativos que eram os mesmos das regiões onde a utilização do negro foi bastante intensa. Este fator é fundamental porque a similaridade nas relações raciais existentes tanto em locais como São Paulo e Santa Catarina nos ajuda a visualizar como houve efetivamente um padrão de subintegração de um grande contingente humano no Brasil Republicano como cidadãos de fato. Portanto, apesar da utilização em pequena escala da mão-de-obra escrava seria um erro profundo pensar que houve relações diferenciais na região estudada por Cardoso.

Durante o século XIX a utilização da mão-de-obra escrava na Ilha, excetuando-se Desterro, era feita em atividades rurais e serviços domésticos. Estes representavam 95,10% do total de escravos (Cardoso, *idem*). Já se incluindo Desterro, os dados são organizados da seguinte forma: “atividades rurais + serviços domésticos: 1801 escravos (80,73%); outras atividades, inclusive sem profissão: 430 escravos (19,27%)”.(Cardoso, 2000:118).

Como vimos, o aproveitamento maior da mão de obra negra foi feita no âmbito rural. Mesmo assim, como o autor tem demonstrado no decorrer de sua obra, não houve uma participação realmente grande do negro. Esta pouca participação negra na região era resultante da organização e do ritmo de desenvolvimento da região (Cardoso, *idem*). A organização econômica da região feita de forma periférica em relação à economia colonial fez com que houvesse um aproveitamento pequeno de escravos em relação a centros como o Nordeste e São Paulo, os quais utilizavam grandes contingentes de escravos em suas lavouras. Isto fez com que durante o crescimento da população

escrava fosse, “no conjunto, continuamente decrescente no século XIX, apesar de que, em números absolutos, o contingente de escravos manteve-se constante”(Cardoso,2000:128).

Mesmo com essa pouca utilização de escravos devido à organização econômica da região, as relações inter-raciais, como vimos, não possuíam diferenças em relação ao que ocorria no restante do Brasil, ou seja, não possuíam elementos “benéficos”. Ao referir-se a Desterro, Cardoso (idem) afirma que a situação de contato racial não favorecia os escravos domésticos. O que havia de fato não passava de relações paternalistas dos seus senhores em relação às alforrias (Cardoso, idem). Somando-se à inexistência de relações mais “benéficas” para o escravo doméstico, havia o elemento moral que era expresso pelo reconhecimento social que possuiriam os lavradores caso tivessem a posse de escravos. A posse de escravos constituía-se em um elemento fundamental para o reconhecimento do pequeno proprietário como senhor (Cardoso, idem). Isto resultava no engendramento dos maiores sacrifícios por parte dos lavradores para conseguirem fazer a troca de escravos e ganhar um conseqüente reconhecimento.

O sistema escravocrata começou a desagregar-se a partir de 1872 tendo como fim a abolição da escravatura em 1888. Como vimos durante esta exposição, a utilização da mão-de-obra escrava foi muito reduzida na Região de Santa Catarina. Mesmo assim, como temos demonstrado, não houve diferenças em termos positivos em relação ao que ocorria com as relações raciais no restante do país. Tal fato pode ser precisamente observado no trecho abaixo sobre as relações raciais em Desterro:

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que a discriminação social, pelo fato mesmo de ser inerente à organização da sociedade escravocrata, manifestava-se plenamente em Desterro, tanto sob a forma de discriminação, quanto sob a forma de discriminação política e legal, ou de discriminação social. Em todas essas formas, a discriminação racial se exercia, primeira e naturalmente, na pessoa do escravo; mas ela se estendia aos negros em geral (Cardoso, 2000:167).

Ao analisar a utilização dos escravos pelos pequenos lavradores, Cardoso demonstrou como esses faziam os maiores sacrifícios para adquirirem escravos como

forma de não fazer atividades que eram consideradas degradantes, pois eram coisas de escravo. Nesse sentido e apesar da ênfase do autor na “cor da pele”, a discriminação dos escravos e dos negros em geral nos parece ter como elemento fundamental o seu processo de socialização patológico responsável pelo seu não reconhecimento como pessoa humana, o que será muito bem desenvolvido pelo próprio autor na obra sobre o negro no Rio Grande do Sul analisada na seção seguinte.

Cardoso (idem) afirma que as condições de vida dos escravos em Desterro eram as piores possíveis, como fica bastante visível em sua dieta alimentar que era composta por peixe seco e aguardente. Havia todo um processo de descriminação legal, social, moral e econômica do escravo em Desterro. Havia em Desterro relações de violência, repressão e coerção como ocorria em outras áreas escravocratas do Brasil (Cardoso, idem). As barreiras discriminatórias eram intensas naquela sociedade a ponto de não se circunscreverem à imposição de barreiras entre senhores e escravos, mas também às possibilidades de convivência inter-racial do grupo (Cardoso, idem). Nesse sentido, “a assimetria nos padrões de comportamento social e de contato inter-racial dos senhores, melhor, do homem branco livre e dos escravos, era intenso” (Cardoso, 2000:173). Tais relações demonstravam precisamente a existência de uma profunda desigualdade existente na Região de Santa Catarina. Cardoso (idem) afirma que existiam naquela sociedade os brancos que podiam mandar e conceder e os escravos que apenas possuíam como alternativa obedecer e consentir.

O regime escravocrata começou a ser desagregado a partir de 1872 em Desterro com fortes apelos humanitários. Todavia, “não surgiu nenhum grupo de brancos ou de negros que tivesse feito uma crítica mais profunda da escravidão e que propusesse medidas mais radicais na solução do problema do escravo, em termos de homem negro” (Cardoso, 2000:185). Portanto, não houve uma ação afetiva em termos da construção de condições efetivas para a inserção do negro como um cidadão efetivo na sociedade classes nascente em Santa Catarina.

O processo ubíquo de não reconhecimento social do escravo gerou conseqüências deletérias para o liberto inserido na nascente sociedade de classes. Isto ocorria porque o “(...) liberto não apagava da memória coletiva a nódoa da antiga condição que deveria pesar ainda sobre seus descendentes”(Cardoso,2000:172). Este ponto colocado por Cardoso pode ser precisamente entendido como a reprodução na

nova sociedade do padrão patológico de socialização responsável por fazer com que este fosse reproduzido por seus descendentes. Isto ocorria na medida em que estes não eram reconhecidos efetivamente como cidadãos e ficavam alijados de uma participação efetiva na sociedade de classes nascente. Este *insight* fundamental, como já dissemos, será trabalhado com maior precisão pelo autor em sua obra sobre os negros no Rio Grande do Sul.

Isto fez com que na sociedade de classes nascente, na qual o negro era considerado como formalmente cidadão, não houvesse uma integração efetiva deste. Isto ocorria precisamente devido a não ascensão do grupo negro na nova sociedade, pois a possibilidade tal fato era meramente formal. Neste ponto a situação de Florianópolis teve um caráter de singularidade. Cardoso (*idem*) afirma que nas outras regiões do país os processos de urbanização e industrialização aceleraram a ação de desagregação da antiga ordem senhorial, de caráter estamental, abrindo possibilidades efetivas de ascensão para os negros⁵⁹.

No caso de Florianópolis, por sua vez, “só nos últimos vinte anos as condições econômicas e sociais começaram a alterar-se de forma a permitir, no futuro, um processo semelhante”(Cardoso,2000:185:86). Como podemos ver no caso de Florianópolis, a nódoa da escravidão ainda se mantinha efetiva naquela sociedade em plena década de 1950, ou seja, 62 anos após o fim do regime escravocrata em Florianópolis. Este dado fundamental colocado por Cardoso nos ajudar a corroborar a tese de que este padrão patológico de socialização, responsável por alijar o negro na nova sociedade, continuava a ser reproduzido como o principal fator responsável pela não constituição de uma sociedade de classes efetivamente democrática em Florianópolis. Este fator fundamental que o próprio autor demonstrou parecia apenas

59Como fizemos referência no início desta seção, a pesquisa de Cardoso sobre as relações raciais em Santa Catarina foi feita na metade dos anos 1950. Neste momento, parece existir no pensamento de Cardoso a crença de que o processo de urbanização e industrialização, ou seja, o processo de desenvolvimento pudesse incorporar este contingente humano que teve um ponto de partida extremamente adverso na nascente sociedade de classes brasileira. Essa crença esboçada nesta obra pode ser uma explicação plausível para o “esquecimento” das ubíquas relações de classe no Brasil a partir da obra publicada no âmbito do CESIT, quando Cardoso argumenta sobre a sociedade de classes no Brasil. Esta, como será a tônica de suas proposições a partir de então, terá como problema fundamental não os pontos fundamentais colocados por ele em suas pesquisas sobre as relações raciais no Sul do Brasil, mas apenas a subordinação e a manipulação sofrida pela ação dos grupos que controlavam o Estado no momento históricos estudados por ele. Ou seja, se há em suas obras sobre as relações raciais no sul do país a demonstração efetiva de elementos impessoais responsáveis pela exclusão de um grande contingente humano na nova sociedade, nas suas publicações posteriores os mecanismos de exclusão vão se resumir a elementos pessoais oriundos da intencionalidade dos agentes detentores do controle do Estado.

fruto da falta de um processo de desenvolvimento efetivo. Por isso, havia a crença de Cardoso na melhora nas condições de vida dos negros oriundos da escravidão em Florianópolis através deste processo.

O fim da escravidão não representou o término das avaliações negativas que eram feitas na sociedade escravocrata sobre os negros. Mesmo na sociedade de classes, onde todos eram formalmente reconhecidos como cidadãos, houve um processo intenso de não reconhecimento social dos negros, na medida em que não eram reconhecidos pelos brancos como cidadãos efetivos. Isto ocorria na medida em que as avaliações sobre eles que eram feitas durante o regime escravocrata se mantiveram na nova sociedade (Cardoso, *idem*). O peso do elemento moral no processo de avaliação do escravo era precisamente demonstrado na rejeição social exercida pelo branco contra os negros e os mestiços de forma a impedir a participação destes em seus círculos sociais. Nesse sentido, Cardoso demonstrava de forma lapidar que a sociedade de classes nascente guardava traços de similaridade com a sociedade escravocrata.

Dentro da nova sociedade marcada pela permanência dos padrões de não reconhecimento social dos negros e dos mestiços, os negros que conseguiam certa ascensão social faziam parte das camadas intermediárias. Este ponto é fundamental e será mais bem trabalhado por Cardoso na obra que analisaremos a seguir. O ponto basilar refere-se, precisamente, ao caráter da exclusão não ser fruto unicamente da “cor da pele”, dado esse não percebido devidamente por Cardoso em suas duas publicações fundamentais sobre a questão racial no sul do Brasil.

Como vimos acima, os negros tinham contra si um processo intenso de não reconhecimento social que advinha da sociedade escravocrata. Em virtude disso, os negros que conseguiam ascender às camadas intermediárias procuravam se isolar socialmente da população negra e dos demais seguimentos da sociedade que sofriam um processo de não reconhecimento do estatuto de cidadania conforme existia entre os brancos. Parece que a ação de afastamento dos negros que passaram a compor a *ralé* da nascente sociedade de classes dava-se em virtude das ações exercidas por eles durante o regime escravocrata que eram moralmente deletérias. Demonstração deste processo pode ser visualizada através da tese de Cardoso sobre a existência naquela sociedade de uma elite negra, ou seja, demonstrando que dentro deste contingente havia gradações importantes fruto do processo da socialização que estes tiveram durante o regime

escravocrata. Os negros pertencentes à elite se inscreveram no sistema artesanal e semi-artesanal. Para tal ascensão, todavia, as relações de proximidade com os brancos mostravam-se fundamentais:

Muitos dos indivíduos desse grupo mantêm relações de compadrio, como afilhados ou protegidos, com membros do grupo branco. É entre esses indivíduos, em grande parte por causa de suas relações com os brancos e das facilidades que eles têm para se colocar em posições relativamente boas na estrutura ocupacional da cidade, principalmente no funcionalismo, que são selecionados os membros da camada ou grupo a que nos referimos acima (...) Atualmente, a atividade associativa organizada do grupo negro encontra nesses elementos, embora com apoio mais ou menos à distância dos que atingiram as camadas intermediárias da população, seus principais agentes (Cardoso, 2000:190-91).

A citação acima nos mostra que nem todos os negros possuíam um estatuto de não reconhecimento social na nova sociedade. Todavia, o reconhecimento que estes possuíam advinha das relações que estes constituíram com os brancos. Estes últimos eram responsáveis por inseri-los em posições que geravam reconhecimento pela execução de atividades que eram predominantemente de brancos. Não nos parece, todavia, que o fator fundamental de inserção destes negros na nova sociedade dava-se unicamente através de relações pessoais de compadrio, mas sim através de um dado impessoal referente ao elemento moral responsável pelo reconhecimento deste contingente como cidadãos efetivos na nova sociedade. Na próxima seção detalharemos essa discussão a partir da interpretação do próprio Cardoso.

Tal fato também nos auxilia demonstrar, como temos sustentado, que o fator “cor da pele” não era o único elemento responsável pelas avaliações negativas responsáveis por gerar o não reconhecimento dos negros na sociedade de classes de Florianópolis. Este não reconhecimento dava-se de forma mais incisiva através das ações dos libertos em atividades moralmente desqualificadas que eram exercidas pelos escravos e também pelos dependentes na sociedade brasileira escravocrata e estamental.

Mesmo demonstrando a existência de gradações na composição do grupo negro em Florianópolis, Cardoso afirma que a ascensão social e a diferenciação interna são

incipientes na realidade daquela cidade. De acordo com Cardoso (idem) “não há diferenças essenciais nas posições sociais ocupadas pelos ‘mulatos’ ou pelos ‘negros’, que se distribuem de forma mais ou menos indiscriminada na estrutura ocupacional da cidade” (p.193). Com a constituição da sociedade de classes em Florianópolis houve a afirmação de um ideal de branquidade. Este ideal pode ser precisamente compreendido levando-se em consideração que tal ideal de branquidade ia muito além da mera questão referente à “cor da pele”, na medida em que constituía um padrão moral de reconhecimento das atividades feitas pelos brancos como socialmente legítimas. Por isso, a busca dos negros que ascendiam socialmente pelo casamento com pessoas brancas se dava, para nós, como uma ação instrumental no sentido de serem reconhecidos como cidadãos legítimos daquela sociedade. Isto se daria precisamente devido a ocupação em atividades dominadas pelos brancos que teriam o estatuto de moralmente qualificadas, gerando de maneira conseqüente o reconhecimento social.

Evidentemente o elemento “cor da pele” também é muito importante para entendermos o processo de constituição da sociedade de classes em Florianópolis e o conseqüente preconceito que existia naquela realidade. Todavia, nos parece que o elemento moral responsável por reconhecer certas atividades como legítimas ou não é que se mostra como o elemento mais importante para a ubíqua estratificação social em Florianópolis.

Como Cardoso procurou demarcar durante todo o seu trabalho, a utilização de negros em Santa Catarina foi bastante reduzida. Tal fato ensejaria a hipótese de que houve na realidade catarinense relações raciais de caráter mais ameno em relação ao ocorrido, por exemplo, em São Paulo. No entanto, a análise feita por Cardoso demonstrou que “(...) há similitude entre os padrões de contato inter-racial e as formas de comportamento social vigentes em Santa Catarina e aquelas que operavam em São Paulo, descritos por Roger Bastide e Florestan Fernandes”(Cardoso,2000:194). Em virtude disso, Cardoso (idem) advoga sobre a existência de padrões gerais de contato inter-raciais em pelo menos boa parte do Brasil, o que consideramos uma tese certa. O tipo de contato inter-racial existente em Santa Catarina demonstrou que não havia diferenças substanciais em relação à realidade de São Paulo, pois “havia incentivos poderosos para que as polarizações negativas, que na sociedade escravocrata se concentravam no escravo, fossem transferidas plenamente para o negro” (Cardoso, 2000:197).

Ao referir-se a Desterro, Cardoso afirma que havia uma desigualdade natural entre brancos e negros. Tal afirmação nos dá a possibilidade de sustentarmos nossa tese de que o grande fator responsável por não integrar negros e brancos na nova sociedade era o elemento moral responsável pelo não reconhecimento dos negros e também dos despossuídos na nova sociedade. O não reconhecimento ocorria na medida em que havia: “a supremacia das raças brancas, a inferioridade das raças negras e o direito natural dos membros daquelas violarem o seu próprio código ético, para explorar outros seres humanos” (Cardoso, 2000:199). Nesse sentido, o elemento moral resultante da reprodução de uma socialização patológica por parte de uma grande parte do contingente negro escravizado fazia com que a desigualdade instituída na nova sociedade fosse, como afirmou Cardoso em relação a Desterro, algo naturalizado. Ou seja, o grande contingente negro vítima de um processo de socialização patológica que resultava em um não reconhecimento social efetivo como cidadãos na nascente sociedade de classes acabava sendo culpabilizado pelo seu próprio fracasso⁶⁰.

Cardoso argumenta que no caso de Desterro onde o mundo rural não era senhorial mas plebeu, na medida em que não surgiram fontes de riqueza urbana capazes de instituir uma ordem senhorial, as relações entre brancos e negros, mesmo entre os brancos pobres e negros livres, eram demarcada em termos de dominantes e dominados, senhor e escravos (Cardoso,2000:199). Com isso, a sociedade de classes fez com que os negros libertos continuassem a ser naturalmente inferiores, pois a sociedade de classes nascente não propiciou canais de ascensão aos negros os quais, como temos afirmado, eram moralmente inferiores. Isto fez com que os negros continuassem a desempenhar na nova sociedade atividades como o trabalho braçal, ou seja, pautado na mera força muscular. Este trabalho era econômica, moral e socialmente desqualificado (Cardoso: 2000:200). Ao analisar a sociedade de classes de Florianópolis Cardoso (idem) afirma que:

Por outro lado, como a intensidade da rejeição social do negro era grande e as transformações na estrutura ocupacional, e conseqüentemente no sistema global de posições sociais, foram relativamente pequenas até há mais ou menos vinte anos, os

60 Algumas das interpretações que estamos propondo nesta parte fundamental da obra de Cardoso são questões fundamentais da tese de Jessé Souza (2003) relativa à construção da sociedade de classes no Brasil. Como já dissemos no início desta seção e temos demonstrado em nossa interpretação da obra de Cardoso sobre Santa Catarina, não consideramos a tese de Souza falsificável. Todavia, temos algumas discordâncias fundamentais. Teceremos um debate direto com a teoria de Souza na seção a seguir.

padrões de contato inter-racial elaborados no passado puderam preservar-se. Isso equivale a dizer que, mesmo com a emergência do sistema de classes sociais em Florianópolis, fatores irracionais ligados a diferenças raciais continuaram a operar no processo de classificação social vigente na comunidade, e por esse meio manteve-se a exploração social, sob fundamento supra-econômico, de um “grupo racial”, sobre outro: dos brancos sobre os negros (p.200).

A análise de Cardoso sobre a escravidão em Santa Catarina demonstrou que a pretensa singularidade das relações raciais em virtude da pouca utilização da mão de obra escrava era algo fictício. Mesmo não havendo uma utilização maciça da mão de obra escrava como ocorreu, por exemplo, em São Paulo, as relações raciais em Santa Catarina não diferiram do padrão da sociedade escravocrata paulista. Além de demonstrar o equívoco da excepcionalidade das relações raciais em Santa Catarina, a análise de Cardoso também nos forneceu subsídios importantes para afirmar que houve a construção de um padrão de moral de não reconhecimento social responsável por subintegrar o negro na nova sociedade. Este, por sua vez, perpetuava sua exclusão na sociedade através da reprodução de um padrão patológico de socialização.

A análise de Cardoso nos mostra sobejamente como este padrão funcionava como o grande responsável por impossibilitar a construção de uma sociedade efetivamente democrática em Santa Catarina, na medida em que havia na sociedade de classes catarinense um padrão moral responsável por não integrar de forma efetiva toda sociedade em um padrão substantivo de cidadania.

5.3 - O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul

Após fazer a pesquisa sobre as relações raciais em Santa Catarina Cardoso foi estudar a realidade do Rio Grande do Sul cumprindo o objetivo da pesquisa capitaneada por Florestan Fernandes e Bastide que era compreender de maneira precisa as relações raciais existentes no Brasil Meridional. Esta pesquisa apresenta duas diferenças significativas em relação à pesquisa feita em Santa Catarina: a utilização da dialética marxista e da sociologia política weberiana. Além da vinculação à Cadeira de

Sociologia I da USP, a pesquisa também teve como suporte fundamental as discussões em torno do método marxista engendradas no Seminário de Marx⁶¹⁶². Com isso, Cardoso e outros importantes intelectuais como José Artur Gianotti e Octávio Ianni procuraram instituir um marxismo de caráter puramente acadêmico como forma de romper com o marxismo dogmático então implementado e difundido pelo PCB. Além deste fator, a análise das contradições entre o capitalismo e a escravidão fez com que o tema das relações raciais, o qual tinha motivado as pesquisas no sul do Brasil, ficasse

610 Seminário de Marx teve como um dos objetivos centrais construir uma interpretação marxista sobre o Brasil que pudesse se contrapor de maneira efetiva à interpretação feita pelo PCB, a qual era considerada pelos intelectuais uspianos como um marxismo vulgar. Tal ponto fica bastante claro quando vemos que “a novidade desse marxismo estava justamente na ênfase dada não à articulação entre teoria e prática, mas sim à preocupação com o rigor metodológico e à relação com as ciências sociais”(Lahuerta,2005:322).Neste sentido, podemos ver precisamente que a utilização do marxismo pelos intelectuais uspianos tinha um objetivo puramente instrumental visando a fins intelectuais e não à revolução como era o caso do marxismo do PCB.A criação do seminário de Marx pelos intelectuais uspianos foi responsável pela guinada à esquerda dada por estes intelectuais (Lahuerta, idem). Como afirma Lahuerta (idem) a aproximação dos intelectuais da USP do marxismo fez com que estes estivessem próximos dos problemas típicos do nacional-desenvolvimentismo.Além de se aproximar da temática nacional-desenvolvimentista, o seminário também se propôs a construir uma nova interpretação do Brasil e de seu lugar no mundo a partir da apreensão do estágio em que se encontravam as relações de produção no país (Lahuerta, idem: 321). Como exemplo deste postulado, Roberto Schwarz (1998) afirma sobre um dos objetivos do livro de Cardoso que estamos analisando nesta seção: “No campo da esquerda, em especial, desmentia o itinerário de etapas obrigatórias – como ponto de partida no comunismo primitivo, passando por escravismo, feudalismo e capitalismo, para chegar a bom porto no socialismo em que o Partido Comunista fundava a sua política ‘científica’”(p.105). Esta recusa à perspectiva evolucionista de análise da realidade brasileira feita no âmbito do Seminário de Marx será estendida para a análise de toda a periferia a partir de sua teoria da dependência, a qual veremos em detalhe no próximo capítulo.Além disso, os intelectuais vinculados ao seminário tinham também o objetivo de demonstrar a importância da dialética para a análise intelectual da realidade. Através dela poderia haver uma análise da realidade enquanto totalidade. Como forma de demonstrar a importância do método para a análise social Cardoso fez uma densa introdução ao seu livro Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional que estamos analisando nesta seção. Ao contrário do marxismo desenvolvido pelo PCB, o qual tinha como objetivo claro intervir na realidade social com o intuito de fazer a revolução socialista no Brasil, os intelectuais uspianos faziam uma utilização instrumental do marxismo com o intuito de este poder ajudar a compreender de forma precisa os dilemas da realidade brasileira. De acordo com Roberto Schwarz (1998) estes eram alguns dos interesses de pesquisa do seminário: “Tratava-se de entender a funcionalidade e a crise das formas ‘atrasadas’ de trabalho, das relações ‘arcaicas’ de clientelismo, das condutas ‘irracionais’ da classe dominante, bem como da inserção global e subordinada de nossa economia, tudo em nossos dias.”(p.109). Ou seja, havia dentro das formulações do seminário partidas do marxismo e da dialética como objetivo central a luta contra o atraso da sociedade brasileira. Certamente as discussões em torno do instrumental teórico-metodológico marxista feitas pelos intelectuais uspianos foi fundamental para a produção da obra de Cardoso sobre o Rio Grande do Sul, tanto que o autor faz uma densa introdução na qual demonstra seu profundo conhecimento da dialética marxista. Esta demonstraria as contradições existentes entre o modo de produção escravista e o capitalismo. Desta forma, a interpretação de Cardoso estaria focada diretamente contra os esquemas nacional-desenvolvimentistas do PCB. Nesse sentido, Cardoso negaria a interpretação do PCB ao demonstrar que o modo de produção capitalismo foi engendrado no país desde o período colonial, contrariando os esquemas evolucionistas engendrados pelo partido. Em virtude disso, este ponto acaba tornando-se o elemento único e fundamental da interpretação de Cardoso sobre a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Para os nossos fins nesta dissertação, enfocar a obra de Cardoso tendo como objetivo unicamente as contradições entre capitalismo e escravidão, bem como as críticas ao marxismo trabalhado pelo PCB, acaba fazendo com que a temática racial fique de certa forma obscurecida na interpretação de Cardoso.Tal obscurecimento foi sobejamente demonstrado na interpretação do pensamento de Cardoso feita Ivan Cotrin que analisamos em detalhe no capítulo anterior. O

plenamente obscurecido para os intérpretes de Cardoso. Tal fato foi visualizado no capítulo anterior através da interpretação de Ivan Cotrin. Certamente a questão das contradições entre capitalismo e escravidão possui um patamar importante na interpretação de Cardoso. Todavia, procuraremos focar em nossa exposição a temática das relações raciais porque acreditamos que nestas pesquisas existem os elementos mais importantes da obra de Cardoso para uma compreensão mais eficaz dos dilemas referentes à instituição de uma democracia efetiva no Brasil.

obscurecimento das relações raciais na obra de Cardoso sobre a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul relega ao limbo o elemento que nos parece mais importante nesta obra, que é a passagem da sociedade escravocrata para a sociedade de classes no Sul do Brasil. Acreditamos que esta parte da obra de Cardoso nos fornece elementos fundamentais para compreendermos de forma precisa os dilemas referentes à constituição de uma democracia efetiva no Brasil, bem como refutar as interpretações do Brasil de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e do próprio Cardoso, construída nos anos 1970, as quais focam os problemas brasileiros referentes à constituição de uma democracia efetiva no Brasil ao universo eminentemente institucional. Neste sentido, focamos esta obra de Cardoso dentro das preocupações da Cadeira de Sociologia I da USP que eram as relações raciais no sul do Brasil, desenvolvidas dentro do Projeto UNESCO. Além disso, a preocupação sistemática dos intelectuais da USP sobre o tema do desenvolvimento apenas se constitui a partir da criação do CESIT por Florestan Fernandes, como veremos no próximo capítulo. Por conta destes fatores, enfocaremos como elemento mais importante da análise de Cardoso a caracterização do negro na sociedade escravocrata e também na sociedade de classes nascente e o seu objetivo de negar a chamada democracia rio-grandense. Acreditamos que o enfoque neste ponto juntamente com as análises de Cardoso sobre a sociedade escravista de Santa Catarina podem nos fornecer elementos significativos para podermos compreender os dilemas referente à constituição de uma democracia efetiva no Brasil, além de podermos nos contrapor a análises que focam apenas à dimensão institucional como dilema fundamental no Brasil, como são os casos das interpretações de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e do próprio Fernando Henrique Cardoso, especialmente com as suas proposições sobre o regime burocrático-autoritário durante os anos 1970. Desta forma, podemos confrontar Cardoso contra Cardoso como faremos no capítulo VII desta dissertação.

62 Referindo-se também às modificações ocorridas no pensamento de Cardoso devido à influência do materialismo dialético em sua obra sobre as relações raciais no Rio Grande do Sul, Leôncio Martins Rodrigues faz a seguinte afirmação: “A preocupação principal estava nas formas específicas de desenvolvimento de um modo de produção escravista onde nunca houvera a grande lavoura tropical capaz de gerar grandes lucros, como no Nordeste. Na pesquisa, FHC mostra que esse fato não impediu a formação de uma camada senhorial e de uma sociedade autocrática no interior da qual os negros, escravos, ocupavam as posições inferiores e foram discriminados. A ênfase analítica ia agora para os vínculos entre as estruturas econômicas e sociais e um sistema de dominação senhorial”(p.394). Como pode ser precisamente apreendido da interpretação levada a cabo por Leôncio, a análise da condição do negro se torna um mero apêndice da questão maior referente às contradições existentes entre o sistema capitalista e a escravidão. Através desta interpretação de Leôncio, a qual é normalmente feita por aqueles que vão interpretar o livro, como o fez Ivan Cotrin no capítulo anterior, a análise fundamental sobre a condição do negro desde a sociedade escravocrata até a nascente sociedade de classes, demonstrando como a reprodução de uma socialização patológica foi causa última de sua exclusão social, política e moral na nova sociedade é relegado a mero apêndice da contradição maior. Desta forma, este ponto fundamental para uma interpretação mais abrangente sobre os dilemas existentes em nossa sociedade de classes é simplesmente relegado ao limbo dentro das novas preocupações do autor derivadas do Seminário de Marx. Como nosso objetivo é recuperar o potencial crítico que estas primeiras interpretações de Cardoso possuem para uma vigorosa análise dos conflitos de classes e dos subsequentes dilemas referentes à constituição de uma democracia efetiva no Brasil, focaremos com questão fundamental a análise sobre o comportamento de negro deixando as contradições entre capitalismo e escravidão como uma questão secundária de sua análise.

Outro fator importante desta obra é a utilização sistemática de Max Weber. Assim como era característico de Florestan Fernandes, Cardoso também demonstra o mesmo ecletismo do mestre ao utilizar Marx e Weber para compreender a realidade do Rio Grande do Sul. Esta demarcação é basilar na medida em que os dois autores serão as duas grandes matrizes intelectuais para Cardoso até a segunda metade dos anos 1970, quando o autor advoga que Weber mostrava-se superior a Marx para compreender as relações no mundo a partir daquele período. A importância que a obra de Max Weber possui para o autor faz com que possamos ler a obra de Cardoso também na tradição weberiana de interpretação do Brasil. Desta forma, fugimos do reducionismo referente ao enfoque único na tradição marxista como é feito hegemonicamente na academia brasileira.

Cardoso (1993a) afirma que sua obra teve como objetivo contrastar o negro de Gilberto Freyre. Ele havia feito esta contraposição porque o sociólogo pernambucano havia construído uma visão idealizada do negro. Esta fora responsável por constituir o mito da brasilidade através de uma visão mítica e utópica do negro. Tal ponto se confirma precisamente ao vermos que antes da obra de Cardoso sobre o Rio Grande do Sul havia uma tese cujo argumento era o de que a sociedade riograndense teve uma formação democrática. Nesse sentido, a obra de Cardoso demonstra o equívoc desta tese assim como já havia feito em Santa Catarina. Em virtude disso e também para os nossos propósitos nesta dissertação, analisaremos a obra de Cardoso sobre o Rio Grande do Sul enfocando as relações raciais como ponto fundamental.

Ao demarcarmos a questão da raça como elemento principal poderemos visualizar precisamente o objetivo claro de Cardoso que era refutar a tese defendida pela historiografia riograndense de que o Rio Grande do Sul teve uma formação social democrática. Ao contrário da tese da democracia riograndense, Cardoso afirma que a sociedade gaúcha se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, com a constituição de posições assimétricas na estrutura social. Estas correspondiam a formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação (Cardoso, 2003). Nesta estrutura as formas autocráticas de dominação, com apelo ao arbítrio e à força bruta, tinham peso capital para a manutenção do controle social. Como temos demonstrado, acreditamos que este enfoque feito pelas obras iniciais de Cardoso sobre a formação social brasileira pode nos fornecer elementos para alcançarmos dois importantes objetivos: o primeiro deles é conseguir elementos que possam se colocar

além das determinações meramente sistêmicas, sejam elas advindas do mercado ou do Estado, para compreender os dilemas referentes à constituição de uma democracia efetiva no Brasil. O outro objetivo refere-se à possibilidade de podermos também criticar a obra do próprio Cardoso produzida durante os anos 1970, a qual afirma que os problemas brasileiros referentes à constituição de uma ordem democrática se circunscrevem apenas à dimensão meramente institucional.

Como dissemos acima, Cardoso utiliza nesta pesquisa Marx como um dos pilares fundamentais. Deste, o autor utilizou o método histórico-estrutural para interpretar o Rio Grande do Sul. Este método possibilitou analisar o modo como historicamente as relações de produção e dominação eram estabelecidas entre as classes e os seguimentos sociais (Cardoso, 2003). Nesse sentido, Cardoso (*idem*) afirma que o problema teórico que se apresentava como central para compreender a sociedade capitalista e escravocrata do Rio Grande do Sul “(...) é portanto o da relação entre a forma capitalista(mercantil) do sistema econômico mundial com a base escravista das relações de produção”(p.40). Este ponto é importante para demarcar uma crítica direta aos esquemas do PCB, pois ao invés de o Brasil ter tido um passado de relações feudais teve um passado de relações capitalistas.

A relação particularista e mesmo contraditória entre capitalismo e escravidão não poderia ser plenamente compreendida utilizando-se apenas o método histórico-estrutural. Por isso, o conceito weberiano de patrimonialismo tem uma função basilar na medida em que é utilizado para qualificar a camada de senhores de escravos. Cardoso (*idem*) analisa a formação da sociedade riograndense e as conseqüências estruturais sobre o comportamento dos senhores e dos escravos. Sobre a influência das determinações estruturais é interessante demonstrar precisamente que o *insight* fundamental sobre a socialização patológica a que o negro esteve submetido desde o período escravocrata é plenamente abandonado em sua obra posterior sobre o empresariado brasileiro. No lugar deste dado fundamental, o elemento que se perpetuou como um condicionante estrutural do comportamento, neste caso da burguesia, será o patrimonialismo. Este conceito para o autor terá como origem o mundo rural durante toda a década de 1960.

O conhecimento dos padrões estruturais da sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul dava-se através da utilização do método dialético. Nesse sentido, Cardoso analisa o funcionamento da sociedade escravocrata a partir das perspectivas

estrutural e funcional. Estas se davam através das determinações gerais e particulares nas relações entre senhores e escravos. Após demarcar os elementos teórico-metodológicos que foram trazidos para esta obra como o método histórico-estrutural e a utilização do conceito de patrimonialismo de Max Weber, Cardoso analisa a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.

No Brasil Meridional constituído por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul a utilização da mão de obra escrava foi feita na economia colonial voltada para a exportação e também para a economia de subsistência como foi o caso de Santa Catarina. Como vimos ao analisar o caso de Santa Catarina, a expansão portuguesa teve como razões fatores políticos e militares. Isto fará com que Cardoso demonstre, como já havia apontado na pesquisa anterior, a importância da burocracia no Brasil. A demarcação deste ponto, assim como fizemos na seção anterior, é importante porque a natureza burocrática do Estado no Brasil será fundamental para as análises de Cardoso durante os anos 1970 sobre o regime militar instaurado em 1964, o qual era caracterizou como burocrático-autoritário.

No início da ocupação sulina houve a instalação de base militar e também a criação de gado nas estâncias. Nesse sentido, a criação de gado e a agricultura funcionavam como fatores de subsistência das populações locais nesta fase de ocupação do Rio Grande Sul. Cardoso (idem) ressalta que neste primeiro período de ocupação do Rio Grande do Sul não houve concentração de riqueza. O negro, por sua vez, marcará presença no Rio Grande do Sul desde a primeira metade do século XVIII durante seu período formativo. Neste momento a utilização da mão de obra escrava foi bastante restrita como podemos ver no trecho abaixo:

O proprietário da “zona velha” do Rio Grande nos meados e na segunda metade do século XVIII, com mais forte razão, lutava com a escassez de mão de obra. Isto equivale a dizer que não havia um tipo de atividade econômica compensadora para a importação de mão-de-obra. Assim, os lagunistas e os açorianos – criadores ou lavradores – valeram-se, inicialmente, do trabalho próprio e do trabalho dos agregados, com algum auxílio de escravos (Cardoso, 2003:65).

É interessante demarcar que durante o período analisado no trecho acima a realidade do Rio Grande assemelhou-se bastante à realidade de Santa Catarina analisada anteriormente. A situação de dificuldades econômicas no Rio Grande apenas modificou-se entre o último quartel do século XVIII e os primeiros anos do século XIX através da exploração do trigo. Além do trigo, a economia rio-grandense teve como elementos importantes neste período a criação de gado e a produção de couro e charque. Como havíamos dito no início desta seção, Cardoso procura também demarcar o peso da burocracia sobre a realidade do Rio Grande do Sul. Neste sentido o autor afirma que “Graças ao trigo, ao comércio de gado e, mormente, à exploração de couros e do charque, a economia da região pôde suportar com mais êxito a sobrecarga da política colonial de exportações” (Cardoso, 2003:67).

Devido ao incremento da economia riograndense ocasionada pelos fatores acima citados houve uma demanda de braços que foi contemplada pela compra de escravos. Cardoso (idem) afirma que havia a deficiência de condições de mercado e de recursos monetários. A resolução destes problemas proporcionou a importação de escravos. Devido à conjuntura econômica favorável, o começo do século XIX foi marcado no Rio Grande do Sul pelo grande número de escravos alocados na lavoura de trigo, nos trabalhos domésticos e nas estâncias cuidando da produção de charque.

Cardoso (idem) advoga que “O novo período da economia rio-grandense foi, pois, o do gaúcho, do tropeiro, do militar, do antigo colono ou do administrador colonial” (p.70). Estes tipos sociais foram transformados na nova realidade do Rio Grande do Sul em estancieiros. A estância organizou-se como empresa a partir da organização em moldes mais racionalizados. Havia na estância a existência efetiva do escravo. A presença desta mão de obra era característica das áreas de povoamento antigo. Como vimos acima, este aproveitamento deu-se precisamente devido ao incremento econômico da região. Esta presença da escravidão negra no Rio Grande do Sul não ocorreu de forma homogênea, na medida em que as áreas que se juntaram durante o período relativo ao fim do século XVIII e início do século XIX “à economia rio-grandense, onde se repetia, neste período, a aventura da conquista e da preia ao gado, a presença do negro foi mais ocasional que rotineira” (Cardoso, 2003:77). Em virtude disso, o aproveitamento do escravo negro nestas áreas foi mais no âmbito doméstico do que nos trabalhos agrícolas como peão.

Vimos que o incremento da economia riograndense no século XIX com o trigo, a criação de gado e a produção de couro e charque foi fundamental para a grande utilização da mão de obra escrava. Este incremento, todavia, necessita ser precisado. Isto porque o grande fator responsável pela ampla utilização de escravos foi a indústria do charque. O protagonismo das charqueadas na utilização dos escravos é confirmado porque este setor da economia riograndense foi o maior absorvedor de escravos durante o século XIX (Cardoso, *idem*). Apesar deste incremento significativo da mão de obra escrava, sua utilização não foi feita de maneira homogênea no âmbito rural. Nas estâncias houve uma utilização pequena de escravos negros, pois nesta área foi utilizada também a mão de obra “indígena e do trabalho de peões gaúchos livres como porque a quantidade de mão-de-obra requerida pela empresa criatória é sabidamente pequena” (Cardoso, 2003:83). Tal fato não ocorreu nas charqueadas devido à utilização maciça da mão-de-obra escrava.

Desta forma a sociedade rural gaúcha se caracterizava pelo seu caráter latifundiário e escravista estruturada pelos criadores de gado e charqueadores (Cardoso, *idem*). Como podemos observar, a organização econômica e social do Rio Grande do Sul se diferenciava bastante da organização de Santa Catarina também analisada por Cardoso, a qual não teve nem caráter latifundiário nem tão pouco utilizou muitos escravos.

O incremento da economia não foi responsável apenas pela utilização expressiva da mão de obra escrava, mas resultou também na intensificação da atividade comercial. Esta desempenhava nas vilas e cidades o mesmo papel que as estâncias exerciam na economia rural como núcleo dinâmico da acumulação de riqueza (Cardoso, 2003:81). A importância do comércio ajuda a demonstrar que a utilização de negros no Rio Grande do Sul não se circunscreveu apenas ao mundo rural. Os escravos foram aproveitados também nos serviços domésticos e nos artesanatos. Cardoso (*idem*) ressalta a importância do negro no sistema artesanal urbano na medida em que esta profissão revestiu-se de grande significação para integração do negro à sociedade de classes. A atuação dos negros no âmbito urbano podia ser vista de forma precisa nos ofícios e serviços ligados ao comércio e mercadorias, pois estes eram efetuados apenas por negros (Cardoso, 2003:83). Esta utilização ampla dos escravos na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul possui realmente, como afirma Cardoso, significação para a integração dos ex-escravos na sociedade de classes.

Conseqüentemente, nos ajuda a demonstrar que o fator essencial para a discriminação do negro na nova sociedade não estava radicado de forma única e fundamental em sua “cor da pele”. Esta nos parece estar precisamente radcada no seu patológico processo de socialização, que veremos mais à frente. Como podemos ver até aqui a presença do negro nas atividades econômicas executadas no Rio Grande do Sul era algo efetivo. Isto fez com que a escravidão fosse decisiva para a economia riograndense, pois a economia brasileira de formato colonial apenas poderia se organizar pela escravidão (Cardoso, 2003:86).

Como afirmamos acima, nosso enfoque analítico nesta obra de Cardoso está diretamente relacionado à questão das relações raciais porque consideramos que esta parte da obra do autor contém elementos significativos para a constituição de um entendimento ampliado e profundo dos dilemas referentes à constituição de uma ordem efetivamente democrática no Brasil. Além deste ponto o enfoque apenas na análise geral da contradição entre capitalismo e escravidão efetuada no livro faz com que a temática racial, que deu origem às pesquisas de Cardoso no sul do Brasil, seja relegada um fator sem grande importância. Este enfoque mais geral é responsável por empobrecer a interpretação desta parte fundamental do pensamento do autor. Isto ocorre na medida em que análise da ubíqua formação da sociedade de classes no Brasil muito bem relatada pelo autor é “esquecida” pelos intérpretes que se focam apenas na contradição geral entre capitalismo e escravidão como faz, por exemplo, a interpretação reducionista e empobrecedora de Ivan Cotrin que analisamos em detalhe no capítulo anterior.

Vimos no início deste capítulo que a obra de Cardoso tinha como um de seus objetivos centrais questionar a tese amplamente defendida pela historiografia riograndense sobre a formação da sociedade gaúcha. Segundo ela a sociedade gaúcha havia sido formada a partir de princípios democráticos e igualitários (Cardoso, idem). Ao estudar a realidade de Santa Catarina Cardoso também tinha contra si o suposto dominante até então de que a pouca utilização dos negros havia feito com que as relações raciais naquela região tivessem sido constituídas de forma diferenciada e positiva. Mesmo havendo poucos negros em Santa Catarina as relações não foram muito diferentes do que acontecia em São Paulo, local onde havia uma grande utilização de negros. Assim como refutou o pressuposto das relações diferenciadas em Santa Catarina Cardoso também o faz com o pressuposto fundamental da historiografia rio-grandense. Para tanto, Max Weber possuiu uma posição basilar na medida em que o conceito de

patrimonialismo teve peso central para caracterizar as relações de poder existentes na sociedade gaúcha. Isto também nos ajuda a ver como o sociólogo alemão era um dos pilares fundamentais de Cardoso que, assim como Florestan Fernandes, constituiu sua obra a partir de uma proposição teórica eclética:

O resultado a que cheguei foi, contudo, o oposto do que à luz da bibliografia histórica comum seria de se esperar. Na verdade a sociedade rio-grandense não só se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, como às posições assimétricas na estrutura social correspondiam formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação. Frequentemente a compatibilidade entre as expectativas era assegurada pelo exercício violento e arbitrário da autoridade inerente às posições hierarquicamente superiores do sistema social (Cardoso, 2003:108).

Ao contrário do postulado da historiografia rio-grandense as relações raciais e sociais no Rio Grande não possuíam nenhum elemento democrático. Nesse sentido, Cardoso afirma que o equilíbrio existente na sociedade gaúcha durante o período que vai do século XVIII ao início do século XIX foi marcado pela existência de formas autocráticas de dominação. Estas, por sua vez, eram baseadas no arbítrio e na força bruta, os quais agiam como componentes essenciais para a manutenção do controle social (Cardoso, *idem*). Ao contrário da pretensa ordem democrática defendida amplamente pela historiografia rio-grandense, Cardoso (*idem*) afirma que a violência e a arbitrariedade se inseriam de maneira profunda no sistema autocrático de mando existente no Rio Grande do Sul. Neste sentido o sistema de mando autocrático existente no sul “pervertido como resultado de processos de ajustamento e de adaptação que se desenvolveram diante das condições políticas, econômicas e sociais que definiam e limitavam as possibilidades de atuação social dos habitantes da região sulina” (Cardoso, 2003:109). A consideração da sociedade rural gaúcha como democrática vale como elemento demonstrativo do padrão brasileiro de convivência inter-racial, pois “toda reconstrução do passado rio-grandense em termos da ‘sociedade rural democrática’ visa, ao mesmo tempo, glorificar o branco-senhor, magnânimo em face do negro, e considerar o negro como realmente e não socialmente inferior”(Cardoso,2003:136).

O trecho acima de Cardoso nos ajuda a compreender o pano de fundo de suas investigações sociológicas no sul do país que era precisamente a idéia de democracia

racial que vigorava naquele momento no Brasil como um dado central. A reconstrução da sociedade gaúcha como democrática e sem preconceitos tinha como objetivo, como vimos, glorificar a figura do branco-senhor. Esta construção idílica da sociedade escravocrata gaúcha construía uma visão na qual não existiam conflitos e tensões entre negros e brancos, visão esta que também dominava a sociedade brasileira. Este domínio era tão forte que a UNESCO propôs nos anos 1950 uma pesquisa para compreender a excepcionalidade das relações raciais no Brasil, a qual teve como desdobramento os trabalhos de Cardoso sobre o sul do Brasil. Esta pesquisa encomendada pela UNESCO corroboraria a tese de que o Brasil constituiria uma democracia racial. Além de negar a tese da democracia rio-grandense podemos ver precisamente como o trabalho de Cardoso colocava em xeque também a tese da democracia racial.

O domínio autocrático e arbitrário ocorria no Rio Grande do Sul devido à incapacidade da ordem militar instituída e da sociedade de manterem os mecanismos regulares de obediência à ordem jurídica estabelecida (Cardoso, *idem*). Esta organização autocrática do Rio Grande do Sul possuía um caráter de singularidade em relação ao que ocorria em outras regiões do Brasil, sobretudo no que se referia à estrutura patrimonialista então vigente. Referindo-se à expansão portuguesa para o sul durante o século XVIII Cardoso afirma que esta se apoiou de forma inicial no deslocamento dos chamados “clãs patriarcais” do lagunistas e na ousadia dos “tropeiros paulistas”. Em virtude disso a “sociedade (era) plasticamente constituída pela associação entre interesses solidários entre núcleos componentes da ordem formalmente estabelecida e os grupos formalmente postos à margem da sociedade”(Cardoso,2003:114). Esta organização plástica da sociedade fazia com que ela fosse caracterizada pela violência e o arbítrio. Esta relação plástica podia ser identificada também nas relações mantidas entre os pilhadores e estancieiros e os exércitos regulares e a governança local. Tais relações se mantinham, sobretudo, nos momentos de luta quando a administração sempre apelava para eles (Cardoso, *idem*). Neste sentido podemos visualizar precisamente como a tese defendida por Raymundo Faoro sobre o controle incontestado do Estado sobre a nação é muito frágil e plenamente questionável.

No mesmo século XVIII houve um incremento significativo da tropa de linha da Coroa portuguesa sobre o continente de São Pedro (Cardoso, 2003:110). Neste sentido, Cardoso (*idem*) afirma que a forma de ocupação do solo e da exploração econômica feitas no Rio Grande do Sul caso pudesse “ter sido organizada de forma eficaz, a

sociedade gaúcha ter-se-ia organizado nos moldes tradicionais da estrutura patrimonialista brasileira” (p.110).

Este ponto é importante para demonstrarmos como Weber possui uma importância central para a interpretação do Brasil levada a cabo por Cardoso. Para o autor existia uma estrutura de dominação política patrimonialista no Brasil oriunda do sistema colonial que era plenamente invertida no Rio Grande do Sul. Apesar de concordar sobre a caracterização do Estado português como patrimonialista, Cardoso demonstrou que este domínio não era exercido de forma incontestada sobre a nação como é defendido, por exemplo, pela interpretação de Raymundo Faoro que vimos em detalhe no capítulo II. Para Faoro, as ações do poder privado frente ao Estado patrimonialista português davam-se pelo mero “capricho” deste, que possuía controle total sobre a nação brasileira. Ao contrário deste postulado, a interpretação de Cardoso além de nos fornecer subsídios para refutar a tese de Faoro sobre o pretensão domínio incontestada do Estado sobre a nação ainda nos fornece os elementos para compreender de forma precisa o patrimonialismo instituído no Brasil, na medida em que o mundo agrário funcionou como seu repositório essencial. Outro ponto importante que esta interpretação nos fornece refere-se à interpretação marxista da obra de Cardoso feita por Cotrin, o qual procura demonstrar que o patrimonialismo agrário não possuiu qualquer importância frente à constituição atrofada do capitalismo entre nós, o que nos parece um erro capital. Isto porque, apesar de não considerarmos o patrimonialismo como o grande fator de atraso brasileiro, vemos a importância que este possuiu nas relações existentes no mundo agrário. Negar o patrimonialismo instituído no mundo rural é construir uma interpretação equivocada da formação social brasileira. Além disso, consideramos um equívoco fundamental ver o atraso brasileiro radicado em determinações econômicas como fazem os intérpretes marxistas de Cardoso analisados em detalhe no capítulo IV.

Devido a esta constituição social do Rio Grande do Sul, o Estado patrimonialista português sofria uma regressão importante para um sistema mais próximo do patrimonialismo patriarcal⁶³. Cardoso afirma que tal regressão do domínio português

63Cardoso (2003), demonstrando o rigor dispensado por ele na utilização das categorias weberianas construídas em *Economia y Sociedad* (1964) [2008] em sua obra afirma: “Convém ainda deixar claro que, para Weber, os limites entre os conceitos típicos-ideiais são fluidos. Assim, a ‘esteriotipação’ e a apropriação monopolizadora dos cargos por seus titulares criaram o tipo estamental do patrimonialismo”. Nesse sentido, algumas situações históricas no Brasil permitiriam o emprego rigoroso da expressão patrimonialismo estamental (p.147)”. Este cuidado dispensado por Cardoso em *Capitalismo e Escravidão* na caracterização do patrimonialismo estamental da sociedade gaúcha segundo as proposições weberianas não é encontrado, por exemplo, em *Autoritarismo e Democratização* e *A Construção da Democracia*, obras nas quais Cardoso utiliza o conceito de patrimonialismo estamental não mais em conformidade não

ocorria devido aos benefícios e às prebendas concedidas pelo Estado patrimonialista português com o objetivo de manter-se operante. Com isso, a fazenda real fortalecia o “poder doméstico” (Cardoso, *idem*). Isto fazia com que o patrimonialismo patriarcal pudesse dominar de maneira soberana, na medida em que a ordem patriarcal e o favoritismo familiar contrapunham-se como forças vivas à letra morta das ordenações estatais (Cardoso, *idem*). As relações patrimonialistas davam-se entre bandos e estancieiros. Esta prevalência do patrimonialismo patriarcal não se deu de forma imediata. Na fase de conquista da região, a atividade econômica e social subordinava-se de forma ampla e totalizadora aos interesses e ao poder da Coroa e do Estado português.

Como vimos acima, o poder da Coroa não era tão forte a ponto de não precisar recorrer ao poder local. Em virtude disso e também da transformação de integrantes da tropa portuguesa em chefes de bandos saqueadores e em estancieiros, o poder da Coroa portuguesa acabava sendo derruído no Rio Grande do Sul em favor dos interesses privados. Em virtude deste derruimento do poder da Coroa portuguesa no Rio Grande do Sul “O processo iniciado em Portugal de formação do Estado patrimonial sofria, por essa razão, uma espécie de regressão para um sistema mais próximo do patrimonialismo patriarcal”(Cardoso,2003:121). Tal fato ocorria, como vimos acima, pelas relações com o poder privado que eram feitas através de benefícios e prebendas concedidos pelo Estado patrimonialista português com o intuito de se manter operante. Com isso, fortalecia-se o poder privado local à custa da fazenda real (Cardoso, 2003:121).

A utilização do conceito de patrimonialismo tinha a função clara de demonstrar como as relações sociais exercidas no Rio Grande do Sul não possuíam absolutamente nada de democrático. Contrariamente à constituição de uma estrutura democrática que era amplamente defendida pela historiografia gaúcha, a transferência dos lagunistas e preadores paulistas para o sul representou “a transferência do mesmo sistema de organização do trabalho, de apropriação e distribuição da terra e o mesmo sistema de poder vigente no resto da colônia: a grande propriedade mantida e dirigida pela família patriarcal”(Cardoso,2003:118).

Esta organização era feita à base do trabalho escravo bem como com a utilização de agregados. Em virtude da transferência desta forma de organização foi constituída uma sociedade no Rio Grande do Sul organizada de maneira estamental com pleno desrespeito à pessoa humana à base da violência (Cardoso, *idem*). Esta organização

com o modelo weberiano, mas sim com similitudes com a interpretação proposta por Raymundo Faoro.

fazia com que não pudesse se instituído na estrutura patrimonialista a definição de normas que tinham como objetivo o regimento da distribuição de bens e dos direitos que eram pertencentes à Coroa (Cardoso, 2003:121). Desta forma ocorria a subordinação puramente pessoal ao senhor como critério capital para a distribuição prebendária e dos benefícios existentes na estrutura patrimonialista (Cardoso, idem). O domínio dos proprietários rurais e da estrutura patrimonialista deu-se precisamente a partir da consolidação das bases econômicas de seu prestígio no período de domínio da burocracia imperial brasileira. Este período representou o ápice da dominação senhorial exercida pelos estancieiros no Rio Grande do Sul (Cardoso, idem). Esta dominação exercida pelos estancieiros aproximava-se do patriarcalismo originário (Cardoso, idem). Mesmo com a inversão da estrutura patrimonialista brasileira a dominação senhorial era estruturada no sul sob bases precárias como, por exemplo, o domínio incompleto sobre o aparelho estatal (Cardoso, idem). Além do domínio incompleto sobre o aparelho estatal a “sociedade gaúcha nunca teve a rigidez que marcou a sociedade escravocrata constituída nas áreas da economia açucareira e cafeeira” (Cardoso, 2003:200). Havia ainda a instabilidade da camada senhorial gaúcha, a qual foi responsável como causa e consequência dos desequilíbrios existentes no plano econômico (Cardoso, 2003:200). Estes desequilíbrios foram responsáveis pela não instituição de uma economia poderosa e estável (Cardoso, idem). As tensões econômicas e políticas que vimos acima foram utilizadas por Cardoso para demonstrar as relações políticas no Brasil Imperial. Contrariando diretamente a tese que defende a prevalência total do poder privado sobre o público na história brasileira, Cardoso (idem) afirma que:

As tensões econômicas e políticas acima indicadas são muito ilustrativas para explicação do sistema de poder no Brasil Imperial e suas consequências no plano econômico. Pelo menos no caso do Rio Grande do Sul a idéia vulgar de que sobre o chefe local estruturava-se a pirâmide do poder, cujo ápice (o aparelho Estatal central) meramente refletia o equilíbrio ou as tensões da base, parece ser insuficiente para explicar a dinâmica da política de facções e da política econômica imperial. Ao contrário, no Rio Grande, os interesses locais viam-se frequentemente contrariados. Os presidentes da Província, delegados do Poder Central, recrutados em geral na “burocracia política” imperial, e por isso mesmo, relativamente desvincilhados dos interesses dos estancieiros e charqueadores, tornavam-se agentes dos interesses da política geral contra as reivindicações locais(p.211).

Apesar de se referenciar à burocracia imperial brasileira, Cardoso apenas analisa de forma direta, caracterizando-a como patrimonialista, a estrutura política do Estado português. No que se refere ao caso brasileiro tal proposição fica, no máximo, subentendida. Podemos dividir a formação da sociedade riograndense em dois momentos específicos. O primeiro, como vimos acima, refere-se à subordinação das atividades econômicas e sociais aos interesses da Coroa e do Estado patrimonialista português. Já no segundo momento, quando a rotinização da vida econômica e política permitiu, no primeiro quartel do século XIX, a estabilização da camada de proprietários de terras, gados e escravos, começou a haver a exigência por partes destes por maior participação no poder visando o aumento da riqueza pessoal do que atender aos interesses do Estado patrimonialista português (Cardoso, *idem*).

Isto resultou em uma apropriação estamental das posições burocráticas pelos senhores locais, com o objetivo de fortalecer o prestígio pessoal e de consolidar a riqueza familiar (Cardoso, *idem*). Com isso, a lógica original da dominação patrimonialista-estatal era derruída no Rio Grande do Sul. Cardoso (*idem*) afirma que esta inversão da lógica patrimonialista foi fundamental para a constituição das bases para o desenvolvimento da sociedade escravocrata, latifundiária e pastoril do Rio Grande do Sul. O regime instaurado no Rio Grande do Sul tinha como fatores estruturantes o sistema escravocrata, o latifúndio, o patrimonialismo patriarcal aliado ao arbítrio e a violência, que faziam com que o domínio da Coroa portuguesa fosse “corrigido”, como vimos, em nível local na medida em que o funcionário real utilizava os benefícios em termos dos próprios interesses do que em benefício do Estado patrimonial:

Os cargos, favores e influências que o Estado patrimonial Português concedeu ou propiciou para assegurar os interesses políticos e econômicos da Coroa e do Estado resultaram na intensificação das condições favoráveis para a formação de uma camada de senhores que, logo que se viu fortificada, passou a agir independentemente dos interesses coloniais portugueses. A apropriação estamental das posições burocráticas pelos senhores locais permitiu a utilização do poder estatal com o fito exclusivo de fortalecer o prestígio pessoal e de consolidar a riqueza familiar. Desfigurava-se, assim, o sentido original da ordem patrimonial-estatal e lançavam-se as bases para o desenvolvimento da sociedade

latifundiária, escravocrata e pastoril do Rio Grande do Sul, mais próxima do patrimonialismo-patriarcal que do patrimonialismo-estatal (Cardoso, 2003:132).

Inserido na ordem patrimonialista estruturada pelo arbítrio e a violência o negro tinha o seu estatuto de humanidade plenamente derruído na sociedade gaúcha. O escravo era considerado como coisa, pois era representado pelos homens livres e também se auto-representava como um ser incapaz de ações autônomas (Cardoso, 2003:161). Estas ações do escravo ocorriam, apesar de ele conseguir engendrar ações dotadas de “sentido”, em virtude de que ele exprimia “na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores. Nesse sentido, a consciência do escravo apenas registrava e esperava, passivamente, os significados sociais que lhes eram impostos”(Cardoso,2003:161).

Além do domínio da ordem patrimonialista na sociedade rio-grandense havia também a vigência de um elemento moral que era responsável pelo não reconhecimento dos escravos como humanos, o qual será responsável pela desestruturação psicossocial destes na sociedade de classes que sucederá a escravidão no Rio Grande do Sul. Joaquim Nabuco no seu clássico *O Abolicionismo* chamava a atenção para os efeitos deletérios que a moralidade exercia sobre os escravos. Nabuco demonstrou como o processo intenso de não reconhecimento social do negro acarretou a anulação da personalidade, ferindo decisivamente a dimensão da dignidade deste contingente humano, fazendo com que estes se constituíssem como “cadáveres morais” (Nabuco, 2000). Além deste ponto sua interpretação sobre a escravidão demonstrou como esta seria para nós uma espécie de “instituição-total”, a qual possuía efeitos de significação moral, política, econômica e social para a nação (Nabuco, idem). Neste sentido, acreditamos que a análise da sociedade escravocrata no Brasil pode nos fornecer os elementos para um entendimento preciso do atraso brasileiro e também dos conseqüentes dilemas para a constituição de uma ordem efetivamente democrática.

Cardoso (idem) afirma que os escravos não encontravam a condição de pessoa humana objetivada no respeito e nas expectativas construídas em torno deles pelos homens livres. Isto resultava em que “Diante da impossibilidade real de reconhecimento social, a objetivação imaginária, subjetiva, na condição de senhor de outros seres vivos,

nada mais reflete senão a alienação essencial do escravo” (Cardoso, 2003:164). A perversa organização social instituída no Rio Grande do Sul fazia com que os escravos não fossem tratados e também não se auto-representassem como pessoas humanas, mas como simples objetos utilizados como força muscular na estrutura econômica do Rio Grande. Como temos demonstrado, a interpretação de Cardoso refutava o caráter de excepcionalidade da sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul como já havia feito no caso de Santa Catarina. Além disso, demonstrou também como a dimensão da moralidade foi responsável pelo não reconhecimento dos negros escravos como pessoas humanas. Esta demarcação nos fornecer subsídios basilares para compreendermos a formação ubíqua de nossa sociedade de classes⁶⁴. Ainda nos fornece as condições essenciais de contrapormos esta interpretação contra a que será feita pelo próprio Cardoso nos anos 1970 para caracterizar o regime militar instaurado em 1964, caracterizado pelo autor como burocrático-autoritário

A escravidão possuía um caráter amplo e totalizador na sociedade gaúcha, na medida em que ela impunha uma série de avaliações sobre o papel do empreendedor, sobre o trabalho, sobre os homens livres, sobre a sociedade e sobre o destino humano (Cardoso, idem). Na sociedade escravocrata gaúcha a constituição de um estilo de vida senhorial apenas ocorreu devido à expansão da pecuária e da exploração do charque. Nesse sentido, Cardoso (idem) afirma que do ponto de vista moral que imperava nas estâncias rústicas, a inexistência do senhorio funcionava como um fator agravante das condições de vida dos escravos. Isto ocorria devido à utilização da violência e do arbítrio como elementos fundamentais para a manutenção das posições de domínio (Cardoso, 2003:169). Como parece ficar claro até aqui a sociedade escravocrata gaúcha era marcada por ações deletérias contra os negros, o que ajuda a refutar a tese da democracia rio-grandense. Este processo de intensa violência e arbítrio fez com que

64A proposição de sociedade de classes que estamos defendendo neste trabalho como caminho para compreender o caso brasileiro não tem a ver com a proposição de classe de cunho marxista, a qual se fixa apenas no caráter meramente econômico. Nossa proposição de classe baseia-se na proposição sociocultural feita por Pierre Bourdieu. Sobre este ponto, Bourdieu (2002) afirma: “Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de posição semelhantes”(p.136) Neste sentido, a proposição de Bourdieu procura ver o espaço social como um lugar de organização multidimensional. Neste sentido o sociólogo francês argumenta: “Mas a construção do modelo do espaço social que sustenta esta análise supõe uma ruptura bem distinta com a representação unidimensional e unilinear do mundo social que subentende a visão dualista segundo a qual o universo das oposições constitutivas da estrutura social se reduziria à oposição entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho”(Bourdieu,2002:152).

houvesse a coisificação subjetiva do negro. Este processo de coisificação ocorria porque havia a construção pelo próprio escravo de uma autoconcepção moral que negava a própria vontade de libertação bem como sua auto-representação como homem (Cardoso, 2003:175). Para explicar um processo tão brutal de não reconhecimento que se abatia sobre os negros, Cardoso (idem) afirma que este processo ocorria “graças ao progresso de socialização, às expectativas que se formavam em torno de seu comportamento e à vigilância estrita que o sujeitavam” (p.175). Este processo brutal de não reconhecimento engendrado pelos senhores contra os escravos negros, o qual demonstrava de forma precisa toda a perversidade da escravidão negra no Rio Grande do Sul, dava-se desde a tenra infância dos negros quando se inicia precisamente o processo de socialização:

Do ponto de vista da percepção social do senhor a reificação do escravo era total. A descrição das relações entre a criança escrava e o filho do senhor indica a que as técnicas socializadoras do sistema escravocrata permitiam que os senhores mantivessem atitudes e orientassem as ações a partir de normas que implicavam a despersonalização do escravo. A violência, a falta de respeito à pessoa do escravo reveladas pelo comportamento senhorial (que eram requisitos para o funcionamento do sistema de produção escravista) podiam efetivar-se e justificar-se diante dos mores senhoriais graças à reificação prévia do escravo: desde criança o senhor regulava suas expectativas considerando o escravo como um ser incapaz de vontade, objeto de toda sorte de caprichos e perversidades (Cardoso, 2003:176).

Como parece ficar bastante claro no trecho citado acima, o processo de não reconhecimento social do negro era reproduzido em todas as etapas da vida destes e dos brancos da sociedade gaúcha. As crianças brancas desde cedo eram socializadas no sentido de não reconhecerem os escravos negros como pessoas humanas. Tal fato tinha papel decisivo para a reprodução de um sistema social tão brutal. Esta ação mais brutal em relação ao negro ocorria, sobretudo, no âmbito das charqueadas, nas quais eles tinham um processo de “socialização parcial” responsável apenas pela assimilação de técnicas, normas e valores que apenas davam condições de executarem o rude trabalho muscular das fazendas e do charque (Cardoso, 2003:179). Este processo fundamental de “socialização parcial” muito bem descrito por Cardoso, o qual fazia com que o negro não fosse reconhecido como gente na sociedade escravocrata, nos parece, precisamente, a produção de um *habitus* precário. A reprodução do *habitus* precário nos parece o

grande fator de marginalização deste grande contingente humano na nascente sociedade de classes. Jessé Souza (2003) demonstrou como a teoria bourdieusiana deveria ser repensada para o caso brasileiro⁶⁵, na medida em que possuímos entre nós não apenas a produção de um único *habitus*, mas sim de uma pluralidade de *habitus*. Partindo da interpretação de Florestan Fernandes sobre a integração dos negros na sociedade de classes em São Paulo, Souza afirma que a reprodução de um *habitus* precário na nascente sociedade de classes é que foi o dado fundamental para a marginalização do negro. Neste sentido, não haveria resquícios da antiga ordem:

Ora, é precisamente o abandono secular do negro e do dependente de qualquer cor à própria sorte a “causa” óbvia de sua inadaptação. Foi este abandono que criou condições perversas de eternização de um “*habitus* precário”, que constrange esses grupos a uma vida marginal e humilhante à margem da sociedade incluída. Por outro lado, é necessário ter-se clareza teórica e prática acerca das causas reais da marginalização. É precisamente o tipo de explicação que enfatiza o dado secundário da cor – a qual permitiria, supostamente, atribuir a “culpa” da marginalização unicamente ao preconceito – que joga água no moinho da explicação economicista e evolucionista de tipo simples, que supõe ser a marginalização algo temporário, modificável por altas taxas de crescimento econômico, as quais, de algum modo obscuro, terminaria por incluir todos os setores marginalizados (Souza, 2003:160).

65Na verdade, Jessé Souza argumenta a favor da constituição de um *habitus* precário para toda a periferia, proposição da qual discordamos plenamente. Isto porque falta a Jessé Souza, por exemplo, elementos empíricos que legitimem tal tese.

Concordamos com a tese de Souza referente à reprodução de um *habitus* precário⁶⁶ como causa fundamental para a marginalização de um grande contingente humano na sociedade competitiva e de classes brasileira. Concordamos também com sua tese segundo a qual a “cor da pele” funciona como um índice relativo. A obra de Souza, todavia, parece permeada por algumas imprecisões. A primeira delas refere-se à idéia de que o simples abandono do negro e do dependente à própria sorte na sociedade de classes foi o fator último da inadaptação à nova ordem. Como a análise de Cardoso sobre a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul tem demonstrado este *habitus* precário é construído desde o período colonial, quando o negro passa por um duro processo de socialização parcial responsável pela negação de seu estatuto de pessoa humana. A passagem da sociedade escravocrata e hierarquizada para a sociedade de classes e competitiva apenas agudiza o processo já existente de maneira fundamental na sociedade escravocrata. Portanto, os resíduos da ordem escravocrata são transportados para a nascente sociedade de classes. O drama social, sobretudo dos negros escravos, se agudiza na medida em que a competição torna-se o elemento fundamental na nova sociedade. Neste sentido, podemos falar precisamente na agudização de um *habitus* precário existente desde o período colonial. Durante o período colonial e escravocrata o negro é submetido a um duro processo de socialização patológica que o faz não ser reconhecido e não se reconhecer como gente. Na sociedade de classes este elemento

66O conceito de *habitus* foi difundido como um conceito sociológico fundamental por Pierre Bourdieu. Este conceito, como estrutura estruturada e estrutura estruturante era o responsável, desde a mais breve infância, por reproduzir formas de pensar, agir e sentir responsáveis por proporcionar condições dos indivíduos competirem e vencerem na sociedade competitiva de classes. Para Bourdieu, só existiria um único tipo de *habitus*. Apesar de algumas divergências com a sua teoria, acreditamos que Jessé Souza trouxe um elemento fundamental para analisar o caso brasileiro na medida em que houve entre nós a construção e reprodução de mais de um tipo de *habitus*, como fica bastante evidente na interpretação de Cardoso sobre a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Para Souza, a sociedade brasileira seria organizada através dos seguintes tipos de *habitus*: “Ele representa o que gostaria de denominar de “*habitus* primário” de modo a chamar a atenção a esquemas avaliativos e disposições de comportamento objetivamente internalizados e ‘incorporados’, no sentido bourdieusiano do termo, que permite o compartilhamento de uma noção de ‘dignidade’ efetivamente compartilhada no sentido tayloriano. É essa ‘dignidade’, efetivamente compartilhada por classes que lograram homogeneizar a economia emocional de todos os membros numa medida significativa, que me parece ser o fundamento profundo do reconhecimento social infra e ultrajurídico, o qual, por sua vez, permite a eficácia social da regra jurídica da igualdade e, portanto, da noção moderna de cidadania. O “*habitus* precário” seria o limite do “*habitus* primário” para baixo, ou seja, seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social como todas as suas dramáticas conseqüências existenciais e políticas. O que estamos chamando de “*habitus* secundário” tem a ver com o limite do “*habitus* primário” para cima, ou seja, tem a ver com uma fonte de reconhecimento e respeito social que *pressupõe*, no sentido forte do termo, a generalização do “*habitus* primário” para amplas camadas da população de uma dada sociedade. Nesse sentido, o “*habitus* secundário” já parte da homogeneização dos princípios operantes na determinação do “*habitus* primário” e institui, por sua vez, critérios classificatórios de distinção social a partir do que Bourdieu chama de “gosto”.(Souza, 2003:166-67).

fundamental reveste-se de um caráter profundo. Souza (idem) com o intuito de fugir das interpretações que enfatizam a permanência e a importância de fatores pré-modernos como o patrimonialismo na sociedade de classes brasileira afirma que o padrão de marginalização do negro é construído precisamente devido à hierárquica da ordem competitiva, a qual se organiza de forma opaca e intransparente aos atores. Isto faria com que a dimensão fundamental estaria baseada no mérito. Como a análise de Cardoso sobre a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul tem demonstrado os resíduos da antiga ordem ainda se perpetuam na nascente sociedade de classes. Souza exagera em seus argumentos e não percebe que, em uma sociedade ainda hegemonicamente rural os resquícios da antiga como o patrimonialismo possuem um patamar de grande importância. Mesmo com nossas ressalvas à teoria de Jessé Souza, acreditamos que a reprodução de um *habitus* precário funcionou de uma forma subliminar e objetiva, portanto invisível, desde a sociedade escravocrata no Brasil, sendo agudizado na nascente sociedade de classes onde todos eram formalmente considerados como cidadãos.

Parece-nos que a partir deste momento existe a coexistência da estrutura patrimonialista no âmbito rural, responsável por manter um grande contingente humano preso a um duro processo de dominação pessoal, enquanto que no âmbito urbano havia um processo ubíquo de não reconhecimento social resultante fundamentalmente da reprodução de um *habitus* precário por grande parte da população advinda do mundo rural escravocrata. Nesse sentido, Souza procura relativizar o peso do elemento unicamente impessoal ao afirma que até 1930 havia no país a existência de relações duais, ou seja, modernas nas cidades e pré-modernas no campo. O fator moderno havia tornado-se hegemônico a partir de 1930. Ora, mesmo com o processo de industrialização instaurado a partir de 1930, o qual certamente colocou o capitalismo brasileiro em outro patamar responsável por tornar o país a oitava economia do mundo em cinquenta anos. Mesmo assim, o mundo agrário continuou a ter uma importância fundamental, além do fato de que a estrutura de dominação patrimonialista instituída nele desde o período colonial não fora rompida como fica claro na constituição da aliança desenvolvimentista constituída neste período. Esta simplesmente alijou as massas agrárias deste processo, fazendo com que esta estrutura de dominação pudesse coexistir com a ordem moderna que se instituía no mundo urbano⁶⁷. Além disso,

67 Luiz Werneck Vianna possui uma análise fundamental sobre o processo de modernização do país instituído a partir de 1930, o qual o autor caracteriza com o conceito gramsciano de Revolução Passiva.

infelizmente ainda temos registros no Brasil moderno em pleno século XXI de trabalho escravo. Tal fator ocorre, por exemplo, em Campos dos Goytacazes, cidade com uma forte tradição rural derivada do plantio da cana de açúcar. Durante o período de safra, os usineiros contratam mão-de-obra no Vale do Jequitinhonha sem proporcionar as mínimas condições de trabalho. Ou melhor: explorando de maneira brutal estes trabalhadores em um regime de trabalho escravo. Levando-se a interpretação de Souza às últimas conseqüências parece que a questão agrária no Brasil pautada por uma ubíqua ordem patrimonial não possui qualquer importância. Mesmo não considerando a tese de Souza falsificável, essas considerações críticas nos parecem fundamentais para um melhor aproveitamento de suas proposições no sentido da realização de uma releitura da obra de Cardoso que estamos propondo na segunda parte desta dissertação de mestrado⁶⁸.

Referindo-se novamente à pesquisa de Cardoso sobre a sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul é importante ressaltar que o tratamento brutal reservado aos escravos dava-se de forma predominante no âmbito rural das charqueadas e fazendas. Nas cidades havia um caráter mais “benévolo” nas relações entre brancos e negros. Isto ocorria, por exemplo, em relação ao escravo-artesão. Este, ao contrário dos escravos radicados no âmbito rural, os quais apenas exerciam atividades cuja ação dependia exclusivamente da força muscular, exercia uma atividade diferenciada em relação a estes outros escravos. Este possuía mais habilidade que possibilitava a ele condições de ordem material e moral diferenciadas em relação ao escravo radicado no campo (Cardoso, 2003:182).

A ação diferenciada do escravo-artesão trazia como conseqüência a possibilidade do reconhecimento da existência do estatuto de pessoa humana. O tratamento diferenciado

Para uma análise deste processo cf. Werneck Vianna, 1989.

68 Outro ponto que é passível de críticas importantes na obra de Jessé Souza refere-se a tese sobre a existência de uma modernidade periférica a partir dos padrões de formação da sociedade de classes existentes no Brasil. Ou seja, Souza apanha o caso brasileiro e o generaliza para toda a periferia. Tal fato, que em princípio poderia trazer elementos fundamentais para o entendimento da modernidade na periferia nos parece, em princípio, algo bastante questionável. Senão, como pensar um padrão de subcidadania igual ao padrão brasileiro para países como a Argentina e o Chile onde a escravidão negra foi inexistente como na Argentina e no Uruguai. Esta inexistência foi demonstrada muito bem por Cardoso em sua análise sobre as relações entre a economia escravocrata do Rio Grande do Sul e os países da Bacia do Rio da Prata. Estes países utilizavam mão de obra livre! Concordo com Souza no que se refere à singularidade na periferia do capitalismo, como sobejamente demonstrou Cardoso em sua teoria da dependência. O mesmo Cardoso, para defender tal teoria, comparou diversas experiências históricas. Nesse sentido, apanhar o caso brasileiro como padrão de um tipo de incorporação existente em toda a periferia, sendo responsável por um padrão específico de modernidade periférica, nos parece um despropósito sociológico.

dispensado ao escravo-artesão também era feito com o escravo doméstico como ocorria no restante do país (Cardoso, *idem*). Mesmo com este caráter diferenciado, o tratamento dispensado aos escravos de casa apenas fazia com que este tratamento fosse menos brutal em comparação com aquele que era dispensado aos escravos nas charqueadas. Isto ocorria porque “Não criava, porém, condições para a reação crítica do escravo à sociedade escravocrata ou à espoliação social do negro que depois da Abolição os brancos tentaram manter” (Cardoso, 2003:183).

Como vimos acima, existiam três tipos de escravos na sociedade gaúcha. O escravo das fazendas e charqueadas, o escravo doméstico e o escravo-artesão. Destes, apenas o escravo-artesão conseguiu completar o seu processo de socialização a ponto de conseguir se auto-reconhecer e ser reconhecido como ser humano. Desta forma, ele pôde lutar pela inserção na nova sociedade de classes. Neste sentido, a análise de Cardoso parece nos apontar que o elemento fundamental do não reconhecimento social que se perpetua na sociedade de classes é o elemento moral resultante do processo de socialização patológica a que um grande contingente de escravos estava inserido na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Esta socialização patológica teve como consequência a produção e reprodução de um *habitus* precário, fator importante para a caracterização do negro como simples objeto na sociedade escravocrata e fundamental para sua marginalização na sociedade de classes. Isto nos ajuda a ver que o processo de não reconhecimento social tornou-se o grande empecilho para a constituição de uma ordem democrática na sociedade brasileira pós-abolição. Neste sentido o grande fator de exclusão não era resultante exclusivamente da “cor da pele”. Este fator possui sem dúvida uma importância significativa. Todavia, o elemento moral proveniente do processo de socialização patológica produtora de um *habitus* precário parece conter, como temos demonstrado, o elemento fundamental para compreendermos a ubíqua formação de nossa sociedade de classes. Senão, vejamos o trecho abaixo no qual Cardoso argumenta sobre a diferenciação do escravo-artesão em relação aos outros escravos da estrutura social gaúcha:

Além disso, os próprios requisitos para o desempenho eficiente do trabalho artesanal permitiam que o escravo se adestrasse em técnicas culturais e sociais que ultrapassavam o limite mínimo de aprendizado que a socialização parcial impunha à massa dos escravos das charqueadas e dos serviços rudes do campo. Em alguns casos, até a instrução elementar esteve ao alcance dos escravos mais qualificados, que dessa

forma puderam aprender a ler e a realizar as operações aritméticas mais simples. Por todos esses motivos, foram os escravos urbanos que, com a Abolição, puderam, como se verá noutro capítulo, tentar reajustar-se criticamente diante das novas condições de vida que se formaram: tornaram-se livres juridicamente, como todos os demais escravos, e puderam situar-se como homens livres na sociedade de classes em formação, graças às condições morais e intelectuais de que foram beneficiários por causa da condição de artesãos (Cardoso, 2003:182).

Como o trecho acima demonstra sobejamente o fator fundamental de exclusão e não reconhecimento dos negros na nova sociedade não era oriundo do fator “cor da pele”, como enfaticamente temos defendido. Tal fator dá-se, precisamente, pela constituição e reprodução de um *habitus* precário que será responsável pela negação efetiva do caráter de cidadania para o grande contingente negro que vivia no mundo rural da sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Pelo processo de socialização diferenciado em relação ao que a massa dos escravos era submetida os escravos-artesãos conseguiram se destacar da massa de escravos existente no Rio Grande do Sul, os quais tinham permanentemente sua condição de pessoa humana não reconhecida objetiva e subjetivamente pelos homens livres brancos. Havia entre os brancos e os escravos um profundo processo de violência material e simbólica que nos ajuda a compreender de forma certa a complexa construção da sociedade de classes no Brasil, pois o padrão de relações raciais ocorrido no Rio Grande do Sul foi reproduzido também em outras áreas do Brasil como São Paulo e Santa Catarina também estudados pelos intelectuais uspianos.

O processo de socialização patológica do grande contingente de escravos radicados no mundo rural do Rio Grande do Sul nos ajuda a ver como houve a constituição na nascente sociedade de classes gaúcha de uma extensa *ralé* estrutural⁶⁹ composta pelos ex-escravos das fazendas, charqueadas e dos serviços domésticos que não conseguiram se adaptar e ser reconhecidos na nova sociedade como cidadãos. Devido à constituição e reprodução de um *habitus* precário estes escravos não se reconheciam como pessoa humana e também não eram reconhecidos como tal pelos homens brancos. Este fator de não reconhecimento social existente nas análises de

69 Como já tivemos oportunidade de discutir acima, apesar de não concordarmos com todos os postulados de sua teoria consideramos a tese sobre a existência de uma *ralé* estrutural na sociedade de classes brasileira como um elemento fundamental, o qual é plenamente corroborado pela análise de Cardoso sobre a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.

Cardoso sobre a realidade de Santa Catarina e Rio Grande do Sul é que nos parece o grande fator de atraso existente na sociedade brasileira. Este, como fica patente nas análises acima, transcende à dimensão sistêmica, seja ela derivada do Estado ou do mercado. Esta dimensão sistêmica é abordada como causa do *atraso* brasileiro pelas análises do próprio Cardoso, sobretudo da década de 1970, além das interpretações de Faoro, Schwartzman e dos intérpretes marxistas da obra de Cardoso. Voltaremos a este ponto no final do capítulo

O peso da escravidão era tão intenso na região que esta representou em um primeiro momento o recurso possível para a exploração de uma terra vasta, mas com escassez de mão-de-obra (Cardoso, 2003). Num segundo momento, todavia, o sistema escravocrata representou o grande obstáculo para o desenvolvimento de forças produtivas que viessem a implantar de maneira plena o sistema capitalista no Rio Grande do Sul, constituindo-se no grande fator de atraso da região. Cardoso (*idem*) afirma que da escravidão derivaria uma concepção alienadora do trabalho, responsável por impedir a constituição de formas mais complexas de trabalho humano. Neste sentido, a escravidão constituiu-se num estado social objetivo responsável por um conjunto de atos de dominação e subordinação dos negros escravos, fazendo do mundo senhorial um todo homogêneo e dominador (Cardoso, 2003:262). Este parágrafo contém um elemento que é colocado como único e fundamental pelos intérpretes desta obra de Cardoso: a contradição entre o sistema capitalista e a escravidão. Como abordamos acima é um elemento de grande importância. Todavia, para um aproveitamento mais interessante e frutífero do potencial crítico da obra de Cardoso no sentido de se compreender o atraso brasileiro o foco cuidadoso na figura do negro mostra-se fundamental.

Para Cardoso (*idem*), o regime escravocrata era o grande responsável pelos malogros econômicos sofridos pelo Rio Grande na concorrência com os países do Prata. A ordem escravocrata constituía-se no principal obstáculo para a formação do capitalismo no Rio Grande do Sul, pois era relegado ao malogro quando competia com o trabalho livre dos países do Prata⁷⁰. Tal postulado ocorria precisamente porque o regime escravocrata agia com fator limitador das possibilidades de racionalização da

⁷⁰ Como bem enfatiza Cardoso, o regime escravocrata do Rio Grande do Sul competia com os países da Bacia do Rio da Prata que utilizavam apenas a mão-de-obra livre. É a partir desde dado fundamental, o qual demonstra como a escravidão não teve grande significação para países como Argentina e Uruguai que questionamos a tese de Jessé Souza sobre a constituição de uma modernidade periférica a partir da generalização do caso brasileiro.

vida econômica, sobretudo quando eram requeridos a intensificação de meios técnicos de produção e do apelo a calculabilidade para a economia dos fatores de produção (Cardoso, idem). Neste sentido “(...) o sistema escravocrata, numa economia mercantil que visa o lucro, encobre para o proprietário de escravos o sentido real da produção capitalista e impede o pleno florescimento do capitalismo”(Cardoso, 2003:223). O regime escravocrata tinha um índice de produtividade menor que o trabalho livre desenvolvido no Prata.

Como dissemos acima, a demarcação deste ponto referente às contradições entre capitalismo e escravidão é importante, pois tal ponto é considerado pelos seus intérpretes como a questão essencial da análise de Cardoso sobre o regime escravocrata no Rio Grande do Sul. Certamente este é um ponto de grande importância em sua análise, o qual foi possível devido à leitura e utilização do instrumental teórico-metodológico de Marx possibilitada pelos estudos efetuados no âmbito do Seminário de Marx. Desta forma, o elemento que fica demarcado da análise de Cardoso como principal é, precisamente, a crítica ao marxismo dogmático que era desenvolvido no âmbito do PCB por autores como Nelson Werneck Sodré. Para os nossos propósitos nesta dissertação este ponto possui um caráter secundário, pois acreditamos que os pontos mais significativos da interpretação de Cardoso sobre a sociedade escravocrata rio-grandense estão na caracterização do negro. Acreditamos que o processo de não reconhecimento social experienciado pelo negro durante a vigência da sociedade estamental no Rio Grande do Sul mostra-se um elemento fundamental para uma compreensão mais precisa dos dilemas referentes à constituição de uma democracia efetiva no país, nos ajudando a transcender à análise focada nas questões eminentemente institucionais como faz o próprio Cardoso durante os anos 1970.

O malogro do regime escravocrata no sul deu-se em virtude de dois fatores cruciais: a abolição da escravatura e a imigração. Segundo Cardoso “A defesa da imigração, no sul, responde a uma atitude crítica contra a escravidão e contra as formas de produção geradas pela escravidão”(p.243). Estes movimentos, todavia, não representaram a constituição de uma nova ordem para os ex-escravos, bem como de uma nova representação destes estratos frente aos brancos. De acordo com Cardoso (idem) os movimentos de abolição e imigração foram ocupados pelas camadas dominantes, as quais reorientaram a reintegração do negro na nova ordem de acordo com seus interesses. Isto ocorria porque “(...) a crítica à escravidão que impulsionou o

abolicionismo no sul foi, antes de mais nada, uma crítica da sociedade livre e do homem branco plasmado pela sociedade escravocrata”(Cardoso,2003:268).A crítica abolicionista partida do homem branco fazia com que a consciência abolicionista se revestisse de um caráter conciliador.De acordo com Cardoso (idem) este processo ocorria devido à expressão pelos defensores da abolição de um ponto de vista falso, na medida em que os abolicionistas procuravam encobrir os seus interesses. Além disso, a situação de classe na qual estavam não dava condições para que estes pudessem compreender de forma global a sociedade na qual estavam inseridos (Cardoso, 2003:276). Em virtude disso, o abolicionismo no Rio Grande do Sul funcionou como um processo de “falsa consciência”, na medida em que suas ações foram feitas de acordo com os interesses da economia escravocrata que estava sendo derruída (Cardoso, idem). Além disso, o abolicionismo não modificou a representação social engendrada pelos senhores e homens brancos livres sobre os escravos. Desta forma, o negro libertado em 1884 e 1888 permaneceu na consciência e no comportamento dos homens brancos representado como coisa (Cardoso, 2003:282). Ou seja, o negro continuou a ser representado como coisa precisamente pela reprodução do *habitus* precário que o fazia ser concebido pelos brancos como coisa. Portanto, apesar da ordem formalmente igualitária onde todos seriam cidadãos, havia um processo efetivo de reprodução de um padrão de subcidadania na nascente sociedade de classes.

Tal processo ocorria devido à forma de organização dos escravos negros na sociedade gaúcha que, como vimos, organizou os seus negros desde as charqueadas, estâncias e trabalhos domésticos até os negros-artesãos. O trabalho especializado realizado pelo escravo-artesão foi responsável por retirar desta forma de trabalho escravo o seu caráter anti-humano que era característico do trabalho escravo resumido à aplicação exclusiva da força muscular bruta (Cardoso, idem). Segundo Cardoso (idem) “Agindo como não-escravo, o negro podia desenvolver alguma consciência crítica e o branco podia perceber, na própria ação dos escravos, as contradições encerradas nas representações que construía sobre o negro-escravo”(p.308).

Como mostra do não reconhecimento gerado na nova sociedade pela reprodução de um *habitus* precário havia também as atividades que eram socialmente reconhecidas e outras que não eram. O trabalho puramente muscular que era feito pelos escravos das estâncias e charqueadas era considerado como resultante da ação de coisas. Ou seja, os escravos se representavam e eram auto-representados como meras peças que faziam a

produção nas estâncias e, sobretudo, nas charqueadas funcionar. Já os escravos-artesãos tinham suas atividades socialmente reconhecidas devido ao fato de que os brancos lhes concediam o mesmo estatuto de humanidade que os caracterizava. Este ponto trabalhado por Cardoso nos parece capital porque o reconhecimento e a ausência dele provoca conseqüências importantes para a constituição de uma sociedade efetivamente democrática.

Demonstrando a importância vital do tema do reconhecimento no mundo contemporâneo, o filósofo canadense Charles Taylor (2000) afirma que nossa identidade é formada pelo reconhecimento ou ausência dele. Isto faz com que ele seja um elemento central na modernidade. Nas sociedades pré-modernas, o elemento valorativo central era a honra. Nestas sociedades estruturadas pela honra a organização era hierárquica, ou seja, as posições sociais já estavam previamente definidas. Na modernidade, no entanto, a honra perde seu valor hierarquizante, sendo substituída por dignidade e autenticidade. Estes princípios seriam responsáveis pela horizontalização das relações sociais na medida em que a dignidade seria um princípio compartilhado por todos os cidadãos. Não haveria, portanto, cidadãos de primeira e segunda classes. Ao analisarmos o caso do Rio Grande do Sul vemos que o princípio hierarquizador daquela sociedade não era a honra na medida em que o reconhecimento dado aos escravos baseava-se na execução de trabalhos que eram considerados como dignos de reconhecimento. Em virtude disso, nos parece equivocado considerar a sociedade rio-grandense como eminentemente pré-moderna. Ao contrário disso, consideramos a sociedade rio-grandense assim como o Brasil Imperial, sobretudo do século XIX, como uma junção contraditória entre elementos modernos e atrasados⁷¹. Por isso, os conceitos

71 Florestan Fernandes (2006) produziu a interpretação sociológica mais importante sobre o Brasil Imperial na medida em que demonstrava como havia uma imbricação naquela sociedade entre elementos modernos e atrasados, o que tornava indevida a caracterização do Brasil Imperial como pré-moderno. Outra autora que demonstra tal imbricação é Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), para quem os elementos modernos e atrasados se relacionaram naquela sociedade como unidades contraditórias. Sobre as similitudes entre as análises Carvalho Franco e Cardoso Roberto Schwarz (1998) argumenta: “Embora Capitalismo e escravidão pesquisasse a economia do charque no Rio Grande do Sul e Homens livres tivesse como documentação de base os processos-crime da comarca de Guaratinguetá, as grandes linhas argumentativas das duas monografias pedem uma leitura que opere sua síntese, pois se referem a dimensões interligadas, gerais e decisivas da sociedade brasileira no conjunto. A sujeição violenta em que se encontra o escravo, bem como a relação de dependência à qual o homem livre e pobre na ordem escravista não pode fugir, ambas têm como antagonista, no pólo oposto, a camada de homens que a propriedade insere no mundo do cálculo econômico. Fernando Henrique havia analisado os impasses cruéis da racionalização produtiva no escravismo. Em espírito similar, Maria Sylvia observa que os donos da terra tratam os seus moradores e dependentes ora como apadrinhados, com os quais têm obrigações morais, ora como estranhos, sem direito a morada ou proteção(ou seja, a terra em que moram de favor pode ser vendida). Essa última mudança de atitude, em que o mundo vem abaixo para um dos lados, ocorre arbitrariamente, sem satisfações a dar, conforme a variação dos interesses econômicos ou outros da outra parte. Assim, ainda que nas duas monografias a simpatia dos autores fique com os oprimidos, cujas

de dignidade e autenticidade podem ser utilizados para compreender as relações de não reconhecimento social existentes entre brancos e negros na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.

O princípio da autenticidade é constituído de maneira individual por cada indivíduo. Já o princípio de dignidade é estruturado a partir das relações interativas constituídas pelos indivíduos. Ou seja, constituo minha identidade através de relações dialógicas com os outros. (Taylor, 2000). Portanto, para constituirmos nossa identidade através dos princípios de autenticidade (individual) e dignidade (social) precisamos do reconhecimento alheio. É a partir da imagem que é feita do indivíduo que ele constitui sua identidade. Todavia, quando este reconhecimento é negado efeitos deletérios ocorrem:

Sua recusa pode, de acordo com uma disseminada visão moderna, como indiquei no começo, infringir àqueles a quem é negado. A projeção de uma imagem inferior ou desprezível sobre outra pessoa pode na verdade distorcer e oprimir na medida em que a imagem é internalizada (Taylor, 2000:249).

Como demonstrou Cardoso havia uma internalização da imagem construída pelos brancos dos escravos como coisa, ou seja, sem um estatuto de humanidade. Isto foi responsável por uma constituição extremamente deletéria da sociedade de classes que substituiu a sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul. Os efeitos deletérios do não reconhecimento demonstram como o reconhecimento é fundamental para a constituição de uma boa identidade e, sobretudo, de uma sociedade democrática, na qual todos sejam reconhecidos como portadores da cidadania efetiva. A constituição da identidade, todavia, não é dada de maneira neutra. Pelo contrário. Sua constituição possui uma imbricação com o princípio da moralidade, ou seja, na constituição da identidade (*self*) há uma ligação intrínseca a uma visão de bem e de boa vida (Mattos, 2006). Este princípio de moralidade foi demonstrado por Cardoso ao relacionar o não reconhecimento dos negros de seu estatuto de pessoa humana ao engendramento de atividades moralmente desqualificadas como o trabalho nas estâncias e charqueadas pautado meramente pela força muscular. Em virtude disso, podemos ver de maneira

chances analisam, o resultado substantivo vai na direção contrária, sublinhando a margem de manobra que a peculiar estrutura do processo brasileiro faculta à propriedade, a qual segundo a convivência toca os seus negócios por meio de escravidão, trabalho livre, relações paternalistas ou indiferença moderna”(p.108)

precisa como o elemento moral possui uma importância central para a constituição de uma boa identidade e, conseqüentemente, de uma sociedade efetivamente democrática. Devido à falta de reconhecimento social os negros libertos tiveram um comportamento extremamente deletério na nova sociedade na medida em que ao invés de serem integrados como cidadãos constituíram a *ralé* estrutural da sociedade de classes nascente. Este dado capital ocorria porque não tinham seu estatuto de cidadania reconhecido pelos seus pares:

A descrição sombria, e verdadeira, do que ocorreu depois de (18) 84 não deixa margem para dúvidas quanto ao comportamento dos ex-escravos: “a vadiagem progride desenfreadamente; o abuso da aguardente marcha a par com a degradação moral; a prostituição toma proporções inquietantes e o pauperismo aumenta com esse grande número de indivíduos que, lançados de chofre em um meio muito diferente daquele em que viviam e cercados de novas e urgentes necessidades, estragam-se pela maior parte na orgia vegetando em lastimável miséria, onde fatalmente perecerão, arrastando a sua descendência”(Cardoso,2003:312-13).

É interessante demarcar que este processo ocorreu de maneira concomitante na cidade de São Paulo⁷², considerada a mais burguesa e moderna das sociedades brasileiras. Ou seja, havia um padrão efetivo de *subcidadania* existente no Brasil enquanto um todo. Como fica bastante evidente no trecho acima citado por Cardoso em sua obra, a transformação da sociedade escravocrata em sociedade de classes representou a caracterização dos brancos e ação dos negros como subgente ou *subcidadãos*. Isto ocorreu porque os padrões de não reconhecimento social do seu estatuto de pessoa humana foram mantidos, ou melhor, aprofundados, na nova sociedade de classes na qual todos possuíam formalmente o estatuto de cidadania. Houve, de fato, um aprofundamento deste processo na nascente sociedade de classes onde todos eram considerados formalmente cidadãos. Em virtude disso é que discordamos da proposição de Jessé Souza segundo a qual a passagem para a sociedade de classes é que criou o processo de não reconhecimento e conseqüente exclusão devido

72 Tal processo referente a São Paulo pode ser precisamente observado na análise de Florestan Fernandes contida no seu fundamental *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Não é à toa que Jessé Souza constrói sua teoria sobre a subcidadania a partir da obra originalmente defendida como tese de cátedra por Florestan Fernandes. Cf. Fernandes (2008).

à instauração de um novo patamar de hierarquia social. Este seria efetivado devido à constituição da sociedade competitiva.

Todavia, a instauração da sociedade de classes fez com que este padrão brutal de não reconhecimento ganhasse novo patamar com a constituição de um padrão de subcidadania e de formação de uma *ralé* estrutural. Tal ponto fica bastante evidente no trecho acima quando o autor demonstra a participação dos negros em ações deletérias e moralmente desqualificadas. Neste sentido: “Suprimida a escravidão, os negros continuariam irremissivelmente sujeitos a outras modalidades de escravidão e de alienação: à escravidão da miséria ou à condição de párias de uma sociedade de classes em formação”(Cardoso,2003:313).

Devido à brutal ação de não reconhecimento derivada da reprodução de um *habitus* precário e do conseqüente não reconhecimento social, os escravos tiveram como únicas opções continuar trabalhando nas mesmas condições em que viviam no regime escravocrata com o status formal de cidadania. Caso não fizessem isso, tinham como “opção” se rebelarem contra tudo que o trabalho desqualificado pela escravidão significava, o que fazia com que os negros vivessem na ociosidade e no desregramento (Cardoso, 2003:316).De acordo com Cardoso (idem) “O ato de revolta contra o *status quo* significava, automaticamente, a condenação à miséria e a condições morais subhumanas de vida”(p.316). Cardoso afirma que esta nova etapa representou uma resignificação do preconceito sobre o negro. Ele passou a ser caracterizado como ocioso e a agir desta forma (Cardoso, idem).Ou seja, o não reconhecimento do negro e a reprodução de um *habitus* precário faziam com que o negro, grande vítima deste processo deletério, fosse considerado e agisse como culpado.

A partir do início da sociedade de classes o problema do negro aparece como um dado fundamental. Isto ocorreu na medida em que a representação social destes como ociosos feita pelos brancos será incorporada por este contingente humano que passará a agir desta forma. Nesse sentido, na sociedade de classes nascente havia evidentes atribuições negativas aos negros, pois “Os brancos isolavam certos aspectos do comportamento dos negros das condições que os produziam, passando a encara-los como atributos invariáveis da ‘natureza humana’ dos negros”(Cardoso,2003:320).

Cardoso (idem) afirma que houve um esforço na nascente sociedade de classes do Rio Grande do Sul para manter os negros nos limites da participação social que estes

possuíam na sociedade escravocrata e estamental. Ou seja, havia um esforço para manter os negros excluídos. Na nascente sociedade de classes o branco justificava a situação deletéria dos negros por motivos naturais, ou seja, como se o desregramento social fosse culpa das ações dos próprios negros. Este ponto é simplesmente fundamental, uma vez que demonstra sobejamente como a desigualdade constituída na nova sociedade era naturalizada através da delegação da culpa pela situação deletéria dos escravos a si próprios. Além desta justificação havia o objetivo de impedir que os negros participassem juntamente com os brancos dos benefícios da ordem formalmente democrática que havia sido instaurada, como fica evidente no impedimento destes de freqüentarem as mesmas escolas ou dançar nos mesmos salões (Cardoso, 2003:320). Ou seja, o não compartilhamento do *habitus* primário dos brancos pelos negros, responsável pelo reconhecimento destes como cidadãos de forma infra e ultra-jurídica, é que fazia com que a situação deletéria na qual viviam os negros fosse naturalizada pelos brancos. Portanto, o elemento mais importante de exclusão na nascente sociedade de classes do Rio Grande do Sul tinha um caráter objetivo, ou seja, impessoal. O processo de exclusão dava-se também em âmbito oficial, precisamente nas repartições públicas. Havia a fraude nos concursos públicos para que os negros não alcançassem as posições de maior prestígio e remuneração no serviço público (Cardoso, idem).

Como argumentamos acima, o reconhecimento pautado pelo princípio de dignidade é capital para que possamos constituir uma boa identidade e desta forma participar de forma efetiva da sociedade na qual estamos inseridos. Vimos também que este princípio basilar foi permanentemente negado aos negros. Devido a este processo extremamente deletério:

Os negros acabaram por aceitar a representação que os brancos faziam deles e a legitimidade da ideologia da “sociedade sem preconceitos” que lhes foi imposta. Não era o branco que era arrogante, mas o negro que era humilde; não havia falta de oportunidades sociais para o negro trabalhar, o negro é que era tímido ou vagabundo; não era o branco que evitava socialmente o negro, era o homem instruído que não podia conviver com o negro braçal; O grande espoliado transformava-se no responsável pelo “estado de acabrunhamento” cujos efeitos mascaravam tão fortemente a personalidade-status do homem negro que, no presente, quase todos se definem como vítimas de um terrível “complexo de inferioridade”, “complexo de negritude”. Alienação mais completa seria impossível:

aceitaram a imagem do negro e a ideologia da convivência inter-racial desenvolvidas pelos brancos; e definiram como projeto a inautenticidade, motivados pela ideologia do branqueamento (Cardoso, 2003:324).

Como podemos perceber, a escravidão deixa como grande nódoa para a nova sociedade nascente no Rio Grande do Sul um processo profundo de não reconhecimento social, o que fazia com que os negros não fossem reconhecidos como cidadãos efetivos na nova sociedade. O que havia, de fato, era a sua desestruturação psicossocial, ou seja, produção e reprodução de um *habitus* precário que fazia com que a exclusão que ocorria na antiga ordem escravocrata pudesse se perpetuar na nova sociedade em grandes proporções. Este processo fazia com que a quase totalidade dos negros se acomodasse à nova ordem sem condições objetivas e subjetivas de contestar o seu caráter perverso.

Apesar de toda situação adversa houve a organização de grupos negros responsáveis por minorar a situação da comunidade negra na sociedade de Porto Alegre. Mesmo com essa reação de alguns grupos negros minoritários oriundos da ação como artesãos durante o regime escravocrata “Os canais de ascensão do negro, entretanto, eram socialmente regulados pelas camadas dominantes brancas. A democracia brasileira e sua matriz classista limitavam-se ainda a um simulacro bastante deformado pela sobrevivência do antigo regime” (Cardoso, 2003:330). Além da questão da desestruturação psicossocial do negro houve também a continuidade da fidelidade aos chefes de parentela e prevalência do patrimonialismo originado no mundo agrário. Este último fator, o patrimonialismo, infelizmente será trabalhado por Cardoso nas obras subsequentes como fator único do *atraso* brasileiro. Seus *insights* capitais sobre a formação da sociedade de classes no sul referentes ao padrão de socialização patológica dos negros e o seu conseqüente processo de marginalização serão, infelizmente, abandonados pelo autor em detrimento de uma visão uniformizadora, frágil e empobrecedora sobre as relações de classe no Brasil.

Neste momento da análise de Cardoso o patrimonialismo brasileiro tem como origem o mundo rural. Apesar de caracterizar o Estado português como patrimonialista e fazer referência à burocracia Imperial brasileira, o autor não defende nesta obra a tese de que o Brasil havia herdado o sistema político de Portugal com o processo de independência. Esta tese, como veremos mais à frente, será defendida por Cardoso nos

anos 1970 quando este analisa a natureza do Estado no Brasil e do regime denominado por ele como burocrático-autoritário.

Outros pontos importantes a serem demarcados nesta parte da análise de Cardoso referem-se à caracterização do patrimonialismo brasileiro como proveniente do mundo rural, tese esta que é defendida também por Florestan Fernandes e Maria Sylvia de Carvalho Franco, e a caracterização da burocracia portuguesa como grande e complexa. Este último ponto será um elemento muito importante para as análises que Cardoso faz durante os anos 1970 sobre o Estado brasileiro e de sua tradição burocrática e patrimonialista. Este fator nos ajuda também a demarcar como há apenas uma concordância com algumas teses de Faoro e de Schwartzman e não uma incorporação da interpretação do Brasil destes autores, especialmente de Faoro, durante os anos 1970 quando Cardoso procura compreender o autoritarismo no Brasil. Nesse sentido é que defendemos a tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a interpretação do Brasil produzida por Cardoso durante os anos 1970 e as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman.

Havia na sociedade de classes nascente uma verdadeira “ideologia do branqueamento”. Esta ideologia fazia com que as ações que possuíam reconhecimento efetivo fossem aquelas sancionadas pela ordem burguesa. Portanto, eram os valores impessoais que, a partir deste momento, agudizavam a situação do negro liberto na nascente sociedade de classes e transformavam sua situação deletéria como algo naturalizado. Neste sentido, os negros que conseguiam alcançar uma posição de reconhecimento na sociedade evitavam contato com outros negros (Cardoso, *idem*). Desta forma “A própria expressão *negro* continha agora, para aquele que havia alcançado o ideal de ‘branqueamento social’, um resquício de desprezo, surgia a ‘vergonha da negritude’” (Cardoso, 2003:331). Os elementos demonstrados pela interpretação de Cardoso nos forneceram subsídios suficientes para vermos de maneira precisa que a “cor de pele” funcionava como um índice relativo no que referia ao processo de exclusão dos ex-escravos na nascente sociedade de classes. Cardoso, todavia, mesmo demonstrando que a exclusão social transcendia à questão da “cor da pele”, acabou dando ênfase demasiada a este ponto como se ele realmente fosse o principal índice de exclusão dos negros na nova sociedade.

Como temos procurado demonstrar ao longo desta parte o elemento fundamental de exclusão na nova sociedade não era exclusivamente a “cor da pele”, mas sim a

reprodução de um *habitus* precário que era complementado por um elemento moral que via na realização das atividades puramente oriundas da utilização da força muscular como ações exercidas pela subgente representada pelos ex-escravos na sociedade de classes nascente. Nesse sentido, Souza (idem) tem razão ao defender a tese de que a “cor da pele” funcionava como uma “ferida adicional” e não como elemento central do preconceito.

Cardoso demonstrou precisamente como o estatuto de pessoa humana era negado à maioria dos escravos no Rio Grande do Sul, fazendo com que as atividades pautadas pela força muscular que eles exerciam nas charqueadas e estâncias não fossem reconhecidas como trabalhos socialmente legítimos. Este não reconhecimento, fruto da produção e reprodução de um *habitus* precário por esse contingente humano foi responsável pelo desregramento social dos escravos na nova sociedade, o que resultou na negação do reconhecimento e na sua permanente exclusão na nova sociedade.

Apesar da continuação da ordem patrimonialista o fator mais significativo da manutenção da estrutura hierarquizada e excludente não foi esta forma de dominação tradicional, mas sim o elemento moral que hierarquizou a nova sociedade em gente e subgente ou cidadãos e sub-cidadãos. A não incorporação dos negros à sociedade de classes nascente demonstrou precisamente como a nova ordem formalmente democrática era extremamente precária na medida em que os traços marcantes do “antigo regime” mantiveram-se na nova sociedade (Cardoso, idem).

Em síntese, a sociedade escravocrata analisada por Cardoso tinha como características fundamentais os grandes domínios rurais, a escravidão estruturada pela violência e o arbítrio, o patrimonialismo societal e um brutal processo de socialização responsável último pela exclusão de um grande contingente humano naquela sociedade. Como vimos também, o patrimonialismo brasileiro para Fernando Henrique Cardoso não era resultante ainda da herança do sistema político português, mas sim resultante das condições de ocupação do solo como no caso do Rio Grande do Sul. Acreditamos que esta obra de Cardoso nos fornece o caminho preciso para o entendimento do nosso patrimonialismo, na medida em que sua atuação capital ficou bastante bem demarcada no mundo rural onde ainda vigia um elemento basilar de dominação pessoal. Além disso, nos mostrar como a escravidão teve efeitos deletérios fundamentais para a constituição da sociedade de classes entre nós, na medida em que teve importância social, política, econômica e moral.

O importante a ser demarcado é que as preocupações de Cardoso com a questão racial não mais existirão em suas obras posteriores. A exclusão deste tema fundamental de suas preocupações intelectuais ocorre porque o tema do desenvolvimento possuirá o protagonismo em sua produção intelectual. Este protagonismo apenas será dividido com suas análises sobre o autoritarismo no Brasil que serão derivadas de suas teses sobre o desenvolvimento dependente brasileiro. Desta forma, Cardoso perde no nosso entendimento um *insight* fundamental sobre a ubíqua constituição da sociedade de classes no Brasil. Este demonstrava como esta formação teve como responsável fundamental não o patrimonialismo derivado do Estado, o qual possui no fundo uma concepção subjetivista e empobrecedora das relações de classe no Brasil. Essa concepção empobrecedora é dada devido à circunscrição da exclusão social à intencionalidade dos sujeitos que dominam o sistema político no país. Tal ponto ficará patente nas obras subseqüentes de Cardoso que analisaremos nos próximos capítulos.

Esta parte fundamental da interpretação de Cardoso nos ajuda também a demonstrar a fragilidade das concepções que focam o *atraso* brasileiro a partir de imperativos do mercado como defendem os dois intérpretes marxistas analisados no capítulo anterior desta dissertação. Eles vão dividir de uma forma pobre e reducionista as relações de classe no Brasil à luta entre burguesia dominante e classe trabalhadora explorada⁷³. Ao contrário destas duas proposições simplificadoras dos conflitos de classe no Brasil a análise de Cardoso sobre a sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul demonstrou a existência de um padrão patológico de socialização que tinha como companhia um elemento moral responsável pelo não reconhecimento e por hierarquizar a sociedade de classes riograndense em cidadãos e *subcidadãos*. Portanto, tal elemento dava-se, fundamentalmente, por critérios objetivos, ou seja, impessoais. Devido ao caráter de abandono do ex-escravos e de seus descendentes este processo era plenamente reproduzido pelas gerações subseqüentes. Desta maneira ele demonstrava o caráter perverso e naturalizado da desigualdade naquela sociedade. Vale lembrar que as análises de Cardoso sobre Santa Catarina demonstraram também como a maioria dos

73 Sobre a insuficiência da proposição de classe marxista, Bourdieu (2002) afirma: “As insuficiências da teoria marxista das classes e, sobretudo, a sua incapacidade de explicar o conjunto das diferenças objectivamente provadas, resultam de que, ao reduzir o mundo social unicamente ao campo econômico, ela se vê obrigada a definir a posição social em referência unicamente à posição nas relações de produção econômica, ignorando com isso as posições ocupadas nos diferentes campos e subcampos –sobretudo nas relações de produção cultural – da mesma forma que todas as oposições que estruturam o campo social e que são irreduzíveis oposição entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção econômica”(p.152-53).

negros daquela sociedade também eram subintegrados ainda no começo da década de 1950, período até onde foi a pesquisa sobre as relações raciais em Santa Catarina. Isto nos ajuda a demonstrar como o processo de socialização patológica era reproduzido plenamente na nova sociedade. Das análises sobre as relações raciais Cardoso levará como elemento fundamental o conceito de patrimonialismo, o qual se transformará no elemento explicativo único do *atraso* brasileiro.

Capítulo 6 - Desenvolvimento, dependência e patrimonialismo

6.1 Contexto lingüístico e intelectual – desenvolvimento e dependência

A temática do desenvolvimento terá um espaço fundamental no pensamento de Fernando Henrique Cardoso. O autor escreve alguns artigos sobre o assunto entre a segunda metade dos anos 1950 e o início dos anos 1960⁷⁴. Estes estudos, todavia, foram trabalhos periféricos em relação à temática da Cadeira de Sociologia I da USP, liderada por Florestan Fernandes, que eram os estudos sobre as relações raciais no Brasil. Além deste fato, os textos publicados por Cardoso neste período não tinham o objetivo de adentrar de maneira sistemática no debate do período sobre o desenvolvimento brasileiro. Tal fato pode ser precisamente comprovado com o texto publicado por Cardoso sobre o nacionalismo durante os anos 1950⁷⁵. Este texto possui uma visão

74Mesmo sem o caráter sistemático que eles possuíram no âmbito do CESIT, os textos publicados por Cardoso neste período como Desenvolvimento econômico e nacionalismo, publicado em 1957, demonstravam a preocupação do autor com o tema do desenvolvimento nacional.

75 Como veremos nos textos de Cardoso analisados neste capítulo sua visão sobre o nacionalismo produzida nos anos 1960 é bastante crítica, pois coloca em xeque seus esquemas intelectuais mais importantes tanto em âmbito nacional como referente à América Latina. Todavia, não era esta a postura de Cardoso durante os anos 1950 com sua visão sobre o nacionalismo: “Ora nacionalismo moderno surge exatamente como tipo de ideologia que permite atender às condições do desenvolvimento econômico rápido nos países onde a opinião pública (na qual as camadas intermediárias da sociedade, a intelectualidade, alguns setores do campesinato e o proletariado urbano constituem forças decisivas) começa a atuar, tendo possibilidades de imprimir ao processo de desenvolvimento econômico o rumo que deseja. Daí que o nacionalismo apareça não apenas como uma bandeira para o estatismo econômico e para a participação cada vez mais intensa das camadas populares na vida política (pelo alargamento das franquias democráticas), umas e outras reivindicações complementares. (Cardoso, 1957:97). Nesse mesmo sentido Cardoso (idem) afirma: “De toda maneira, a nosso ver, o nacionalismo moderno, ao

completamente oposta a que o autor terá sobre o nacionalismo após sua pesquisa sobre o empresariado brasileiro. Nesse sentido, a temática do desenvolvimento se tornará central na produção de Cardoso a partir da criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, o CESIT. A partir deste momento a temática do desenvolvimento torne-se o tema de pesquisa fundamental para os pesquisadores vinculados à cadeira de sociologia I da USP liderada por Florestan Fernandes. Portanto, a partir da criação deste centro é que a temática do desenvolvimento torna-se uma questão essencial para Cardoso, e não durante a produção de alguns artigos no período entre meados da década de 1950 e o início dos anos 1960. Como a sistematicidade da temática do desenvolvimento apenas ocorre com a criação do CESIT dividimos o pensamento de Cardoso construído antes de sua tese sobre o empresariado brasileiro tendo como temática central as relações raciais no Brasil.

Em virtude disso e com o intuito de refazer os contextos lingüístico e intelectual nos quais estavam inseridas as obras de Cardoso sobre o desenvolvimento e a dependência, analisaremos rapidamente a constituição do CESIT. Além da análise desse centro também analisaremos a CEPAL, o ISEB e o PCB, artífices do projeto nacional-desenvolvimentista que será duramente questionado pelos escritos de Cardoso sobre o desenvolvimento e a dependência. A partir da análise destas instituições conseguimos subsídios para refazermos os contextos lingüístico e intelectual de Cardoso, evidenciando algumas intenções de suas obras bem como demonstrando a constituição desse segundo momento temático em seu pensamento.

Para analisarmos a constituição do CESIT nos pautaremos na cuidadosa pesquisa feita por Wagner de Melo Romão (2006). Durante os anos de 1961 e 1962 foi formulado um programa de pesquisa junto a Cadeira de Sociologia I da USP, regida por Florestan Fernandes, que colocava a sociologia uspiana em condições de influir no debate político nacional sobre a questão do desenvolvimento nacional⁷⁶ (Romão,

contrário do que pensam os que insistem em ver nêle uma ideologia *chauvinista* e burguesa, exerce politicamente o papel de galvanizador das massas dos países subdesenvolvidos à medida em que é a ideologia dêste novo modelo de crescimento econômico”(p.98).

76Em *Mudanças Sociais na América Latina*, publicado em 1969 como resultado de vários textos produzidos e publicados separadamente por Cardoso entre 1960 e 1969, Cardoso afirma que a questão do desenvolvimento teve um patamar fundamental para a sociologia latino-americana desde a década de 1950. Além disso, sua importância podia ser precisamente demarcada pelo caráter crucial que esta questão teve no sentido da orientação da prática social e política durante os anos 1960. Neste sentido, podemos visualizar de forma precisa como a temática do desenvolvimento possui após a criação do CESIT por Florestan Fernandes um caráter único e fundamental no pensamento de Cardoso durante a década de 1960. Ainda sobre a importância central da temática do desenvolvimento, Cardoso afirma que “Assim, se o desenvolvimento como prática e como ideologia constitui o desafio por excelência do homem latino-

2006:21). A formação do CESIT estava inserida no objetivo do grupo vinculado à Cadeira de Sociologia I, que era formular um “projeto acadêmico” “que visava estabelecer as bases teórico-epistemológicas da sociologia científica no Brasil – especialmente com a produção de Florestan Fernandes” (Romão, 2006:23). Além da produção intelectual de Florestan havia também a atuação política interna e externa à universidade que era capitaneada por Fernando Henrique Cardoso. Uniam-se, assim, o talento político de Cardoso e a liderança acadêmica de Florestan (Romão, idem). Desta forma “a experiência do CESIT é o ponto alto dessa ação acadêmico-política em que a sociologia assume a missão de transformar a Universidade e o Brasil” (Romão, 2006:23).

Como visto acima, a preocupação fundamental do CESIT era com a questão do desenvolvimento nacional. Todavia, o centro não compartilhava a ideologia nacional desenvolvimentista: “A especificidade da contribuição uspiana não se apoiava em uma ideologia nacionalista, tal como acontecia com a maioria dos intelectuais da época, em particular os pertencente ao quadro do ISEB”(Romão,2006:29). Este ponto é capital para demarcar a produção do centro e, especialmente, de Fernando Henrique Cardoso em relação aos contextos lingüístico e intelectual da época.

A partir do interesse pela temática do desenvolvimento foi criado o CESIT em 1961. Romão (idem) afirma que a criação do CESIT representou uma transição na linha de pesquisas dos sociólogos vinculados à cadeira de sociologia I regida por Florestan Fernandes. Após os estudos sobre as relações raciais, que resultaram em livros como *Cor e Mobilidade Social* e *Florianópolis e Capitalismo e Escravidão* de Fernando Henrique Cardoso, os pesquisadores passam a se preocupar com as questões relativas ao desenvolvimento brasileiro. Neste sentido, Romão (idem) argumenta que a criação do CESIT teve como objetivo suprir a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre o desenvolvimento brasileiro. Portanto, o tema do desenvolvimento brasileiro apenas teve um caráter sistemático para os sociólogos uspianos, como já afirmamos acima, quando estes estavam alocados no âmbito do CESIT (Romão, idem). De acordo com Romão (idem):

americano, sua teoria, como ciência, constitui o desafio maior do intelectual da América Latina” (p.11).

Não se trata de diminuir aqui a importância das pesquisas sobre relações raciais, principal tema de pesquisa da Cadeira na segunda metade da década de 1950. Quer-se apenas frisar a postura decisivamente política de se optar por pesquisar temas candentes do cenário político nacional. Isso ocorre, de forma organizada, apenas a partir da criação do CESIT (p.224-25).

Esta mudança de temática representou uma crescente aproximação do grupo acadêmico com grupos externos à universidade em busca de uma atuação mais candente no debate político nacional (Romão, 2006, p.22). A afirmação anterior vai ao encontro de nossa periodização da produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso, quando afirmamos que as preocupações com o desenvolvimento brasileiro ainda não estão presentes de forma sistemática no período de produção de obras como *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Estas preocupações só virão a aparecer de forma sistemática, como veremos, em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*.

Esta mudança de foco dos uspianos, responsável por inseri-los no debate político da época, fez com que eles tivessem como foco de análises os temas referentes à mentalidade do empresário, do papel do Estado no desenvolvimento e da capacidade de mobilização da força de trabalho (Romão, *idem*). A partir das análises destes aspectos fundamentais, os intelectuais vinculados ao CESIT se preparavam para adentrar no debate político nacional, sobretudo em relação às teses defendidas por setores da esquerda (Romão, *idem*). Esse interesse dos intelectuais ligados ao CESIT de entrarem nos debates políticos nacionais os aproximava, de certa forma, ao ISEB, o qual analisaremos na seção seguinte. Todavia, a aproximação com o instituto carioca dava-se apenas neste aspecto. Ao contrário das posições defendidas pelo ISEB, o CESIT procurou colocar-se contra as ideologias políticas defendidas à época, “o que se coadunava com a crítica dos paulistas ao trabalho dos isebianos” (Romão, 2006:119).

Para realizar as pesquisas sobre o desenvolvimento brasileiro foram formulados dois grandes projetos: A empresa industrial em São Paulo, que se constituiu com um *survey* sobre a indústria paulista, e *Economia e sociedade no Brasil*, o maior projeto do CESIT (Romão, 2006:147). Romão afirma que as obras produzidas são mostras do amadurecimento intelectual dos sociólogos vinculados à Cadeira de Sociologia I da

USP. As obras produzidas neste projeto não terão mais como teses estruturantes a demora cultural, o dualismo, considerado então como o paradigma essencial que identificaria a sociedade brasileira (Romão, 2006:175). A partir de então, o Brasil será analisado como totalidade⁷⁷ e também como um dos sub-sistemas do capitalismo mundial. Sob estes postulados que as pesquisas produzidas a partir do projeto economia e sociedade se basearão (Romão, idem). As mudanças não ocorrem somente na base teórica do grupo. Elas serão sentidas também na postura dos autores em relação ao processo de desenvolvimento, na medida em que as pesquisas feitas pelos intelectuais do centro tinham como objetivo influir no debate sobre a revolução brasileira do que simplesmente a afirmação do papel do sociólogo na resolução dos problemas do desenvolvimento brasileiro (Romão, 2006:175). Estes projetos mantinham em comum a defesa de dois postulados essenciais. O primeiro mantinha a perspectiva intelectual dos legados culturais incompatíveis com o desenvolvimento brasileiro. O outro postulado se focava na idéia de que os resultados dos trabalhos produzidos pelo centro poderiam ser utilizados pelos tomadores de decisão para que esses pudessem tomar as medidas necessárias para a consolidação da ordem social competitiva no Brasil (Romão, 2006:147). Neste sentido, Romão argumenta sobre o CESIT e o projeto Economia e Sociedade no Brasil “Era esse o sentido de Economia e Sociedade no Brasil e do CESIT: colaborar para a superação dos entraves do desenvolvimento brasileiro, especialmente no que se referisse à mentalidade dos empresários, à ação do Estado e à força de trabalho na indústria” (Romão, 2006:168). Em relação aos empresários, havia a necessidade de ajusta-los à ordem capitalista em evolução. Romão (idem) argumenta que “É esse o sentido da preocupação específica com a mentalidade do empresário, com sua conduta e com sua ação frente às ‘exigências da situação’”(p.30).

Os maiores problemas referentes ao desenvolvimento estariam circunscritos, de acordo com a percepção de Florestan Fernandes, a duas frentes específicas: “a primeira, de caráter institucional, ligada à virtual inadequação de instituições políticas transplantadas dos ‘países avançados’ para a ‘realidade social brasileira’” (Romão,

77 Uma das ações fundamentais para a mudança de postura dos intelectuais uspianos em relação à tese da demora cultural foi a criação do Seminário de Marx. A partir do protagonismo de José Artur Gianotti foram realizados encontros quinzenais com o objetivo de fazer uma leitura estrutural de O Capital, obra máxima de Marx. Nesse sentido, Romão argumenta sobre o artigo publicado por Cardoso em 1962 sobre o método dialético: “Mas é o artigo sobre uso do método dialético na sociologia que servirá de base para as inovações metodológicas de suas duas obras seguintes: Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, resultado de sua participação na pesquisa sobre as relações raciais encomendada pela UNESCO e Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil, feito no âmbito do CESIT”(p.171).

2006:30). Já a segunda está enfatizando “a dimensão, por assim dizer ‘sociopática’ do problema, em que as elites controlam o ritmo da mudança em favor de seus interesses”(Romão,2006:30). Em virtude desses dois problemas fundamentais, seria necessário democratizar e racionalizar o Estado de forma a que este pudesse ser responsável pela criação de uma política de desenvolvimento democrática “capaz de conjugar planejamento, crescimento econômico acelerado e justiça social. A racionalização administrativa poderia por fim a procedimentos estatais baseados no ‘privilégio’ e nos favorecimentos pessoais” (Romão, 2006:165). Romão (idem) advoga que as afirmações de Florestan sobre a necessidade da democratização da autoridade e da modernização efetiva do Estado e dos serviços públicos, como as questões políticas vistas acima, caracterizam o pensamento de Florestan pela presença de um conteúdo normativo: “Tratava-se menos de uma análise substantiva do Estado brasileiro e muito mais de como ele deveria ser”(Romão,2006:31). Esta passagem nos parece muito importante para compreender a visão de Cardoso sobre o Estado brasileiro durante a década de 1960. Como afirmou Romão, Florestan não possuía uma análise substantiva do Estado, mas apenas formulações normativas de como ele deveria ser para alcançar um patamar de desenvolvimento econômico amplo e democrático. Cardoso também não se preocupa durante este período com a análise da natureza do Estado brasileiro, mas apenas com a relação deste com o desenvolvimento econômico. Sua preocupação com a natureza do Estado apenas se dará durante os anos 1970, quando este propõe a teoria do autoritarismo para entender o fenômeno ocorrido no Brasil. Além disso, podemos ver também que as análises de Cardoso sobre o patrimonialismo estão muito consentâneas com as de Florestan, na medida em que os dois autores caracterizavam o fenômeno como oriundo do Brasil escravocrata. Como veremos na parte dedicada ao pensamento de Cardoso durante a década de 1970, esta visão do patrimonialismo brasileiro será plenamente modificada na medida em que este deixa de ser resultante do mundo escravocrata e rural e passa a ser um resultado da transplantação do Estado português para o Brasil em 1808. Com isso, Cardoso compartilha a mesma tese central para Faoro e Schwartzman, autores fundamentais da tradição liberal de interpretação do Brasil.

Neste momento de sua obra, Cardoso afirma que o fator de *atraso* da sociedade brasileira era a sua condução política privatista, patrimonialista herdada do sistema escravocrata, responsável por manter uma estrutura política calcada em privilégios e favorecimentos pessoais. Romão (2006:180) afirma que Cardoso analisava a realidade

brasileira contrapondo-se às formulações que analisavam a modernização brasileira de forma isolada bem como as tendências conservantistas calcadas em uma herança cultural arcaica. O autor afirma ainda que o argumento de Cardoso baseia-se na afirmação de que a estrutura social se transforma através da modernização. Todavia, este processo sozinho não conseguiria dar conta das modificações na estrutura social:

No entanto, essa ação não será a única força (modernização) atuante no processo. Amortecendo seu impacto, os interesses e objetivos das diversas camadas sociais irão condicionar os resultados a ação modernizante. O modo como se acomodarão esses objetivos no todo social, seja pela forma da dominação ou do acordo de interesses comuns, dará a tônica do processo (Romão, 2006:180).

Em Virtude dos problemas elencados por Florestan e por Cardoso era necessário modificar a realidade, democratizando o poder de uma forma que ela pudesse ser ao mesmo tempo moderno e democratizado, gerando como consequência um desenvolvimento econômico democrático.

Dentro deste contexto, a obra produzida por Cardoso no âmbito do CESIT terá como pontos marcantes a antecipação de algumas teses que serão defendidas em Dependência e Desenvolvimento na América Latina bem como, o mais importante, a recusa da tese segundo a qual existiria “uma aliança da burguesia nacional com o proletariado e com o capital externo” (Romão, 2006:183). Tal tese era pretensão de certos círculos intelectuais de esquerda como o ISEB e o PCB. Para esse processo de contestação das teses da esquerda sobre o desenvolvimento, as proposições de Alain Touraine tiveram papel fundamental: “Sua influência foi, segundo FHC, de fundamental importância para que os pesquisadores paulistas se distanciassem da concepção até o momento hegemônica no pensamento ‘da esquerda’(...)” (Romão, 2006:113). A tese defendida por Cardoso no âmbito do CESIT coloca em xeque a possibilidade de construção de uma aliança de classes que pudesse fazer a revolução nacionalista (Romão, idem).

6.2 - O Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB

O ISEB foi criado em 1955 com o objetivo de ser a síntese nacional desenvolvimentista no Brasil (Pecaut, 1990). O instituto seria o responsável por construir um projeto coerente de desenvolvimento nas áreas econômica, política e social (Pecaut, idem). Ao contrário do CESIT, o qual foi criado na universidade sem vinculação com o poder público, o ISEB foi criado de maneira vinculada ao Ministério de Educação e da Cultural. Mesmo tendo sido criado como um órgão de Estado, o governo nunca efetuou um controle rígido nem absoluto sobre o ISEB (Toledo, 1978).

O instituto fez grande sucesso porque funcionou como a síntese do programa nacional-desenvolvimentista que era engendrado no Brasil durante aquele período, o qual propagava que seria possível o país emancipar-se do domínio imperialista, constituindo como consequência um desenvolvimento sob bases autônomas. O ISEB funcionaria como a ideologia da nação como forma de passar de um estado de subdesenvolvimento para o desenvolvimento (Toledo, 1978).

O pensamento do ISEB, apesar de ter na ideologia nacional-desenvolvimentista o cimento simbólico que ligou os diversos autores que fizeram parte do instituto, não teve um desenvolvimento unívoco. Este, todavia, foi dividido em três fases. Abaixo a síntese das três fases do ISEB:

O ISEB começou pelo nacional-desenvolvimentismo, desejando ser, ainda no dizer de Hélio Jaguaribe, ‘uma intelligentsia contestatória do Brasil primário-exportador e representativo de uma coligação de setores progressistas, orientados para o desenvolvimento econômico-social e a afirmação autonomizante do nacionalismo’ (ibid.:109). Continuou com o nacionalismo populista e terminou no nacionalismo marxista. Seus próprios animadores evoluíram em direções diferentes: Hélio Jaguaribe criticou um certo nacionalismo, enquanto Roland Corbisier e

Álvaro Vieira Pinto aproximavam-se da linha nacionalista-marxista (Pecaut, 1990:114).

Para os isebianos a construção de uma ideologia do desenvolvimento se transformava em precondição para existir benefício para a nação como totalidade (Toledo, idem). Esta ideologia do desenvolvimento nacional possuía como marca essencial a autenticidade (Toledo, idem). Daniel Pecaut (idem) afirma que o fantástico destaque adquirido pelo ISEB durante os anos do nacional-desenvolvimentismo “(...) se deve ao fato de que, intervindo em nome do poder ou do povo, manifestava o sentimento de onipotência de uma intelectualidade que sentia vocação para conduzir a transição para um Brasil senhor de seus destinos”(p.114). A maioria dos pensadores isebianos considerava a ideologia nacional-desenvolvimentista como o sentimento do povo (Pecaut, idem). O intelectual do ISEB se caracterizava como o representante legítimo do povo (Pecaut, idem). Como exemplo disso temos a posição do ISEB em relação à opinião pública. Os intelectuais do instituto “(...) acompanharam a opinião pública em suas metamorfoses, fazendo-se arautos do paradigma nacional que prevalece a cada momento. Colocaram em cena povo e poder; Nação e Progresso (...); Ciência e Ideologia”(Pecaut,1990:140). A ideologia teria como ações importantes a conscientização das massas, as transformando em sujeito político consciente, e a ação como força de mudança. A ideologia nacional-desenvolvimentista tinha a função, portanto, de construir um Brasil industrializado, soberano e popular (Pecaut, 1990:118).

O Estado tinha papel fundamental na ideologia-nacional desenvolvimentista. Ele seria o responsável por criar a nação. Pecaut (idem) chama a atenção para o fato de que a proposta nacionalista do ISEB estava conectada ao ambiente nacionalista mais amplo no Brasil, tendo como conseqüência um engajamento junto às forças progressistas de esquerda. Este engajamento se acentuava à medida que as tensões se intensificavam (Pecaut, 1990:124).A partir da difusão da ideologia nacional-desenvolvimentista com o protagonismo do Estado a realidade brasileira poderia ser plenamente modificada. Como afirma Toledo (idem): “De outro lado, a nova estrutura social que está sendo forjada pelo desenvolvimento poderá representar o fim da alienação e, por conseguinte,

o advento da autonomia da nação e a consolidação da consciência crítica ou verídica” (p.67).

O conceito de alienação possuiu papel central como função teórica em quase todos os trabalhos produzidos pelo ISEB (Toledo, idem). A alienação era resultante, para os pesquisadores do ISEB, da dependência econômica. O conceito de dependência tinha como função definir a situação colonial como subdesenvolvimento e semicolonialismo (Toledo, idem). Como temos demonstrado, a realidade brasileira era plenamente modificável para os intelectuais do ISEB através protagonismo da ideologia nacional-desenvolvimentista. Neste sentido, o desenvolvimento capitalista de base nacional representaria o fim da alienação da nacional. Toledo (idem) critica os isebianos por reduzirem a alienação do trabalho à alienação nacional.

O conceito de alienação, central para os isebianos, também era utilizado através do conceito de transplantação como ocorreu com Nelson Werneck Sodré, um dos isebianos que mais utilizaram o conceito: “O termo transplantação é freqüentemente utilizado por N.W. Sodré para designar o fenômeno da alienação cultural a que estiveram sujeitas nossas elites pensantes durante o período colonial – estendendo-se tal fenômeno até o início do século” (Toledo, 1978:83). Era necessário romper com este processo de transplantação, o qual era responsável por impedir a constituição de uma consciência crítica de forma autêntica. Sua falta gera o impedimento de surgirem cultura, política e ideologia autênticas (Toledo, idem). Portanto, para que a transplantação pudesse ser superada fazia-se necessário a instituição de maneira plena do nacionalismo.

No caso brasileiro existia a construção dicotômica entre nação e antinação, a qual propiciava o domínio do imperialismo e impelia a ação efetiva do nacionalismo como forma de superar tal dicotomia e o conseqüente subdesenvolvimento prevalecente. A relação dicotômica entre nação e antinação seria o principal antagonismo existente na realidade brasileira. Os isebianos definiram da seguinte forma os setores sociais pertencentes aos pólos da dicotomia nação x antinação:

Porém, os pontos em comum excedem as divergências. Fundamentalmente, o pólo nação estaria representado pelos setores produtivos das três classes básicas que compõem a

formação social brasileira: burguesia, classe média e proletariado. Os setores improdutivos ou decadentes dessas mesmas classes representariam o pólo antinação (Toledo, 1978:122).

Dentro desta concepção da organização social brasileira entre os pólos da nação e da antinação, Álvaro Vieira Pinto não concebia a possibilidade de associação entre capital estrangeiro e o empresário industrial nacional (Toledo, idem). Como as análises de Cardoso mostrarão mais à frente, foi precisamente esta união que foi engendradora para a constituição do processo de desenvolvimento nacional. Para a superação da dicotomia entre nação e antinação, a constituição de uma sociedade plenamente capitalista se mostrava tarefa essencial (Toledo, idem). Além disso, a ideologia nacionalista tinha caráter fundamental.

A ideologia nacionalista, todavia, não possuía consenso entre os intelectuais do ISEB. Havia uma divisão entre os que viam a ideologia como um projeto global e os que a percebiam como um projeto parcial da nação, como era o caso de Vieira Pinto (Toledo, idem). Vieira Pinto não concebia a possibilidade de unificação de toda a burguesia ao projeto de desenvolvimento nacional, pois haveria sempre setores da burguesia vinculados a interesses estrangeiros ou imperialistas (Toledo, 1978:143). Já Hélio Jaguaribe vê a construção da grande unidade para o desenvolvimento a partir de um “esforço de educação e organização ideológicas, sob a direção da burguesia empreendedora”(Toledo,1978:142). Este ponto é muito importante para compreendermos a análise do empresariado industrial brasileiro feita por Fernando Henrique Cardoso, o qual procura demonstrar a impossibilidade da burguesia capitanear o processo de desenvolvimento autônomo e nacional.

Como vimos no início desta seção, o ISEB teve durante sua história três momentos específicos representados pelo nacional-desenvolvimentismo, o nacionalismo populista e o nacionalismo marxista. Todavia, para os fins deste capítulo nos concentramos análise dos isebianos históricos, os quais engendraram as teses responsáveis pelos embates teóricos com os intelectuais do CESIT como Fernando Henrique Cardoso. Para este embate teórico com os intelectuais paulistas alguns isebianos históricos defenderam teses como a idéia de que o desenvolvimento nacional

apenas se efetivaria com a ruptura radical com o pólo representado pela antinação, ou seja, o imperialismo. Ou ainda a idéia defendida por Álvaro Vieira Pinto, o qual via no simples desenvolvimento econômico a chave para a resolução dos problemas da nação brasileira (Toledo, idem) Tínhamos no imperialismo a constituição da estagnação. Portanto, o desenvolvimento das nações periféricas como a brasileira apenas poderia ser conseguido através da supressão do imperialismo. Este processo de supressão do imperialismo poderia ser conseguido através do desenvolvimento industrial:

De outro lado, unânime foi entre os isebianos a crença segundo a qual o desenvolvimento industrial (na expressão cepalina) “para dentro” (ampliação do mercado interno) – em substituição ao desenvolvimento meramente “induzido” e a conseqüente ruptura com a completa dependência do mercado exterior - geraria a transferência dos centros de decisão para o interior da própria nação. Ter-se-ia, assim, julgavam aqueles autores, a possibilidade de se planejar e realizar o desenvolvimento capitalista em bases nacionais(Toledo,1978:162-63).

A partir da constituição do desenvolvimento voltado para dentro a nação teria a garantia de que as decisões tomadas seriam em benefício dela mesma. Portanto, o grande ponto a ser demarcado no pensamento do ISEB, levando-se em conta as suas divergências internas, foi a proclamação da ideologia nacional-desenvolvimentista como a ideologia de toda a nação (Toledo, idem). Para tanto, o desenvolvimento capitalista (para alguns dos isebianos) deveria ser levado a cabo sob bases eminentemente autonomistas, pois defendiam que a burguesia industrial seria movida por interesses nacionais (Toledo, idem). Em virtude disso “criam os isebianos a viabilidade e a necessidade históricas da ideologia nacional-desenvolvimentista”(Toledo,1978:170). Temos, portanto, como léxicos mais importantes do ISEB nação-antinação; imperialismo, transplantação; nacional-desenvolvimentismo; autonomia. A partir destes léxicos lingüísticos que dominavam a década de 1960, como os que caracterizaram a produção do ISEB, que Fernando Henrique Cardoso produzirá suas análises sobre o desenvolvimento brasileiro. O autor, como teremos oportunidade de ver em detalhe, se contrapõe a estes postulados fundamentais dos isebianos sobre a temática do desenvolvimento brasileiro.

6.3 - As teses do Partido Comunista Brasileiro - PCB

Juntamente com o ISEB, o PCB defendeu as teses que conformaram os léxicos lingüísticos mais importantes sobre o tema do desenvolvimento no Brasil, especificamente em sua versão nacional-desenvolvimentista. Nesse sentido, as teses do PCB ganharam um estatuto de centralidade, pois foram responsáveis por nortear o debate político sobre o nacionalismo brasileiro. Segundo Pecaú (1990):

A evolução do ISEB nos colocou na órbita dos projetos enunciados pelo Partido Comunista. De 1954 a 1964, este partido foi adquirindo um papel crescente na estruturação do movimento nacionalista. Elaborou teses que se situaram no centro dos debates intelectuais. Propôs uma visão da “revolução brasileira” que, em muitos aspectos, gerou uma espécie de senso comum a partir do qual se reconheciam os intelectuais progressistas: mesmo que alguns deles duvidassem da validade dessas teses, eram obrigados a se posicionar em relação a elas. Em torno do Partido Comunista e de sua interpretação do nacionalismo formou-se toda uma cultura política singularmente fecunda, que se afirmou sobretudo após 1960, e iria sobreviver ao golpe de Estado de 1964; de fato, talvez tenha sido em 64-68 a época de sua maior influência(p.141)

Como o trecho acima deixa bastante claro, as teses do PCB sobre o nacionalismo tiveram papel central no debate intelectual brasileiro, chegando a ponto de virarem senso comum. Em virtude deste aspecto central, sua análise mostra-se capital para um preciso entendimento das disputas intelectuais durante, sobretudo, a década de 1960. De maneira mais específica conseguimos subsídios para compreender algumas intenções da produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso durante a década de 1960, na medida em que o autor debaterá de maneira direta com as teses defendidas pelo PCB. O esforço crítico de Cardoso em sua relação com as teses do PCB se destinou, sobretudo, à visão do partido em relação ao papel da burguesia brasileira. Este diálogo crítico com

as teses do PCB deu-se de maneira enfática quando Cardoso passou a dedicar-se de forma sistemática ao tema do desenvolvimento brasileiro a partir da criação do CESIT.

Assim como defendido pelo ISEB, o PCB advogava que o desenvolvimentismo se constituía como a ideologia capaz de superar a pobreza e o atraso brasileiro (Bielschowsky, 2007). Os intelectuais do PCB assim como os isebianos representariam junto à nação um papel de demiurgos:

Falando enquanto “povo” e Nação”, e se colocam em cena sob formas onde parecem dotados de onipotência: como demiurgos transformando, só por força de seus pensamento, o Povo em Nação e vice-versa; como portadores do “projeto” nacional e como “consciência” do Povo; como prestidigitadores capazes de converter o desenvolvimento econômico em sujeito da história; como detentores das leis do real e como sabedores da utopia(Pecaut,1989:179).

Nesse sentido, a aplicação das teses defendidas pelo PCB tinha o papel de precondição para a formação da nação brasileira. Para o PCB, durante a década de 1960 o desenvolvimento brasileiro vivia um processo contraditório estruturado pelo domínio do imperialismo e também pelo monopólio da terra. Este momento era considerado pelo PCB como um momento revolucionário, pois o país vivia uma etapa de relações de produção burguesas, as quais proporcionariam um desenvolvimento amplo para a população dando condições para uma transição ao socialismo (Bielschowsky, idem). Esta idéia da etapa de relações burguesas em transição para o socialismo, caminho considerado fundamental, “(...) explica por que o PCB evitou dizer, nessas fases, que o desenvolvimento econômico pela via capitalista seria, em princípio, inviável, e por que se omitiu de tecer considerações sobre o sistema econômico a ser implantado pela revolução que se defendia”(Bielschowsky, idem:183).

Segundo a interpretação do PCB havia possibilidades de se trilhar um caminho rumo ao socialismo. Para que tal caminho fosse trilhado era necessário superar as relações feudais ainda existentes no mundo rural, visto que estas relações possuiriam caráter hegemônico na estrutura econômico-social brasileira desde o seu processo formativo. Além das relações pré-capitalistas existentes no mundo rural havia também

as relações neocoloniais impostas pelo imperialismo, as quais subjugavam a nação. Em virtude do domínio das relações feudais no campo e do imperialismo a reforma agrária e a superação do imperialismo mostravam-se como ações cruciais. Para engendrar as críticas a estes aspectos considerados fundamentais e propor um caminho alternativo para o país, o PCB baseou-se no modelo leninista de implantação da revolução democrático-burguesa (Reis, 2008). Esse modelo seria capaz de levar a cabo “transformações econômico-políticas de caráter antifeudal, preparando o terreno para o socialismo” (Reis, 2008:152). Esta revolução democrático-burguesa seria responsável por constituir, a partir do encerramento das relações pré-capitalistas e também com o fim do imperialismo, uma sociedade democrática no Brasil. Como demonstração do papel fundamental à construção de uma sociedade no Brasil “a revolução era justamente a transformação do povo em nação de um lado e, de outro, a fusão do político com o social” (Pecaut, idem: 149). A revolução brasileira tinha para o PCB um caráter eminentemente nacional. As proposições sobre a revolução brasileira foram responsáveis por colocar o PCB “implícita ou explicitamente, no centro das discussões de uma grande parte dos profissionais das ciências sociais” (p.143).

Como atores deste processo existia a junção entre o proletariado, os camponeses e a burguesia nacional, a qual protagonizaria o processo de desenvolvimento. Esse processo seria capaz de constituir uma realidade moderna no país, responsável pela constituição de uma ordem industrial, desenvolvida, autônoma e, futuramente, socialista (Reis, 2008:154). Em virtude do domínio das relações pré-capitalistas no campo e do imperialismo, a sociedade brasileira do início do século vinte teria como marcas mais importantes o seu caráter “semicolonial e semifeudal, sob domínio do latifúndio e do imperialismo, resistindo ao avanço das forças produtivas e da nação reivindicado pela burguesia brasileira e pelo povo” (Reis, 2008:153).

Bielschowsky demonstra que a aposta no papel dinamizador da burguesia brasileira não foi algo sempre existente dentro do PCB. Nesse sentido, o autor periodiza cinco momentos no pensamento do partido. O primeiro momento ocorreu entre 1945 e 1948. Neste período houve no partido uma luta pela democracia burguesa, além da política do “desenvolvimento pacífico”, a qual tinha sido utilizada por Stálin para orientar a posição soviética entre os anos de 1945 e 1947 (Bielschowsky, 2007:185).

Já entre 1948 e 1954 existiu um processo de sectarismo por parte do PCB, responsável por isolá-lo de maneira significativa da vida brasileira (Bielschowsky, idem). Neste período o partido sofria um processo de esquerdização, o qual foi responsável por eliminar sua crescente capacidade de intervenção na sociedade brasileira fazendo com que “No início dos anos 50 ele já estaria longe de sua condição de partido de massas, que chegou a desfrutar na fase do imediato pós-guerra” (Bielschowsky, 2007:187).

A partir deste mesmo ano de 1954, início da terceira fase do partido que irá até 1958, houve por parte do PCB uma reaproximação com a vida política brasileira, fazendo com que o partido defendesse a via pacífica para as mudanças no país, especificamente o fim do imperialismo e do monopólio da terra. De acordo com Bielschowsky (2007) “A concepção golpista da derrubada do governo, prevalecente até 1954, foi abandonada, o que equivale a dizer que, na prática, voltava-se a pensar a política em termos de mudanças pela via pacífica, nos quadros institucionais vigentes” (Bielschowsky, 2007:190-91). Estes eram considerados como os dois grandes fatores de atraso da sociedade brasileira para o PCB. Vencendo-se estes dois problemas fundamentais o país conseguiria garantir o livre desenvolvimento das forças produtivas (Bielschowsky, idem). Outro ponto importante a ser notado é que neste momento a ênfase do partido ainda está no proletariado (Bielschowsky, idem).

Esta ênfase no proletariado modifica-se em 1958 quando o partido aceita a tese da união entre o proletariado e burguesia, mesmo sem definição prévia do ‘setor hegemônico’(Bielschowsky, idem). Esta querela sobre a aliança do proletariado com a burguesia nacional torna-se o grande tema do PCB entre os anos de 1945 e 1964(Bielschowsky, idem). Esta ênfase na burguesia apostava que esta seria capaz através da aliança com o proletariado de engendrar um processo de desenvolvimento em bases autônomas capaz de vencer o domínio imperialista e feudal, ou pré-capitalista, que ainda assolava o Brasil conformando-se nos dois grandes entraves para a constituição de um desenvolvimento em grandes proporções. O mundo rural pré-capitalista traria como conseqüência a impossibilidade da formação de um mercado interno amplo (Bielschowsky, idem). Para que tal objetivo fosse alcançado era necessário que a estrutura agrária fosse modificada através da reforma agrária. Este período entre 1958 e 1964 foi responsável pelo surgimento de outras organizações

políticas como a POLOP e AP além do PC do Brasil. De acordo com Bielschowsky (2007):

Iniciava-se um período de cisões das esquerdas brasileiras, em que a maioria das dissidências passaria a fazer carga contra a política de alianças e a “prática meramente reformista” do PCB. A tese de que o desenvolvimento capitalista brasileiro é inviável ganhava o terreno e encontraria, nos anos subseqüentes de estagnação e ditadura, o quadro ideal para revitalizar a tese da luta armada (p.194).

O trecho acima é importante porque demonstra que o período de 1958 a 1964 representou o surgimento de organizações de esquerda que possuíam posições mais radicais em relação ao PCB como a defesa da luta armada. Segundo Pecaú (idem) “O período 1958-64 foi provavelmente aquele em que os socialistas, ligados ou não ao PCB, fizeram a mais intensa militância intelectual da história brasileira” (p.195). As organizações como a POLOP e a AP defendem durante o regime militar a tese de que o desenvolvimento brasileiro durante aquele período seria estagnado. Tal tese da estagnação será fundamental para a crítica de Cardoso a estes setores da esquerda. Como veremos mais à frente, ao contrário de uma realidade estagnada, a qual apenas deixava como opção a revolução socialista, Cardoso demonstra que a realidade brasileira durante o regime militar não foi fadada à estagnação. Esta foi marcada pelo desenvolvimento constituído de forma dependente e associada.

Assim como o ISEB, o PCB apostava em um desenvolvimento em bases nacionais capaz de vencer o domínio do imperialismo e levar o país à modernidade. Pecaú (idem) afirma que a entrada na modernidade para os intelectuais do PCB assim como para os isebianos pautava-se pela consciência esclarecida. Esta aproximação entre PCB e ISEB não evitava que houvesse críticas dos intelectuais vinculados ao partido às proposições isebianas. Pecaú (idem) afirma que os textos críticos em relação ao ISEB datam de 1958-1959. Estes textos eram endereçados aos intelectuais da primeira fase do ISEB bem como a Juscelino Kubitschek. As críticas foram engendradas em virtude da

descoberta do desenvolvimentismo proposto pela primeira fase do ISEB e de Kubitschek (Pecaut, idem).

A industrialização capitalista capitaneada pela burguesia unida ao proletariado proporcionaria a autodeterminação nacional, o desenvolvimento das forças produtivas, a democracia burguesa e melhoria de vida dos trabalhadores (Reis, 2008:153). Para o PCB, a burguesia teria posições antifeudais e antiimperialistas. De acordo com Reis (2008) a proposta do PCB afirmava que “Feita a revolução democrático-burguesa nacional associada ao proletariado e ao campesinato, o capitalismo brasileiro se desenvolveria, rompendo com a dominação feudal e abrindo às massas a participação política democrática”(p.152). Diversamente do que defendeu o PCB sobre o papel dinâmico da burguesia em relação à constituição de um desenvolvimento em bases autônomas e nacionais, Cardoso demonstrará que a burguesia não tinha condições de capitanear tal processo porque não constituiu uma consciência de classe. Além disso, esta mesma classe se uniu ao imperialismo como forma de constituir o processo de desenvolvimento brasileiro.

A rápida análise sobre o PCB nos mostra como léxicos lingüísticos como imperialismo, emancipação, nacionalismo, burguesia nacional, reforma agrária foram fundamentais para conformar os debates políticos da época sobre o desenvolvimento brasileiro, demonstrando como este tema possuiu caráter basilar para a intelectualidade brasileira durante os anos 1960.

6.4 A relação centro-periferia e o desenvolvimento latino-americano – A CEPAL

Além da importância do CESIT, do ISEB e do PCB em âmbito nacional para as teses de Cardoso sobre o tema do desenvolvimento existe ainda a importância central da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina. A CEPAL foi fundada em 1947 em virtude de uma decisão da Assembléia das Nações Unidas de 1947(Bielschowsky, idem). Assim como ocorreu com o PCB e com alguns isebianos, os quais defenderam que existiria no Brasil uma ação revolucionária capitaneada pela burguesia nacionalista, tal postulado também fora defendido no âmbito da CEPAL para se analisar o caso

latino-americano (Reis, 2008). Segundo Bielschowsky (2000) a criação da CEPAL foi efetuada “no contexto das queixas latino-americanas de exclusão com relação ao Plano Marshall e de falta de acesso aos ‘dólares escassos’, que dificultava a reposição dos desgastados aparelhos produtivos da região”(Bielschowsky, idem:26).

A CEPAL tem como princípio normativo a idéia de que o Estado tem a necessidade de contribuir ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana(Bielschowsky,2000:16). Para uma rápida análise das contribuições da CEPAL para o debate sobre o desenvolvimento na América Latina vamos nos basear na interpretação feita por Ricardo Bielschowsky. O autor faz uma importante resenha da CEPAL quando esta completou cinquenta anos em 2000. Bielschowsky (idem) afirma que nos seus cinquenta anos de história a CEPAL teve cinco traços analíticos. O primeiro deles se referia ao enfoque histórico-estrutural baseado nas relações entre centro-periferia, enfoque que será utilizado por Cardoso na elaboração de Dependência e desenvolvimento na América Latina no âmbito da CEPAL junto com Enzo Falleto. Ainda são traços marcantes da instituição “Análise da inserção internacional e análise dos condicionantes estruturais internos (...) e por último, encontra-se o plano das necessidades e possibilidades da ação estatal” (Bielschowsky, 2000:17).

Após demarcar os objetivos analíticos, Bielschowsky (idem) delimita cinco fases do desenvolvimento da CEPAL. Estas cinco fases são delimitadas da seguinte forma:

- 7 Origens e anos 1950: industrialização;**
- 8 Anos 1960: “reformas para desobstruir a industrialização”;**
- 9 Anos 1970: reorientação dos “estilos de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora”;**
- 10 Anos 1980: superação do problema do endividamento externo, via “ajuste com crescimento”;**
- 11 Anos 1990: transformação produtiva com equidade.**

Durante os anos 1960, período que nos interessa de forma mais enfática em virtude da ênfase de Cardoso ao tema do desenvolvimento, a CEPAL possuía como objetivo central a viabilização de reformas que pudessem desobstruir os caminhos à industrialização na América Latina. Além deste objetivo geral, a CEPAL possuía como elementos analíticos “a dependência; a integração regional; política internacional de redução da vulnerabilidade na periferia; viés antiexportador industrial; a reforma agrária e distribuição de renda como requisitos para a redinamização da economia, da heterogeneidade estrutural”(Bielschowsky,2000:19). Neste sentido a reforma funcionava como elemento necessário para viabilizar o processo de desenvolvimento (Bielschowsky, 2000).

O estruturalismo será utilizado pela CEPAL como método analítico fundamental. Este enfoque foi difundido através da teoria estruturalista do subdesenvolvimento de Raul Prebisch. De acordo com Bielschowsky (2000) a riqueza existente no método cepalino é resultante de uma interação fértil entre o método indutivo e a abstração teórica formulada por Prebisch. Como exemplo de tal postulado o autor demonstra a oposição entre “centro” e “periferia”.Este método se caracteriza da seguinte forma:

Em outras palavras, o enfoque histórico-estruturalista cepalino abriga um método de produção de conhecimento profundamente atento para o comportamento dos agentes sociais e da trajetória das instituições, que tem maior proximidade a um movimento indutivo do que os enfoques abstrato-dedutivos tradicionais (Bielschowsky, 2000:21).

Diversamente do que vimos ao analisarmos os argumentos do PCB, a CEPAL não propunha uma visão evolucionista para a compreensão do desenvolvimento levado a cabo no Brasil e na América Latina. Para os cepalinos, o desenvolvimento latino-americano seria pautado por um caráter de singularidade. Neste sentido, Bielschowsky (idem) afirma que para os intelectuais cepalinos o desenvolvimento não possuía um caráter universal, sendo a América Latina apenas uma “etapa” deste processo como era defendido, por exemplo, por Rostow. Pelo caráter de singularidade, o desenvolvimento

latino-americano teria como característica a distinção do desenvolvimento ocorrido no centro. Como vimos acima, a CEPAL teve cinco momentos a partir de sua criação em 1950. Durante a década de 1950 “Havia, pois, um certo descompasso entre a história econômica e social e a construção de sua contrapartida no plano ideológico e analítico” (Bielschowsky, 2000:24). As construções teóricas da CEPAL tiveram o papel de suprir esta lacuna na América Latina (Bielschowsky, idem). Neste sentido, os anos 1950 tiveram uma grande importância para a CEPAL, pois a instituição esteve no auge de sua capacidade de ousar e influenciar (Bielschowsky, idem). Além disso, a instituição possuía em seus quadros intelectuais como Celso Furtado e Jose Medina Echavarría. Bielschowsky (idem) afirma que a mensagem da instituição no plano analítico estava plenamente ligada com a nova “teoria do desenvolvimento”: “os países subdesenvolvidos mereciam uma formulação teórica independente ou pelo menos adaptada, porque em aspectos relevantes funcionavam de forma diferente dos desenvolvidos” (Bielschowsky, 2000:25). Tal postulado a favor de uma teorização independente ou que desse conta da realidade latino-americana vai ao encontro da proposição cepalina que defendia a singularidade latino-americana. Este esforço de teorização tinha como objetivo central demonstrar a necessidade de se constituir políticas de industrialização que fossem capazes de superar o subdesenvolvimento e a pobreza (Bielschowsky, idem).

Bielschowsky (idem) afirma que a CEPAL tem como característica básica a análise didática de cunho comparativo entre centro e periferia de fatores como suas estruturas sociais e econômicas, o progresso técnico e o comércio internacional. Neste sentido, Bielschowsky (idem) afirma que “O contraste presta-se, no caso do exame do comércio internacional, para destacar as interdependências entre o comportamento do ‘centro’ e o da ‘periferia’ e os problemas que geram para os últimos” (Bielschowsky, 2000:27). Durante a década de 1950, a CEPAL teve como formulação central a que afirmava existir uma tendência ao desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos (Bielschowsky, idem: 29). Bielschowsky (idem) afirma que esta preocupação da CEPAL com a balança de pagamentos fez com que a instituição enfatizasse a importância do estímulo às exportações, comportamento que se acentuará nos anos 1960 (Bielschowsky, idem). A ideia de vulnerabilidade externa acompanha as cinco décadas de história da CEPAL (Bielschowsky, idem).

Além dos problemas referentes à vulnerabilidade externa, havia também outros problemas referentes à produção, ou emprego, e à distribuição de renda. Como forma de enfrenta-lo a ação estatal em apoio ao desenvolvimento mostrava-se fundamental. Neste sentido: “Nos anos 1950, o conceito-chave utilizado para conferir coerência e sistematicidade às proposições de política foi o de ‘planejamento’ ou programação” (Bielschowsky, 2000:35). Portanto, os anos 1950 foram marcados na CEPAL pela idéia de planejamento.

Os anos 1960 fornecem um quadro tal que exigiu da CEPAL uma reorientação para além de efetuar trabalhos de natureza eminentemente econômica também fazer trabalhos de natureza sociológica. Segundo Bielschowsky (idem) um destes fatores foi a instabilidade macroeconômica do padrão de crescimento dos países latino-americanos. Este quadro de instabilidade macroeconômica dava-se em virtude de uma aguda restrição externa. Nesse contexto, “vários países enfrentavam-se com acentuadas pressões inflacionárias”(Bielschowsky,2000:37). O período também resultou que:

Segundo, o processo de industrialização continuava a impor-se como tendência histórica, mas a urbanização correspondente fazia-se com crescente empobrecimento e favelização, evidenciando a incapacidade de absorção da força de trabalho proveniente da zona rural por atividades produtivas modernas e estendendo com grande visibilidade a pobreza rural aos centros urbanos. Simultaneamente, a democracia ganhava densidade, e uma crescente insatisfação passava a traduzir-se em pressões sociais, através do quotidiano da vida política e sindical (Bielschowsky, 2000:37).

Os problemas oriundos do processo de industrialização e urbanização além das pressões sociais resultante da democracia que se instituía na região fizeram com que a necessidade de análises de cunho sociológico se mostrasse capital. Junto aos problemas sociais resultantes do processo descrito acima também houve a Revolução Cubana de 1959 a qual “teria profunda repercussão sobre a atitude norte-americana frente a tais pressões e frente à movimentação política que se alastrava na América Latina”(Bielschowsky,2000:37).

Segundo Bielschowsky (idem) a CEPAL estava preparada para a virada sociológica devido à presença de José Medina Echavarría, o qual difunde na instituição durante os anos de 1960 a sociologia do desenvolvimento. A análise deste inter-reno intelectual da CEPAL é fundamental para conseguirmos visualizar as temáticas e modificações ocorridas nas análises da instituição sobre a América Latina. Além de podermos situar o pensamento de Cardoso em relação à produção intelectual da CEPAL. Bielschowsky (idem) afirma que a CEPAL seria, sobretudo durante os anos 1960, um fórum de discussão acerca das idéias críticas ao processo de desenvolvimento que estava ocorrendo na Região:

O talento mobilizador cepalino atraía a intelectualidade a uma discussão que gravitava crescentemente em torno de três pontos que demarcavam a divisão político-ideológica: primeiro, a interpretação de que a industrialização havia seguido um curso que não conseguia incorporar à maioria da população os frutos da modernidade e do progresso técnico; segundo, a interpretação de que a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa e a dependência, apenas sua natureza havia sido alterada; e, terceiro, a idéia de que ambos os processos obstruíram o desenvolvimento. Seus interlocutores principais estariam na centro-esquerda nacionalista, preocupada com reformas sociais. Dessa forma, os pontos de contato de sua análise com a teorização da esquerda revolucionária tenderiam a ser até mais fortes do que com as análises conservadoras (Bielschowsky, 2000:39).

Esta aproximação com o pensamento da esquerda revolucionária pode ser precisamente visualizado a partir da ênfase na questão agrária. As relações no campo seriam marcadas pelo entorpecimento do progresso técnico pelos latifundiários rentistas, responsáveis por obstar o acesso do camponês a terra. Tal situação poderia ser modificada através possibilidade de acesso a terra para o camponês, o qual teria apoio do Estado. Com isso, “abriria caminho para maior produtividade agrícola e melhor uso do excedente. Adicionalmente, ajudaria a fixar o homem ao campo, evitando a marginalização urbana” (Bielschowsky, 2000:40). Para a modificação de tal quadro a reforma agrária mostrava-se como ação imprescindível. A reforma agrária teria como função combater a tendência à estagnação identificada pelas análises de Celso Furtado na medida em que sua ação teria efeitos conseqüentes sobre o emprego e a distribuição

de renda. Isto permitiria “ampliar a base de consumo para produtos industriais menos exigentes em termos de capital e escala, e poderiam induzir a uma recomposição nos investimentos industriais e ao dinamismo” (Bielschowsky, 2000:41).

As análises sobre a tendência à estagnação tinham um caráter efêmero junto à produção intelectual da CEPAL durante os anos 1960. Durante esta época as teses mais importantes defendidas na instituição eram sobre “dependência” e “heterogeneidade estrutural” (Bielschowsky, idem). As análises relativas à dependência tinham duas vertentes: uma de análise política e outra de análise econômica. Cardoso e Faletto construíram uma análise política das reações de dependência na América Latina a partir da sociologia do desenvolvimento de José Medina Echavarría (Bielschowsky, idem). De acordo com Bielschowsky (idem):

O texto foi escrito como reação teórica à tese corrente na época de que se estava gestando na região uma burguesia nacionalista potencialmente comprometida com um padrão de desenvolvimento que justificava uma aliança com a classe trabalhadora e que podia conquistar hegemonia política (p.41).

Esta tese sobre um suposto protagonismo da burguesia nacionalista comprometida com um padrão de desenvolvimento justificador de uma aliança com a classe trabalhadora foi defendida pelo PCB e por alguns teóricos do ISEB. Estes caracterizam a classe burguesa como a portadora fundamental da possibilidade de um desenvolvimento autônomo no Brasil, o qual daria condições de vencer o imperialismo e de consagrar o nacionalismo no país. Antes de questionar estas teses em Dependência e Desenvolvimento, Cardoso já havia demonstrado a impossibilidade de uma ação autônoma da burguesia brasileira em seu livro Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Isto demonstra como a publicação de Dependência e Desenvolvimento em parceria com Enzo Faletto só veio a corroborar teses defendidas em sua obra publicada no âmbito do CESIT sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro.

A análise predominantemente econômica da dependência em sua vinculação marxista teve em André Gunder Frank sua expressão mais importante. Frank e outros

dependentistas como Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini terão importância central para os debates travados com Fernando Henrique Cardoso durante o regime militar sobre o padrão de desenvolvimento dependente então vigente. Para estes autores o regime militar estaria fadado à estagnação e apenas a revolução socialista poderia modificar tal quadro no Brasil. Para Cardoso, todavia, o padrão de desenvolvimento que se instituiu durante o regime militar tem como característica não apenas o seu caráter dependente, mas também associado. Isto fez com que a tese da estagnação fosse rejeitada por Cardoso e por outros importantes autores como José Serra e Maria Conceição Tavares. Estes últimos autores direcionaram suas críticas diretamente ao estagnacionismo de Celso Furtado com o intuito de demonstrar o dinamismo econômico do regime. Esse dinamismo, todavia, não seria responsável por gerar melhorias sociais efetivas. Todavia: os autores demonstram que o “tipo de dinamismo aludido seria a concentração de renda que reajustava a estrutura de demanda na direção da estrutura produtiva existente, ampliando o consumo das classes médias e altas, e ampliando o excedente para financiar a acumulação”(Bielschowsky, idem:50). Portanto, apesar de refutarem a tese do estagnacionismo na medida em que demonstram de forma efetiva que o regime mantinha um caráter dinâmico, os autores procuraram demonstrar, assim como Cardoso fez em suas análises sobre o mesmo padrão de desenvolvimento, que este tinha como resultado a exclusão das classes mais pobres demonstrando o seu caráter “ ‘perverso’, que é como os autores (Serra & Tavares) apelidaram o pretensso ‘milagre’ brasileiro, exibido pela ditadura de então com base nas aceleradas taxas de crescimento da época”(Bielschowsky, 2000:50).

Portanto, a produção intelectual de Cardoso no âmbito da CEPAL foi basilar para o autor aprofundar as teses que já havia defendido na sua obra sobre o empresariado brasileiro publicada no âmbito do CESIT. Além disso, a análise da produção cepalina foi importante para demonstrar também que léxicos como estagnação tiveram importância no âmbito da CEPAL, o qual foi fundamental para as críticas de Cardoso aos dependentistas estagnacionistas como André Gunder Frank e também para a caracterização do regime instaurado em 1964 como dependente e associado. Estas críticas e a posterior caracterização do regime vão se dar precisamente nos anos 1970. Em virtude disso, voltaremos ao ponto quando analisarmos o pensamento de Cardoso durante a década de 1970. Acreditamos que esta rápida passagem que fizemos por instituições como CESIT, ISEB e CEPAL, além do PCB, foi muito importante para

demonstrar os léxicos que dominavam o debate político durante os anos 1960 referente ao tema do desenvolvimento brasileiro e latino-americano. Com isso, podemos defender a existência de determinadas intenções nas obras de Cardoso durante este período, o que nos ajuda a compreender de forma mais precisa o seu pensamento.

6.5 - A burguesia brasileira e o compromisso com o *atraso*

Vimos na parte da obra de Cardoso referente às relações raciais no Brasil que havia elementos importantes para conseguirmos compreender de forma ampliada os dilemas referentes à constituição de uma ordem efetivamente democrática no Brasil. Estes elementos referiam-se, precisamente, ao padrão de não reconhecimento social que foi engendrado contra os ex-escravos negros responsável pela inserção destes na sociedade de classes nascente no Rio Grande do Sul como subcidadãos. Ou seja, a nascente sociedade de classes brasileira constituiu um padrão seletivo de base moral responsável por hierarquizar a nova sociedade em cidadãos e subcidadãos, como bem pontuou a interpretação de Jessé Souza. Souza (*idem*) construiu sua tese tendo como base a interpretação de Florestan Fernandes sobre a integração dos negros na sociedade de classes instituída em São Paulo. Concordamos com a tese de Souza na medida em que este padrão seletivo de base moral visto por Florestan em São Paulo também foi visualizado por Cardoso em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, esse padrão moral de não reconhecimento social instituído na sociedade de classes nascente em virtude da reprodução de um *habitus* precário nos parece o grande elemento contido na interpretação de Cardoso sobre as relações raciais no sul do Brasil, sobretudo em sua cuidadosa pesquisa sobre o Rio Grande do Sul.

Este ponto fundamental, todavia, é deixado de lado por Cardoso em suas pesquisas posteriores. Como vimos acima, a criação do CESIT por Florestan Fernandes fez com que os intelectuais da USP pudessem participar dos debates fundamentais ocorridos no Brasil durante os anos 1960, que se referiam exclusivamente ao tema do desenvolvimento. Esta temática passou a ser de forma sistemática a grande questão

sociológica do pensamento de Cardoso. Se no trabalho sobre as relações raciais no Rio Grande do Sul havia uma crítica à perspectiva teórico-metodológica do marxismo engendrado pelo PCB com o intuito de inaugurar uma perspectiva marxista efetivamente científica, suas publicações a partir do âmbito do CESIT tinham como objetivo central refutar suas teses sobre o desenvolvimento brasileiro no que se refere, por exemplo, ao papel e comportamento da burguesia nacional. Além do PCB havia também a crítica ao ISEB, o qual também defendeu teses sobre o papel dinâmico da burguesia no sentido de instituir um desenvolvimento de base autônoma e nacional.

Nos seus estudos sobre as relações raciais Cardoso identifica como fatores de atraso da sociedade rio-grandense o padrão moral de não reconhecimento social instituído na nova sociedade de classes em formação e a permanência do patrimonialismo originado das relações sociais vividas no mundo agrário. Como vimos acima, o *insight* sobre o padrão moral de não reconhecimento social é abandonado pelo autor em suas publicações posteriores, na medida em que o grande fator de *atraso* da sociedade brasileira passará a ser exclusivamente o patrimonialismo de origem agrária. É importante demarcar a natureza do patrimonialismo neste momento para Cardoso na medida em que Werneck Vianna (1999) demonstrou como Max Weber teve duas formas de recepção dentro do pensamento social brasileiro. Neste momento de sua reflexão, provavelmente como resultado de sua pesquisa sobre a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, a origem do patrimonialismo brasileiro está consentânea com a caracterização feita por outros uspianos como Florestan Fernandes e Maria Sylvia de Carvalho Franco. Esta caracterização, todavia, irá se inflexionar nos anos 1970 para uma origem não mais agrária, mas resultante da herança do sistema político português que é uma tese cara a autores como Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Levando-se em conta estas ponderações analisaremos nesta seção a produção de Cardoso durante os anos 1960 sobre os temas do desenvolvimento nacional e da dependência.

Em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* Cardoso refutará a tese de que a burguesia brasileira poderia agir como um elemento crucial para instituir o desenvolvimento em bases autônomas e nacionais, como era amplamente defendido nos âmbitos do PCB e do ISEB como vimos acima. Para tanto, ele efetua um cuidadoso estudo sobre a mentalidade da burguesia brasileira a partir da continuação da junção entre o instrumental marxista histórico-estrutural, que possibilitava a análise da realidade brasileira enquanto totalidade, e a sociologia compreensiva de Max Weber. De

Weber, como veremos mais à frente, ele procura compreender as ações da burguesia brasileira a partir da construção de dois tipos ideais além da caracterização do conceito de patrimonialismo como um dado estrutural fundamental para explicar o não protagonismo da burguesia no engendramento do desenvolvimento sob bases autônomas e nacionais.

Para compreender a diferença de comportamento da burguesia nos países centrais e nos periféricos Cardoso faz uma diferenciação entre as sociedades desenvolvidas e as subdesenvolvidas. As sociedades desenvolvidas eram aquelas que apenas poderiam ser explicadas pelo modo industrial-capitalista de produção (Cardoso, 1964). As sociedades subdesenvolvidas não teriam a ver com sociedades tradicionais ou arcaicas. Esta noção apenas se tornaria significativa quando houvesse uma referência implícita às relações existentes entre uma sociedade particular com outra considerada desenvolvida (Cardoso, 1964:68). Nesse sentido, o desenvolvimento no mundo ocidental apenas poderia ser compreendido pelas relações existentes entre os dois tipos de sociedades citadas acima. De acordo com Cardoso (idem) nos países onde não houve subdesenvolvimento existiu um primado da burguesia que constituiu a história do desenvolvimento destes países. Tal protagonismo da burguesia não ocorreu nos países periféricos como o Brasil:

Neste ponto, nossa interpretação diverge da tese geralmente aceita de que a iniciativa privada, isto é, a burguesia empresarial, constitui a mola propulsora inicial do desenvolvimento e da modernização do Brasil. Mostraremos neste livro como, a partir de padrões tradicionais e “irracional” de comportamento econômico empresarial, criaram-se “condições” para a acumulação de capital e para a decantação de formas de experiência industrial que se transformaram em “ação empresarial moderna”(Cardoso,1964:82).

Ao contrário do protagonismo da burguesia como ocorrido nos países do capitalismo originário, o caso brasileiro foi marcado pelo protagonismo do Estado. De acordo com Cardoso, houve surtos industriais no Brasil desde o século XIX. Todavia, estes foram efetuados de maneira descontínua. Este quadro apenas veio a modificar-se após a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1950-1960(Cardoso, idem). Este crescimento industrial foi possibilitado em virtude da alta cotação do café no início da década no

mercado internacional, bem como pela política de investimentos estatais (Cardoso, 1964:158). Além destes importantes fatores houve também o ingresso maciço de capitais estrangeiros, os quais foram responsáveis por acelerar o processo de industrialização do Brasil (Cardoso, idem). A ação do capital estrangeiro como fator acelerador da industrialização do Brasil será demarcado novamente por Cardoso quando este irá caracterizar o padrão de desenvolvimento instituído pelos governos militares, o qual era chamará de desenvolvimento dependente-associado. Veremos este ponto no próximo capítulo. Além dos fatores acima citados como fundamentais para o processo desenvolvimento como a introdução do capital estrangeiro, “Durante todo o tempo, o crescimento vegetativo do consumo interno e a defesa do mercado, natural ou programada, favoreceram a rápida expansão industrial”(Cardoso,1964:158).

O processo de desenvolvimento brasileiro, o qual teve no Estado seu agente dinamizador, foi estruturado em dois momentos específicos. De acordo com Cardoso este primeiro momento foi marcado por “Emancipação econômica, inversões estatais nos setores de infra-estrutura e nas indústrias básicas (petróleo, siderurgia) e planejamento (...) foram os valores que orientaram as aspirações coletivas neste primeiro momento”(Cardoso,1964:84). Cardoso (1964:84) afirma que no segundo momento houve a permeabilização do setor industrial então existente aos modelos e práticas sugeridas e definidas pelas pressões desenvolvimentistas. Este processo ocorreu sem “ter havido adesão total da burguesia nacional aos valores de cunho estatizante que orientavam os movimentos pela emancipação econômica”(Cardoso,1964:85).

As pressões desenvolvimentistas foram oriundas dos grupos técnicos das classes médias (Cardoso, idem). De acordo com Cardoso este processo teve como fomentadora as classes populares, as quais haviam surgido naquele momento na cena política brasileira. Ao analisar a sociedade escravocrata gaúcha Cardoso demonstrou que houve um processo intenso de não reconhecimento social instituído na nova sociedade de classes, o qual se mostrava um obstáculo fundamental para a constituição de uma sociedade de classes democrática no Rio Grande do Sul. Vimos que ao estudar a temática do desenvolvimento de forma sistemática no âmbito do CESIT, Cardoso apenas considera como *atraso* da sociedade brasileira o patrimonialismo gerado no mundo agrário. A sociedade de classes, ubiquamente construída no Brasil como havia demonstrado Cardoso em suas análises sobre as relações raciais em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já não se mostrava como problema. Sua argumentação deixa

implícita a idéia da constituição da nação no país de forma homogênea, na medida em que o grande problema do país a partir de então seria a forma tradicional como o poder político era conduzido.

Como afirmamos acima, o grande fator de *atraso* da sociedade brasileira será a forma como o poder político é conduzido no Brasil. Cardoso afirma que este foi conduzido desde 1930 pela aceitação por parte das camadas dominantes agrárias, camadas essas responsáveis por reproduzir a estrutura patrimonialista gerada na economia colonial, da legitimidade existente na influência das classes médias tradicionais sobre a burocracia civil e militar (Cardoso, 1964:87). Esta estrutura política tradicional responsável única e fundamental pelo *atraso* brasileiro foi modificada a partir da Segunda Guerra Mundial, sendo aprofundada com a retomada do sistema representativo eleitoral em 1946:

Se até então as parcelas das classes médias tradicionais, que se exprimiam politicamente, constituíam-se como segmentos decadentes da antiga camada agrária dominante ou a ela se ligavam através de favores e lealdades, mantendo-se praticamente intocável o patrimonialismo político, as “novas classes” não mais participavam tão diretamente e solidariamente dos valores e dos benefícios do sistema político e econômico tradicional. Noutros termos, formou-se uma pequena burguesia urbana cujas aspirações e cujos modos de vida definiram-se fora dos quadros tradicionais de existência. Com mais forte razão, as “massas populares” “coexistiram”, por assim dizer, com a sociedade tradicional, mas nela não se integravam (Cardoso, 1964:87).

O trecho anterior parece deixar bastante claro como o único fator de *atraso* e de exclusão existente na sociedade brasileira foi a herança recebida pela sociedade de classes da estrutura patrimonialista instituída no mundo colonial rural brasileiro. Esta estrutura tornou-se a responsável pela constituição do sistema político brasileiro como tradicional e também responsável pela exclusão das classes populares. Segundo Cardoso (idem) “A simples presença passiva de novos contingentes sociais não integrados na vida política tradicional foi já fator de desequilíbrio e, portanto, de dinamismo na sociedade tradicional” (Cardoso, 1964:87).

A aparição das massas populares com sua insatisfação e inconformismo a partir da ação dos grupos técnicos das classes médias conseguiu contrabalançar o sistema político tradicional. Todavia, a ação das massas era feita muito mais em termos de estímulos para a ação dos grupos técnicos médios do que com uma ação política própria. De acordo com Cardoso esta ação passiva ocorria precisamente porque não haveria nas massas uma experiência de vida urbana consolidada além do fato de que as “camadas populares” não se engajavam numa situação econômica e social de classe capaz de trazer consigo um projeto de controle do processo de mudança que sua existência coloca como possível (Cardoso, 1964:89). Este processo se dava para o autor, precisamente, em virtude da continuidade do patrimonialismo.

A ação dos grupos técnicos de classe média não fez com que houvesse uma modificação total da organização tradicional instituída em 1930. Isto ocorreu devido à ação das camadas dominantes tradicionais e das forças internacionais no sentido de se aliarem aos novos grupos ascendentes como forma de continuar dominando a economia (Cardoso, 1964:89). Em virtude desta aliança com os novos setores os grupos tradicionais conseguiram manter parte do seu poder (Cardoso, idem). Este processo de aliança fez com que o processo de “diferenciação econômica e de industrialização não fosse efetuado de acordo com os padrões dos nacionalistas, nem através da instauração da ordem econômica competitiva clássica” (Cardoso, 1964:89).

Esta nova ordem foi responsável pelo fortalecimento do Estado privatizado por interesses de grupos específicos. Este fortalecimento deu-se em razão do engajamento de um número grande de cidadãos como “massa de manobra” dos interesses políticos (Cardoso, 1964:90). Como dissemos acima, o Estado era controlado privativamente para atender aos interesses de grupos específicos. Neste sentido, na nova ordem o Estado brasileiro “(...) continuou a ser controlado nas decisões fundamentais pela aliança entre burguesia industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais, que, por sua vez, exprimem a dominação imperialista e o subdesenvolvimento” (Cardoso, 1964:90).

Esta organização do Estado fazia com que as massas populares ficassem excluídas da vida política brasileira. Como vimos, a sociedade não possuía problemas formativos para Cardoso analista do desenvolvimento brasileiro. O problema era a condução patrimonialista da vida política brasileira, a qual herdamos do mundo agrário escravocrata. As camadas populares tinham uma posição passiva na medida em que

eram manipuladas pelos meios de comunicação de massa. Esta ação manipulatória, resultado da ineficácia dos partidos e dos movimentos políticos organizados, era liderada por líderes carismáticos e demagogos que tinham a função de ligar o povo ao Estado (Cardoso, 1964:90).

Ao se referir à análise do papel dos empreendedores no processo de desenvolvimento econômico, Cardoso afirma que este apenas pode ser corretamente analisado se for levado em conta um processo mais amplo de mudança social. Isto deveria ser levado como um elemento fundamental na medida em que “os condicionantes estruturais da sociedade como um todo limitam e caracterizam as formas possíveis de comportamento inovador no campo econômico” (Cardoso, 1964:93). Tal ponto pode ser precisamente visualizado no peso do patrimonialismo no comportamento da burguesia no processo de desenvolvimento brasileiro.

Como afirmamos no início desta seção, Cardoso tem como um de seus objetivos analisar o processo desenvolvimento brasileiro a partir da ação da burguesia. Nesse sentido, ele constitui dois tipos ideais para caracterizar o comportamento burguês no Brasil: o “capitão de indústria” e o “homem de empresa”. Isto para demonstrar como nossa burguesia nunca teve um projeto autônomo de desenvolvimento, ou seja, nunca possuiu uma consciência de classe, e também como esta sempre agiu com relações de compromisso com a política patrimonialista.

Ou seja, a burguesia brasileira teria a tendência de se acomodar à ordem tradicional. Isto se daria por razões histórico-culturais, como a prevalência do patrimonialismo nas áreas de forte presença da economia agrária pela inexistência de pressões modernizadoras como ocorria no Nordeste, o qual teve um forte passado patrimonialista: (...) “o êxito das práticas patrimonialistas dentro das fábricas encontra condições favoráveis no excesso de oferta de mão-de-obra desqualificada e, portanto, na baixa capacidade de barganha dos operários” (Cardoso, 1964, p.130).

Essa ação tradicional da burguesia brasileira era representada pelo “capitão de indústria”, o qual mantinha na empresa padrões de gestão familiares e tradicionais. Havia também os “homens de empresa”, cuja ação pautava-se em padrões racionais de gestão das empresas. Estes estariam agindo de forma a pressionar pela modificação do padrão de desenvolvimento experienciado no Brasil. Todavia, o padrão majoritário no Brasil era o de controle familiar e tradicional sobre as empresas. A prevalência dos

setores atrasados da burguesia faz com que esta, cuja característica marcante é acomodação à dominação tradicional, tenha grande semelhança com a visão tradicional dos comerciantes e fazendeiros do Brasil arcaico (Cardoso, *idem*). Este tipo de comportamento reproduziria modos irracionais de conceber o trabalho e a vida econômica. Tal semelhança pode ser visualizada no trecho abaixo:

A preocupação com tirar proveito das facilidades oficiais caracteriza a mentalidade econômica deste tipo de capitães de indústria. O Estado-patrimonialista, desde que possa ser manipulado, passa a ser o ideal de organização governamental para estes defensores da “iniciativa privada”. Julgamento maniqueísta do Estado – mal; bem. Estado protetor # Estado-intervencionista – Depoimentos, insistindo em que o Estado é o mau patrão e ineficiente, foram coligidos em todo o Brasil, freqüentemente dos mesmos industriais que desejam apoio governamental para seus empreendimentos e ação planejadora do Estado para promover o desenvolvimento (Cardoso, 1964:137-38).

Esta visão e comportamento arcaico da maior parte da burguesia brasileira com sua ação de compromisso com o *atraso* servia como um elemento primordial para a negação das interpretações mais influentes sobre o papel da burguesia no processo de desenvolvimento brasileiro que foram produzidas, como vimos nas seções acima, pelo PCB e por intelectuais do ISEB como Hélio Jaguaribe. Os “capitães de indústria” apenas se tornariam “homens de empresa”, os quais eram regidos por padrões racionais e modernos de produção, quando compreendessem o seu papel como industrial além da realização de ações como melhoria e o barateamento da produção em massa, assistência técnica, investimentos em tecnologia, treinamento do pessoal. Apenas com um processo intenso de modernização o tipo arcaico majoritário do burguês existente no Brasil poderia ser substituído. Os “capitães de indústria” têm como uma de suas características principais a busca de interesses eminentemente privados, fato que ficou bastante explícito com sua ação em torno do compromisso com os setores tradicionais da sociedade brasileira. Este setor da burguesia brasileira possui esse tipo de ação devido ao patrimonialismo herdado do mundo agrário colonial. Este deforma de maneira capital a visão da maior parte da burguesia sobre o seu papel no processo de desenvolvimento. Todavia “os homens de empresa têm preocupações voltadas para a ‘sociedade como um todo’, embora não tivessem condições para imprimir ao processo

social a direção que lhes convém” (Cardoso, 1964:140). Além disso, ficavam impossibilitados de exprimir através de suas ações os interesses de toda a sociedade (Cardoso, idem). Além de possuírem uma visão ampla sobre os interesses da sociedade, os homens de empresa ainda se distinguiriam dos “capitães de indústria” “(...) pelo desejo de construir uma ‘indústria verdadeira’, no plano da visão geral que têm do mundo, desejam construir o capitalismo no Brasil” (Cardoso, 1964:141).

Cardoso (idem) afirma que a introdução de normas de produção modernas como as que caracterizam o “homem de empresa” apenas foram instauradas no Brasil com a instalação das indústrias automobilísticas e de construção naval, com o auxílio das indústrias complementares e de base responsáveis por dar suporte à ação das indústrias. A partir deste momento houve a intensificação da modernização das indústrias no Brasil (Cardoso, 1964:143).

O processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos como o Brasil dar-se-ia a partir da constituição da relação de concorrência imperfeita (Cardoso, idem). Esta seria responsável por gerar desde o início do processo de desenvolvimento relações burocratizadas, além de gerar a necessidade maior das relações entre empresários, sociedade e o Estado (Cardoso, idem). Este entrosamento entre empresários, sociedade e Estado no Brasil teria resultado um processo perverso de enfeudamento de interesses privados no seio do Estado, fazendo com que as massas populares ficassem alijadas do processo de desenvolvimento. Este tipo de relação seria a demonstração da herança patrimonial responsável por nosso *atraso*, o qual herdamos do mundo agrário colonial. Como temos demonstrado, Cardoso tem com uma das intenções mais importantes de sua obra refutar as teses defendidas pelo PCB e por intelectuais ligados ao ISEB sobre o papel da burguesia empreendedora no Brasil. Em virtude disso, o autor abandona o que consideramos um *insight* fundamental de sua obra sobre as relações raciais no Brasil referente à reprodução de uma socialização patológica geradora de um *habitus* precário e ao conseqüente padrão de hierarquia moral que é instituído na formação da sociedade de classes no país.

A construção dos tipos ideais “capitães de indústria” e “homens de empresa” demonstrava o caráter atrasado da burguesia brasileira e a conseqüente impossibilidade de capitanear um processo de desenvolvimento que pudesse levar o país à autonomia frente ao domínio do imperialismo. Cardoso procurou demonstrar que o caráter

hegemonicamente arcaico da burguesia brasileira fora responsável pela impossibilidade desta classe construir uma consciência de classe capaz de levá-la a capitanear o processo de desenvolvimento no Brasil como advogavam as teses do PCB e do ISEB. Caso o país tivesse a hegemonia dos “homens de empresa” teríamos uma ação efetiva da classe burguesa no sentido na produção de uma filosofia por ela que seria responsável por fazê-la querer participar de maneira ativa na condução dos problemas brasileiros, “tendo em vista assegurar uma ordem social que permita a expansão da ‘iniciativa privada’” (Cardoso, 1964:147). Esse tipo de burguês começava a surgir no país durante a década de 1960, quando Cardoso executou a pesquisa. Este surgimento fez com que aparecessem grupos de pressão interessados em interferir nos rumos da política nacional. Estes grupos tinham como objetivo aumentar o controle sobre os meios de comunicação, os quais teriam sido utilizados no país para manipular as massas trabalhadoras, além de efetuarem campanhas com o objetivo de convencer a massa trabalhadora sobre as vantagens do capitalismo, além de fazê-la defensora da democracia e da propriedade privada (Cardoso, 1964:147). Nesse sentido, caso tivéssemos a hegemonia deste tipo de burguês nos país poderíamos vencer o *atraso* e termos um encaminhamento efetivo do processo de desenvolvimento por parte desta classe. Todavia, o que se mostrava de forma efetiva no horizonte político brasileiro era a hegemonia dos “capitães de indústria” e da perpetuação do *atraso* na sociedade brasileira representado exclusivamente pelo patrimonialismo. Nesse sentido, veremos no âmbito das relações concretas o seguinte quadro:

Como ideologia a posição é clara. Na prática, não só os industriais que têm consciência desta posição são pouco numerosos, como raramente as verbalizações correspondem à ação efetiva. Ademais, as possibilidades concretas de transformar os ideais típicos dos homens-de-empresa em movimentos sociais capazes de controlar o desenvolvimento social que empolguem a sociedade são limitados estrutural e politicamente. No âmbito concreto há o engendramento de ações duais por parte dos empreendedores (Cardoso, 1964:156).

Desta forma “Muito comumente as formas de consciência, ação e definição de objetivos políticos, econômicos ou sociais que são encontradiços na burguesia industrial

discrepam do que corresponderia a seus interesses efetivos de classe” (p.160). Como afirmou Cardoso o comportamento da burguesia brasileira era discrepante de seus interesses de classe, resultado de limitações nos âmbitos estrutural e político. Nesse sentido, o tipo de comportamento prático da burguesia brasileira teve como resultantes um mercado de concorrência imperfeita instituído em um capitalismo industrial incipiente. Este foi aliado à tendência monopolística de alguns setores da economia, bem como da forma dual típica pela qual foi efetuada a tentativa de passagem da primeira para a segunda situação da economia brasileira (Cardoso, 1964:157). Ou seja, estes fatores foram fundamentais para moldar a mentalidade do empresariado brasileiro, responsáveis por fazê-lo constituir relações de compromisso com o *atraso* de forma a obstaculizar um processo de desenvolvimento efetivo no Brasil. Além dos fatores acima mencionados havia também o caráter recente desta classe no Brasil, a qual foi constituída de maneira heterogênea como vimos na divisão criada por Cardoso entre os tipos ideais “capitães de indústria” e os “homens de empresa”. Em virtude disso, a formação de uma consciência de classe que pudesse resultar no protagonismo da burguesia brasileira no processo de desenvolvimento era plenamente obstaculizada:

Por isso, se no conjunto ainda não reagem como grupo dos problemas com que se defrontam, é preciso considerar que a “a situação comum de classe” é recente e (diversificada) a diversidade dos grupos de origem é grande. Estes fatores dificultam a decantação de modos uniformes de pensar, sentir e agir e dificultam a formação de uma ideologia industrial capaz de nortear a ação de todos em função dos interesses comuns. Não existência de política operária agressiva. Grupos limitados de industriais que postulam uma política agressiva de desenvolvimento que aumente o controle político e econômico da burguesia industrial (Cardoso, 1964:161).

Este trecho parece deixar claro a crítica de Cardoso às teses da esquerda radicadas no ISEB e no PCB sobre o suposto papel empreendedor da burguesia brasileira. Ao contrário de se constituir como uma camada homogênea, coesa e voltada à proposição de um desenvolvimento nacional que viesse a beneficiar a nação enquanto um todo de forma a desvencilhar o país do domínio do imperialismo, o estudo de

Cardoso procurava demonstrar as impossibilidades estruturais para o tipo de ação que os intelectuais do ISEB e do PCB acreditavam existir na burguesia brasileira. Podemos ver de forma bastante clara como a temática do desenvolvimento torna-se o elemento fundamental na obra de Cardoso a partir da publicação desta obra sobre o empresariado brasileiro. Como vimos na seção referente ao CESIT, a criação deste centro teve como objetivo colocar os intelectuais uspianos dentro dos debates políticos nacionais, os quais giravam de forma hegemônica em torno do desenvolvimento nacional. Como o objetivo de Cardoso era demonstrar a impossibilidade de a burguesia capitanear o processo de desenvolvimento no país, sua análise acabou deixando de lado o complexo e ubíquo processo de formação da sociedade de classes no Brasil também analisado por ele nas pesquisas sobre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Destas análises, Cardoso apenas levou como elemento de *atraso* da sociedade brasileira o patrimonialismo. Este elemento, como veremos no próximo capítulo, será responsável por fazer com que os dilemas referentes à constituição de uma democracia efetiva para o autor se circunscrevam à dimensão meramente institucional. Com isso, o autor nos possibilita o questionamento deste postulado a partir do confronto com sua própria obra sobre as relações raciais. Isto será importante para demonstrar como a utilização do conceito de patrimonialismo como fator único do *atraso* brasileiro limitará sensivelmente o entendimento de Cardoso sobre os dilemas referentes à constituição de uma democracia efetiva no Brasil.

O *atraso* brasileiro representado pelo patrimonialismo podia ser plenamente visualizado em realidades distintas como Blumenau e o Nordeste. As duas realidades tinham como ponto em comum a acomodação a experiências tradicionais em lugar da inserção na nova situação de vida que começava a ser generalizada pelo processo de industrialização comercial (Cardoso, *idem*). Cardoso (*idem*) afirmou que na fábrica, ou seja, na vida econômica, já havia a dominância da moral capitalista. Todavia, “na vida política – os preconceitos patrimonialistas arraigados desde o passado escravocrata impedem que industriais descendentes de senhores de escravos ou das ‘famílias de tradição’ situem-se socialmente em termos do que Weber chamou de ‘posição de mercado’”(Cardoso,1964:162-63). Além disso, a participação feita de forma isolada de grupos de industriais no jogo político então vigente tinha como característica o individualismo e também o oportunismo (Cardoso, *idem*). Isto ocorria precisamente

porque estes industriais tinham como objetivos principais de suas ações alcançar benefícios para si e para suas empresas.

Desta forma, o compromisso com o *atraso* se mostrava como uma ação essencial à burguesia como forma de ação política, na medida em que esta “(...) consiste na participação pessoal no jogo de compromissos que a política de tipo patrimonialista ainda dominante oferece aos que têm recursos para arcar com o ônus do clientelismo político”(Cardoso,1964:165). Esta ação em torno do compromisso com a política patrimonialista era fundamental na medida em que o controle que a burguesia exercia sobre o aparelho do Estado enquanto camada social era restrito (Cardoso, *idem*). Tal fato ocorria devido ao patrimonialismo herdado pela burguesia brasileira oriundo do mundo agrário responsável por criar uma espécie de socialização patológica que impedia que os membros da burguesia se comportassem como cidadãos de uma república democrático-burguesa (Cardoso, *idem*). Este trecho é importante para demarcarmos mais uma vez o abandono do *insight* fundamental contido em suas obras sobre as relações raciais no Brasil referente ao processo de socialização patológica dos negros, resultando em um ubíquo processo de não reconhecimento social dos negros como pessoas humanas e cidadãos plenos na nova sociedade. A socialização patológica, que nos parece o grande fator de atraso da sociedade brasileira, é substituído pelo patrimonialismo que se torna o único responsável pelo atraso brasileiro. Tal fato fica bastante evidente na referência feita por Cardoso ao comportamento da burguesia frente ao Estado.

Como temos enfocado nesta parte, o único fator representativo de *atraso* brasileiro para Cardoso será o patrimonialismo herdado do mundo colonial rural brasileiro. Havia a prevalência de uma visão de mundo que impedia que os industriais herdeiros das tradicionais famílias do Brasil escravocrata pudessem ser protagonistas de um processo de desenvolvimento autônomo e nacional. Ao contrário deste postulado havia como ação da burguesia brasileira o predomínio dos interesses pessoais, pois “agem para alcançar algum grau de influência que permita proveitos diretos para si ou para suas empresas” (Cardoso, *idem*: 165). A prevalência do patrimonialismo na sociedade de massas fez com que houvesse, como vimos, a acomodação da burguesia brasileira ao sistema político tradicional, no sentido de que as ações impetradas pela burguesia tinham como único objetivo alcançar os fins econômicos próprios. Como também temos demonstrado o fator explicativo fundamental para tal tipo de comportamento privatista vinha da socialização patológica representada pelo patrimonialismo agrário, o qual fora responsável por não permitir à burguesia brasileira

constituir o comportamento burguês conforme sua situação de classe exercida em países do capitalismo originário.

Ao analisar a natureza do regime militar, o qual denominará de burocrático-autoritário, Cardoso advoga que este se caracterizou por mudanças significativas em relação à prática política engendrada até 1964. Esta caracterização, todavia, apenas ocorre durante os anos 1970. A preocupação central de Cardoso neste momento de sua obra é compreender o processo de desenvolvimento brasileiro a partir do comportamento da burguesia. Cardoso afirma que havia no Brasil a dominância do sistema político tradicional. Este era exercido pelas classes médias tradicionais, pelos proprietários rurais pré-capitalistas, pelos grandes comerciantes e exportadores, banqueiros e grupos ligados aos interesses estrangeiros, sejam eles no âmbito econômico ou político (Cardoso, 1964:179). Cardoso produziu esta obra sobre o empresariado brasileiro no início dos anos 1960. Neste momento, o autor afirma que estes grupos ainda dominavam o aparelho do Estado no Brasil. É interessante demarcar este ponto porque durante os anos 1970, como vimos acima, Cardoso analisa de forma detida a natureza do regime autoritário no país, o que faz com que o autor veja durante a mesma década de 1960, com a instauração do regime militar, a perda de hegemonia dos grupos que controlavam o Estado até a instituição do regime, principalmente no que se refere às classes médias tradicionais e os setores agrários pré-capitalistas. Veremos em detalhe este ponto no próximo capítulo. Estes setores eram responsáveis por reproduzir a dominação patrimonialista no país constituída desde o mundo agrário colonial.

Desta forma, ao argumentar sobre o surgimento das massas populares com o processo de industrialização, Cardoso deixa de lado seu mais frutífero *insight* sobre o surgimento da sociedade de classes no Brasil construído nas suas interpretações sobre a questão escravocrata em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Este fator fundamental, o qual consideramos o grande fator de atraso da sociedade brasileira, é abandonado por uma visão das “massas populares” constituídas de forma indiferenciada, dando a impressão de que não houve nenhuma nódoa durante o período escravocrata que gerasse conseqüências para a constituição da sociedade de classes no Brasil além do patrimonialismo:

O segundo grande condicionante da ação política da burguesia diz respeito ao processo de dominação política numa sociedade em que a industrialização se faz através do 'consumo amplo'. Nestas condições a participação do 'povo' na vida nacional tende a ser grande. Entretanto, dado que nunca chegou a completar-se no Brasil o que se poderia chamar de 'revolução burguesa', o ritmo de transformação das instituições políticas e de participação das 'forças populares' nas decisões políticas é lento e instável: ora as pressões populares crescem, assustando as forças dominantes, ora os mecanismos de preservação da antiga estrutura patrimonialista desenvolvem amplas 'acomodações' que resultam no amortecimento das reivindicações populares sem alterações reais na situação de fato (Cardoso, 1964:177: 178).

Devido à influência deletéria do patrimonialismo o Brasil não teria experienciado a revolução burguesa. Esta afirmação é feita antes de o autor publicar sua tese sobre dependência. Esta tese foi fundamental para que o autor relativizasse o postulado sobre a revolução burguesa defendido em sua obra sobre o empresariado brasileiro. Durante os anos 1970 o autor afirma que existia um padrão específico de revolução burguesa para os países dependentes como o Brasil. Além disso, as análises sobre a dependência

farão com que esta seja, ao lado do patrimonialismo⁷⁸, os dois principais fatores que caracterizam a realidade brasileira.

As obras produzidas no âmbito do CESIT tinham como objetivo primordial inserir os intelectuais uspianos vinculados à Cadeira de Sociologia I da USP nos debates sobre o desenvolvimento brasileiro, os quais eram dominados pelas proposições do PCB e do ISEB. As proposições construídas no PCB e no ISEB davam à burguesia um papel de protagonista no processo de desenvolvimento brasileiro na medida em que esta classe teria como função central assumir suas responsabilidades políticas como classe dominante, além de se unir ao proletariado como forma de capitanear um desenvolvimento sob bases autônomas e nacionais. Ao contrário de levar a cabo tal postulado, a ação da heterogênea burguesia brasileira foi norteadada sempre pelo seu caráter conservador. De acordo com Cardoso “Com isso, cria, quiçá, a possibilidade de que mais tema: de perder as chances históricas de exercício pleno da dominação de classe”(p.179). Desta forma a ação da burguesia nos países subdesenvolvidos como o

78 Nesta parte de nossa argumentação retomamos alguns postulados sobre a burguesia brasileira e sua relação com o patrimonialismo que foram bem visualizados pela análise de Ivan Cotrim que vimos em detalhe com capítulo IV. Como já dissemos, o autor tem o mérito de primeiramente demonstrar a posição central que Weber e o seu conceito de patrimonialismo possuem na obra de Cardoso. Todavia, a perspectiva textualista, responsável por analisar as publicações de Cardoso de maneira indistinta e continuada, e a teoria marxista que tende a enfatizar os problemas como frutos da dimensão puramente econômica, fizeram com que Cotrim não desse qualquer importância à questão moral existente na primeira parte das análises de Cardoso sobre as relações raciais, na medida em que privilegiou apenas o patrimonialismo como um dado único e fundamental do atraso brasileiro em toda a obra de Cardoso. Para o autor, a determinação do atraso brasileiro é constituída devido à maneira patológica como o capitalismo se instituiu entre nós. Este fator sistêmico seria o grande responsável pela exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa. Como podemos ver, este tipo de análise sistêmica apesar visualizar precisamente o reducionismo da obra de Cardoso, acaba caindo no mesmo erro fundamental que é precisamente ver a constituição da sociedade brasileira feita de forma indiferenciada, tendo como único problema a exploração burguesa exercida sobre o proletariado. Ou seja, o complexo processo de formação da sociedade brasileira tão bem visto por Cardoso em suas obras sobre as relações raciais que é abandonado em suas publicações sobre a questão do desenvolvimento no Brasil, também é relegado à coisa alguma pela perspectiva marxista na medida em que, com o sinal invertido, o grande fator de *atraso* brasileiro também será sistêmico, neste caso representado pelo mercado. Portanto, apesar de pretender demonstrar uma proposição precisa sobre o *atraso* brasileiro em relação à perspectiva de Cardoso, Cotrim acaba caindo no mesmo “beco sem saída” existente nas análises de Cardoso a partir do tema do desenvolvimento brasileiro: a redução do atraso brasileiro ao âmbito sistêmico. Além disso, ao privilegiar o método textualista o autor perder de vista algumas modificações importantes na obra de Cardoso como a significativa modificação sobre a natureza do patrimonialismo brasileiro. Com o objetivo de construir uma visão crítica mais ampliada sobre a obra de Cardoso como forma de demonstrar seus debates intelectuais mais amplos, bem como as modificações mais importantes em seu pensamento, voltamos à análise sobre a burguesia brasileira também trabalhada por Ivan Cotrim no capítulo IV desta dissertação de mestrado.

Brasil não repetiria de forma necessária, como advogavam as teses do PCB, o papel de motor do desenvolvimento como ocorreu nos países do capitalismo originário. Ao contrário de uma simples evolução para o Brasil da ação que a burguesia exerceu nos países do capitalismo originário que seria responsável por possibilitar uma ação dinâmica e autônoma da burguesia brasileira houve a constituição desta classe no país em condições peculiares que impediram que tal comportamento se reproduzisse. Um primeiro fator que tivemos a oportunidade de analisar nesse sentido se referia à acomodação da burguesia à estrutura patrimonialista nascida no nosso passado colonial e agrário. O outro ponto de impossibilidade deste processo desejado pelos setores da esquerda intelectual brasileira referia-se à ligação da burguesia brasileira com os interesses do capitalismo internacional. Estes dois fatores foram responsáveis por fazer com que a burguesia brasileira engendrasse um processo de dominação político incompleto e contraditório (Cardoso, *idem*).

6.6 - Dependência e Patrimonialismo

Como vimos no início desta seção a temática do desenvolvimento torna-se algo fundamental para Cardoso a partir da constituição do CESIT, quando o autor produzirá sua tese sobre a burguesia empresarial brasileira. Logo após esta tese Cardoso produz juntamente com Enzo Faletto a teoria da dependência, a qual procura desenvolver uma análise abrangente sobre o processo de desenvolvimento engendrado na América Latina. Neste sentido, durante a década de 1960 a temática única existente no pensamento de Fernando Henrique Cardoso será o desenvolvimento. Como o próprio Cardoso (1969) afirma, a questão do desenvolvimento teve um papel central para a intelectualidade latino-americana desde a década de 1950, tendo nos anos 1960 um patamar fundamental na medida em que a prática social e política que se constituiu durante aquela década esteve orientada pela temática do desenvolvimento. Ainda segundo Cardoso “Assim, se o desenvolvimento como prática e como ideologia constitui o desafio por excelência do homem latino-americano, sua teoria, como ciência, constitui o desafio maior do intelectual da América Latina”(p.11).

Em virtude disso suas referências ao Estado, classes sociais, regime político têm como objetivo conformar uma explicação sobre o processo de desenvolvimento instituído no Brasil e na América Latina. A temática do desenvolvimento apenas deixa de possuir caráter único no pensamento de Cardoso durante a década de 1970 período no qual, além de demarcar o caráter do desenvolvimento instituído no período, também procura caracterizar o autoritarismo vigente na América Latina. Em virtude disso, analisaremos abaixo a teoria da dependência construída por Cardoso em parceria com Faletto no final da década de 1960. A partir da década de 1970 a dependência e o patrimonialismo ibérico serão os dois fatores mais importantes a caracterizar a realidade brasileira e latino-americana para o autor.

Após os estudos sobre a burguesia empresarial brasileira e o seu compromisso com o *atraso* representado pelo patrimonialismo de origem agrária, quando o autor colocou em xeque a interpretação do PCB e de alguns intelectuais do ISEB, como Hélio Jaguaribe, sobre o papel da burguesia no processo de desenvolvimento brasileiro, Cardoso aprofunda suas teses contidas em sua obra sobre o desenvolvimento brasileiro e constrói junto com Enzo Faletto a teoria da dependência. Se na obra sobre o desenvolvimento brasileiro Cardoso teve como interlocutores mais importantes o PCB e o ISEB, em sua obra escrita junto com Faletto seus interlocutores mais importantes estão no âmbito da CEPAL, que visualizava para a América Latina um processo de desenvolvimento sob bases nacionais assim como o ISEB e o PCB vislumbravam para o caso brasileiro. Esta tese fez com que o pensamento de Cardoso, que como temos demonstrado possui um caráter dinâmico, fosse reduzido unicamente à questão da dependência como faz, por exemplo, a interpretação hegemônica sobre Cardoso no Brasil muito bem expressa por Sérgio Tavolaro. Mesmo não sendo a única temática da vida intelectual de Cardoso certamente possui uma posição capital.

Assim como ocorrido em sua pesquisa sobre a atuação da burguesia no processo de desenvolvimento brasileiro, Cardoso também demonstra com a sua teoria da dependência a impossibilidade da constituição de um processo de desenvolvimento autônomo na América Latina, na medida em que os países latino-americanos mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista internacional. Antes da construção de sua teoria, Cardoso e Faletto (1984a) argumentam que havia uma crença entre os economistas latino-americanos de que o desenvolvimento dependeria, sobretudo, da capacidade de cada país tomar decisões sobre sua política

econômica. Nesse sentido, “O pressuposto geral implícito nessa concepção era que as bases históricas da situação latino-americana apontavam para um tipo de desenvolvimento eminentemente nacional”(Cardoso e Faletto,1984a:12). Ou seja, se a possibilidade da constituição de um desenvolvimento autônomo e nacional já havia sido colocada em xeque no Brasil devido ao comportamento patológico da burguesia através do compromisso com o patrimonialismo, este também passaria a ser colocado em xeque na América Latina devido ao caráter de dependência estrutural destes países frente aos pólos irradiadores do capitalismo.

Podemos observar de forma bastante clara um elo de continuidade entre a sua tese sobre a burguesia brasileira e sua teoria da dependência. Como vimos na seção anterior, Cardoso analisa o processo de desenvolvimento brasileiro a partir de componentes sociais e políticos radicados no comportamento da burguesia, de uma forma a fugir da perspectiva economicista deste processo. Tal postulado também é utilizado como um componente principal em sua teoria da dependência como uma maneira de fugir das análises de cunho eminentemente economicista sobre o processo de desenvolvimento latino-americano. Cardoso tinha como objetivo vincular os elementos econômicos e sociais do desenvolvimento através da análise da atuação dos grupos sociais. Tal postulado ocorre devido ao caráter de autonomia relativa que a política terá no processo de mudança social na América Latina (Cardoso, 1969). Dessa maneira, sua abordagem poderia ser precisamente feita em termos de "processo histórico" (Cardoso & Faletto, 1984:21). Cardoso (1969) afirma que o economicismo existente nas ideologias do desenvolvimento foram cedendo lugar de maneira paulatina a questões de cunho marcadamente político. Nesse sentido, a ênfase na dimensão política nas análises dos países periféricos e dependentes aliado à dependência constituíam o contexto no qual os novos desafios intelectuais existentes pela situação latino-americana estariam inseridos (Cardoso, idem).

Como vimos na seção acima, o processo de desenvolvimento brasileiro foi definido a partir da ação da burguesia em relação à classe política e aos outros setores da sociedade brasileira. Ou seja, o desenvolvimento se dava a partir do encaminhamento político dado na relação da burguesia com os outros grupos sociais. Esta visão do processo desenvolvimento a partir das relações entre os grupos e as classes sociais é que faz com que Cotrim e Sobrinho defendam a tese de que o pensamento de Cardoso é estruturado pelo “politicismo”, na medida em que apenas analisaria a realidade

brasileira através do âmbito estritamente institucional e privilegiaria o mesmo olhar conservador sobre o Brasil que era característico da nossa classe dominante fundamental: a burguesia autocrática. Esta interpretação, como tivemos a oportunidade de debater em detalhe no capítulo IV, acaba construindo uma alternativa crítica muito limitada ao chamado "politicismo" de Cardoso. Isto porque os autores interpretam o *atraso* brasileiro também como fruto de determinações sistêmicas, neste caso advindas não do Estado mas do mercado. Nesse sentido, essa interpretação acaba possuindo o mesmo caráter superficial e simplificador no que se refere à constituição da sociedade de classes no Brasil. Neste sentido, nossa interpretação proposta nesta dissertação sobre o pensamento de Cardoso procura refutar as duas explicações sistêmicas a partir de elementos constitutivos da própria interpretação de Cardoso sobre o Brasil produzidos em suas pesquisas sobre as relações raciais.

Tal postulado de Cardoso construído em sua interpretação sobre o processo de desenvolvimento brasileiro é mantido em sua caracterização do processo de desenvolvimento na América Latina, na medida em que este processo é definido a partir da interação entre grupos e classes. Desta forma “A estrutura social e política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade”(Cardoso & Faletto, 1984a:22). Assim como na análise sobre o empresariado brasileiro, a teoria da dependência terá nas estruturas de domínio um caráter central. Isto ocorre devido ao protagonismo da estrutura de dominação através de sua interação com capitalismo central no sentido de encaminhar o processo de desenvolvimento latino-americano. De acordo com Cardoso (1969), este processo entre centro e periferia dá-se da seguinte forma: “o sistema de dominação externo, de país a país, corta transversalmente a estrutura dependente e a interpenetra. Nesta mesma medida, a estrutura externa passa a ser vivida como interna”(p.17).

Desta forma, os processos econômicos ocorridos na América Latina seriam analisados enquanto processos sociais, pois o poder econômico seria expresso como dominação social (Cardoso & Faletto, *idem*). Mesmo analisando os processos econômicos enquanto processos sociais, Cardoso afirma que os modos de relação econômica tinham como função delimitar as possibilidades de ação política. Em virtude desta relação entre economia e política, havia como uma necessidade central buscar os pontos de interseção entre o sistema econômico e o social. Desta forma, “se revelam os

nexos e a dinâmica dos diferentes aspectos e níveis da realidade que afetam as possibilidades de desenvolvimento"(Cardoso & Faletto, 1984a:23).

Como podemos ver até aqui, o processo político constitui-se para Cardoso em um elemento principal para sua interpretação do Brasil e da América Latina. Apesar de se referenciar a relação entre os grupos sociais com o sistema político no processo de desenvolvimento econômico, Cardoso aprofunda em sua teoria da dependência a inflexão demarcada em sua obra sobre o empresariado brasileiro. O autor faz em sua teoria da dependência uma análise macro-estrutural do processo de desenvolvimento na América Latina que, apesar de se referenciar à dinâmica existente entre os diversos grupos sociais, acaba produzindo uma interpretação que não possibilita uma análise profunda da formação e das relações existentes entre as classes na América Latina e, sobretudo, no Brasil. Ao contrário disso, aprofunda, por exemplo, sua visão uniformizadora e empobrecedora sobre a sociedade brasileira a considerando como simples massas populares sem qualquer mecanismo de estratificação interna que o próprio autor demonstrou sobejamente existir no país com o fim da escravidão e o surgimento da sociedade de classes. Levando-se em consideração o empobrecimento que esta perspectiva trouxe para a análise das relações de classe no Brasil e também na América Latina, o aspecto aludido por Cardoso possibilitou:

(...) efetuar a análise dos "mecanismos de decisão" atualmente tão em voga. A problemática sociológica do desenvolvimento, entretanto, longe de reduzir-se a este enfoque, implica, como se disse, o estudo das estruturas de dominação e das formas de estratificação social que condicionam os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico em cada caso particular. Dentro da perspectiva geral aludida, essa problemática compreende necessariamente a análise dos comportamentos políticos que incidem na relação entre as classes e grupos sociais que mantêm um padrão dado de controle e as que se lhes opõe real ou virtualmente. Supõe, ademais, a consideração das orientações valorativas que outorgam à ação seus marcos de referência (Cardoso & Faletto, 1984a:24).

A perspectiva aludida por Cardoso demonstra que os influxos advindos apenas do mercado não são suficientes para uma análise precisa do processo de desenvolvimento, na medida em que a atuação dos grupos, forças e instituições sociais possuem um caráter de importância fundamental. Portanto, a dinâmica referente ao sistema de relações entre as classes sociais nas nações dependentes torna-se o elemento chave para se compreender o processo de desenvolvimento. Mas para a análise das relações entre as classes sociais na América Latina Cardoso demonstra a necessidade de se refutar os modelos evolucionistas, pois estes acreditavam que as relações entre as classes sociais nos países periféricos iriam repetir as ocorridas nos países centrais⁷⁹. Uma vertente fundamental da perspectiva evolucionista existente na América Latina combatida por Cardoso foi a funcionalista. De acordo com Cardoso esta perspectiva acreditava que possuía um modelo universal “e de base ‘científica’, para explicar a transição das sociedades latino-americanas do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, do tradicionalismo ao modernismo⁸⁰” (Cardoso, 1969:12). Cardoso afirma que as teorias sobre o desenvolvimento foram colocadas em xeque devido às dificuldades que o desenvolvimento então concebido como processo social, aliado às formas que este assumia “e suas conseqüências práticas trouxeram a debate o problema dos limites de validade das teorias do desenvolvimento, na sociologia do mesmo modo que na economia e na ciência política” (Cardoso, 1969:14).

Este esforço empreendido por Cardoso no sentido de demonstrar a singularidade das relações sociais ocorridas na periferia do capitalismo é expressão de um esforço intelectual empreendido por ele e outros intelectuais uspianos no grupo que ficou

79 Cardoso (1969) argumenta sobre a centralidade da perspectiva evolucionista para a análise da temática do desenvolvimento na América Latina, a qual ele procurou de maneira incisiva refutar desde sua tese sobre o empresariado brasileiro publicada no âmbito do CESIT: “Em suma, a referência ao mundo desenvolvido parece ser ainda constante e a postura teórica predominante continua aceitando a existência de um contínuo que vai do subdesenvolvimento ao desenvolvimento (ou do pré-capitalismo ao capitalismo, da “sociedade tradicional” à “sociedade moderna”)” (p.9).

80 Além dos pontos aludidos acima, Cardoso afirma que “Deste modo, a teoria funcionalista do desenvolvimento termina por ver-se limitada de vários ângulos. Teoricamente porque suas explicações não chegaram a permitir que a especificidade estrutural do subdesenvolvimento viesse à luz e porque sua análise da mudança social transformava o que era ‘movimento social’, ou seja força de negação de uma ordem e de criação de outra, em desequilíbrio entre ‘fatores’, em oposição mecânica entre ‘obstáculos à mudança’ e elementos favoráveis a ela. Com este modelo se conseguiu no máximo entender as transformações como acumulação de pontos de fricção, sucessivos ou simultâneos, que redefinem um padrão estrutural. Mas não se pôde, por exemplo, explicar teoricamente a mudança ocorrida numa sociedade como a cubana onde a ruptura de uma estrutura e a constituição de outra, nova, se insere em um contexto estrutural que evidencia a inexistência de um contínuo entre subdesenvolvimento e desenvolvimento e que mostra, ao mesmo tempo, a insuficiência destes conceitos para elucidar os problemas da mudança social” (p.13).

conhecido como Seminário de Marx. Este grupo tinha como um de seus objetivos refutar o marxismo do PCB, pois o consideravam evolucionista e dogmático. Portanto, assim como fez no caso brasileiro em relação aos esquemas do PCB, Cardoso refutou os esquemas evolucionistas para a análise do processo de desenvolvimento na América Latina. As relações entre classes e grupos sociais na América Latina assumiram formas e funções diferentes dos países centrais⁸¹(Cardoso & Faletto, *idem*). Neste sentido Cardoso (*idem*) afirma que o ponto fundamental para a dinâmica do sistema econômico dependente "no âmbito da nação, está determinado - dentro de certos limites - pela capacidade dos sistemas internos de alianças para proporcionar-lhe capacidade de expansão".(36). É a partir da análise das obras de Cardoso que focalizam apenas a temática da dependência que autores como Sérgio Tavolaro, que analisamos em detalhe no capítulo IV, afirmam que a dependência possui um caráter de variável independente no pensamento do autor. Desta forma, a tese da pretensa dicotomia entre o intelectual e o político é plenamente difundida. Quando existe alguma proposição no sentido de unir as instâncias intelectual e política, esta é focada apenas na temática da dependência. Neste sentido, esta proposição mostra-se tão equivocada quanto à pretensa dicotomia entre o intelectual e o político, pois constrói uma visão também bastante limitada, reducionista e empobrecedora do pensamento de Cardoso. Este equívoco fundamental é construído, precisamente, pelo enfoque em parte da significativa produção intelectual do autor como estamos procurando demonstrar nesta segunda parte da dissertação.

Cardoso afirma que a presença das massas populares, as quais ele analisa de forma indiferenciada desde o seu livro sobre a burguesia empresarial brasileira, pressionando para serem incorporadas ao sistema político fora responsável por ser um dos elementos que tornaram o sistema econômico mais dinâmico. Esta proposição vai ser trabalhada com mais cuidado abaixo quando Cardoso analisa o regime caracterizado pelos intelectuais uspianos como populismo. Essa caracterização das massas populares já iniciada em sua obra anterior, quando ele analisa o surgimento delas no Brasil, nos

81 Ainda sobre o caráter de singularidade existente nas realidades latino-americanas em relação aos países centrais, Cardoso argumenta sobre a necessidade de redefinição conceitual ao analisar a América Latina em relação aos países do centro do capitalismo: "Assim, conceitos como 'feudalismo', 'aristocracia' etc, são manifestamente inadequados para discutir a situação latino-americana. Outros tais como 'burguesia', 'proletariado', 'classes médias' etc, carecem de uma reelaboração, que considere os modos particulares de relação e de confronto entre os grupos e classes sociais nas sociedades periféricas. p.24

ajuda a visualizar como a visão sobre a dinâmica entre as classes no país torna-se cada vez mais limitada. Esta visão, como veremos no próximo capítulo, será fundamental para a interpretação do autor sobre os dilemas referentes à democracia no Brasil e para a sua limitada e insuficiente proposta de democratização rumo à suposta democracia substantiva no Brasil.

Com a ruptura do pacto colonial e, conseqüentemente, com esta forma de dependência através da formação dos Estados nacionais, houve um processo de reordenamento político e social na economia e na sociedade latino-americana (Cardoso & Faletto, idem). Isto ocorreu devido à vinculação dos grupos que controlavam o setor exportador das economias locais com os novos centros hegemônicos bem como “constituindo internamente um sistema de alianças com oligarquias locais que não estavam diretamente integradas ao sistema produtivo-comercializador ou financeiro voltado "para fora"(Cardoso & Faletto,1984a:41-42). Através deste reordenamento feito pelos setores que controlavam o setor exportador no sentido da recuperação das vinculações com o mercado mundial e com os grupos locais, os Estados nacionais recém formados instituíram a primeira situação de subdesenvolvimento e dependência nas realidades nacionais recém formadas(Cardoso & Faletto,1984a:42). A relação de compromisso existente entre os grupos exportadores e os setores oligárquicos tradicionais demonstrava como as instituições políticas nacionais possuíam um caráter de ambigüidade:

É certo que, para conseguir estabelecer uma ordem nacional, o setor capitalista teve que se apoiar em um complexo sistema de alianças com os proprietários de latifúndios de baixa produtividade e com estamentos burocráticos militares; sem esquecer que a condição que tornava possível sua hegemonia fundava-se na vinculação que pôde estabelecer com o exterior. O que se deve realçar é que em países desse tipo constituiu-se uma burguesia de expansão nacional (Cardoso & Faletto, 1984a:55).

Dessa relação de compromisso⁸² colocada acima por Cardoso podemos visualizar dois fatores que serão abordados enfaticamente durante os anos 1970. Um primeiro aspecto refere-se à caracterização dos militares como um estamento burocrático como o faz, por exemplo, Raymundo Faoro. A demarcação deste ponto é importante para demonstrar que não houve uma simples incorporação da tese de Faoro por Cardoso durante a década de 1970, além do fato de que a concepção de estamento burocrático de Faoro é considerada por Cardoso com simplista e insatisfatória. O outro ponto refere-se à caracterização da burguesia e da revolução burguesa nos países dependentes. Em sua obra anterior, Cardoso já demonstrara em sua análise sobre o caso brasileiro como a burguesia nacional possuía um caráter de singularidade frente à constituição burguesa nos países do chamado do capitalismo originário. Esta dissociação entre a burguesia nacional e europeia agora é estendida para os países da periferia do capitalismo frente aos centrais. Para Cardoso (idem) um dos fatores que fez com que houvesse um significado distinto da burguesia na periferia frente ao que ocorria no centro referia-se ao papel exercido pela cidade. Esta, que tinha a proeminência de ser base do poder político e econômico teve uma constituição singular nas duas situações. A cidade, como veremos no próximo capítulo, será um elemento fundamental para a caracterização das bases do autoritarismo brasileiro radicadas na herança do patrimonialismo ibérico. Esta caracterização diferenciada da burguesia nos países da periferia do capitalismo será fundamental para caracterização da revolução burguesa existente nos países periféricos que Cardoso fará nos anos 1970.

82Em sua teoria da dependência Cardoso rejeita esquemas que dividem os países latino-americanos como o Brasil em dois pólos distintos, ou seja, um moderno e outro atrasado. Ao contrário disso, havia um entrelaçamento entre os dois setores na América Latina no que tangia ao processo de desenvolvimento: “Com efeito, os dados e tendências apresentados não permitem concluir, como ocorreria no caso de utilizar-se a idéia de que as sociedades latino-americanas são duais, que se formam dois setores isolados nas sociedades em questão, a saber, o dinâmico ou moderno e o tradicional ou estagnado. Na realidade, ao contrário, no seio mesmo do que se costuma chamar de setor urbano-moderno é que e constituem os "grupos marginais" não incorporados pela dinâmica da expansão econômica. Por outro lado, como foi demonstrado, os novos grupos sociais não deslocam totalmente os setores tradicionais e estes, ao que parece, são muito mais flexíveis do que se supõe nas teorias correntes sobre as oligarquias” (p.135).Essa recusa a uma perspectiva dualista para compreender o caso latino-americano e brasileiro em especial feita por Cardoso será um elemento fundamental para a intelectualidade paulista radicada no CEBRAP, como podemos visualizar com toda clareza no texto Crítica à razão dualista de Francisco de Oliveira.

Dentro do quadro estrutural de dependência, a existência ou inexistência de setores exportadores tem a função de afetar o processo de diferenciação da economia, na medida em que as formas de divisão social do trabalho são condicionadas por eles (Cardoso & Faletto, 1984a:59). Mesmo com a proeminência dos grupos exportadores no processo de diferenciação da divisão social do trabalho, o caráter mecanicista do processo é refutado em favor de certo dinamismo: “Note-se, ainda, que esses grupos sociais não são simplesmente o resultado mecânico de uma ' estrutura econômica', mas que também eles tentarão desenvolvê-la ou modificá-la como meio de impor ou manter sua forma peculiar de dominação” (Cardoso & Faletto, 1984a:59).

A partir da dinâmica ocorrida nos países periféricos, especificamente no que se refere aos esforços em torno da constituição de um mercado interno, houve um importante processo de diferenciação social através do surgimento de novos grupos como artesãos, pequenos comerciantes, setores como transportes, bancos, serviços públicos (Cardoso & Faletto, idem). A partir deste mercado houve o surgimento da burguesia urbana quanto dos setores operários. Nesse sentido Cardoso afirma que “assim, em um primeiro momento os grupos sociais urbano-industriais formam-se em consequência da expansão do setor exportador e sem que seus interesses econômicos oponham-se aos deste setor, pelo contrário, tornam-se setor complementar daquele” (Cardoso & Faletto, 1984a:61).

Como argumentamos acima, a perspectiva macro-estrutural utilizada por Cardoso para compreender a dinâmica relativa ao surgimento destes setores sociais fez com que o autor perdesse de vista o caráter ubíquo da formação da sociedade de classes no Brasil, responsável por constituir importantes gradações no setor caracterizado por Cardoso como massas populares. Esta caracterização, por sua vez, uniformiza e simplifica as complexas e perversas relações entre as classes sociais existentes no Brasil tão bem demonstradas pelo próprio autor em suas pesquisas sobre as relações raciais no sul do Brasil.

A partir das condições histórico-estruturais existentes houve o surgimento do setor urbano-industrial bem como o grau de diferenciação social interna frutos da expansão da economia exportadora (Cardoso & Faletto, 1984a:61). Mas para que essas modificações pudessem ocorrer de fato na realidade periférica era necessário levar em conta a dinâmica interna referente à relação entre os grupos e classes sociais existentes

nos países dependentes: “A dinâmica dessas forças, entretanto, depende da unidade ou diferenciação dos grupos agro-exportadores e das alianças entre alguns desses grupos com os setores sociais emergentes” (Cardoso & Faletto, 1984a:61). Desta forma, Cardoso demonstra que, apesar do caráter estrutural da dependência havia no âmbito periférico uma margem de autonomia para organizar a dinâmica social interna.

Ao tratar especificamente do caso brasileiro, Cardoso afirma que houve no país a constituição de uma estrutura de classes debilitada. Isto porque o processo de modernização da economia exportadora resultando na abolição da escravatura e na queda do Império representou (...) “a garantia não somente simbólica, mas a mais efetiva, da soma de interesses regionais baseados em uma economia escravocrata e uma dominação patrimonialista”.(Cardoso & Faletto, 1984a:61) Ou seja, a debilidade da estrutura de classes no Brasil era explicada, assim como em sua obra sobre o empresariado brasileiro, pela manutenção da dominação patrimonialista que vigia no Império brasileiro através da dominação oligárquica que o caracterizava. Um ponto interessante a ser notado na interpretação do país feita por Cardoso nesta obra é referente à burocracia imperial. Neste momento de sua análise o autor a considera como algo incipiente, mas com poder efetivo e com importância social que era fundamental no sentido de manter a dominação patrimonialista e oligárquica: “resguardava-se a autonomia local dos 'senhores', sem se desintegrar o Estado nacional, que cuidava dos 'interesses gerais', isto é, do predomínio canavieiro - cafeeiro, com a condição de que se mantivessem e se respeitassem os centros de poder locais” (Cardoso, 1984a:64). A referência pontual à dominação patrimonialista no país ainda está consentânea com sua análise sobre o negro no Rio Grande do Sul e também sobre o desenvolvimento brasileiro através do comportamento da burguesia. Ou seja, o patrimonialismo brasileiro ainda é derivado do mundo rural. Esta tese, como teremos oportunidade de observar no próximo capítulo, se manterá até a década de 1970 quando o autor analisará as bases do autoritarismo então vigente. Neste momento, o patrimonialismo vigente no Brasil será fruto da transposição do patrimonialismo ibérico com a chegada da família real, que seria então complementado por uma sociedade organizada patrimonialisticamente. Portanto, esta estrutura política privatista supostamente herdada de Portugal é que se constitui a partir dos anos 1970 como o alfa e ômega do *atraso* brasileiro. Como neste momento o objetivo central de Cardoso não é fazer nenhuma análise exegética do Estado brasileiro, mas sim construir uma nova explicação macro-estrutural para o

processo de desenvolvimento latino-americano, a questão do patrimonialismo passa como algo sem maior importância na argumentação do autor. Em virtude disso é que sua interpretação hegemônica na academia brasileira foque apenas a temática da dependência como a variável única do pensamento intelectual de Cardoso.

A queda do Império não representou uma ruptura com a forma oligárquica de domínio político que vigia durante o Império. Os setores médios (caracterização essa considerada por Cardoso como imprecisa), os cafeicultores paulistas e alguns produtores escravistas do sul foram responsáveis por tal fato na medida em que se uniram para afastar a chamada "oligarquia imperial" (Cardoso, 1984a:64). Todavia, esta modificação não foi responsável por constituir uma forma moderna de dominação, pois "Estes, por seu número, tinham uma gravitação considerável e imprimiram ao conjunto do sistema de domínio uma feição nitidamente oligárquico-tradicional, e isso apesar de que o controle efetivo do Estado estava desde fins do século XIX em mãos dos produtores e exportadores capitalistas do centro-sul, e não dos 'coronéis' que controlavam os latifúndios de baixa produtividade"(Cardoso,1984a:65).

Nesse sentido, a estrutura de dominação que foi instituída em substituição ao domínio oligárquico imperial, o qual foi apenas parcialmente modificado como o regime varguista instaurado a partir de 1930, caracterizou-se, assim como o regime imperial, pela dominação oligárquica. A diferença substancial entre os dois períodos deu-se pelo protagonismo de grupos diferenciados nos dois momentos. Todavia, a lógica de gestão privatista do poder permanecia a mesma. Assim como já estivera presente em sua obra anterior sobre a burguesia empresarial brasileira, Cardoso afirma que esta forma de dominação política é que fora a responsável por excluir os setores urbano-populares que surgiram naquele período. Ou seja, mesmo sem ter a intenção direta de focar tal ponto de vista, o dilema brasileiro permanecia para o autor referido à questão institucional representado pela gestão privatista, patrimonialista do sistema político. A permanência desta forma de dominação tradicional também é demarcada por Cardoso em sua obra sobre a burguesia empresarial brasileira. Portanto, uma análise detida da obra do autor nos ajudar a demonstrar como o enfoque da dependência como uma variável independente mostra-se um equívoco capital.

Na sua obra publicada no âmbito do CESIT Cardoso advogou que tal permanência da dominação era resultante de uma socialização patológica oriunda do

patrimonialismo agrário. Aqui, como vemos, tal linha argumentativa não é desenvolvida. A explicação para tal permanência apenas será construída de forma mais sistemática em seus textos produzidos nos anos 1970, os quais analisaremos no capítulo seguinte. Nesse sentido, a condição de dependência parece funcionar como uma variável independente das mudanças ocorridas nos países latino-americanos como o Brasil. O regime varguista é instituído através do isolamento dos antigos grupos dominantes em termos políticos, além do seu debilitamento econômico. Nesse sentido:

A antiga aliança oligárquica-capitalista, que expressava os interesses regionais dos setores exportadores, foi substituída por uma política centralista que, embora respeitando os interesses locais agro-exportadores, formava, ao mesmo tempo, uma base econômica, portanto, por outro lado, os setores da nova 'classe média' e os setores operário-populares (Cardoso & Faletto, 1984a:67).

Nesse sentido, o regime varguista criou uma nova base econômica responsável por fortalecer a burguesia urbana, além de integrar as classes médias e limitados setores das classes populares das cidades (Cardoso & Faletto, 1984a:66). Este processo era feito, todavia, sem prejudicar os setores agro-exportadores economicamente. Além de não prejudicar os interesses econômicos dos setores agro-exportadores, Vargas ainda recuperou o apoio de alguns setores que dominavam a etapa oligárquica anterior, incorporando lentamente os setores populares urbanos (Cardoso & Faletto, 1984a:66). A partir das correlações políticas entre as classes dominantes no Brasil, Cardoso afirma que a unidade das classes dominantes é mais frágil do que, por exemplo, na Argentina. Além disso, a ação oriunda das classes operário-populares não possuía o mesmo patamar que tinha na Argentina. Esta comparação entre Brasil e Argentina feita por Cardoso nos ajuda a visualizar a dificuldade de se constituir teorias sobre a América Latina que não levam em consideração as especificidades nacionais, ou seja, que partem de uma situação nacional e a generalizam como se representasse a realidade de todos os países de uma determinada região. Tal visão empobrecedora ocorre, por exemplo, com a proposição de Jessé Souza sobre a existência de uma modernidade periférica a partir da generalização do caso brasileiro.

Assim como já havia feito em sua pesquisa sobre o empresariado brasileiro, Cardoso afirma que o processo de industrialização teve em seu início a participação estatal, mesmo naqueles países cujas características eram mais liberais (Cardoso & Faletto, idem). Tal presença estatal pode ser notada, por exemplo, durante o período denominado de substituição de importações. Durante este momento, cujo caráter foi marcado pela convergência entre a expansão do setor privado, com o fortalecimento da burguesia, “e a criação de novas áreas de investimento, concentradas em torno da 'indústria básica' e das obras de infra-estrutura, onde foi acentuada a participação estatal”(Cardoso & Faletto, 1984a:92). Este Estado por sua vez, possuía um caráter oligárquico:

O Estado adquire, na América Latina, em geral, a conotação de "estado oligárquico", isto é, de associação de interesses diversos - porém limitados - grupos dominantes que, em última instância, tendem a encontrar em critérios tão puramente tradicionais como o "direito de dominar" a legitimação para o uso da força de controle e repressão estatal; porém, quando se rompe o equilíbrio tradicional, e como uma etapa para a formação do estado moderno, apresentam-se situações de poder extremamente fluidas, que caracterizam o que alguns autores chamam "Estado populista"(Cardoso,1969:43).

Como podemos visualizar, o Estado no Brasil possui para Cardoso uma concepção sempre negativa como fica bastante evidente na caracterização feita acima⁸³. Durante este período houve a acentuação do papel do Estado, o qual agia como representante dos interesses dos exportadores e dos latifundiários. Nesse momento, "iniciava-se o processo de transferência de rendas do setor exportador para o setor interno e criam-se os núcleos fundamentais de infra-estrutura para apoiar a

83 Cardoso afirma que a análise da burocracia e de suas relações com o sistema político terá um peso fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento. Ao comparar a burocracia existente Brasil claramente com o modelo weberiano, Cardoso afirma que “Um dos obstáculos mais generalizados, nos países latino-americanos, para a formação de uma verdadeira burocracia de formação técnica reside no fato de que a transição de sociedade tradicional se faz sob a pressão dos movimentos populistas, onde o preço dos favores eleitorais repercutem ao nível do Estado, transformando a administração em um mecanismo da política de clientela, embora com um sentido distinto do que tinha no período de seleção exclusivamente patrimonial dos funcionários; quer dizer, atende-se somente às exigências do ‘clientelismo de massas’ e não aos critérios e aos objetivos impessoais e técnicos que reclama uma burocracia moderna”.(P.49).A importância da burocracia para o processo de desenvolvimento bem como para a compreensão do autoritarismo brasileiro será precisamente demarcada por Cardoso durante os anos 1970 como veremos no capítulo seguinte.

industrialização substitutiva de importações"(Cardoso & Faletto,1984a:92). Assim como já havia feito em sua obra sobre o empresariado brasileiro, Cardoso afirma que este período foi marcado pela presença das massas na sociedade brasileira. Pelo seu enfoque analítico tal presença se configura de maneira indiferenciada, como se as chamadas massas populares constituíssem um todo homogêneo.

Ao estudar o caso brasileiro Cardoso demonstrou como a idéia da existência de uma burguesia empreendedora era equivocada. Em sua teoria da dependência tal postulado é mantido, pois “Essa industrialização representou mais uma política de acordos, entre os mais diversos setores, desde o agrário até ao popular-urbano, do que a imposição dos interesses e da vontade de domínio de uma 'burguesia conquistadora'"(Cardoso & Faletto,1984a:92). Esse jogo de compromissos fez com que houvesse durante este período a hegemonia dos setores agro-exportador e financeiro, setores médios e industriais urbanos. Do outro lado apareceriam as massas, as quais funcionavam como objeto de dominação ou de sustentação. Estas foram divididas em três partes por Cardoso: a classe operária, a massa popular urbana e a massa agrária. Apesar desta distinção das massas em três setores, o que daria a sua análise a possibilidade de um olhar mais amplo e preciso, o fator que será o responsável pelos problemas existentes nestas classes será a relação que estas terão a partir de seus três setores com os grupos hegemônicos. A partir desta relação de dominação é que se poderia compreender os dilemas da sociedade de classes brasileira. É interessante notar como as relações de dominação, tão caras a Max Weber, são fundamentais para a teoria de Cardoso. Este ponto nos auxilia a demonstrar, mais uma vez, como o enfoque da condição estrutural de dependência constitui-se em um equívoco fundamental. Isto porque as relações de dominação juntamente com a condição estrutural de dependência é que vão conformar os rumos das sociedades latino-americanas como a brasileira. Esta caracterização conjunta da dependência e da dominação patrimonialista como os dois fatores a caracterizar o caso latino-americano vai ser construída de maneira clara durante os anos 1970 em suas análises sobre o autoritarismo brasileiro.

Esta relação entre os setores hegemônicos e as massas populares será marcada pelo período conceituado pela intelectualidade uspiana como populismo⁸⁴. Este período

84 De acordo com Cardoso o surgimento das sociedades de massas na América Latina foi acompanhando pela constituição de regimes populistas: “Por sua vez, a forma mais freqüente de expressão política e de pressão das massas populares na América Latina assumiu forma de movimentos ‘populistas’. Com efeito, paralelamente às mudanças sociais ocorridas na maioria dos países, observa-se, amiúde, algum movimento capaz de mobilizar as massas, tais como o peronismo, o varguismo, o aprismo, o gaetanismo,

foi iniciado com o governo Vargas. O populismo representou um movimento um tanto vago de incorporação das massas urbanas à nação, "mas sem as implicações de maior organização sindical e maior pressão pela elevação dos salários, como no caso peronista"(Cardoso & Faletto,1984a:106). Neste caso específico, as alianças feitas entre os grupos hegemônicos e suas relações com as massas conformaria o "populismo desenvolvimentista"(Cardoso & Faletto, 1984a:94). Desta forma:

No Brasil o populismo aparece como o elo através do qual se vinculam as massas urbanas mobilizadas pela industrialização - ou expulsas de setor agrário como consequência de suas transformações ou de sua deterioração ao novo esquema de poder; e converter-se-á na política de massas, que tratará de impulsionar a manutenção de um esquema de participação política relativamente limitado e baseado principalmente em uma débil estrutura sindical que não afetou as massas rurais nem o conjunto do setor popular urbano (Cardoso & Faletto, 1984a:103).

O surgimento do regime populista não será responsável por dar uma conformação moderna ao sistema político dos países da América Latina, em especial o Brasil. Ao contrário disso, o populismo será marcado pela manutenção do sistema tradicional de poder. A grande diferença existente em relação ao período anterior é precisamente o surgimento de novos grupos que dominaram o controle do Estado. Esta manutenção do caráter tradicionalista no seio do Estado durante o regime populista será capital para a caracterização do Estado feita por Cardoso durante este período como eminentemente oligárquico. Ou seja, havia uma organização do poder que era feita de maneira patrimonialista, na medida em que a gestão do Estado tinha como alvo principal atender aos interesses dos grupos que detinham o seu controle.

Este período marcado pelo processo de substituição de importações teve no Estado o agente vital. O populismo teve no seu processo de surgimento a prevalência dos interesses políticos sobre os econômicos. Como forma de explicação para a

o battlismo etc”(p.27). Apesar de fazer uma análise comparativa dos países latino-americanos em sua teoria da dependência, na medida em que eram enfocadas as especificidades nacionais, o autor acaba construindo através da tese do populismo uma interpretação uniformizadora e empobrecedora sobre as relações entre as classes sociais não somente no Brasil, mas na América Latina enquanto um todo como os movimentos citados acima nos ajudam a evidenciar.

prevalência dos interesses políticos e do protagonismo do Estado no surgimento do setor industrial no Brasil Cardoso afirma que a mobilização das massas feita sem a constituição de uma contrapartida referente a um regime de empregos que pudesse incorporá-las "(...) criava real ou virtualmente uma situação fluida e perigosa para aqueles que detinham o poder e, em certo sentido, para os setores politicamente organizados da nação"(Cardoso & Faletto,1984a:105). Este processo fora responsável pela exclusão permanente das massas rurais da aliança desenvolvimentista. Estes setores excluídos acabaram pagando o ônus do processo de industrialização. Tal exclusão, como vimos acima, era a base de sustentação do regime⁸⁵.

Ao analisar a relação entre os grupos que detinham o controle do Estado durante o regime populista e as massas populares, a visão uniformizadora e empobrecedora sobre as relações de classe especialmente no caso brasileiro toma um caráter nítido. Este caráter é plenamente verificável quando vemos a proposição de Cardoso segundo a qual os grupos que buscavam dominar oligarquicamente o Estado ou que já exerciam o domínio como, por exemplo, políticos, tecnocratas e empresários teriam uma relação de dominação sobre as massas através de ações manipulatórias⁸⁶. Portanto as massas populares, analisadas de maneira indiferenciada pelo autor, apenas terão como fator de exclusão a maneira manipulatória como os grupos que dominavam o Estado e o utilizavam em suas relações com elas para conseguir seus próprios interesses⁸⁷. Nesse

⁸⁵Em suas publicações sobre o desenvolvimento produzidas durante a década de 1960 a questão do desenvolvimento apareceu como um dado fundamental. Nesse sentido, a questão agrária funcionava como o “calcanhar de Aquiles do desenvolvimento”, pois “o efeito das mudanças chega ao campo antes que, política e economicamente, seja possível atender às reivindicações das massas rurais”(Cardoso,1969:43).

⁸⁶Ainda sobre as relações entre os grupos detentores do controle do Estado e as massas populares, Cardoso afirma que: “Ademais, essas modalidades de participação institucional costumam apresentar a característica de serem impostas mais como um requisito de formalização das relações políticas e sociais que se apresentam na esfera do Estado e da sociedade, que como meio de expressão e participação elaborado pelas massas populares durante o processo de luta por integrar-se à sociedade global; daí que, na América Latina, essas instituições sejam em geral muito frágeis”(p.30).É importante demarcar a influência que Fernando Henrique Cardoso terá de Francisco Weffort no que se refere à caracterização do populismo no Brasil. Seguramente, Weffort possui a interpretação mais influente sobre o período que se inicia em 1930 e vai até 1964. Se Cardoso já inicia em Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil a construção desta visão uniformizadora e empobrecedora sobre as relações de classes no Brasil, podemos supor que tal fato é aprofundado para análise da América Latina e do Brasil a partir da utilização do método histórico-estrutural aliado à leitura das publicações de Weffort sobre o período. É interessante notar também que estas publicações terão caráter fundamental para a intelectualidade paulista radicado no CEBRAP durante os anos 1970 em sua recusa a nacional-desenvolvimentismo.

⁸⁷Cardoso (1969) afirma que as elites políticas na América Latina possuem uma conformação oligárquica: “As elites, na prática histórica da América Latina antes seriam pequenos grupos

sentido, o fator de exclusão existente no Brasil se resume a ações pautadas unicamente na intencionalidade dos sujeitos que comandam o processo de desenvolvimento. Como temos demonstrado no decorrer desta seção, tal postulado não poderia ser mais insatisfatório para a construção de uma proposição efetiva sobre as relações entre as classes sociais no Brasil como tão bem demonstrou o próprio Cardoso em suas análises sobre as relações raciais no sul do país. Por isso, consideramos a proposição de Cardoso neste período como insatisfatória e, sobretudo, encobridora da gramática profunda relativa aos conflitos sociais no Brasil.

A alteração de tal base tentada durante o governo Goulart com a ampliação da "aliança desenvolvimentista" ao campo fez com que o regime populista perdesse seu papel como base de sustentação do poder (Cardoso & Faletto, 1984a:106). Este período terá no conceito de dependência um fator fundamental para explicá-lo, na medida em que a política permanece sendo um meio através do qual se possibilita a determinação econômica (Cardoso & Faletto, 1984a:115). Esta situação de dependência nesta nova etapa do desenvolvimento mostrava-se capital para a rearticulação da sociedade e do Estado, o que faz com que autores como Sérgio Tavaloro, como temos demonstrado, vejam equivocadamente a situação de dependência como uma variável independente no pensamento de Cardoso:

As transformações a que nos referimos se manifestam mediante uma reorientação na luta dos interesses internos e a redefinição da vinculação centro-periferia. Reorganizam-se, com essa nova modalidade de desenvolvimento, a própria estrutura do sistema produtivo e o caráter do Estado e da sociedade, que expressam a relação de força entre os grupos e as classes sociais, para dar lugar ao sistema capitalista industrial tal como ele pode desenvolver-se nos países latino-americanos: na periferia do mercado mundial e por sua vez nele integrado (Cardoso & Faletto, 1984a:115).

aristocratizantes - as oligarquias - que controlam as estruturas de propriedade e de poder, num contexto de ausência a dimensão "massiva" que caracteriza as sociedades industriais, do que a expressão homóloga no sistema de estratificação social da presença de massas integradas socialmente, embora não diretamente atuantes nos sistemas de decisão, como faz crer a acepção moderna do conceito" (p.52).

Durante o governo Juscelino Kubtschek havia a crença de que o país poderia engendrar um processo de desenvolvimento econômico sob bases nacionais autônomas, com a preponderância de uma burguesia empreendedora⁸⁸. Ao contrário deste processo aludido por setores da esquerda como PCB e o ISEB, Cardoso aprofunda com sua teoria da dependência o argumento contrário à constituição de um desenvolvimento nacional autônomo. Ao contrário da existência deste houve a capitalização de recursos externos feitos pelo governo Kubtschek para possibilitar o processo de desenvolvimento. Durante este período foi instituída uma política suportável pelo setor exportador aliado ao fortalecimento do setor industrial, que já estava associado ao capital estrangeiro (Cardoso & Faletto, 1984a:117). A tese de Cardoso funcionou como um verdadeiro "banho de água fria" nos setores de esquerda que teorizavam a favor de um desenvolvimento nacional autônomo, na medida em que sua tese demonstrou a existência de limites estruturais para o engendramento do desenvolvimento instituído sob bases nacionais. O processo de desenvolvimento brasileiro, que durante o período nacional popular pareceu orientar-se no sentido do fortalecimento dos grupos produtores nacionais e do Estado como agente basilar no processo desenvolvimento, acabou estruturando-se pelos crescentes investimentos estrangeiros no setor industrial (Cardoso, 1984a:126).

⁸⁸Em sua obra sobre o empresariado brasileiro que analisamos na seção anterior, Cardoso defendeu que o patrimonialismo fora o grande responsável por impedir o surgimento de uma burguesia empreendedora que teria uma consciência de classe efetiva e que pudesse capitanear o processo de desenvolvimento brasileiro como advogavam setores da esquerda intelectual como PCB e ISEB. Nesse sentido, havia a impossibilidade de a burguesia brasileira repetir o caminho traçado pelas burguesias européias. Ou seja, o caso brasileiro possui um caráter de singularidade frente à realidade dos países frutos do capitalismo originário, como se referia Cardoso aos países da Europa. Este caráter singularidade do caso brasileiro será aprofundado, como temos demonstrado, em sua teoria da dependência. Nesta, a singularidade não se restringe apenas às especificidades nacionais, mas também à toda periferia em relação ao centro. Este caráter de singularidade será demarcado pela situação de dependência dos países periféricos em relação aos centrais. Isto fará com que este elemento também seja um elemento explicativo para as limitações à formação das elites empresariais em países periféricos como o Brasil: “As regras do capitalismo, tanto no seu aspecto de sistema de acumulação como no seu aspecto de produção de base técnica, impõem limitações à formação das elites empresariais nas novas nações, tornando significativas, pelas razões apresentadas, as diferentes formas de engajamento das economias nacionais ao mercado mundial”(Cardoso,1969:69). Neste sentido, a partir deste momento tanto os fatores internos aludidos em sua obra sobre o empresariado brasileiro como seus postulados sobre a dependência terão um caráter de complementaridade na explicação do comportamento e das ações da burguesia nos países periféricos: “Ao contrário, os tipos prévios de integração da América Latina no mercado e o conseqüente papel das classes tradicionais e proprietárias de terra, por um lado, e do Estado, por outro - criado já por essas mesmas classes e em função de seus interesses - redefiniram concretamente as possibilidades de atuação das elites empresariais urbanas ligadas ao desenvolvimento industrial”(p.91).

No lugar de constituir um processo de desenvolvimento sob bases autônomas e nacionais como pregavam as teses do PCB, ISEB e da CEPAL, o caso latino-americano será caracterizado pela heteronomia e por um desenvolvimento parcial. Neste sentido, a realidade latino-americana é marcada pela existência de países periféricos, industrializados e dependentes (Cardoso & Faletto, 1984a:127). O caráter de heteronomia é estruturado da seguinte forma:

Entretanto, em dois sentidos mantêm-se as características de heteronomia: o desenvolvimento do setor industrial continua dependendo da "capacidade de importação" de bens de capital e de matérias-primas complementares para o novo tipo de diferenciação do sistema produtivo (o que conduz a laços estreitos de dependência financeira), e ademais essa forma de desenvolvimento supõe a internacionalização das condições do mercado interno (Cardoso & Faletto, 1984a:128).

Após o fim do regime populista com o golpe de 1964 houve uma nova organização política para capitanear o processo de desenvolvimento que se instituiu a partir daquele momento. Esta nova organização política era composta pelo setor público, as empresas monopolistas internacionais e o setor capitalista moderno existente na economia nacional. Essa caracterização do desenvolvimento instituído a partir deste período será fundamental para a definição mais precisa desta nova etapa feita por Cardoso durante os anos 1970, quando ele procura refutar as teses estagnacionistas sobre a economia brasileira durante o regime militar. Ao contrário da estagnação, ele demonstra que houve desenvolvimento com a instituição do regime, o qual ele caracterizou como dependente-associado. Veremos este ponto no próximo capítulo. Nesta nova fase do desenvolvimento instaurada com o golpe de 1964 as burguesias internacionalizadas continuaram a exercer o papel de eixo do sistema de dominação (Cardoso & Faletto, *idem*). De acordo com Lahuerta (1999) a teoria do autoritarismo que Cardoso produz durante na década de 1970 deriva da teoria de dependência produzida juntamente com Enzo Faletto que estamos analisando nesta seção.

Esta nova forma de organização que terá, como vimos acima, o protagonismo do setor público, das empresas monopolistas internacionalizadas e o setor capitalista moderno nacional será responsável por dar uma nova roupagem ao Estado,

caracterizada pelo autor durante a década de 1970 como revolucionária. Neste momento de sua argumentação, Cardoso ainda não possui uma definição precisa do regime autoritário vigente no Brasil durante aquele período. Nesse sentido, o autor caracteriza o regime militar, cuja égide advinha das Forças Armadas, como corporação tecno-burocrática. Isto porque as Forças Armadas dominavam o Estado com a idéia de que estavam representando interesses que seriam os da nação (Cardoso & Faletto, idem). Cardoso (idem) afirma que a instituição do regime militar representou "a fusão parcial das duas grandes organizações que exerceram influência política e controle efetivo permanente no conjunto do país: as Forças Armadas e o Estado"(p.135). Esta colocação pontual sobre a presença marcante do Estado e das Forças Armadas na história do país será capital para a caracterização que o autor faz nos anos 1970 sobre a natureza do Estado no Brasil quando procura definir com precisão o autoritarismo então vigente. Além do domínio militar como corporação tecno-burocrática houve neste período a aniquilação das forças tradicionais que ocupavam o Estado durante a fase do desenvolvimento marcada pelo populismo. Esse aniquilamento das forças tradicionais do seio do Estado será responsável por possuir características revolucionárias segundo a argumentação de Cardoso sobre o regime autoritário instaurado em 1964. Seu foco no regime militar de 1964 tem como objetivo claro neste momento demonstrar as características que o processo de desenvolvimento tinha adquirido com aquele evento histórico. Neste sentido, o autor afirma que:

Tudo leva a crer que a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista-industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes assenta-se em regimes políticos autoritários (sejam eles militares ou civis), cujo ciclo de duração dependerá tanto dos êxitos econômicos e do avanço que possam lograr na reconstrução social quanto do caráter, do tipo de ação ou do êxito dos movimentos de oposição nos grupos e classes que assinalamos anteriormente (Cardoso & Faletto,1964:138).

Como a passagem acima evidencia a análise pontual feita por Cardoso sobre o regime militar instaurado em 1964 tem como objetivo situar a nova formatação do processo de desenvolvimento dependente efetuado no Brasil. Esta nova fase do desenvolvimento nascida pelo aniquilamento das forças tradicionais que dominavam o

Estado em favor do protagonismo da burocracia pública civil e militar, da burguesia internacionalizada e do capital estrangeiro dava mostras significativas de que o processo de desenvolvimento econômico para ser precisamente compreendido necessita levar em conta de maneira fundamental a natureza política dos processos de transformação econômica (Cardoso & Faletto, 1984:138).

Cardoso (idem) afirma que a relação entre processo econômico, condições estruturais e situação histórica faz com que os esquemas evolucionistas relativos ao desenvolvimento econômico e à formação da sociedade capitalista ocorrida nos países centrais não possam ser utilizados para a compreensão da realidade vivida pelos países latino-americanos. Tal postulado é plenamente consentâneo com sua interpretação do processo de desenvolvimento dependente existente na América Latina. Um dos pontos demonstrados pela teoria de Cardoso foi, precisamente, o caráter de singularidade das sociedades periféricas latino-americanas. Desta forma, é completamente equivocado procurar-se compreender a dinâmica de nações periféricas e dependentes como a brasileira repetindo esquemas das sociedades centrais como faz, por exemplo, o PCB em relação à sociedade brasileira. Neste sentido:

O reconhecimento dessas diferenças levou-nos à crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica, e à valorização do conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países sobre os outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional (Cardoso & Faletto, 1984a: 139).

A teoria da dependência procurou demonstrar como era equivocada a tese de que havia um condicionamento mecânico dos países internos pelo domínio externo, bem como a idéia de que tudo não passa de contingência histórica (Cardoso & Faletto, idem). Portanto a história nacional dos países periféricos não funcionaria como puro reflexo das modificações ocorridas nas economias que possuem a predominância no sistema capitalista. Além disso, tais modificações não tinham um caráter irrelevante

para as sociedades periféricas como ficava visível nas propostas do desenvolvimento nacional capitaneadas pelo PCB, ISEB e CEPAL. Ao contrário dos postulados citados acima, a teoria da dependência demonstrou que havia vínculos estruturais que eram responsáveis por limitar as possibilidades de ação dos países periféricos, “a partir da própria base material de produção disponível num país e do grau de desenvolvimento das forças produtivas, para não mencionar o modo como se combinam estas relações políticas e jurídica, internamente e com as nações hegemônicas”(Cardoso & Faletto,1984a:140).

Como dissemos mais acima, o processo de dependência não foi construído no Brasil de forma estática, mas sim através de um processo dinâmico envolvendo ação de grupos, classes, organizações e movimentos sociais existentes nos países periféricos e dependentes. Nesse sentido, a dependência estrutural a que estão submetidos os países latino-americanos deixa um espaço para a realização da dinâmica interna. Ou seja, havia na realidade destes países um espaço para uma autonomia relativa. É precisamente dentro deste espaço de autonomia relativa que a dominação patrimonialista era reproduzida no Brasil através das correlações de força que instituíam a dominação política nos diversos momentos históricos analisados pela teoria de Cardoso. Este ponto é simplesmente essencial para reafirmarmos o equívoco da interpretação hegemônica do pensamento de Cardoso que vê na condição estrutural de dependência uma variável independente. É Devido à perspectiva macro-estrutural para analisar o processo desenvolvimento dependente latino-americano que Cardoso, apesar de construir uma proposição aparentemente abrangente das relações de classe no Brasil, acaba construindo uma visão muito limitada destas relações. Isto ocorria na medida em que constrói uma visão uniformizadora sobre a formação da sociedade de classes no Brasil, pois dividia a sociedade brasileira em grupos dominantes e as massas radicadas no campo e nas cidades. Isto faz com que o autor não perceba o ubíquo processo de formação da sociedade de classes brasileira que tinha como os dois fatores fundamentais de exclusão um processo de reprodução de uma socialização patológica do grande contingente advindo da sociedade rural, que construiu desde o período escravocrata um *habitus* precário que resultava na constituição de um padrão moral existente desde a sociedade escravocrata. Este funcionava como um elemento fundamental para o não reconhecimento e conseqüente exclusão deste grande contingente que abandonava o mundo rural regido por uma ordem patrimonialista e iam para as cidades que já

possuíam como elementos mais importantes os valores modernos que eram responsáveis por agudizar a hierarquização da nascente sociedade de classes definindo impessoalmente. Este padrão fazia com que a nova sociedade fosse dividida entre cidadãos e os subcidadãos.

A caracterização uniformizadora sobre a formação da sociedade de classes no Brasil e sua ênfase no processo político como componente central para uma compreensão precisa do processo de desenvolvimento será fundamental para a caracterização feita pelo autor sobre o regime militar, o qual ele conceitua como burocrático-autoritário. Esta caracterização influencia sua caracterização dos problemas brasileiros como eminentemente institucionais frutos do patrimonialismo que teríamos supostamente herdado de Portugal. No próximo capítulo veremos que Cardoso terá como dos grandes objetivos precisar o caráter do desenvolvimento dependente existente durante o regime militar de 1964, o qual ele já havia pontuado em sua teoria da dependência, e constituir uma análise sobre a natureza do Estado no Brasil com o intuito de conceituar de forma precisa o autoritarismo então vigente. Estas ações, como veremos, são engendradas pelo autor apenas na década de 1970. É a partir da produção do autor durante este período que defenderemos nossa tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a produção intelectual do autor durante este período e as duas interpretações liberais mais importantes produzidas no Brasil republicano: a de Raymundo Faoro e de Simon Schwartzman. Com essa tese conseguiremos também precisar a relação entre a tese do patrimonialismo e o processo de reforma do Estado efetuado nos anos 1990 pelo governo de FHC com o intuito de superar o *atraso* brasileiro.

Capítulo 7 - Dependência, autoritarismo e democracia: a superficialização do atraso brasileiro

7.1 Contexto lingüístico e intelectual - Recusa ao nacional-desenvolvimentismo, autoritarismo e democracia – O CEBRAP

Como vimos na seção anterior, a grande temática da intelectualidade brasileira durante os anos 1960 foi referente à questão do desenvolvimento. Houve durante este período disputas teóricas importantes entre intelectuais do ISEB, PCB e CESIT, os quais procuravam compreender os dilemas e também o padrão de desenvolvimento no Brasil. De modo mais específico, houve uma disputa entre as proposições nacional-desenvolvimentistas de ISEB e do PCB e as críticas a este modelo feitas pelo CESIT. Dentro desse contexto, a sociologia de Fernando Henrique Cardoso possui posição de destaque na medida em que suas produções tiveram como intenções fundamentais questionar duramente este modelo de desenvolvimento para o Brasil.

Além da questão do desenvolvimento nacional houve o engendramento de teses na CEPAL, em especial de André Gunder Frank e Celso Furtado que viam para América Latina um quadro de estagnação econômica. Estas teses têm importância central, pois nortearam a produção intelectual de Cardoso durante os anos 1970 acerca da temática do desenvolvimento dependente constituído durante o regime militar.

Durante a década de 1970, todavia, o desenvolvimento não será a única preocupação dos intelectuais brasileiros. Além dele haverá a preocupação em se compreender a natureza do Estado brasileiro de forma a poder constituir um entendimento preciso do autoritarismo então vigente no Brasil. Portanto, o autoritarismo apenas torna-se uma questão fundamental para a intelectualidade brasileira durante os anos 1970, precisamente a partir de meados da década. Como vimos na seção anterior, mesmo com a instituição de regime autoritário em 1964 a questão fundamental para a intelectualidade brasileira era o desenvolvimento, sobretudo para Fernando Henrique Cardoso. Com isso, léxicos como autoritarismo, Estado autoritário, sociedade civil e democracia ainda não farão parte das proposições dos intelectuais brasileiros. Daniel Pecaute (1990) demonstra que a questão da democracia tornou-se um elemento fundamental para a intelectualidade brasileira durante a década de 1970:

Referimo-nos à intensidade das mudanças ocorridas durante a ditadura: a partir de 1975, “democracia” torna-se a palavra-chave do discurso intelectual. Uma palavra que demonstra não só a hostilidade ao regime mas também a descoberta de uma “idéia nova”: a de que a democracia é, ao mesmo tempo, um modo de instituição do campo político e um modo de reconhecimento social com suas divisões. Aliás, o uso da palavra “democracia” difundiu-se junto com a expressão “sociedade civil”. Assim, simboliza-se a ruptura com a crença no Estado como agente da “formação” do social. A sociedade é chamada a se autoconstruir pela via democrática.(p.193).

Além da adesão à causa democrática, a década de 1970 representou uma ruptura com o nacionalismo e seus postulados como a identificação do desenvolvimento com industrialização e democracia (Lahuerta, 1999:132). Pecaute (idem) sugere que a não adesão dos intelectuais brasileiros à causa da democracia logo após o início do regime militar em 1964 ocorreu devido ao convencimento por parte de antigos intelectuais

nacionalistas de que o regime militar possuía um caráter temporário. Estes intelectuais o consideravam um intervalo na medida em que sua política econômica geraria uma conseqüente derrota imediata (Pecaut, idem). Neste sentido, durante este período do imediato pós-1964 “o projeto de desenvolvimento nacional e integrador conservava toda a sua validade, ainda que o nacional-populismo, em suas antigas modalidades, parecesse condenado”(Pecaut,1990:203). Além da manutenção dos esquemas nacionalistas pré-1964 ainda houve nesse período uma hegemonia da interpretação economicista. Além da continuação da hegemonia dos esquemas nacionalistas pré-1964, Lahuerta chama atenção para outras causas para a caracterização do regime autoritário apenas em meados da década de 1970: “Tal dificuldade permanecera até meados da década de setenta, pois o esfacelamento das linhas de pesquisa e a implantação do terrorismo de Estado dificultavam a compreensão rigorosa do caráter do regime militar”(Lahuerta,1999:135).

Neste período houve também uma crítica aos esquemas do PCB e à cultura política prevacente deste partido, pois o nacionalismo defendido por ele se mostrará como ficção (Pecaut, idem). Além das críticas aos esquemas nacionalistas, sobretudo do PCB, houve um triunfo da teoria da dependência (Pecaut, idem). A teoria da dependência tem durante este período algumas versões que se mostraram conflitantes com as proposições de Cardoso. Autores como Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, os quais tiveram participação na POLOP – Organização Marxista Leninista Política Operária -, além de André Gunder Frank, advogavam que o regime autoritário tinha como uma de suas características mais importantes o caráter estagnado de sua economia. Segundo Lahuerta (1999) (...) “tornam-se parte do caldeirão que fazia fervilhar a vida intelectual do continente e seriam lidos e discutidos em todos os ambientes culturais radicalizados”. A revolução socialista seria “tida (como) o único caminho para se desenvolver as forças produtivas e para se resgatar a soberania popular”(p.111). Portanto o regime estaria, para estes autores, fadado à estagnação e apenas a instituição da revolução socialista poderia salvar o país do malogro. Cardoso criticava essas proposições por ver nelas uma mistura de voluntarismo de esquerda e catastrofismo econômico (Lahuerta, 1999:103).

Ao contrário das proposições destes dependentistas, Cardoso advoga que o regime iniciado em 1964 construiu um modelo de desenvolvimento efetivo, caracterizado por ele como dependente-associado. Portanto, seria plenamente incorreto

propor-se que o regime instaurado em 1964 foi marcado pela estagnação. Para Cardoso “haveria entre os teóricos da dependência e o marxismo ortodoxo um fundo excessivamente estrutural e determinista, que deixaria pouco espaço para se analisar o sujeito, a ação política e os movimentos sociais”(Lahuerta,1999:123).

Como vimos no trecho acima, a proposição de Cardoso, por sua vez, analisava o Estado e os movimentos sociais (Lehmann, 1986). Neste sentido, Cardoso também se opõe à tese da revolução socialista e defenderá, ao contrário deste postulado, a democratização da sociedade brasileira. A defesa da democratização da sociedade brasileira, a qual se desdobraria em uma democracia substantiva, demonstra como democracia se torna o grande léxico existente no debate intelectual da década de 1970. Mesmo se opondo às teses dependentistas sobre o regime militar, Cardoso não possuía uma visão positiva do Estado durante o regime. Ao contrário deste postulado o Estado teve um papel negativo para o autor durante o regime militar (Lehmann, idem). Esta caracterização do papel negativo do Estado é consentânea com a interpretação do Brasil construída por Cardoso, a qual visualiza a ação do Estado no país como negativa desde o seu processo formativo. Este caráter negativo do Estado seria fruto da presença da cultura patrimonialista que teria sido herdada do sistema político português.

Lahuerta (idem) afirma, como vimos, que a teoria da dependência de Cardoso, formulada na década de 1960, foi desdobrada nos anos 1970 na teoria do autoritarismo. Isto ocorreu porque as proposições de Cardoso foram sendo modificadas nos anos 1970 paulatinamente da dependência para o autoritarismo. O desenvolvimento do “conceito de autoritarismo burocrático que pressupõe uma concepção de Estado dependente que exerce papel decisivo na industrialização e modernização da sociedade”(Lahuerta,1999:104). Nesse sentido, o autor demonstrava uma forte sintonia e interlocução com o debate internacional sobre o autoritarismo e o totalitarismo ao dialogar com autores como Juan Linz, Guillermo O Donnell e Nico Poulantzas. Lahuerta (idem) afirma que:

Em consonância com a perspectiva de que poderia haver desenvolvimento e não estagnação, sob o regime ditatorial, tratava-se então de desvendar a natureza do Estado e as possibilidades da democracia. Nesse sentido, são desenvolvidas duas vertentes analíticas que têm no Estado seu foco principal: uma procura enfrentar o tema das origens, da natureza e da

duração dos regimes autoritários; a outra procura compreender os motivos e as formas assumidas pela expansão estatal (p.122).

A importância de Cardoso dentro do debate intelectual sobre a questão do autoritarismo brasileiro foi tão expressiva que o autor desenvolveu a versão mais acabada e influente sobre o autoritarismo no Brasil (Lahuerta, 1999:124). De acordo com Lahuerta (idem) Cardoso possui a caracterização mais articulada do regime autoritário brasileiro na medida em que foi o autor que se deslocou de maneira mais rápida das questões de cunho estrutural para a questão referente à representação política: “nos aspectos institucionais e no fortalecimento da sociedade civil como caminhos para se contrabalançar não apenas o regime autoritário, mas o tradicional autoritarismo da sociedade brasileira” (p.158).

Além da grande importância na construção da teoria do autoritarismo, Cardoso acabou também tendo uma posição capital nos debates políticos da época. Nesse sentido, podemos afirmar que ele teve uma influência maior no âmbito político do que no intelectual durante a década de 1970 (Lhemann, idem). Após construir a teoria do autoritarismo, Cardoso propõe como medidas para vencer o regime militar a reativação da sociedade civil e a democratização. A democratização proposta por Cardoso estava calcada em dois objetivos liberais clássicos: “restringir o controle do poder político pelo executivo e afrouxar o poder econômico do Estado”. (Lahuerta, 1999:127). Segundo Lahuerta (idem) para que tal objetivo fosse alcançado foi proposta uma ampla agregação de forças em torno de setores como os “sindicalistas da nova classe operária do ABC, passando pelo empresariado nacional, pelas corporações, multinacionais, pelas corporações multinacionais, pelas levas de estudantes geradas pela ampliação do sistema universitário, etc, no combate à burguesia de Estado” (Lahuerta, 1999:127). Como fica bastante claro no trecho acima citado, a proposta de democratização de Cardoso demonstrava que o grande fator de *atraso* da sociedade brasileira estava no âmbito institucional, neste caso específico representado pela ação da “burguesia de Estado”. Não haveria problemas formativos no âmbito da sociedade civil para que uma ação democrática ampla pudesse ser engendrada a partir dela, como o próprio Cardoso demonstrou existir nas nascentes sociedades de classe do sul do Brasil em seus fundamentais estudos sobre a questão racial. O problema, como podemos ver

claramente, era legado ao âmbito meramente sistêmico. Veremos este ponto em detalhe mais à frente.

Dentro deste contexto da década de 1970 Cardoso advoga que Marx não daria mais conta de explicar a complexidade do mundo contemporâneo, passando Weber a possuir maior atualidade para tal questão fundamental (Lahuerta, *idem*). Lahuerta (*idem*) afirma que havia além da pretensão dialética a influência fortíssima da sociologia compreensiva de Max Weber na sociologia uspiana. Neste sentido, Lahuerta (*idem*) afirma ainda que “(...) além da explicação estrutural das relações de classe e do desenvolvimento capitalista, colocava-se na análise a necessidade de apreender as motivações, as orientações de sentido, as conexões sociais das ações humanas”(p.67). O ponto demarcado acima é muito importante porque Weber esteve presente na produção intelectual de Cardoso desde o início dos anos 1960 quando o autor publicou um artigo sobre a questão agrária no Brasil⁸⁹. A partir disso, Weber passou a ser utilizado juntamente com Marx para se compreender o caso brasileiro até o ponto em que o autor assume a centralidade de Weber para tal empreitada. A centralidade de Weber é facilmente demonstrável quando analisamos a importância da sociologia compreensiva e do conceito de patrimonialismo para o pensamento de Cardoso. Junto com o conceito dependência este se constitui como um conceito fundamental para Cardoso. O patrimonialismo, conceito característico e fundamental do “nosso Weber” tem um papel central no projeto de reforma do Estado capitaneado pelo então presidente FHC como temos demonstrado nesta dissertação. Em virtude disso, advogamos pela necessidade de Cardoso ser lido de maneira efetiva na tradição weberiana de interpretação do Brasil e não apenas na tradição marxista, como é habitual e hegemonicamente feito na academia brasileira⁹⁰. Pela vinculação direta do seu diagnóstico sobre o Brasil com seu projeto político de reforma do Estado, consideramos que Cardoso e Raymundo Faoro são os

89 Este artigo – intitulado Tensões sociais no campo e reforma agrária no Brasil - foi publicado originalmente em 1961 na Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.12, e republicado na coletânea de artigos sobre o desenvolvimento pelo autor em 1969 com o título Mudanças Sociais na América Latina.

90 José Carlos Reis no seu influente *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC* faz uma análise do pensamento de Cardoso que corrobora precisamente o pretenso caráter da dependência como variável independente, bem como a influência fundamental da teoria marxista no pensamento do autor. Apesar de demonstrar a utilização de categorias weberianas por Cardoso, Reis coloca esta utilização como um dado sem maior significação. Desta forma, o autor periodiza a proposição teórica de Cardoso em relação, unicamente, à tradição marxista de interpretação do Brasil. Análises como a de Reis apenas auxiliam a disseminação na academia brasileira de um desconhecimento profundo da obra de Cardoso e de suas bases teóricas fundamentais que foram, precisamente, Karl Marx e Max Weber a ponto de Weber tornar-se hegemônico no pensamento do autor a partir dos anos 1970. É por conta de interpretações como esta que a tese sobre a pretensa dicotomia existente entre o intelectual e o político é amplamente difundida e considerada plenamente legítima na academia brasileira.

dois weberianos mais importantes do nosso pensamento social e político. Todavia, temos com um quase senso comum que os dois weberianos mais importantes no Brasil são Raymundo Faoro e Sergio Buarque de Holanda. Todavia, se atentarmos para a questão referente à vinculação de uma interpretação do Brasil com um projeto político possivelmente derivado dela temos em Faoro e Cardoso os autores fundamentais.

Como visto acima, Cardoso possui uma análise capital nos anos 1970 sobre o autoritarismo brasileiro. Para tanto, o autor faz uma busca às raízes do Estado instituído no Brasil até a instituição do regime intitulado por ele como burocrático-autoritário. Ao fazer isso ele demonstra que o regime foi responsável por sobrepor as instâncias moderna e atrasada, pois o regime era autoritário mas modernizador. Havia uma simbiose entre moderno e atraso. Esta ação foi importante como forma de questionar os esquemas dualistas que analisam a realidade brasileira até a instalação do regime. Estes esquemas defendiam a tese sobre a existência de dois Brasis.

Como vimos acima, Weber foi junto com Marx as duas grandes referências teóricas de Cardoso, a ponto de na década de 1970 o autor advogar pela proeminência de Weber para analisar a complexidade do mundo contemporâneo. Além deste ponto, Weber possui para Cardoso a função de demonstrar o elemento de *atraso* da sociedade brasileira. Este, como é a marca do “Weber brasileiro”, refere-se ao conceito de patrimonialismo. Nesse sentido, o grande *atraso* do regime militar instaurado em 1964 não estava em sua matriz econômica como afirmavam os dependentistas catastróficos Marini, Frank e Theotônio dos Santos. Ao contrário disso, estava representado pela estrutura política que o Brasil teria herdado de Portugal devido ao processo de colonização. É importante lembrar que esta tese da herança do patrimonialismo ibérico é defendida por Cardoso apenas na década de 1970 quando o autor constrói sua perspectiva teórica sobre o autoritarismo brasileiro.

Como exemplo do *atraso* constituído simbioticamente com o moderno durante o regime militar temos que “o controle das empresas estatais não se efetiva com base em critérios públicos e sim de modo privado, favorecendo os objetivos da acumulação capitalista e o expansionismo estatal”(Lahuerta,1999:125). A partir dessa visão do *atraso* brasileiro é que podemos compreender por que sua proposição de democratização, a qual se desdobraria em uma democracia substantiva, não passava de uma reforma no âmbito institucional. Isto porque o *atraso* brasileiro era representado

pelo conceito de patrimonialismo tão caro à tradição liberal de interpretação do país representada nesta dissertação por Raymundo e Simon Schwartzman.

Dentro do novo contexto intelectual engendrado durante a década de 1970 o CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – possui uma importância central. Isto porque as análises efetuadas pelo centro constituíram uma “teorização direta com a conjuntura aproximando-se da realidade política e social do Brasil, projeção de um pensamento crítico e oposicionista sobre o Brasil”(Baptista,2009:10). O centro ainda se constituiu como referência para as ciências sociais brasileiras (Baptista, idem). Como vimos acima, durante a década de 1970 será decretada a falência do modelo de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista. O nacionalismo será caracterizado como anacronismo pelo léxico cebrapiano (Lahuerta, 1999:140). Neste sentido, o CEBRAP representará uma nova interpretação do Brasil na medida em que se afasta dos esquemas do PCB e dos leninistas, além de demonstrar a existência de múltiplas inter-relações da sociedade brasileira sob o regime autoritário (Baptista, 2009:6).

Além da crítica à intelectualidade de esquerda brasileira, o centro teve produzidas em seu âmbito interpretações que refutavam as teses estagnacionistas da CEPAL e também dos dependentistas revolucionários da POLOP. As interpretações construídas no âmbito do CEBRAP demonstrariam que o regime possuía um padrão efetivo de desenvolvimento e que a revolução socialista como redentora do capitalismo dependente seria um equívoco. Nesse sentido, ao invés da revolução houve a defesa da democracia, como ocorreu no caso de Cardoso em seu diálogo com os dependentistas (Baptista, idem). Outro pilar importante para a recusa ao nacional-desenvolvimentismo foram os estudos sobre o populismo, os quais tiveram em Francisco Weffort a figura mais importante. Weffort terá uma importância fundamental no processo de recusa ao nacionalismo na medida em que sua interpretação sobre o populismo teve como objetivos recusar a chamada “Era Vargas” e a tradição da esquerda comunista (Lahuerta, idem). Esta dupla recusa se dava precisamente em virtude de que a tradição comunista era considerada por Weffort como cúmplice do Estado populista e clientelista (Lahuerta, idem). Segundo Lahuerta (idem), a crítica de Weffort “às deformações geradas pelo Estado populista, leva-o a uma defesa muito original da idéia de sociedade civil, de democracia e de participação política que recusa qualquer vínculo com as tradições presentes no movimento operário e de esquerda”.(p.192). Estas tradições,

como vimos acima, referiam-se à chamada Era Vargas e ao PCB. Esta recusa mostrava-se fundamental para Weffort porque o sistema político estava separado das massas no Brasil (Pecaut, 1990). Abaixo estão os principais temas pesquisados no âmbito do CEBRAP, os quais foram responsáveis por orientar o debate intelectual durante a década de 1970:

- 1) análise crítica do padrão de desenvolvimento econômico pós-64
- 2) transformações na estrutura social brasileira, apanhados, seja no ângulo demográfico, seja no ângulo do desenvolvimento
- 3) Análise da especificidade do regime autoritário brasileiro, das condições e limites estruturais da democracia sob o autoritarismo.(Baptista, 2009:15).

Nesse sentido, o CEBRAP fez pesquisas sobre o modelo político brasileiro, com ênfase especial para Cardoso, as interpretações estagnacionistas do modelo de desenvolvimento brasileiro, o Estado burocrático, a redistribuição de renda (Baptista, 2009:7). Nesse sentido, “Da ênfase quase absoluta aos temas estruturais passar-se-ia para os aspectos institucionais, para a valorização da cidadania e para as questões do cotidiano”(Lahuerta,1999:144). Isto fez com que temas como colonialismo, soberania nacional e imperialismo perdessem força para as análises que eram centradas nas classes sociais, na natureza do Estado, na especificidade do regime e nas condições de democratização da sociedade brasileira (Lahuerta, 1999:146). Sorj (2000) afirma que o CEBRAP construiu uma postura mais moderna em relação ao PCB e ao ISEB. Baptista (idem) argumenta que em relação à economia as proposições teóricas defendidas no âmbito do CEBRAP representaram uma “mudança das interpretações macro-estruturais do modelo político para análise dos agentes e das características da transição democrática”(p.6).

Dentro dessa perspectiva de criação de uma postura mais moderna o centro teve defendidas em seu âmbito teses importantes como a de Chico de Oliveira sobre a razão dualista, na qual ficava bem demarcado o rompimento com o dualismo que era tão importante aos esquemas intelectuais da época. Como afirma Bernardo Sorj (idem): “Francisco de Oliveira rompe com as visões dualistas da sociedade brasileira, dominante nas mais diversas escolas de pensamento, e que contrapunham um setor tradicional, atrasado, a um setor moderno, dinâmico”(p.55). Atraso e moderno estariam

articulado para Chico de Oliveira como unidade contraditória (Baptista, *idem*). Tal ruptura com o dualismo foi possível precisamente porque o regime instaurado em 1964 representou um processo de simbiose entre os setores modernos e tradicionais, os quais estavam entrelaçados em relação aos seus respectivos interesses (Arantes, 1992).

Arantes (*idem*) afirma que a partir deste evento histórico o vocabulário das dicotomias, das modernizações foi arquivado. Já “o subdesenvolvimento passava a ser visto como expressão do movimento internacional do capital - em suma, a herança do passado não era entrave à expansão do moderno, mas parte integrante de seu processo de reprodução” (Arantes, 36). Nesse sentido, o regime militar instaurado em 1964 seria responsável por fazer com que *atraso* e moderno estivessem unidos como unidades contraditórias. Este postulado defendido por Chico de Oliveira e bem demarcado por Arantes nos ajuda a compreender, por exemplo, o porquê de o patrimonialismo, como veremos abaixo, ter sido refeito no âmbito do regime militar para Cardoso apesar das modificações efetivas em termos modernizadores que o Estado brasileiro teve a partir da instituição do regime. Desta forma, o *atraso* representado pelo patrimonialismo permaneceria no âmbito no Estado como um componente importante do processo de desenvolvimento dependente-associado. Mesmo com o fim do modelo dual através da instituição do regime militar em 1964, as críticas aos esquemas dualistas apenas aparecerão de forma sistemática nos anos 1970, como vimos no trabalho de Chico de Oliveira.

Além das pesquisas de novos temas e também da crítica ao nacionalismo e ao dualismo, o CEBRAP teve grande importância como centropositor ao regime militar. Isto ocorreu na medida em que São Paulo representou o principal centropositor ao regime militar existente no Brasil (Sorj, *idem*). Essa ação deu-se precisamente pela caracterização do regime militar e da luta pela democratização da sociedade brasileira. As proposições sobre o regime militar tiveram como base a ciência política, a qual ganhou proeminência durante a década de 1970 em virtude do declínio da influência da

sociologia sobre as ciências sociais brasileiras⁹¹(Sorj,idem). Sorj demonstra as causas da valorização da ciência política ao lado da economia durante os anos 1970:

A valorização da ciência política e da economia não deixou de ser um produto das urgências criadas pelo regime autoritário e da luta pela democratização. Um Estado forte – o tema do poder político – e o crescimento econômico – o tema do modelo econômico, substituído posteriormente pela problemática de criação de partidos políticos e a análise das eleições, e a inflação na área econômica, serão as questões que darão as coordenadas do debate intelectual no período (Sorj, 2000:70-71).

Dentro dessa conjuntura intelectual de caracterização do regime autoritário e de luta pela democracia houve a emergência na cena pública do intelectual como porta-voz da sociedade civil (Baptista idem). Este foi, precisamente, o caso de Cardoso. O autor teve, como vimos, uma influência política maior do que a intelectual durante este período. Neste sentido o CEBRAP teve uma importância capital, pois o centro implantou a partir de 1972 um programa de estudos sobre Estado e sociedade civil (Baptista, 2009:3-4). A demarcação deste ponto é importante para nosso argumento sobre o terceiro momento da produção intelectual de Cardoso existente durante os anos 1970. A partir da produção teórica sobre o regime autoritário, Cardoso tem como uma de suas preocupações compreender a relação entre sociedade civil e Estado, preocupação fundamental para os autores da matriz intelectual denominada por Gildo Marçal Brandão como idealismo constitucional. Vimos na primeira parte desta dissertação a produção intelectual de dois autores fundamentais desta matriz intelectual de interpretação do Brasil que são, precisamente, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. E a partir deste momento que Cardoso, apesar das diferenças importantes existentes entre eles, acaba construindo uma interpretação do Brasil que possui *afinidades eletivas* com os dois “idealistas constitucionais” Faoro e Schwartzman. A

91Como vimos em nota anterior, Leôncio Martins Rodrigues também faz uma divisão da produção intelectual de Cardoso. Segunda esta divisão, podemos pensar a obra de Cardoso nos três momentos seguintes: o período acadêmico, o exílio e o da atividade política e pública. Sobre esta última fase do pensamento de Cardoso, Rodrigues (2009) também argumenta sobre o protagonismo da Ciência Política no pensamento de Cardoso durante os anos 1970: “E desse período o começo da passagem de FHC para o campo da ciência política, a preocupação com os problemas da democracia no Brasil. E igualmente o início de sua militância partidária (começada com uma assessoria) no então MDB. Do ângulo do objeto de pesquisa, a passagem de FHC da sociologia para a ciência política foi relativamente gradual”(p.399).

demarcação da existência dessas *afinidades eletivas* nos fornece a possibilidade de fazermos uma vinculação precisa entre a tese do patrimonialismo e o projeto político de reforma do Estado levado a cabo nos 1990 pelo governo FHC. Demonstraremos as *afinidades eletivas* na seção seguinte deste capítulo.

A sociedade civil era caracterizada como oprimida enquanto conceito e realidade, além de o Estado ser caracterizado como o grande vilão (Baptista, 2009:3). Ou seja, veremos como a construção da sociedade civil durante este período é feita de maneira empobrecedora no sentido de que não existiriam dilemas internos em sua constituição e nas relações entre as classes que a compunham. Ao contrário disso, havia uma caracterização da relação entre sociedade civil e Estado consentânea com a interpretação de autores como Faoro e Schwartzman, os quais a partir daquele momento passaram a ser referências fundamentais para a interpretação do Brasil. Os estudos realizados no âmbito do CEBRAP com o objetivo de fortalecer a sociedade civil e valorizar a democracia tinham como objetivo contrapor-se ao Estado autoritário burocrático (Lahuerta, 1999:158). Portanto, muito além de ser um “absurdo sociológico” é bastante plausível defender uma tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre autores que, como temos insistido, são aparentemente tão díspares como Fernando Henrique Cardoso em relação a Raymundo Faoro e Simon Schwartzman.

Dentro do âmbito do CEBRAP “o que prevalece é a crítica ao Estado em nome dos interesses, com ênfase quase absoluta na sociedade civil, identificada com os movimentos sociais e vista como se o seu fortalecimento em si levasse à democracia”(Lahuerta,1999:166). Haveria para a interpretação do Brasil constituída em torno do CEBRAP uma construção dicotômica que conformaria uma contradição entre o autoritarismo de Estado e o caráter democratizador da sociedade civil (Lahuerta, 1999:215). Ou seja, havia por parte dos intelectuais do CEBRAP, sobretudo Cardoso, uma aposta no pretensu caráter democratizador existente na sociedade civil. Nesse momento, a concentração no Estado como o grande vilão fez com que dilemas internos fundamentais existentes no seio da sociedade civil brasileira não fossem sequer aventados pela intelectualidade paulista radicada no CEBRAP e, de certa forma, de quase toda a intelectualidade brasileira que terá no Estado o grande fator problemático no Brasil.

Diversamente do que defendeu a interpretação do Brasil construída no âmbito do CEBRAP, o enfoque do *atraso* brasileiro no Estado e a defesa do suposto caráter democrático da sociedade brasileira encobriram sobejamente a formação hierarquizada da sociedade brasileira, a qual foi responsável por forjar um padrão de não reconhecimento responsável por excluir uma parcela significativa da sociedade brasileira da participação em uma vida efetivamente democrática. Além disso, havia a manutenção de uma estrutura patrimonial no campo que era responsável por monopolizar a terra e submeter à outra importante parcela da sociedade brasileira a um duro processo de dominação pessoal. Este tipo de relação entre sociedade e Estado serve apenas para simplificar a realidade e impedir que possamos compreender de forma precisa os dilemas mais importantes para a instituição de uma ordem efetivamente democrática no Brasil.

A análise sobre o contexto intelectual da década de 1970 e o CEBRAP nos fornece a possibilidade de compreendermos precisamente os léxicos lingüísticos que conformaram o debate intelectual durante estes anos no Brasil. Se durante a década de 1960 léxicos como nação e antinação, imperialismo, transplantação, emancipação, nacionalismo, reforma agrária, burguesia empreendedora, desenvolvimento e dependência forneceram os elementos fundamentais para os debates intelectuais e, sobretudo, para a constituição do pensamento de Cardoso durante o período, a década de 1970 representaria a constituição de outros léxicos responsáveis pelas modificações nas preocupações intelectuais de Cardoso e da intelectualidade brasileira. Nesta década léxicos como estagnação, desenvolvimento, dependência, revolução socialista, autoritarismo, democracia, sociedade civil, Estado burocrático, modernização, populismo, dualismo, nacional-desenvolvimentismo tornam-se os elementos mais importantes do debate intelectual conformado durante este período. Se durante a década de 1960 a questão do desenvolvimento possui caráter único no pensamento de Cardoso, durante a década de 1970 a preocupação com o desenvolvimento terá a companhia das teses sobre o regime autoritário brasileiro e preocupação com os dilemas referentes à constituição da democracia no Brasil. Estas serão as preocupações mais importantes de Cardoso a partir desse momento, como vimos no capítulo IV. Esta preocupação fundamental se radicou no projeto de reforma do Estado que tinha como objetivo fundamental superar o *atraso* brasileiro que estaria radicado, fundamentalmente, no seio do Estado desde a sua formação.

7.2 A tradição burocrático-patrimonialista brasileira

Analisaremos nesta seção a interpretação do Brasil engendrada por Cardoso nos anos 1970, a qual se concentrara em dois postulados fundamentais: caracterizar o padrão de desenvolvimento dependente que foi instituído pelo regime militar e construir uma explicação precisa sobre o autoritarismo então vigente no Brasil. Como vimos no decorrer desta dissertação, a produção de Cardoso teve um caráter dinâmico. Isto fez com que o autor tivesse produzido importantes contribuições sobre as relações raciais no Brasil, sobre o desenvolvimento nacional e também sobre o desenvolvimento periférico com a teoria da dependência. Esta última, como vimos na interpretação de Sergio Tavolaro no capítulo IV, tornou-se uma variável independente no pensamento de Cardoso. Isto fez com que tanto os estudos sobre as relações raciais como a caracterização do autoritarismo brasileiro fossem encobertos por esta temática que, apesar de não ser a única em seu pensamento, certamente possui um caráter basilar.

Através do contextualismo lingüístico de Quentin Skinner, todavia, conseguimos demarcar com precisão os três momentos da produção intelectual de Cardoso, o que nos forneceu a possibilidade de construir uma interpretação mais plural de seu pensamento. Desta forma, conseguimos identificar as mudanças mais sutis e fundamentais ocorridas em sua produção a ponto de conseguir aproximá-lo de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Assim como estes dois intérpretes centrais da tradição liberal de interpretação do Brasil, Cardoso também advogou neste terceiro momento de sua produção intelectual que o *atraso* brasileiro é decorrente da herança patrimonialista que supostamente teríamos recebido de Portugal, vendo os dilemas referentes à constituição da democracia no Brasil circunscritos à dimensão institucional.

Como vimos nos capítulos anteriores, o patrimonialismo brasileiro era fruto das relações radicadas no mundo rural. A caracterização do patrimonialismo como fator de *atraso* da sociedade brasileira foi demonstrado desde a sua obra sobre a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. O ponto importante a ser demarcado é que além do patrimonialismo havia a persistência de uma socialização patológica que era responsável pelo surgimento de um padrão moral de não-reconhecimento social na nascente sociedade de classes no Rio Grande do Sul. Todavia, Cardoso parecia acreditar

que este padrão de socialização patológica seria derruído com o desenvolvimento. Parece-nos que Cardoso acreditava que este seria capaz de incorporar o grande contingente de párias advindo do mundo rural. Acreditamos que este foi o ponto central construído neste primeiro momento da interpretação de Cardoso, o qual nos fornecer os elementos principais para compreendermos de maneira precisa a ubíqua formação de nossa sociedade de classes, bem como o nosso conseqüente atraso. Todavia, este elemento fundamental é deixado de lado em favor da outra ponta do *atraso* brasileiro demarcado pelo autor: o patrimonialismo de origem agrária. Certamente este ainda permaneceu na nova sociedade como um dado de grande relevância. Todavia, se transformara em uma variável independente para caracterização do *atraso* brasileiro. Como mostra disso tivemos a importante tese defendida pelo autor sobre a burguesia brasileira. O patrimonialismo prevalecente do mundo rural seria responsável por reproduzir uma cultura privatista que era amplamente exercida no mundo rural desde o período escravocrata.

Nos dois primeiros momentos da produção intelectual de Cardoso, a menção ao patrimonialismo tinha como objetivo demonstrar as relações de poder instituídas na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, bem como as impossibilidades estruturais exercidas sobre a burguesia brasileira no sentido de impedi-la de assumir o papel de protagonista do processo de desenvolvimento brasileiro como defendiam o PCB e alguns interpretes do ISEB como Helio Jaguaribe. Não havia a preocupação no pensamento de Cardoso em compreender a natureza do Estado instituído no Brasil. Tanto que as referências ao Estado feitas em sua obra sobre o empresariado brasileiro quanto sobre a dependência na América Latina, apesar de demonstrarem uma visão negativa sobre este, tinham como objetivo fundamental intervir no debate sobre o desenvolvimento brasileiro e latino-americano. Ou seja, Cardoso não tinha a preocupação em compreender a natureza do Estado brasileiro neste momento. Como vimos na seção acima, todavia, as preocupações de Cardoso vão ser modificadas na década de 1970 quando então o autor se debruça sobre a natureza do Estado com o objetivo de caracterizar o autoritarismo então vigente. A partir desse momento, o patrimonialismo brasileiro não será mais decorrente das relações de poder instituídas no mundo agrário. Este será resultante da herança do patrimonialismo ibérico oriundo do processo de colonização, o qual encontra uma sociedade organizada de forma patrimonialista. A partir deste momento, a condição estrutural de dependência e o

patrimonialismo ibérico serão os dois fatores a caracterizar a realidade brasileira e latino-americana para o autor.

Cardoso (1975) afirma que nosso desenvolvimento econômico é ancorado a uma estrutura política não democrática que foi plasmada em solo ibérico, sendo transplantada para o Brasil sem possuir traço efetivamente europeu, pois o desenvolvimento capitalista e a revolução burguesa não conseguiram modificá-la plenamente (Cardoso, 1975, p.12). Ou seja, tivemos como herança a estrutura burocrática e a cultura patrimonialista oriunda do Estado português. Cardoso afirma que:

É que o Estado nacional independente no Brasil nasceu depois da transferência do Estado imperial português para este país. Foi a única situação na América Latina em que o Estado da Metrópole se deslocou, com D. João VI e toda a sua burocracia, para uma colônia. Por isso, o aparelho estatal brasileiro é extremamente complexo desde o século XIX. E quando se efetua o processo da independência o Estado nacional herda esse aparelho estatal do Império português (Cardoso: 1977b, p.84).

Cardoso havia feito em suas pesquisas sobre as relações raciais no sul do Brasil apontamentos sobre o peso da burocracia e do Estado patrimonialista português no Brasil. Esta caracterização ficou um tanto obscurecida pela sua temática fundamental que eram as relações raciais. Após estas referências Cardoso não mais se refere ao Estado português e sua burocracia. Apenas se refere em desenvolvimento e dependência na América Latina a burocracia imperial brasileira, a qual ele considerava politicamente decaída mas incipiente. A demarcação deste ponto é importante para nosso argumento de que não houve uma incorporação por Cardoso da tese de Faoro sobre o Brasil. Muito além de haver uma simples incorporação houve uma concordância com alguns postulados da interpretação faoriana assim como com pontos da interpretação de Simon Schwartzman. Isto nos ajuda a demonstrar que a defesa de uma tese tão importante para autores como Faoro e Schwartzman foi fruto da análise de Cardoso sobre o regime denominado por ele como burocrático-autoritário. Ou seja, da “descoberta” do “peso” que a estrutura burocrática sempre teve no Brasil desde o seu processo formativo. Ainda nos ajuda a demarcar a importância da produção intelectual de Cardoso sobre o

autoritarismo no Brasil, considerada por Milton Lahuerta como a mais influente e acabada produzida no período.

Portanto, dizer que houve uma simples incorporação das teses de Faoro e Schwartzman é contribuir para continuarmos tendo uma leitura simplista e equivocada da produção intelectual de Cardoso. Veremos abaixo como o autor possui uma construção própria sobre a formação brasileira e seu conseqüente autoritarismo. Este tipo de leitura simplista do autor fez com que fossem disseminados na academia teses cujas contradições internas são insolúveis, mas o poder de convencimento tem um peso fundamental. Estamos nos referindo, obviamente, as teses defendidas por Bernardo Sorj e Luiz Werneck Vianna que defendem, respectivamente, que há uma dicotomia entre o intelectual e o político e que Cardoso havia incorporado as teses de Schwartzman e, sobretudo, Faoro ao produzir o seu projeto político no PSDB. Ao contrário de todos esses postulados, a ênfase de Cardoso sobre a natureza do Estado, cuja natureza sempre foi negativa para o autor, é que o fez defender teses muito caras a autores como Faoro e Schwartzman. É neste sentido que defendemos a tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a produção de Cardoso levada a cabo neste período e as interpretações desses dois intérpretes fundamentais da matriz liberal de interpretação do Brasil republicano.

Como vimos no capítulo IV desta dissertação, os intérpretes marxistas Cotrin e Sobrinho demonstram a importância fundamental que o conceito de patrimonialismo teve na produção intelectual de Cardoso. Todavia, devido à utilização do método textualista os autores não perceberam a modificação crucial ocorrida no pensamento do autor sobre a caracterização do patrimonialismo brasileiro. Devido ao método utilizado pelos autores esta modificação simplesmente fundamental não é percebida. Outro ponto a ser notado é que a maioria dos autores que se debruçam sobre a obra de Cardoso o fazem tendo no desenvolvimento dependente um elemento único. Desta forma, a tese de Cardoso sobre a herança do patrimonialismo ibérico passa como algo sem maior importância em sua argumentação. Isto faz com que haja equívocos capitais como a tese de uma suposta dicotomia existente entre o intelectual e o político como insistentemente temos procurado refutar.

Diversamente do que defende a tese hegemônica sobre Cardoso na academia brasileira muito bem expressa pela interpretação de Sérgio Tavolaro analisada em detalhe no capítulo IV, a tese da herança patrimonial é central para Cardoso a partir de sua caracterização do autoritarismo durante a década de 1970. Mesmo a tese do

patrimonialismo tendo uma importância central para Cardoso a partir deste momento, ele procura demonstrar sistematicamente que o autoritarismo então vigente no Brasil se diferenciava do tradicional autoritarismo brasileiro. Neste sentido, a tese da herança patrimonial teria o papel de um dos elementos explicativos dos vários momentos de autoritarismo existentes no país “como paternalismo autocrático do império, a ‘democracia de elites’ da República Velha, o populismo autoritário e o autoritarismo tecnocrático” (Cardoso, 1975, p.13). Na verdade o patrimonialismo ibérico, como veremos abaixo, é considerado por Cardoso como elemento explicativo único para o autoritarismo vigente no Brasil até o populismo, pois a dominação política exercida seria puramente tradicional, irracional e pré-moderna. Devido às modificações produzidas pelo regime instaurado em 1964, Cardoso demonstra que apenas o patrimonialismo não daria conta de explicá-lo. Ele será, como veremos abaixo, um de seus elementos centrais.

Outro ponto a ser notado é a afirmação de Cardoso de que no Brasil o liberalismo funcionou como algo de fachada, não possuindo autênticos liberais e também porque era fortemente derruído pela desigualdade (Cardoso, idem). De acordo com Cardoso (idem) “Houve um idealismo nas constituições, o utopismo como estilo de análise, a prevaricação cotidiana dos ideais para a manutenção de uma parcela do poder como características de nosso liberalismo” (Cardoso, 1975, p.177). Portanto, tivemos a constituição no Brasil de um liberalismo de fachada. Tal proposição do liberalismo de fachada vai ao encontro da caracterização feita por Raymundo Faoro sobre o liberalismo no Brasil. Como vimos em detalhe no capítulo II, Faoro argumentou enfaticamente que o liberalismo instituído no Brasil possuía um caráter ideológico, ou seja, oficial, e nunca possuiu uma importância efetiva no Brasil como força viva da nação. Neste sentido, temos o compartilhamento feito por Cardoso de uma tese tão cara a um autor aparentemente tão distante como o liberal Raymundo Faoro. Com isso, podemos demonstrar como a caracterização do liberalismo brasileiro como algo de fachada e a defesa da tese da herança patrimonial ibérica defendidas pelo presidente FHC em entrevista reproduzida por Werneck Vianna são derivadas de sua própria interpretação do Brasil. Desta forma, teses como a de Werneck Vianna sobre a simples incorporação feita pelo presidente FHC da interpretação de Faoro sobre o Brasil mostram-se equivocadas. Estas teses são responsáveis por corroborar os preconceitos do senso comum que têm como postulado fundamental a idéia de que o presidente FHC teria “esquecido” toda a sua produção intelectual em favor de uma simples conversão ao

neoliberalismo em sua estada na presidência da República. Neste sentido, temos dois objetivos principais neste capítulo: defender a tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a produção de Cardoso e as obras de Faoro e Schwartzman, bem como contrapor a interpretação do autor sobre as relações raciais com esta interpretação sobre o desenvolvimento dependente e a teoria do autoritarismo. Para tanto, veremos em detalhe abaixo como Cardoso constrói sua interpretação do Brasil neste terceiro momento de sua produção intelectual.

Para analisar precisamente as bases do autoritarismo brasileiro e latino-americano Cardoso faz uma análise desde o período colonial, precisamente o processo de formação das cidades na América Ibérica. Estas teriam como função atender as necessidades do mercantilismo ibérico e do Estado patrimonial português. Nesse sentido, “Só o príncipe, e não mais como senhor de domínios locais, mas como Suzerano único, fiel da Coroa e de seu Tesouro, contava como principio de poder. A cidade a ele se subordinava, como parte constitutiva do Império”(Cardoso,1975:141). A cidade construída durante o período colonial tinha como característica o prolongamento do rei patrimonialista reproduzindo o que já era característico da relação entre cidade hispânica e Coroa⁹². Haveria uma dialética entre a vila agro-industrial e o Estado patrimonial, ou seja, entre os interesses dos senhores territoriais e os funcionários da Coroa, constituindo o pano de fundo da vida colonial (Cardoso, idem). Cardoso procura demonstrar como a singularidade da colonização ibérica foi algo fundamental para a constituição sócio-política brasileira. Neste sentido, possivelmente inspirado pela interpretação de Sergio Buarque de Holanda, Cardoso afirma que:

O desleixo da geografia urbana da America Portuguesa, que deu o encanto da Bahia Colonial e mesmo do Rio de Janeiro dos vice-reis não foi suficiente, contudo, para reproduzir na América a pauta ocidental da cidade como fenômeno político-econômico: nem o mercado local teve durante a colônia, o peso dos Bazenes e Cities do Ocidente e do Mediterrâneo do inicio do capitalismo comercial, nem, menos ainda, a autoridade local, expressa nas Câmaras das localidades, pode contrapor-se ao absolutismo do Estado colonial (p.143).

⁹²Para defender a tese da herança do patrimonialismo ibérico para a America Latina Cardoso utiliza a comparação da situação ibérica com outras existentes na Europa e com os Estados Unidos, nosso antípoda por excelência. Sobre a formação das cidades Cardoso afirma que: “Enquanto as cidades do norte da Europa se associavam em hansas frouxamente centralizadas, as cidades de Castela se uniam por “irmandades”, presididas por um representante da Coroa. Estas irmandades desempenhavam funções policiais e judiciárias e forneciam tropas ao Rei, constituindo-se, assim, como partes da estrutura política do Estado. Desde a época colonial, não há paralelo possível, portanto, entre Leimo e Veneza, Buenos Aires e Essem, Bahia e Londres e assim por diante “(p.142).

A colonização ibérica, como bem demonstrou Cardoso, exportou para o Brasil sua singularidade em relação à organização das cidades no mundo ocidental. Ou seja, a colonização ibérica trouxe para o Brasil elementos profundos de sua incompatibilidade com a organização moderna ocidental. Isto ocorreu porque as cidades ibérico-americanas tinham como função serem peças do Sistema Imperial do que núcleos de soberania e representação própria, como era característico das cidades do mundo ocidental não ibérico. Esta singularidade da formação das cidades ibéricas⁹³⁹⁴ fez com que, por exemplo, o surgimento de uma burguesia fosse prejudicado: “Quando houve um arremedo de ‘burguesia’ ela medrou entre um patriciado rural que muitas vezes vivia parte do tempo nas vilas e outra parte nos latifúndios”(Cardoso,1975:145). Além deste “arremedo” de burguesia, as cidades eram ocupadas por funcionários parametrados em uma organização burocrática, seja do Estado ou da Igreja. Para demonstrar o peso da burocracia no Brasil desde o período colonial, Cardoso afirma que nas cidades coloniais os dois tipos sociais que estruturavam as relações sociais eram o

93 Cardoso parte da formação das cidades na América Ibérica para demonstrar a singularidade destas em relação à formação original destas no mundo europeu. Isto tinha objetivo claro entender as raízes do Estado brasileiro e do seu conseqüente autoritarismo. Um autor fundamental para a caracterização da formação brasileira neste momento da produção intelectual de Cardoso é Sergio Buarque de Holanda. Ao referir-se às cidades da América Ibérica Cardoso afirma que: “Por certo, o sentido da colonização urbana na América Espanhola foi distinto daquele que prevaleceu na América Portuguesa. Sérgio Buarque de Holanda, em seu luminoso capítulo sobre ‘O Semeador e o Ladrilhador’ mostrou que na conquista hispânica a cidade nasceu sob a inspiração direta e rígida dos regulamentos inscritos nas ‘Leys de los Reinos de Índias’”(p.142). Além desta influência sobre sua visão das cidades ibéricas, o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda nos parece ser a grande fonte de inspiração de Cardoso para sua caracterização do processo formativo na América Latina e, especialmente, no Brasil neste momento de sua produção intelectual.

94 A partir da análise da formação das cidades na América Ibérica Cardoso argumentará que a herança ibérica patrimonial será o grande obstáculo para a formação de um estilo de vida capaz de desenvolver um processo pleno de cidadania como ocorreu no caso europeu: “Com efeito, a cidadania envolve aspectos mais amplos e profundos que simplesmente viver em aglomerados: ela supõe um estilo de vida e a consciência do valor deste estilo de vida.”(Cardoso, 1993:38). Ou seja, nesta parte da produção de Cardoso sobre a formação da sociedade de classes e da cidadania na América Ibérica a partir da formação das cidades fica visível o caráter simplista, empobrecedor e encobridor dos conflitos sociais mais importantes ocorridos, por exemplo, no Brasil. O patrimonialismo ibérico ganha um estatuto de variável fundamental para o entendimento dos nossos conflitos sociais mais significativos. Como as fundamentais pesquisas de Cardoso feitas sobre a sociedade escravocrata no sul do Brasil sobejamente demonstraram, o grande fator responsável pela não constituição de uma cidadania plena por um grande contingente humano na nova sociedade não tinha a ver com patrimonialismo, ou seja, com relações de dominação puramente pessoal. O grande fator de exclusão era derivado de elementos impessoais derivados do processo de socialização caracterizado por Cardoso como parcial, o qual era complementado por um padrão moral de não reconhecimento por parte daqueles que tiveram uma socialização plena e o devido reconhecimento de cidadania. Como temos insistido reiteradamente, Cardoso abandona esse *insight* fundamental e passa a utilizar o patrimonialismo ibérico unicamente num primeiro momento, e logo após este juntamente com a condição estrutural de dependência como os dois elementos únicos e fundamentais para compreender a formação da sociedade de classes na América Latina e os seus conseqüentes conflitos sociais mais importantes.

funcionário e o senhor de terras. Esta relação começou a ser modificada alguns anos antes do processo de independência através da reativação das cidades como foco de decisão política, com o fortalecimento dos mercados existentes nas cidades e também com a crescente influência das classes dominantes na vida política da região (Cardoso, idem).

Além da figura do funcionário o mundo urbano possuía o comerciante. Cardoso adverte, todavia, que este não era o tipo de comerciante existente nas grandes empresas, pois o sistema das Companhias criadas durante o período mercantilista produzia a figura do comerciante-funcionário (Cardoso, idem). Nesse sentido, as cidades latinas teriam sido caracterizadas como cidades muito mais de funcionários do que de burgueses. Isto ocorria precisamente porque o mercado e a câmara existentes no período não conseguiam “contrapor-se ao tribunal do Rei, aos Regulamentos Coloniais, aos interesses da Coroa, numa palavra a exploração colonial que fundia a realeza e a burguesia ibéricos nos rígidos canais do capitalismo mercantil” (Cardoso,1975:145). Cardoso procurou demonstrar a singularidade da formação das cidades latinas em relação ao ocorrido na Europa. Neste sentido, o autor afirma que “se na Europa a cidade se forma como cidade-estado, na América ela será o nervo vivo do Estado-nação”(Cardoso,1975:148). Devido a esta constituição singular, as cidades latinas não terão na figura do burguês, como ocorrera no caso europeu, o sujeito da prática política (Cardoso, idem). Nossa realidade será caracterizada pela luta entre o nativista e o estrangeiro: “Este ‘nativista’ tem raízes no mundo rural e no patriciado burocrático”(Cardoso,1975:148). Esta distinção feita por Cardoso entre as cidades européias e latinas, sobretudo no que se refere ao papel da burguesia, será importante para sua caracterização da revolução burguesa existente nos países dependentes.

Com o processo de independência é constituída a fase de dependência nacional, pois houve a partir deste momento a formação de uma contradição entre a independência nacional através da constituição jurídica de um Estado independente e a sujeição econômica ao capitalismo dos países centrais. As cidades terão uma função importante nesta nova ordem. Durante o período colonial elas funcionaram precisamente como repositórios dos interesses da Coroa portuguesa. Estas, todavia, foram reativadas como focos de decisão política alguns anos antes da Independência, “concomitantemente com o que os historiadores chamam de ‘ruptura do pacto colonial”’(Cardoso,1975:147). Em virtude deste processo houve o fortalecimento dos

mercados sediados nas cidades, bem como do papel crescente das classes dominantes na vida política da região (Cardoso, 1975:147).

Cardoso afirma que este processo de independência levou prosperidade para várias partes da América Latina, mas sem romper com o “antigo regime” patrimonialista ibérico:

Além disso, amiúde sua luta política imediata será contra aqueles que, na Colônia, constituíram a base da vida propriamente urbana: os comerciantes. Estes continuaram sendo “estrangeiros”. Para fazer a ponte entre o mercado exterior e o interior, nas duas direções, a qualidade do estrangeiro era estratégica. Assim, o patrimonialismo pré-independentista persistiu depois da autonomia nacional (Cardoso, 1975, p.148).

Outro elemento importante deste novo período refere-se ao caráter superficial do liberalismo no Brasil, o qual já havia sido assinalado pelo próprio Cardoso no início desta seção: “O latifundiário brasileiro, proprietário de terras e escravos, mesmo quando assumia, na contenda política que se desferia na cidade, o ideário do liberalismo europeu, continuava socialmente um patriarca”(p.148). Além da manutenção da sua posição social como patriarca, havia a ação fundamental do patrimonialismo ibérico prevalecente devido a sua ação como definidor das probabilidades de poder do latifundiário brasileiro⁹⁵. Dentro deste contexto patrimonialista no qual nasceram nossas instituições políticas transplantadas de Portugal havia a importância da oligarquia. Esta recebia por um lado uma expressão cartorial do Estado e do patrimonialismo ibérico prevalecente, mas por outro era responsável por posturas ilustradas, tendo grande importância para o processo de modernização levado a cabo no século XIX. Ou seja, havia uma ambigüidade fundamental na oligarquia⁹⁶ em sua condução do Estado através de ações efetivamente modernizadoras e também da reiteração do patrimonialismo.

95Só como título de comparação, Florestan Fernandes analisa o mesmo período e afirma que o liberalismo teve um caráter efetivo no Brasil, o qual Florestan caracterizava como força cultural viva da revolução burguesa brasileira. Foi o liberalismo que deu ao Estado uma conformação moderna, ou seja, a constituição do Estado independente não tinha o caráter de reiteração do patrimonialismo ibérico, mas sim de um Estado diferente do que havia sido o domínio do Estado luso no Brasil.

96 Sobre a composição da oligarquia em alguns países latino-americanos, dentre os quais o Brasil, Cardoso afirma que: “A imprecisão do conceito esconde a realidade das múltiplas alianças entre diferentes classes e setores de classe nos distintos países. Assim, como vimos, na Argentina, bem como no Uruguai, a oligarquia englobava distintos interesses exportadores. No Brasil em várias oligarquias regionais, de base sócio-econômica distinta (ora burguesa agrário-mercantil, como em São Paulo) que constituíam a espinha dorsal da oligarquia. Na caráter da oligarquia, enquanto no Peru a aliança entre os gamonales da Serra e os plantadores da Costa (aliados a burguesia mercantil) definia a oligarquia”(p.152).

O Estado patrimonialista brasileiro era regido por um rei-senhor, que derivava para o plano administrativo o sistema de patronato (Cardoso, *idem*). Cardoso (1994), fazendo referência direta a Raymundo Faoro, fala sobre a existência de estamentos burocráticos durante o Império:

Insistindo sobre esse ângulo da organização política brasileira e, por consequência, sobre a importância da distribuição e do exercício dos cargos públicos para cujo preenchimento a existência de padrinhos, patronos, era essencial, é que Faoro fundamenta suas teses sobre a importância dos ‘estamentos burocráticos’ do Império (p.24).

Tal referência direta a obra de Faoro pode parecer, em princípio, uma influência direta do jurista gaúcho sobre Cardoso. Todavia, como temos demonstrado, Cardoso possui uma construção própria sobre a formação social brasileira. O que ocorre neste momento é uma concordância com a tese de Faoro que possuía um lugar fundamental na academia e na opinião pública durante os anos 1970. Tal fato pode ser precisamente visto também na própria referência a Faoro sobre a existência de estamentos burocráticos durante o Império. Isto demonstra uma leitura de “primeira hora” feita por Cardoso da obra de Faoro. Isto porque Faoro nunca argumentou sobre a existência de estamentos burocráticos durante o Império. Ao contrário disso, ele argumentava que existia um único e poderoso estamento burocrático responsável por sufocar a nação e controlar os rumos políticos do Estado Imperial. A partir dele se poderia compreender todos os dilemas existentes no Império. Ou seja, este funcionava para Faoro como uma variável independente. Cardoso, todavia, apesar de concordar com a tese de Faoro sobre o estamento burocrático, demonstra uma visão mais dinâmica sobre a constituição sócio-política durante o Segundo Reinado, pois considera que as bases sociais daquele regime eram a Coroa, a escravidão e a grande propriedade.

Cardoso considera, assim como Faoro, os militares como um estamento burocrático. A grande diferença existente entre a caracterização de ambos está radicada no conteúdo e ação deste estamento para ambos, pois a caracterização feita por Faoro será considerada por Cardoso como simplista e insatisfatória para compreender de forma precisa o caso brasileiro. A queda do Império será capitaneada, assim como para

Raymundo Faoro, por um estamento burocrático militar que havia sido deixado de lado durante o Império⁹⁷. Existem dois pontos fundamentais a diferenciar as teses de Cardoso e Faoro sobre a constituição do Exército como estamento burocrático. Para Cardoso, o Exército se constituiu como estamento desde o período Imperial, o qual seria regido pela existência de estamentos burocráticos. Já para Faoro, o Exército também possuía importância capital. Todavia, ele não se constituiu para o autor como um estamento burocrático durante o Império. Ao contrário deste postulado, o Exército não conseguia dar as cartas no estamento imperial. Isto fez com que ele proclamasse a República e criasse um novo estamento burocrático. Além disso, há o caráter autônomo do estamento em relação à nação para Faoro e o seu caráter entrelaçado com esta para Cardoso. De acordo com a interpretação de Cardoso: “O espírito de corps militar surgia através de fusão mística entre a corporação e a pátria. Para que ela se objetivasse, entretanto, faltava a Reforma do Estado – fim da monarquia e da ‘politicalha’”(p.25-26). Cardoso considera o Exército como a grande estrutura burocrática nacional que havia se deslocado do Estado imperial. Cardoso (1994) afirma que a mudança para a República foi bastante significativa no sistema de dominação e no nível das instituições. Todavia, não foi suficiente para romper com o domínio burocrático e patrimonialista, na medida em que o Exército seria o responsável por perpetuar esta forma de dominação na República nascente:

Não revolucionam, de fora, a partir das bases sociais. Propõem reformas dentro do aparelho burocrático – berço no qual nasceram como força social ativa. E propõem-nas como certo distanciamento do outro estamento social vinculado ao Estado, o dos políticos. Não surgem para a grande cena nacional em 1889 contra a força social emergente da sociedade civil – a burguesia agrária do café e os representantes do capital financeiro-industrial -, mas sim contra a ordem política que impedia as reformas necessárias, ou as fizera com morosidade e sem apostar nelas, como ocorreu com a Lei Saraiva de 1881 que fazia a reforma eleitoral, e contra os homens que a

97 Outro ponto importante a ser demarcado é que Cardoso produz esta análise originalmente para o livro de Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto sobre a História Geral da Civilização Brasil em 1973. Para nós, o grande autor a influenciar a interpretação de Cardoso sobre os períodos da colônia e do Império brasileiro foi Sérgio Buarque de Holanda, como ficou visível quando o autor se referiu a constituição das cidades na América Ibérica. Além disso, o trecho a seguir da entrevista concedida pelo então presidente FHC a Roberto Pompeu de Toledo referente ao Império brasileiro deixa esta influência mais clara: “O poder da terra e o poder burocrático foram os dois poderes reais no Brasil, ambos extremamente concentrados. Sobre o Império há um livro admirável, do Sérgio Buarque de Holanda. O dele e o do Joaquim Nabuco são os melhores. O do Nabuco, documentalmente, é riquíssimo. O do Sérgio Buarque de Holanda tem a vantagem de conter uma interpretação do Império. Ali você vê que essas características se mantêm o tempo todo. Só na República muda alguma coisa”(Cardoso e Toledo, 1998:15).

simbolizavam, os políticos do Império. Tradicional ligação com a coisa pública (p.28).

Cardoso afirma que durante o século XX houve o deslocamento do eixo político do campo para a cidade, “embora isso não fosse verdadeiro quanto ao eixo econômico da vida nacional” (Cardoso,1975:153). Nesse sentido, o período republicano instaurado pelo golpe militar de 1891 possuía em sua Carta constitucional uma formatação democrática e pluralista. Todavia, sob esta capa formal vigia uma constituição não escrita na República através da qual era exercida a continuação da dominação política pelo sistema de patronato, neste caso especificamente representado pela oligarquia republicana. Ao referir-se ao governo Deodoro, Cardoso (1994) argumenta que “foi patente o desencontro entre o espírito do regime representativo (portanto ansioso por uma estrutura partidária inexistente) e a prática burocrático-política, imbricada diretamente no Exército”(p.37). Portanto, no lugar de criar uma ordem efetivamente racional-legal como ficava patente em sua moderna Carta constitucional, o Regime republicano representou “Um misto de nepotismo, compadrio e, ao mesmo tempo, furor republicano. E com focos definidos de cristalização, como o Clube Militar) substituiu o antigo sistema de patronato imperial”(Cardoso,1994:37).

Houve também o beneficiamento dos interesses urbanos com a proclamação da República, uma vez que os interesses dos senhores de escravos foram postos de lado em favor dos interesses econômicos urbanos que estavam diretamente ligados ao patronato republicano. Após este primeiro momento de domínio do estamento burocrático militar foi instituído o domínio oligárquico, o qual seria vigente até a instituição do golpe militar em 1964. A institucionalização deste sistema de poder que duraria até o governo Goulart foi feita por Campos Sales. Esta forma de dominação política de cunho tradicional terá a predominância “da máquina estatal e clube dos notáveis em vez dos partidos, (que) caracterizarão a República que mais do que dos ‘coronéis’ foi dos oligarcas que controlavam, além das fazendas, a máquina estatal”(Cardoso,1994:50). As relações se constituíam numa base patrimonialista entre Estado e sociedade, entre poder

central e poder local, reforçando as características do Estado patrimonial⁹⁸ (Cardoso, 1975).

Após a Revolução de 1930, o domínio oligárquico exercido no Brasil será caracterizado pelo conceito de populismo. Para a precisa compreensão desta etapa fundamental da vida política brasileira o patrimonialismo se mostrava um elemento capital. Este caráter de importância central não existia apenas no Brasil, mas na América Latina em virtude do caráter singular de politização das classes sociais nesta região:

(...) nem houve, no passado remoto, a luta das liberdades urbanas contra o feudalismo e o senhorio, nem, no passado recente, do século XVIII em diante, as idéias de individualidade, direitos da pessoa, representação ou, numa palavra, cidadania, constituíram o miolo da vida política urbana na América Latina. Neste sentido a peculiar relação entre as classes e o estado que caracteriza o patrimonialismo não chegou a ser rompida, nem sequer na etapa populista da política urbana da América Latina (Cardoso, 1975:155).

Cardoso (idem) afirma que o processo de mobilização política das massas urbanas durante o populismo foi responsável por ampliar e reforçar algumas características do Estado patrimonialista. Isto se deu precisamente por que “Na América Latina não é ao estado que se pede as credenciais para a existência, mas ao indivíduo”(p.156). Ou seja, diversamente de uma ordem moderna e racional-legal, no Brasil e nos demais países latino-americanos o que valia era a submissão pessoal. Portanto, havia uma dominação política no Brasil puramente tradicional. Haveria um entrelaçamento tradicionalmente constituído entre sociedade e Estado no Brasil. Neste sentido, Cardoso diverge, como já havíamos chamado atenção acima, de Raymundo Faoro ao considerar simplista e insatisfatória a caracterização do Estado como controlado unicamente por um estamento burocrático pairando sobre a nação. De

⁹⁸Sobre a importância do patrimonialismo durante o período republicano Cardoso advoga que: A ‘vida urbana’, nesse sentido, tinha raízes históricas mergulhadas na tendência à concentração política do período colonial e do mercantilismo ibérico. Por tudo isso a política urbana era uma espécie de ersatz da verdadeira luta urbana: só em contados momentos as classes populares urbanas puseram em xeque a oligarquia. No geral, pelo já referido processo de ‘desdobramento e incorporação’, foram setores sociais, quando não personalidades, ligadas ao Estado, a burguesia rural, mercantil ou industrial que definiram novos alvos para o sistema político e assumiram, por auto-delegação, a representação dos interesses das classes dominadas. Quando dominantes não conseguiam tornar-se porta-vozes dos reclamos populares, cooptavam ou reprimiam as ‘pressões de baixo’(p.154).

acordo com Cardoso (1994) havia durante o período do populismo um “Jogo de relações de oposição, conflitos e acomodações entre um número limitado de ‘agentes sociais’”. (Cardoso, 1994:51) Ele limitado grupo era precisamente representado pelas “massas urbanas, o Estado, os setores exportador-mercantis (agrários e mineiros), as ‘classes médias’ urbanas, os setores financeiros e os grupos industriais” (Cardoso, 1994:51).

Cardoso (idem) afirma que o patrimonialismo estaria enraizado na América Latina. Este enraizamento foi possibilitado pela ação da cultura católica. Como vimos nos dois capítulos anteriores sobre o pensamento de Cardoso o patrimonialismo brasileiro tinha suas raízes no mundo rural brasileiro, especificamente em suas relações de produção capitalista. Este foi transplantado para o mundo urbano e republicano através de um processo socialização patológica que foi responsável, por exemplo, por ser um elemento essencial para limitar o comportamento da burguesia brasileira em termos modernos que a pudessem fazer capitanear o processo de desenvolvimento brasileiro a partir de uma postura empreendedora como advogavam os setores da esquerda radicados no PCB e no ISEB. Esta caracterização é modificada, como temos visto, plenamente durante a década de 1970. Ao buscar as bases do autoritarismo brasileiro Cardoso modifica fundamentalmente a caracterização do patrimonialismo brasileiro. Como vimos, ele não é mais fruto das relações de produção no mundo rural, mas fruto da herança do sistema político português acrescido da cultura católica. O patrimonialismo ibérico apenas foi reforçado em solo brasileiro por uma sociedade organizada em termos patrimonialistas.

O autor constrói uma relação dicotômica entre o catolicismo e o individualismo protestante para demonstrar como a religião seria responsável pela constituição do patrimonialismo católico. Neste sentido, Cardoso apenas prossegue uma tradição existente no pensamento brasileiro, provavelmente iniciada por Tavares Bastos⁹⁹, de comparar a realidade brasileira atrasada com o caso americano, local maior da

⁹⁹Tavares Bastos também advogava que a herança ibérica seria o nosso grande mal. Este seria reforçado também pela cultura católica para o autor. Neste sentido, ele se baseia no caso americano no seu *A Província* como forma de construir seu projeto político-normativo baseado na monarquia federativa como forma de vencer o *atraso* brasileiro. Outros intérpretes que terão na comparação do Brasil com os Estados Unidos protestante um elemento fundamental para compreender o atraso da sociedade brasileira são Sérgio Buarque de Holanda – que nos parece ser a grande influencia de Cardoso em sua interpretação sobre a formação social brasileira feita neste momento – Clodomir Viana Moog – com seu *Bandeirantes e Pioneiros* -, Raymundo Faoro com o seu *Os Donos do Poder* -, e Simon Schwartzman – com o seu *São Paulo e o Estado Nacional* – e Roberto Da Matta com o seu *Carnavais, Malandros e Heróis*. Todos esses autores caracterizarão o *atraso* brasileiro através da comparação com os Estados Unidos moderno e protestante.

disseminação do racionalismo ocidental. Se o individualismo protestante¹⁰⁰ seria o fator a solidificar a absolutizar o domínio do racionalismo ocidental, o catolicismo seria no caso latino-americano o suporte cultural do enraizamento do atraso, ou seja, do elemento pré-moderno representado pelo patrimonialismo, e de sua conseqüente perpetuação:

A moral católica é, neste sentido, mais “coletivista”, por conseqüência menos “responsável” individualmente. É no seio da Igreja, na fusão do indivíduo no corpo místico da Instituição Sagrada – fusão que a confissão, o arrependimento e a absolvição permitem, aliviando a culpa individual, desde que confessada aos sussurros a quem de direito – que se encontra a salvação. Ninguém expiará com dor e publicamente os erros cometidos. Existe uma força maior e responsável a quem se transfere os pecados no ato mesmo da expiação. Nestas condições é que teoricamente compreensível que o Estado possa ser visto ideologicamente como pai – e pai benevolente. As grandes organizações burocráticas, o Estado e a Igreja, são percebidos de forma semelhante. Há portanto que acrescentar um elemento ideológico na caracterização da estrutura sócio-política da América Latina: patrimonialismo católico(p.156).

Acreditamos que o trecho acima deixa bastante claro como a tese da herança ibérica, tão cara a Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, torna-se para Cardoso uma questão fundamental para se constituir um conhecimento preciso das bases do autoritarismo brasileiro. Um ponto interessante a ser ressaltado é que a visão do patrimonialismo brasileiro como católico é similar à interpretação feita por Raymundo Faoro, que também liga o patrimonialismo ao catolicismo. Assim como para Cardoso, o catolicismo funciona para Faoro como suporte do patrimonialismo (Santo JR, 2001). Nesse sentido, a menção ao patrimonialismo não representa algo ocasional sem grande importância como vêm os intérpretes de Cardoso sobre a questão do desenvolvimento. Longe de ser algo sem importância o patrimonialismo possui um caráter simplesmente crucial na produção intelectual de Cardoso como demonstraram as interpretações de Cotrin e Sobrinho vistas no capítulo IV e a nossa interpretação, a qual tem procurado dar um caráter de maior precisão à recepção do conceito por Cardoso. Devido ao

100 Sobre o caráter fundamental do individualismo protestante para conduta anglo-saxã, Cardoso argumenta: “É tão forte o individualismo protestante na ética anglo-saxã que mesmo hoje a nova esquerda alenta a consciência de culpa de cada indivíduo pelos desmandos do imperialismo e do Estado e vê na ‘recusa intramundana do mundo’ – do ideal jansenista, da versão católica pascaliana – representado pelos beatniks, hippies, praticantes da contra-cultura, um sinal da mudança da sociedade. ‘Comece por ti mesmo. Reforma-te, primeiro, para reformar o mundo’”(p.156).

método textualista, Cotrin e Sobrinho não perceberam a modificação simplesmente basilar feita por Cardoso na recepção do conceito de patrimonialismo entre as décadas de 1960 e 1970. Mesmo assim, nos ajudaram a demonstrar como este conceito possui um peso capital em sua produção intelectual juntamente com o conceito de dependência.

Em virtude da herança ibérica patrimonial reforçada pelo catolicismo tínhamos a mesma visão do Estado, da Igreja e das organizações burocráticas. Em virtude do domínio do patrimonialismo católico tínhamos um estilo de participação fortemente dependente do Estado, tendo pouco a ver com o sistema de representação e voto herdado do liberalismo individualista europeu (Cardoso, 1975:157). Ou seja, este tipo de participação fortemente dependente do Estado seria uma demonstração da tendência existente na América ibérica de valorizar o grupo em prejuízo do indivíduo (Cardoso, 1975:186). Isto fez com que o populismo urbano consolidasse na cultura política uma forma de participação dependente do Estado (Cardoso, idem). Como podemos perceber, ao contrário do que defende a interpretação hegemônica da obra de Cardoso exemplarmente representada pelas proposições de Sergio Tavolaro analisadas no capítulo IV, o patrimonialismo-católico estava enraizado em nossa realidade social. Desta forma, ele tinha um peso decisivo para a interpretação do Brasil e da América Latina levadas a cabo por Cardoso neste terceiro momento de sua produção intelectual. Cardoso (idem) argumenta que o passado colonial e o patrimonialismo contínuo deixaram uma pesada herança na sociedade brasileira e latino-americana, que poderia ser facilmente visualizado pelo reiterado domínio da burocracia no Brasil. Nesse sentido, podemos precisamente compreender como a condição de dependência não poderia de forma alguma funcionar como uma variável independente. Ao contrário disso, a condição estrutural de dependência tinha no âmbito interno a companhia do patrimonialismo ibérico enraizado na vida política brasileira e latino-americana¹⁰¹¹⁰².

Quando analisamos a produção de Cardoso sobre o desenvolvimento brasileiro e latino-americano chamamos a atenção para o caráter empobrecedor de sua perspectiva

101A força do patrimonialismo católico era tão forte na vida política brasileira e latino-americana que “Somente nos países em que o patrimonialismo era menos enraizado (Argentina, Uruguai e, em escala menor, o Chile) os partidos de classe média (isto é, da burguesia aliada à classe média urbana, às vezes com apoio de setores de trabalhadores) encontraram alguma chance de existir”(p.157).

102 De acordo com Cardoso (idem) a oposição ao patrimonialismo católico ocorrida em âmbito urbano foi resultante da ação de grupos minoritários, os quais faziam parte da oligarquia liberal, e das classes populares: “Nestas houve sempre algum embrião de radicalismo anárquico anti-estatal e também laicizante”(Cardoso,1975:156).

utilizada para compreender as relações de classe no Brasil a partir daquele momento. Em sua análise sobre o empresariado brasileiro o patrimonialismo de origem agrária se mostrava como o grande dilema enfrentado pela sociedade de massas brasileira. As massas surgem de maneira homogênea, indiferenciada. Esta visão empobrecedora e encobridora dos conflitos sociais mais importantes existentes na sociedade de classes brasileira se torna mais aguda com a utilização do método histórico-estrutural. Este foi utilizado por Cardoso em sua teoria da dependência. Esta perspectiva teórico-metodológica fez com que houvesse uma visão macro-estrutural da formação da sociedade de classes no Brasil, não dando possibilidade para um entendimento proveitoso das relações entre as classes envolvidas nos diversos momentos históricos trabalhados pela teoria de Cardoso. A afirmação sobre o empobrecimento das interpretações de Cardoso sobre a sociedade de classes no Brasil tem como base a própria interpretação do autor, neste caso específico sobre as relações raciais no sul do Brasil. Nestas obras o autor demonstrou sobejamente como havia naquela sociedade um padrão de socialização patológica que era corroborado por um padrão moral de não reconhecimento responsável por excluir um grande contingente humano da participação ativa como cidadãos na sociedade de classes nascente. Este padrão de socialização patológica e de não reconhecimento social também ocorria em São Paulo, a cidade mais moderna e burguesa do Brasil. Ou seja, podemos perfeitamente inferir a partir da produção intelectual de Cardoso que houve um padrão efetivo de constituição da sociedade de classes válido em todo o Brasil.

Todavia, este *insight* simplesmente basilar é abandonado por Cardoso possivelmente porque naquele momento ele acreditasse que o desenvolvimento econômico pudesse incorporar a massa de excluídos advindos do mundo rural. Além disso, apesar de demonstrar que o elemento maior de exclusão estava no processo de socialização patológica pela qual passava a massa de escravos advindos do mundo rural, o autor acaba empobrecendo sua análise na medida em que ele insistia que o elemento fundamental estava radicado na “cor da pele”. Ao buscar compreender as bases do autoritarismo então vigente no Brasil Cardoso agudiza sua visão empobrecedora sobre a sociedade de classes brasileira. Isto ocorria porque a condição estrutural de dependência e o patrimonialismo ibérico seriam os dois fatores explicativos da formação de nossa sociedade de classes e de seus conflitos sociais mais importantes. Mais à frente

demonstraremos com elementos da própria obra de Cardoso as limitações profundas desta última interpretação do autor e de sua conseqüente proposta político-normativa.

Até o populismo tínhamos o domínio do Estado patrimonial estruturado por um sistema político eminentemente tradicional. Ou seja, desde a sua fundação durante o período imperial até o governo de João Goulart o Estado no Brasil era plenamente atrasado, na medida em que o patrimonialismo seria o único fator a estruturar a gestão e o domínio político deste. Cardoso argumentou que o Brasil herdou a estrutura burocrática de Portugal através do processo de transferência do Estado português. Esta estrutura burocrática não tinha a ver com o modelo de burocracia proposto por Max Weber, o qual engendrava ações de cunho instrumental no sentido de fazer a máquina pública funcionar num sentido racional-legal. Ou seja, sua ação deveria ser balizada por fins técnicos, com distanciamento prévio do bem público e do sistema político. Nesse sentido, a burocracia moderna deveria ser a portadora fundamental da ordem racional-legal, que se estrutura não pela obediência à pessoa, ou seja, o fundamento da dominação não é personalista, mas sim impessoal. Este domínio impessoal dá-se através das normas e regulamentos estatuídos pela burocracia. A partir disso, a ação humana no mundo moderno seria regida por estímulos empíricos advindos do mercado competitivo e do Estado racional burocrático e centralizado, os quais funcionaram após o pontapé inicial da ética protestante como os dois suportes da disseminação do racionalismo ocidental no mundo moderno. O caso brasileiro, por sua vez, tinha apenas o qualificativo de burocrático. No sentido concreto o comportamento era completamente diverso do modelo proposto por Weber. Ao invés de ser regida por uma ordem racional-legal a burocracia brasileira estrutura suas ações numa ordem irracional, pré-moderna, expressa precisamente pelo conceito de patrimonialismo-católico. Ou seja, não são os imperativos impessoais que estruturam as ações da burocracia no Brasil, mas sim o elemento ibérico, personalista e pré-moderno. Em virtude disso, havia expressamente um conteúdo político na burocracia brasileira que resultou neste momento em inércia burocrática e no predomínio absoluto do *atraso*¹⁰³.

103Esse predomínio do *atraso* representado pela caracterização do Estado como patrimonial não significa que não houve tentativas de modificação do aspecto tradicional do Estado. Esta tentativa foi feita, por exemplo, durante o Plano Trienal: “Mesmo sem que se considerem outros aspectos abrangidos pelo Plano Trienal, como as reformas administrativa, fiscal, bancária e agrária, que necessariamente produziram reações, as resistências encontradas no próprio governo à consecução das políticas propostas minaram a eficácia do plano como instrumento geral de planejamento efetivo e até mesmo como guia da política econômica geral”(Cardoso,1994:148). Em virtude das resistências impostas pelos elementos tradicionais que controlavam o Estado, iniciativas como o Plano Trienal funcionavam como “ilhas de racionalidade” em meio ao domínio tradicional do Estado patrimonialista: “ Por certo, estas ‘ilhas de racionalidade’ ficavam

Este domínio do elemento tradicional absolutizado no Estado brasileiro seria modificado com o regime instaurado em 1964. Segundo Cardoso (1994) este teve conseqüências revolucionárias em nossa realidade social, pois colocou a burguesia junto ao desenvolvimento do capitalismo internacional e também porque subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica¹⁰⁴. Houve a partir deste evento histórico um processo agressivo de crescimento capitalista (Cardoso, 1994). A partir da instauração do regime militar houve um intenso e vigoroso processo de mudança social referente à urbanização, constituição de grandes megalópoles “modernização das estruturas do sistema estatal, formação de enormes complexos burocráticos, tanto no nível do Estado como das empresas privadas, intensa imigração interna, concentração de renda e, apesar dela, mobilidade social” (Cardoso, 1994:193). Dentro deste quadro profundo de mudança social que fazia com que a sociedade brasileira se modernizasse e se tornasse complexa é que Cardoso argumenta sobre o derruimento do Estado patrimonial no Brasil. Ou seja, o país deixava de ser regido por uma dominação eminentemente tradicional após o golpe de 1964.

Além destes fatores ainda lançou as bases para a implantação de um setor público da economia, chamado pelo autor de “burguesia de Estado”, o qual tornou integrado ao capitalismo internacional (Cardoso, 1975:98). Com isso, teríamos a passagem do sistema patrimonialista tradicional, pré-moderno e irracional para o regime autoritário corporativo, estruturado em termos civis e militar, o qual teria no capitalismo oligopólico seu ponto central (Cardoso, idem). Mesmo com as importantes modificações efetuados no Estado brasileiro, a tradição de estado forte aliada a um controle político elitista fez com que o patrimonialismo fosse refeito nesse período. Como bem argumenta Cardoso (idem), o patrimonialismo herdado de Portugal estava enraizado no Brasil. Nesse sentido, a mudança para um regime marcado pela privatização do Estado e pela ação política da burocracia não poderia representar o término do patrimonialismo

muitas vezes contidas entre dois fogos inter-relacionados: os interesses do clientelismo político e a inércia burocrática. Esta última, especialmente, merece destaque por sua repercussão sobre as possibilidades de planejar. A ‘inércia burocrática’ é, antes de mais nada, um mecanismo político pelo que implicitamente se define que a administração é supletiva aos interesses privatistas, e estes fluem, em suas relações com o Estado, através de teias de cumplicidade pessoais. Nesse sentido, durante o período nacional-populista apenas havia insinuação do planejamento racional e técnico na definição de objetivos e meios. A burocracia organizada de forma moderna apenas se insinuava naquele momento, pois a execução dos projetos dava-se por critérios políticos. Ou seja, a burocracia brasileira possuía um comportamento patológico devido às ações políticas. Esta era responsável por fazer com que os critérios racionais de construção dos projetos fossem derruídos pelos interesses puramente pessoais. Desta forma e aliado aos grupos que controlavam o Estado, esta se mantinha eminentemente tradicional, ou seja, patrimonialista.

como argumentou equivocadamente Ivan Cotrin. O que houve, de fato, foi uma rearticulação do patrimonialismo na nova realidade. A herança e conseqüente ação do patrimonialismo ibérico teria feito com que o Estado fosse pensado no Brasil como um poder moderador, o qual estaria situado entre as classes¹⁰⁵(Cardoso, idem). Desta forma: “não é o interesse racional do indivíduo que, numa ‘sociedade possessiva’ baseada no mercado, impõe a norma da soberania como garantia da sobrevivência”(Cardoso,1975:175).

Se o Estado não podia mais ser considerado eminentemente patrimonial, ou seja, tradicional, devido às expressivas ações modernizadoras que sofrera, ainda continuava a ser regido por uma lógica privatista através da qual era utilizado para atender aos interesses privados em detrimento do interesse público. Nesse sentido: “Por outro lado, os militares assumiram implicitamente os interesses econômicos do empresariado como se eles fossem os da nação” (Cardoso, 1994:96). Ou seja, teríamos a partir de 1964 a constituição de uma ordem híbrida na qual o *atraso* representado pelo patrimonialismo coexistira entrelaçado com a modernização do aparelho estatal e com o moderno desenvolvimento econômico como unidade contraditória¹⁰⁶:

Correlatamente, o antigo patrimonialismo refez-se no setor produtivo estatal, a burocracia modernizou-se, sem perder a força, as classes trabalhadoras urbanas e as classes médias modernas (cujos componentes são empregados das grandes corporações privadas e públicas, ou exercem profissões de base técnica e no terciário moderno – educação, saúde, comunicação social, administração, etc.) passaram a viver ao compasso das ‘sociedades de massa’. (Cardoso, 1984b, p.49).

A instauração do regime militar em 1964 trouxe modificações efetivas para a vida política brasileira. Como temos demonstrado, é apenas a partir deste terceiro

105Sobre esta singular visão sobre o Estado na América Latina Cardoso argumenta que esta tinha como característica desembocar no autoritarismo: “Assim, na América Latina, mesmo a teoria democrática do Estado parece ter fundamentos distintos daqueles que na liberal democracia saxônia asseguravam o dever da obediência ao estado. Ele decorreria da necessidade de sobrevivência de *todos*, da Nação, e não de cada indivíduo. Entretanto, é difícil justificar em termos não ideológicos este estilo de discurso. Sua seqüência lógico-política desemboca no autoritarismo. Como poderia o Estado mediar entre as classes se não fosse mais forte que elas?”

106 Paulo Arantes (1992) demonstra sobejamente como a instituição do regime autoritário em 1964 representou para a intelectualidade uspiana a junção entre atraso e moderno, unidos a partir daquele momento como unidades contraditórias. Nesse sentido, agradeço a Milton Lahuerta pela indicação do seminal trabalho de Paulo Arantes sobre a intelectualidade uspiana.

momento de sua produção intelectual que Cardoso se preocupa em compreender as bases do autoritarismo então vigente no Brasil. Esta ação empreendida por Cardoso demonstrou que o regime instaurado em 1964 não era uma simples continuidade com a forma tradicional do autoritarismo brasileiro e latino-americano estruturados pelo caráter puramente tradicional de dominação política. As únicas questões que se mantiveram na nova ordem foram o peso da burocracia e a permanência do patrimonialismo ibérico responsável por estruturar as ações da burocracia no novo regime:

O Regime burocrático-autoritário é diferente das velhas formas de domínio do caudilho – quer civil quer militar. Um novo fenômeno emergiu na América Latina contemporânea. As forças armadas tomam o poder não como no passado para manter um ditador no poder (tal como Vargas ou Perón) mas em vez disso para reorganizar o país segundo a ideologia de ‘segurança nacional’ da moderna doutrina militar. Em contraste com as formas tradicionais de domínio militar na América Latina, o militarismo contemporâneo se projeta da mesma forma devido ao governo já mencionado da instituição militar como organização. (Cardoso, 1982:43-44).

Este novo modelo de dominação política instaurado em 1964 tinha como características importantes seu caráter autocrático sob comando burocrático-militar e o seu alocamento sob bases economicamente dinâmicas (Cardoso, 1994:106). Todavia, o regime burocrático-autoritário¹⁰⁷ não era marcado pelo domínio do Estado pelos militares: “O Estado, enquanto síntese das relações de dominação continuou respondendo às classes e não, estrito senso, ao estamento burocrático-militar”. Neste sentido os militares: “Mandam, sim; controlam o Estado; mas não definem neste mandar e neste controlar as políticas centrais do governo”(Cardoso,1984b:48). Como vimos acima sobre a passagem do Império para a República Cardoso caracterizou os militares como um estamento burocrático. Este, como pode ser visto precisamente com o trecho acima, é completamente diverso da caracterização feita por Faoro dos militares durante o regime de 1964 também como um estamento burocrático. Isto porque o

107Cardoso (1982) faz uma caracterização cuidadosa do regime burocrático-autoritário no texto Os Regimes Autoritários na América Latina, publicado na coletânea organizada por David Collier sobre o Novo Autoritarismo na América Latina.

estamento burocrático de Faoro controlaria todo o poder se sobrepondo plenamente sobre a nação.

Além das modificações efetivas no aparelho do Estado foi também um reordenamento da condição estrutural de dependência sob a qual estava submetido o país. Ao invés da estagnação econômica houve de maneira efetiva desenvolvimento. Este, todavia, não seria a partir daquele momento simplesmente dependente, mas sim dependente-associado. Ou seja, tínhamos um processo de desenvolvimento efetivo¹⁰⁸.

108 Cardoso tem durante a década de 1970 duas preocupações fundamentais: caracterizar o processo de desenvolvimento dependente levado a cabo durante aquele período, bem como compreender precisamente o regime autoritário instituído a partir de 1964. No que se refere à questão do desenvolvimento dependente, vimos que Cardoso procurou demonstrar que o regime instaurado em 1964 não estava fadado à estagnação: “A interpretação de que o capitalismo é inviável na periferia e, portanto, de que não existe um desenvolvimento dependente está estreitamente ligada à visão política baseada em que ou bem uma revolução vitoriosa constrói o socialismo para possibilitar a potenciação das forças produtivas e o desenvolvimento social, ou se marchará para o fascismo”(Cardoso,1994:122). Esta engendraria um processo de desenvolvimento efetivo, caracterizado como dependente-associado. Nesse sentido, Cardoso trava uma polemica intelectual com outros teóricos da dependência como Theotônio dos Santos e, especialmente, Ruy Mauro Marine. De acordo com Baptista (2003-2004), a introdução de Santos e Marine no debate sobre a dependência tinha como objetivo desconstruir uma visão preconceituosa sobre as sociedades subdesenvolvidas analisadas pelo pensamento da CEPAL. Isto porque nesta visão as sociedades seriam vistas de forma a-histórica e como estruturas atrasadas (Baptista 2003-2004:145). Santos e Marine consideravam que existiam condições internas na sociedade brasileira para o engendramento de um processo revolucionário, “uma vez que as contradições sociais atingindo o seu ápice gerariam a metamorfose necessária para que a teoria se transformasse em prática, aludindo, então, à práxis social de Karl Marx”(Baptista,2003-2004:140). Ao contrário da via socialista proposta por Santos e Marine, Cardoso propõe a via democrática: “Como consequência de suas análises – e contrariamente ao pensamento majoritário entre a esquerda – Cardoso vai considerar como inviável a Revolução Socialista posicionando-se fortemente em prol da abertura democrática.”(Baptista,2003-2004:149). Cardoso apenas trará esta discussão intelectual sobre o estatuto da dependência no final dos anos 1970, diretamente contra as posições de Ruy Mauro Marini. A proposição de Marini analisa a dependência por uma perspectiva econômica, vendo na superexploração da força de trabalho um fator fundamental, deixando como caminho a revolução socialista: “ Com isso Ruy Mauro Marini elabora a interpretação sobre o capitalismo dependente na América Latina dando ênfase à inviabilidade de um processo real de desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho, dentro do modo de produção capitalista. Isto devido à forma subordinada de inserção dos países latino-americanos na economia capitalista mundial, geradora, nos termos de Marini, de uma superexploração da força de trabalho que, a priori, justificaria sua opção política pela Revolução Socialista (Baptista,2003-2004:156). O argumento sobre a superexploração da força de trabalho , como vimos nesta dissertação, é utilizado pelos marxistas Cotrin e Sobrinho para criticar Cardoso. Cardoso, por sua vez, utiliza o encaminhamento político como forma de compreender o processo de dependência. Em 1978 ele publica o artigo Desventuras da dialética da dependência em parceria com José Serra para criticar a visão da dependência de Marini e sua proposta de revolução socialista, demonstrando a inviabilidade de tal processo no Brasil. Todavia, Cardoso nega a publicação no Cebrap do texto de Marine em resposta as suas críticas e de José Serra. De acordo com Baptista (idem) Cardoso e Serra ao prezarem a perspectiva política criticavam as perspectivas econômicas as quais, como a proposição de Marini, estão embebidas por um marxismo dogmático. Esta foi uma parte da produção de Cardoso específica sobre a temática da dependência. Seu enfoque, como é feito neste texto de Kátia Baptista, nos dá a impressão de que o enfoque único e fundamental no pensamento de Cardoso é a dependência. Neste sentido, ela funcionaria como uma variável independente no seu pensamento. Ao contrário deste postulado reducionista, os dois grandes fatores a caracterizarem a realidade latino-americana e, especialmente, a brasileira, são a condição estrutural de dependência e o patrimonialismo ibérico. Estes dois fatores em conjunto serão ferramentas fundamentais para compreender as bases do modelo de desenvolvimento instituído durante o regime, bem como caracterizar o autoritarismo brasileiro. Como a temática da dependência possui um peso enorme na produção de Cardoso, a referência a conceitos como patrimonialismo acabam sendo relegados como fatores sem importância para o autor.

Esse desenvolvimento propiciou o dinamismo e expansão simultânea e também diferenciada do setor privado nacional, estrangeiro e público (Cardoso, 1994:127). Nesse sentido (idem): “Mas é possível e se está verificando um processo de absorção parcial de grupos sociais no desenvolvimento capitalista e existem tentativas de ‘abertura social’” (Cardoso, 1975:130). No início deste regime havia o apoio de setores tradicionais da classe média, os quais estavam organizados na Igreja e nos partidos, além dos agrolatifundistas (Cardoso, 1975). A participação destes grupos poderia dar a idéia de que se manteria o caráter tradicional do Estado. Todavia, estes foram progressivamente alijados do novo regime em virtude do privilégio concedido a setores mais modernos. Neste sentido, a tecnocracia terá um papel chave. A partir do protagonismo deste setor houve um processo importante de modernização do aparelho do Estado (aliado à repressão social), bem como a adoção de medidas econômicas favoráveis à ação empresarial (Cardoso, idem). Sobre o caráter do novo regime Cardoso (1975) afirma: “Entretanto, o regime não se constitui apenas como um clube de funcionários mais ou menos controlados nas linhas mestras – pela corporação militar. Ele foi também um regime de empresas”(p.171).

Este processo foi se intensificando até o ponto da constituição do regime burocrático-autoritário, regime estruturado em um processo de dependência internacional, o qual permitia certo dinamismo do crescimento econômico e mobilidade social, mesmo que apenas no âmbito urbano (Cardoso, idem). De acordo com Cardoso (1994) o regime burocrático-autoritário, todavia, apenas se constituiu de forma consciente em 1968, ano de instituição do AI-5¹⁰⁹. A ordem burocrático-autoritária foi

Ao contrário disso, temos demonstrado como este possui um caráter simplesmente fundamental. E neste sentido, deve ser pensado juntamente com a dependência estrutural do capitalismo periférico. Todavia, para uma análise detida do debate sobre as proposições da dependência de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini Fernando Henrique Cardoso cf. Baptista (2004).

109 Fazendo-se uma leitura apressada das modificações levadas a cabo pelo regime militar que o fizeram diferenciar-se do tradicional autoritarismo existente no Brasil e na América Latina, temos a impressão de que estas foram tomadas desde o início. Todavia, este processo foi paulatino desde 1964 até 1968 quando o regime burocrático-autoritário é instituído de forma efetiva. Cardoso (1994) demonstra precisamente como ocorreram as modificações até a instituição do regime burocrático-autoritário: “Em nenhum momento, no setor majoritário e vitorioso em 1964, cogitou-se de eliminar o sistema de partidos, ampliar o setor público da economia, criar mecanismos de permanência das Forças Armadas na vida pública, organizar a repressão permanente, disseminar uma ideologia fascizante. Ao contrário, a retórica permaneceu liberal-conservadora. E as instituições básicas seriam as mesmas da Constituição de 1946 expurgada dos ‘ramos podres’ e revivificados pelas necessárias salvaguardas modernizadoras. Este ‘projeto’ ruiu fragorosamente. Ruiu tanto ao golpe dos seguimentos ‘duros’ do movimento (alguns de expressão mais do que autoritária, fascista) quanto graças à resistência do ‘ancien régime’. Apesar das cassações, até mesmo de Kubitschek, Castelo Branco foi derrotado nas eleições de outubro de 1965 no Rio e em Minas. Tudo isso levou ao AI-2, à dissolução dos partidos, às eleições indiretas e à criação do bipartidarismo. Privatização do setor público do Estado – Bem ou mal, quando o clima de insatisfação e as dificuldades econômicas cresceram (depois do golpe incruento de Costa e Silva sobre o castelismo), o

implantada paulatinamente desde a instituição do golpe em 1964, sendo marcada por compromissos (Cardoso, 1994). Este regime, entretanto, não seria mais economicamente apenas dependente mas, como vimos, possuiria como característica fundamental o seu caráter dependente e associado. Neste sentido, teríamos como dois fatores importantes do regime burocrático-autoritário o caráter de dependência estrutural de nossa economia aliado à tradição ibérica centralizadora, burocratizante e patrimonialista do Estado brasileiro, os quais foram responsáveis pela redefinição do quadro institucional (Cardoso, idem).

Esta redefinição se deu com a gestação de um sistema híbrido, que fortalecia os interesses das multinacionais e também fortalecia a empresa pública e ampliava a capacidade de controle do governo sobre a sociedade (Cardoso, idem). Este se estruturava na aliança entre a tecnocracia pública (civil e militar) e as burguesias nacional e internacional. Cardoso (idem) argumenta que este processo de deslocamento do poder dos grupos nacionais-burgueses populistas para o domínio da burguesia internacionalizada e do tecnocratismo civil e militar seria a revolução burguesa possível nos países dependentes¹¹⁰. Em relação às massas Cardoso argumenta que a civilização urbana seria caracterizada pela existência de cidades sem cidadania. Esta falta de cidadania seria fruto, precisamente, do patrimonialismo ibérico responsável por fazer com que o Estado fosse regido no Brasil em favor de grupos específicos, alijando a maioria da população dos bens sociais. Como argumenta Cardoso (1975) o passado colonial e o patrimonialismo ibérico teriam deixado uma pesada herança para a nova sociedade. Esta ação fundamental do patrimonialismo fazia com o que a vida urbana não conseguisse intensificar a consciência racional dos interesses sociais em luta. Desta forma havia o impedimento da organização dos grupos sociais de maneira autônoma.

projeto de 'modernização liberal-conservadora', expresso pela constituição de 1967, tornou-se inviável. Começou-se a ver que uma nova força política, com outros ideais e outra base social, fora constituindo-se no país. O AI-5, de dezembro de 1968, marca o batismo dessa nova força. A escolha de Médice marca sua crisma e seu governo leva o regime autoritário ao esplendor. Foi neste período que se estabeleceram as instituições do Estado burocrático-autoritário."(p.217-18).

110A questão da caracterização da revolução burguesa nos países dependentes é construída desde a obra sobre o empresariado brasileiro, publicação anterior à teoria da dependência. Nesta obra Cardoso já demonstrava o caráter de singularidade da atuação da burguesia em contexto periférico como o brasileiro. Logo após essa caracterização, Cardoso aprofunda em sua teoria da dependência o caráter de singularidade da ação da burguesia em contexto periférico. Neste momento ele argumenta que o encaminhamento da revolução burguesa no contexto dos países centrais não teria como ser repetido na periferia. Todavia, ele não define o tipo de revolução burguesa que poderia existir na periferia do capitalismo. Esta caracterização, como podemos ver, é feita apenas nos anos 1970 em suas análises sobre o regime caracterizado por ele como burocrático-autoritário.

Como podemos ver de forma precisa o problema brasileiro essencial estava radicado na estrutura burocrática e patrimonialista que havia permanecido no novo Estado apesar das mudanças fundamentais ocorridas em sua estrutura com a instauração do regime burocrático-autoritário. É a partir deste diagnóstico e de sua conseqüente visão empobrecedora da relação de classes no Brasil que Cardoso propõe como forma de vencer o *atraso* brasileiro a reativação das bases populares através de uma ideologia anti-burocrática pautada na responsabilidade individual e na consciência das necessidades sociais (Cardoso, 1975:163). É a partir do diagnóstico sobre o Estado brasileiro durante os anos 1970 que Cardoso constrói uma interpretação do Brasil que guarda *afinidades eletivas* com as interpretações liberais de Faoro e Schwartzman. Isto porque o Estado é visto como o grande problema, fazendo com que a proposição de uma perspectiva liberal pautada na responsabilidade pessoal fosse feita. Veremos esta proposição de Cardoso mais à frente.

O regime burocrático-autoritário possui como característica importante o entrelaçamento entre a tecnocracia estatal, a burguesia nacional e a internacional. Isto demonstrava que não havia uma autonomia do Estado frente à sociedade. Ao contrário disso, havia um processo de cooptação da sociedade civil pelo Estado através do sistema dos “anéis burocráticos”¹¹¹. O sistema de “anéis burocráticos” demonstraria como as relações entre Estado e sociedade no Brasil eram mediadas pelas organizações burocráticas. Neste sentido é que havia a permanência da tradição burocrática do Estado, a qual tinha como característica mais importante atender a interesses de grupos privados específicos em detrimento do interesse público. A partir disso, Cardoso se opõe às interpretações como a de Raymundo Faoro, que veriam o domínio unilateral de Estado na relação com a sociedade no Brasil. Fazendo referência direta a Simon Schwartzman Cardoso (1975) advoga: “Aqui endosso a alternativa, “tradicional” talvez, mas rica em capacidade explicativa, apontada por Schwartzman: a de considerar as duas tendências interpretativas como ‘um processo simultâneo de desenvolvimento contraditório’”(p.171). A demarcação deste ponto é importante para demonstrarmos que não houve uma simples influência da interpretação de Schwartzman sobre Cardoso.

111A caracterização do sistema de anéis já havia sido utilizada por Cardoso em sua análise do período nacional-populista para caracterizar o comportamento político da burocracia durante aquele período: A burocracia funcionava, portanto, como parte de um sistema mais amplo e segmentado: não existindo eficazmente partidos de classe, sindicatos e associações de grupos e classes, os interesses organizavam-se em círculos múltiplos, em anéis, que cortavam perpendicularmente e de forma multifacetária a pirâmide social, ligando em vários subsistemas de interesse e cumplicidade segmentos do governo, da burocracia, das empresas, dos sindicatos etc”(Cardoso,1994:151).

Houve de fato uma concordância com este aspecto da interpretação do sociólogo mineiro, como ocorre na relação entre a interpretação de Cardoso e alguns aspectos da obra de Faoro¹¹².

Mesmo com as significativas ações modernizadoras ocorridas em relação à ordem tradicional anterior, o patrimonialismo não conseguiu ser derruído do seio do Estado mas sim reabilitado, como vimos acima. As relações travadas entre os componentes do regime burocrático-autoritário e a sociedade civil se davam através de “anéis burocráticos”, mecanismo de cooptação dos membros das classes dominantes nas cúpulas decisórias¹¹³ (Cardoso, idem). Cardoso afirma que utilizou o termo burocrático precisamente para demarcar a necessária localização deste mecanismo de enfeudamento dos interesses privados no aparelho do Estado.

O regime burocrático-autoritário fez com que parte do Estado, representado pela “burguesia de Estado”, se transformasse em empresa. Além disso, as empresas privadas eram ligadas de maneira indireta ao Estado através dos “anéis burocráticos” (Cardoso, idem). Desta forma, a relação entre sociedade civil e o Estado no Brasil “Dá-se entre empresas estatais, aparelhos político-administrativos, empresas privadas e as partes da sociedade civil que conseguem sobreviver mais ou menos independentemente do Estado”(p.177). O regime burocrático-autoritário foi responsável pela exclusão absoluta das massas populares: “O regime 1964 e especialmente o de 1968/1974 excluíram a representatividade em geral, e a popular em especial, como fonte legitimadora do

112Na verdade, o aspecto com o qual Cardoso concordava diretamente era a caracterização da elite política existente durante o Império brasileiro como um estamento burocrático. Senão vejamos o trecho a seguir: “Então, por que tanta tempestade num copo de água? Possivelmente porque a pergunta ‘o que é o estado?’ (nos países latino-americanos) não se têm seguido respostas se não as dicotomias já referidas: um ‘aparelho’ controlado pelo estamento burocrático, ou, no pólo oposto, ‘o comitê executivo das classes dominantes. Sendo ambas as caracterizações simplistas e insatisfatórias, os analistas ficam girando como mariposas em focos de lanterna de pilha” (Cardoso, 1975:174). Na verdade, Cardoso não faz uma leitura rigorosa da obra de Faoro. Isto ficou plenamente demonstrado quando o autor analisou a ação do Exército brasileiro na virada do Império para a República. Citando Faoro, Cardoso advogou sobre a existência de estamentos burocráticos durante o Império. O Exército seria um deles. Ora, Faoro defendeu a existência de um único estamento burocrático durante o Império. O Exército estaria alijado dele. Devido a isso teria criado um novo estamento na República. É nesse sentido que defendemos que houve apenas uma concordância com aspectos da teoria de Faoro sobre o Brasil. Além do mais, nos parece que o grande autor a influenciar as teses de Cardoso sobre a importância da herança patrimonial ibérica para a vida sócio-política não apenas do Brasil mas da América Latina foi Sérgio Buarque de Holanda e não Raymundo Faoro.

113A existência dos anéis burocrática poderia supor que o conceito de corporativismo daria conta de caracterizar e explicar as articulações políticas levadas a cabo durante o regime militar. Todavia Cardoso afirma que “A noção de corporativismo é inadequada para caracterizar a relação entre Estado e classe. No corporativismo, embora sob controle estatal, as classes se organizam e atuam por intermédio desses anéis. As classes (mesmo as dominantes) não se organizam enquanto forma social, embora interesses econômicos e políticos específicos e individualizados possam pressionar o sistema decisório”(p.174).

Estado”(Cardoso,1975:178). A exclusão das massas ocorria precisamente devido ao domínio exercido através da “aliança entre funcionários militares e civis, ‘burguesia de Estado’(ou seja, executivos e police-makers das empresas estatais) empresariado privado (nacional e estrangeiro) e os setores das novas “classes médias” a ele ligados”(Cardoso,1975:179).Esta correlação de forças instituída faria com que as massas populares ficassem alijadas. Ou seja, a maneira como o Estado era conduzido seria o fator único da exclusão social no Brasil.

Como vimos acima, a função da burocracia em uma ordem racional-legal era fazer com que as regras e regulamentos pudessem ser cumpridos, fazendo com que o Estado pudesse exercer seu processo de dominação moderna. Como Cardoso tem demonstrado, a burocracia brasileira teve como característica chave a ação política. Desta forma, além de perverter sua ação natural acabava sendo responsável por perpetuar a dominação tradicional no Brasil, uma vez que sua ação como burocracia era ineficiente e ainda privilegiava interesses privados que eram responsáveis por manter a exclusão das massas populares no país. Com o golpe de 1964, o qual deu origem ao regime burocrático-autoritário, houve um processo de modernização efetiva do Estado através da ação da tecnocracia.

A partir de então o Estado deixou de ser uma máquina eminentemente tradicional. Esta modificação, todavia, não fez com que houvesse o derruimento do patrimonialismo que funcionava como o grande fator responsável pelo comportamento patológico da burocracia no Brasil. Refeito na nova ordem o patrimonialismo continuou a deformar o comportamento da burocracia. Devido a este processo ubíquo de privatização do Estado durante o regime militar que Cardoso criou o conceito de “anéis burocráticos”. Estes anéis demonstrariam como os interesses privados estariam fortemente enraizados no Estado devido à herança do patrimonialismo ibérico:

Em alguns países (e a herança da sociedade ibérica do período mercantilista favoreceu este processo) as classes dominantes privadas fundiram-se com o aparelho de Estado, apropriando-se dos cargos, que de público mantiveram apenas o nome, e utilizam a organização estatal como arena política direta. Minimizam, portanto, as organizações partidárias independentes do Estado e limitaram, quanto possível, a mobilização política das classes subalternas. As cliques burcorático-privatistas, articuladas mais frouxamente do que os partidos em torno de

anéis de interesse político-econômico, desempenham um papel crescente e decisivo no jogo de poder(Cardoso,1994:126).

Os “anéis burocráticos” funcionam como elementos demonstrativos da privatização do Estado, pois “As interligações entre a burocracia estatal e o interesse privado são enormes e freqüentemente fazem-se em detrimento do interesse público”. (Cardoso, 1990, p.44) O Estado teria neste processo a proeminência de ser empresário e indutor do desenvolvimento econômico, por um lado, e deixando por outro lado o acesso ao seu aparelho de forma indireta às empresas privadas pelos “anéis burocráticos”. Este sistema de anéis foi responsável pela exclusão das massas como fontes legitimadoras do Estado. O sistema político brasileiro teria como ponto capital um amálgama entre uma organização política baseada na existência de classes inseridas numa ordem de cunho industrial e monopólico aliada a outra enraizada no patrimonialismo estatal originário do sistema capitalista colonial (Cardoso,1975,p.236).

Com isso, teríamos uma condução elitista e patrimonialista da vida política no Brasil pautada pelas relações de compromisso entre a burguesia internacionalizada e os empresários públicos coexistindo com uma sociedade de massas. Como fica patente no argumento de Cardoso exposto acima, o *atraso* brasileiro estaria fundamentalmente circunscrito ao universo institucional representado pelo patrimonialismo. Isto foi possível porque o regime instaurado em 1964 teve como uma de suas características mais importantes a fusão entre elementos atrasados e modernos, unidos como uma unidade contraditória. A visão do *atraso* brasileiro como fruto de uma tradição ibérica burocrática e patrimonialista nos ajuda a demonstrar elementos importantes para a nossa tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a interpretação de Cardoso neste momento de sua produção intelectual e a produção intelectual de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman.

Para combater o regime burocrático-autoritário, o qual era gerido por uma lógica patrimonialista, Cardoso propõe a reativação da sociedade civil e a democratização. Esta proposição seria fundamental por que: “Quanto à tendência democratizadora, é preciso vê-la *cum grano salis*. Ela existe, e é em geral, ao nível da sociedade¹¹⁴.”

114 A apesar de defender a existência de um potencial democrático ao nível da sociedade, Cardoso (1984) procura demonstrar que não possui uma visão simplista da sociedade brasileira. Isto seria demonstrado, por exemplo, com o trecho a seguir no qual o autor demonstra a segmentação da sociedade brasileira: “Segmentou-se, mais ainda, uma sociedade já muito segmentada. E, ao mesmo tempo, aumentou a ânsia de participar do ‘mundo desenvolvido’. De novo, a TV e o rádio, tornaram realidade visual para o desempregado crônico, para o trabalhador dos setores tradicionais, o mundo da abundância.

Encontra resistência, em alguns países resistência vitoriosa ao nível do Estado” (Cardoso, 1984b:50). Nesse sentido, as ubíquas relações de classes analisadas pelo mesmo Cardoso em Santa Catarina bem como no Rio Grande do Sul não se mostravam mais como problemas para Cardoso. Cardoso demonstrou como o processo de socialização patológica instituído durante o regime escravocrata fez com que houvesse um padrão de desestruturação psicossocial do ex-escravo na nova sociedade, o qual era corroborado por um padrão moral de não reconhecimento social responsável por excluir um grande contingente humano de um estatuto de cidadania efetiva. Ou seja, muito além de um padrão pretensamente democrático a sociedade de classes brasileira nascia de forma bastante hierarquizada. Além disso, este padrão ubíquo de relações de classes havia se mantido em Florianópolis em plena década de 1950, ou seja, muito depois do término do regime escravocrata, o que demonstra o caráter fundamental deste processo na sociedade de classes brasileira.

Nesse sentido, existiria mesmo este potencial democrático na sociedade brasileira como nos aponta a interpretação de Cardoso construída a partir dos anos 1970? Voltaremos a este ponto no final do capítulo. Isto se daria pelo fortalecimento do Estado de Direito, pelo controle responsável do aparelho do Estado. Existiria uma tendência democratizadora na sociedade, mas que seria resistente ao nível do Estado (Cardoso, 1984b). Desta forma, a resistência democrática deveria se estruturar enquanto uma luta antiburocrática na medida em que existiria a valorização da noção de público através de um viés democrático: “mais do que restringir a ação do Estado e dar força ao setor privado a luta antiestatal torna-se uma luta pela transparência da ação governamental e para o aumento do controle social (público) das políticas oficiais e da gestão estatal”(Cardoso, 1984b, p.55). Como este trecho demonstra, Cardoso não tem como objetivo neste momento de sua produção intelectual a instituição de uma ordem pautada pelo domínio pleno de uma economia de mercado, através da qual a sociedade pudesse ser organizada autonomamente como fica patente na proposição de Schwartzman em torno da *sãopaulização* do Brasil. Além disso, o modelo de desenvolvimento instituído pelo Estado a partir de 1964 teve uma ação efetiva, fazendo

Abundância, é certo, mais da publicidade do que real. Mas ainda assim, símbolo de um novo horizonte humano e cultural. E este processo vale também para as classes médias, segmentadas, desiguais, mas sequiosas de fruir o novo mundo”(P.53). Mesmo fazendo essa ponderação importante sobre o caráter complexo da sociedade brasileira, Cardoso acaba simplificando sua interpretação sobre os dilemas existentes nesta sociedade segmentada. Isto porque estes dilemas estariam localizados no âmbito estatal.

com que Cardoso ficasse contra as teses estagnacionistas que vimos acima. Ou seja, ele não tinha como objetivo modificar o modelo de desenvolvimento econômico.

Naquele período o Estado havia sido privatizado por grupos específicos, como bem demonstrou Cardoso. Neste sentido, a reforma do Estado em torno da desburocratização e de um controle público por parte da sociedade poderia, na visão voluntarista de Cardoso, gerar uma democracia substantiva no Brasil. É neste sentido que a tese sobre as *afinidades eletivas* entre a produção de Cardoso neste período e as interpretações liberais de Faoro e Schwartzman mostra-se um elemento mais adequado para compreender a relação entre estes autores. Desta forma não apertamos demasiadamente os laços que ligam estes autores *a priori* completamente distantes. Além de, precisamente, manter as especificidades teóricas e políticas deles.

Para que a proposta de Cardoso pudesse ser engendrada a modificação nas lideranças políticas mostrava-se essencial. Através dela seria possível transformar o sistema partidário de um círculo de notáveis em representantes efetivos dos interesses populares, pois estes passariam a estar abertos à influência da opinião pública: “(...) conciliar o povo com os mecanismos decisórios, dando-lhe participação efetiva”(Cardoso,1975:197). Desta forma seria possível devolver à sociedade civil através de uma presença institucionalizada nas decisões nacionais. Ou seja, não era objetivo de Cardoso organizar a sociedade pelo mercado, mas fazer com que seus interesses pudessem ser representados de maneira plural nas decisões tomadas pelo sistema político. Seria, portanto, necessário uma reforma institucional que pudesse através de um processo de modernização dos mecanismos de tomada de decisão proporcionar um processo efetivo de participação política. Para tanto, seria necessário o reconhecimento da diferença real existente entre as formas de participação que possuem como fonte sustentadora as bases e aquelas que se baseiam na cúpula, como se constituiu o caso brasileiro durante o regime autoritário. Nesse sentido, Cardoso argumenta que estas diferenças assim como as existentes “entre a ordem patrimonial-estatal transformada em ordem autoritário-burocrática e as massas dominadas, pouco se encaminhará para compreender o processo político brasileiro (p.240). Como o grande fator de *atraso* da sociedade brasileira estava no âmbito do Estado¹¹⁵, o seu

115 Como vimos em detalhe no capítulo IV desta dissertação, Maria Juvêncio Sobrinho analisou detidamente a produção de Cardoso desde 1972 até 1992. Dentro deste período ela demonstrou como a visão do atraso brasileiro construída por Cardoso estava subsumida à dimensão institucional. Para caracterizar esta visão do autor Sobrinho utilizou o conceito de “politicismo” proposto por José Chasin. Tal apontamento feito por Sobrinho poderia fazer com que nossa demarcação desta visão do atraso

fortalecimento como Estado de direito através de um controle responsável, aliado à “liberdade de associação, de expressão e de reivindicação e pelo respeito à dignidade física e moral da pessoa”(Cardoso,1975:237) seriam ações fundamentais em torno da democratização. Cardoso argumenta que a democracia invocada por ele não se referia apenas a reabertura do jogo partidário, mas sim a criação de um clima de liberdade e respeito que pudesse permitir de forma efetiva a reativação da sociedade civil:

Não para ‘pedir’ democracia, no sentido de reabertura do jogo de partidos controlados pelo Estado e pelas classes dominantes, mas para criar um clima de liberdade e respeito que permita a reativação da sociedade civil, fazendo com que as associações profissionais, sindicatos, as igrejas, os grêmios estudantis, os círculos de estudos e debates, os movimentos sociais, em suma, exponham de público seus problemas, proponham soluções, entrem em conflitos construtivos para o país (Cardoso, 1975:238).

Esta democratização inclui um reequilíbrio de poderes entre Estado, movimentos da sociedade civil e partidos (Cardoso, 1984b, p.56). Nesse sentido, Cardoso (1975) afirma: “Em poucas palavras: é preciso ir tecendo os fios da sociedade civil de tal forma que ela possa expressar-se na ordem política e possa contrabalançar o Estado, tornando-se parte da realidade política da nação”(p.239). Neste sentido, a liberdade pedida por Cardoso não se referia à proposição de uma organização política pautada na livre iniciativa, ou seja, sem a intervenção do Estado como fica patente na proposição de Schwartzman sobre a sãopaulização do Brasil pautada na livre iniciativa e na liberdade contra a ação deletéria do Estado. O processo de democratização com a reativação da sociedade civil seria responsável por fazer com que as associações profissionais, os sindicatos, as igrejas, os grêmios estudantis pudessem propor soluções,

brasileiro feita por Cardoso neste período de sua produção intelectual não trouxesse nada novo em relação à análise de Sobrinho. Longe de simplesmente reiterarmos a análise de Sobrinho sobre o pensamento de Cardoso temos como objetivo construir uma interpretação alternativa ao diagnóstico de Cardoso durante os anos 1970 com elementos contidos na própria obra do autor, especificamente sobre as relações raciais no sul do Brasil. Desta forma podemos demonstrar as flagrantes limitações da proposta de democratização de Cardoso, bem como da interpretação alternativa proposta por Sobrinho, a qual é consentânea com as interpretações dependentistas de autores como Ruy Mauro Marini. Como vimos, a interpretação proposta por Sobrinho foge da determinação sistêmica do Estado, mas acaba caindo na determinação sistêmica do mercado, fazendo com que sua caracterização dos dilemas brasileiros seja tão limitada como a feita por Cardoso.

entrando em conflitos produtivos para o país¹¹⁶ (Cardoso, 1984b). Como vimos acima, era necessário ir reconstituindo a sociedade civil para que ela pudesse se expressar na ordem política e também para contrabalançar o Estado, responsável pelo *atraso* brasileiro. Através desta reconstrução da sociedade civil seria possível fazer com que ela tivesse uma ação política efetiva no país. Tal ação seria primordial porque o Estado teria sempre sido regido em favor de interesses privados, sobretudo durante o regime militar quando havia sido plenamente privatizado. Portanto, apenas reativando a sociedade civil e derruindo o patrimonialismo enraizado no seio do Estado através de um reordenamento institucional é que conseguiríamos instituir uma ordem plural e democrática na qual os interesses existentes na sociedade pudessem ser livres e efetivamente representados. Ou seja, através do processo de democratização proposto por Cardoso conseguiríamos instituir uma democracia substantiva no Brasil, vencendo desta forma o *atraso* brasileiro.

7.3 Considerações preliminares

Vimos em detalhe nesta segunda parte desta dissertação o pensamento de Cardoso dividido em seus três momentos específicos. Esta análise foi possível através da utilização do contextualismo lingüístico de Quentin Skinner. Através desta divisão conseguimos analisar cuidadosamente os pontos mais importantes trabalhados por Cardoso nestes três momentos, bem como suas modificações mais importantes. Como já havíamos referenciado algumas vezes durante este capítulo a produção intelectual de Cardoso sobre as relações raciais no sul do Brasil nos mostrou elementos fundamentais sobre a ubíqua formação da sociedade de classes no país. Suas análises no sul do Brasil demonstraram como o padrão de escravidão levado a cabo em locais onde a mão de obra escrava foi densamente utilizada como São Paulo foi o mesmo existente no sul do país como foi o caso de Santa Catarina, onde a escravidão negra foi muito reduzida. Ou

116Como temos demonstrado neste capítulo Cardoso tem como ponto fundamental do *atraso* brasileiro o âmbito institucional, precisamente na forma privatista com a qual o Estado teria sido sempre conduzido no Brasil. Em virtude disso, ele acreditava que no texto publicado na metade da década de 1970 que o simples florescimento de movimentos sociais em um espaço de dez anos poderia representar efetivamente os interesses nacionais: “Será preciso uma década de movimentos sociais mais ou menos espontâneos, onde todos os pontos de vista possam florescer, para que se vão decantando as linhas das várias tendências que deverão, no futuro, expressar a vontade nacional” (Cardoso, 1975:238-39). Como demonstraremos com elementos contidos na própria interpretação de Cardoso esse postulado possuía um misto de voluntarismo e de visão inocente sobre a constituição da sociedade de classes no Brasil e de seus dilemas mais importantes.

seja, as pesquisas de Cardoso sobre as relações raciais no sul do Brasil demonstraram como havia um padrão de relações raciais existente em todo país. Isto porque o mesmo padrão de desestruturação psicossocial do negro demarcado por Florestan Fernandes em São Paulo também ocorreu no caso no sul do país.

Cardoso demonstrou como houve um processo de socialização patológica instituído durante o período escravocrata que foi responsável maior pela desestruturação psicossocial do negro na nascente sociedade de classes. Além do padrão patológico de socialização havia em concomitância um padrão moral instituído na nova sociedade que não reconhecia um grande contingente humano advindo do mundo rural como cidadãos efetivos. A partir do diálogo que travamos com a teoria de Jessé Souza vimos que o grande contingente humano que sofrera o ubíquo processo de socialização patológica produziu e reproduziu um *habitus* precário, o qual foi o responsável último pela exclusão deste contingente na nova sociedade formalmente democrática. A reprodução de um *habitus* precário foi responsável pela formação de uma *ralé* estrutural. Como estas pessoas continuaram a ser deixadas de lado na nova sociedade este processo de reprodução de um *habitus* precário deu-se com toda força, fazendo com que um grande contingente humano ficasse plenamente excluído de um reconhecimento efetivo do seu estatuto de cidadania. Nesse sentido, consideramos este ponto da argumentação de Cardoso simplesmente crucial. Além deste processo de socialização patológica, Cardoso demonstrou também que aquela sociedade exportou para a sociedade de classes uma ordem patrimonial. Esta, a partir daquele momento, se tornaria o alfa e ômega do *atraso* brasileiro para o autor. Mesmo se referenciando ao processo de desestruturação psicossocial do negro e da não incorporação deste na nova sociedade, o que o fazia ser um *subcidadão*, Cardoso focou-se na importância do patrimonialismo.

Cardoso parecia acreditar que este contingente humano excluído iria ser incluído na sociedade de classes. Mas o próprio autor havia precisamente demonstrado durante a metade da década de 1950 em Santa Catarina que houve a permanência das relações com o grupo advindo do mundo escravocrata 67 anos depois da queda do regime escravocrata. Nesse sentido, acreditamos que a obra de Cardoso sobre as relações raciais no sul do Brasil nos fornece as ferramentas precisas para demonstrar como houve um padrão efetivo de *subcidadania* construído no Brasil desde o período escravocrata, instituído por critérios impessoais que demonstram que explicar a exclusão social por critérios pessoais e intencionais como o patrimonialismo mais confundem do que

explicam com precisão as relações de classe, ou seja, os seus conflitos mais importantes, e a conseqüente exclusão social no Brasil.

Todavia, esse *insight* é deixado de lado por Cardoso em suas obras subseqüentes produzidas durante os anos 1960 que terão como temas mais importantes o desenvolvimento e a dependência. A partir da obra sobre o empresariado brasileiro Cardoso identifica o surgimento da sociedade de massas no Brasil. Se ele demonstrou a existência de um padrão impessoal de exclusão social existente na nova sociedade de classes, o qual fazia com que sua análise fosse bastante complexa e abrangente, agora as massas populares são analisadas de forma indiferenciada como se não tivesse havido qualquer tipo de problema mais importante em seu processo formativo. Na verdade havia sim. E este problema, demonstrando um expressivo empobrecimento de sua interpretação, será o patrimonialismo advindo do mundo rural. Este será responsável por fazer a burguesia ter uma socialização patológica que a impedirá instituir posturas modernas e ter uma consciência de classe que a fizesse engendrar o papel empreendedor que era propagado para ela pelo PCB e por intelectuais do ISEB. Ou seja, a partir deste momento Cardoso inicia uma visão homogeneizadora e empobrecedora sobre a sociedade de massas no Brasil. Além disso, o patrimonialismo torna-se a variável fundamental para explicar nossos conflitos sociais mais importantes.

Esta caracterização homogeneizadora e empobrecedora sobre a sociedade de massas no Brasil é agudizada com a teoria da dependência. Esta analisa a formação da sociedade brasileira através do método histórico-estrutural, o qual não deixa possibilidade de entendimento das relações profundas entre as classes sociais analisadas por Cardoso em sua teoria. Ou seja, sua perspectiva metodológica ajudava a simplificar ainda mais a complexidade fundamental visualidade pelo próprio Cardoso sobre as relações na sociedade de massas brasileira durante suas pesquisas sobre as relações raciais.

Durante os anos 1970 Cardoso não apenas se concentra nos debates sobre o desenvolvimento dependente brasileiro, mas constrói uma teoria sobre o autoritarismo então vigente. Neste momento, Cardoso afirma que os dois fatores cruciais a caracterizar a realidade brasileira eram a condição estrutural de dependência e o patrimonialismo, o qual deixava de ser advindo do mundo rural e era agora fruto da herança ibérica. Nesse sentido, o grande fator de exclusão da sociedade brasileira passava a ser o patrimonialismo ibérico, visto que este teria sido exportado para o Brasil

juntamente com uma estrutura burocrática responsável por reger o Estado de acordo com interesses puramente privados. Esse controle do Estado que teria sempre sido feito de maneira privada é que se torna o fator único do *atraso* brasileiro. Ora, esta tese é central para os outros dois autores analisados nesta dissertação: Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Assim como os autores, Cardoso advoga que herdamos o patrimonialismo de Portugal. Com isso teríamos uma tradição burocrática e patrimonialista, o liberalismo teria sempre sido algo de fachada e que a resolução dos problemas institucionais seria responsável por criar uma democracia efetiva no Brasil. Ou seja, a resolução dos dilemas institucionais seria uma pré-condição necessária para que os problemas sociais fossem enfrentados. É nesse sentido que defendemos a tese de que existem *afinidades eletivas* entre a produção de Cardoso durante os anos 1970 e as obras de Faoro e Schwartzman, os dois maiores intérpretes liberais brasileiros pós Tavares Bastos. Apesar de não propor que a sociedade fosse organizada pelo mercado naquele momento de sua produção como é o caso de Faoro¹¹⁷ e Simon Schwartzman, Cardoso se assemelha aos autores na forma de pensar os problemas brasileiros. É nesse sentido que a tese de Gildo Marçal Brandão sobre as linhagens intelectuais existentes no pensamento político brasileiro ocupa uma posição nodal. Ela nos possibilita aproximar autores que, *a priori*, estariam completamente distantes. Todavia, estariam surpreendentemente próximos na forma de pensar o Brasil como é o caso de Cardoso dos anos 1970 em relação a Faoro e a Schwartzman. É a partir das *afinidades eletivas* entre os autores é que podemos demonstrar de forma precisa as vinculações entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado levado a cabo pelo governo FHC com o intuito de vencer o *atraso* brasileiro.

Como vimos durante este capítulo Cardoso modifica sua visão sobre o patrimonialismo brasileiro. Ao buscar as bases do nosso autoritarismo, o autor advoga que o patrimonialismo ibérico torna-se o grande fator de *atraso* da sociedade brasileira. Teríamos neste momento uma sociedade vitimizada pela ação dos grupos que controlam privativamente o Estado. Esta visão, apesar das diferenças importantes entre elas, também existe nas obras de Schwartzman e Faoro. Nesse sentido, reativando a sociedade civil e construindo uma ação antiburocrática efetiva conseguiríamos efetuar um processo de democratização que seria capaz de gerar uma democracia substantiva no

117Vimos que no caso de Faoro não há um lado normativo, mas caso não tivéssemos o peso deletério do patrimonialismo estamental através do domínio pleno de uma economia de mercado teríamos democracia efetiva no Brasil.

Brasil, uma vez que a sociedade civil possuiria um caráter democrático. Ora, a primeira parte da obra de Cardoso demonstrou que houve um padrão ubíquo na formação da sociedade de classes no Brasil. Ou seja, muito além de haver um pretense caráter democrático na sociedade civil havia uma sociedade organizada de maneira hierarquizada e autoritária. Este autoritarismo, todavia, não se dava por critérios pessoais, mas sim impessoais. Isto fazia com que a reprodução de nossa ubíqua sociedade de classes fosse feita de forma implícita e naturalizada, que era reforçada por interpretações como as de Faoro, Schwartzman e do próprio Cardoso neste momento de sua produção intelectual. Ao focarem o Estado como o grande problema brasileiro estes autores corroboraram com suas teorias os preconceitos do senso comum em relação aos dilemas sociais brasileiros mais importantes, pois estes eram vistos como resultantes da ação intencional dos grupos que controlavam o Estado.

Ao analisar o Estado burocrático-autoritário durante os anos 1970 Cardoso teve reforçada a idéia de que o *atraso* brasileiro era resultante da condução privativa do Estado, pois este era controlado por interesses específicos que excluía as massas populares. Neste sentido, a reforma do Estado e a democratização seriam capazes de produzir uma democracia substantiva no Brasil. Isto, na verdade, não poderia ser mais enganoso. Primeiro porque o Estado não possuiu no Brasil uma ação deletéria desde a sua formação como advogam os autores analisados nesta dissertação. Somado a isso, o grande fator de atraso da sociedade brasileira está precisamente relacionado à formação de uma *ralé* estrutural que não tinha seu estatuto de cidadania efetivamente reconhecido, o que fazia com que o grande contingente advindo dela fosse de fato reconhecido como *subcidadão*. Nesse sentido, a proposta de Cardoso conseguiria, no máximo, instituir uma ordem formalmente democrática, pois apenas seria tocado o atraso brasileiro superficial, na medida em que existiu, de fato, uma organização privatista do Estado durante o regime autoritário. Neste sentido, era necessário um reordenamento institucional. O diagnóstico feito por Cardoso durante este período fez com que a gramática profunda dos conflitos sociais brasileiros e de seu conseqüente atraso não fosse enfrentada. Desta forma, não criticamos a interpretação de Cardoso como fazem seus intérpretes marxistas Cotrin e Sobrinho, os quais defendem que o *atraso* brasileiro é advindo do mercado. Assim como Cardoso eles constroem uma visão homogeneizadora das classes populares no Brasil.

A partir da primeira parte da obra de Cardoso demonstramos que o grande fator de atraso brasileiro é impessoal e não econômico responsável por criar uma *ralé* estrutural na sociedade de classes brasileira. Esta não tem a ver com qualquer tipo de gestão privatista da coisa pública no Brasil, a qual foi caracterizada pelos autores como patrimonialismo. Esta, na verdade, tornou-se uma verdadeira maldição no Brasil utilizada como variável independente responsável por explicar todo e qualquer conflito social brasileiro. Ao invés de proporcionar possibilidades efetivas de compreensão e resolução do atraso brasileiro esta tese defendida pelos autores analisados nesta dissertação mais confunde do que nos ajuda a compreender o efetivo atraso brasileiro. Neste sentido, propomos a dicotomia *Cardoso-contra-Cardoso* na medida em que a primeira parte da produção intelectual do autor demonstrou sobejamente os elementos que nos ajudam a demonstrar como o diagnóstico e a proposição normativa levada a cabo pelo próprio Cardoso durante os anos 1970 têm a função efetiva de encobrir e naturalizar o efetivo atraso brasileiro.

Considerações finais

Ao longo desta dissertação analisamos como a tese do patrimonialismo tornou-se projeto político em torno da reforma do Estado no Brasil nos anos 1990. Através desta vinculação precisa entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado conseguimos demonstrar como esta variável possui caráter tão importante quanto as tradicionais explicações conjunturais. Estas focam como fatores determinantes para a reforma do Estado a crise do Estado nacional-desenvolvimentista,

o qual havia entrado em uma profunda crise fiscal nos anos 1980 que expôs as contradições centrais existentes no Estado-desenvolvimentista criado em 1930. Além desta explicação focada no âmbito interno também tínhamos explicação focada no processo de globalização que se tornava hegemônico após a queda do socialismo real. Aliado ao processo de globalização tínhamos também a vigência na América Latina de uma cartilha neoliberal instituída naquilo que ficou conhecido como “Consenso de Washington”. Estas explicações conjunturais certamente possuem uma importância efetiva. Todavia, ao serem elevadas ao patamar de última instância acabam criando explicações deterministas e, muitas vezes, reducionistas do que foi o projeto de reforma do Estado no Brasil.

A tese defendida por Luiz Werneck Vianna sobre a vinculação entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado nos anos 1990 no Brasil nos trouxe a possibilidade de termos mais uma variável de caráter basilar para este processo. Esta tese nos ajuda a demonstrar como o projeto de reforma do Estado tem a ver com uma forma específica de interpretar o Brasil e, especialmente, a ação do Estado. A tese de Werneck Vianna, todavia, é imprecisa. Isto porque dá às interpretações de Simon Schwartzman e, sobretudo, de Raymundo Faoro o caráter de idéias-força do projeto de reforma do Estado no Brasil. Como pudemos ver no decorrer desta dissertação a interpretação do Brasil que foi suporte intelectual para o projeto de reforma do Estado foi àquela produzida por Fernando Henrique Cardoso. Além disso, a interpretação de Werneck Vianna também se equivoca ao dizer que existe um lado normativo a favor da reforma do Estado no pensamento de Raymundo Faoro. Por isso, procuramos conceder à tese de Werneck Vianna um caráter de precisão ao demonstrar as impossibilidades políticas e intelectuais de Faoro se colocar a favor da reforma do Estado no Brasil. Além disso, demonstramos como a interpretação do Brasil feita por Fernando Henrique Cardoso durante os anos 1970 foi fundamental para a reforma do Estado no Brasil. Nesse sentido, advogamos que Cardoso possui uma posição de protagonismo na tradição weberiana de interpretação do Brasil junto com Raymundo Faoro.

Além de demonstramos a vinculação precisa entre a tese do patrimonialismo e o projeto político de reforma do Estado no Brasil evidenciamos também as fragilidades teóricas existentes nesta interpretação do Brasil que ainda persiste como hegemônica na academia brasileira e também na opinião pública. Para a realização destes dos grandes objetivos algumas ações foram tomadas. A primeira delas foi a proposição de uma

releitura das obras de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Fernando Henrique Cardoso a partir do diálogo com algumas proposições teóricas e metodológicas que consideramos cruciais. Neste caso específico as proposições teóricas de Anthony Giddens e Gildo Marçal Brandão e a metodologia de Quentin Skinner. A proposição teórica de Giddens foi utilizada para reler as obras de Faoro e Schwartzman. Já as proposições de Brandão e Skinner tiveram a função de nos possibilitar uma frutífera releitura crítica da obra de Fernando Henrique Cardoso. Dividimos a dissertação em duas partes no sentido de demarcar de forma precisa nossos objetivos propostos.

Depois da demarcação teórico-metodológica utilizamos o conceito de evolucionismo teórico para reler a obra de Raymundo Faoro. Vimos como Faoro possuía uma visão evolucionista da história na medida em que o feudalismo tornava-se uma etapa necessária para a instituição da modernidade representada pelo capitalismo industrial. Ou seja, havia para o autor a constituição do feudalismo como uma etapa necessária e capital para a instituição da modernidade. Este ponto, trabalhado pelo autor no início de *Os Donos do Poder*, tem um peso simplesmente essencial para a sua interpretação do Brasil e para um entendimento preciso de sua obra. Todavia, este ponto foi simplesmente negligenciado pelos seus melhores intérpretes como um ponto sem maior significância. Ao contrário de ser um ponto insignificante, a vinculação do feudalismo como uma etapa necessária para a instituição da modernidade fez com que o autor interpretasse a realidade brasileira como plenamente atrasada. Devido a não ter passado pela etapa do feudalismo Portugal e o Brasil teriam passado ao largo da modernidade, tendo o *atraso* como algo absolutizado. Este *atraso* absolutizado fez com que o liberalismo instituído aqui fosse algo de fachada e que tivéssemos como marca fundamental a modernização, a qual estava completamente apartada da modernidade. Isto porque a modernidade apenas poderia surgir após o pontapé inicial representado pela passagem necessária pelo feudalismo através da “lei natural do desenvolvimento”. Esta seria pautada por ações advindas da sociedade civil, ou melhor, das forças do mercado. O Brasil, por sua vez, teve essa possibilidade com São Paulo durante a Primeira República. Todavia, com a instauração da Revolução de 1930 essa possibilidade foi completamente extirpada da realidade brasileira para Faoro. Após essa tentativa frustrada o Brasil teve como marca fundamental a modernização que possuía um caráter superficial, de fachada, sem possibilidade de encontrar os rumos da “Lei natural do desenvolvimento” e a conseqüente modernidade. Isto fez com que o Brasil

criasse uma realidade patológica em relação aos países modernos como os Estados Unidos. Enquanto esses encontraram a modernidade devido à passagem pelo feudalismo ou pela herança de sociedades que passaram por essa etapa, o Brasil teve durante a sua história a modernização como característica mais importante. Esta foi responsável por perpetuar o domínio político excludente e também de um capitalismo patológico e irracional, caracterizado por Faoro como politicamente orientado. Ou seja, para ser legítimo teria de vir da sociedade a partir das forças de mercado. Desta forma poderíamos ter um desenvolvimento constituído de forma efetiva. Ora, a única possibilidade que o Brasil teve de passar por um desenvolvimento efetivo, para Faoro, foi tentado por São Paulo durante a República Velha. Este, como dissemos, foi efetivamente encerrado com a Revolução de 1930. Em virtude disso, houve a domínio do patológico capitalismo politicamente orientado, do estamento burocrático, da modernização e, conseqüentemente, da absolutização do *atraso* no Brasil.

Esta releitura feita da obra de Raymundo Faoro possui um caráter de complementaridade em relação à tese defendida por Bernardo Ricupero e Gabriela Nunes Ferreira. Os autores fizeram uma interessante comparação entre as visões do Estado e da nação construídas por Faoro e Oliveira Vianna. Através desta ação eles demonstraram que Faoro construiu uma visão desesperançada da nação, não vendo possibilidades nesta de romper com o domínio do patrimonialismo. Neste sentido eles se colocaram contra a interpretação da obra de Faoro efetuada por Luiz Werneck Vianna, o qual construiu a interpretação mais influente de Faoro existente na academia brasileira. Para Werneck Vianna, além do diagnóstico sobre o domínio do estamento burocrático exercido no Estado e a nação em toda a história brasileira a tese de Faoro ainda possuiria implicitamente um lado normativo a favor da reforma do Estado. Certamente tal proposição é, em princípio, bastante convincente. Todavia ela é equivocada. Isto porque o evolucionismo teórico que estrutura a interpretação de Faoro sobre o Brasil faz com que ele veja como caminho para o desenvolvimento a ação constituída de forma natural, ou seja, a partir das forças de mercado. Nesse sentido qualquer ação estatal como a reforma do Estado seria caracterizada por Faoro como ação patrimonialista do estamento burocrático. Em virtude disso não há possibilidade de ruptura através da reforma do Estado. Ao contrário de haver a ruptura com o patrimonialismo haveria a sua continuidade devido à ação do sempre revigorado estamento burocrático. Nossa interpretação complementa a interpretação de Ricupero e

Ferreira, pois conseguimos demonstrar como a interpretação de Faoro não postulava a reforma do Estado como forma de romper com o domínio patrimonialista como afirma a interpretação mais influente de Faoro no Brasil construída por Luiz Werneck Vianna. Ao contrário da influente tese de Werneck Vianna a interpretação de Faoro produziu uma visão do Brasil como um “circuito fechado” para a modernidade e a democracia.

Através de nossa releitura da obra de Faoro sobre o Brasil conseguimos demonstrar de maneira como os pressupostos teóricos que estruturam a interpretação do autor são extremamente frágeis. A demonstração destas fragilidades contidas na obra do intérprete liberal mais importante da história brasileira, como bem afirmou Gildo Marçal Brandão, nos ajuda a demonstrar que a sua interpretação do Brasil corrobora os preconceitos existentes no senso comum. Desta forma, nossa ubíqua sociedade e seus conseqüentes conflitos mais importantes são naturalizados por uma interpretação uniformizadora e insuficiente engendrada pela obra de Faoro como já havia sido demonstrado por outros autores como o próprio Luiz Werneck Vianna.

O mesmo procedimento crítico que tomamos em nossa releitura da obra de Faoro também tivemos em relação a Simon Schwartzman. A obra de Schwartzman para ter um bom aproveitamento crítico precisa ser analisada a partir de Bases do Autoritarismo Brasileiro. A sua obra inicial – São Paulo e o Estado Nacional – estava muito próxima à obra de Faoro. Esta aproximação fez com que o autor construísse uma interpretação muito próxima da obra de Faoro referente ao domínio absoluto do atraso no Brasil devido à derrota do modelo representativo, pautado na livre iniciativa e na liberdade, supostamente existente em São Paulo. Schwartzman, todavia, ao tomar conhecimento das obras de José Murilo de Carvalho e Antonio Paim reviu suas posições mais importantes. Desta forma, o caráter do *atraso* absolutizado existente em São Paulo e o Estado Nacional foi relativizado com a publicação de Bases do Autoritarismo Brasileiro. Em virtude disso, nós demonstramos como análises pautadas apenas em São Paulo e o Estado Nacional, como fez Jessé Souza, apenas ajudam a construir leituras críticas de caráter insuficiente sobre a obra de Simon Schwartzman. Em Bases do Autoritarismo Brasileiro Schwartzman constrói o conceito de neopatrimonialismo para fugir do radicalismo da proposição de Faoro. Através deste conceito, que demonstraria de maneira substantiva que houve um processo de modernização efetivo capitaneado pelo Estado patrimonialista, o autor daria à sua interpretação um caráter legítimo. Em princípio a teoria de Schwartzman é bastante convincente. Todavia, a utilização da idéia

de evolucionismo teórico trabalhada por Anthony Giddens nos ajudou a demonstrar as fragilidades de sua proposição teórica que o fez, apesar da sua tentativa teórica, continuar bem próximo de Raymundo Faoro. Assim como fez Raymundo Faoro, Simon Schwartzman via no feudalismo o caminho necessário para a constituição da modernidade baseada na constituição de uma sociedade autônoma, contratual, com plena vigência da economia de mercado. Esta seria a modernidade legítima. Ao contrário de Faoro, todavia, ele não via para os países que não tiveram a experiência feudal a dominação pré-moderna. Estes, cujo passado fora marcado pelo patrimonialismo, teriam como formatação moderna patrimonialismo moderno ou, precisamente, o neopatrimonialismo. Isto faria com que estes países constituíssem uma modernidade patológica. Para Schwartzman existem etapas necessárias para a mudança social rumo à modernidade como ficou patente nas relações criadas pelo autor entre feudalismo e capitalismo e patrimonialismo e neopatrimonialismo. O que seria uma visão inovadora e teoricamente bastante consistente constitui-se, na verdade, como um elemento teórico bastante frágil o qual, assim como a teoria de Faoro, nos ajuda mais a confundir do que explicar a ação do Estado, a modernidade brasileira e os nossos conflitos de classes mais importantes. Sua legitimidade para nós apenas se mantém devido à força que esta proposição possui no sentido de corroborar os preconceitos de senso comum, os quais são demonstrados todos os dias através dos meios de comunicação de massa. Ou seja, o Estado corrupto e responsável único pelo *atraso* brasileiro tem a capacidade de ações modernizadoras, mas sua lógica é sempre privatista e responsável por mazelas como a desigualdade social e do conseqüente déficit democrático entre nós. Para deter tal ação deletéria a constituição de uma sociedade “livre”, baseada na livre iniciativa e na liberdade, seria o caminho fundamental para vencer as mazelas concentradas no âmbito estatal. Tal fato ficou bastante explícito na proposição de Schwartzman ao defender que o “esquecimento” de São Paulo pelo Estado neopatrimonial foi responsável por fazer com que o Estado se desenvolvesse de forma efetiva, criasse uma sociedade autônoma e ativa, bem como instituisse um modelo de representação política contra a cooptação política que vigia no restante do país. Ou seja, apenas a expansão deste modelo para o restante do país poderia fazer com que pudéssemos superar o *atraso*. Mesmo com a relativização do atraso através do conceito de neopatrimonialismo, a interpretação de Schwartzman procura demonstrar como o Estado constitui-se, assim como para Faoro, como o grande problema brasileiro. Neste sentido, a ação da sociedade vitimizada, confundida com o mercado, poderia

trazer uma ordem benfazeja ao país como teria sido o exemplo de São Paulo. Nesse sentido, nossa interpretação da obra de Schwartzman a partir dos seus pressupostos teóricos mais importantes nos ajuda a demonstrar o caráter encobridor dos nossos dilemas sociais mais importantes.

Após retermos as obras de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, partimos para a segunda parte da dissertação de mestrado. Nesta parte propomos uma releitura da obra de Fernando Henrique Cardoso através da utilização do contextualismo lingüístico de Quentin Skinner. Ao invés de nos concentrarmos apenas nos textos produzidos por Cardoso nos focamos nos seus respectivos contextos lingüísticos e intelectuais. Desta forma conseguimos dividir o pensamento de Cardoso em três momentos específicos, de forma a construir uma visão mais abrangente do que fizeram os intérpretes marxistas Ivan Cotrin e Maria Juvêncio Sobrinho. Mesmo pautados em uma metodologia que consideramos pouco produtiva Cotrin e, sobretudo, Sobrinho nos demonstram alguns pontos centrais para nossa releitura da obra de Cardoso. Mesmo com a demarcação de alguns postulados capitais as obras de Cotrin e Sobrinho possuem uma construção teórica alternativa que tem como função, assim como a última parte da obra de Cardoso, encobrir os elementos fundamentais do atraso brasileiro e dos conseqüentes dilemas referentes à constituição de uma democracia plena no Brasil. Partindo do contextualismo lingüístico de Skinner conseguimos, como dissemos acima, demarcar três momentos específicos da produção intelectual de Cardoso: estes eram referentes ao estudo sobre as relações raciais; ao desenvolvimento e a dependência; e ao desenvolvimento dependente e à teoria do autoritarismo. A partir desta divisão conseguimos visualizar de forma precisa como Cardoso produz em suas obras sobre as relações raciais interpretações cruciais para entendermos precisamente a formação da sociedade de classes no Brasil, seus conflitos mais importantes e, conseqüentemente, os dilemas referentes à constituição de uma democracia substantiva tão ao gosto do autor.

Estes pontos capitais referentes ao ubíquo processo de socialização pelo qual um grande contingente humano sofreu desde o regime escravocrata, responsável maior pela sua exclusão na nova sociedade, são substituídos pela caracterização do patrimonialismo de origem agrária em seus estudos sobre o desenvolvimento e a dependência durante a década de 1960. A partir da criação do CESIT por Florestan Fernandes, Cardoso teve como temática fundamental o desenvolvimento. A partir de então autor procurou intervir nos debates intelectuais engendrados no Brasil sobre o

desenvolvimento através dos questionamentos das teses do PCB e do ISEB. Durante este período o grande fator de *atraso* brasileiro, como já dissemos, foi o patrimonialismo agrário. Este fora responsável pela socialização patológica pela qual passou a burguesia brasileira advinda do mundo rural. Após esta intervenção sobre o desenvolvimento brasileiro Cardoso produz juntamente com Enzo Falleto a teoria da dependência. Esta teoria demonstraria como havia uma dependência estrutural na periferia em relação ao capitalismo existente nos países centrais. Além deste ponto o método histórico-estrutural utilizado por Cardoso em sua teoria da dependência fez com que sua visão da sociedade de classes no Brasil, a qual já se mostrava limitada em suas proposições feitas durante sua obra no âmbito do CESIT, tornasse ainda mais uniformizadora e encobridora das ubíquas relações de classe que eram constituídas, fundamentalmente, por critérios impessoais e não pelo domínio privatista dos grupos que capitanearam o desenvolvimento no Brasil desde a formação do Estado Imperial. Um ponto importante a ser notado é que considerar a dependência como uma variável independente no pensamento de Cardoso funciona apenas para corroborar uma interpretação equivocada do pensamento do autor e de seu projeto político que é amplamente difundida na academia e no senso comum brasileiros.

Na década de 1970 as preocupações de Cardoso não serão apenas dispensadas à caracterização e análise do modelo de desenvolvimento dependente instaurado pelos militares a partir de 1964. Além deste ponto de grande importância, o qual o fez travar no final da década de 1970 debates importantes com outros dependentistas como Ruy Mauro Marini, Cardoso também construiu a teoria do autoritarismo. Como muito bem pontuou Milton Lahuerta, Cardoso construiu a interpretação mais influente acabada do autoritarismo no Brasil durante a década de 1970. Todavia, as interpretações que são consideradas cruciais estão radicadas em Faoro e Schwartzman. Cardoso, como vimos no capítulo IV desta dissertação, tem hegemonicamente na academia brasileira a dependência como sua característica única. Ao contrário desta assertiva *a priori* bastante convincente, a construção da teoria do autoritarismo fez com que Cardoso se debruçasse sobre a natureza do Estado instituído no Brasil. A partir deste momento Cardoso constitui uma inflexão fundamental em seu pensamento: o patrimonialismo brasileiro que era resultante do mundo agrário passa a ser resultante da herança do patrimonialismo ibérico que teríamos supostamente herdado de Portugal. Além disso, o autor argumenta que o liberalismo no Brasil era algo de fachada, que os militares seriam

um estamento burocrático, que teríamos como característica central uma tradição burocrática e patrimonialista e que, fundamentalmente, os dilemas referentes à constituição de uma democracia substantiva no Brasil estavam circunscritos à dimensão institucional. A partir da década de 1970 autoritarismo, sociedade civil e democracia tornaram-se léxicos lingüísticos fundamentais para a intelectualidade brasileira. Ao se debruçar sobre as bases do autoritarismo brasileiro Cardoso afirmou que a condição de dependência estrutural do capitalismo brasileiro e o patrimonialismo ibérico seriam as duas características essenciais da realidade brasileira.

A ênfase na condição de dependência estrutural do capitalismo brasileiro e na tradição patrimonialista ibérica demonstra como a obra de Cardoso sofreu durante aquela década uma inflexão fundamental ao universo institucional, aprofundando o caráter empobrecedor sobre a sociedade de classes brasileira iniciada em sua pesquisa sobre o empresariado brasileiro. O jovem Cardoso das pesquisas sobre as relações raciais demonstrou como existia um ubíquo processo de socialização responsável por gerar a desestruturação psicossocial de um grande contingente humano na nova sociedade, o qual foi corroborado por um elemento moral responsável pela exclusão deste grande contingente humano do estatuto efetivo de cidadania. Mas a partir de suas obras sobre o desenvolvimento esse dado fundamental é substituído pela sociedade de massas apenas contrabalançada pelos grupos que dominavam através do controle do aparelho estatal. Durante os anos 1970, como dissemos, Cardoso se debruça sobre a natureza do Estado instituído no Brasil. Neste momento o autor afirma que o grande problema brasileiro estaria radicado no patrimonialismo ibérico, o que fez com que o Estado fosse sempre regido pelos interesses privados, além de instituir uma forma de participação fortemente ligada ao Estado, a qual ajudava a manter o processo de exclusão social. Ou seja, o grande fator de exclusão estaria na condução privatista do Estado através da reprodução da cultura patrimonialista supostamente herdada de Portugal.

A partir das teses construídas por Cardoso na década de 1970 propomos a tese de que existem *afinidades eletivas* entre a produção de Cardoso levada a cabo neste momento e as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, as duas interpretações liberais mais importantes do Brasil republicano. Tal tese, em virtude da interpretação hegemônica do pensamento de Cardoso existente na academia brasileira, pareceria um “absurdo sociológico”. Como vimos na tese de Luiz Werneck Vianna tal

aproximação entre Cardoso, Faoro e Schwartzman deu-se quando este produziu no âmbito do PSDB o projeto de ruptura com a tradição ibérica. As obras de Schwartzman e, sobretudo, de Faoro teriam funcionado como idéias-força para o político FHC engendrar o seu projeto. Esta tese, hegemônica na academia brasileira, também é bastante convincente na primeira análise. Todavia, apenas corrobora os equívocos existentes sobre a vinculação precisa entre a tese do patrimonialismo e o projeto político de reforma do Estado levado a cabo nos anos 1990. Ou seja, apesar de defender uma tese que consideramos crucial Werneck Vianna acaba proporcionando uma interpretação que apenas simplifica a vinculação entre produção intelectual e prática política no Brasil durante os anos 1990.

Nossa análise detida da obra de Cardoso em seus três momentos fundamentais nos proporcionou defender a tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a interpretação do autor nos anos 1970 e as obras de Faoro e Schwartzman. Através disso conseguimos elementos cruciais para aproximar autores que estariam ideologicamente distantes, mas próximos na forma de pensar os dilemas do país. Tal aproximação que, repetimos, seria *a priori* um “absurdo sociológico” foi possível devido à seminal tese de Gildo Marçal Brandão. A tese de Gildo sobre as famílias intelectuais existentes no Brasil nos forneceu a possibilidade de retrabalharmos os nossos intérpretes mais importantes de uma forma criativa e produtiva. Através dela mostramos como Cardoso não está tão distante de Faoro e Schwartzman como é normalmente interpretado na academia brasileira. Além deste ponto conseguimos mostrar como a tese de Werneck Vianna, apesar da imprecisão que a constitui, possui um caráter essencial. Através da vinculação da tese do patrimonialismo com o projeto político nos anos 1990 ganhamos uma variável produtiva para construirmos uma visão ampla do projeto de reforma do Estado no Brasil, podendo fugir de determinações meramente conjunturais como estamos normalmente acostumados a nos confrontar.

Fizemos nesta última parte da obra de Cardoso uma confrontação entre sua produção seminal sobre as relações raciais no sul do Brasil e sua produção intelectual sobre o autoritarismo brasileiro. Desta forma demonstramos como a proposição de Cardoso em torno da democratização apenas corroborava uma visão uniformizadora e reducionista das relações de classe no Brasil. Sua produção intelectual sobre as relações raciais demonstrou como a sociedade civil nasce hierarquizada. Esta hierarquia fora construída de forma impessoal através do processo de socialização patológica que era

corroborado pelo padrão moral de não reconhecimento daquelas que possuíam uma socialização normal e o estatuto pleno de cidadania. Este processo pode ser reproduzido à medida que essas pessoas foram completamente alijadas na nova sociedade, formando uma grande *ralé* estrutural. Portanto, apostar no pretense caráter democratizador existente na sociedade civil brasileira funcionava apenas para encobrir nossos mais profundos conflitos de classe demonstrados pelo próprio Cardoso em suas obras sobre as relações raciais no sul do Brasil. Desta forma não contrapomos a interpretação de Cardoso como fizeram seus intérpretes marxistas, os quais constituem uma visão limitada como a de Cardoso. Como as obras de Cardoso contêm elementos que consideramos fundamentais para compreender de forma precisa os dilemas referentes à constituição de uma democracia efetiva no Brasil propusemos a contraposição Cardoso contra Cardoso.

O Estado brasileiro foi efetivamente privatizado durante o regime militar. Todavia, este representava um atraso superficial. A democratização de suas estruturas não constituiria uma democracia efetiva, pois o grande nó górdio existente no Brasil continuaria naturalizado. Assim como fizemos com as interpretações de Faoro e Schwartzman demonstramos como a interpretação de Cardoso produzida nos anos 1970 apenas superficializa o atraso brasileiro, tendo o mesmo caráter reducionista e empobrecedor para a constituição de uma análise realmente ampla e profunda sobre as bases do atraso brasileiro.

A ênfase na interpretação do Brasil engendrada por Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e de Cardoso nos anos 1970 teve como efeito capital naturalizar os fatores de exclusão de 1/3 da sociedade brasileira fruto da herança escravocrata (Souza, 2009). Isto fez com que não houvesse por parte da sociedade efetivamente incorporada preocupações com a *ralé* estrutural solidificada no Brasil republicano. Isto porque cultivamos com teses como a do patrimonialismo a crença liberal de que uma sociedade competitiva, regido pela lógica do mercado poderia gerar uma sociedade democrática. Ou seja, que o desenvolvimento econômico puro e simples poderia gerar inclusão social e democratização da riqueza no país. A partir disso, a grande vítima do excludente processo de modernização brasileiro na medida em que permanece excluído, é culpabilizado pelo próprio fracasso. Desta forma, não tocamos em nossos conflitos sociais mais importantes e reproduzimos uma visão sobejamente conservadora de nossa ubíqua e complexa sociedade de classes.

Tivemos desde o período escravocrata a não homogeneização de um tipo humano único. Vimos isso de forma bastante direta no capítulo V através das pesquisas de Cardoso sobre as relações raciais no sul do Brasil. Este processo foi responsável por gerar cidadãos e *subcidadãos*. Os *subcidadãos*, que são de fato *subgente*, foram se perpetuando através de padrões materiais e morais extremamente deletérios, resultando em uma miséria existencial e moral (Souza, *idem*). Estes padrões extremamente deletérios não são percebidos de maneira direta devido a sua reprodução através de consensos inarticulados (e de teses como a do patrimonialismo), que fazem com que a perpetuação da desigualdade seja feita de forma implícita e naturalizada.

Minha tese é que existe um ‘consenso inarticulado’ que perpassa toda a sociedade brasileira que diz que é normal e natural que a nossa sociedade seja dividida em gente e subgente, e é esse consenso que permite a reprodução da maior desigualdade social do planeta dentre as sociedades complexas (Souza, 2009b: 422).

As teses de Faoro, Schwartzman e de Cardoso da década de 1970 defendem que “(...) a ‘culpa’ e a ‘responsabilidade’ são sempre do ‘Estado patrimonial’ ou de uma elite abstrata, que se aplica a todos e a ninguém, sendo, portanto, uma referência inofensiva e pseudorradical que não incomoda ninguém”(Souza,2009b:422).

Além dos mecanismos impessoais de reprodução da *ralé* estrutural tivemos uma organização fundiária no país regida desde a fundação do Estado no Brasil por uma ordem patrimonial. Esta submetia um grande contingente humano a um duro processo de dominação pessoal. Mesmo com o enfoque neste fator que também é significativo, a importância deste no Brasil moderno é bem menor em relação à perpetuação da *ralé* estrutural¹¹⁸. Além desses fatores aludidos a demonização da dimensão do público no

118 José Maurício Domingues demonstra que a partir de dados do IBGE que: “De certa forma, não é absurdo propor a tese de que o MST somente tem a força e desfruta de extrema mobilidade espacial hoje porque os trabalhadores rurais – ora sem terra – não se encontram submetidos ao arbítrio pessoal e às formas tradicionais de mandonismo dos grandes proprietários rurais”(p.) Além deste ponto Domingues afirma que: “Isso contrasta com o declínio acentuado do poder e da influência dos grandes proprietários, que empobreceram e perderam também sua força política, o que se expressa, por exemplo, em sua incapacidade de garantir políticas públicas e esquemas de financiamento favoráveis, bem como no virtual

Brasil mostra-se um elemento equivocado, uma vez que este foi responsável por trazer para o país desde o seu processo formativo ideais civilizatórios os quais, todavia, eram compromissados com a ordem patrimonialista plenamente vigente no mundo rural. Esta produção dos ideais civilizatórios de acordo com o liberalismo demonstrava de forma efetiva que o Estado instituído no Brasil não era a reiteração do Estado patrimonialista português como afirmam Faoro, Schwartzman e Cardoso como forma de legitimarem teoricamente suas interpretações. Como forma de demonstrar o equívoco da tese da herança do patrimonialismo ibérico existe a proposição do grande mestre de Cardoso, Florestan Fernandes, autor que constrói em nossa opinião a interpretação sociológica mais importante sobre o Brasil imperial:

Sob este aspecto, o elemento crucial vem a ser o padrão de civilização que se pretendeu absorver e expandir no Brasil. Esse padrão, pelo menos depois da Independência, envolve ideais bem definidos de assimilação e de aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida imperantes no chamado ‘mundo ocidental moderno’”(Fernandes,2006:33).

Como a citação acima de Florestan Fernandes parece deixar bastante claro a formação do Estado imperial no Brasil não resultou na reiteração do patrimonialismo ibérico. Muito além de ser uma simples reiteração do patrimonialismo ibérico a construção do Estado representou uma construção autônoma em relação à cultura patrimonialista ibérica com o objetivo de enquadrar o país ao desenvolvimento moderno ocidental. O grande fator impeditivo da generalização deste padrão ocidental a toda sociedade escravocrata ocorreu devido ao compromisso existente com a ordem patrimonialista herdada do sistema colonial. Este fator fez com que Florestan Fernandes caracterizasse este processo como “revolução encapuzada”. Desta forma a caracterização do Império brasileiro como reiteração do patrimonialismo ibérico serve apenas para perpetuarmos uma visão bastante complicada sobre a formação do Estado e da sociedade de classes no Brasil.

desaparecimento da União Democrática Ruralista – UDR, sem prejuízo da manutenção em larga escala da concentração fundiária no país, mas com forte inclinação outrossim favorável ao agrobusiness ‘globalizado’”(Navarro,2002b:272,Delgado,2001](p.466).

Quando a estrutura do Estado imperial é desfeita na República Velha é instituído um liberalismo oligárquico responsável por gerar um duro processo de dominação pessoal no mundo agrário derivado do seu compromisso com a ordem patrimonial. Este processo de dominação pessoal junto com o padrão de socialização patológica foram os grandes fatores de exclusão existentes na sociedade de classes nascente. A revolução de 1930, muito além de representar uma volta da cultura privatista das origens representou uma modificação importante em relação à organização político-institucional vigente durante a Primeira República:

Assim é que, com a intenção de livrar a esfera pública daquela apropriação e de exponenciar a sua capacidade de intervenção, imprimiu-se um formato orgânico-comunitarista ao Estado, deslocando-se o indivíduo, e tudo o que se referia à construção da sua identidade, do centro do sistema de ordem. A civilização procederia de uma obra estrategicamente planejada pelo Estado, cuja intenção, nos marcos do industrialismo, se aplicava à produção da riqueza material e, com ela, à ampliação da cidadania, reconhecendo-se a relevância das classes médias e dos trabalhadores urbanos (Werneck Vianna & Carvalho, 2008).

Muito além de ser a reiteração da cultura patrimonialista ibérica a ação do Estado engendrado a partir de 1930 teve o caráter civilizatório, na medida em que incorporou alguns setores que foram excluídos no regime anterior. Este, todavia, relegava à *ralé* estrutural ao limbo na medida em que, como muito bem demonstrou Wanderley Guilherme dos Santos (1998), a cidadania concedida naquele momento era a partir da ocupação em atividades tuteladas pelo Estado corporativo. A carteira assinada era demonstração da “cidadania regulada”. A *ralé*, cujo comportamento disruptivo fez com que ela fosse alijada como cidadã efetiva na sociedade de classes, continuava a ser abandonada à própria sorte (ou azar!). Desta forma ela reproduzia o padrão disruptivo responsável maior pela sua exclusão. Além disso havia a permanência da ordem patrimonial no campo responsável por submeter um grande contingente humano a um duro processo de dominação pessoal.

Após a queda do regime varguista e a instituição da democracia de 1946 “(...) procurou-se harmonizar os pressupostos do indivíduo com os seus direitos de grupos

sociais, dando origem a uma ideologia particular de setores majoritários das elites – o liberal-comunitarismo” (Werneck Vianna & Carvalho, 2008:148). Para que este regime tivesse uma ampla abrangência era necessário a ruptura com a ordem patrimonialista existente no campo e o reconhecimento da *ralé* estrutural existente no mundo urbano. Este processo de exclusão da *ralé* estrutural das cidades e da *ralé* submetida a um profundo processo de dominação pessoal no campo foi aprofundado durante o regime militar. Neste período o Estado foi privatizado de maneira específica por interesses da burocracia pública e das burguesias nacional e internacional. Desta forma, houve a perpetuação do padrão disruptivo de comportamento da *ralé* estrutural radicada no mundo urbano enquanto a *ralé* do mundo rural existente desde o período colonial continuava a viver sob um intenso processo de dominação pessoal. Nesse sentido, o regime autoritário instaurado em 1964 teve uma importância no sentido de minar a ação dos grupos que se organizam na sociedade civil durante a democracia de 1946. Durante este período houve a maior participação política da história do país, fator este que é negligenciado pelas interpretações que analisamos nesta dissertação. Nesse sentido, a ação do Estado autoritário teve efeitos superficiais sobre a questão democrática no Brasil. Isto porque nossos dilemas mais importantes continuaram a ser reproduzidos de maneira fundamental: a dependência pessoal no campo e a reprodução da *ralé* estrutural no mundo urbano e competitivo.

Nesse sentido, o projeto de reforma do Estado levado a cabo nos anos 1990 teve como consequência crucial naturalizar o atraso brasileiro, pois tinha a crença de que o mercado iria incorporar os milhões de párias urbanos e rurais através de ordem competitiva baseada na livre-iniciativa. Com isso, mostrou de maneira capital um elemento efetivamente conservador. Isto porque a sociedade civil continuaria a reproduzir uma visão de que o grande problema brasileiro estaria no âmbito do Estado. Desta forma o padrão patológico instituído na sociedade brasileira desde o período colonial responsável por hierarquizar na sociedade de classes os brasileiros em cidadãos e subcidadãos era substituído por uma visão que simplificava as perversas relações de classe no Brasil.

Ao invés de se pregar o mercado como o reino da virtude era necessário uma democratização das bases do estado que pudesse gerar de maneira efetiva um processo de democratização social capaz de dar um caráter de cidadania plena a milhões de brasileiras imersos em uma miséria material e moral de profundas dimensões. Como tal

ação se quer foi tentada porque o *atraso* brasileiro estaria no Estado e a solução no mercado, tivemos a perpetuação do efetivo atraso brasileiro e de sua conseqüente naturalização. Além disso, houve a hegemonia desta visão no Brasil, a qual possui um fundo conservador que ajuda a manter a sociedade brasileira natural e legitimamente hierarquizada por padrões impessoais. Nesse sentido, ao invés de demonizarmos a dimensão do público é necessário uma participação efetiva em torno de sua ação no sentido da incorporação de milhões de brasileiros que compõem a *ralé* estrutural brasileira. Ou seja, é necessário uma ação efetiva em torno da democratização social que faça com que os milhões de excluídos possam ser efetivamente reconhecidos como cidadãos de fato e não apenas de direito. Do contrário, estes continuarão a não ser nem incorporados pelo mercado e não reconhecidos pela sociedade a qual reproduz com teses como a do patrimonialismo, de maneira naturalizada, o efetivo atraso brasileiro.

Referências bibliográficas

Textos de Cardoso, Faoro e Schwartzman

CARDOSO, F.H.(1957) Desenvolvimento econômico e nacionalismo. São Paulo, Revista Brasiliense, n.12,pp.88-98

_____ (1964) Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

_____ (1969) Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

_____ (1975) Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra

CARDOSO, F.H. & FALETTO, Enzo (1977a). Estado y proceso político em América Latina. In___ Revista Mexicana de Sociologia, XXXIX,(2)

_____ (1977b) O Estado na América Latina. In___ O Estado na América Latina F.H. Paulo Sérgio Pinheiro (coord). Rio de Janeiro/São Paulo, Paz eTerra/CEDEC.

CARDOSO & SERRA (1978) “As desventuras da dialética da Dependência”, In___ Estudos Cebrap 23.S.P.:Editora Vozes,pp.33-80.

_____ (1982) Os regimes autoritários na América Latina. In___ O novo autoritarismo na América Latina. David Collier (org) Tradução Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

CARDOSO, F.H. & FALETTO, Enzo (1984a) Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 4ª edição

_____ (1984b) A democracia na América Latina. São Paulo, Novos Estudos, n.10, pp.45-56

_____ (1990) Desafios da social-democracia na América Latina. São Paulo, Novos Estudos, n.28, pp.29-49

_____ (1993a) Livros que inventaram o Brasil. São Paulo, Novos Estudos,n.37, pp.21-35

_____ (1993b) O modelo político brasileiro e outros ensaios. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil

_____ (1994) A construção da democracia: estudos sobre política. São Paulo, Ed. Siciliano. 2ª edição.

CARDOSO, F.H & Toledo, Roberto P. de (1998a) O Presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo, Companhia das Letras.

_____ (1998b) Notas sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo, Novos Estudos, n.50,pp.5-11

_____ (2000) Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas. Florianópolis, Ed. Insular

_____ (2003) Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

FAORO, Raymundo (1992) A questão nacional: a modernização. São Paulo, Estudos Avançados, 6(14),pp.7-22

_____ (1993) A aventura liberal numa ordem patrimonialista. São Paulo, Revista USP,pp.14-28

_____ (2006) Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio. São Paulo, Ed. Globo. 4ª edição, primeira reimpressão.

_____ (2007) A República Inacabada. Fabio Konder Comparato (org). São Paulo, Ed. Globo. primeira reimpressão.

_____ (2008) Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo, Ed. Globo. 4. Edição.

SCHWARTZMAN, Simon (1974) São Paulo e o Estado Nacional. Ed. Difel

_____ (1988) Bases do Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Campus. 2ª edição.

_____ (2003) A Atualidade de Raymundo Faoro. Rio de Janeiro, Dados, vol.46, n.2,pp.207-213

Bibliografia complementar:

ARANTES, Paulo Eduardo (1992) Sentimento de dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra

COSTA, Sérgio. (2004) Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. São Paulo, Tempo Social, v.16, n.2, pp.73-100

BAPTISTA, Kátia Aparecida (2003-2004) Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso – perspectivas sobre a Teoria da Dependência. Campinas, Trapézio, n.5/6/7, pp.137-160

BAPTISTA, Katia Aparecida.(2009) 1970: a emergência de uma nova interpretação sobre o Brasil. Paper apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, Brasil.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In ___ Cinquenta anos de pensamento na CEPAL Ricardo Bielschowsky (org). Rio de Janeiro, Ed. Record volume I.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (2007) Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro, Contraponto. 5ª edição, 1 reimpressão.

BOSI, Alfredo (2009) Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis. In ___ Juarez Guimarães (org) Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo, Ed. Perseu Abramo.

BRANDÃO, Gildo Marçal.(2005) Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. Rio de Janeiro, Dados, vol.48, n.2,pp.231-269

_____ (2007) Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. São Paulo, Hucitec.

CAMPANTE, Rubens (2003) O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. Rio de Janeiro, Dados, n.1,pp.153-193

_____ (2009) Raymundo Faoro: Brasil, política e liberdade. In _____
Juarez Guimarães (org) Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo, Ed. Perseu Abramo.

COTRIN, Ivan (2001) O capitalismo dependente de Fernando Henrique Cardoso.
Dissertação (mestrado em sociologia) 331f.

DOMINGUES, José Maurício.(2002) A Dialética da Modernização Conservadora e a
Nova História do Brasil. Rio de Janeiro, Dados, vol.45, n.3,pp.459-482

_____ (2008) Patrimonialismo e neopatrimonialismo
In ___ Corrupção: ensaios e críticas. Leonardo Arvritzer etalli (org). Belo Horizonte, Ed.
UFMG

FERES Jr.João. (2005) De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a
Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. Rio de Janeiro, Dados,
vol.48,n.3,pp.655-680

GIDDENS, Antony.(2009) Mudança, evolução e poder. In ___ A Constituição da
Sociedade. São Paulo, Martins Fontes.

FERNANDES, Florestan (2000) Prefácio à edição de Cor e Mobilidade Social. In _____
Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas. Florianópolis, Ed. Insular

FERES Jr, João & JASMIN, Marcelo (2006). História dos conceitos: dois momentos de
um encontro intelectual. In ___ História dos conceitos: debates e perspectivas. Marcelo
Jasmin & João Féres Jr (orgs). Rio de Janeiro, Ed. PUC Rio/Edições Loyola/IUPERJ-
UCAM

GUIMARÃES, Juarez (2009) Raymundo Faoro, pensador da liberdade. In _____ Juarez
Guimarães (org) Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo, Ed. Perseu Abramo.

IGLÉSIAS, Francisco (2009) Revisão de Faoro. In _____ Juarez Guimarães (org)
Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo, Ed. Perseu Abramo.

IANNI, Otávio (2004) Otavio Ianni: o preconceito racial no Brasil. São Paulo, Estudos
Avançados.vol.18 no.50 pp.1-15

JASMIN, Marcelo.(2008) A Viagem Redonda de Raymundo Faoro em Os Donos do Poder. In ____ João Rocha (org) Nenhum Brasil Existe – Pequena Enciclopédia. Rio de Janeiro, ed. Topbooks

LAHUERTA, Milton (1999) Intelectuais e a transição: entre a política e a profissão. Tese (doutorado em Ciência Política) São Paulo, USP.

_____ (2008) Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo In ____ André Botelho et al (orgs) O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Topbooks.

LEHMANN, David (1986) FHC Cardoso: da dependência à democracia. São Paulo, Novos Estudos, n.14, pp.31-36.

LESSA, Renato (2009) O longínquo pesadelo brasileiro. In ____ Juarez Guimarães (org) Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo, Ed. Perseu Abramo.

LOWY, Michel (1989) Redenção e Utopia: o Judaísmo libertário na Europa Central. São Paulo, Companhia das Letras.

MORSE, Richard (1989) A Miopia de Schwartzman. Novos Estudos, n.24, pp.166-178

PEIXOTO, Fernanda Arêas (2000) Roger Bastide e Florestan Fernandes: dilemas da modernização. In ____ diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide. São Paulo, Edusp/FAPESP.

PECAUT, Daniel (1990). Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. Rio de Janeiro, Ed. Ática.

PEREIRA, João Baptista B.(1996) A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes. São Paulo, Revista USP-Dossiê Florestan Fernandes, pp.34-41

POCOCK, J.G.A (2001) Historia intelectual: um estado del arte. Prismas: revista de historia intelectual, n.5, p.145-173

RICUPERO, Bernardo (2008) Raymundo Faoro. In ____ Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo, Ed. FALAMEDA. 2ª edição.

RICUPERO, Bernardo & FERREIRA, Gabriela N.(2005) Raymundo Faoro e as Interpretações do Brasil. São Paulo, Perspectivas, 28,pp.37-55

_____ (2008) Vinho novo em odres velhos: continuidade e mudança em Os donos do poder. In ___ André Botelho etalli (orgs) O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Toopbooks.

RODRIGUES, Leôncio Martins (2009) Fernando Henrique Cardoso: a ciência e a política como vocação. In ___ André Botelho e Lilian Schwarcz (orgs) Um enigma chamado do Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo, Companhia das Letras.

ROMÃO, Wagner de Melo (2006) Sociologia e política nos anos 1960: a experiência do CESIT. São Paulo, Associação Editorial Humanitas/FAPESP.

WAIZBORT, Leopoldo (2009) Machado de Assis reinventado pelos sociólogos. In ___ Juarez Guimarães (org) Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo, Ed. Perseu Abramo.

SORJ, Bernardo. (2000) A Construção Intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____ (2000) *Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo e o político*. In ___ A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

SOUZA, Jessé (1999) A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In ___ Jessé Souza (org) O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília, Ed. Unb.

_____ (2000) A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília, Ed. Unb.

_____ (2003) A Construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

SOUZA, Jessé. (2008) Weber. In _____ Corrupção: ensaios e críticas. Leonardo Arvritzer etalli (org). Belo Horizonte, Ed. UFMG

_____ (2009a) Para além de Raymundo Faoro? In ___ Juarez Guimarães (org) Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo, Ed. Perseu Abramo.

_____ (2009b) A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte, Ed. UFMG

SANTOS Jr, Jair (2001) As categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro: uma leitura de Os donos do poder. Dissertação (mestrado em sociologia) Campinas, UNICAMP, 158f.

_____ (2009) Entrevista com Raymundo Faoro: uma viagem ao universo intelectual do autor. In ___ Juarez Guimarães (org) Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo, Ed. Perseu Abramo.

SCHWARZ, Roberto. (1998) Um Seminário de Marx. São Paulo, Novos Estudos, n.50, pp.99-114

SOBRINHO, Maria Juvêncio (2003) O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1972-1992): autoritarismo e democratização. Dissertação (mestrado em sociologia) Campinas, UINICAMP. 384f.

TAVOLARO, Sergio (2005) Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. São Paulo, RBCS, vol.20, n.59

TOLEDO, Caio Navarro (1978) ISEB: Fábrica de ideologias. São Paulo, Editora Ática. 2ª edição

WERNECK VIANNA, Luiz Jorge (1999) Weber a Interpretação do Brasil. São Paulo, Novos Estudos n.53, pp.33-47

_____ (2006) *O presidente a revolução passiva* In _ Esquerda Brasileira e Tradição Republicana: Estudos de conjuntura sobre a Era FHC-Lula. Rio de Janeiro, Revan.

WERNECK VIANNA & CARVALHO (2008) República e civilização brasileira. In ___ Pensar a República. Nilton Bignotto (org), Ed. UFMG, 2ª reimpressão.

_____ (2009) Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização In ___ André Botelho e Lilian Schwarcz (orgs) Um enigma chamado do Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo, Companhia das Letras.

SKINNER, Quentin (1969) Meaning and understanding in the history of ideas. History and Theory, 8(1) pp.3-53

_____ (2000). Sinificado y compresió en la historia de las ideais.
Prismas: revista de historia intelectual, n.4,p.149-191

_____ (2002) Motives, intentions and interpretation In ___ Q.
Skinner(org). Visions of politics (vol. I: regarding method) Cambridge, Cambridge
University Press.

_____ (2009) As Fundações do Pensamento Político Moderno. São
Paulo, Cia das Letras

Bibliografia geral

BARBOZA FILHO, Rubem. (1995) FHC: Os Paulistas no Poder In ___ Roberto Amaral
(coord) FHC: Os Paulistas no Poder. Niterói, Casa Jorge Editorial.

BARRETO, Helena M. Salles (2000) *As mudanças na concepção do Estado (Do
"Estado solução" ao "Estado Problema")* In _____ Crise e Reforma do Estado
Brasileiro. Juiz de Fora, Ed. UFJF.

BAPTISTA, Katia Aparecida (2004) Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e
Fernando Henrique Cardoso: o debate sobre a questão da dependência – um capítulo do
pensamento social brasileiro. Araraquara, Unesp (dissertação de mestrado) 137f.

BOTELHO, André (2007) Seqüências de uma sociologia política brasileira. Rio de
Janeiro, Dados, vol.50, n.1,pp.49-82

_____ (2008) Entre afinidades eletivas e escolhas pragmáticas. Resenha de
Linhagens do Pensamento Político Brasileiro de Gildo Marçal Brandão. São Paulo,
Estudos Avançados, 22, (63).

BOURDIEU, Pierre(2002) Espaço social e gênese das classes. In _____ O Poder
Simbólico. São Paulo, ed. Bertrand Brasil.

CARVALHO, José Murilo (2008) A Construção Ordem In _____ A Construção
ordem/teatro das sombras. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

COSTA, Lucia Cortes da (2000) O governo FHC e a reforma do Estado no Brasil. São Paulo, Pesquisa & debate, SP, volume 11, número 1 (17), pp.49-79

COSER, Ivo (2008) Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil – 1823-1866. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

DAMATTA, Roberto (1981) Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar Editor.

FERNANDES, Florestan (2006) A Revolução burguesa no Brasil. São Paulo, Ed. Globo.

_____ (2008) A integração do negro na sociedade de classes: ensaio de interpretação sociológica. Volume I. São Paulo, Ed. Globo.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho.(1997) Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Ed. Unesp.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos (1990) Rio de Janeiro, Ed. Record.

GENTILE, Fabio (2009) As muitas famílias do pensamento político brasileiro. Resenha de Linhagens do Pensamento Político Brasileiro de Gildo Marçal Brandão. São Paulo, RBCS, vol.24, n.71

HOLANDA, Sérgio Buarque de.(1995) Raízes do Brasil. São Paulo, Ed Companhia das Letras

JACKSON, Luiz Carlos (2007) Tensões de Disputas na Sociologia Paulista (1940-1970). São Paulo, RBCS, VOL.22,N.65, pp.33-49

MAIO, Marcos Chor(1997) A História do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ,(tese de doutorado).

MATTOS, Patrícia Castro (2006) A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo, Ed. Annablume

MOOG, Clodomir Viana. Bandeirantes e Pioneiros. Lisboa: Livros do Brasil,[s.d.]

NABUCO, Joaquim (2000) O abolicionismo. São Paulo, Publifolha.

OLIVEIRA, Francisco de . Crítica à razão dualista: O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de (1987) Populações Meridionais do Brasil. Niterói, Ed.UFF

REIS, José Carlos (2008) As identidades do Brasil 1: de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 9 edição ampliada.

RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes (2008) O americanismo em Tavares Bastos e a crítica ao liberalismo brasileiro. Campos dos Goytacazes, *Agenda Social*. Revista do PPGPS / UENF. v.2, n.3, out-dez / 2008, p.44-65

SALLUN Jr, Basílio.(1999) *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo*.São Paulo, Tempo Social, n.11, pp.23-44

_____ (2003) *Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX*. São Paulo, RBCS, v.18, n.52, pp.1-26

SANTOS, Rogerio Dultra dos. (2007) Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil Rio de Janeiro, Dados,vol.50 no.2

SANTOS, Wanderley Guilherme (1998) Décadas de espanto e uma apologia democrática.Rio de Janeiro, Rocco

TAYLOR, Charles. (2000) A política do reconhecimento. In__ Argumentos filosóficos. São Paulo, Edições Loyola.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido (1975a) Os Males do presente e as esperanças do futuro e outros ensaios. São Paulo, Ed. Companhia Nacional

_____ (1975b) A Província. São Paulo, Ed. Companhia Nacional.

_____ (1975c) Cartas do Solitário. São Paulo, Ed. Companhia Nacional

TOCQUEVILLE, Alexis (2005). A Democracia na América: leis e costumes. São Paulo, Ed. Martins Fontes, volume I.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo (2006) Patrimonialismo e a realidade latino-americana. Rio de Janeiro, Ed. Documenta Histórica.

WEBER, Max (2002) A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo, Ed. Martin Claret

_____ (2008) Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva. México D.F. 2ª edição, 17ª reimpressão

Capítulo IV

WERNECK VIANNA, Luiz Jorge (1989) Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Ed.

_____ (2004) Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In__ A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Revan.